Antonio Rago Filho

A IDEOLOGIA 1964: OS GESTORES DO CAPITAL ATRÓFICO

PUC-SP/1998

Antonio Rago Filho

A IDEOLOGIA 64: OS GESTORES DO CAPITAL ATRÓFICO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontificia Universidade Católica de São Paulo, como exigencia parcial para obtenção do título de DOUTOR em História, sob a orientação da Profª. Doutora Yvone Dias Avelino.

PUC/São Paulo-1998

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA MONTE ALEGRE - PUC-SP

TD
900
R

Rago Filho, Antonio
A ideologia 64: os gestores do capital atrófico. - São Paulo: s.n., 1998.
371 f. ;30 cm.

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Área de concentração: História
Orientador: Yvone Dias Avelino

1. Brasil - História - Revolução, 1964

Palavra-chave: Castelismo - Ditadura militar - Autocracia burguesa - Politicismo - Bonapartismo - Democracia relativa

Aos meus pais, Júlia e Rago, com carinho.
Às minhas meninas, Mariana e Laura, com amor.
A Cida, com paixão.

Agradecimentos

À Yvone Dias Avelino, minha colega de departamento, que foi, sem sombra de dúvida, a peça fundamental que tive na caminhada para a conclusão dessa tese. Retirando todos os entulhos e entraves possíveis, assentou a base segura para a impulsão de que esse trabalho necessitava. Sua intervenção rápida e segura, forneceu chaves preciosas para a organização dos temas que pesquisamos;

Aos colegas do Departamento de História, em especial Vera Lúcia Vieira, Tota, Adilson, Maurício, Estefânia Fraga, cada um a seu modo contribuiu com engenho e perícia de historiador, mas fundamentalmente com generosidade humana;

Às minhas eternas *maninhas,* Elisabeth e Margareth, que estiveram sempre por perto para o que desse e viesse. Cida, que mais uma vez deu tudo de si. Lívia Cotrim, com sua agilidade e lucidez, contribuiu e muito com algumas das idéias que ora apresento. Ivan, Goreti, Carlos, Angela, Keca, Lúcia... e mais uma turma toda da *Ad Hominem*, deram a retaguarda necessária;

À Thereza Negrão e Afrânio Mendes Catani, que impecáveis na conduta profissional, foram atenciosos, suponho, em demasia. Selma Rocha, com seus materiais sobre a doutrina da ESG e os documentos sobre os generais-presidentes, assim como Vânia Noeli de Assunção, com sua ampla investigação sobre a ideologia golberiana, me deram um enorme apoio, fornecendo seus materiais de pesquisa;

Vários estudantes do Departamento de História, cada qual numa função, estiveram comigo o tempo todo nesta empreitada. Patrícia, Carla, Clarisse, Daniela, Prieta, Paulo Jr., Wanderson, Lilian e Clécio, meus sinceros agradecimentos;

A J. Chasin, pelo empréstimo de seu intenso esforço em compreender a forma particular do capitalismo brasileiro e de efetivar um combate verdadeiro e profundo à ditadura, naquele momento, por meio de sucessivos editoriais da *Ensaio,* criticando-a por aquilo que ela era de fato,

Ao Cepe da PUC-SP e à Fundação Santo André, pelo apoio financeiro, a primeira na forma de capacitação docente e, a segunda, na reprodução gráfica do material.

RESUMO

A pesquisa visa à elucidação da *ideologia bonapartista da autocracia burguesa* produzida no período da vigência da ditadura militar (1964-1985), desde sua instauração por meio de um golpe de Estado, seus desdobramentos, até a configuração do processo de auto-reforma. Trata-se de compreender os nódulos ideológicos centrais do "ideário da revolução de 1964", aqui denominada *Ideologia 64,* examinando os perfis próprios de cada general-presidente do ciclo militar, a fim de detectar os projetos que os especificam, buscando configurar a nucleação básica a esta forma de dominação autocrático-burguesa em nosso país. É interessante ressaltar que, desde o momento de sua instalação, o grupo *castelista* acenava para a impossibilidade da permanência de uma dominação violenta, sob a forma da excepcionalidade, para todo o sempre. Deste modo, é posta, desde as origens da ditadura militar, a possibilidade do trânsito para a consolidação institucional dos projetos de 64, concepção que aparece nos discursos e escritos de Castello Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Geisel, que professavam o pensamento do "grupo da Sorbonne".

São discursos oficiais, pois, que delinearam políticas gerais e específicas, que afetaram a vida da nação em seu conjunto. A *Ideologia 64* manifesta nos discursos governamentais, por sua própria natureza, implica em concepções, propostas e programas que intentavam moldar a totalidade da vida social, a seu modo de ver, desde a estruturação da organização do sistema produtivo e suas relações com o financiamento externo, o tipo de comportamento político, subordinando o parlamento à lógica do executivo, assim como restringindo a liberdade de pensamento, de livre manifestação e organização, mas, fundamentalmente, objetivando o cerco à resistência democrática de massas, tendo a excepcionalidade como regra constitucional e a tortura como *violência edificante,* com a finalidade de reprimir, desorganizar e atemorizar os trabalhadores do campo e da cidade, para a objetivação de um novo ciclo de acumulação subordinada.

Aliado a isso, reunimos uma literatura específica sobre o período histórico demarcado, esforços teóricos que buscaram a compreensão das manifestações da forma autocrática da dominação dos proprietários em nosso país, bem como, das resistências e lutas levadas contra o governo pró-monopolista, antipopular e antidemocrático do *capital atrófico.* Os embates entre as duas principais vertentes do bonapartismo se expressaram no binômio *desenvolvimento e segurança.* O *medicismo,* de um lado, objetivando a construção da grande potência pela aliança de crescimento econômico acelerado com terrorismo oficial e, na outra ponta, o *castelismo,* que visava a mesma edificação só que com uma espécie de democracia regulada para a consolidação do capitalismo associado.

Ao cabo da pesquisa, as pontas da *Ideologia 64* - que efetivariam um capitalismo sem desigualdades, sem antagonismos, sem confrontos, liberto da subversão e da corrupção -, transformando-se num *Brasil grande potência,* redundou num enorme fracasso. A corrupção adquirira formas renovadas, utilizando-se do próprio poder militar, e a subversão mudara de lado: a crise do "milagre econômico brasileiro", o capital como subversão do próprio capital.

Abstract

The research deals with the critique of the bonapartist ideology of the bourgeoisie autocracy turned out during the military dictatorship (1964-1985). It aims to grasp the basic nodules of the *"64 Ideology"* laid upon the binomial: development and security. Since its outset, along with the democratic breaking away, the bonapartism aimed to curb down the "Unionized Republic", the social progressism with their *Reform of the Basis*, hoping that the regime will auto correct, yet without revamping the "economic model". Two bonapartist factions struggled against each other in order to win political power. The Medici dictatorship established as tenets the accelerated development based upon an "edifying violence". The "castelism" preached the formula: most possible development, with the least of security. Based on the belief that the best way to fight communism would be to eradicate underdevelopment, the rulers of the "atrophic capital" belief on building a social harmony with an associated capitalism, without social antagonisms. The "mighty power" project laid upon the over exploitation of labor and on official terrorism ended up on a tremendous failure.

SUMÁRIO

Introdução 1

I - As Razões do Golpe segundo o Conservadorismo 69

II - A Ideologia Castelista: o binômio desenvolvimento e segurança 113

III- Desenvolvimento Acelerado e Máxima Segurança 164

IV - Desenvolvimento Possível e Segurança Mínima 217

V - Teoria e Práxis de Golbery do Couto e Silva 268

Conclusões 322

Fontes e Referências Bibliográficas 346

Apêndice: Elementos para a crítica da economia política da ditadura 355

INTRODUÇÃO

> "Do mesmo modo que não se julga o individuo pela idéia que faz de si mesmo, tampouco se pode julgar uma tal época de transformação pela consciência que ela tem de si mesma".
> Marx

A proposta de um estudo bastante adensado sobre a ditadura militar, desde sua implantação em 1964 até o processo de auto-reforma, em 1985, surgiu em princípios dos anos 80, pelas mãos do editor da antiga revista *Ensaio*, José Chasin, num trabalho coletivo, que abarcaria o exame do conjunto dos discursos oficiais dos generais-¬presidentes, de Castello Branco a João Figueiredo, passando pela crítica dos principais ideólogos do regime ditatorial, em especial, os economistas. Além disso, compreenderia também os perfis dos parlamentares mais expressivos, governadores, etc, completados com o acompanhamento sistemático dos principais jornais do país, num amplo levantamento de uma cronologia política, que formaria uma espécie de dia-a-dia da ditadura. Isto estaria amparado num levantamento bibliográfico e balanço das principais teorias elaboradas no período, particularmente a crítica da historiografia hegemônica, formada pelas teorias do populismo, da dependência, da marginalidade e do autoritarismo. Teorias que se articulavam, naquilo que o editor da *Ensaio* denominava, à época, como a "analítica paulista".

Este projeto que se impunha pela necessidade e urgência histórica — uma vez vislumbrada a mudança de forma do regime, a conversão do *bonapartismo* rumo à *institucionalização da autocracia burguesa* —, dependeria de múltiplos esforços que, infelizmente, esbarraram numa série de dificuldades. No entanto, a crítica do projeto bonapartista, o ardil do *politicismo* e a plataforma econômica, foram plasmadas, *pari passu* à sua implantação e desdobramentos nos sucessivos editoriais da revista. Os passos mais significativos do *bonapartismo* foram capturados e uma alternativa concreta de perspectiva do trabalho ao chamado "modelo econômico" foi lucidamente formulada. A oposição permanecera presa ao *politicismo burguês*, às armadilhas da situação, não mobilizando as massas a partir de um programa econômico alternativo, que destruísse as bases materiais da dominação autocrático-burguesa. A oposição agia nos limites estabelecidos pelo politicismo, com a disjuntiva das franquias formais com relação às condições materiais de vida, entre forma política e estrutura econômica, situação aviltante vivida por parcelas significativas da população brasileira.

Outros projetos, em seu lugar, deram seqüência. Incursionamos no campo da crítica à ideologia conservadora em nosso país. Disto resultou nossa dissertação de mestrado sobre "A Crítica Romântica da 'Miséria Brasileira': O Integralismo de Gustavo Barroso", que incorporava os resultados da crítica ao integralismo de Plínio Salgado, feita por Chasin, que, por sua vez, se contrapunha a *análise convencional*, a qual explicava o integralismo como produto mimético do referencial externo modelar: o fascismo europeu.

Da idéia anterior, restringimos o estudo ao campo dos discursos oficiais dos generais-¬ presidentes, evitando a mera catalogação, buscando compreender os nódulos ideológicos que compõem a *Ideologia 64,* o chamado "Ideário da Revolução de 1964", suas premissas, seus dogmas, suas concepções, obviamente, no sentido dado por sua atividade prática, orientada às ações socialmente possíveis dos sujeitos coletivos reais. Estes discursos, reunidos e publicados ano após ano, geralmente apresentados de modo apologético com os balanços dos feitos, sempre confrontados com a "república sindical", ora se apresentam em sua manifestação literária — que muitas vezes são escritas por terceiros — ora na forma de improviso, para ocasiões as mais diversas. Desde uma visita à cidade natal, com o otimismo do vencedor, num congresso do "partido da Revolução", enquadrando-o, até um discurso bem estruturado num evento internacional. A ideologia da autocracia burguesa, por força de sua determinação social, é obrigada, no mais das vezes, a dar respostas e alternativas, delineando políticas gerais e específicas, desde as "negativas" — como a de prender e aniquilar a subversão, ou cassar mandatos de opositores, sindicalistas e militares, censurar e reprimir os estudantes, etc. —, às propostas "construtivas", como, por exemplo, impulsionar a economia capitalista, a infra-estrutura da sociedade, inclusive, para mostrar a sua "superioridade" com relação às reformas estruturais anunciadas pela República *democrática* de João Goulart.

Os discursos presidenciais, por sua própria natureza, devem se dirigir ao conjunto da nação, à sua *totalidade,* exprimindo, assim, estratégias, propostas e programas, que configuraram um mando de natureza *bonapartista,* armado com uma ideologia de segurança nacional, uma forma particular de acumulação monopolista subordinada ao capital estrangeiro, com uma forma específica de existência de um parlamento bipartidário, subordinado à lógica do executivo soberano, do *Estado forte.* Mais ainda: *a privatização do Estado,* a sobeja utilização exclusivista do capital atrófico nacional em sua finada missão de completude, aliada à ilusão de *civilizar* a lógica da destruição produtiva imanente ao imperialismo, sob a base de uma política econômica centrada na superexploração da força de trabalho nacional, com uma legislação cerceadora dos direitos básicos da cidadania burguesa, uma malha jurídica repressora do movimento sindical, etc.

Além da *análise imanente*[1] dos discursos dos generais-presidentes, valemo-nos também, de uma série de *memórias,* que num certo sentido são "superiores" às falas presidenciais, seja porque o distanciamento dos eventos permite uma maior concatenação dos fenômenos, a fim de realçar as positividades e mascarar as negatividades, seja porque quem narra quer passar a imagem de construtor da história, como partícipe fundamental, e às vezes desejam mesmo a purificação de suas almas, afirmando sair ilesos das máculas da ditadura, etc.

Próximo de nosso plano originário, mas sem qualquer ligação com ele, foi produzido um substancioso material histórico, recolhido pelos pesquisadores do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Iniciado em 1991, com depoimentos de 17 militares, publicou-se esse conjunto de "memórias militares", em três volumes, cada qual acompanhado de uma introdução esclarecedora, uma cronologia política, afora os depoimentos, dando conta,

precisamente, dos anos de preparação do golpe, cruzando os "Anos de Chumbo", até alcançar o "processo de abertura política", com a "Volta aos Quartéis", em 1985. Na seqüência, certamente um dos mais significativos destes trabalhos, a historiadora Maria Celina D'Araujo e o pesquisador Celso Castro, do CPDOC, recolocam formidavelmente uma série de questões, extraindo com inteligência e sem agressões, depoimentos valiosos do general "prussiano", Ernesto Geisel. Frise-se: somente alguém *de dentro* do sistema de poder poderia revelar informações intestinas acerca de momentos cruciais desse largo período da história brasileira. Geisel se manifesta como um estadista que esteve colado aos principais fatos da história política de nosso país, mas que fala, também, das visões, dos bastidores, dos embates e intrigas no seio do próprio *bonapartismo.*

Outro livro de memórias, também relevante, é o do economista Roberto Campos, *A Lanterna na Popa,* editado em 1994. É uma verdadeira colagem de seus vários livros sobre a economia brasileira, artigos e reflexões que nos dão elementos importantes para cobrir concepções e fatos históricos. Esclarecedor das posições das vertentes, o livro do *durista* general Jayme Portella, com mil páginas laudatórias à figura do "tio velho", da direita, é claro, o general Costa e Silva. Surpreende a rusticidade das colocações, que, porém, revelam-nos as situações, os posicionamentos, as articulações dos dois grandes blocos do bonapartismo: a linha "castelista", o grupo da "sorbonne", e a linha "costista", o grupo dos "radicais". Seguem-se outras, como a do "híbrido fértil", modo de se apresentar sob as vestes de cordeiro, o coronel Jarbas Passarinho, que se mostra sempre *acima* das atrocidades e desumanidades do regime, assim como outras figuras menores, mas que nos servem como fonte para a reconstituição de certos acontecimentos ou confronto de posições.

No quadro da produção acadêmica, vários estudos se debruçaram mais especificamente sobre a função da ideologia dominante nesse período. Talvez o trabalho mais significativo seja o da professora Maria de Lourdes Covre intitulado *A Fala dos Homens* (1983), onde examina os discursos dos economistas e políticos, mais ou menos até 1981, numa rica análise que configura a tecnocracia como *intelectuais orgânicos* das classes dominantes. Em outro fecundo trabalho sobre o período investigado, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984),* de autoria de Helena Moreira Alves, vamos encontrar a crítica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, depositada nos manuais da Escola Superior de Guerra e nos escritos de Golbery do Couto e Silva, doutrina que enforma o pensamento dos "sorbonistas". As reflexões de Selma Rocha sobre a evolução do pensamento da ESG também fornecem elementos importantes, mostrando em minúcias como a doutrina vai se configurando e sendo incorporada às estruturas jurídico-políticas do poder autocrático-burguês.

Outro marco na historiografia brasileira é a obra de René Dreifuss, que se debruçou sobre a preparação, por parte dos empresários, de dispositivos e organizações, tais como o IPES e o IBAD, articulados com oficiais expressivos, tais como Golbery do Couto e Silva, mais os economistas, na cabeça, o astuto Roberto Campos. Segundo Dreifuss, "O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco do poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente

organizado pelo IPES. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. Justamente por sua sujeição ao controle pessoal de um bloco liderado pelo IPES, o Estado se encontrava fora da esfera de influência das classes dominantes em geral, ao mesmo tempo em que gozava de autonomia total em relação às classes dominadas, enfatizando, assim, a necessidade de qualificar as afirmações a respeito da autonomia relativa do Estado no Brasil. Em suma, o IPES representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco." (Dreifuss, 1981:488)

Outra fonte indiscutível, são os trabalhos de jornalistas consagrados. O mais brilhante deles, Carlos Castello Branco, o *Castelinho,* que escreveu, a partir de suas notas e pequenos ensaios para a "Coluna do Castello", no *Jornal do Brasil,* uma narrativa histórica do dia-a-dia da ditadura militar. *Os Militares no Poder,* em três volumes, registram seus comentários políticos, que lhe valeram vários desafetos, inclusive do general Golbery, iniciados a 4 de abril de 1964 e completados com o primeiro ano da ditadura Médici, questionando a necessidade do arbítrio e a validade do AI-5, a 31 de dezembro de 1970. Outro arguto crítico dos governos militares, Carlos Chagas, atual comentarista político da televisão *Manchete* — em que pese ter servido ao segundo governo, cujo nome foi imposto pela "linha dura", atuando como secretário de imprensa do regime —, mostra virtuoso senso crítico, denunciando, corajosamente, todas as artimanhas e atitudes despudoradas dos donos do poder, com a vantagem de, estando nos bastidores, provar com documentos a *Guerra das Estrelas.*

Num pequeno, mas precioso livro de combate, *O Pingo de Azeite,* a historiadora Paula Beiguelman, se contrapõe às palavras do senador Jarbas Passarinho, ministro da Educação do governo Médici, transcritas no jornal *O Globo* em 2 de dezembro de 1970, para quem não haveria terrorismo de Estado, uma vez que "Não seria verdadeiro supor que não há tortura no Brasil, mas afirmar que esta é praticada como sistema de governo é uma infâmia". Contrapõe-se e avança mais: numa desmistificação do "sistema de poder", Beiguelman denuncia o treinamento antiguerrilha feito pelas Forças Armadas na Amazônia, em abril de 1968, com a utilização de bombas de *napalm,* cujo manual afirmava estar "preparando o militar brasileiro para a contraguerrilha, em qualquer terreno em que ela se ofereça", e destacando que:

"As Forças Armadas assumiam, portanto, a doutrina da 'agressão interna' que a Escola Superior de Guerra lhes inculcara, definindo como tarefa precipua a luta contra o próprio povo. Cumpria, antes de mais nada, defender a segurança nacional, escudo pelo qual também se achavam evidentemente protegidos, e até de maneira privilegiada, os investimentos estrangeiros aqui estabelecidos - Hanna, Alcoa, Bethlehem, United Steel, ITT, GE, GM, Chase Manhattan e assim por diante.

A doutrina militar até então vigente estabelecera que o inimigo era provável e externo. Agora, pela que fora desenvolvida no contexto da guerra fria, o inimigo se tornava

permanente e situado no plano interno: inimigos eram os próprios brasileiros que, não a aceitando, passavam a ser considerados 'subversivos'.

Mesmo do ponto de vista estritamente militar, essa reformulação violenta de doutrina acarretava conseqüências graves, que se refletiam na estrutura e organização das Forças Armadas... Assim, a doutrina tradicional, referente a inimigo provável e externo, levava a almejar organização avançada e armamento sofisticado. Já para operar policial e repressivamente, tal sofisticação deixava de ser necessária, visto o aparelhamento adequado ser o leve, de fácil transporte e remuniciamento rápido". (Beiguelman, 1991: 170)

Os discursos presidenciais se, de um lado, apontam o que pretendem realizar em se tratando de questões políticas nacionais, de outro, tergiversaram sobre os casos de terrorismo oficial. Em 1985, a Arquidiocese de São Paulo registrou todas as formas de barbarismo e atrocidades praticadas pela ditadura militar, desmontando todo o sistema repressivo, com suas práticas de tortura em crianças, mulheres, gestantes; com a utilização dos métodos mais cruéis que se possa imaginar; com a utilização da farsa no domínio do Direito e sob uma arquitetura que deixou marcas indeléveis na memória do povo brasileiro. Rebatiam-se, com coragem e dignidade, as violações dos direitos humanos: "Primeiramente, porque a tortura é o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana. Tradicionalmente se argumentou — tanto os antigos gregos e romanos com relação aos escravos, quanto a Igreja medieval com relação aos assim chamados hereges — que a tortura era um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade. A realidade de hoje mostra, porém, que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não somente física mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. A intenção é reduzir as pessoas a máquinas funcionais. A lógica disso é o fenômeno do nosso tempo em que as pessoas desaparecem como se jamais tivessem existido. (...) Em segundo lugar, se os torturadores são agentes conscientes desse ato degradante, deve haver motivos supervenientes que os levam a agir dessa forma com outras pessoas. Invariavelmente, o motivo é obediência a algum tirano, ou em nome da segurança nacional... Na busca de desenvolvimento econômico rápido, o regime militar assumiu poderes excepcionais e suprimiu os direitos constitucionais dos cidadãos". (Potter *apud* BNM, 1985: 17)

As conseqüências dos atos bárbaros e arbitrários se misturaram à violência caseira do cotidiano: a prática cotidiana da tortura — comum nas cadeias brasileiras — torna-se, com os esquadrões da morte, com os aparelhos do Estado, uma *prática institucionalizada.* Um tipo de prática de extorsão, de ascensão social rápida, de enriquecimento ilícito nos meios policiais, de prostituição e jogatinas à luz do dia, vão se juntar à prática suja e indigna dos empresários no financiamento da repressão oficial. A FIESP, liderada por um tal de Theobaldo de Nigris e seus acólitos, financiaram — sem nenhum peso na consciência — a repressão ao "inimigo interno" com requintes de crueldade. O capital põe-se a serviço da brutalidade e das práticas de tortura, do desaparecimento, do aniquilamento, da humilhação, em suma, práticas de uma burguesia vil, covarde e indigna. Marcas a ferro e fogo de uma burguesia que não pode expressar a universalidade do civilismo burguês. É

de conformação hiper-tardia. A associação ao capital estrangeiro, face à apropriação dual da mais-valia, a mantém numa posição inferior como parte de sua natureza *atrófica*, potencializando a reprodução do *arcaico* na processualidade de sua *modernização excludente*.

Está claro, portanto, que, dentre as particularidades da violência policial e militar da autocracia burguesa do pós-64, destaca-se o envolvimento direto das Forças Armadas, perfazendo-se, assim, um *Estado clandestino.* Haja vista que "Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica". (D'Araujo *et al.*, 1994b: 10)

O sistema repressivo foi montado com muita presteza pelo regime militar. Assim, em junho de 1964, Golbery do Couto e Silva fazia germinar o Serviço Nacional de Informações (SNI), que servia ao poder na tarefa de detectar os focos de subversão, mas também traduzir informações no âmbito empresarial. "Tendo como cliente principal o presidente da República, o SNI expandiu suas atividades, ultrapassando os limites da área de informações e de operações. Tornou-se um gerenciador de atividades políticas e empresariais. O gigantismo e a ação diversificada, e até mesmo descontrolada, desse órgão levou seu mentor, Golbery, a declarar, anos mais tarde, que havia criado 'um monstro'". (D'Araujo *et al.,1994b:* 14)

Ainda que sofrendo ponderações de Castello Branco, uma vez que a "Operação Limpeza" deveria ter uma duração limitada, a institucionalização da violência foi ganhando força com os governos empalmados pela *linha dura.* Desde o governo Costa e Silva, desenvolveu-se o Centro de Informações do Exército - CIE, órgão atrelado ao ministro do Exército, como dispositivo de um sofisticado sistema repressivo, para se colocar atentamente à movimentação da esquerda. Segundo os pesquisadores do CPDOC, extraindo sua análise dos próprios entrevistados, não havia superposições de competências, uma vez que "O CIE, agindo com autonomia frente aos demais órgãos de informações existentes e com quadros próprios, propiciaria uma informação rápida ao ministro, seu cliente preferencial, e permitiria, em decorrência, rapidez na decisão e na execução da mesma. Tratava-se, portanto, de uma inovação dentro da corporação que implicou muitas vezes ignorar a cadeia de comando preexistente. Por outro lado, e isso é o mais importante, possibilitou que nos anos duros da repressão a instituição como um todo não fosse diretamente envolvida com os tipos de decisão e de ação a serem empreendidos". (D'Araujo *et al.*, 1994b: 15)

Por esta engrenagem monstruosa e seus resultados, é legítimo se perguntar sobre a responsabilidade da *guerra suja.* Os crimes cometidos são, independentemente dos espaços nacionais onde foram praticados, crimes *lesa* humanidade. Assim como ocorreu com as Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, que mantêm a memória sempre viva, não para repor perdas do passado, mas porque representam a continuidade da luta pela "memória do futuro", em nosso país, as responsabilidades pelos desaparecidos, crimes, seqüestros, torturas ficaram novamente impunes. A impunidade é a nossa marca

registrada. Reconhece-se que houve abusos e atos arbitrários; no entanto, extinta a máquina, com ela desapareceram os agentes da repressão, e com eles, os seus atos e inspiradores. Na Argentina, marcada pela repressão generalizada nos anos 1976-1982, sabe-se, por exemplo, da participação direta do general Videla e consortes, com seus informes acerca da repressão e adoção dos filhos das mães assassinadas e desaparecidas. Estima-se num saldo de 30.000 o número de mortos e desaparecidos produzido pela *guerra suja*, na Argentina. No Chile de Pinochet, de 3.000 a 4.000, com os perversos prazeres inscritos nas ordens do próprio chefe da conspiração de 11 de setembro de 1973, para degolar, mutilar, seviciar, antes de matar, os principais artistas populares e lideres de esquerda, assim como, assassinar opositores mesmo em território estrangeiro.

No Brasil, se o oficialato atribuiu a quebra da hierarquia e da disciplina militar ao próprio presidente João Goulart, como ato irresponsável e ignominioso, passível de punição, a mesma questão se repõe. "Isto é, o chefe é sempre responsável, e se sabe de irregularidades e não toma providências, é conivente. Mais do que isso: se não sabe o que se passa em sua unidade é também conivente por omissão e falta de responsabilidade". Porque "A versão oficial diz que a tortura jamais resultou de ordem ou orientação dos chefes. Mas, se isso é dito, aliás com ênfase por alguns, também é confirmada pelos próprios depoentes a ocorrência de abusos ou 'excessos'." Ou ainda: "'essas coisas' fazem parte de qualquer guerra; na guerra, nem tudo pode ser controlado. Reforçando esta perspectiva, a tortura é, às vezes, banalizada como mais uma das várias iniciativas que tiveram de ser implementadas — 'ossos do ofício'." (D'Araujo *et al.*, 1994b: 23)

Os princípios fundamentais do "ideário da revolução", o duplo combate à subversão e à corrupção, porém, revelaram-se estreitos. Uma "revolução" que se propunha, num prazo curto, moralizar o país, restaurar a democracia, sanear as finanças e dar a estabilidade política necessária para os créditos estrangeiros migrarem para nosso país, acabou por se cristalizar numa forma *bonapartista* da dominação do *capital atrófico*, em mais de vinte anos. *Restauração* que entrou no compasso de espera. Foi o lider de extrema-direita, Carlos Lacerda — indignado diante dos rumos em direção à "uma ditadura que veio para ficar", nos quais não mais podia influir —, quem predisse a sua longevidade, que a ditadura tinha se transformado numa "quartelada", numa "revolução sem povo", desorientado agora por não mais vislumbrar o poder político em suas mãos. Isso porque ele próprio havia solicitado a intervenção dos militares para, como supunha, acabar com a desordem e anarquia e, com isso, estabelecer provisoriamente um "regime de exceção". A *restauração* das eleições presidenciais seria sua oportunidade de ouro para atingir a presidência.

O jornalista *Castelinho*, como era conhecido pelos íntimos, registrara corretamente numa passagem a crença na *transitoriedade* da ditadura sob Castello Branco: "Ainda não é hora de julgar o Presidente Castello Branco, de cujo governo brotaria não a democracia estável e moderna que pretendeu elaborar, mas uma sucessão de governos militares, que lhe reformaram a Constituição e a anularam mediante o recurso, imposto inicialmente a ele próprio, de considerar inesgotável o poder constituinte que se atribuíram os chefes militares a partir do momento em que o primeiro Presidente cedeu à pressão para

prorrogar o seu mandato e para outorgar um Ato n.° 2, quando não havia um Ato n.° 1, mas apenas um Ato". (Branco, 1977:1)

Na verdade, este Ato Institucional fundante, ainda sem numeração, datado de 9 de abril de 1964, tendo como artífice principal o velho Francisco Campos, deixava claro que "A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte". Buscando evitar os termos que sempre utilizou para os subversivos, como golpistas, conspiradores, oportunistas, agora se pretende um "autêntico" poder constituinte, não por um processo democrático, mas pela via das armas: "Os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte de que o Povo é o único titular".

Contudo, como recordava a eminência parda do *costismo,* o general Portella de Mello, nas multidões que apoiaram a "revolução vitoriosa" chama a atenção a ausência de um segmento social: os trabalhadores. Aliás, diga-se de passagem, este general da *linha dura,* tem toda razão quando assinalava que a "Revolução de 1964" tinha seus antecedentes dez anos atrás. Refere-se aos episódios que levaram ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, que foi, na realidade, um ato de extrema grandeza: a denúncia do golpe, que se armava, feita com a supressão de sua própria vida. Num certo sentido, as disputas intestinas travadas entre a corrente nacionalista e a dos antigetulistas se recolocaram com vigor no golpe de 1964. O historiador Nelson Werneck Sodré, pontuando os significados dos sucessivos golpes em nosso país, detectava: "O golpe de 1954 também foi para deter qualquer avanço no processo político das reformas econômicas. Desde que Getúlio Vargas esposou a tese do monopólio estatal do petróleo, mobilizando a opinião pública para forjar a Eletrobrás, e tomou providências no sentido de prover o Estado brasileiro de órgãos capazes de intervir na estrutura econômica de forma progressista, foi condenado pelas estruturas reacionárias, deposto e levado ao suicídio em agosto de 1954". (Sodré *apud* Toledo, 1997: 104)

O poder autocrático-burguês baseava-se, assim, numa ação providencial, de função saneadora, que poderia deter o controle das formas de sociabilidade pelo alto. A autoridade das armas daria as balizas para a regência do capital e da história. O meio de solapar a ameaça do comunismo era transitar aceleradamente da forma subdesenvolvida para um capitalismo desenvolvido. A antiga crença das classes dominantes, de que com a miséria social os comunistas poderiam manipular as massas, infiltrando-se no seio delas e contrariando a índole nacional, regada à moderação, manifesta-se revigorada no calor e tragicidade da *guerra fria,* com uma novidade: o "getulismo de massa" também se converte em *inimigo interno.* Com a criação do conceito de segurança nacional, pela reformulação do conceito de defesa nacional, a *pátria armada* implicará a preparação permanente de quadros militares e civis, tendo em vista a possibilidade de subversão interna da ordem, com apoio popular. Assim como o peronismo na Argentina e o allendismo no Chile, os portadores de uma plataforma econômica de estatuto popular e

nacional converteram-se, em nosso país, numa ameaça à reorganização da estrutura econômica atrelada aos desígnios do grande capital internacional e seus parceiros nativos.

Há que ter claro, também, a visão *aristocrática* da *ideologia 64,* uma vez que, pelo desprezo do povo em sua capacidade política na constituição nacional, somente uma intelectualidade portadora da nova *doutrina* e da plena intelecção dos dilemas do mundo contemporâneo podia assegurar o controle da história. Os novos demiurgos do capital atrófico acreditaram na possibilidade de um capitalismo sem contradições, bastando para tal, a desagregação permanente dos movimentos populares. O general Golbery do Couto e Silva, não deixou margem para dúvida: "Os povos são um mito: só existem as nações, e a nação é o Estado". *(Apud O Estado de São Paulo,* 6 de agosto de 1976) Sendo assim, caberia às elites dirigentes a missão de resolver as contradições e impasses da realidade nacional.

Num trecho de seu discurso, proferido a 2 de outubro de 1969, na IX Conferência dos Exércitos Americanos, Fort Bragg, o general Breno Borges Fortes delineia os contornos da ação militar nas contradições de sociedades como a brasileira, não só o combate à miséria extrema, mas aos "inimigos internos": "É muito claro o papel dos Exércitos de nações desenvolvidas, de estruturas políticas sedimentadas, de interesses projetados sobre o mapa do mundo, de ameaças vindas de fora. Seu dever é a guerra externa, é preparar-se para ela, para proteger aqueles interesses onde quer que eles se encontrem... Bem diverso é o quadro de uma nação subdesenvolvida, empenhada no processo de desenvolvimento e necessitando vencer as maiores *contradições internas.."* (Fortes *apud* Coelho, 1976: 7)

E se levarmos em conta as normas estabelecidas pela "legalidade revolucionária", que incrimina qualquer brasileiro nos quadros da concepção do "inimigo interno", não restará dúvida alguma acerca do conteúdo da repressão oficial. Como reza o preâmbulo do Ato Institucional n.° 14, de 5 de setembro de 1969:

"Considerando que atos de Guerra Psicológica Adversa e de Guerra Revolucionária ou Subversiva que, atualmente, perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranqüilidade e agitação devem merecer a mais severa repressão;

Considerando que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da Guerra Psicológica Adversa ou da Guerra Revolucionária ou Subversiva;

Considerando que aqueles atos atingem, mais profundamente, a Segurança Nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-¬ estar do povo e o desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional".

Como apontou Paula Beiguelman, com este novo ato se modificava o artigo 150 da Carta de 1967, que versava em seu parágrafo 11: "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento nem de confisco. Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação militar aplicável em caso de guerra externa"; o mesmo parágrafo 11 passava a ser regido doravante pelo artigo 1.° do AI-14, segundo o qual "Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar". *(Apud* Beiguelman, 1991:131)

Nosso estudo, portanto, pretende se concentrar na especificidade do binômio nuclear da *ideologia 64,* "desenvolvimento e segurança", vale dizer, não separa o que se apresenta concretamente unido, a política econômica e a forma bonapartista de dominação dos proprietários. Daí a importância da crítica centrada na montagem e desenvolvimento da forma particular da acumulação *subordinada* e a sua estratégia política — sempre tencionada — do *aprimoramento* das instituições políticas.

Os nódulos ideológicos dos discursos oficiais circunscrevem-se na apologicização do sistema do capital, na identificação das Forças Armadas com as necessidades da população brasileira, com a valorização do homem brasileiro, na busca da diminuição das desigualdades regionais, superando a miséria e o subdesenvolvimento econômico. Na visão conservadora do mundo, *"O brasileiro é de centro".* Esta simples afirmação golberiana traduz a concepção do *castelismo,* de que o homem brasileiro é um ser social ligado à moderação e ao equilíbrio. Há que afastar, portanto, as posições polares: a extrema-esquerda e a extrema-direita. Só assim, com a tutela militar, com a "limpeza" dos elementos subversivos e corruptos, a sociedade brasileira se desenvolveria em todas as suas esferas: militar, econômica, política e psicossocial. O programa castelista deixava clara uma linha básica: abrir a esfera política para possíveis "aperfeiçoamentos" das suas instituições, mantendo, contudo, intocável a sua plataforma econômica. A nossa soberania nacional, de modo contraditório, só poderá ser viabilizada com o aprofundamento de sua inserção no capitalismo internacional, sob a hegemonia da potência norte-americana. Os gestores do capital atrófico têm clareza acerca dos limites de nossa classe dos proprietários; no entanto, tomam-na por seus interesses mesquinhos de enriquecimento ligeiro.

A progressão econômica do capitalismo brasileiro deixou a nossa burguesia numa situação de subordinação estrutural aos desígnios do capital financeiro internacional, potência que controla os setores dinâmicos, *de ponta,* da acumulação monopolista. Partilha de posição, que se agravará com esta progressão: "A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo da expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava ocupado por outro ator, união de classes, não-cordial. Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira". (Oliveira *apud* Toledo, 1997: 26)

Desde sua gênese, nossa classe de proprietários é subalterna aos interesses metropolitanos. A subordinação estrutural de nossa burguesia é aprofundada com os favores da abertura dos nossos portos aos capitais amigos desde o governo Kubitschek, propiciando uma abertura sem precedentes para os capitais estrangeiros, e com uma *apropriação dual* do excedente econômico, com base na *superexploração* da força de trabalho nacional, agravando a *atrofia estrutural* do capital nacional: a reprodução ampliada do historicamente velho. Na visão caiopradiana,

"Paralelamente e ligada a essa política de favorecimento dos interesses imperialistas, estava a promoção do grande capital nacional, seja por estímulos creditícios (para o que funcionava o Banco de Desenvolvimento Econômico, dirigido pelo mais puro expoente da economia capitalista, Roberto Campos, e que, reunindo capitais arrancados através de empréstimos forçados do conjunto dos contribuintes brasileiros, o adicional do imposto de renda, dele se servia para financiar as grandes empresas), seja pela inflação, que reduz os salários reais e acrescenta com isso os lucros capitalistas. *Entreguismos* e *inflação* em escala sem precedentes, foi isso o essencial do governo Kubitschek, sem contar as negociatas e oportunidades de bons negócios à custa do Estado e da Nação, como em particular no caso da construção de Brasília. E foi isso que levou, de um lado, ao total enfeudamento da economia brasileira ao capital imperialista, e doutro, à redobrada exploração do trabalho pelo capital (que é a conseqüência mais direta e imediata da inflação), e à decorrente concentração e acumulação capitalistas em proporções jamais vistas no Brasil. Nunca se enriqueceu tanto no Brasil como nestes '50 anos de desenvolvimento em 5' do governo Kubitschek, como também se empobreceu tanto e tão rapidamente. O que, disfarçado pela euforia inflacionária e especulativa desses últimos anos, começa agora a se fazer sentir bem claramente". (Prado Jr., 1977: 25-26)

Segundo Covre, "É após 1964, com a tomada do Estado pelo 'partido' orgânico do grande capital que penetramos de vez no contexto do capitalismo monopolista, e quando, também, da perspectiva da ideologia dominante, começamos a trilhar os primeiros passos mais decisivos para o 'capitalismo social', com objetivo de alçar a 'democracia social' do projeto golberiano para citar uma indicação. É o momento em que redefinimos melhor nossa relação no âmbito internacional e nos inserimos com mais um *elo* das relações imperialistas conforme o 'pacto de interdependência' , e que, da perspectiva ideológica, nos projetamos como 'grande potência' dentre essas relações do 'mundo livre'". (Covre, 1983:46-47)

E óbvio que aqui não se trata de reinventar o nosso passado e sim de, ao reproduzir suas determinações essenciais, compreender a lógica do capitalismo brasileiro e as ilusões socialmente necessárias que lançaram *os gestores do capital atrófico*, os "novos demiurgos", numa verdadeira operação de guerra, traçando estratégias, a fim de aniquilar as forças "inimigas" — sindicalistas, operários, estudantes, parlamentares, oposicionistas em geral — e propiciar um novo ciclo de acumulação associada, dessa forma, controlar a própria história.

Os conspiradores de 1964 apresentaram-se como portadores de uma autêntica revolução. Tal como em nossa história pregressa, a "revolução" não atenta a ordem do capital, mas surge como uma "renovação conservadora", uma "revolução regeneradora", para acelerar o desenvolvimento capitalista. Dada a ameaça da "república sindical", porta de entrada para o comunismo internacional, e da incapacidade do povo brasileiro, particularmente dos proprietários, as Forças Armadas se apresentam para mais uma intervenção em nome da restauração da ordem e do equilíbrio social, porém, agora com uma base ideológica necessária à *guerra fria:* a doutrina de segurança nacional.

Para o pensamento de extração marxista, o termo *revolução* não contém as ambigüidades apresentadas no *ideário 64,* construído no *sentido de conservação* das estruturas essenciais do capitalismo, de preservação dos valores da ordem, da família, da propriedade e do pensamento cristão. Trata-se, aqui, de impulsionar e promover a consolidação do capitalismo, como a melhor forma de combater o comunismo. Ao mesmo tempo, que se tem em vista que a superação do atraso teria de passar por uma longa transição, dada a herança histórica do nosso subdesenvolvimento. Nessa longa empreitada, as subversões florescem. O nosso "partido da ordem" acreditava que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria, segundo o bonapartismo, a diminuição das desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional, assim como, propiciando a formação de uma indústria bélica, para a *segurança nacional.*

No quadro de um autêntico processo revolucionário, que abalou um conjunto de países, em 1848, Marx assinalou que "Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no *partido da ordem,* contra a classe proletária, considerada como *partido da anarquia,* do socialismo, do comunismo. Tinham 'salvado' a sociedade dos '*inimigos da sociedade'.* Tinham dado como senhas a seu exercício as palavras de ordem da velha sociedade — 'propriedade, família, religião, ordem' — e proclamado aos cruzados da contra-revolução: 'Sob este signo vencerás!' A partir desse instante, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe ante o grito: 'Propriedade, família, religião, ordem'. A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um 'atentado à sociedade' e estigmatizada como 'socialismo'." (Marx, 1974: 341-2)

"Sob este signo vencerás!" Restava, pois, para consumar a farsa, que a ralé da sociedade burguesa se constituísse na "sagrada falange da ordem". Basta pouco esforço para lembrar que, ao lema "Reforma agrária! É na lei ou na marra!", considerado obra de comunistas, os falangianos gritam: "Querem acabar com a propriedade!" Conclamam as classes médias para marcharem juntas — com Deus, a Pátria, a Propriedade — pela conservação da ordem.

Soa, dessa forma, demasiado trágico saber *quem* são os sujeitos da conspiração de 1964, *como* exercem o poder e *quais* interesses eles, na verdade, representam. Ademar de

Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Castello Branco, Odylio Denys, Costa e Silva, Ernesto Geisel, Carlos Luis Guedes, Cordeiro de Farias, Golbery do Couto e Silva, Portella de Mello, Olympio Mourão Filho e tantos outros, são considerados "revolucionários de primeira hora"; e, no entanto, detectando suas determinações concretas, não é difícil ver nestas grotescas figuras sua clara posição social e identificação com as classes dominantes e, no espectro político, com as forças conservadoras.

Brizola tem inteira razão quando divisa dois grandes momentos no processo conspiratório e de consolidação do poder monopolista. "Ocorreram dois golpes. O primeiro golpe foi um golpe típico latino-americano de algumas forças civis apoiando um movimento militar que surgiu em Minas Gerais... Agora, no curso daquele golpe, deu-se um outro, por dentro. Este foi o que ficou. E acabou expelindo todos os personagens, civis e militares, que participaram do primeiro". (Brizola *apud* Starling, 1986: 311-312)

Num dos grupos, com destaque para os governadores na eclosão do movimento, supunham que, depois de um breve período de intervenção militar, passariam a ter a condução do poder político; porém, rapidamente, foram descartados. Triste sina reservada aos pretendentes à cumeeira do Estado: Magalhães Pinto, que mais tarde passará a aglutinar dissidências militares; Juscelino Kubitschek, que buscará a composição de uma ampla frente oposicionista; e Carlos Lacerda, a maior expressão política da direita, que tresloucado passará a denunciar o movimento conspiratório de que participou como uma "nova quartelada". O outro, o bloco dos militares, o grupo vitorioso, que no andamento da carruagem, também, vai apresentar uma luta de foice em quarto escuro.

A fim de justificar os seus atos arbitrários, que rompiam com a ordem democrática, a *ideologia 64* se reveste de termos que, em verdade, estão em oposição ao significado onto-histórico, da posição marxiana, desde que se tenha em mira o objetivo da emancipação humana e da revolução contra o Estado e o capital. Por este motivo, "Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1.° de abril de 1964 se enfeitou do nome de 'revolução'. E que seus promotores sabiam, como sabem da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira". (Prado Jr., 1977: 22)

Segundo Caio Prado Jr., na acepção marxista, o significado histórico-concreto do termo é preciso: "'Revolução', em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou, mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem às necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e

política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente há de entender por 'revolução'". (Prado Jr., 1977:11-12)

Para a crítica caiopradiana, no que concerne às ilusões dos comunistas do pré-64, está nítido que não se entreabria uma situação *revolucionária,* segundo a qual à cisão no tope do poder corresponderia uma ampla movimentação espontânea de massas dirigida por uma vanguarda revolucionária, o *partidão,* que aprofundaria a fenda no poder das classes dominantes e cruzaria para uma quebra da hegemonia dos proprietários. "Muitos, na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período malfadado como de ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças de reação. Isso porque deu a essas forças a justificativa de que necessitavam — o alarma provocado pela desordem administrativa, implantada à sombra da inépcia governamental, aproveitada e explorada por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular, e estimulada no mais das vezes por interesses à reação para encobrir seus verdadeiros propósitos, e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto de salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe". (Prado Jr., 1977: 23)

Numa batalha travada no interior do próprio partido, Caio Prado Jr. desmistifica as ilusões prestistas, de que nunca o partido estivera tão influente e organizado, e anuncia com veemência o golpe às escâncaras. O porta-voz de uma minoria no interior do Partido Comunista reconhece a positividade da movimentação de massas e os conteúdos significativos das reformas estruturais, ao mesmo tempo em que denuncia as conseqüências práticas nefastas do dogmatismo estalinista: "Contudo apesar daquelas circunstâncias altamente favoráveis à maturação do processo revolucionário brasileiro, o que se tem visto, afora agitação superficial, por vezes aparatosa, mas sem nenhuma profundidade ou penetração nos sentimentos e na vida da população, afora isso, o que há de real é a estagnação daquele processo revolucionário. Ou, pior ainda, a sua degenerescência para as piores formas de oportunismo demagógico, explorando as aspirações populares por reformas. Foi esse espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1.° de abril". (Prado Jr., 1977:22-23)

Caio Prado Jr. reclama, com justeza, a ausência de um corpo teórico revolucionário para que a esquerda compreendesse o terreno minado em que atuava e sua plataforma completamente descolada da particularidade histórica brasileira: "Realmente, na ausência de tal teoria, e incapacitadas por isso de conduzirem, na complexidade dos fatos reais que não se ajustam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias". (Prado Jr., 1977: 23-24)

Florestan Fernandes também não deixou margens à dúvida, ao se referir ao golpe de estado de 1964, em sua análise complexa: "Se um golpe de Estado é descrito como 'revolução', isso não acontece por acaso. Em primeiro lugar, há uma intenção: a de simular que a revolução democrática não teria sido interrompida. Portanto, os agentes do

golpe de Estado estariam servindo à Nação como um todo (e não privando a Nação de uma ordem política legítima com fins estritamente egoísticos e antinacionais). Em segundo lugar, há uma intimidação: uma revolução dita as suas leis, os seus limites e o que ela extingue ou não tolera (em suma, o golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava *redentora,* mas, na realidade, o 'império da lei' abolia o direito e implantava a 'força das baionetas': não há mais aparências de anarquia, porque a sociedade deixava de secretar suas energias democráticas). (...) A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)." (Fernandes, 1981: 8-10)

Todavia, o que importa registrar é que estávamos bem longe de um processo social que emergia de uma *situação revolucionária,* tal como foi examinada por Lenin, a partir da realidade européia. Em nossa circunstância histórica, a ameaça que se divisava, concretamente, eram as conseqüências práticas das Reformas de base, caso se efetivassem, recolocando para as facções das Forças Armadas um velho dilema: o varguismo democrático de massas *versus* o antivarguismo. Ou seja, reformas estruturais com base no estatuto popular e nacional, que se entrechocavam com os desígnios do imperialismo, na visão conservadora, o Brasil daria entrada para uma possível *república popular,* porta aberta para uma nova Cuba, na América Latina. Reformas anunciadas pelo próprio executivo, com forte apoio sindical e popular, porém, sem um enraizamento orgânico para o enfrentamento direto no interior das lutas de classe.

Registre-se, nesse passo, a explicitação da natureza *bonapartista* da dominação de nossos proprietários instaurada a partir do golpe de Estado de 1964. Esta forma da dominação autocrático-burguesa constituiu-se num domínio exercido *de modo indireto* pelo conjunto da burguesia, pelas armas, subjugando, castrando ou atrelando os poderes legislativo e judiciário. Esta estrutura de poder burguês montada sob um executivo absolutizado, forte, ditatorial, foram capturadas por Marx e Engels em suas análises históricas do poder imperial de Napoleão III e de Bismarck no período guilhermino, no século passado.

Marx fez severas críticas à condução bonapartista do poder imperial ao determinar a sua prática impiedosa, tal como uma "máquina de guerra nacional contra o trabalho", haja vista que "Na sua ininterrupta cruzada contra as massas produtoras, ela foi forçada, contudo, não só a investir o executivo de poderes de repressão continuamente acrescidos mas, ao mesmo tempo, a despojar a sua própria fortaleza parlamentar — a Assembléia Nacional — de todos os seus meios de defesa, um após outro, contra o executivo". Declarando-se a favor de todas as classes sociais, porém, mantendo a supremacia do capital sobre o trabalho, em nome da quimera da glória nacional. "Na realidade", continua Marx, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era

contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria sumptuosa, meretrícia e degradante". (Marx, 1984: 64-65)

Em suas reflexões ontológicas, Marx apontava para esse poder indireto da dominação burguesa que atua no sentido de desmanchar as formas democráticas, pelas quais as classes sociais fazem valer os seus interesses antagônicos. Com isso, "Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores". Mais ainda, essa força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil, pode ser considerada como a "última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros". "(...) a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores". Em suma, "(...) é uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu". (Marx *apud* Galvão, 1984: 123)

Está claro que é preciso acima de tudo diferenciar as circunstâncias e especificidades históricas do bonapartismo *clássico* com relação ao bonapartismo brasileiro, forma *particular* identificada ao regime militar. A figura de um aventureiro e oportunista no poder como segundo império francês, ou a presença marcante de um estadista do porte de Bismarck, certamente, inexistem na realidade brasileira. Há que atentar que não se trata de uma colagem histórica, mero recurso analógico de empréstimo de figuras. Trata-se de, nas palavras de Marx, *compreender a lógica específica de um objeto específico.* Como acentua Francisco de Oliveira: "aí Bonaparte, isto é, as Forças Armadas, emergem como árbitros de uma situação que politicamente havia chegado a um impasse, cuja raiz deve ser buscada na assimetria entre a diferenciação da estrutura social e o seu registro, ao nível dos processos políticos e, por fim, na estrutura do poder, no Estado. Bonaparte emerge, e Bonaparte tem espada, e Bonaparte corta os nós górdios que eram formados pelas antigas relações entre o tripé das forças produtivas e as classes sociais dominadas. A história do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, do outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação do tripé com as classes sociais dominadas. Esta nova relação é, como sempre, em qualquer sistema capitalista, uma relação de força, mas cuja forma é agora diferente". (Oliveira, 1977: 120)

Trata-se, pois, em nosso caso, de uma recomposição das frações das classes dominantes a fim de desarmarem a movimentação das massas populares, em especial, a repressão ao movimento operário-sindical, a fim de consumar um novo ciclo de acumulação capitalista, obstada precisamente pela "República sindical" de João Goulart. Nos termos de Antunes: "Em 64 houve um rearranjo no bloco de poder que articulou vários setores dominantes,

desde aqueles vinculados ao campo, até os industriais, financeiros, etc., tendo como núcleo predominante os interesses dos monopólios e das finanças internacionais. Recorreu-se, então, a uma *forma bonapartista de poder*, dada pela presença dos militares à frente do Estado, o que fez com que, livres das preocupações políticas, aqueles setores dominantes alcançassem um intenso desenvolvimento". (Antunes, 1985:34)

Engels fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês ao escrever que "o *bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna".* Na continuidade ele acrescenta: "Vejo cada vez mais que a burguesia não foi feita para reinar diretamente; por conseqüência ... uma semiditadura bonapartista torna-se a forma normal; ela tem nas suas mãos ... os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação". (Engels *apud* Antunes, 1985: 116)

Engendra-se, assim, uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capitalismo. Em Marx, muito pelo contrário, não encontraremos a idéia de que o bonapartismo surge quando se abre um vácuo de poder, como assegura a *analítica paulista.* Marx sinaliza como esse polvo gigantesco "abarca como uma rede o corpo da sociedade e tapa todos os seus poros". Nessa linha, Carlos Estevan Martins tenta apanhar a especificidade: "Contudo, o que distingue o fenômeno bonapartista não é o fato de o Estado ter sido dotado de uma maior ou menor capacidade superordenadora da sociedade. Isso não é fundamental. O que é típico das situações bonapartistas é que a capacidade de iniciativa da autoridade governamental fica, em grande parte, desligada das volições específicas e imediatas das classes dominantes ou de qualquer de suas partes componentes, esfumando-se assim o peso político diretamente aplicado pelo bloco no poder ou pelas coalizões em luta pela predominância política". (Martins, 1977: 193)

Na história brasileira, a entificação do capitalismo não se verificou por um amplo processo democrático de massas. A via colonial desconheceu processos instauradores que conformaram um regime democrático-burguês consolidado. Ao contrário, na particularidade brasileira, nasce uma burguesia cuja potência auto-reprodutiva do capital é extremamente limitada, não possuindo uma dinâmica própria que pudesse efetivamente representar os interesses das demais categorias sociais. É graças à esta determinação histórica, à sua *incompletude de classe do capital,* que se constitui o *capital atrófico,* com suas características particularista e exclusivista: "Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrófico e de sua (des)ordem social e política, a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é, sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim chamada *evolução nacional*". (Chasin, 1989: 49)

O *ardil do politicismo* surge, assim, como uma arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado. Mecanismo que lhe permite manipular as consciências oposicionistas, debilidade estrutural e força política que lhe aumenta:

"Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político a debate e ao 'aperfeiçoamento'. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado". (Chasin, 1982: 8)

Há que examinar que o poder do capital atrófico em nossa formação oscilou entre duas formas de uma mesma dominação. José Chasin foi mais longe ainda ao examinar, ao longo de nossa história republicana, a processualidade da dominação burguesa: "Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada,* que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade de hegemonia burguesa, no caso, resultar de e no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em 'tempos de paz', o *bonapartismo* é sua forma em 'tempos de guerra'. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela *via colonial,* as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre *diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada,* como toda a nossa história republicana evidencia". (Chasin, 1982: 11. Grifos nossos)

Da mesma forma, Carlos Estevan Martins detecta esse traço universalizante: "Acho, inclusive, que ao caso da burguesia brasileira se aplica o que Marx dizia da burguesia francesa na época do bonapartismo e do Império que se sucedeu à República como 'a única forma de governo possível no momento em que a burguesia havia perdido a capacidade de governar a nação': aqui também o bonapartismo militar e o império tecnoburocrático instauraram uma época que 'a sociedade burguesa, liberada das preocupações políticas, alcançou um desenvolvimento com a qual ela mesma jamais havia sonhado". (Martins, 1990: 211-12)

Este conceito de modo algum significa uma simples transposição do caso francês ou do *bismarckismo* meramente transplantado, mas designa uma forma de poder autocrático dos proprietários, que não é exercida diretamente pela classe dos capitalistas, ou seja, um poder executivo absolutizado, que manietando e controlando o legislativo — reduzido a um

bipartidarismo sob o mando do "Partido da Revolução" —, pratica uma dominação ditatorial e terrorista. Ao longo da história republicana, portanto, a dominação dos nossos proprietários se fez ora por uma autocracia institucionalizada ora pelo bonapartismo.

Importa determinar, todavia, que se trata de um Estado bonapartista de talhe *militar*, configurando especificidades numa sucessão de ditadores de plantão. Como observa Antunes: "A alternativa bonapartista mostrou-se, uma vez mais, como a solução *possível* para que as diferentes frações da burguesia — incluindo também a fração monopolista estrangeira — pudessem preservar a dominação do capital. A crise de hegemonia presente no bloco de poder, bem como a necessidade de reordenamento econômico e político configuraram, para as classes dominantes, a imperiosa necessidade do golpe de Estado, através das Forças Armadas. E o papel de massa de manobra para dar sustentação aos interesses do capital — outra característica do *bonapartismo* — foi devidamente desempenhado por amplos setores das camadas médias: o seu polo *tradicional* (composto pela alta burocracia estatal, profissionais liberais, etc.) engajou-se, pelo temor da radicalização do governo Goulart e pela intensificação da campanha anticomunista, na contramobilização em apoio à ação militar, ora galvanizado pelo ideário moralista e religioso, como no caso do movimento das mulheres cristãs, ora saudoso do liberalismo oligárquico, como no caso dos profissionais liberais; o seu polo *moderno*, resultante da industrialização monopolista do pós-55 e constituído pelos detentores da competência técnica ou administrativa na empresa capitalista (gerentes, economistas, administradores, engenheiros industriais, etc.) desejoso de ver restaurado um Estado preservador da ordem e da hierarquia social, também converteu-se em base social da contra-revolução". (Antunes, 1988: 120-1)

Ao contrário do viés politicista, que parte do céu para a terra, partindo do Estado político acredita compreender a sociedade civil, "do resumo oficial da sociedade à sociedade oficial" (Marx), aqui, portanto, propriedade privada e Estado não se separam. Isto porque,

"O circuito institucional do capital, totalizado pelas interconexões entre sociedade civil e Estado, inclui o papel forte do poder político na reprodução ampliada do capital e, em sentido inverso, a modalidade pela qual a sociabilidade do capital representa e reproduz a formação política dominante segundo sua própria imagem. Graças, portanto, à interdependência entre sociedade civil e Estado, tendo o capital como centro organizativo de ambos, se põe e repõe um efetivo anel autoperpetuador. Ou seja, a sociedade civil, estruturada em torno do poder do capital, garante com isso a dominação capitalista sobre o Estado político e com a mediação deste sobre o conjunto da sociedade". (Chasin, 1986: 226)

É sobre um amplo leque ideológico, formado por duas grandes facções — *grosso modo*, forças polarizadas entre o grupo da "Sorbonne" e os "duristas" —, que tentaremos, por meio da *análise imanente*, particularmente dos *discursos presidenciais*, configurar uma visão do mundo com seus núcleos essenciais, mas que, mesmo em suas modulações e diferenças, se perfilam coerentemente na *ideologia 64*, como componentes de uma mesma estrutura de dominação, *a forma bonapartista da autocracia burguesa.*

A Teoría da Via Colonial

Há que fazer justiça, nesse passo, à herança das investigações do historiador Caio Prado Jr. em sua monumental tentativa de capturar as determinações essenciais que conformaram nossa formação histórica. Por causa de sua militância comunista, foi preso em vários momentos de sua vida. Caio pertenceu aos quadros dirigentes da Aliança Nacional Libertadora em 1935, permanecendo encarcerado por dois anos, após o fechamento desta, em 1935; posteriormente, foi preso em 1948, um ano depois da cassação do PCB, e novamente, após o golpe de Estado de 1964, é detido em abril no DOPS. Em 1970, retornando do exílio no Chile, foi encarcerado no Presídio Tiradentes, em plena ditadura Médici, sendo absolvido pela Justiça Militar, em 1971.

Caio Prado Jr. foi o primeiro entre os marxistas brasileiros a se contrapor às teses estalinistas aprovadas no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em 1928. O Brasil, classificado como um dos países dependentes, alinhado aos países coloniais e semicoloniais, tinha conhecido, segundo a visão dogmática, formas produtivas asiáticas e feudais. A resolução estabelecia como objetivo revolucionário a ruptura com o passado pré-capitalista e o perfilamento dos comunistas com as burguesias nacionais, a fim de dar concretude às tarefas econômicas e políticas da "revolução democrático-burguesa". A missão revolucionária residia, precisamente, na luta contra as estruturas agrárias feudais ou semifeudais e contra o imperialismo, particularmente o capital inglês, realizando uma estratégia política similar à dos mencheviques no processo revolucionário russo: a "revolução democrática" com a hegemonia da burguesia local. Derrubando os mitos instituídos pelo estalinismo, como guia geral de atuação do comunismo internacional, Caio Prado Jr. rebateu uma a uma essas teses, equivocadas, principalmente, pelo transplante de determinações históricas do mundo europeu, transformadas em "classicidade", num desrespeito flagrante às formas específicas da objetivação do capitalismo em nosso país, cuja gênese histórica encontra-se no sistema colonial. Daí o sentido histórico de nossa subordinação estrutural, moldando formas particulares do ser e ir sendo capitalismo. Assim sendo, não haveria aqui, formas *feudais* de produção, formas pré-capitalistas, mas uma forma de latifundio particular de *tipo colonial,* fundada em relações *escravistas* de trabalho, cuja produção de valores de troca se realizava externamente, no mercado capitalista europeu em constituição. Tratava-se de estudar esta realidade por sua gênese histórica e o desdobramento de contradições sociais numa formação histórico-social específica.

A objetivação capitalista no Brasil, nesse caminho particular, não se processaria por um corte com o modo de produção pré-capitalista, os "resquícios feudais", mas que conservaria as determinações dessa estrutura agrária, organização produtiva com base no latifúndio com seu sentido da colonização, voltado para fora. Daí o desenvolvimento restringido do mercado interno e o lento caminhar do processo industrial, o caráter retardatário do desenvolvimento das forças produtivas materiais, com a exclusão de grande contingente da população brasileira da vida nacional. Assim, desde 1933, o marxismo brasileiro ganhava corpo, com a lucidez e padrão científico de seu maior historiador, desvencilhando-se do gradiente estalinista, que trouxe, na prática dos

comunistas, as formas mais aberrantes de ignorância histórica e o *taticismo* político que o acompanha, repleto de suas aberrações oportunistas e sectárias.

Para Caio Prado, uma das debilidades que permeavam o PCB era o seu despreparo teórico, o seu contumaz exercício do doutrinarismo, que o impedia de extrair da própria concretude histórica as propostas mais racionais para a elevação material e espiritual da grande maioria da população brasileira. Em sua obra *A Revolução Brasileira,* publicada após o golpe de 1964, num ajuste de contas com o oportunismo, especificou que, em nosso país, "a teoria marxista da revolução se elaborou sob o *signo de abstrações*, isto é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim — o que é mais grave — encaixar nesses conceitos a realidade concreta". (Prado Jr.,1977: 29) A discussão sobre a "natureza" da Revolução era imprópria, porque "a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução. Ora, é precisamente dessas reformas e transformações que se trata. Uma vez determinadas quais sejam — o que somente é possível com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes — terá interesse secundário (pelo menos imediato e para os fins práticos que são o que realmente no momento interessa) saber se a qualificação e classificação conveniente é esta ou aquela". (Prado Jr.,1977:15)

Uma viva discussão do marxismo brasileiro, difundida nos espaços abertos pelas editoras *Brasiliense* do próprio Caio, *Civilização Brasileira* de Ênio Silveira e *Paz e Terra,* surgiu, numa primeira fase, com a divulgação do pensamento lukacsiano e, posteriormente, com as obras de Antônio Gramsci, escritas no cárcere, acentuadamente pelo empenho de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. O jovem intelectual baiano produziu, aos 24 anos, um belo livro sobre *Literatura e Humanismo* (1967), e, na década seguinte, agora influenciado pelo eurocomunismo italiano, desenvolveria as teses do "compromisso histórico" e da "democracia como valor universal", caras ao PCI de Berlinguer, assim como aplicando de modo inteligente a conceituação lukacsiana de "via prussiana" para a análise literária e também para o nosso "intimismo à sombra do poder": a cooptação dos intelectuais brasileiros.

Na obra coletiva *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira* (1974), Coutinho chamava a atenção para o processo da constituição capitalista em nossa formação histórica, onde o caminho para o progresso social se daria permanentemente num quadro de conciliação com o atraso: "Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da 'via francesa' ou da 'via russa', a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo 'pelo alto' que exclui inteiramente a participação popular". (Coutinho, 1974:3)

O jovem lukacsiano de então soube captar determinados traços do significado essencial da transição para o capitalismo em nosso país, transição que partia de uma *subordinação formal do trabalho ao capital* para uma estrutura mais complexa do capital industrial.

Além disso, demonstrava a inexistência de uma revolução democrático-burguesa, capitaneada por uma burguesia progressista, humanitária e radical. Em nossa formação histórica, o conjunto dos elementos necessários para a construção da identidade nacional se põe com a conciliação entre o velho e o historicamente novo: "No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas — mesmo utópicas — de realizar na prática o 'cidadão' e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária — o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um 'grande mundo' democrático — contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada". (Coutinho, 1967:142)

Coutinho se valeria, assim, para entender as formas do romance brasileiro, da problemática da "via prussiana", problematizada por Lenin e ampliada por Lukács, particularmente, para a compreensão de nossa vida cultural. Esta polêmica mudava os rumos da discussão do "caminho brasileiro para o socialismo", deslocando-a para o campo da particularidade histórica, tentando, com isso, escapar das malhas abstratas e caricaturais das conceituações marxistas convertidas em receituário dogmático. Desse modo, tomando o caso italiano como referencial teórico, buscavam-se certas determinações específicas do *reformismo* e *conciliação pelo alto:* modo pelo qual as categorias sociais arcaicas se combinavam com as novas, excluindo a participação popular dos destinos econômicos e políticos da entificação nacional.

Assim como no caso chileno, tematizado pelo PCI, que via na ausência de um verdadeiro "compromisso histórico" entre as forças democráticas chilenas, como causa da derrota do governo *social democrata* de Allende. Nesse sentido, o "eurocaboclismo", a nossa versão nativa do eurocomunismo italiano, tentava desenvolver uma *cultura democrática* no seio das esquerdas brasileiras, para que estas abandonassem a instrumentalização da democracia parlamentar, agora não mais como *meio orgânico da dominação particular dos proprietários,* mas transformada em patrimônio universal da humanidade, no próprio objetivo final: a democracia como *valor universal.* Para isto, o próprio Marx seria "lido" de modo a atender esse prisma. Não seria a sua dialética a base filosófica da "democracia como valor universal"? A famosa passagem marxiana, segundo a qual "O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso", passa a ser interpretada de modo que "a dialética — que afirma uma totalidade concreta, uma 'síntese de múltiplas determinações' (Marx) — apareça como a base filosófica da democracia". (Coutinho, 1980: 31, n.17)

O conceito hegeliano de *superação dialética (Aufhebung)* era afirmado a todo momento para confirmar que o socialismo é a extensão do liberalismo, o seu verdadeiro herdeiro. Isto porque, no sentido hegeliano — e não na posição marxiana —, o termo expressa as idéias de ultrapassagem, negação, conservação e elevação. É o taticismo renovado, só que muito mais próximo ao revisionismo originário de Bernstein, quando este acentuava: "Na realidade não existe idéia liberal que não pertença também ao patrimônio de idéias do socialismo". Noutra passagem, de modo mais incisivo, é dito: "Nesse sentido, poder-se-ia mesmo definir *o socialismo como um liberalismo organizador".* (Bernstein *apud* Hobsbawm, 1982, 283).

Exprimindo as mesmas concepções do "socialismo democrático", Coutinho expõe a sua visão plural de hegemonia: "A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia *organizada,* na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa (sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.) e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, *a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia,* na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos autônomos. (...) Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (*Aufhebung):* a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda". (Coutinho, 1980: 31)

O risco novamente se colocaria para os comunistas: a de fazer da "via prussiana" um novo "modelo", um "tipo ideal", que não só afetaria o ecletismo teórico dos marxistas brasileiros, mas também atingiria sua estratégia programática. Qual era a natureza do poder edificado a partir do golpe de 64? A tentação de nomeá-lo de "fascismo"[2] era inevitável. Como os comunistas potencializariam uma "Frente Antifascista" para derrotar o "fascismo brasileiro", unificando as forças democráticas do país, numa aliança entre capital e trabalho? Em que medida, o caso italiano e a proposta *eurocomunista,* da constituição do "compromisso histórico", não seria a mais adequada para o "caminho brasileiro ao socialismo"? Em que medida a "Frente antifascista", centrada no PMDB seria esse amálgama de vários setores na convergência de um "bloco histórico", que derrubaria a "ditadura fascista" brasileira (aliás com componentes desse mesmo poder)? O nó estava dado.

Outra *abstração irrazoável* de Coutinho está em sua insistência em interpretar a política por meio das afirmações marxianas sobre outra esfera da realidade: a arte. Enquanto ai política é uma esfera inessencial à entificação do gênero humano, porque se funda precisamente nos conflitos práticos da humanidade; a arte é, para Marx, uma esfera essencial ao devenir homem do próprio homem. Segundo Coutinho, "Para o materialismo histórico, contudo, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade.* É do próprio Marx a observação segundo a qual a arte de Homero não perde seu valor universal — e conserva até mesmo sua função de modelo — apesar do desaparecimento da sociedade

grega primitiva na qual essa arte teve sua gênese". (Coutinho, 1992: 18-19) Valendo-se dessa determinação histórica entre gênese e validade, Coutinho sustenta que — ao menos hipoteticamente — mesmo "com o desaparecimento da sociedade burguesa onde tiveram sua gênese", as formas institucionais da democracia política não perdem seu valor universal.

Na linha desse novo formalismo, está claro que, de um modo mais sofisticado, a doutrina da *democracia como valor universal* — a democracia não mais considerada como meio —, passava a ser tomada como *um fim em si mesma;* não seria mais "instrumentalizada", mas sim um patrimônio universal da humanidade, que se situava acima das classes sociais e da própria anatomia da sociedade civil: o *capital.* Esta certeza ficou estabelecida de modo nítido na formulação de um dos principais teóricos do "populismo": "Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários, em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana". (Weffort, 1984:61) Nessa acepção liberal democrática, os "divergentes e contrários" são perpetuamente conservados. Capital e trabalho disputam um lugar "digno" nesse espaço universalizado. O espaço da ética na politicidade sem o fundamento dos conflitos práticos da humanidade.

Dessa forma, reduzida à sua forma parlamentar, a democracia — meio orgânico da dominação burguesa —, deixa intocável a natureza da relação-capital, fundada no corte entre proprietários dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e os não-¬ proprietários. Portanto, tal como na visão liberal, que eterniza a *diferença histórico-¬ social*, estabelecendo, assim, uma divisão ilusória do poder plural de categorias sociais antagônicas. Excluía-se, portanto, a idéia cara a Marx de que o Estado moderno, em qualquer de suas formas, é sempre forma de opressão, monopólio da violência, ditadura de classe, obstáculo à efetivação de uma autêntica emancipação humana, não sendo assim, senão o "anel de ferro" que se reproduz moto-contínuo.

A proposta eurocomunista, na verdade, se alinha ao campo daqueles que defendem o aperfeiçoamento das formas democráticas como estrutura a ser permanentemente ampliada pela absorção dos direitos sociais, autonomizando-se a esfera política das relações sociais de produção. Mais uma vez, aquilo que parecia uma reflexão rica na captura das determinações particulares do processo histórico brasileiro acabou por tomar de "empréstimo" a estratégia da "frente popular" que derrotou o fascismo italiano. Agora a conceituação gramsciana de "revolução/restauração", pensada para o caso italiano, era transferida como referência modelar para a ação da "esquerda democrática" contra o regime militar. A estrutura política montada pelos gestores do capital atrófico, a partir de 1964, passava a ser identificada como o "fascismo brasileiro". O que ficará na sombra dessa transposição: como explicar a "transição transada" concebida e operada pelo próprio "Estado fascista", sem sua derrubada por uma ação revolucionária de massas,

pelas ações armadas do proletariado em aliança com o campesinato, numa frente composta também pelas frações *liberais* do capital? Como se deu a transformação dos "fascistas" em liberais? Tratava-se, nesse sentido, de montar em nosso país a mesma configuração e estratégia política usada pelos eurocomunistas italianos: a articulação de um "compromisso histórico" sob a direção hegemônica da "federação de oposições" de Ulysses Guimarães.

É bom recordar que, com a anistia conciliada, de 28 de agosto de 1979, na volta dos exilados, a primeira intervenção dos eurocomunistas, já maioria na direção do "partidão", sem a presença do *bloco prestista,* foi a de demover os metalúrgicos do ABC a não agudizar as contradições com o regime-militar, paralisando a decisão tomada pela greve de 1980, uma vez que o momento exigia a política de "não tensionar", mas sim, de aprofundar "a democracia como valor universal" com a bandeira "Constituinte com João", repetindo antiga adesão à fórmula nacionalista: "Constituinte com Getúlio".

No amplo leque de forças democráticas, que papel estaria então reservado à burguesia monopolista? A aptidão da burguesia brasileira para a "conciliação pelo alto", para a preservação das estruturas econômicas e políticas do capital, conservando as estruturas arcaicas, sem a necessidade de amplos movimentos populares, colocar-se-ia da mesma maneira que no processo de unificação italiana? A tentação do *apriorismo* implicou, no plano prático, na tentativa de compor o nosso "compromisso histórico" — um novo bloco reunindo todos os setores, independentemente da origem e condição social, num "campo democrático" — para derrubar o "Estado fascista brasileiro". Segundo Coutinho, a esquerda deveria se preparar para uma longa batalha, embrenhando-se, para alcançar reformas estruturais, numa árdua "guerra de posições", pois, para "conquistar e consolidar a democracia, a esquerda pode e deve buscar alianças com todos os setores interessados nessa conquista e nessa consolidação, independentemente da posição deles em face da conservação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil". (Coutinho, 1980: 116)

No âmbito teórico, continuamos nos valendo das reflexões de José Chasin, que em década e meia fez a redescoberta do *estatuto ortológico* do ser social nas obras de Marx. O que implica salientar, como conseqüência: o próprio esforço em reproduzir, pela lógica da particularidade concreta[3], a *via colonial* de objetivação capitalista no Brasil. Determinar concretamente a dimensão particular da natureza *atrófica* do capital, assim como a especificidade histórica das formas da dominação autocrático-burguesa em nossa formação social. Isto implica tematizar sobre a possibilidade concreta da efetivação de uma liberal democracia liberal dadas as condições particulares da *incompletude de classe* de nossos proprietários. Em outros termos, "Como poderiam coabitar com a soberania do povo, na inintegralidade de sua soberania enquanto classe do capital? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrófica". (Chasin, 1985: VII)

Jovem colaborador da *Revista Brasiliense* - introdutor das análises lukacsianas[4] desenvolvidas em *A Destruição da Razão,* citado nas páginas de *A Revolução Brasileira,* por causa de sua pesquisa sobre o I Congresso dos trabalhadores rurais em Belo Horizonte, sendo o editor da primeira publicação brasileira de uma trabalho de G. Lukács, em nosso país, a obra *Existencialismo ou Marxismo* (1967) —, J. Chasin abrirá uma fenda no dogmatismo, se propondo redescubrir o pensamento de Marx, no sentido de uma *instauração ontológica.*

Nas páginas da *Revista Temas de Ciências Humanas,* em setembro de 1977, J. Chasin aprofundava a polêmica, apontando os limites da aplicação do conceito de "via prussiana" para o caso brasileiro. Resumia as várias contribuições para uma apreensão dialética do caso brasileiro, e destacava suas principais deficiências: "De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o *caráter universal* do fenômeno capitalista, conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a 'constatar' a *ocorrência necessária* destes, a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. Assim, preservaram-se universais, mas não propriamente na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas. De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiper-acentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica, (...) faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída". (Chasin, 1977:151) Ou seja, de uma ponta a outra, ora se acentua o pólo de uma universalidade tomada abstratamente, ora se retém a singularidade imediata, também, abstrata. Perde-se, com isso, precisamente, o campo das mediações concretas.

Desenvolvendo elementos ontológicos do campo da particularidade concreta, J. Chasin passa a especificar as determinações da "miséria alemã" desenvolvidas por Marx, que assinalava o caráter tardio e retardatario do processo de entificação capitalista na Alemanha, "onde a emersão do *novo* paga alto tributo ao historicamente *velho".* Chasin, com isso, tomava o *caminho prussiano* como referencial *exemplar,* mas não como *modelo,* e sugeria o termo *via colonial* de objetivação capitalista para o Brasil. "Assim, de início, importa-nos como *particular contrastante* aos *casos clássicos,* clássicos, acima de tudo, porque mais *coerentes,* mais *congruentes* ou *consentâneos,* no nível de sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas partes fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como *racional,* no nível da máxima racionalidade historicamente possível". (Chasin, 1977:154) Daí a idéia de Brasil, numa atualização permanente, como um país contemporâneo, sem ser coetâneo.

Buscava, desse modo, estabelecer analogias a partir dos traços gerais, reunindo-os para estabelecer as diferenças concretas entre *particularidades históricas,* também elas distintas entre si, que se contrastam com os casos clássicos: "Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil, quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o 'reformismo pelo alto' caracterizou os processos de *modernização* de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer

seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento e a implantação e progressão da indústria, isto é, do 'verdadeiro capitalismo', como distinguía Marx, do modo de produção especificamente capitalista, é retardataria, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistencia de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro caso, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que o novo paga alto tributo ao velho." (Chasin, 1977:155)

Com isso, é possível extrair das particularidades históricas concretas aquilo que as distingue e separa. Leo Köfler, ao examinar as formações inglesa e prussiana, deixou uma feliz formulação sobre as peculiaridades do *atraso* alemão: "Assim como Inglaterra é o país europeu eternamente 'perfeito', Alemanha é o país eternamente *inacabado".* (Köfler, 1974: 406) Segundo o historiador polonês, o fato de a Alemanha não ter tido uma ideologia humanista radical e uma classe social portadora das "ilusões heróicas", impondo limites à uma "revolução democrática radical, fez com que uma série histórica de frustrações da burguesia fosse a causadora do *prussianismo.* O velho que enquadra o historicamente novo.

Na época das revoluções de 1848, participando diretamente daqueles acontecimentos centrais, Marx pôde contrastar as diferenças históricas que separavam a revolução prussiana de março com as revoluções de tipo europeu. Por esta razão,

"As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (Stils) *europeu.* Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política;* foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade européia.* Nelas triunfou a burguesia; *mas o triunfo da burguesia* foi então *o triunfo de uma nova ordem social,* o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. (...) Não houve nada disso na *revolução prussiana de março.* A revolução de fevereiro *suprimira* a monarquia constitucional efetivamente e a dominação da burguesia na idéia. A revolução prussiana de março devia *criar* a monarquia constitucional na idéia e a dominação da burguesia na efetividade. Bem longe de ser uma *revolução européia,* era apenas o retardado eco débil de uma revolução européia num país atrasado. Ao invés de estar à frente de seu século, atrasara-se mais de meio século em relação a ele". (Marx, 1993: 56-7)

A burguesia alemã não mais poderia se colocar como a representante dos interesses gerais da nova sociedade, pois que tinha decaído ao nível de "indolência, covardia e lentidão", "disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade". (Marx, 1993: 58)

Desse modo, tanto Marx quanto Engels escreveram sobre a *tragédia alemã* incidindo sobre a incapacidade dos trabalhadores, naquele momento histórico, de se projetarem numa autêntica alternativa histórica, diante de uma burguesia que mal iniciara seu processo de industrialização. Esta dependência ideológica dos trabalhadores em relação à burguesia é mais grave, porque ela própria estava articulada aos seus inimigos históricos, num evidente *compromisso* com o historicamente velho, o reino da Prússia, a dinastia Hohenzollern e os *junker*. "Em suma, o choque dramático era configurado — e se via previamente abortado — por categorias sociais que viviam o *inacabamento de classe* de seu retardo histórico e de seu desenvolvimento retraído, gerados pelo atraso econômico e determinando sua atrofia política. Uma burguesia de acumulação industrial ainda débil, acovardada diante de um proletariado ideológica e politicamente dependente, abraçara a salvação 'negociada' com o absolutismo e a nobreza feudal, enquanto ao proletariado, ainda sem consciência *de si,* restara ficar à extrema-esquerda da burguesia, pressionando sobre o flanco dessa". (Chasin, 1993: 35)

É óbvio que se torna tentadora a fabricação de analogias com as formações singulares que conheceram o *caminho prussiano* em direção ao capitalismo. No entanto, há que enfatizar que se trata de particularidades históricas distintas. De modo algum, portanto, como *modelo* a ser simplesmente aplicado, recurso, pois, que se abre ao formalismo no qual todas as imputações se tornam possíveis.

Certos traços gerais e comuns podem ser destacados, porém, como Marx acentuava ao se referir às formas históricas de produção social: "Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes". (Marx, 1974:110)

Trata-se, assim, de capturar a entificação do ser e ir sendo capitalismo em suas especificidades, ou seja, formas singulares que podem ser identificáveis por meio de um processo de reprodução mental, de *abstrações razoáveis,* "sob um mesmo particular, que antes os separa dos casos clássicos, do que os identifica entre si. (...) Observação que nos conduz, portanto, à constatação não mais apenas de uma única forma particular de constituição não clássica do capitalismo, mas a mais de uma. No caso concreto, cremos que se está perfeitamente autorizado a identificar duas, de tal sorte que temos, acolhíveis sob *o universal das formas não clássicas* de objetivação do capitalismo, a forma particular do *caminho prussiano,* e *um outro particular,* próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada) de extração colonial". (Chasin, 1977: 156)

Por isso, o exame da lógica da particularidade acentua a diferença histórica sobre o "retardo histórico" de sua constituição industrial moderna, a herança do latifúndio, a natureza das próprias categorias sociais, que sofreram problemas de *inacabamento,* como as burguesias alemã e brasileira. Enquanto que, no caso alemão, a burguesia alcança, num

determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas materiais, num processo acelerado, a fase do capitalismo monopolista desenvolvido, no caso brasileiro,

"A particularidade da via colonial (...) engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou a faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político democrático-liberal, de outro lado, a burguesia prussiana, realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela *via colonial* tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese,a burguesia prussiana é antidemocrática, porem autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo". (Chasin, 1980:128-9)

Na realidade concreta, a história do capitalismo se configura como a história de seus vários capitalismos, do conjunto de várias formações sociais singularidades, nos espaços onde o capital se tornou a relação dominante. Dessa maneira, "América Latina, África e parte da Ásia — na generalidade e sob muitas singularizações, das quais não podem ser abstraídas uma infinidade de distinções qualitativas e quantitativas no traçado concreto de cada caso —, constituem o espaço induzido da efetivação capitalista: a objetivação pela via colonial do capitalismo, que particularizava formações sociais economicamente subordinadas, socialmente inconsistentes e desastrosas, politicamente instáveis em sua natureza autocrática e culturalmente incapacitadas de olhar para si com os próprios olhos e traçar um horizonte para seus dilemas específicos na universalidade dos impasses mundiais. Sob os influxos e refluxos do capital metropolitano, produzem e reproduzem a miséria de sua incontemporaneidade, armada sobre a *incompletude de seu capital incompletável* e, por isso, sobre a natureza invertebrada de suas categorias sociais subalternas". (Chasin, 1989:39)

Nesse sentido, ganha relevância o conceito de *via colonial*, principalmente num momento em que a "pós-modernidade" se recusa a análise de processualidades históricas, da busca das determinações gerais que permitam conhecer e estabelecer os contornos específicos de cada entificação particular, na dialética entre singular, particular e universal e, em nosso caso, da captura da forma particular do capitalismo brasileiro e sua diferença histórica, no interior do desenvolvimento desigual e articulado do capital.

Por esta razão, esse complexo concreto historicamente determinado pode ser entendido como a *miséria brasileira*, pois "É determinação particularizada, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial (...). Compreende processo e resultantes da objetivação do capital industrial e do verdadeiro capitalismo, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está

conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto de mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é contemporânea de seu tempo." (Chasin, 1985:XI)

Assim como as classes dominantes na *via prussiana* do desenvolvimento capitalista, cuja transição para o capitalismo assistiu as classes proprietárias agrárias — categorias do historicamente velho — empalmar o poder político e comandar o processo de *unidade* nacional, a burguesia brasileira se moderniza, no entanto, sem conhecer o processo da revolução burguesa e sua emancipação econômica. A burguesia, "nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos, quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal de Estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre fins particulares." (Chasin, 1985:X)

Como se pode depreender disso, a gênese da burguesia brasileira está sua entificação agrária de *tipo colonial,* e não na ruptura com os "restos feudais", abrindo passagem, com a formação do capital industrial, para uma configuração de subordinação estrutural que não lhe permite marchar na efetivação de sua emancipação social. O que ela deseja é estar distante das massas populares. Aqui, a evolução nacional não tem correspondência com a progressividade social, vinga uma *modernização excludente*, onde, concretamente, há uma discrepância entre evolução nacional e progresso social, uma vez que geneticamente se põe como ser social atrofiado: "Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida, e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. E de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria". (Chasin, 1986: 5)

Com os desdobramentos de suas determinantes estruturais do capitalismo brasileiro, consubstanciando um tipo de capital atrófico, subordinado e induzido de fora, sua lógica *desembocou na modernização excludentte e a violência institucionalizada,* configurando o modo de ser do *autocratismo burguês,* desconhecendo que pela via colonial da objetivação do capitalismo, a reprodução do país hospedeiro sempre o faz na condição de subalternidade, "o receptor tem de ser reproduzido sempre enquanto receptor".

"Em outras palavras", desenvolve com precisão o autor da via colonial, "pelo estatuto de seu arcabouço e pelos imperativos imanentes de sua subordinação, tais formações do capital nunca integralizam a figura própria do capital, isto é, são capitais estruturalmente incompletos e incompletáveis. Pelo que são e vão sendo, em todo fluxo de sua ascensão,

ponto a ponto, reiteram a condição de subalternidade do 'arcaico', para a qual todo estágio de 'modernização' alcançada é imediatamente reafirmação de sua incontemporaneidade. O receptor é assim a desatualidade permanente, o 'arcaico' irremissível, por si e pela relação com o outro; dito ao inverso, o 'arcaico' é a condição de existência do receptor".

Implicando assim, as margens limitadas da potência auto-reprodutiva do capital, impossibilitando um *projeto nacional* que possa efetivamente integrar as categorias subalternas. "Por conseqüência, a passagem deste ao moderno só pode ser dada pela *ruptura da subordinação; se esta é* impossível, a *modernização efetiva* é igualmente impossível. Donde, tal como hoje é formulada, a contraposição abstrata entre o arcaico e o moderno e a pregação da *modernização sem ruptura* é meramente a *reciclagem do arcaico,* o reajustamento da desatualidade, sem o qual a formação receptora fica imprópria para a exercitação do capital dominante, e até mesmo a simples sustentação do espaço capitalista subalterno fica comprometida em sua estagnação". (Chasin, 1989: 41)

Nessa mesma direção, Darcy Ribeiro em seu permanente combate à *reprodução do arcaico* em nossa formação social, buscou decifrar a natureza *conservadora* de nossos proprietários, a partir do modo de sua *inserção retardatária na história* do capitalismo — a origem *colonial* —, ao mesmo tempo, em que combatia a crença dos dominantes, segundo a qual o nosso atraso deriva da *incultura* de nosso povo:

"A resistência às forças inovadoras da Revolução Industrial e a causa fundamental de sua *lentidão* não se encontram, portanto, no povo ou no caráter arcaico de sua cultura, mas na *resistência das classes dominantes.* Particularmente nos seus interesses e privilégios, fundados numa ordenação estrutural arcaica e num modo infeliz de articulação com a economia mundial, que atuam como fator de atraso, mas são defendidos com todas as suas forças contra qualquer mudança. Esse é o caso da propriedade fundiária, incompatível com a participação autônoma das massas rurais nas formas modernas de vida e incapaz de ampliar as oportunidades de trabalho adequadamente remuneradas oferecidas à população. É também o caso da *industrialização recolonizadora,* promovida por corporação internacionais atuando diretamente ou em associação com capitais nacionais. Embora modernize a produção e permita a substituição das importações, apenas admite a formação de um *empresariado gerencial,* sem compromissos outros que não seja o lucro a remeter a seus patrões. Estes se fazem pagar a preços extorsivos, onerando o produto de trabalho nacional com enormes contas de lucros e regalias. *Seu efeito mais danoso é remeter para fora o excedente econômico que produzem, em lugar de aplicá-lo aqui. De fato, ele se multiplica é no estrangeiro"* (Ribeiro, 1995: 250. Grifos nossos)

Situando a função da exploração de nossa força de trabalho no contexto da subordinação estrutural, Darcy Ribeiro torna cristalina a particularidade de nossa modernização na divisão internacional do trabalho, um capitalismo que, sugando os esforços nacionais, torna desigual a recomposição e elevação das parcelas humanas da totalidade social. Nesse sentido, *"Modernizada reflexamente,* apesar de jungida nessa institucionalidade retrógrada, a sociedade brasileira não conforma um remanescente arcaico da civilização ocidental, cujos agentes lhe deram nascimento, mas um dos seus 'proletariados externos',

conscritos para prover certas matérias-primas e para produzir lucros exportáveis. *Um proletariado externo atípico com respeito aos protagonistas históricos,* (...) porque não possui uma cultura original e porque *sua própria classe dirigente é o agente de sua dominação externa.* (...) Por conseqüência, a economia brasileira, que sempre viveu faminta de mão-de-obra, tendo que importar grande parte de sua força de trabalho, hoje vê sua população tornar-se excedente das necessidades da produção. É o trabalhador brasileiro que se torna obsoleto como uma força descartável dentro da economia nacional." (Ribeiro, 1995:251-261. Grifos nossos.)

O vigor da crítica de Darcy Ribeiro assinala a linha de continuidade das estruturas de poder na reprodução dos mecanismos repressivos ao largo de toda a nossa tradição histórica:

"Nessas circunstâncias, o Estado apresenta também *mais continuidades do que rupturas,* estruturando-se como uma máquina político-administrativa de repressão, destinada a manter a antiga ordenação, operando nas mesmas linhas a serviço da velha elite, agora ampliada pelas famílias fidalgas que vieram com o monarca e por novos-ricos que surgem com a modernização. O povo reage ao longo de quase todo o país contra a estreiteza dessa independência, exigindo a expulsão dos agentes mais visíveis da velha ordem, que eram os comerciantes lusitanos. A repressão mais cruenta o compele a submeter-se." (Ribeiro, 1995: 252. Grifos nossos)

Em sua crítica radical às concepções a-históricas dos comunistas no pré-64, Caio Prado Jr. questionava a crença na existência histórica de uma burguesia *nacional,* que se posicionasse *na luta* contra o imperialismo: "os capitais e as iniciativas estrangeiras e nacionais se foram combinando e interpenetrando de tal forma, que não há realmente mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre de 'contaminação' imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma burguesia 'nacional' antiimperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução". (Prado Jr., 1966:110-1)

Recorde-se que o historiador marxista escrevia estas linhas dois anos após a vitória do *bonapartismo militar* e a derrota sem resistência das esquerdas, sem, portanto, poder dimensionar a intensificação nos dias que correm da internacionalização do capital; sendo assim, ele arremata: "Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes alguns representantes possam individualmente entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza eventualmente em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam na situação brasileira circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A '*burguesia nacional',* tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil". (Prado Jr., 1966:190)

Florestan Fernandes, aproximando-se desta leitura, tenta configurar a processualidade histórica do capitalismo brasileiro, captando as formas específicas de estruturação das classes sociais nesse sistema, articulando sua estrutura anatômica com as formas políticas e sociais determinadas, ainda que se detenha mais no peso especifico do poder estatal. Criticando as estruturas da dominação autocrático-burguesa em nosso país, Florestan

propugnava uma autêntica "revolução democrática", uma tomada de posição que pudesse romper com as amarras do "capitalismo difícil e selvagem", numa viragem histórica que colocassem *os de baixo* numa "nação civilizada", ainda que, na imediatidade histórica, não vislumbrasse a superação do modo de produção capitalista. A seu feitio, com indignação, perguntava-se, a todo o momento, quais razões possibilitaram às classes dominantes impor um domínio restrito e exclusivista, regido pelo cego egoísmo e exclusivismo particularista, cuja violência e barbarismo anacrônicos submetem, secularmente, as maiorias espoliadas e exploradas deste país?

Segundo Florestan, "Há uma guerra civil permanente e aberta em nossa sociedade civil. E é uma guerra sem quartel. Os privilegiados não abrem mão de nenhuma partícula de privilégios e brandem, por qualquer coisa, as armas brancas de degola e suas bandeiras 'sagradas', que põem a propriedade e a iniciativa privadas acima de sua religião, de sua pátria e de sua família — o que quer dizer que eles não possuem religião, pátria e família ou que, ao possuí-las, não reconhecem o mesmo direito e a mesma necessidade natural aos que não contam no rol da minoria privilegiada". Por esta razão, "na verdade, tal 'classe dirigente' é irmã siamesa dos que nos exploram a partir de fora e que não têm nenhuma razão especial, além da continuidade e do crescimento do botim, para desejar a vigência de uma República democrática; e compartilha com eles a responsabilidade pelo neocolonialismo imperante". (Fernandes, 1986:74-75)

Na finalização do regime militar, com a "trasição transada" operada para sua conversão em *liberalização outorgada,* sob cronograma e tutelagem militar, Florestan se indagava "Falsa república ou revolução democrática? Autocracia burguesa ou uma forma democrática de República?" (Fernandes, 1986:77) Sua tematização do "*capitalismo difícil e selvagem"* implicava analisar as autolimitações da própria dominação dos proprietários, fazendo do *golpismo* um procedimento inerente ao seu ser social. Assim, "O capitalismo selvagem revela-se um modo de ser arraigado, que bloqueia uma parcela considerável das 'classes dirigentes', acorrentando-as a uma gravidade política funesta, que impede ou trava toda e qualquer forma burguesa não-colonial de desenvolvimento do capitalismo, da sociedade civil e do Estado. Sob a sua ótica, o que não coincidir com a intocabilidade da ordem estabelecida e todas as suas iniqüidades é *'comunismo'* e precisa ser banido de nossa terra! Dessa perspectiva, torna-se inviável a existência de homens livres reais, embora com situações econômicas, sociais e políticas desiguais". Daí, a razão das possibilidades do golpismo burguês, na auto-reforma da autocracia, "em um momento histórico no qual os mais variados setores das classes subalternas se mostram decididamente empenhados na democratização das relações de produção e de distribuição, da sociedade civil e do Estado, a propensão ao golpismo tenderá a exacerbar-se e a tornar-se incontrolável". (Fernandes, 1986: 76)

É interessante destacar, também, que, no processo de objetivação das *Reformas de base* no pré-64, estava em jogo esta questão decisiva, — não o "estilo populista" que soçobrava, uma vez rompido o "pacto político", tornando impossível a "manipulação" das consciências operárias! —, questão inscrita na plataforma econômica de estatuto popular e nacional, a luta pela tentativa de ruptura democrática com nossa *modernização subordinada e excludente,* que se assentaria num *evolver nacional sem progresso social,* para uma alternativa democrática com forte apoio de massas. Esta é a *essência do*

trabalhismo que apoiada amplamente nas camadas populares, buscava integrá-las democraticamente num mercado interno ampliado, por causa disso, sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros se valeram de todos os recursos a fim de entronizarem um poder burguês *bonapartista,* poder indireto exercido pelo grupo militar hegemônico. Reiterando em nossa particularidade histórica, antiga determinação universalizante das classes dominantes, formulada por Engels: "O *bonapartismo e a religião da burguesia!"*

O que, historicamente, expressa esta determinação ontológica de nossa burguesia: "Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrófico e de sua (des)ordem social e política, *a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social* é sua única lógica, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada *evolução naciona".* (Chasin, 1989:49. Grifos nossos)

Numa outra visão, se atendo ao *americanismo* do golpe de 64, Werneck Vianna também especificou o nosso autocratismo burguês: "Sob o ciclo do regime militar, por *modernização* se compreendia a conclusão do processo de imposição do capitalismo, que estaria a requerer, na ótica dos seus dirigentes, o uso de recursos da *violência política* a fim de remover os entraves políticos e sociais à sua realização. Tratava-se, portanto, de uma americanização *por cima,* à base de uma *forma autocrática de Estado.* Para tanto, aparecia como necessária a imobilização política da sociedade e o estreito controle da sua vida associativa, impedindo-se assim que o planejamento estratégico da ação estatal fosse obstado. O 'social', nessa chave radicalizada de modernização autoritária, não se apresenta como uma dimensão com legitimidade própria — ele deve ser desorganizado 'por cima' e sob o impacto da nova estruturação da economia que o regime quer institucionalizar". (Vianna, 1997: 201. Grifos nossos)

O poder da ideologia

A teoria que sustenta nossa pesquisa tenta se vincular à instauração ontológica de K. Marx, suas investigações sobre o fenômeno ideológico, assim como, das amplas contribuições de G. Lukács, em sua *Ontologia do Ser Social,* que em nosso país, receberam tratamento especial nas reflexões de J. Chasin e Ester Vaisman. O primeiro desenvolveu estudo sobre a ideologia do integralismo, integrando-o à sua tematização da *via colonial* de objetivação particular do capitalismo no Brasil, desvendando a ideologia integralista como "forma de regressividade no capitalismo hipertardio", precisamente ao empreender a *análise imanente* do conjunto dos escritos do pioneiro e chefe da AIB, compreendendo sua *gênese* e *finalidade histórica.* Estes três momentos constitutivos da crítica ontológica — analise imanente, determinação social e função histórica — são

momentos que visam a dar concretude às abstrações razoáveis extraídas da própria complexidade do ser social. Vaisman, por sua vez, levou a fundo o mesmo procedimento, estudando a crítica ontológica de Marx à filosofia especulativa inscrita no idealismo alemão, por meio da análise imanente de *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels.

Marx, em seu tempo, exprimiu de modo límpido que "Os pressupostos com os quais começamos não são arbitrários, nem dogmas, são pressupostos efetivos dos quais só é possível abstrair na imaginação. Eles são os indivíduos efetivos, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as encontradas aí quanto as engendradas pela própria ação deles. Estes pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica". (Marx *apud* Fernandes, 1983:186)

Este caminhar em direção à própria realidade, para nela encontrar os seus elementos constitutivos, foi perversamente negado pelos "discípulos", que transformaram as afirmações marxianas em justificativas ideológicas do poder estalinista, descolando-as de sua determinação concreta, consubstanciando dogmas, modelos, imputações arbitrárias a serem aplicados ideologicamente.

Nas reflexões lukacsianas, uma determinação ontológica fundamental disso é que "O homem é um ser que dá respostas". (Lukács, 1969:132) O homem surge, assim, como um ser prático que reage às demandas postas pela própria realidade objetiva, um ser prático que transforma a natureza como resposta a necessidades determinadas. "Além desse caráter prático, o ser social é estruturalmente unitário, o que significa dizer que em seus aspectos decisivos — nas posições ideológicas — não se manifesta uma clivagem radical, no plano ontológico fundamental, entre as posições que se desenvolvem no interior da esfera econômica e aquelas que se põem para além dela. Ao contrário, tanto no trabalho, no intercâmbio orgânico com a natureza, quanto nas outras esferas da prática social, o que há de comum nessas ações é que em todas elas se encontra uma *tomada de decisão entre alternativas,* o que implica a existência de um *momento ideal,* de uma prévia-ideação como denominador comum a todas elas". (Vaisman, 1996: 100-1)

Sem que possamos ir mais longe do que algumas meras afirmações, importa reter minimamente que, sendo o trabalho a protoforma da interatividade social, para a posição marxiana, há nessa objetivação prática uma unidade inseparável entre *causalidade e teleologia:* a finalidade subjetiva só existe em função da trama causal, para operar no interior dela e transformá-la, só existe na dialética de uma *determinação reflexiva,* concreta. E no interior dessa concreta atividade humana específica que nascem as posições teleológicas secundárias, não mais pertinentes às relações homem/natureza, porém, no âmbito da própria interação humano-societária. "Em suma" — formula Vaisman — "o que identifica todas as posições teleológicas é o fato de que em todas se dá uma tomada de decisões entre alternativas. Ao lado dessa identidade, no entanto, coloca-se uma série de diferenças. A primeira e fundamental: o objeto das posições teleológicas secundárias são os próprios homens, as suas ações e seus afetos na práxis social extralaborativa; decorrentemente, a segunda diferença está no grau de incerteza que permeia essas posições, que é muito maior do que a existente no caso do trabalho, o que não impede que

haja um conhecimento racional das tendências em presença, mesmo que esse conhecimento, de forma mais acabada, só se dê *post festum".* (Vaisman, 1996:106)

Segundo a autora, a posição lukacsiana, que se atém ao estatuto ontológico das coisas, faz a crítica do epistemologismo, que contrapõe ideologia à ciência, o falso e o verdadeiro, caindo na perspectiva reducionista de ideologia como mera "falsa consciência"; ao contrário, aqui, consideramos que ideologia é precisamente o *momento ideal da ação* prática humana, "ela nasce direta e necessariamente do *hic et munc* social dos homens que agem socialmente na sociedade". (Lukács, 1981: 446)

Nessa mesma direção, Vaisman enfatiza o papel mediador da consciência no processo de interatividade sociohumana, enquanto ação dirigida à uma finalidade consciente: "A existência social dos homens é implicada pela efetividade da consciência, ou seja, por seres sociais que medeiam suas ações pela consciência, portanto, a ideologia tem sua gênese determinada pela atividade social dos homens, donde exatamente nasce. Ela surge do *aqui e agora* ou *imediato* que coloca problemas. Nesse processo, entre o *locus* social específico da atividade humana e o homem sempre socialmente entendido, a forma consciência é a mediação da própria prática social. Em determinação ontológica, estamos, pois, diante do seguinte: o produzido é determinado pela sua produção, o que significa que o *ser* da ideologia é determinado pela sua produção, que é e só pode ser social. Em termos gerais, portanto, ela está presente em todas as ações humanas, enquanto orientação ideal". (Vaisman, 1996: 108-109)

Como se pode notar, por esta configuração ontológica do fenômeno ideológico, esta não se reduz apenas a seu aspecto de tomada de posição no interior da luta de classes. Está inscrita na práxis humana como *momento ideal.* E, dessa maneira, um desconhecimento da obra marxiana, a *interpretação* que identifica a *inversão ontológica* denunciada por Marx com a mera falsidade da consciência. Em seu embate com a filosofia especulativa hegeliana, a crítica ontológica reconhece a prioridade do processo objetivo real em relação às representações do pensamento. Recorde-se a passagem exposta em *A Ideologia Alemã,* escrita em parceria com Engels, com a força de sua síntese: "A consciência nunca pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo efetivo de vida". (Marx *apud* Fernandes, 1983:192-193) Compreende-se, com esta determinação real, o sentido das afirmações marxianas, que sustentam que "os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc, mas os homens efetivos, atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e do intercâmbio correspondente às mesmas, até as suas formações mais amplas". (Marx *apud* Fernandes, 1983:192)

Há que enfatizar a diferença entre as posições filosóficas de Marx e Hegel: este concebe os homens enquanto produtores de idéias, que passam a ser governados por um espírito universal, conceito que os dirige num sentido configurado por ele próprio em seus desdobramentos: e o primeiro, parte de uma forma determinada da realidade concreta: os homens enquanto produtores de seus meios de vida. Seguindo as reflexões de Vaisman, podemos salientar que a *inversão ontológica* perpetrada pelo pensamento especulativo

hegeliano não remete à *natureza falsa* da idéia, mas sim, à falsidade de que as idéias produzem os seres. "Dizer, portanto, que 'em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos', é denunciar a inversão ontológica especulativa onde o mundo efetivamente existente é concebido como produto da idéia, das representações, em suma, da consciência". (Vaisman, 1996:150) Há, pois, uma determinação social ineliminável da ideologia. A produção da consciência não se separa, como fato histórico-social, do próprio processo de efetivação da vida humana em seu conjunto.

A crítica marxiana à autonomia e autoprodução das idéias no fluxo histórico aparece, novamente, em oposição ao traço especulativo da inversão, como uma operação que separa as condições de produção em relação aos próprios produtores destas idéias. O pensamento neohegeliano também trabalha com esta autonomização do pensamento, que passa a orientar o fluxo histórico, rompendo a conexão existente entre as idéias e suas condições efetivas de produção. Realiza, nesse sentido, a mesma *inversão* das relações reais entre consciência e ser. O que Vaisman contribui para esta questão, inteiramente desvirtuada, do pensamento ontológico de Marx é a crítica da falsidade especulativa, segundo a qual a idéia produz o ser, isto é, "o termo ideologia se refere de modo categórico e explícito à filosofia especulativa neohegeliana". "Em síntese, segundo Marx, o procedimento ideológico se caracteriza genericamente por três momentos distintos, mas interligados: 1) As idéias dominantes são separadas dos próprios agentes sociais dominantes e, a partir daí, é reconhecido o domínio das idéias na história. 2) As idéias dominantes, descoladas do chão social a partir do qual emergem, são consideradas como 'autodeterminação do conceito'. 3) Por último, o conceito autodeterminado é transformado em sujeito, isto é, a 'autoconsciência'". (Vaisman: 1996:184-185)

Mészáros também contribuiu, ao formular questões apropriadas acerca da natureza onto-¬ prática do fenômeno ideológico, confluindo em certa medida com a crítica instaurada por Marx, para tentar esclarecer o *poder da ideologia.* Por isso, ele sustenta este caráter de consciência prática da ideologia, recusando o imperativo idealista do critério gnosiológico, que visa distinguir o falso do verdadeiro e, portanto, aquilo que entra na conceituação de ideologia e o que lhe escapa.

Está claro que, nas sociedades divididas em classes, a ideologia é efetivamente a consciência de classe tornada operativa e consciente no antagonismo estrutural: "Nesse sentido, o que determina a natureza da ideologia, acima de qualquer consideração, é o imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito fundamental — a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social — com o propósito de *resolvê-lo através da luta.* Em outras palavras, as várias formas ideológicas de consciência social acarretam (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) diversas práticas de longo alcance em todas as variedades, na arte e na literatura, bem como na filosofia e na teoria social, independentemente de estarem vinculadas a posições sociopolíticas progressistas ou conservadoras". (Mészáros, 1996: 23)

É a esta natureza de *consciência social prática* que importa reportar, assim como, numa sociedade de classes, o caráter operatório e decisivo da *ideologia* na tomada de consciência dos conflitos e dos antagonismos, que os levam à sua resolução, até às últimas conseqüências: "Na verdade, porém, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas *sociedades de classe.* Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe,* relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se revelam ao longo da história e se *entrelaçam de modo conflituoso* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas de forma nenhuma *independentes),* que exercem forte influência mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social". (Mészáros, 1996: 22-23)

Batendo na mesma tecla da efetividade do *poder da ideologia,* que nos remete diretamente aos discursos do "generalismo presidencial", Mészáros lança luz à operacionalidade prática das ideologias em confronto, enquanto *consciência prática,* exerce esta função ideológica graças à posição de *supremacia da mistificação,* visando alcançar o domínio "consensual" dos receptores induzidos a ela. Porque, prossegue o filósofo húngaro, "uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições, de um lado, como *'localizadoras'* em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a *consciência prática necessária* através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, confrontam-se abertamente, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente". (Mészáros, 1996: 22-23. Grifos nossos)

Um dos trabalhos de grande envergadura sobre o exame de manifestações filosóficas e artísticas, indiscutivelmente, é a obra do autor romeno Lucien Goldmann — *Le Dieu Caché* — escrito em 1955. Neste estudo sobre as formas de consciência, mais precisamente, sobre a visão trágica do mundo expressa nas peças teatrais de Racine — *Andromaque, Britannicus, Bérénice e Phèdre* — e, principalmente, nos *Pensée* (1670) de Blaise Pascal, Goldmann desenvolve uma parte metodológica que nos convém comentar.

Ainda que distante das reflexões ontológicas de Lukács de maturidade, mas preso às vigorosas reflexões do filosofo húngaro, o autor teve o mérito do resgate filosófico de Pascal, apresenta uma discussão que tentaremos resumi-la neste breve espaço. No capítulo intitulado "O Todo e as Partes", Goldmann salienta a importância do trabalho de erudição aliado à força das reflexões filosóficas. Lembrando que eruditos e filósofos tematizam a *mesma* realidade, mas se distinguem, visto que "O historiador erudito fica no plano do *fenômeno empírico abstrato* que ele se esforça por conhecer nos mínimos detalhes, fazendo assim um trabalho não só válido e útil, mas, ainda, indispensável ao historiador

filósofo, que quer, a partir desses mesmos *fenômenos empíricos abstratos,* chegar à sua essência conceitual" (Goldmann, 1964:4)

Apontando para o perigo das ditas especializações ideológicas do conhecimento científico, o que não implica suprimir as especificidades da multiplicidade do concreto, Goldmann acentua a importância desses dois níveis do ato de conhecer. No entanto, há que compreender que os fatos empíricos isolados e abstratos, que compõem a forma fenomênica da manifestação deles são, na verdade, o único ponto de partida da pesquisa. Se são o ponto de partida, que não se confunda com o ponto de chegada. Ao contrário da metodologia positivista, que toma os fenômenos em seu modo de aparência como sendo já o verdadeiro, Goldmann se contrapõe a isto, afirmando que "o pensamento dialético afirma, em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda a verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente". (Goldmann, 1964:5)

Goldmann se vale inclusive das próprias formulações de Pascal para encontrar a resposta ao conjunto de problemas que levanta sobre a pesquisa no terreno da idealidade. Citando o fragmento 72 dos *Pensées,* que põe a questão da relação entre o todo e as partes:

"Se o homem se estudasse em primeiro lugar, veria o quanto é incapaz de seguir adiante. Como seria possível a uma parte conhecer o todo? Mas talvez o homem aspire a conhecer pelo menos as parte que lhe estão em proporção. Contudo, as partes do mundo têm todas tal relação e tal encadeamento entre si que creio ser impossível conhecer um sem conhecer as outras e sem conhecer o todo". Pois, na seqüência disto, "Sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes". (Pascal *apud* Goldmann, 1964:6)

Resgatando, assim, uma séria reflexão sobre a possibilidade de conhecimento da totalidade *in flux,* processual, múltipla, infinita, em suma, histórica, Goldmann discorre sobre "O principal objeto de qualquer pensamento filosófico é o homem, sua consciência e seu comportamento". Dessa forma, mais uma vez, toma distância e rebate as posições do irracionalismo contemporâneo que afirma sobre "a morte do homem", "a morte do sujeito". Concepções que recusam que o homem seja o sujeito da história, pois, na linha heideggeriana, "não é mais precisamente o homem tomado unicamente como tal que importa". Daí, a famosa rebatida de Focault à Marx: "Conhece a frase de Marx? A humanidade só formula problemas que pode resolver. Eu creio que se pode dizer: o humanismo finge resolver problemas que não pode formular!" "A nossa tarefa", completa

"é libertarmo-nos definitivamente do humanismo, e nesse sentido o nosso trabalho é um trabalho político". (Foucault, s.d.:33-34)

Goldmann busca — ao contrário dessas manifestações negadoras da objetividade do real e, por conseguinte, da própria subjetividade humana —, a configuração concreta de manifestações literárias e filosóficas, porque "Partindo do princípio fundamental do pensamento dialético — isto é, do princípio que o conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não foi concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar a sua *essência concreta,* e, implicitamente, para chegar a sua significação (...) O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro". (Goldmann, 1964:8)

O pressuposto ontológico desta afirmação está clara: "o indivíduo é o ser social", indivíduo e sociedade são dois momentos inseparáveis de uma ontologia do ser social, desde que não sejam tomados abstrata e mecanicamente, mas por suas determinações reflexivas. "Pois", diz Goldmann, "o conjunto múltiplo e complexo de relações humanas que envolve todo o indivíduo cria muito freqüentemente rupturas entre sua vida cotidiana, de um lado, seu pensamento conceitual e sua imaginação criadora, de outro, ou então só deixa subsistir entre elas uma relação demasiado mediatizada para ser praticamente acessível a qualquer análise pouco precisa". Mais ainda "a intenção de um escritor e a significação *subjetiva* que para ele tenha sua obra nem sempre coincidem com a significação *objetiva,* freqüentemente pouco consciente para seu próprio criador". (Goldmann, 1964:7-8)

A partir daí, Goldmann caracteriza os passos necessários que o historiador da idealidade encontra diante de si: um conjunto de fatos empíricos, ou seja, fatos-doutrinários. Ora, vimos anteriormente que os escritos de um autor são apenas uma parcela da totalidade humano-societária, são, pois, "uma parte de seu comportamento, o qual depende de uma estrutura fisiológica e psicológica extremamente complexa que está longe de permanecer idêntica e constante ao longo de sua existência individual". (Goldmann, 1964:8)

Num amplo debate sobre um texto de Foucault — *O que é um autor?* — apresentado à *Société Française de Philosophie* no dia 22 de fevereiro de 1969, Goldmann responde que "toda uma série de análises concretas mostraram, com efeito, que, sem negar nem o sujeito individual por um sujeito coletivo ou transindividual". *(Apud* Foucault, 1992:74) Trata-se, pois, de superar antiga tradição filosófica que coloca no centro da análise o sujeito individual, substituindo-o pela ação de um grupo social, tomando o indivíduo — sem o negar — como produto da interação humano-societária.

Portanto, quais são as posições sobre a questão examinada por Focault: "Quem fala?". Goldmann, polemizando com as idéias expostas para debate, visualiza duas possibilidades desenvolvidas nos trabalhos de ciências humanas. "A primeira, a que chamarei estruturalismo não genético, *nega o sujeito*, que substitui pelas estruturas (lingüísticas, mentais, sociais, etc.) e apenas deixa aos homens e ao seu comportamento o lugar de um

papel, de uma *função* no interior de tais estruturas que constituem o ponto final da investigação ou da explicação" (*Apud* Foucault, 1992:74-75)

A segunda resposta, que ele denomina de estruturalismo genético, "recusa também, na dimensão histórica e cultural de que faz parte, o sujeito individual; não suprime, contudo, da mesma maneira radical, a idéia do sujeito, mas substitui-o pela idéia do sujeito transindividual". Dessa maneira, as estruturas não aparecem como realidades autônomas, pois, "Não há fatos humanos que não sejam estruturados na estrutura que não seja significativa, isto é, que enquanto qualidade do psiquismo e do comportamento de um sujeito, não preencha uma função". *Apud* Foucault, 1992:75)

Em resumo, para o filósofo romeno, há três pontos essenciais em sua formulação: a afirmação de um sujeito, não a sua negação; a existência corcreta de um indivíduo transindividual ou coletivo, que existe na multiplicidade e variedade de situações cotidianas infinitas, e, o suposto de que todo comportamento do sujeito é sempre estruturado e significativo. Criticando o formalismo do estruturalismo não genético, Goldmann ironiza recordando as palavras rebeldes inscritas no quadro de uma sala de aula da Sorbonne: "As estruturas não descem à rua"! Ou seja, "nunca são as estruturas que fazem a história, mas os homens, ainda que a ação destes últimos tenha sempre um caráter estruturado e significativo" *(Apud* Foucault, 1992:75)

Indo de encontro com as formulações inscritas em *A Sagrada Família:* "A história não faz nada, 'não possui uma riqueza imensa', 'não dá combates', é o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso e realiza combates; estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir — como se ela fosse um personagem particular — seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue os seus objetivos". (Marx *apud* Fernandes, 1983: 48)

A resposta goldmaniana está na integração de um texto ou fragmento no conjunto *coerente* da obra de um autor. É bom lembrar que o termo coerente pode não implicar uma racionalidade, bastaria indicar o estudo de autores marcados pelo irracionalismo ou misticismo, etc. A busca pretendida concentra-se em reproduzir pela análise interna do material doutrinário e sua *coerência integral.* Não se trata, assim, de meramente interpretar ou utilizar artifícios subjetivos exteriores ao que parece afirmado nos textos, mas de extrair respeitando ao máximo a integridade do texto, os seus núcleos temáticos fundamentais, como eles se articulam e se reportam à sua totalidade produzida. Mas isto ainda não é tudo.

Goldmann sugere que o historiador tem que desvendar nos produtos e formas da consciência social a *visão de mundo* socialmente constituída que está subjacente na subjetividade do autor. "De uma maneira imediata", escreve Goldmann "a obra que ele estuda está escrita por um indivíduo que não está, a cada instante de sua existência, no mesmo nível de consciência e de força criadora; além disso, este indivíduo está sempre mais ou menos aberto a influências exteriores e acidentais. Na maior parte dos casos o critério de coerência só pode se aplicar aos textos essenciais de sua obra, o que nos leva à

primeira das dificuldades que mencionamos quando falamos dos obstáculos contra os quais deve se chocar todo o método puramente filosófico ou biográfico". (Goldmann, 1964:15-16)

A discussão a seguir reside em explicar a formulação goldmaniana da "visão de mundo". Já vimos que o indivíduo pertence à trama complexa de interações humanas, mas que o ligam a determinadas categorias sociais, camadas ou classes sociais, que são os verdadeiros sujeitos históricos das transformações históricas. "Os indivíduos podem, sem dúvida, (...) separar seu pensamento e as aspirações da atividade cotidiana deles; *o fato fica excluído, entretanto, quando se trata de grupos sociais".* Prosseguindo nessas considerações ele arremata: "Para o grupo, a concordância entre o pensamento e o comportamento é *rigorosa".* (Goldmann, 1964:19)

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels deixaram-nos páginas e páginas sobre a questão fundamental da determinação social do pensamento. Bastaria recordar algumas célebres passagens. Ao questionarem os neo-hegelianos, que dissociavam a produção espiritual das condições materiais de sua produção, eles afirmavam o primado ontológico do ser social: "Os pressupostos com os quais começamos não são arbitrários, nem dogmas, são pressupostos efetivos dos quais só é possível abstrair na imaginação. Eles são os indivíduos efetivos, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as encontradas aí quanto as encontradas pela própria ação deles. Estes pressupostos são portanto constatáveis por via puramente empírica". (Marx e Engels, 1983:186)

Mais adiante eles expõem as relações entre a ideologia dominante com os produtores efetivos: "Os pensamentos da classe dominante em cada época, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é simultaneamente o seu poder espiritual dominante". Por esta razão, "os pensamentos dominantes nada mais são senão a expressão em idéias das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes formuladas como pensamentos; portanto, as relações tornam precisamente esta tal classe, portanto os pensamentos da sua dominação". (Marx e Engels, 1983:207)

A célebre afirmação de Marx — que afasta qualquer concepção teleológica e idealista da história — remete-se a esta dialética entre teleologia e causalidade no complexo histórico-¬ social:
"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem de modo arbitrário, em circunstâncias por eles escolhidas, mas nas circunstâncias que encontram imediatamente diante de si, determinadas por fatos e pela tradição". (Marx, 1983:49)

Ora, isto está diretamente ligado à problemática das circunstâncias históricas, da concretude do ser social, uma vez que "De fato, não existem alternativas que não sejam concretas: essas jamais podem ser separadas do seu *hic et nunc*... Todavia, precisamente por causa dessa concretude, que nasce de uma ineliminável concomitância operativa entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua, todo ato singular alternativo contém em si uma série de determinações sociais gerais que, depois da ação que delas decorre, têm efeitos ulteriores (independente das intenções conscientes), ou seja,

produzem outras alternativas de estrutura análoga e fazem surgir séries causais cuja legalidade termina por ir além das intenções contidas nas alternativas. Portanto, as legalidades objetivas do ser social são indissoluvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma coercitividade social que é independente de tais atos". (Lukács, 1979: 95)

Agnes Heller, seguindo as reflexões luckácsianas, apontou para esta inseparabilidade entre as posições finalísticas dos homens e as circunstâncias concretas, e inferiu: "Todavia, essas 'circunstâncias' determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Não se deve jamais entender a 'circunstância' como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a 'circunstância' é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas". (Heller, 1972: 1-2)

Se não há um fim inscrito na processualidade histórica, se, portanto, a história não possui uma teleologia, isto decorre do fato de que as alternativas históricas propiciam às escolhas dadas, a objetivação de formas e configurações distintas, porque "quando os homens se colocam fins, o campo de determinação causal não é apenas o âmbito e a orientação de suas colocações, pois os seus atos teleológicos e todas as demais objetivações desencadeiam igualmente novas séries causais". (Heller, 1972: 2)

Capital, longe de sua identificação meramente com as formas dinheiro, mercadoria, meios de trabalho, é acima de tudo, por sua determinação histórico-concreta, uma relação social. Forma de sociabilidade que se caracteriza por uma relação na qual "o trabalho morto se apodera do trabalho vivo" (Marx). Ao empreender sua crítica ontológica, ou seja, a captura da integridade das determinaçõe objetivas dos entes históricos, por sua gênese e necessidade histórica, Marx consagrou seu exame do *Estado,* ao contrário da concepção especulativa que atribuía a função de núcleo estruturador e fundante da sociabilidade, como produto imanente à forma da sociabilidade. "O Estado se funda na contradição entre o público e a vida privada, entre o interesse geral e o particular". (Marx *apud* Ianni, 1982:61)

É precisamente em sua viragem *ontológica* que Marx, em sua *Crítica de Kreuznach* sobre a filosofia do direito de Hegel, no combate à raiz especulativa da inversão, recusa "sempre a orientação hegeliana por não poder e não querer 'que *o geral em e para si,* o Estado político, seja determinado pela sociedade civil, mas que seja ele o determinante desta' (Marx)". (Chasin, 1995: 363) Posta nestes termos, *a determinação onto-negativa da politicidade,* que se abre a partir da crítica à inversão hegeliana, implica na própria recuperação da crítica à esfera da política, não mais considerada em sua *positividade:* "Ao identificar a natureza da força social pervertida e usurpada, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por conseqüência, incapazes de auto-¬ regulação puramente social, nas quais, pela fieira dos sucessivos sistemas sociais, quanto mais o Estado se entifica real e verdadeiramente, tanto mais é contraditório em relação à

sociedade civil e ao desenvolvimento das individualidades que a integram, Marx assinala, categoricamente — que a emancipação é na essência a reintegração ou recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política, ou seja, que ela só pode se realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas, exatamente, da crosta política sob a qual haviam se auto-aprisionado e perdido". (Chasin, 1995: 368)

A dimensão fetichizada do Estado, em sua *forma abstrata* de se traduzir como expressão da vontade coletiva, representante dos interesses da coletividade, foram devidamente criticados não a partir de sua "consciência invertida", porém como *mundo invertido.* Segundo Marx, "O Estado anula, a seu modo, as diferenças de *nascimento,* de *estado social,* de *cultura* e de *ocupação,* ao declarar o nascimento, o estado social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças *não políticas,* ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, co-participante da soberania popular em *base de igualdade,* ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação *atuem a seu modo,* isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer a sua natureza *especial".* (Marx *apud* Ianni, 1982:61)

Nesse sentido, a crítica marxiana desfetichiza esta determinação do poder político como uma "ilusão social": "Como o Estado é a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns, na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se disso que todas as instituições comuns têm como mediador o Estado e adquirem, através dele, uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, além disso, na vontade separada de sua base real, na vontade *livre.* E, da mesma maneira, por sua vez, reduz-se o direito à lei". (Marx *apud Ianni,* 1982:61)

Segundo Lukács se se pretende analisar um corpo ideológico, o seu tratamento tem de ser essencialmente ontológico, visto que a ideologia se localiza no terreno prático-social das relações humanas. Isso nos obriga a considerar um fato-doutrinário como momento insuprimivel e inseparável de uma totalidade concreta, historicamente determinada. O investigador, por isso, não pode abandonar por um instante sequer a análise imanente desse todo-doutrinário o que implica necessariamente o respeito à integridade do objeto em sua manifestação histórica. Conjuntamente a isso, e de modo inseparável, o sujeito cognoscente deve buscar a determinação social dessa ideologia, assim como a função social que ela desempenha no seio da luta de classes em um momento histórico.

O procedimento próprio à análise imanente requer o reconhecimento da especificidade da esfera ideológica no interior de um complexo concreto, que não possui autonomia e processualidade própria, mais precisamente, "por uma análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe

descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e se afirmam". (Chasin, 1978:77)

Torna-se, assim, relevante a investigação da *determinação social* deste pensamento por meio da análise interna manifesta nos discursos do "generalismo presidencial", verdadeiros *intelectuais orgânicos da ordem* que, por causa disso, plasmam uma visão do mundo, historicamente determinada, com certa coerência e unidade, visto que "muito mais importante é o fato de que *as condições sociais* dominam os pensadores até em suas mais próprias e profundas convicções, em seu modo de pensar, em seu modo de colocar os problemas, etc, sem que eles mesmos o advirtam (...). Os filósofos aparecem sempre, no fundo — consciente ou inconscientemente, querendo ou sem querer — vinculados a sua sociedade, a uma determinada classe dela, a suas aspirações progressivas ou regressivas. E o que em sua filosofia nos parece e realmente é pessoal, realmente original, acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo (e por seu destino histórico)". (Lukács *apud* Chasin, 1978:76. Grifos nossos)

Nesse sentido é que devemos compreender que as ideologias surgem no interior das lutas sociais, desempenhando funções específicas e determinadas numa dada situação social; isto implica uma posição relativa, favorável ou contrária, às tendências do desenvolvimento histórico. Apenas no intuito de delimitarmos o que compreendemos por *ideologia,* afastamo-nos de sua utilização que a reduz à simples falseamento da consciência, uma vez que a "ideologia não é *a* consciência, mas uma forma específica desta; especificidade cujo traço marcante é o de estar voltado à prática, o de estar presente em toda a prática humano-social. Tendo em vista essa sua característica essencial, a ideologia, não pode ser o mesmo que consciência da realidade, pois as generalizações produzidas pela ideologia estão sempre orientadas pela práxis, pelo objetivo de transformar ou manter uma realidade dada". (Lukács *apud* Vaisman, 1986:53)

Nessa medida, Ester Vaisman divisa na conceituação *ontológica* de ideologia dois significados concretos: numa concepção genérica, "a ideologia, em qualquer uma de suas formas, funciona como um *momento ideal,* que antecede e orienta o desencadeamento e o desdobramento da ação nas posições teleológicas secundárias. Na medida em que o homem é um ser prático, reagente a necessidades historicamente colocadas, empenhando nisso seus produtos espirituais, não constituídos de forma linear, quaisquer produtos espirituais, sempre socialmente determinados, podem vir a desempenhar a função ideológica" E, além disso, numa acepção mais restrita, "A ideologia, no entanto, ao mesmo tempo que é, em geral, momento ideal da práxis, é também determinada, numa acepção restrita, instrumento através do qual os homens e as categorias sociais enfrentam as lutas sociais". (Vaisman, 1989:420)

Por esta razão, supera-se a rígida contraposição que esse reducionismo normalmente opera, pondo a ideologia, de um lado, consubstanciada numa forma falseadora e, de outro, a ciência pura, livre das injunções deformadoras da práxis.

O Colapso de uma Teoria

Um dos pontos visados, em nosso trabalho, e que pode aparecer como questão delicada e controversa, diz respeito às aproximações entre a crítica da direita, oriunda da autocracia burguesa — a crítica do "pseudonacionalismo" ou "nacionalismo exacerbado", que identifica as propostas reformistas de João Goulart ao "populismo" e ao "caudilhismo" — com a teoria de "crítica do populismo" levada a cabo por intelectuais de esquerda.

Ao longo da análise dos discursos presidenciais surgiram várias denúncias de balbúrdias e descalabros contra a ordem, que identificam os passos reformistas do governo Jango como meros atos manipulatórios, despropositados e demagógicos. A estigmatizada "república sindicalista" é sinônimo de caos, anarquia, demagogia, instabilidade das instituições, subversão, ausência de hierarquia, esquerdismo, corrupção, indisciplina, amoralidade. Mais ainda: a "república anarco-sindicalista" seria a antecâmara para a entrada do comunismo em nosso país. Ainda que aqui não seja o lugar apropriado para estas considerações, importaria assinalar alguns pontos extremamente problemáticos da teoria da "crítica do populismo", que por sua vez pertence ao "quarteto teórico da analítica paulista", a saber, as teorias da dependência, marginalidade, autoritarismo e do populismo. Este "quarteto", para além de suas insuficiências teóricas, bem o sabemos, acarretou conseqüências práticas e, com ou sem intenção, desserviu à própria construção de uma real alternativa de esquerda para este país.

Assim, com a instauração do golpe de Estado de 1964, a *ruptura democratica* por meio de um golpe militar, os teóricos da "escola paulista" passaram a profetizar o "colapso do populismo", identificado mais a um "estilo de política", que se esgotara *ao tempo* em que os trabalhadores, ao se configurarem como classe, formaram seus próprios interesses específicos e a burguesia percebera que não seria mais possível *enganar* continuamente a classe operária. A "representação populista" se esboroava na medida em que uma classe adquiria sua verdadeira consciência de classe ameaçando saltar os marcos da ordem capitalista, rompendo, assim, com o "pacto populista", que consentia numa *artificiosa* participação democrática — trama de manipulações — dos trabalhadores no aparato estatal.

De sua parte, para os ideólogos da autocracia burguesa, a *crise geral* da sociedade brasileira era atribuída à "algaravia populista" (Roberto Campos). As promessas inatingíveis da *demagogia populista* acabaram por conduzir a sociedade brasileira a um beco sem saída. Salários desmedidos em choque com a real produtividade da economia, a escalada desenfreada da inflação, a estagnação da economia, a desobediência civil, são os efeitos de toda "política populista". Com isso, os ideólogos orgânicos tentavam, ao sabor dos próprios acontecimentos, descaracterizar totalmente *os projetos sociais em luta,* as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica de *estatuto popular e nacional,* que o trabalhismo inscrevia na realidade nacional, propugnando a democratização da propriedade da terra, a reforma educacional, a reforma política, a integração das massas no mercado interno, no que certamente se chocava com o capital estrangeiro e as várias frações monopolistas associadas. Tudo encenação! 1964 passa a ser explicado por um viés *politicista,* a composição de um novo bloco histórico seria

resultante do esgotamento de uma *arte burguesa de manipular* (o que pressupõe um poder burguês que não mais manipule quando integra parcelas da população em sua dominação), abstraindo-se, nessa operação, as determinidades estruturais do modo de ser do capitalismo brasileiro, dos projetos ideológicos envolvidos, dos interesses do imperialismo e dos embates sociais que estavam em jogo.

Do que fala a analítica da "crítica do populismo"? Assim como a teoria do *totalitarismo,* ela nasce da necessidade concreta de intelectuais de extração *liberal* de entender os fenômenos do fascismo, do nazismo e do bolchevismo, na Europa. Como explicar a irrupção de fenômenos políticos de massa, que atentam à estrutura universalizante da liberal-democracia? Para compreender melhor a gênese do tipo ideal do populismo, importa especificar alguns traços do conceito de totalitarismo.

Aqui caberia colocar que estamos inteiramente de acordo com a crítica ontológica a esse conceito. Este construto subjetivo não nasce desprovido de determinação social, uma vez que "a noção de totalitarismo nada mais reflete do que o liberalismo com o sinal trocado". (Chasin, 1978:49). O fetichismo criado pela conceituação liberal advém de que se serve de *universais abstratos* para tentar descrever o real; com isso, tal conceituação fica impossibilitada de — exatamente pela determinação social de sua perspectiva — apropriar-se dos *universais concretos* por meio das mediações e particularizações concretas. Este procedimento formalista, além de equalizar fenômenos históricos, por mais distintos que ontologicamente possam ser, acaba por reduzir a história à uma construção eventista. Assim sendo, ao contrapor a todo o monopólio de poder, a todo o Estado totalitário, os valores do Estado liberal, a análise ideologizada oculta a questão da própria hegemonia de classe, operando, assim, a própria eternização do Estado e da dominação de classe. Sua função social é clara, pois "Confundindo manifestações históricas concretas, e reduzindo-as à sua expressão política, o conceito de totalitarismo opera simplesmente uma sorte de tautologia ao 'determinar' o fascismo, o nacionalismo e tantos outros eventos que ele se permite englobar e que de algum modo contrariam o perfil liberal. (...) Com isso não estamos querendo confundir ou dissolver as distintas formas de hegemonia; pelo contrário, queremos ressaltá-las, afirmando que ela, a hegemonia, sempre está presente ao fenômeno do poder, ao contrário do que a análise liberal pressupõe". (Chasin, 1978:53-54)

Na mesma linha de interpretação, Rubem Barbosa Filho, ao tecer suas críticas a Hannah Arendt, num dos capítulos de sua obra *Populismo: uma Revisão Teórica,* assim se expressou:

"A sociedade totalitária, segundo os termos de Arendt, é a negação extrema da sociedade liberal, e construída sobre a morte da individualidade. Nesse sentido, ela é antiutilitária. (...) O seu objetivo não pode ser compreendido nos termos da racionalidade liberal, pois não comporta nada de convivência, de competição, de constituição de um mercado. Ela possui uma racionalidade negativa. Ou seja, a razão não é o instrumento de realização da natureza liberal do indivíduo, do aumento de sua propriedade e, portanto, de sua liberdade. A anti-razão é o instrumento da negação da realidade liberal individual e social. Nesse sentido, o totalitarismo não expressaria um pacto social. Um pacto só poderia ser admitido pelo pensamento liberal-democrático a partir da participação de todos os

indivíduos plenamente constituídos. O totalitarismo é a ausência de um pacto social. Ele não preserva a liberdade, fundamental para o estabelecimento do pacto. Ao contrário da liberal-democracia, onde o poder seria difuso — ou seja, cada indivíduo possuiria uma parcela do poder — o totalitarismo seria completa difusão da dominação. O social se mantém não pela liberdade individual, mas pela total dominação dos indivíduos, até o ponto da destruição da individualidade." (Barbosa F.°, 1980:100)

Marx, pôde caracterizar muito precisamente a determinação concreta do individualismo liberal na própria anatomia da sociedade burguesa, onde a figura da liberdade do indivíduo é remetida aos pressupostos materiais que a delimitam. Sendo assim, a igualdade e a liberdade, genericamente tomadas, são um atributo do ser social capitalista, uma vez que, "o interesse geral é justamente a generalidade dos interesses egoístas. Se, portanto, a forma econômica, a troca, põe sob todos os aspectos a igualdade dos sujeitos, o conteúdo, a matéria, tanto individual como objetiva e que leva à troca, põe a *liberdade.* Igualdade e liberdade, portanto, não são apenas respeitadas na troca em que se baseia os valores de troca, mas a troca de valores de troca, é a base real, produtiva, de toda *igualdade e liberdade".* Com isso, Marx pôde concluir: "Como puras idéias, são meramente expressão idealizada dessa base; como desenvolvidas relações jurídicas, políticas e sociais, são elas apenas esta base em uma outra potência". (Marx, 1978:6)

A gênese e difusão do *tipo ideal do populismo,* na verdade, foi resultado da aplicação do conceito à realidade latino-americana, uma vez que certos fenômenos políticos escapavam da mera identificação ao nazi-fascismo equalizados pelo conceito de *totalitarismo.* Ao se recorrer a construtos subjetivos, potencializados por um exagerado weberianismo, os teóricos pinçam da realidade alguns fragmentos empíricos para a composição de uma dada forma conceitual, o tipo ideal, que em Weber era uma composição utópica, que acaba por se contrapor ao multiverso caótico e infinito das coisas, ou seja, o mundo histórico-¬ cultural, a fim de organizar racionalmente a porção finita, fragmentada, *escolhida* do real.

Maurício Tragtenberg, em seu melhor estudo sobre a obra do cientista social alemão, deixa nítido que "O tipo ideal, em Weber, é contraposto aos conceitos substancialistas que pretendem ordenar os fenômenos hierarquicamente e, ao mesmo tempo, é uma representação de uma totalidade histórica singular. É através da historicização e da racionalização do singular que Weber procura ordenar a aparência 'caótica' do mundo 'vivido'. O tipo ideal não é construído como reflexo do real; muito pelo contrário, é pelo seu afastamento do real concreto e através da acentuação unilateral das características de determinados fenômenos que ele chega a uma explicação mais rigorosa do caos existente no social". (Tragtenberg, 1992: XXVI)

É mais do que claro que Weber não tem culpa alguma por aquilo que seus discípulos fazem com suas observações metodológicas. "Qual é a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência empírica, tal como nós pretendemos praticá-la?", perguntava-¬ se. Sua resposta: "Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui abordamos, 'ideais' em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do 'exemplar'. Trata-se da construção de

relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, 'objetivamente possíveis', e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico". "Quem for da opinião de que o conhecimento da realidade histórica deveria, ou poderia ser uma cópia 'sem pressuposições' de fatos 'objetivos', negar-lhes-á qualquer valor." (Weber, 1992: 138-9)

Em seu estudo sobre a "objetividade" no campo das ciências da cultura, publicado no *Arquivo para a Ciência Social e Política Social,* em 1904, Weber assim definia este quadro ideal: "Obtém-se um tipo ideal acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista, encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos que se encontram ora em grande número ora em pequeno número até o mínimo possível, que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamento homogêneo". (Weber, 1992: 137-8) Refutando a possibilidade de uma ontologia histórica do ser social, Weber, todavia, reconhece os riscos de se praticar o *naturalismo* nos entrelaçamentos entre teoria e história. Nesse sentido, "Esta confusão pode apresentar-se sob a forma da crença na fixação de quadros conceituais e teóricos do conteúdo 'propriamente dito', ou da sua utilização à maneira do leito de Procusto, no qual a História deverá ser introduzida à força, e hipostasiando ainda as 'idéias' como se fossem a realidade 'propriamente dita', ou as 'forças reais' que, por trás do fluxo dos acontecimentos, manifestam-se a História". (Weber, 1992: 141)

Como se poderá notar, essa observação de Max Weber foi ignorada pela "crítica do populismo"; o uso e abuso do gradiente "populismo" servirá para todos os gostos e ocasiões. A "crítica do populismo", em nosso caso, foi assimilada por alguns sociólogos paulistas, que após um estágio na FLACSO, no Chile, conheceram os estudos de Gino Germani, Torcuato Di Tella, entre outros, marcados pelo formalismo da "sociologia da modernização" e das análises políticas centradas na relação "elite - massa". Recorde-se, aqui, a exacerbação das análises ginogermanianas, ao nomear a própria direção dos partidos comunistas, formada de indivíduos de origem pequeno-burguesa, que se apresentariam como verdadeiras lideranças *populistas,* portanto, *de fora* da classe que pretendem representar.

Sob o invólucro do conceito, uma série de fenômenos históricos distintos são formalmente equalizados. Darcy Ribeiro, indicando a gênese deste tipo ideal weberiano, mostra o produto da absolutização operada pela tipificação, com a conseqüente subtração das diferenças históricas: "O conceito de 'populismo', vulgarizado pela sociologia política de ótica norte-americana e francesa, parece consistir essencialmente em uma contra-imagem — correspondente aos países atrasados — das formas de liderança política tradicional dos regimes republicanos, tal como funcionam nos Estados Unidos e na França. Nesta acepção, o conceito se refere, de fato, às carências de nossos políticos subdesenvolvidos que apelam para a demagogia, a fim de alcançar o poder ou para manter-se nele. Assim definido, o termo populismo tem sido aplicado aos mais diversos protagonistas da vida política latino-americana, sem reconhecer suas diferenças nem indagar o valor explicativo das mesmas. Todos eles se unificam, por contraste, como típicos ou discrepantes, seja com relação às lideranças patriciais tradicionalistas, seja com respeito aos atores do

cenário político norte-americano ou francês, os quais são sutilmente alçados à condição de arquétipos que os latino-americanos talvez consigam um dia copiar". (Ribeiro, 1988:162-3)

No Brasil, um dos primeiros a utilizar o conceito de "populismo" foi o sociólogo baiano Guerreiro Ramos, pensador isebiano pouco estudado, que também consagrava à "política populista" a esfera restrita da ação da pequena burguesia, num momento de transição, com a formação ainda incompleta das classes sociais próprias ao mundo urbano-industrial mais desenvolvido, marcado este momento pela incipiente tradição de lutas sociais que enformam a consciência de classe dos trabalhadores. Na obra *A Crise do Poder no Brasil*, situava este fenômeno político no período posterior ao Estado Novo:

"O populismo é um avanço em relação à política de clã e à política de oligarquia. Esta superioridade decorre de sua infra-estrutura peculiar. Corresponde a um momento da evolução econômica em que a industrialização, perdendo caráter marginal e ocasional, vai-se constituindo em processo consistente. Mas é claro que as primeiras gerações dos centros urbano-industriais ainda não podem apresentar aquela mentalidade classista que costuma caracterizar as gerações de trabalhadores providos de longa tradição de lutas. O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar." (Ramos, 1961:56-57)

O estudo mais vigoroso e abrangente estudo feito até o presente momento, ainda que com traços de conciliação com esta analítica, é, sem dúvida alguma, a tese de Rubem Barbosa Filho: *Populismo: uma Revisão Teórica* (1980). O autor mostra a ambigüidade teórica de uma apropriação da Sociologia da Modernização com alguns traços do marxismo, compondo um verdadeiro *ecletismo metodológico*, que opera com conceituações marxianas acopladas ao par elite/massa, tendo como paradigma a ideologia liberal-¬ democrática. Este construto subjetivo tem como pano de fundo a análise das formas de poder nas sociedades em transição, que ainda não possuem estruturas sociais modernas e definidas para sustentarem uma sociedade de talhe liberal-democrático; com isso, abre-se um hiato, um *vazio de poder*, no processo de disputa e consolidação da hegemonia política. Segundo Barbosa Filho,

"O populismo seria a forma transacional desta hegemonia incompleta, e é significativo que sua definição se dê pelo tipo de legitimidade que teria sido capaz de engendrar. De qualquer maneira, é a *incompletude*, ou o *atraso*, que caracterizariam não só a burguesia brasileira mas toda a sociedade, o que supõe a existência de um modelo de sociedade plenamente constituída. O sentido geral do processo vivido pela sociedade brasileira no período seria dado por esta perspectiva de hegemonia incompleta e de atraso geral da sociedade brasileira." (Barbosa F.°, 1980:178)

Em linhas bastante gerais, o fenômeno é dimensionado num período de transição de uma ordem agrária, oligárquica, tradicional, para uma outra moderna, industrial e democrática. O ponto de partida é a situação dada por um Estado oligárquico, pré-burguês. O ponto de

chegada é delimitado: o fim do "populismo" é possível quando a transição se completa, com os interesses das classes sociais formadas e se pondo a disputar a hegemonia política, agora tornada possível, num regime democrático-liberal. O modelo, na verdade, não é neutro, pois tem um conteúdo ideológico preciso: o parlamentarismo, com os interesses de classe já desenvolvidos na ordem urbano-industrial, não permite mais *as manipulações das massas,* mediadas pela pequena-burguesia, por uma "liderança populista", como no *getulismo de massas.*

Há, segundo este arquétipo, uma correspondência entre esse atraso nas estruturas sociais e as formas políticas, cuja conseqüência vai estar na *ausência de canais políticos* que possam expressar os anseios crescentes das massas populares. "A inexistência destes canais coloca as massas mobilizadas em disponibilidade para a manipulação das elites incongruentes, comprometendo-se a possibilidade de uma ação racional de meios e fins no político. O populismo seria a tradução política do atraso social". (Barbosa F.°, 1980: 180) Isto vai se refletir no aparato do Estado, posto que haverá este *hiato de poder,* que não assegura nenhuma legitimidade de poder pelas classes dominantes. Na ausência de um poder liberal democrático, com as classes sociais mal formadas e não definidas, a questão da hegemonia fica posta em aberto, o que explica a gênese do "autoritarismo", enquanto estilo político construído a partir da ótica liberal, mas com sinal invertido. "O populismo se explica, assim, como a justaposição de essências imperfeitas de classe, decorrendo disso a possibilidade de sua reprodução como um amplo 'pacto social'." (Barbosa F.°, 1980: 183)

O modelo teórico do populismo elege a pequena burguesia como seu *paradigma.* Estando ausentes os conflitos das classes fundamentais na fase de transição, dadas as imperfeições sociais, desaparecem como num passe de mágica os projetos sociais alternativos que se desenvolvem na própria realidade histórica; tudo se passa doravante na chicana, astúcia ou manobra das elites no poder. Mais ainda, a pequena burguesia, como sendo o paradigma, torna-se o espelhamento da conduta da classe operária, presa na armadilha que oculta a própria dominação política, suprimindo-se a *hegemonia de classe,* pela liderança "populista". Já que as classes são declaradas "em formação", surge uma *massa indiferenciada* a se guiar por um paradigma que lhe é externo. Nesse sentido, Barbosa Filho extrai as conseqüências desse ecletismo: "O populismo enquanto modelo afirma-se, assim, como o encontro de naturezas 'imperfeitas', cuja imperfeição decorre menos da luta e da articulação de classe e mais da determinação das condições sociais de existência de cada classe em particular. A tentativa de incorporação dos termos liberais, ou da inspiração liberal, à análise marxista acaba por revelar a sua predominância concreta na análise: o *reducionismo* eqüivale ao mecanicismo e o político se despe de todo o significado para apenas transfigurar 'essências' constituídas no social e no econômico". (Barbosa F.°, 1980: 185)

No tipo ideal do populismo vamos encontrar um "estilo de política" a demarcar um longo período histórico — o estilo faz a história —, em que as "elites dominantes" tentam incorporar as massas, subalternizando-as politicamente. Fazendo isso, impedem a sua constituição autônoma de classe; entretanto, são compelidas a atender a algumas de suas

reivindicações econômicas e sociais. A resolução dessa intransparência e impasse, como o sabemos, somente seria possível numa estrutura liberal-democrática consolidada, mais precisamente no Estado representativo moderno, sob a égide da lei e da razão, assentado no pluralismo partidário, graças a um processo de industrialização consolidado. Enquanto a realidade não se movia nessa direção, o "pacto populista" respondia com a mágica da manipulação, que permitiria da parte das "elites dirigentes" não ceder às pressões sociais. É sobre este construto parcializado e reducionista que o poder político assume a sua face de "Estado de massa". Com isso, "o populismo se torna um produto automático das incapacidades generalizadas, desempenhando o Estado o papel de *costura* de uma metafísica de classes. (...) Enquanto Estado de massas ele é expressão das classes subalternas em processo de formação, portanto, expressão de uma classe ainda inconclusa. Não se pode falar, portanto, de nenhum processo de 'rearticulação' das relações entre a classe dominante e as classes dominadas, ou melhor, de um projeto de 'rearticulação' das relações de classe patrocinado pela classe dominante. A questão da dominação cede lugar à afirmação da manipulação, esvaziando-se, ainda mais, a questão de classe na análise". (Barbosa F.°, 1980: 189)

É bom lembrar que a tradição populista russa do século passado não tem nenhum parentesco de universalidade com os objetos históricos nomeados pela *teoria liberal do populismo* — uma vez que ela própria se designava com o lema: *ir ao povo! A* singularidade histórica russa, segundo concebiam os populistas, não conheceria as contradições e mazelas da industrialização capitalista do ocidente. O populismo russo propugnava, dessa maneira, ir ao campo a fim de promover um tipo de *socialismo agrário,* com base no mir, estrutura agrária comunal, cujo pretenso sujeito revolucionário seria o mujique, o pequeno agricultor, que constituía a maioria do povo russo. No entanto, o modelo teórico disseminado pela "analítica paulista" é bem diverso do populismo russo, visto que se constitui num construto *típico ideal,* que serve para identificar, na construção do Estado nacional, atos puramente demagógicos, o reducionista "estilo de política", que serve para *ardilosamente* manipular os interesses das massas populares. Ao impor astuciosamente uma "falsa consciência", esta política de massas acaba por ocultar os antagonismos sociais e a própria hegemonia dominante, promovendo, assim, a colaboração de classes num mundo urbano-industrial em constituição.

A historiadora Angela de Castro Gomes fez um levantamento da história do conceito — seus usos e abusos — nas Ciências Sociais no Brasil. Examina um conjunto de trabalhos, entre eles, os escritos dos intelectuais[5] articulados no Instituto Brasileiro de Economia e Política (IBESP), que no mesmo ano de sua fundação, em 1953, publicam os *Cadernos do nosso Tempo.* Segundo ela, "Aqui residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo que remetia à idéia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambigüidades. Por razões que se prendiam a seu próprio uso compartilhado, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas, pois inclusive uma das questões mais complexas desta formulação era a própria *negação do estatuto de classe* (por falta de organização e consciência) aos trabalhadores inclusos nestas massas que, sem dúvida, os extrapolavam". (Gomes, 1996:53)

Mesmo passando em revista a utilização do conceito, a autora não se detém acerca da origem do conceito, do uso das categorias analíticas elite/massa, não atenta à natureza de subordinação estrutural da burguesia brasileira, não problematiza quais projetos sociais estavam sendo delineados no interior do capitalismo brasileiro, a presença dos militares na política nacional, e tampouco o paradigma liberal-democrático que transpassa o tipo ideal. No entanto, seguindo as conclusões dos "teóricos", a historiadora Ângela Gomes garante que, nas raízes do golpe de 1964, o acento dominante se localiza no "esgotamento do populismo". Se não, vejamos:

"O fenômeno do populismo passa a integrar, com destaque, a nova agenda de investigações que visava a responder a uma grande e crucial questão: quais foram as razões do golpe? É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitariam raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Dessa forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive-se o 'ciclo populista', e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos". (Gomes, 1996:38) Por meio dessa operação, um largo período da história brasileira é explicado a partir de um "estilo de política", do céu para a terra, não se indagando, portanto, acerca das tramas tecidas na interatividade social, em suma, na busca das determinações que se instauram na *anatomia* da sociedade civil, no processo de produção e reprodução da vida material.

O "pacto populista" constitui um "compromisso" entre categorias dominantes e subalternas que surge como um consentimento gerador de tensões e instabilidades. Em seus termos: "Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira". (Gomes, 1996:43)

Como um estilo de política e de política de massas se afinam na manipulação dos interesses populares, num *engodo deliberado*, configurando uma situação de ambigüidade? Se não há embates entre as classes, se os seus interesses não são disputados palmo a palmo, em que medida as massas são manipuladas ou conquistam suas reivindicações? Isto deriva do fato de que, segundo a autora, "As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, *só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados* (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente". (Gomes, 1996:44. Grifos nossos.) Entretanto, a anulação das lutas operárias e sua conversão em "destinatários" acabam por abrir uma conversão inusitada, a própria "manipulação", que por sua vez, possibilita *a existência de uma convivência democrática*,

suspendendo o antagonismo de classes, num terreno pantanoso, uma vez que subtrai a *consciência de classe* do proletariado, cooptando quadros e controlando os organismos sindicais, fazendo crer que as reivindicações populares estão sendo atendidas pelos verdadeiros sujeitos, as classes dominantes. Nesta teoria, a classe não se forma no processo de lutas. Se a violência estrutural e a repressão oficial não fazem parte da própria trama ardilosa, como ela se reproduz?

Já não é mais a história que passa a comandar os passos do historiador, mas, muito pelo contrário, o conceito é quem rege as categorias, sempre se movimentando num campo de ambigüidades, pois, neste estilo de governar, "A categoria 'manipulação' é proposta, portanto, não de forma unidirecional, mas como possuidora de uma intrínseca ambigüidade[6], por ser tanto uma *forma de controle* do Estado sobre as massas, quanto uma *forma de atendimento* de suas reais demandas. Embora seja enfatizada a dimensão do 'mascaramento' existente neste atendimento, já que os trabalhadores brasileiros eram fracos numérica e politicamente, não dispondo de tradições de luta como os europeus, o impacto da política populista é aqui vivenciado de maneira distinta (como acesso à participação política e social) e precisaria ser analisado a partir desta perspectiva. É interessante observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de 'manipulação' por 'aliança' como categoria mais precisa para o que deseja situar. Contudo, não há investimento nesta modulação nem por parte do autor, nem por parte de muitos outros que seguem suas pegadas". (Gomes, 1996:43-4)

É óbvio que, com as explicações sendo contrastadas pela própria ordem de realidades historicamente determinadas, pode-se substituir, aqui e ali, um conceito por outro. Porém, o edifício permanece. Ainda segundo a autora, a vertente mais perversa dessa historiografia é aquela que tenta mostrar a inviabilidade de uma "democracia populista", precisamente porque as condições para uma democracia se realizar estavam já dadas em nossa formação histórica (industrialização, urbanização, informação e mobilização). Uma vez alcançado o *ponto de chegada*, a sociedade liberal-democrática, estariam dadas as condições de anulação da prática manipulatória, e a ideologia da colaboração de classes, mediada pelo paradigma pequeno-burguês, teria cumprido a sua finalidade. Sem se dar conta das implicações de sua própria afirmação, ela conclui: "Desta forma, o princípio da classificação, que identifica a categoria na experiência brasileira, acabou por ser associado a um critério de valor que hierarquiza e condena *in totum* o populismo e tudo que ele possa adjetivar". (Gomes, 1996:33)

Com esta breve exposição, estamos tentando problematizar algo que ficou num certo congelamento acadêmico, a saber, que a crítica passa a ser dirigida a um "estilo de política". Não se detém no exame das articulações militares com as várias frações do capital atrófico, não põe em tela as lutas dos combativos sindicalistas de então, estigmatizados como "pelegos", "cooptados"; mais ainda, não se indaga sobre as principais razões da *ruptura democrática* em 1964, quando o governo João Goulart pretendia pôr em prática as reformas de base, apoiando-se fartamente nos sindicatos e associações populares; em suma, atribui-se à sua política "populista", e à ruptura com ela por parte da classe trabalhadora, o desfecho do golpe de Estado. O "colapso do

populismo", um estilo de política em bancarrota, a quebra do "pacto populista", passa a explicar o golpe dos militares em 1964.

O destempero desta explicação vai inferir que o *ardil do populismo* não só reflete a debilidade das classes dominantes para exercerem soberanamente sua hegemonia de classe, mas que tolhe a *política de classe* ao entabular uma composição por meio da *política de massas.* Sem ter elaborado uma alternativa supressora da ordem do capital, a "crítica" deposita sua aposta no lema da independência política do movimento operário. Isto fica manifesto quando o ato de manipular se esgota, a estrutura de compromisso se quebra, o "pacto populista" não mais se sustenta, na medida em a ação autônoma das massas populares "denuncia" o compromisso mistificado. Nas palavras de um expoente: "Na medida em que reduz o âmbito do compromisso entre os grupos dominantes, ou seja, exatamente nas circunstâncias era que se impõe ao Estado provar a realidade de sua soberania, reduzem-se também as condições que lhe vinham permitindo *manipular as massas,* e, portanto, preservar e ampliar as bases do seu efetivo domínio. Exatamente nestas condições, as organizações populares de esquerda passam a exigir do governo uma ação política pautada em critérios explicitamente ideológicos". (Weffort,1966: 156) Assim, a arte da manipulação se dissolve quando as classes dominantes rompem com a "inconsistência" do compromisso, daí, a burguesia passar a atacar as "reformas de base", com a quebra do "pacto populista".

A pobreza espiritual vai forçosamente fazendo suas inflexões. O golpe de Estado de 1964 quase chega a ser justificado, na medida em que o "estilo da política populista" sucumbiu. Há que reconhecer, contrariando esta explicação, que as lutas sociais e suas lideranças "populistas", na verdade, estavam imbuídas de *projetos sociais antagônicos* que enfrentavam as resistências das frações proprietárias *associadas ao imperialismo* em nosso país. O atual secretário da Cultura, Francisco Weffort, com a responsabilidade de propiciar a teoria na fundação do Partido dos Trabalhadores, experimentando também a função de secretário-geral desse mesmo partido, consultor político da FIESP, chegou a ilustrar a "contraditoriedade" do fenômeno político construído: "O populismo é contraditório no sentido de ser democrático, quando alguém no poder reconhece a emergência de certas reivindicações que vêm vindo pela base e busca, dentro do possível, atendê-las; quando esse alguém no poder, ao fazer isso, introduz novos atores no cenário político, reconhece que pobre não precisa cair na água fedida do rio Tietê. Por outro lado, é extremamente antidemocrático, quando os pobres que atravessam o rio e caem na água não são consultados para dizerem como querem que seja a ponte, ou que a uma ponte preferem um túnel, ou que, tendo uma organização mínima, podem, de alguma forma, compartilhar a própria decisão que atenderia à sua demanda". (Weffort *apud* Szmrecsányi &Granziera, 1986 :176)

O mais extraordinário de tudo isto é que o próprio formulador da "teoria" se põe a duvidar de sua invenção. Se não, vejamos: "A verdade é que sempre achei que o populismo teve a sua época. Isto é, concluí minhas análises dizendo que ele teria esgotado as suas virtualidades históricas. O Brasil teria passado pela transição de uma sociedade agrária, que se transforma numa sociedade urbano-industrial. Teríamos passado da

condição de um Estado tradicional para um Estado que se organiza cada vez mais com feições modernas. O populismo, como fenômeno de transição dentro da sociedade brasileira, teria esgotado as suas virtualidades, porque o perfil da sociedade brasileira de hoje é o de uma sociedade cada vez mais urbana, cada vez mais industrial e cada vez mais dependente da estruturação estatal? Talvez não!" (Weffort, 1986: 178)

O crítico do "populismo" chega agora a se dar conta de que lideranças do pré-64 permanecem com peso na política nacional. No entanto, ele mesmo faz uma ponderação. A transição ainda não se completou, portanto, este "estilo populista" pode ainda vigorar devido à convivência de problemas históricos e regionais não resolvidos. "O Brasil é uma sociedade que ainda se está fazendo como sociedade moderna. Esse processo de transição da sociedade brasileira para um padrão urbano-industrial e para um Estado moderno é um processo que ainda se acha em curso em muitas regiões do País. Enquanto esse processo não se realizar plenamente, haverá motivos para a ressurreição do populismo, ainda que seja apenas em escala regional. E sempre haverá motivos também para que nos lembremos de Getúlio Vargas. Enquanto o Brasil não chegar plenamente à modernidade e à democracia, Getúlio estará presente entre nós com tudo o que tinha de bom e de ruim, com todas as suas contradições". (Weffort, 1986: 178-9)

Os "teóricos" criaram a mitificação e como mito ainda passam a tourear. Quando ocorreu o golpe de 64, enfim, a "teoria" pode decretar o "colapso do populismo". A ditadura militar seria a expressão desse esgotamento, agora a ditadura de classe pode se tornar mais visível. Porém, o que fazer quando "o fenômeno" teima em se apresentar em nossa na realidade? O que fazer com o ressurgimento das velhas propostas "populistas", o nacionalismo trabalhista, a reforma agrária, o controle do capital estrangeiro? O que fazer com os "velhos populistas", Brizola, Arraes, e com os "novos"? Aí trata-se de aprofundar a "teoria". Esquecendo-se que a raiz da política não se encontra nela mesma, mas na *anatomia da sociedade de classes,* nos *antagonismos sociais*, os teóricos saem em busca de uma nova "visibilidade democrática", a "ética na política". A condenação do "populismo" recebe uma nova interpretação. A "escola" da *analítica paulista* acrescenta à reinvenção a dimensão "messiânica": "o populismo no Brasil poderia ser pensado segundo uma matriz teológico-política e funcionaria como uma *mitologia fundadora* tanto para as classes dominantes, quanto para as classes dominadas. Ela (Marilena Chauí) defende que a própria organização da sociedade brasileira é *autoritária* — verticalizada e hierarquizada —, havendo assim uma retroalimentação entre sociedade e mitologia/política. Esta situação trágica explicaria tanto a impossibilidade da efetuação da *idéia liberal-democrática* de política no Brasil, baseada nas noções de cidadania e representação, quanto a impossibilidade de sustentação do *valor socialista* de justiça social. Pela mesma razão profunda, não superaríamos a matriz mística do populismo, que se renovaria, sistematicamente, como *perspectiva messiânica* para os setores populares". (Gomes, 1996:57. Grifos nossos.)

Como se pode notar, a historiadora, não examinando criticamente as incongruências da "teoria do populismo", apenas fez um mapeamento, não atingindo as suas origens conceituais; tampouco percebeu a matriz liberal-democrática, que subjaz a todo esse arsenal teórico. No entanto, no desfecho do ensaio se evidencia ainda mais sua posição:

"Hoje, às vésperas de um novo milênio, talvez se possa pensar a reemergência do populismo como uma atualização de nossa tragédia". Presa na armadilha da própria conceituação da *analítica paulista*, a sua maior preocupação com a "categoria populismo" reside, depois de tudo, no "que ela guarda de dramático e emblemático da política brasileira, condenada ao autoritarismo". (Gomes, 1996:58)

Paulatinamente, esta analítica, atada à "teoria do autoritarismo", modelo construído como forma intermediária entre o conceito de autoritarismo e de democracia passou a catalogar os procedimentos dos líderes "populistas", agora de natureza *autoritária,* retratando gestos, manias, vícios, delineando figuras maquiavélicas, que visam sempre as suas ambições pessoais e seus projetos mesquinhos. Nesse sentido, a ideologia da autocracia burguesa reduz os grandes projetos sociais, como a reforma agrária, a encampação das empresas estrangeiras por Leonel Brizola, assim como o apoio de Miguel Arraes às organizações popular e camponesa, no nordeste, como sendo projetos demagógicos e, no caso das reformas de base do pré-64, como propostas impossíveis de serem realizadas, para grego ver, típicas da "retórica populista" e da manipulação de uma burguesia ameaçada.

A maioria dos analistas, seguindo a linha weffortiana, desenvolve a tese de que "Os militares assumem o poder após terem garantido o apoio de alguns governadores estaduais, de uma parte do patronato, da Igreja, e encorajados por um filão considerável da classe média determinada a derrubar a *política populista* dos últimos anos. De fato, o papel crescente das massas populares, principalmente sob o governo de João Goulart, e as constantes pressões exercidas contra a estrutura institucional começavam a abalar a existência dos grupos dominantes (os grandes latifundiários, a burguesia industrial), os quais evidentemente se sentem ameaçados". (Forget, 1994:63) O substrato teórico básico remete à definição de populismo como sendo "A imagem, senão o conceito, mais adequados para entender as relações populistas entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados nas classes dominantes, mas impossível de se realizar sem a atenção consagrada a algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais caberia mencionar a reivindicação do emprego de maiores possibilidades de consumo e do direito de participação nas questões do Estado". (Weffort, 1968:79)

Em suma, para esta teoria da "crítica do populismo", a vitória de 1964, marca o fim de um "estilo de política", de "manipulação das classes populares", um corte no "pacto", um "colapso" de algo com difícil retorno de possibilidade histórica. Para os teóricos, no momento em que as massas denunciam o "pacto populista", se colocando adiante do terreno delimitado de sua atuação por causa do "compromisso", a burguesia tira o seu tapete, pondo a nu a dominação "populista". "Na medida em que se reduz o âmbito do compromisso entre os grupos dominantes, ou seja, exatamente nas circunstâncias em que se impõe ao Estado provar a realidade de sua soberania, reduzem-se também as condições que lhe vinham permitindo manipular as massas, e, portanto, preservar e ampliar as bases do seu efetivo domínio. Exatamente nestas condições, as organizações populares de

esquerda passam a exigir do governo uma ação política pautada em critérios explicitamente ideológicos". (Weffort, 1966:156)

Como podemos entender essa proximidade entre as críticas da direita e da esquerda ao "populismo"?

Mencionamos mais atrás o caráter incompleto e incompletável da burguesia brasileira, marcado por sua subordinação aos centros hegemônicos do capital e sua conseqüente impossibilidade e inapetência para a inclusão, ainda que nos limites do capitalismo, das massas trabalhadoras, nos planos econômico e, por decorrência, político. Tendo em mente essa situação, não deve causar estranheza a ferocidade com que a burguesia investiu contra o conjunto de propostas englobadas como reformas de base, que, de fato, mantinham-se perfeitamente no âmbito do capitalismo, mas apontavam para a ruptura com seus traços mais gravosos para os trabalhadores, implicando uma contraposição à subordinação imperialista e à organização econômica interna que lhe correspondia.

Já não é tão simples a compreensão da posição da esquerda: por que um segmento político que se pretende vinculado e representante dos trabalhadores utiliza termos semelhantes aos da direita para criticar aquele processo? A resposta a essa pergunta exige, ainda uma vez, remeter à via colonial de nossa história, lembrando que esta inclui todas as classes e segmentos políticos em sua miserabilidade, e não somente a burguesia.

Comecemos indicando que, em seu ponto de partida, a *analítica paulista* buscava se contrapor à política de alianças desenvolvidas pela esquerda *pecebista* no pré-64, que propalava, com suas palavras de ordem e sua leitura da natureza do processo revolucionário, uma posição caudatária do proletariado na revolução democrático-¬ burguesa no Brasil. Contraposição legítima, à medida que a leitura pecebista, na incompreensão da especificidade de seu chão histórico, acabou por se subsumir à suposta necessidade de "completar" o capital atrófico brasileiro, de fato incompletável, resultando daí seus descaminhos. Independente de buscarmos aqui as relações de determinação, que escapam ao objeto deste trabalho, podemos verificar que a inapreensão da particularidade brasileira implicava uma subordinação ideológica da esquerda à burguesia.

Ora, a esquerda surgida no pós-64, perspectivando romper com o reboquismo do PCB, não levou sua análise às raízes desse problema, isto é, à apreensão de nossa particularidade, nem, pois, rompeu com a subordinação ideológica à burguesia, limitando-¬ se a transferir a discussão da esfera das relações econômicas para a da política, visualizando completar aí o capital, pela instituição da liberal-democracia; com o que, de fato, acentuou aquela subordinação, tornando-se visceralmente politicista.

Adotando uma concepção de radicalidade proletária que entende enviesadamente a independência de classe, a "analítica paulista" será marcada, doravante, por esta recusa de qualquer aliança ou política de frente, com as categorias sociais dominantes. "Seja como for, o período (...) é determinado como a fase de configuração e desenvolvimento do capitalismo industrial. Todavia, na expansão desse mundo urbano-fabril não impera a

hegemonia da burguesia industrial, mas esta condivide a dominação com outros setores proprietários, inclusive com seus 'adversários derrotados' de ontem, e tudo se entrelaça ainda e fundamentalmente com o advento da chamada política de massas, em que estas passam a exercer funções políticas reais, embora subalternas. E com isso é dado por configurada o que com certa pompa recebe a denominação de 'democracia populista'". (Chasin,1989:80)

Como vimos, nessa visão *politicista* (a história passa a ser explicada fundamentalmente pela esfera da política), a especificidade desse "pacto populista" se manifesta numa situação de "vazio de poder", no qual não há hegemonia à vista, propiciando, com isso, o surgimento de um líder carismático, que em face de uma sociedade civil ainda não formada — por causa da modernização incompleta, as classes sociais não possuem configurações nítidas —, age manipulando estas massas amorfas, segundo os interesses das "elites" dominantes.

O *pacto* forjado, na medida em que a burguesia industrial não atingiu a capacidade plena do exercício de sua hegemonia, ocupa este *vazio de poder,* atraindo as massas enganadas, formando um corpo fictício de poder. Nasce, assim, o *ardil do populismo:* "De fato, para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populistas são em conjunto ou cada um de *per si* o feiticeiro nefasto, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. Isto é, no quadro das hegemonias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante, ou, para usar uma pérola de um dos formadores da teoria, a atitude das massas acaba por ser 'uma forma substantiva da hegemonia inexistente'." (Chasin, 1989:81)

De sorte que as manifestações mais tópicas da realidade, tomadas em sua aparência imediata, são oferecidas como a resposta para o problema, ao invés de serem tomadas como aquilo que deve ser explicado. Nas palavras de Chasin: "Politicismo pedestre que não se interroga nem mesmo pelas razões da necessidade do pretenso *engano.* Se desde 30 o movimento proprietário se resume ou limita a tecer um engodo societário, ou seja, não arrasta em sua ascensão o conjunto das categorias sociais, não transfigura positivamente — ainda que nos parâmetros contraditórios próprios ao capital — a sociedade em seu todo, mas reduz ou conserva milhões em níveis intoleráveis de miséria física e espiritual, ao mesmo tempo que não logra alcançar nunca os patamares da contemporaneidade, então o problema fundamental consistiria obrigatoriamente em delucidar o *engano,* isto é, na exposição do que seja a *burguesia enganosa* e do porquê de seu ser-precisamente-assim, e não no mero registro abstrato de seu 'pecado', a partir do qual a história é deduzida. Porém, exigir algo desse tipo à teoria do populismo é de uma inutilidade brutal, pois é de sua lógica apresentar como resposta justamente o que deveria ser explicado.

A "crítica do populismo" evidencia, assim, claramente sua debilidade e seus limites, uma vez que "tomba, de saída, em face da questão central, cujo teor é incapaz de sondar com mínima consistência; em verdade, não atina sequer com sua existência e, portanto, com a

relevância que tem para o complexo problemático em tela. A teoria do populismo pretende ser a denúncia crítica de um procedimento, de uma vontade política, mas não interroga o capital enquanto seu suporte efetuante. Pelo viés politicista, detém-se na pretendida constatação do 'engano da burguesia'; este, quando muito, não mais do que aparência político-fenomênica de uma dada essência, para a qual essa teoria não tem como ser advertida, que assim lhe escapa por completo: a debilidade estrutural do *capital enganador*. Não pode compreender que a aparência do 'engano' tem por verdade a peculiaridade do capital atrófico; ou seja, que a política do 'engano' é apenas a face exposta da incapacidade real do capital enquanto capital na forma dessa sua entificação específica. Em suma, que o assim e impropriamente chamado *populismo* é a expressão tópica da miséria da via colonial de objetivação do verdadeiro capitalismo. Itinerário pelo qual a incompletude de classe da burguesia não pode ir além de uma hegemonia incompleta - impossibilitada que está de ser econômica e politicamente apenas por si mesma".

Do mesmo modo que não apreende a especificidade da burguesia brasileira, perde também a da classe trabalhadora, determinadas ambas pela mesma atrofia do capital: "Trata-se, em síntese, da configuração de uma sociedade de classes onde a *contraposição de classes* fica entre parêntesis. Por outras palavras, materializa-se uma formação social cuja legitimidade é regida pela antítese estrutural entre capital e trabalho, todavia, sob uma forma específica tal que sua efetivação mantém e reproduz aquele estatuto em graus apenas delimitados e ainda abstratos, não universalizados concretamente para a formação de modo que a entificação dos membros contraditórios da equação social, no inacabamento reiterado deles, não tende a aproximar (ou tende a obstaculizar a aproximação), a não ser também abstratamente, de confrontos antitéticos. No que tange designadamente ao *trabalho*, este enquanto categoria global não é propriamente impulsionado pelos nexos de raiz de sua lógica própria, não tem como aflorar ao tender a ser pôr como potência antagônica ao sistema do capital.

"De fato, os excluídos ou marginalizados, que antes de tudo são os excluídos - parcial ou totalmente - da categoria dos trabalhadores, ou seja, que em primeiro lugar são a dimensão mais sensível e brutal da inconcludência objetiva da classe do trabalho no país, constituem o limite material da radicalidade possível do movimento e das lutas do trabalho, o subsolo da debilidade destas em sua edificação real, e não somente o ponto fraco da mobilização popular, que permitiria sempre o engodo ou a manobra burguesa no interior das fronteiras do conflito."
(Chasin, 1989:102-103)

A *teoria do engano da burguesia* ou teoria do populismo, na verdade, não interroga as razões pelas quais o capital em nossa formação histórica, não entificou o verdadeiro capitalismo (capital industrial), objetivando um capital incompleto e incompletável, que se torna incapaz, nesta determinação histórico-social, de integrar as maiorias na totalidade da vida nacional.

É, pois, extremamente pertinente a observação de J. Paulo Netto acerca da operacionalidade da teoria do populismo para a mistificação e anulação das lutas sociais do pré-64, combinando com a ofensiva ideológica do próprio "sistema"contra os seus adversários, constituindo-se "numa ampla cruzada ideológica de crítica", particularmente, visando à propostas políticas caudatárias e reformistas do PCB. "A extrema vulgarização - não só no Brasil - da denominada *teoria do populismo* no pós-64, contribuiu, com certeza independentemente da vontade dos seus autores, para desqualificar os grandes esforços e as grandes lutas do movimento operário e sindical". (Netto, 1996:23) Num certo sentido, o "novo sindicalismo" estará impregnado destas concepções, acertando na crítica ao cupulismo das direções sindicais e o descaso na construção de organismos sindicais de base, mas equivocando-se na identificação do "sindicalismo populista", anulando as lutas e projetos sociais incorporados e adensados com ações vigorosas de massas a fim de implementar as reformas de base. Aí é visível a influência ideológica dos formuladores da *teoria,* intelectuais social-democratas, petistas, na difusão da teoria para o movimento social.

A disseminação dessa concepção nos trabalhos acadêmicos acabou por atingir de modo generalizado as vertentes do marxismo e do weberianismo, misturando-as ecleticamente tão ao sabor das lições ensinadas na FLACSO por Gino Germani e Torquato Di Tella, entre outros. O "populismo" seria expressão de uma visão da pequena-burguesia que dá o tom para a ideologia da burguesa e do operariado. Numa fórmula sintética, "O nacional-populismo é uma linguagem encontrada para dominar os trabalhadores nesta fase particular da sua expansão social-urbana no Brasil". (Nóvoa, 1998:52)

Desde a Revolução de 30, a busca da hegemonia burguesa se fez na direção de um "bonapartismo nacional-populista", que acarretou a destruição das várias associações e organismos sindicais combativos, domesticando-os e atrelando-os aos aparelhos do Estado, construindo, portanto, toda a supra-estrutura ideológica, jurídico-política. "Estes instrumentos, que mantiveram os trabalhadores presos aos pactos de unidade, à chamada 'união nacional' e, em síntese, às políticas de 'colaboração de classes' dominadas pelos interesses do capital. Foi a partir de então que as três categorias (sindicato, partido e Estado) mostraram sua organicidade e sua importância na formação histórica da classe operária do Brasil, como agências geradoras da subsunção real do trabalho ao capital". (Nóvoa, 1998:51)

Isto não quer dizer que o próprio movimento sindical daquela época defendesse o vínculo com as cadeias da estrutura atrelada, mas - bastaria examinar as propostas e os resultados de suas lutas - ao contrário, a aliança do movimento sindical com o executivo de coloração trabalhista estava selada no compromisso de fazer vingar as reformas de base - a República democrática apoiada nas organizações populares e, portanto, nos sindicatos. Num depoimento colhido pela *Escrita/Ensaio,* durante o mês de julho de 1979, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, eleito em 1963 e cassado pelos golpistas de 1964, colocou uma questão bastante pertinente para os "teóricos do populismo": "Há a impressão de que, antes de 64, tudo era homogêneo. (...) Tudo que aconteceu antes de 64, não só o movimento operário, tinha de ser esquecido. Inclusive, o

próprio cara que mandou fazer Brasília, o Juscelino, quiseram esquecer. E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Tudo que aconteceu antes de 64 não serviu para nada. Descobriram uma palavra, o populismo, que até hoje eu não consegui ninguém que me explicasse. Eles jogaram muito tempo sozinhos, num período em que uns estavam na cadeia, no exílio, e outros nem na cadeia, nem no exílio. (...) Se 64 foi tudo isso que eles concluíram e que querem passar para nova geração, a pergunta é: por que deram o golpe? (...) Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia um conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante. Tudo estava na perfeita ordem, bom e bonito. Populismo é isso mesmo, porque é uma proposta da classe dominante para se ajeitar. Então, por que essas bestas deram o golpe? E, se deram o golpe em cima dos 'populistas', porque é que eu, o Ibrahim e outros fomos presos? Por que eles foram em cima de três mil e tantas entidades sindicais? Por que eles fecharam 170 e poucas federações? E onde eles foram buscar os substitutos para esses companheiros? Se o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) era tudo isso, *colaboração com a classe dominante,* então por que fecharam do jeito que fecharam? E prenderam o presidente do CGT, Riani? *Ele foi o único que cumpriu nove anos e seis dias.* Contadinhos, não deram uma colher de chá para o Riani. Essas são as indagações que eu coloco em cima da mesa. Os teóricos do populismo jogaram sozinhos, ninguém apareceu para contestar. Nunca ninguém se meteu a sair de São Paulo e fazer uma entrevista com o Riani na cadeia, lá em Juiz de Fora. Ora, se esse homem que é militante católico, membro do PTB, deputado operário, estava representando o papel que os intelectuais dizem que representava, por que sofreu perseguição e não ficou no CGT? Por que foi o homem mais odiado pela repressão?". (Rago et al., 1980:29-30)

Segundo os "teóricos do populismo", a determinação social desse tipo de ideologia tem como centro irradiador a "linguagem" e "comportamento" da pequena-burguesia, que, por sua vez, irá se materializar nos partidos políticos de orientação ideológica dessa categoria social. "A pequena-burguesia tornou-se a principal agência veiculadora de seus signos, de seus ícones, da sua ideologia. No Brasil, ao nível político, duas categorias históricas se efetivaram como condutoras (embora através de formas particulares) do conteúdo dessa ideologia: o PTB, que nasce diretamente de um programa de conciliação; e o PCB, que adapta e se torna um dos principais agentes dessa política". (Nóvoa, 1998:52) Segundo Nóvoa, "O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tornou-se veículo canalizador das ilusões políticas dos trabalhadores. O populismo nacionalista, como ideologia dominante de consciência social, tornou-se o verdadeiro cimento que uniu as 'rachaduras sociais' do período compreendido entre 1943 e 1964. A sua base social foi a dos setores médios da população - a pequena-burguesia urbana, a aristocracia sindical, a burocracia estatal e o oficialato militar - que havia originado o tenentismo. A sua essência foi a idéia de colaboração entre o capital e o trabalho. Através dela, o Estado enxergava-se acima das classes e imprimia concessões ao capital, para melhor subordinar o trabalho". (Nóvoa, 1998:51-52)

Como se pode depreender disso, esses partidos exprimem a ideologia e a política da conciliação nacional; assim, voltamos para o ponto de inflexão: por que foi dado um golpe

de Estado, se vivíamos no melhor dos mundos possíveis, uma vez que a burguesia, controlava e manipulava a classe operária por meio dos maiores partidos de esquerda do pré-64? A resposta é óbvia demais, como já vimos, algo de novo aconteceu: o "estilo de política" da manipulação conciliatória sofreu um esgotamento.

Marcelo Ridenti, mesmo se valendo de uma passagem de Marx, em *O Dezoito Brumário*, se aproxima da vertente dos teóricos da "crítica do populismo". Em sua obra *O Fantasma da Revolução Brasileira*, ele escreve: "As raízes da derrota política não devem ser buscadas só nos erros dos partidos, nem apenas na ação, ou falta de ação, dos que neles se representam. Se isso for correto, a derrota em 1964 não pode-ser atribuída só à ação das esquerdas, nacionalistas e comunistas, ou apenas à 'passividade do povo'. A derrota foi de um *projeto político de representação* que envolveu e *iludiu a todos*, as massas populares e as esquerdas, representados e representantes, que foram tragados, no mesmo processo, pela roda-viva da História, cujo devir também dependia da ação das classes dominantes e da dinâmica objetiva do capitalismo brasileiro". (Ridenti, 1993: 245)

A sua tese consiste em mostrar como não houve um "salto de qualidade" na representação popular, uma vez que as massas se encontravam à frente de seus representantes. Por que o golpe saiu? "O golpe foi dado quando tal representação *ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista*, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe". O resultado disso é que "Jango e assessores civis e militares, Brizola e nacionalistas, trabalhistas e comunistas, porque não pudessem ou porque não quisessem, não tentaram *o salto* de representantes das 'massas', do 'povo', para representantes da classe trabalhadora; isso teria exigido a resistência imediata, que não houve, para surpresa dos golpistas". (Ridenti, 1993: 244. Grifos nosso)

Está claro que não se trata de desmentir a fragilidade dos dispositivos de Jango, porém, não foi a passagem da condição de "massa" para a de "classe", abrindo terreno para a *ruptura* com os "marcos da ordem capitalista", que motivou o golpe. Mas, sim, porque Jango detonou um processo de implementação acelerada das reformas de base, que contrariava os interesses monopolistas, fundamentalmente, imperialistas, articulando-se numa *democracia direta* com as camadas populares. Recorde-se que a direita via nisso uma insubmissão do próprio presidente da República, quebrando as hierarquias, na arte da manipular os interesses da população sofrida a serviço dos interesses de uma "república anarco-sindical". A tal passagem para a "classe" não elevou o movimento operário para uma "consciência possível" da revolução. Se a "falsa representação" perdurou após o golpe, o autor credita a uma "ilusão da permanência representativa". Isto porque a organização institucional do "Estado populista" era um engodo de democracia representativa. "Dado o golpe, uma vez perdidos os canais institucionais de representação", afirma Ridenti, "tratava-se de encontrar outros caminhos, para continuar expressando a vontade dos representados. A representatividade daquelas entidades estava vinculada ao *fetichismo da representação popular no Estado democrático*, em vigor de 1946 a 1964; com a queda do *regime populista*, desmanchou-se a *trama representativa* na qual se assentavam. Como elas poderiam manter alguma representatividade, *sem qualquer*

participação no poder de Estado, que era a pedra de toque de todo o processo de representação das massas populares nos anos anteriores ao golpe?" (Ridenti, 1993: 246. Grifos nossos)

Mais uma vez se desloca a explicação para o fenômeno do "populismo", no âmbito da política, e não articulando com a determinação causai, extraindo da própria *anatomia* da sociedade civil, nas próprias determinações histórico-concretas da via colonial de objetivação do capitalismo, na incompletude do capital atrófico.

Nós vimos como o conceito de populismo foi construído para a explicação de formações históricas distintas, sob a tutela de regimes "autoritários", que se diferenciavam dos casos do "totalitarismo" europeu. Neste último caso, entravam sob o mesmo rótulo tanto o fascismo italiano e o nazismo alemão como o "comunismo" estalinista. Todavia, mesmo a utilização do isebiano G. Ramos separa o trigo do joio, não identificando o janguismo, o brizolismo na noção de populismo. Operava com uma noção mais próxima à política pequeno-burguesa. A apropriação da direita vem agora identificada à ditadura varguista ou peronista, com uma guinada à esquerda, por causa da aproximação com as classes trabalhadoras. A célebre ameaça da "república sindical". Mais ainda: o agrado às massas populares, particularmente o amparo legal às reivindicações trabalhistas[8] e à organização sindical, faziam com que, no plano da política econômica, às promessas descabidas de atendimento das necessidades das classes operárias, se objetaria quebrar a "lei natural da economia", ou seja, a eterna escassez dos recursos materiais a fim de atender às infinitas carências humanas das maiorias.

A "república sindical" vislumbrada pelo "nacionalismo populista" será, desse modo, caracterizada como "anarquia e desordem" no âmbito societário, particularmente no plano econômico, pondo em risco, por causa do forte teor nacionalista, o capital estrangeiro. Por esta razão, um dos membros do *poder castelista* será bem mais explícito do que os "críticos" de esquerda: "Se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise", escreve Roberto Campos, "ela data de mais longe. Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da 'política de gangorra' - oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista". O culpado da situação é um só: a "algaravia populista". O "populismo" é assim descrito como sinônimo de nacionalismo estatizante e de movimento de esquerda, com os sindicatos de trabalhadores atrelados no poder. Isto porque, "No Brasil, o imediato deflagrador da crise política foi o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A intervenção militar foi relutante, tendo em vista a forte tradição legalista das Forças Armadas. Essa tradição levou a autolimitação dos poderes e da duração do processo revolucionário, e também à preservação substancial da instrumentação política e judiciária - o Congresso, o Supremo Tribunal, e inicialmente até mesmo os partidos políticos, que só foram abolidos pelo Ato Institucional n° 2, de outubro de 1965". (Campos, 1994: 580/1)

O que a formalização opera é um profundo seccionamento de realidades, segundo o qual é possível criticar o líder "populista", assim como os dirigentes sindicais e partidários são tratados como "populistas", ardilosos na manha de ludibriar os subalternos, mas que são, posteriormente, reprimidos, presos, torturados, porque o seu "estilo de política" sofreu um esgotamento no interior do "pacto populista". A insuficiência da argumentação sofre a crítica do próprio movimento da realidade. Os arteiros da manha de ludibriar, os demagogos e oportunistas, são agora descartados, no momento em que resolvem amenizar o "estilo" e, assim, aproximar e assumir as propostas verdadeiras das massas brasileiras.(Sendo que, quem está propondo as reformas de base, a propalada "república sindical" é o próprio trabalhismo brasileiro e seu condutor máximo, o chefe da "República").

Por esta sinuosa linha de argumentação, produzida pela formalização do conceito, a tematização das determinações concretas deverão ser "problematizadas", ou mais do que isso, sugere-se que o "líder populista" e o "movimento sindical" ameaçam escapar do ardil do populismo. Lucília Delgado ao estudar num longo itinerário, de 1945 a 1964, o PTB, mostra os atores políticos se afastando da tipificação: "Essa prática se reproduziu quase que como norma de comportamento durante todo o governo João Goulart. O governo Jango foi, dos governos populistas, o que menos utilizou a via do controle sobre as movimentações de sindicalistas. A situação estava próxima da ironia. Ligado aos sindicatos, inclusive pela sua prática partidária junto ao PTB, João Goulart, que desde 1953 tanto se empenhara no exercício da cooptação e da conciliação, não hesitando inclusive em fazer grandes concessões, viu as lutas sindicais escaparem de seu controle. Uma situação de duplicidade contraditória, na qual os meios usados para a cooptação ameaçavam entreabrir as portas da independência. Portas essas que, todavia, para se manterem abertas, necessitavam de que o movimento operário e sindical apresentasse condições de superação da etapa na qual predominava sua incorporação na 'coligação nacional populista'". (Delgado, 1989:276)

Como descrever a movimentação do CGT, liderada pelo líder trabalhista Clodsmidt Riani, impulsionando uma plataforma econômica de talhe popular e nacional, que se confrontava com a prática do sindicalismo "populista" atrelado ao Estado, cooptado e submisso às ordens do poder "populista"? Segundo a autora, "apesar de manter fortes vínculos, o Estado, utilizando-se de sua infra-estrutura como fator de legitimação junto às suas categorias, procurava criar uma fonte alternativa para essa legitimação, através da defesa de propostas que questionavam as forças tradicionais de mando político características do populismo. Na dinâmica desse processo, o próprio populismo seria transformado em um meio de luta político-social que adquiria características típicas de uma luta de classe". (Delgado, 1989:281/2) Com isso, "a duplicidade do governo Goulart era evidente e, no seu decorrer, o populismo perdeu uma parte substantiva de seu caráter manipulador, pela força dos movimentos populares que sobre ele passaram a atuar". Anulando, assim, a própria conceituação weffortiana, segundo a qual, "O populismo traz em si a inconsistência que conduz inevitavelmente à traição. Não obstante, o mais hipócrita dos populistas nunca pode ser totalmente infiel à sua massa, ele a trairá, mas há limites para a traição além dos quais a imagem do líder começa a se dissolver". (Weffort, 1978:n)

Há que repor a seguinte questão: a sucessão de golpes militares que a história brasileira conheceu reitera-se sempre com o propósito de barrar um processo de reformas, quando se desloca a base social, porém, modificando sua forma de intervenção em 1964: "O golpe de 1954 também foi para deter qualquer avanço no processo político das reformas econômicas.(...) Em 1955, uma tentativa de golpe militar visava a posse do candidato Juscelino Kubitschek, que havia sido vencedor nas eleições. Em 1961, as forças reacionárias levaram ao poder, numa ampla aliança, Jânio Quadros, que se propunha preservar os interesses dos setores mais conservadores. A renúncia do presidente e a divisão das forças que defendiam os propósitos retrógrados fizeram com que fosse tentado um golpe militar, inviabilizado pela divisão das Forças Armadas. Contudo, esses propósitos tornaram-se triunfantes em 1964, quando o governo João Goulart buscou efetivar as reformas de base, isto é, as modificações estruturais na vida brasileira. Jango acabou sendo deposto, não pelos seus defeitos, mas por suas qualidades e virtudes.(...) Em 1964, no entanto, o modelo sofre uma modificação, pois as Forças Armadas tomam e instalam-se no poder, não o cedendo às forças políticas que as manipularam. Há um significado novo, portanto, na forma de intervenção das Forças Armadas, que é o de manter as velhas estruturas que controlam este país desde a época colonial". (Sodré *apud* Toledo, 1997:104)

Notas

[1] Objetivamos, nesse trabalho, efetuar a crítica da *"Ideologia 64"*, por meio da *análise imanente* do fato-doutrinário, que respeita as determinações do objeto em sua integridade, busca problematizar, articular e desnudar tais "convicções e concepções" da ideologia *bonapartista* do autocratismo-burguês, a começar pelos "ideais da revolução" e a negação de sua natureza *ditatorial* - aceita, como vimos, a expressão "autoritarismo democrático" -, auto-proclamando-se como a "Revolução de 1964". Mais ainda, objetiva compreender esta visão de mundo articulada ao seu tempo e contexto histórico, na própria produção de seus feitos e suas falas. Lembrando, com as palavras de Mészáros, que embora as afirmações ideológicas sejam um produto específico de indivíduos singulares, sua produção é sócio-histórica. Basta assinalar, inclusive, que certos escritos militares expressam uma doutrina, por exemplo a *doutrina esguiana* da Segurança Nacional, que por sua vez tem matizes liberais, expressam conteúdos ideológicos do próprio imperialismo, e assim por diante.

[2] Mesmo um adepto das propostas do eurocomunismo acentuará que "Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão - por mais feroz que seja - exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo". (Konder, 1977:4)

[3] Em outro trabalho, Chasin delineia a forma dessa categoria ontológica: "O particular é aí, precisamente, uma negação determinada do universal, a superação da indeterminação na generalidade; o que significa, ao mesmo tempo, o meio de generalizar determinadamente a singularidade de modo que esta possa romper o véu inefável que carrega na imediaticidade, revelando, assim, as determinações singulares de sua concreta singularidade. O particular se mostra, assim, como já foi apontado antes, na condição de 'veículo determinado', enquanto categoria portadora da 'função criadora de determinação', seja delimitando o universal, seja expandindo o singular". (Lukács, 1982:65) Com isso, temos o resgate de um procedimento ontológico tão ao gosto dos principais marxistas, reconhecendo-se, assim *a particularidade como categoria típica da determinação e da mediação.*

[4] Para além dos empréstimos indébitos às formulações chasinianas, há outro equívoco na identificação de sua análise como sendo *lukacsiana*. Desde sua crítica juvenil à sociologia do conhecimento de Mannheim, nos inícios dos anos 60, já aparecem diferenças com relação à obra *A Destruição da Razão*, do filósofo húngaro. Chasin sempre apontou a importância, para o marxismo, da produção de G. Lukács, sua proposta de resgate da obra marxiana, particularmente no campo da produção estética e da monumental *Ontologia do Ser Social*. No entanto, quem se dispuser ao esforço de examinar o autor por aquilo que escreve e não por suposições, saberia que as diferenças são mais profundas do que possam aparentar. Basta confrontar a sua crítica aos limites da razão política e da gênese e necessidade da politicidade feita por Marx, e o descarte do estatuto ontológico, quando da transformação da filosofia de Marx numa estrutura histórico-sistemática. Este desconhecimento da determinação onto-negativa da politicidade está inscrito no balanço de Celso Frederico sobre a herança lukacsiana no Brasil, onde J. Chasin é identificado com uma espécie de "lukacsiano acadêmico".

[5] Sobre a intelectualidade isebiana assim escreveu Ângela Gomes: "Este seleto grupo intelectual tinha como objetivo mais imediato formular uma interpretação para a crise nacional em curso, interpretação que pretendia esclarecer e mobilizar forças progressistas do país, tendo em vista o desencadeamento de um movimento amplo em prol das reformas de base. A atuação destes intelectuais aposta, portanto, no papel de um a vanguarda esclarecida que, produzindo uma nova visão do mundo, abasteceria projetos políticos capazes de solucionar problemas estratégicos por eles identificados e equacionados". (Gomes, 1996: 34-35)

[6] Outros autores se valeram do conceito para constatar esta "ambigüidade", segundo a tematização de Dreifuss: "O populismo tem recebido várias interpretações. Para efeito da presente análise, será considerado o populismo como o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas

organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista." (Dreifuss, 1981:43)

[7] Há que fazer a distinção entre politizar e politicizar, como segue nessa longa citação chasiniana: "A autonomização do político e sua conseqüente hiper-acentuação é, de fato, seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua potência e eficácia. De todo modo, a *politização* da totalidade pelo discurso é pelo menos um grosseiro gesto sirnplificador que, no mínimo, desconhece, desrespeita e/ou elimina a qualidade própria das *demais componentes* que integram a totalidade. Converter e diluir tais *qualidades* ao meramente 'político', além da bárbara arbitrariedade que subentende, é ao mesmo tempo uma condenação à impotência no plano objetivamente político, na medida que este se põe como ação, pré-figurada mentalmente, que por interesse teleológico se submete à intrincada causalidade do todo. O que é o mesmo que dizer que o *agente*, para *efetivar* seu fim a este se submete, subordinando-se, assim, necessariamente às propriedades e virtualidades de seu objeto. À evasão do concreto, induzida pela *politização*, a verdadeira política contrapõe, pois, a si mesma como prática que toma o trabalho como protoforma". (Chasin, 1977: 147)

[8] De fato, os trabalhistas se constituíam na principal força popular de então, isto porque "O PTB emergiu das eleições de 1962 como o segundo maior partido nacional e Brizola, ao deixar o Governo do Rio Grande do Sul, assumiu o mandato da Câmara Federal, respaldado pela esmagadora votação no Rio de Janeiro, o que lhe dava dimensão nacional, como líder popular. As divergências com Goulart, entretanto, afastavam cada vez mais do Governo Federal, tornando-o intérprete da oposição de esquerda. Essas divergências, que envolviam a política econômica e o encaminhamento das reformas de base." (Bandeira. 1979: 88)

I-AS RAZÕES DO GOLPE PARA O CONSERVADORISMO

"Sem teoria contra-revolucionária, não há práxis contra-revolucionária"
Florestan Fernandes

"Na preparação para o golpe de 64, todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma república popular instalada no Brasil"
Adyr Fiúza de Castro

Neste trabalho que ora apresentamos, não pretendemos desenvolver uma história cronológica dos acontecimentos inaugurados pelo golpe de Estado de 1964, a história da instauração de uma dominação autocrática bonapartista - um verdadeiro comitê de gerência e controle dos interesses particularistas e exclusivistas do capital - até sua transição pelo alto, em 1985, cujo desfecho trágico se efetivou por um processo de auto-¬ reforma, conduzido pelo próprio bonapartismo, com a eleição de um civil; mas sim, tentar capturar uma constelação ideológica, enquanto *consciência social prática,* numa sociedade de classes, que designaremos pela forma do *bonapartismo,* aquilo que no plano da teleologia se denominou como "o ideário da revolução", a *ideologia 64,* por meio da *crítica imanente* dos principais nódulos ideológicos desta constelação, ao longo de suas efetivações alcançadas e intentos frustrados, em confronto com as circunstâncias históricas que a engendraram.

Um dos temas recorrentes do "ideário de 1964", inscrita na ideologia conservadora do capital atrófico em nossa formação histórica, encontra-se a idéia de que a história se move pelo alto. Às massas, lhes cabe um papel intrinsecamente menor e subordinado, são sempre manipuladas e orientadas para o bem ou para o mal, nas escolhas políticas articuladas pelas "elites dirigentes". Anulam-se, com isso, as iniciativas, as capacidades e potencialidades advindas das massas populares; estas somente poderiam vir a ser instrumentalizadas, seja ao "comunismo", seja ao "populismo", pelos líderes e tendências ideológicas, com seus projetos políticos "próprios", sempre em oposição à índole nacional, graças ao carisma e ambição pessoais. Seguindo, pois, antiga tradição das classes dominantes em nosso país, na qual caberia às "classes dirigentes", no sentido de uma pequena "elite dirigente", a condução mais apropriada aos valores e tradições desse próprio povo. No que concerne aos empresários, em que pese a defesa do princípio social da propriedade privada, os militares também colocam certa resistência ao seu comportamento político, em face dos seus interesses amesquinhados e particularistas.

A instauração do regime militar, a partir de 1964, com a *ruptura democrática,* tentará evitar, assim, a atribuição de um sentido personalizado à sua tirania e despotismo de classe, apresentando-se, porém, como uma instituição representativa do povo, pois pressupõe estar colado aos verdadeiros anseios das massas naquele momento histórico crítico. Desse modo, as Forças Armadas, coordenadas pelo Exército com um *Alto Comando da Revolução,* substituirá a antiga "elite dirigente", considerada *fracassada* no

intuito de resolver os dilemas do subdesenvolvimento econômico, da desigualdade social e dos desequilíbrios regionais, assim como *tíbia e impotente* em seu *nacionalismo exacerbado* – ao tentar vingar uma "república sindicalista", com sua política de reformas de base –, a fim de "pôr as coisas no seu lugar", restabelecendo a paz e a ordem social. Mais do que um pretenso "poder moderador", a elas caberia uma missão histórica, a de "restaurar a democracia", harmonizar as classes sociais, incorporando os princípios e valores da "Revolução regeneradora" numa ordem constitucional, afirmação de um Estado de Segurança Nacional, a fim de colocar no rumo devido o sentido de unidade nacional. A tutela militar respondia, nesse sentido, ao nosso *presente* histórico, mas também ao *futuro* de nossa vida nacional. Os militares acreditaram, piamente, que pudessem ter o controle pelo alto da sociabilidade do capital. A prepotência não era baseada apenas na força militar, mas supunham deter os caminhos da destinação nacional, o verdadeiro projeto da evolução nacional: o *Brasil-potência.*

Ilusão socialmente necessária, uma vez que se supunha a autonomia do país como com uma economia capitalista desenvolvida, potencializada pelo empréstimo aos recursos tecnológicos e aos capitais estrangeiros. A ilusão residia, precisamente, na instrumentalização do capital imperialista apenas como *meio* para a autonomização nacional. O domínio dos proprietários, no contexto da *interdependência* e do *alinhamento* às forças do Ocidente contra o expansionismo do comunismo soviético, com o golpe de Estado e a ruptura democrática, se travestia com a religião da burguesia, o *bonapartismo,* instituindo e institucionalizando as "leis revolucionárias", da violência, do arbítrio, do terrorismo aberto, contra os "inimigos internos", particularmente os setores organizados da classe trabalhadora. Para os conspiradores de direita de 1964, "a revolução faz as suas próprias leis". Porque, segundo um mandatário bonapartista: "O revolucionário não quer saber de lei. Ele tem seus objetivos e se torna intransigente. Geralmente a revolução é feita pelos exaltados que dela se assenhoram.(...) Em 64, a maior parte dos oficiais do Exército entrou na revolução, e depois vieram as reivindicações, não pessoais nem de classe, mas relacionadas às idéias, de como acabar com a subversão, como acabar com a corrupção...".(Geisel *apud* D 'Araújo, 1997:190)

Ou seja, *a ideologia 64,* com sua "legislação revolucionária", não nasceu pronta e acabada, mas remonta à própria formação da dominação dos proprietários em nosso país, o modo como se efetuou a forma de controle de sua oponente, a classe trabalhadora, cabendo a esta o papel de tentar ampliar os direitos sociais, a elevação material de sua existência aviltante, com suas lutas de resistência democrática e de reformas estruturais. Toda vez que as massas surgiram no cenário histórico, grassou a mais infame das repressões, porque se atribuía às manifestações populares uma função histórica que ela, por sua vez, não almejava: a ruptura com o sistema do capital e a instauração de uma dominação comunista. A fragilidade ideológica da classe operária é uma determinação imanente ao seu ser social, todavia, a mera luta por melhores condições de vida, pela democratização da propriedade da terra, pela ampliação dos direitos sociais, por exemplo, é tratada como "insurreição" que põe em risco a iniciativa privada. Eufemismo liberal, que significa que a liberdade só é possível numa ordem regida por uma economia de mercado,

onde todos se comportam como proprietários de mercadorias, sujeitos aparentemente livres.

A ingenuidade dos gestores do capital atrófico está, portanto, na teleologia absurda de controlar a lógica do capital. Uma função estatal que estava reservada a propiciar as condições para a autoexpansão do capital, sem limites que pudessem obstaculizar o seu desenvolvimento acelerado. Uma expansão capitalista associada ao imperialismo – sem os percalços da subordinação e atrofia estrutural –, na base da colaboração social para alcançar o projeto antevisto, regrado pelo bonapartismo.

Marx foi bastante claro e incisivo na captura da determinação concreta da livre concorrência. Esta se põe como o desenvolvimento real do capital, liberdade de movimentação e domínio que se assenta sob o seguinte pressuposto: "A coerção recíproca que nela exercem os capitais entre si, sobre o trabalho etc. (a concorrência dos trabalhadores entre si não é mais que outra forma da concorrência entre os capitais), é o desenvolvimento *livre*, e ao mesmo tempo *real* da riqueza enquanto tal". Mais ainda: "Na livre concorrência não são os indivíduos que são postos como livres, mas o que é posto como livre é o capital. Quando a produção fundada no capital é a forma necessária e, portanto, a mais adequada ao desenvolvimento da força produtiva social, o movimento dos indivíduos, no marco das condições puras do capital, se apresenta como a liberdade dos mesmos, liberdade que, todavia, também é afirmada dogmaticamente, enquanto tal, por uma constante reflexão sobre as barreiras derrubadas pela livre concorrência". (Marx *apud* Chasin, 1989: 17-18)

Os "princípios básicos" afirmados como irremovíveis, como a defesa da *iniciativa privada,* ao menos nas intenções, foram perfilados num duplo combate: combate permanente à subversão e à corrupção, ao lado da restauração dos valores democráticos e da união nacional. A todo momento, se justificam os atos nesses valores, ainda que confrontados com a negação da repressão visceral aos "inimigos internos". Estes, por sua vez, são todos aqueles que contrariam a lógica imposta pelo poder autocrático, jogam o jogo *antinação* ou adotam as ideologias subversivas, "plantas exóticas" a serviço do comunismo internacional.

Nos depoimentos colhidos pelos pesquisadores do CPDOC, há uma interessante resposta, que será reiterada por vários entrevistados, pertinente à participação dos coronéis da *linha dura* nos eventos de 1964, mais precisamente: qual era o projeto desses militares? Atualmente na reserva no posto de general-de-brigada, Gustavo Moraes Rego, do grupo da *Sorbonne,* foi enfático: "Nenhum. Porque a Revolução não tinha projeto. É pura verdade, sem dúvida. A Revolução foi feita simplesmente para evitar que o Jango fizesse o que queria fazer. Tanto que houve inicialmente muita tendência para a colocação de que era uma *contra-revolução.* A ausência de uma reação do governo, a falta de uma ideologia e de um projeto, inicialmente deixou todos perplexos. *Todos!* Depois da posse do Castello, o Roberto Campos e o Bulhões esboçaram um plano de combate à inflação e de desenvolvimento. Roberto Campos era considerado muito ligado ao governo Juscelino e ao próprio Jango, muito suspeito em relação aos americanos e por suas posições ditas 'entreguistas'. Assim também Juarez Távora e Bulhões. O gravíssimo problema a

enfrentar era a inflação. A ESG, inicialmente, não influenciou. O binômio desenvolvimento e segurança – aliás desde aquela época sugeri ao presidente associar sempre àquelas duas idéias as de progresso e ordem, como uma continuidade republicana, mas ficou só a sugestão –, o binômio foi adotado justamente por falta de uma ideologia realmente original.(...) Basicamente, no Brasil, um projeto tem que olhar a parte econômica e social. A Revolução não pensava nisso, a Revolução pensava em deter o comunismo desse pessoal, a característica comum era o *anticomunismo.* Não tinha nada de social nem de econômico, era o *anticomunismo,* era a posição exacerbada deles (da *linha dura),* ideológica também. Isso realmente deu coesão às Forças Armadas quando nós sentimos o processo subversivo atingir o sargento, as nossas unidades, as nossas organizações". (Rego *apud* D'Araújo/I, 1994:59-60)

No entanto, se os militares afirmam o seu despreparo, no calor dos acontecimentos, acerca de proposituras econômicas a serem desenvolvidas na totalidade nacional, é sabido também, que a corrente *sorbonista*, além de suas concepções estarem fincadas na Doutrina de Segurança Nacional, já vinham se organizando na sociedade civil e formulando alternativas nas agências do IPES, sob a batuta de Golbery do Couto e Silva, e do IBAD, com farto financiamento estrangeiro, para influírem nas possibilidades concretas que se abriam nos embates sociais. A polarização de projetos sociais pode ser antevista nos debates da direita, que culminam na realização do "Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base", em janeiro de 1963, em São Paulo.

Destrinçando as formulações do projeto conservador, que buscava se contrapor às autênticas reformas de base da esquerda, o crítico Edmilson Costa chama a atenção para o fato de que "Esse congresso, pouco conhecido e pouco estudado pelos historiadores, elaborou as orientações globais de uma plataforma política, econômica e social, que posteriormente foram implementadas pelos gestores do golpe militar". (Costa, 1997:80) Na seqüência, citando um dos partícipes desse evento, Antônio Queiroz do Amaral, assinala o objetivo mais do que evidente: "O essencial é que estas reformas de base substituam a revolução. Estamos falando em reformas de base, mas devemos ter em mente que isso é uma forma de evitarmos a revolução que se avizinha. E se houver uma revolução passa-se uma esponja nisso tudo e em tudo quanto se refere a direitos adquiridos, etc. Este Congresso é uma tentativa de se reformular a vida brasileira sem apelos para a violência". (*Apud* Costa, 1997: 80, n.10)

Mais do que o colapso de uma "política populista", tal como deseja a *analítica paulista,* o que estava em jogo era o confronto entre posições conservadoras *versus* posições progressistas, que, mesmo não se propondo a superação do modo de produção capitalista, divisava um projeto que se apoiava na presença das massas no cenário político, mobilizadas em torno das propostas das reformas de base, que concretamente exigiam a democratização da propriedade rural, a delimitação das ações do capital estrangeiro, com o controle da remessa de lucros, uma autêntica reforma educacional, uma intervenção estatal na equação nacional-democrática de sua economia.

Como assinalou com nitidez a historiadora Celina D'Araujo: "O golpe, e isso deve ficar bem marcado, não trazia definido um projeto de governo, muito menos trazia demarcado que nos próximos anos o país entraria em um dos seus piores momentos em termos de liberdades políticas. O que houve a partir de então foi um longo processo de disputas intramilitares e acirramentos ideológicos, que são contornados concedendo maiores poderes aos 'revolucionários' mais radicais de primeira hora, para, assim, manter a coesão militar". (D'Araújo, 1994:70) O golpe de Estado de 64 se deu numa quadratura histórica mundial polarizada pelos conflitos entre duas formas do sistema do capital, um subsistema sob a égide do *capital coletivo/ não-social* e o outro sob os monopólios privados, mas que, no calor das circunstâncias, intensificado com a *Revolução Cubana,* se manifestava como o combate entre o capitalismo e o comunismo. Conspiração conservadora e não uma revolução dentro da ordem como os golpistas pretenderam impingir à nação em seu conjunto: "Conspiração que se dava em meio ao clima de Guerra Fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor em relação ao avanço da esquerda e à expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso uma intervenção rápida e eficaz não fosse efetuada". (D'Araújo, 1994: 53)

Ao analisar as interpretações teóricas e as explicações dadas para o golpe militar de 1964, vários autores consagram ao político não uma autonomia relativa, mas uma inteira autonomização. O *politicismo teórico* é a marca de muitas destas análises. Gláucio Soares intenta catalogar as principais vertentes com seus equívocos mais comuns, ou, como considera, os seus limites, sendo que a maioria acabou por subestimar o papel dos militares no processo político brasileiro. Utilizando-se do método neopositivista, busca estabelecer a *verdade científica* a partir da mesuração dos dados empíricos, ou seja, obter a partir de depoimentos dos militares diretamente envolvimentos no golpe de 1964, o grau de acento e significação das causas da "revolução" dado pelo modo em que cada elemento aparece nas falas colhidas.

Antes de apresentar os resultados desta operação meramente descritiva, o autor põe em tela as outras *interpretações.* A primeira vertente é a *marxista tradicional,* que influenciou não só a sociologia política latino-americana, mas também a "ciência social mais conservadora, uma vez que prioriza a determinação econômica e despreza as outras dimensões da realidade histórica. Esta teoria acredita que o impulso revolucionário vem, particularmente, dos *de baixo,* a revolução viria de quem necessita mudar a sua própria condição miserável de vida. A sua crítica é a de que esta tendência "ignora que a cupidez não tem limite e os benefícios da desigualdade podem querer mudar a sociedade para aumentar ainda mais a sua parcela no bolo nacional". (Soares, 1994:10-11)

Outro dos equívocos mais usuais de nossa historiografia, segundo a classificação apresentada, está noutra tradição muito arraigada, a "de ver nos militares os executores dos projetos políticos econômicos *de outras classes".* O crítico antimarxista se filia, portanto, nesta outra, que sustenta "a considerável *autonomia* dos militares em relação aos projetos de outras classes". Como decorrência dessa visão reducionista, que não trabalha com a *autonomização* dos segmentos militares e seus projetos políticos específicos, remete a outra questão - para além da instituição militar ser ela própria

fechada e *cerceadora* por manter segredos militares -, que o autor frisa: "a escassez de conhecimentos empíricos sobre os militares fez com que os autores tivessem que trabalhar sem qualquer confronto salutar com a realidade". (Soares, 1994:11)

A crítica de Soares, mais uma vez atinge o marxismo, não por sua forma vulgar, mas na medida em que esta tradição, sendo "eurocêntrica" e pertencente ao século passado, não se apercebeu da "relevância política de várias classes e setores sociais historicamente novos". Este tipo de gradiente ortodoxo é capaz de interferir na escolha dos agentes que poderiam fazer a revolução: somente há proletários e burgueses e, raramente, os camponeses, dessa forma, "Abundavam as interpretações e reinterpretações e escasseavam as pesquisas. Eram valorizados o refinamento conceitual e a consistência interna das teorias independentemente de seu valor empírico. (...) A revolução *teria* que ser feita por um desses atores políticos 'clássicos',' ou seja, consagrados pela literatura político-sociológica 'universal', que de universal não tinha nada, baseada quase exclusivamente nas limitadas experiências da Alemanha, da França e da Inglaterra". Essa limitação, segundo o autor, traduzia as íntimas relações que nossos teóricos tinham com a produção européia e norte-americana, mas quase nula quanto ao tratamento de nossa realidade histórica. Conceitos "universais" eram aplicados a um amontado empírico, que lhe negavam a validade universal. Daí, a exclusão dos militares de tal gradiente teórico:

"Nesse contexto intelectual, o papel dos militares na *revolução* que viria teria que ser subestimado. Dada a suposição de que, no Brasil, os atores revolucionários e contra-revolucionários seriam os mesmos recomendados pelas teorias, quaisquer outros atores – cuja desagradável e inesperada presença não pudesse ser negada – teriam que agir a serviço dos atores 'clássicos', sem tirar nem pôr, seja da burguesia, seja das classes médias. A *autonomia* dos militares foi sistematicamente subestimada. Como resultado, foram grosseiros os erros de avaliação da situação militar". (Soares, 1994: 11-12)

Uma das questões a ser perguntada ao crítico é: Qual objeto histórico ele está criticando? Qual a historiografia de talhe ortodoxo é esta, que *espera* uma revolução burguesa, camponesa ou proletária? O autor deixa de lado a questão a ser verdadeiramente examinada, uma vez que o debate que estamos analisando não se restringiu aos muros da universidade, mas os transcendem, porque nasceram, precisamente, no seio das esquerdas, que, por sua própria natureza, atuaram e desenvolveram suas ideologias no interior das lutas sociais. A esquerda, certamente, não poderia *esperar* uma "Revolução" dos militares, simplesmente, porque esta "Revolução" (com R maiúsculo) é produto da própria *ideologia 64.* Naquele momento, as esquerdas defenderam a *revolução democrática* (não a revolução proletária), com hegemonia burguesa ou proletária, ou a revolução da perspectiva do trabalho ou vinda do campo - estas eram o norte, quase que inteiramente fora do *esquadro* da realidade nacional. Elas, as esquerdas tradicionais, não esperavam uma "revolução" de outras categorias sociais, mas sim o acabamento da revolução burguesa no Brasil, apoiando a burguesia *nacional.* Um golpe da direita era algo insuspeito. A história mostrou, porém, o quanto elas estavam despreparadas e desarmadas. Todavia, para o nosso articulista, o mais surpreendente está na "revolução" que vingou e não naquela que *teria* de acontecer.

Se não, vejamos:
"A nossa pesquisa deixou claro o alto grau de especificidade dos militares. Talvez por se tratar de uma instituição com alto grau de isolamento social, uma instituição quase total, os militares têm alto grau de *autonomia* na criação e manutenção de um sistema de valores, se comparados a sociedade. Devido à sua vinculação com o Estado, ao monopólio dos grandes meios de coação e à debilidade do controle político e civil sobre eles, os militares também dispõem de um alto grau de autonomia funcional. Seu comportamento depende menos dos desejos da sociedade do que da maioria das demais instituições. Essas considerações implicam que não é possível deduzir o comportamento dos militares a partir de teorias baseadas em outras instituições, grupos ou classe. Tampouco é possível estudar eventos nos quais tiveram participação decisiva a partir de teorias e dados sobre a sociedade. Nesses casos os militares têm que ser pesquisados diretamente". (Soares *apud* D'Araújo, 1994:46)

Como se pode depreender de seu texto, o autor considera que o avanço popular na luta pelas reformas necessárias a revirar suas vidas, se apresentava como "o caos, a anarquia, a desordem". Haja vista que "O crescente grevismo, o caos no governo, e o proselitismo da esquerda geraram, na mente militar, a impressão, *certamente correta,* de que o país 'estava à deriva', e a impressão, *certamente falsa,* de que o país estava a um passo do comunismo. Entretanto, para muitos militares, como as eleições presidenciais se aproximavam, poderiam agüentar até lá; para outros, conspiradores ativos, faltava o pretexto. O comício do dia 13 e os episódios da rebelião dos sargentos e dos fuzileiros navais jogaram muitos, antes apolíticos, na conspiração e deram a outros o pretexto. Continuava, não obstante, o caos conspiratório. A circular de Castello Branco, menos de duas semanas antes do golpe, forneceu, para muitos dos grupos conspiradores, ainda que certamente não para todos, o aval e a liderança de uma figura muito respeitada dentro da corporação, conhecida pelo seu legalismo. Quando Olympio Mourão tentou entrar na história mais uma vez pela porta dos fundos, adiantando-se às demais conspirações, o apoio militar a João Goulart era mínimo. João Goulart foi deposto quase sem resistência, e o Brasil entrou numa ditadura que duraria quase 21 anos."(Soares *apud* D'Araújo, 1994: 48)

No entanto, há mediações a serem feitas. Desde a sua fundação em 1948, sob a direção do general Oswaldo Cordeiro de Farias, a ESG se desenvolvia sob o signo da *guerra fria,* preparando-se para o confronto com o verdadeiro "inimigo interno": o comunismo.

Vamos aos fatos. O golpe de 1961, precipitado e desarticulado, tentou simplesmente interditar a vinda ao país do vice-presidente da República João Goulart, num ato antidemocrático, mas já manifesta a ideologia do *anticomunismo.* No dia 30 de agosto de 1961, na imediatidade dos acontecimentos postos pela renúncia de Jânio Quadros, os três ministros militares, vice-almirante Silvio Heck, ministro da Marinha; marechal Odylio Denys, ministro da Guerra; Brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, ministro da Aeronáutica, lançam um manifesto interditando a posse do vice-presidente eleito nas eleições de outubro de 1960, resultando no indesejável casamento da dupla Jan-Jan, que estava em viagem comercial à China e à URSS. Os termos desse documento deixam claras

as razões anticomunistas da tentativa de barragem do líder trabalhista ao poder. Já era o exílio anunciado.

Declarando-se sempre como mantenedores da ordem, das leis e das instituições democráticas, os ministros militares consideram "a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do vice-presidente, Sr. João Goulart". (Manifesto in AL86:148) O Manifesto constrange, assim, Jango, que derrotara nas eleições o liberal mineiro Milton Campos, na disputa da vice-presidência, a não regressar e assumir, de direito e de fato, o poder supremo do país, dado pelo presidencialismo.

As razões alegadas, por certo, serão extraídas da própria história de João Goulart, que remontam à suas atitudes políticas do passado: "Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele ministério, até em pontos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas".

Vai se esboçando, desse modo, a identificação leviana e grosseira de Jango ao comunismo e, fundamentalmente, as suas relações com o movimento dos trabalhadores, visando a atender as reivindicações salariais e de ampla atualização das liberdades políticas e organizacionais dos sindicatos. O oportunismo do documento acusa o vice-presidente de estar comprometido, inclusive, com as posições políticas dos países visitados. "No cargo de vice-presidente - diz o manifesto -, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares".

O documento adverte que, no quadro de tensões entre "nações democráticas" capitalistas e aquelas atreladas ao "comunismo internacional", os perigos de uma política trabalhista no poder estatal levaria ao atendimento das reivindicações sindicais e, com isso, abrir-se-ia para uma situação de desordem e anarquia social. "Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos, não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia". (Labaki, 1986:149)

O preconceito anticomunista, a posição abertamente antidemocrática, faz com que os ministros militares alertem para os riscos de que, assegurada a posse de um presidente da República "esquerdista", o país enfrentaria uma escalada de mobilizações subversivas, que desembocaria numa guerra civil. O "Manifesto" não deixa dúvida: "Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã".

Em verdade, a conspiração dos golpistas de 64 vem sendo esboçada e tentada ao largo de muitas décadas. Bastaria apenas sinalizar a briga de foice em quarto escuro entre as correntes do *"factótum* de Costa e Silva", general Jaime Portella de Mello e o general Ernesto Geisel, que tentariam empalmar o poder após a vitória da conspiração, que depôs o presidente constitucionalmente eleito, João Goulart. Desde os tempos de Juscelino Kubitschek, com os levantes de Jacareaganga e Aragarças, se insinuavam tentativas golpistas. Geisel narra o episódio em que foi procurado por seu antigo subordinado, Portella: "Tudo para fazer um movimento e derrubar o Juscelino, que estava eleito. Ele disse textualmente: 'No balanço que temos feito, vimos que estavam faltando os irmãos Geisel. Eu queria que o senhor nos ajudasse, participando disso e convencesse o seu irmão a participar também'. Uma longa história. Perguntei-lhe: 'vem cá, vocês vão fazer um movimento, e quem é que vai governar este país? Vocês vão entregar o governo ao Pena Boto, que é outro maluco?' Ele: 'Não, não. Nós vamos fazer um triunvirato'. Eu digo: 'Mas um triunvirato?! Você não sabe que isso nunca deu resultado na história do mundo? Se são três, um deles vai dominar e vai acabar botando os outros dois para fora. Triunvirato só serve para dividir'. Perguntei também: 'Quem é que vai ser do Exército?' Ele respondeu: 'Vai ser o general Etchegoyen'. Argumentei: 'Mas o Etchegoyen? É um homem correto, muito bom, mas reconhecidamente de poucas luzes!' Ele: 'Mas nós vamos botar gente atrás do Etchegoyen. O senhor, por exemplo podia ir para lá'. Não me contive: 'Ah, você quer que eu seja eminência parda? Não conte comigo'. Ele ficou danado da vida e desde então passou a ser meu inimigo, e do Orlando. Posteriormente, tivemos outros incidentes, durante e após a revolução de 64". (Apud D'Araujo & Castro, 1997:134)

Contudo, essa atitude de Geisel nãc significa que ele também não alimentasse pendores para o golpismo. No episódio da renúncia de Jânio Quadros e do impedimento da posse do vice-presidente, João Goulart, Geisel, demonstrando um ódio visceral à cadeia da legalidade democrática montada por Leonel Brizola, no sul do país, imediatamente arma um plano para um ataque com pára-quedistas e recrimina Cordeiro de Farias, por este não querer assumir o comando do III Exército. Segundo ele, caso "desaparecesse a ação de Brizola, a posição do Exército e das Forças Armadas ficaria muito mais forte, dominariam a situação nacional e possivelmente o Jango não assumiria. O que viria então eu não sei. Poderia haver um período de regime anormal e depois, fatalmente haveria nova eleição. Não se imaginava fazer uma ditadura, ou um regime como o que se verificou depois de 64". (Apud D'Araujo & Castro, 1997:139-40)

Na década de 60, as posições vão se delineando e ficamos sabendo que o manifesto redigido por Golbery, não aproveitado num primeiro momento pelo marechal Denys, abria uma porta para a adoção do parlamentarismo, impedindo assim que Jango tivesse a força propiciada pelo presidencialismo para implementar as reformas de base. O marechal Denys "botou o manifesto do Golbery na gaveta. Dias depois, a situação foi se complicando, então ele virou para o Orlando e perguntou: 'Onde está aquele documento que no fim vem com parlamentarismo?' O Orlando disse: 'O senhor guardou.' Foi aí que o Denys acordou e resolveu se engajar nessa saída que propunha o regime parlamentarista." (Geisel *apud* D'Araújo & Castro, 1997:139)

E o que dizer da posição do futuro presidente do ciclo militar? Segundo Geisel, o general Castello Branco "achava que era melhor deixar o Jango governar e se tivesse que haver uma ação contra ele, seria depois durante o governo. Outros, como o próprio marechal Denys, achavam que era preferível liquidar o problema desde logo". (Apud D'Araujo & Castro, 1997:139)

Acreditando que a contaminação comunista atingiria todas as instituições, do Congresso Nacional até as próprias Forças Armadas, a peça anticonstitucional conclui que: "Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas" (Labaki, 1986:150)

Veremos como esta pequena peça, condensará as aspirações e anseios de uma reação quase que uniforme dos proprietários do país, da própria intelectualidade orgânica da burguesia, simbolizada pelas Forças Armadas e pela Igreja, dos vários grupos organizados, como o do IPÊS[1] e do IBAD, na defesa da ordem, contra a possibilidade da instauração de uma "República sindicalista", em abril de 1964.

Independe de suas expressões mentais serem verdadeiras ou falsas, as posições assumidas pelo ministro da guerra, Odylio Denys são a expressão mais rústica e extremada da ideologia anticomunista neste momento histórico. Simplesmente, para ele, *Jango já tinha se convertido ao comunismo.* Isto por si só justificaria a destituição de seus direitos constitucionais e sua deposição. Quando o levante sai precipitado pelo general Mcurão Filho, no dia 31 de março às 6 h, e este se sente ameaçado de ser preso no próprio Quartel-General, o marechal, que também se coloca como sendo a principal personagem do golpe de Estado de 1964, dirigindo-se ao próprio local da IV Região Militar, diz para o coronel João Batista da Costa: "(...) o movimento iniciado naquele momento estava sendo executado em todo o país para depor o governo João Goulart e acabar com a *ameaça comunista* de se assenhorear do país". (Denys, 1980:117)

O marechal Odylio Denys, em seu livro *Ciclo Revolucionário Brasileiro*, traça um perfil de "extrema-esquerda" do presidente constitucional João Goulart, acusando-o de

promover uma aliança com partidos de esquerda e ter abrigado no próprio aparato estatal, "notórios comunistas" como o secretário de imprensa, o jornalista Raul Ryff e, o chefe da casa civil, o "comunista" Darcy Ribeiro. Segundo o marechal Denys, o presidente tinha aberto um precedente perigoso, na medida em que "(...) tornou-se presa de seus aliados, que por certo dele se utilizariam, como o fizeram depois, como instrumento de seus planos de implantação no Brasil de um Estado que se deixe governar e tutelar por agentes de outro Estado estrangeiro, que sob cobertura do comunismo na verdade exercita, vive e promove o mais reacionário dos imperialismos: o de subjugar política, econômica e culturalmente os seus 'aliados' para a dominação de grande parte ..do mundo, que esse Estado estrangeiro pretende explorar com os mais desumanos e cruéis requintes, como não o fizeram nem mesmo os Estados capitalistas de outros tempos: dos tempos das conquistas e colonização de terras estranhas". (Denys, 1980:96)

Recorde-se, num contra-senso da realidade, as palavras de Goulart sobre a necessidade da reforma agrária no país, com o assentamento de 10 milhões de famílias, propiciando, assim, o fortalecimento da propriedade privada no país, e, conseqüentemente, do próprio capitalismo. O próprio chefe da Casa Civil, o impetuoso Darcy Ribeiro, na tentativa de contenção da radicalidade, teria enviado para Jango uma sugestão de discurso, uma vez que o presidente seria homenageado no Automóvel Clube de Brasília, pelos sargentos, na qual deveria advertir sobre os riscos quanto à indisciplina e quebra da ordem hierárquica militar: "nele, o presidente chamaria a atenção dos suboficiais para a necessidade de se fazerem defensores da hierarquia, porque ela era o alicerce sobre o qual se operavam as Forças Armadas. Caindo na indisciplina, se dissolveriam inevitavelmente" .(Ribeiro, 1997:3 51)

Ora, na visão anticomunista do ministro militar, o presidente constitucional tinha se transformado num atentado às próprias instituições políticas, relembrando-nos a visão integralista da constituição de um Estado dentro do próprio Estado. Se não, vejamos: "Aliado aos comunistas, vinculado a compromissos que assumiu com eles, Goulart tornou-se tão perigoso do ponto de vista da vivência das instituições democráticas quanto os comunistas mesmos, de tal maneira que sua investidura na Presidência da República podia, na verdade, ensejar a investidura de comunistas, por via oblíqua, nos altos postos do governo, visto que João Goulart seria compelido a atender a esses agentes de um Estado estrangeiro, os quais, por certo, iriam ter ao lado o aliado vitorioso para dele reclamarem e cobrarem a sua participação no governo do Brasil para se pagarem do apoio que lhe emprestaram". (Denys, 1980:96)

A conclusão do marechal é que, da mesma forma que os comunistas e seu partido "estrangeiro", o PCB, estão na ilegalidade, um cidadão que tenha sido eleito como "democrata", portanto, como "não-comunista", uma vez de posse do cargo, tenha mudado para a ilegalidade de um comunista, contrapõe-se, assim, aos próprios textos legais da Constituição. "Em outras palavras: se João Goulart declinasse sua convicção comunista, sua *vinailação* ao Partido Comunista, não seria admitido a candidatar-se à vice-presidência da República, e portanto não teria ensejo de suceder a Jânio Quadros. Assim também, embora eleito vice-presidente da República, embora na posse do direito de

assumir,a Presidência quando Jânio Quadros renuncia, impedido estava ele de exercer o cargo, pelo fato de haver-se, depois de eleito, vinculado aos comunistas e ao Partido Comunista, tornando-se ele mesmo um comunista, o que evidentemente o tornou incompatibilizado para exercer a Presidência". (Denys, 1980:97)

"Se isto é loucura, pelo menos há método nela", exclamava um personagem de *Hamlet.* No entanto, o poder da ideologia, reside precisamente no fato que ela faz mover numa dada direção, operacionaliza uma ação, no caso, o anticomunismo. A logicidade do discurso em sua irracionalidade, chega ao seguinte arremate: "E evidente que o artigo 141, & 13, da Constituição Federal, contém uma norma de defesa do regime democrático instituído no texto constitucional, mas contém, de outro lado, uma norma de inelegibilidade. Portanto, se o comunista não pode candidatar-se, é porque ele é *inelegível.* Se ele é inelegível, não pode permanecer no cargo, se acaso conseguiu candidatar-se e eleger-se, como se deu com Goulart". (Denys,80:97) É, desse modo rasteiro, que o marechal justifica o episódio de agosto de 1961, salientando, ainda, que as Forças Armadas ao tentar impedir a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito, somente fizeram "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem". (Denys, 1980:98)

O combate ao comunismo se tornará uma urgência histórica, quando "findo o parlamentarismo, passou o governo a marchar a toque de caixa para sua meta - o regime sindical". (Denys, 1980:100) O marechal em suas memórias, justifica assim a posição de 1961, com o desdobramento dos acontecimentos, que ensejaram a Jango e seus aliados dar uma guinada à esquerda, a fim de consolidar uma República sindical. Daí, a necessidade dos militares realizarem uma "aliança sagrada" em torno das Forças Armadas, para uma "conspiração preventiva" ao golpe de Estado que, segundo ele, Jango vinha preparando. Colocando-se, mais uma vez, como o principal articulador, o marechal avisa: "Fiz metodicamente as articulações, abrangendo as guamições militares para um levante geral, de Norte a Sul do País, com o valioso concurso de alguns governadores de Estado, entre os quais é de justiça salientar o general Luís Cavalcante, de Alagoas, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, e Hildo Meneguetti, do Rio Grande do Sul". O resultado de suas ações é que, "felizmente, todo mundo acabou vendo que nós é que estávamos defendendo a legalidade, pois queríamos manter o regime democrático vigente no País, em desacordo com o governo constituído, que com um golpe de Estado ia implantar nele a revolução marxista, instituindo o regime sindicalista". (Denys, 1980:103) Completando, que a ação preventiva se fizera necessária, porque o governo sindicalista certamente iria resistir e "talvez fosse difícil dominá-lo, dado o apoio que logo teria da Rússia, de Cuba e de outros países marxistas, além das adesões internas, de políticos e militares, que por ignorância, comodismo, covardia ou interesse estão sempre prontos a apoiar o governo, não querendo fazer diferença entre governo democrata ou marxista". (Denys, 1980:112)

É interessante reter aqui, que na visão anticomunista, no fundo, a "Revolução de 1964","era uma *contra-revolução* para evitar a revolução marxista, que ia ser imposta pelo Governo João Goulart, com seu golpe de Estado". (Denys, 1980:133-134) A

"Gloriosa", expressão irônica usada pela oposição, teve sua origem na sisudez inculta dos dominantes, quando o general Costa e Silva, já atrelado à dominação autocrático-burguesa, comparou a "Revolução de 1964" às revoluções de tipo europeu, a "Revolução Gloriosa" inglesa e a Revolução Francesa, dos séculos 17 e 18. O marechal Denys, de modo mais congruente em sua rusticidade, traçou comparações com o golpe de 1937 no Brasil, mas também com a exemplaridade histórica da reação dos militares rebeldes na guerra civil espanhola. Após a instauração da 2ª República, de 14 de abril de 1931, a nação espanhola, segundo o marechal, caiu nas mãos do "extremismo vermelho", que em vão a C.E.D. A(Confederación Espanola de Derechos Autônomos), uma frente de direita, tentou barrar. "Em 1936, tendo a comunização da Espanha, protegida pela *legalidade constitucional*, alcançando extremos que nas suas violências foram além do ocorrido na Cuba de hoje, verificou-se claramente ser impossível qualquer resistência que não fosse a das armas". (Denys, 1980:142) Na Espanha, os rebeldes militares acreditavam que sua insurreição seria breve, cirúrgica, sem resistência, levou três anos. No Brasil, os golpistas supunham encontrar forte resistência, não esperavam vencer com tanta facilidade.

Segundo a versão do marechal, a própria dinâmica inscrita nos eventos da contra-revolução, em Espanha, apontou para uma união sem precedentes entre todas as forças que buscavam obstar o comunismo na Espanha.. As mais variadas correntes, naquele momento histórico de radicalização, convergiram numa aliança inquebrantável em torno das Forças Armadas, a fim de salvar a pátria agredida pelo comunismo. Esta analogia leva a que o marechal Odylio Denys, mais uma vez, reafirme sua visão dos acontecimentos, que culminaram na deposição do presidente constitucional João Goulart: "Fizemos também a união das Forças Armadas, em 1961, com o manifesto dos três ministros militares; essa união foi consolidada em 31 de março de 1964, contra o comunismo ameaçador". (Denys, 1980:143)

Uma linha contínua presente no pensamento conservador é a de que o comunismo só se apresenta onde a miséria abraça um grande contingente de pessoas. Segundo esta visão do mundo, os comunistas aparecem como agentes manipuladores de um internacionalismo comunista, que se "infiltram" numa coletividade, como "exploradores da miséria do povo", valendo-se de uma idéia de paraíso terrestre, vendendo a "ilusão de um mundo feliz". Por esta razão, os comunistas na luta pela reforma agrária conseguiam a adesão popular, todavia, adverte o Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias: "Não poderia chamar essa massa que os apoiava de comunista. Era, sim, contra o governo, pois não se conformava com a situação em que vivia. Por isso, tornava-se massa de manobra dos comunistas. E nesse campo fértil atuavam os políticos". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981:480-1)

No episódio da resistência democrática - articulada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, formando a "Rede pela Legalidade", com o apoio do comandante do III Exército -, o então, Cordeiro de Farias, assume uma dupla função, chefe do EMFA e o comando paralelo do III Exército, sendo nomeado o seu novo comandante, no dia 29 de agosto de 1961, por decreto do presidente da República em exercício, Ranieri Mazzili, em substituição ao general Machado Lopes, a fim de desarticular o "movimento rebelde", no

sul do país. Desconfiado das contínuas substituições do gabinete parlamentarista, acreditando que tudo não passava de farsa política do janguismo, porque "fabricaram-se crises" com o deliberado propósito de sabotar o sistema parlamentarista, Cordeiro de Farias chega a seguinte conclusão:

"Durante aquela sucessão de gabinetes, quando os propósitos de Jango já estavam perfeitamente claros, começamos a nos impacientar. Mas creio que podemos situar o início da conspiração, como atividade política realmente organizada, no momento em que Jango recuperou todos os poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo. Isto é, em janeiro de 1963, 14 meses portanto antes da Revolução. A partir desse momento, senti-me desobrigado de qualquer eventual compromisso" icom o governo. Ele, por sua vez, continuou sem tomar conhecimento de mim. Eu era o oficial mais antigo de todas as forças. Em disponibilidade, podia viajar tranqüilamente. Como não me deram função, *passei a me dedicar à conspiração em tempo integral.* Repito que não conspiramos durante o primeiro ano do governo de Jango. Ele não governava o país. Foi no período presidencialista que começou a tomar atitudes que ameaçavam levar o país para outros caminhos". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 543)

Na surpreendente revelação do desenlace da articulação conspiratória, Cordeiro de Farias atribui significativa participação no desencadeamento da ofensiva golpista ao recém-eleito governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros. Antes de assumir o governo, cuja posse estava marcada para janeiro de 1963, Cordeiro revela que procurado por Ademar de Barros, no Rio de Janeiro, este mostrara-se preocupado com a ascensão comunista e a notória influência esquerdista no comportamento do presidente da República. "Vou organizar meu secretariado", afirmava categoricamente Ademar de Barros, "nomeando um comandante da Força Pública e um secretário de Segurança que ficarão à sua disposição. Direi a eles claramente que, fora das tarefas de policiamento e segurança do Estado, eles ficarão inteiramente sob seu comando para organizarmos São Paulo politicamente. Você ditará as regras do jogo". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 543)

Segundo Cordeiro, os lances para as "gestões revolucionárias" ficariam inteiramente sob sua direção, tornando-se o "dono da situação", por esta indicação, "faço sempre questão de render minhas homenagens a Ademar de Barros. Foi um grande revolucionário. Deu uma contribuição sem a qual não se instalaria o processo conspiratório em São Paulo. Reconheço seus méritos revolucionários, mas não posso deixar de dizer que era um homem moralmente complicado (...)" E a versão antiga, mas original, das aventuras do famoso "Dr. Rui", cujo slogan apropriado era "rouba, mas faz". Um "revolucionário", de primeira hora, mas "moralmente complicado".

A estrutura policial e militar de São Paulo, sob a batuta de Cordeiro de Farias, passa ater a função de preparar os comandos para operações de confrontações e embates de ruas. "A meu pedido", narra Cordeiro, "levantavam informações estratégicas e vigiavam autoridades federais em São Paulo. Controlamos os passos de muita gente. Nessas operações, aliás, meu comando era muito singular, porque eu dirigia as ações mas também era comandado pelas lideranças civis locais, sobretudo as mulheres, envolvidas no

processo conspiratório e de criação de opinião pública. Isto é, eu me deixei, voluntariamente, levar pelas lideranças civis locais". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 545)

As "forças civis", na verdade, conjugavam as frações proprietárias, as famílias burguesas, os segmentos do empresariado o mais variado, donos dos meios de comunicação, setores do clero, altos escalões do governo e seus políticos, a categoria dos profissionais liberais, as mulheres pequeno-burguesas, de coloração anticomunista, em suma. Daí, a sua inteira convicção de que "Sempre faço questão de deixar claro, que nós, os militares, fomos a retaguarda da Revolução de 1964. A vanguarda foi a opinião pública e, dentro dela, as mulheres. Minas Gerais terá sido a única exceção. Mesmo assim, a frente militar mineira somente se articulou em virtude da mobilização civil promovida pelo governador Magalhães Pinto. Nesse sentido, a Revolução não foi obra do Exército, mas uma reação espontânea iniciada pelas mulheres, e por elas alimentada até o fim. Em Minas e em São Paulo as mulheres fizeram o diabo!" Certamente, sem darmos o peso decisivo a esta participação das mulheres de classe média e das famílias empresarias, ele deveria acrescentar: "as mulheres *católicas* fizeram o diabo!" (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981:548)

Mas, porque o velho marechal jogara todas as suas energias materiais e espirituais para a organização da conspiração em São Paulo. A resposta é que aqui se jogaria a batalha decisiva, uma possível *guerra prolongada*, pois, estava alojada a verdadeira "vanguarda civil": a burguesia industrial. Reservaria, por isso mesmo,

"Uma atenção muito especial. Em São Paulo tínhamos uma retaguarda maravilhosa, que era indústria. Pessoalmente, eu era otimista. Estava convencido de que o governo de Jango cairia por si, sem que precisássemos mobilizar grandes forças. (...) Tínhamos que nos preparar para a eventualidade de uma luta prolongada. E São Paulo possuía uma indústria que podia nos assegurar todos os meios de resistência. Esta é uma lição que havíamos aprendido com a revolta paulista de 1932. Pela primeira vez na história brasileira, um Estado, ao rebelar-se contra o poder central, mobilizou sua indústria para fabricar carros de combate, trens blindados, armas, munições, o que fosse preciso. Ora, se em 1932 São Paulo havia feito tanto, em 1964 poderia fazer muito mais. Era elementar, portanto, que procurássemos envolver profundamente São Paulo no movimento revolucionário. Aliás, os empresários paulistas deram todo o apoio à conspiração. A indústria se levantou por inteiro, assim como toda a população do Estado, porque ninguém se conformava com a situação do país". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 551)

O que fosse preciso, principalmente, por propiciar as bases financeiras e materiais das indústrias ao processo da conspiração. Estas lições, segundo o estrategista, também foram aprendidas com a experiência norte-americana do *Industrial College* e a organização dos empresários, nas "novas modalidades de guerra total". Sendo assim, com esta orientação de estruturação bélica, Cordeiro de Farias ressalta o papel de vários capitalistas, inclusive, alguns francamente hostis ao governador de São Paulo: "Vou tentar lembrar os nomes de

alguns empresários: Júlio Mesquita, Francisco Matarazzo Sobrinho, Toledo Piza, Quartim Barbosa, Morais e Barros, Abreu Sodré. E impossível lembrar de todos. Muitos deles tinham horror a Ademar, e eu fui uma balança em meio aos grupos. Reuni os contrários, pois a causa era comum". Contrário a manipulação dos recursos financeiros para outros fins, que já vinha ocorrendo, por parte de outros militares, o marechal salienta: "Nós recebíamos dinheiro de São Paulo - doações, contribuição dos empresários - e o repassávamos aos conspiradores que viajavam para fazer contatos nos Estados. As fontes principais de arrecadação eram duas: o governador Ademar de Barros e o jornal *O Estado de São Paulo,* através de Júlio Mesquita. O dinheiro não me era entregue diretamente, e sim a pessoas que eu autorizava. Elas procuravam os arrecadadores em São Paulo, entregavam as autorizações assinadas por mim, recebiam a quantia indicada e depois prestavam contas. Prestamos contas de todos os centavos. No fim da campanha, quando as necessidades aumentaram, o volume de dinheiro cresceu. Nesse ponto, praticamente todos os recursos foram depositados em contas bancárias de O Estado de São Paulo, cuja coleta era bem maior do que a de Ademar de Barros. Aliás, esses depósitos foram feitos à revelia de Júlio Mesquita, que não queria envolver-se com a responsabilidade da guarda do dinheiro, mas apenas da arrecadação". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 553-4)

Quanto aos conspiradores políticos, tipo Herbert Levy e Auro de Moura Andrade, o militar explica a articulação com os governadores, que foram chaves importantes para o golpe, mas revela também a preocupação de mantê-los sob controle. É o caso especial do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que tinha uma boa penetração no Exército, em especial, com os coronéis, mas o mantiveram com as rédeas curtas; "Temperamental, quando era contrariado ia para o rádio ou para a televisão e contava tudo. Era muito arriscado". E no que concerne à data da eclosão do movimento rebelde? O marechal afirma sem titubeio: "Não. Jamais houve uma data marcada. Nós tínhamos decidido duas coisas. A primeira, que o levante seria uma decisão de momento, quando a atmosfera política e o avanço do processo conspiratório indicassem naturalmente que a oportunidade havia chegado. Segundo, que a iniciativa deveria ser de Minas Gerais. A frente mineira, assim, ficou com o privilégio de iniciar o levante e escolher a hora propícia". Esta oportunidade havia chegado, segundo os cálculos do marechal, quando Jango comparece, como convidado de honra, ao jantar promovido pelo Clube dos Sargentos, ao lado do cabo Anselmo, no dia 30 de março de 1964. "Diante do quadro, senti que deveria viajar a São Paulo para autorizar o levante, após a iniciativa mineira. Isso ocorreu na manhã do dia 30. Fui procurado por Ademar de Queiroz em nome do Castello, Jaime Portela e Ulhoa Cintra. (...) No dia 30, porém, tomei um avião da VASP. A companhia havia posto um cargueiro à nossa disposição. Nós o usamos várias vezes". Como houvesse informações atravessadas e divergências no comando mineiro entre Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, e de ambos corn Magalhães Pinto, o comandante de São Paulo se desloca para Belo Horizonte, na manhã do dia 31 de março. O interessante registro de Cordeiro de Farias sobre os fatos imediatos que se manifestam na conspiração, não atribui nenhuma importância à participação de Costa e Silva. Qual foi o comprometimento daquele que se autoproclamaria o chefe do "Alto Comando da Revolução"?

"Até aquele momento, ele não havia dado um só passo em beneficio do movimento. Chamava-me de maluco. Fui diversas vezes à casa dele, nas semanas anteriores àquela reunião (ele se refere à uma reunião realizada no Hotel Plaza, no Rio de Janeiro, onde dissera que o levante era iminente e Costa e Silva o questionou: "Você está maluco? Nós não podemos fazer nada")- Eu tinha o apoio de dona Iolanda. Ela, sim, tinha uma atitude positiva, incentivando-o a ir em frente. Eu tinha muito empenho na adesão do Costa e Silva, pois ele tinha muito empenho na adesão do Costa e Silva, pois ele tinha uma boa posição no Exército. (...) Não era covarde, mas achava que não existiam condições para um levante militar. Enfim, era um homem que, em vez de" ajudar, atrapalhava o trabalho dos conspiradores". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 561-2)

Como se pode notar, aqui, o termo "Revolução" ganha cada vez mais o sentido de conspiração, de derrubada de poder, pela ação armada dos conspiradores. Rebatendo a versão de Mourão Filho, segundo a qual não se tratava de uma manifestação defensiva, ao contrário, a sua "Operação Popeye" era pensada como uma "revolução ofensiva", para o marechal, a senha para o início da Revolução - foi o que combinamos - seria dada pelo próprio governo em decomposição. E foi o que ocorreu a partir daqueles episódios de março: a rebelião dos marinheiros, o comício da Central e a reunião de Jango com os sargentos. Não estou dizendo que a Revolução foi um episódio espontâneo, mas que sua eclosão foi provocada pela decomposição do governo, num quadro em que a opinião pública tinha sido prévia e pacientemente preparada para reagir ao ser atingido o limite extremo de tolerância". (Farias *apud Góes* & Camargo, 1981: 575)

"A verdade - é triste dizer - é que o Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1.°, quando Jango fugiu. Entre os chefes militares, isto é, oficiais-generais em função de comando, muito poucos se envolveram efetivamente no processo conspiratório. O número de oficiais superiores - tenentes-coronéis e coronéis - já era bem maior. A grande massa, no entanto, era da oficialidade jovem - tenentes, capitães e majores. A diferença de comportamento era óbvia. Enquanto os oficiais-generais e os oficiais superiores eram relutantes, a oficialidade jovem era impetuosa, ardente, determinada a entregar-se à luta". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 566)

Em que pese a sua colocação de estar na cabeça do movimento, "quem comandou a conspiração", Cordeiro de Farias deixa claramente assinalado - aliás, são várias falas nesta direção -, é que o movimento para a deposição do governo democrático de João Goulart, não apresentava uma estruturação coesa e forte como se tentou apresentar, em verdade, montou uma retaguarda militar e civil, mais favorável, em torno dos governadores de Minas Gerais e São Paulo, contando ainda com Lacerda, no Rio, onde, aparentemente, a cúpula do Exército se posicionava ao lado de Jango. Por esta razão, "Já disse e repito", afirma o comandante dos rebeldes, "Não houve uma direção revolucionária, segmentada ou não. Não houve um chefe da Revolução! Eu trabalhei do começo ao fim e, no princípio, praticamente sozinho. Mas não comecei a conspirar quando Jango assumiu o governo. Somente o fiz depois do plebiscito que lhe devolveu todos os poderes. A conspiração avançou, e as pessoas foram-se unindo - o governador e as forças civis de São Paulo, o governador de Minas e militares lá sediados, Nei Braga e outros

paranaenses; lido Meneghetti, no Rio Grande, e o grupo do Rio, civil e militar. Enfim, compôs-se uma comunidade de revolucionários, dividida em grupos que, muitas vezes, não se articulavam". (Farias *apudGóes* & Camargo, 1981: 576-7)

Hugo Abreu pretendeu arrolar as quatro motivações básicas que levaram à junção de amplos setores confiantes na "Revolução de 1964": "Quais foram as razões que motivaram o povo brasileiro a repudiar o Governo Jango? Três motivos, em grandes linhas, conduziram à Revolução de 1964: a corrupção e a irresponsabilidade reinante em todos os escalões do Governo; a radicalização esquerdizante dos partidários do Presidente da República, e a conseqüente ameaça à instituições democráticas, cuja derrubada era pregada abertamente por esses mesmos corifeus da radicalização. Nessas condições, três objetivos podem ser considerados como as idéias básicas da Revolução de 64: a desejada democracia ameaçada; a luta contra a subversão; a luta contra a corrupção.

Poderíamos acrescentar ainda um quarto objetivo, qual seja a criação de melhores condições de vida para o povo; tal idéia, porém, é imanente a qualquer Governo que se queira considerar legítimo. O Estado, em si mesmo, não tem razão de ser: ele só se justifica como instrumento para atender aos anseios e à reivindicações populares". (Abreu, 1979:189)

Um outro personagem direitista, sempre ao lado do "intimismo à sombra do poder", apologista da ditadura militar, em especial, bajulador dos feitos do general Geisel, Armando Falcão, o autor da famigerada "Lei Falcão", mais uma vez, repete a ladainha: os responsáveis da turbulência dos anos 60, se deve à renúncia de Jânio Quadros e à posse de João Goulart. Sendo assim, acusa o renunciante a ter enviado o vice-presidente aos países comunistas por iniciativa própria e, ter plena consciência da reação dos círculos militares, "em nome dos imperiosos interesses da segurança nacional", ao significado nome de João Goulart para a constituição de um novo governo.

Segundo Falcão, "A verdade histórica, límpida e irretorquível, é que, tendo como culpado um homem, em má hora guindado pelo voto direto ao mais elevado e nobre cargo da República, se desencadeou no Brasil, de repente, aguda crise institucional, na angústia de intermináveis dias de confusão política e de vácuo administrativo, de tremenda agitação no Congresso Nacional e de crescente tensão militar, tudo desembocando em ameaça próxima de luta armada, com derramamento de sangue brasileiro". (Falcão, 1995:119)

A fim de se ter o controle das ações do presidente "subversivo", criou-se em nosso país, numa combinação de políticos e militares, para sair dessa ameaça de guerra civil, um "simulacro de parlamentarismo". Para o ex-ministro da justiça de JK e de Geisel, estes entendimentos visavam "tudo fazer para não chegar-se a um conflito armado, de conseqüências catastróficas para a nação. Ele não esteve muito longe de explodir, mas foi possível evitá-lo. Chegou-se até a constituir um destacamento de força militar, para marchar sobre Porto Alegre e liquidar pela ação direta a resistência que se tornou possível com a lamentável defecção do general Machado Lopes". (Falcão, 1995:120)

O "memorável" Falcão, famoso por sua expressão "nada a declarar", quando procurado pela imprensa no período ditatorial, se refere aqui à tomada de posição do comandante do III Exército, o general José Machado Lopes, que seguindo a orientação do governador Leonel Brizola, apoiou a resistência articulada em torno da Rede Nacional da Legalidade, germinada e potencializada pela própria mobilização espontânea da população, que passaram a se dirigir para o Palácio Piratini. No próprio dia 25 de agosto de 1961, se formou o primeiro Comitê de Resistência Democrática. "Este comitê - descreve o jornalista Labaki - funcionou ininterruptamente até a posse de João Goulart. Foi o centro de inscrição de voluntários de todo o Estado. Instalaram-se em bairros, locais de trabalho e no interior do Estado mais de 400 comitês semelhantes, totalizando nos 12 dias mais de 100 mil voluntários inscritos. Procuraram esses comitês todo tipo de populares: mulheres, estudantes, trabalhadores, aposentados. Todos querendo, com um suave toque de ingenuidade, defender a Legalidade". (Labaki, 1986:71) Transformada a sede do governo de Estado num *bunker*, o palácio Piratini organizou um formidável movimento de resistência em torno da "democracia social" de Leonel Brizola. Daí, nasce a "Cadeia da Legalidade" como ficou conhecida entre a população.

É nesse quadro de resistência democrática às posições de interdição e arbitrariedade à posse de João Goulart, que Falcão retrata a atitude necessária dos ministros militares e, do chefe do Gabinete Militar e Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, também, comandante militar do Planalto e da 11ª Região Militar, Ernesto Geisel, o qual "em momentos culminantes de decisões cruciais, que a História registra, foi uma voz lúcida e patriótica, que muito soube contribuir para evitar o que seria o pior de tudo: o confronto armado, a guerra civil que, no fundo, teriam um responsável maior, sem sombra de dúvida: Jânio Quadros".(Falcão, 1995:123) Não há que se esquecer o apoio dos "revolucionários" à candidatura de Jânio Quadros. Recorde-se a posição golberiana: "Como a ESG foi organizada com a finalidade de analisar os problemas do país e elaborar soluções, não deixa de ser natural que, se um governo é muito débil, a ESG lhe faça oposição. Como os governos de Vargas, Kubitschek (o melhor de todos) e Goulart foram débeis, a ESG, naturalmente, e desde uma perspetiva intelectual, se ponha contra eles. Nunca adotamos uma posição contrária ao presidente Quadros". (Golbery *apud* Stepan,1974:217-218)

Revelando os procedimentos assumidos pelos militares em torno de Geisel, que buscavam isolar e constranger João Goulart a permanecer, primeiramente, subordinado ao "parlamentarismo nominal", e, com a vitória do plebiscito de 6 de janeiro de 1963 e com a aprovação da emenda constitucional n.°6 , a 23 de janeiro, com o retorno ao presidencialismo, a vigilância passo a passo de todos os atos do presidente da República e de toda agitação social e política do próprio povo. A partir daí, todos os atos devem ser conduzidos com extremo cuidado, para não se repetir a precipitação anterior, segundo Golbery: "O ano 1961 foi desastroso para o exército. Decidimos pela derrubada do presidente Goulart (em 1964) somente quando estivéssemos seguros de que a opinião pública nos era favorável". (Golbery *apud* Stepan, 1974:133)

Buscando traduzir o pensamento dos militares, obviamente, do maior deles, Ernesto Geisel, Falcão sintetiza: "I^{o}) O Exército, sendo uma instituição nacional básica, não poderia isolar-se das duas outras forças coirmãs, a Marinha e a Aeronáutica, e sim atuar coordenadamente com elas, tendo-as sempre como aliadas nos ideais e na ação. 2°) Os militares, em nenhuma hipótese, assumiriam posição que não contasse com o ostensivo e claro apoio da opinião pública, quer dizer: o Exército estaria sempre ao lado do povo, procurando auscultar-lhe as tendências e aspirações mais sentidas e profundas.3°) Dever-se-ia acompanhar com a máxima atenção acontecimentos políticos importantes, minuto a minuto, a fim de evitar surpresas e fatos consumados.4°) Jamais deveria haver manifestações puramente pessoais, susceptíveis de serem interpretadas como indisciplina comprometedora e contraproducente, procurando-se agir e "Teagir, em qualquer emergência, através da cadeia de comando". (Falcão, 1995:130-131)

No entanto, o temor mais profundo detectado por Falcão era a possibilidade da instauração de uma República Sindicalista, que consumasse as pretendidas reformas de base abraçadas pelos trabalhadores do campo e da cidade. A possibilidade da "democracia social" de Brizola, considerado a "extrema-esquerda", mais radical do que os prestistas, e a intensificação de um "getulismo de massas" a gerar a instabilidade do próprio sistema.

Nesse sentido, ele arremata: "A verdade histórica é esta: Goulart chegara ao poder num clima de semiconvulsão, de instabilidade e de desconfiança que, longe de procurar amainar, aliviar e corrigir, só fizera agravar, ampliar e aprofundar, desde que se tornara presidente", nessa medida, a desconfiança e controle militar estavam a postos, pois "automaticamente, a formação de um sistema de vigilância ativa e preventiva em torno da linha de comportamento do governo, nitidamente desagregadora e subversiva, basicamente inspirada na idéia de implantar no Brasil uma ridícula 'República Sindicalista', de conotação tipicamente esquerdista". (Falcão, 1995:91)

Pintando um quadro de caos e anarquia, a responsabilidade divisada residia na figura de João Goulart, uma vez que dele próprio emanava o estímulo a palavra de ordem para a agitação social. "Com efeito, o presidente da República mostrava-se, a cada passo, um despreparado para o cargo. Não conhecia, a fundo, nenhum problema nacional. Era um inapetente na direção da coisa pública.(...) Era o principal agente da agitação operária, na manipulação e multiplicação das greves encomendadas, que prejudicavam cada vez mais o capital e o trabalho. E ainda: era cúmplice ostensivo nas maquinações que alvejavam a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, as quais, em etapa posterior, enfraquecidas e desprestigiadas, seriam fatalmente liquidadas e substituídas por milícias populares". (Falcão, 1995:132)

A conclusão inevitável, nas palavras do membro da autocracia burguesa era a da intervenção militar para a salvação nacional: "salvar o Brasil da desordem geral, da anarquia avassaladora, da convulsão iminente que, tudo indicava, acabariam por empurrá-lo para o totalitarismo da extrema-esquerda". (Falcão, 1995:133) Para o ex-ministro da Justiça, a "Revolução de 64" "jamais poderá ser identificada à uma quartelada ou golpe de Estado, pois foi uma 'Revolução democrática': não tivemos, então, um simples golpe

militar, modelo latino-americano, e sim uma revolução democrática, preventiva e defensiva, derivada da aliança do povo com as Forças Armadas. Consumou-se um ato coletivo de profundidade, massa civil e estamento militar, compondo um amplo quadro de legítima defesa". (Falcão, 1995:133)

E de onde viria o golpe? A resposta, cinicamente articulada, é óbvia demais: "O golpe, se tivesse vindo, não seria nosso, dos democratas, que queríamos a Constituição, a lei e a ordem. O golpe seria daqueles outros, dos agitadores da república anarco-sindicalista, dos 'grupos dos onze', que agrediam a legalidade legítima, pregavam abertamente o fechamento definitivo do Congresso Nacional, prometiam abolir, 'na lei ou na marra', o direito de propriedade e investiam, ousadamente, contra os princípios da disciplina e da hierarquia nas organizações militares, planejando substituí-las por milícias populares, em etapa posterior. A revolução de 64 impediu, afortunadamente, que se transformasse o Brasil numa imensa Cuba, capaz de alastrar a lepra ideológica do comunismo pelo continente inteiro. Esse foi, sem dúvida, o passo patriótico maior, o passo vital e essencial da ação das Forças Armadas, em 1964". (Falcão, 1995:260) Como se vê, Armando Falcão poderia bramir em alta voz: "a ditadura morreu, viva a ditadura!", tal a defesa sem constrangimentos e peias, que faz de um período tão trágico para o povo brasileiro.

Com a geração de uma ideologia imperialista de defesa contra o expansionismo soviético no mundo ocidental, desenvolve-se a necessidade de uma doutrina de segurança nacional, impulsionada pelos EUA, os maiores "defensores" da democracia ocidental, para melhor combater o comunismo, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Com a polarização entre as forças vitoriosas na repartição de domínios e áreas de influência, os Estados Unidos logravam a sua supremacia, graças ao financiamento das economias destruídas, inclusive, não só dos países aliados, mas também dos antigos inimigos, o imperialismo alemão e o japonês, e ao monopólio atômico, visava bloquear a alternativa real, consubstanciada na edificação do *capital coletivo/ não-social* na União Soviética. Ameaça que, longe de ser derrotada desde a Revolução de Outubro, saía fortalecida pelo desempenho e sucesso do exército russo sobre as forças nazi-fascistas.

A historiografia de esquerda tentou entender essa especificidade da movimentação subversiva de direita, em abril de 1964, como um fenômeno nacional e internacional. Moniz Bandeira afirma categoricamente: "Esse regime em *contra-insurreição permcmente,* com as Forças Armadas a avocarem para si, enquanto instituição, a responsabilidade direta pelo governo do Brasil, respaldou-se na doutrina de que o conflito político e ideológico entre os dois pólos do poder internacional - Estados Unidos e União Soviética - deslocara-se para o interior de cada país, assumindo a forma de subversão e luta revolucionária, uma vez que o desenvolvimento das armas nucleares e de sua capacidade de destruição não só superara a guerra convencional como praticamente inviabilizara a confrontação militar entre aquelas duas grandes potências. Em conseqüência, o Governo de Castello Branco pautou sua política exterior pelo alinhamento com as diretrizes dos Estados Unidos, segundo o princípio de que a preservação da independência pressupunha 'a aceitação de certo grau de interdependência', tanto econômica quanto política e militar. O Brasil então rompeu

relações diplomáticas com Cuba e passou a defender a reformulação do conceito de soberania, que não mais se fundaria em limites e fronteiras geográficas dos Estados e sim no caráter político e ideológico dos regimes, de modo que as repúblicas americanas pudessem intervir, coletivamente, em qualquer outra, quando algum governo aceito como democrático estivesse ameaçado por movimento supostamente comunista ou de natureza semelhante. A fim de defender tais *fronteiras ideológicas* seria necessária, portanto a criação conforme antiga proposta dos Estados Unidos, da chamada Força Interamericana da Paz, uma espécie de *stand-by force,* integrada por contingentes militares de diversas nacionalidades do continente e que ficaria à disposição da OEA, pronta para intervir, imediatamente, onde quer que a ameaça de subversão se manifestasse".(Bandeira, 1993:198)

O combativo historiador, Nelson Werneck Sodré, que, desde maio até finais de julho de 1964, amargou quase sessenta dias de prisão, teve que depor sobre as monografias da *História Nova,* no IPM instaurado sobre o "material subversivo" do ISEB, apresentou, de modo resumido esta doutrina: "o mundo estava dividido em duas partes, ou hemisférios, inconciliáveis: o ocidental 'democrático', 'cristão', 'livre', e o oriental, socialista, a quem eram atribuídos malefícios numerosos; o comunismo representava o materialismo mais grosseiro, a violência, a violação de todos os princípios humanos, a agressão, a catástrofe, uma espécie de inferno bíblico. Como os dois hemisférios haviam atingido altíssimo nível de antagonismo, não havia possibilidade de conciliação. Conseqüentemente, a guerra era inevitável e, nela, não havia lugar para neutros ou para posições não-alinhadas. (...) Na América Latina, os países aqui sediados foram proibidos de manter relações diplomáticas com a União Soviética e os seus aliados; restabeleceu-se uma lista de produtos ditos estratégicos, sobre a comercialização dos quais era exercida severa vigilância... Finalmente, como produto mais sofisticado, paralelamente com a pactomania furiosa, que forjou acordos militares em todas as áreas dependentes, surgiu a doutrinação". (Sodré, 1934: 23-2.4)

Florestan Fernandes, com rigor e indignação autêntica, indagou-se permanentemente sobre as razões históricas e o papel histórico da tutelagem castrense da burguesia brasileira com relação ao sistema mundial de poder do capitalismo. Por esta razão, ele assegura: "Esse é o nosso drama. Os estratos dirigentes das classes dominantes possuem uma visão curta e rústica da democracia. Esta existe na medida em que seus particularismos e interesses de classes se imponham a toda a nação, através do Estado. Quando os chamamos de 'conservadores' incorremos em um erro terminológico. O conservador possui uma concepção realista do mundo, do poder e do Estado. Ele precisa ver objetivamente o que pretende preservar, para selecionar as mudanças inevitáveis e colocá-las em prática, com vistas a manter o *status quo* e afastar do solo histórico as fendas que trazem atrás de si o cataclisma, a revolução social". (Fernandes, 1989: 98-99)

A *manu militari,* por sua vez, apresentou-se com ironia acima da própria incapacidade do capital atrófico em gerir sua "democracia representativa", assumindo-se como o "representante geral" de todas as classes e "o garante constitucional da defesa e proteção da ordem, degradando o futuro Estado democrático em um Estado sob tutela militar".

(Fernandes, 1989:367) E, de onde brota esta arrogância do estamento militar? Segundo Florestan Fernandes, o "braço armado" da dominação burguesa vive uma situação paradoxal. "A arrogância militar assenta-se em dois pilares: a educação segregada e o código militar. A democracia requer a abolição de ambos. A primeira, pela educação comum e pela redução da formação militar a uma preparação técnica. O segundo, pela imposição da norma de que todos os cidadãos são iguais perante a lei e que a exaltação da 'hierarquia e disciplina' é uma obsolescência, extraída de um mundo histórico morto, dentro do qual ela não punha em risco a coletividade". (Fernandes, 1989:368)

Contudo, o que fazer quando esses papéis, ainda que nos limites de uma democracia liberal dos proprietários, são invertidos? O que ocorre quando o militar da periferia do sistema capitalista mundial de poder, "não se identifica com a lógica militar pura da defesa da Pátria"? "Transfigura-se em um novo tipo de Calabar, sem os argumentos da dupla lealdade. De fato, adere a uma condição ambígua de 'inimigo externo', invertendo sua relação com a 'defesa da ordem constitucional' e atribuindo-se, na prática, o papel histórico perverso de agente de contrapoder da superpotência". (Fernandes, 1989:368)

Florestan tenta apreender, desse modo, toda a significação essencial que há no paradigma da contra-revolução preventiva, perguntando-se acerca de sua necessidade histórica, e, na medida em que a ação dos militares "rompia com a conciliação específica de civis e militares no Império e na República", como explicar a quebra de antiga lógica, reservando aos civis uma função técnica? "Ambas as perguntas conduzem à mesma resposta: sem a presença ativa dos militares, o governo ditatorial seria incapaz de defrontar-se com algo mais grave que 'turbulências' e a restauração da ordem continuaria ameaçada (ou condenada). A nova lógica militar salientava, a um tempo, a insuficiência de um golpe armado e a debilidade congênita de um governo que retomasse de imediato ou rapidamente à hegemonia civil, ainda que contasse com forte sustentação civil-militar". (Fernandes *apud* Toledo, 1997,143-4)

Recusando a aposta de uma vertente da historiografia do período, que considerava quase impossível uma ditadura militar por um tempo prolongado, Florestan, buscando as raízes em nossa própria formação histórica, acredita que, diante das possibilidades frustradas da "modernização conservadora", a alternativa de um *desenvolvimento capitalista associado*, sob pressão e sustentação permanente do imperialismo, conduziria a um prolongamento desta forma de dominação. Segundo Florestan, "Os militares de direita aceitaram os riscos apontados pelos assessores estrangeiros. Mas foram muito mais longe, pois intuíram (ou perceberam) que se impunha encarar o poder como prática militar por meios políticos. A democracia, por imperfeita que fosse, abriria seus flancos às lutas de classes e à propagação e ao crescimento de forças sociais desestabilizadoras e incontroláveis a partir de uma tirania civil com apoio militar, 'cortar o mal pela raiz' era, em essência, a opção por uma contra-revolução, e o 'mal menor' requeria a montagem de um Estado subfascista e de um governo militar ditatorial! Isso não resolveria a crise social crônica, mas permitiria salvar as classes dominantes e suas elites de uma tragédia histórica" (Fernandes *apud* Toledo, 1997:144)

Consideramos aqui, que a ditadura militar brasileira, como outras tantas latino-americanas, não teve uma derrota mortal. Após 21 anos de sua existência, o trânsito da *forma bonaparíisía para a institucionalização da autocracia burguesa* em nosso país se deu por um processo de auto-reforma. Isto significa dizer que mesmo não desconhecendo o desenvolvimento das pressões populares, os combates travados para derrubá-la, parlamentares e extra-parlamentares, o trânsito não se operou num movimento que pôs abaixo toda as vigas de sua sustentação: não se processou por um movimento revolucionário. Ao contrário, esta "transição transada" foi orquestrada dentro do prisma de uma "transição lenta, gradual e segura", com o cronograma dos passos a serem efetivados dentro dos limites e controle dos militares. O destino trágico do povo brasileiro, por sua vez, ao ser continuamente violentado pelo aviltamento de suas condições materiais de vida, graças à forma particular da organização da estrutura da produção, da espoliação e exploração dos grandes capitais no interior de uma economia subjugada aos interesses imperialistas, pela qual o Estado foi o garante de sua reprodução, trouxe por sua vez uma capitulação no plano ideológico. Uma das estratégias da autocracia burguesa foi a de deixar de modo intocável a estrutura econômica, deixando as oposições o campo da política, espaço regulado e aberto para "o aperfeiçoamento das instituições democráticas". O aprimoramento das formas políticas, significou concretamente a manutenção da ditadura do grande capital, e na "volta aos quartéis" nenhum "acerto de contas" que derrotassem o fardo pesado imposto ao próprio povo.

Em 1988, nas páginas do *Jornal do Brasil,* Florestan Fernandes desenvolveu uma crítica mordaz sobre o bafejado "desengajamento" dos militares na época da passagem do poder para a constituição de uma "Nova República", escreveu ironicamente: "Os militares continuavam no sistema compósito de poder, só que com menor visibilidade, e a democracia desencadeava-se como um processo político travado pelas classes dominantes (incluindo-se nessa categoria a burguesia internacional e os centros externos de poder) e por programas repressivos de dissuasão policial-militar, camuflados ou não, conforme as circunstâncias. O objetivo central não era a democracia e a sua consolidação, mas a estabilidade política da ordem estabelecida, com todas as distorções e iniquidades econômicas e sociais que contivessem". (Fernandes, 1989:366)

Uma das questões que mais chamaram a atenção, não só para os críticos, mas mesmo para o "sistema" foi a inclusão de uma terminologia própria da esquerda, como "Revolução", sempre escrita em maiúscula; as bandeiras da época, como "as reformas estruturais", se aparentando com as exigências inscritas nas "reformas de base", exigidas pelo movimento popular; a "democracia representativa", o que implicava a participação das massas em processos eletivos nas várias instâncias do poder político; afora outras expressões, como a "erradicação da miséria e da fome", a superação do "subdesenvolvimento", a realização do "humanismo integral", a valorização do "homem brasileiro", contrastando com os feitos devastadores, com relação à exclusão social, à violência institucionalizada, ao banditismo escancarado na própria malha do poder, a repressão aos costumes no cotidiano e o atentado terrorista à produção cultural. Tudo isso, em nome de uma "legitimidade da força", a fim de realizar uma forma particular do desenvolvimento do capitalismo, uma espécie de "modernismo reacionário", e, assim, alcançarmos - pelo desenvolvimento

tecnológico a modernização dos ramos produtivos, potencializado pelas finanças internacionais, o nivelamento das regiões desiguais, a erradicação da miséria absoluta -, o progresso social mais autêntico, mais harmônico, mais humano, mais democrático, sem privilégios a qualquer grupo social e, que, jamais um projeto socialista ou de esquerda nacionalista, poderiam conseguir.

Os dois dogmas essenciais do "ideário da revolução", seriam dois guias para a ação: o combate à subversão e à corrupção. O marechal Castello Branco costumava ironizar que o melhor termo seria "superversão", porque as ações populares eram promovidas, estimuladas e instigadas pelo alto, ao invés de "subversão",-porque esta diz respeito à uma desagregação por baixo, zombeteando, assim, com as posturas democráticas do presidente da República João Goulart.

Em primeiro lugar, para os ideólogos do *sistema,* e mesmo para uma certa intelectualidade conservadora, o norte básico era a "restauração da democracia". "Inquestionavelmente, 1964 tinha uma intenção democrática. Os que pretendiam abertamente atentar contra as instituições do sistema representativo estavam do outro lado". Dessa maneira, "a Revolução de 1964 fez-se basicamente para impedir a derrocada do sistema representativo, preparada abertamente. Assim considerada, tratou-se de *contra-revolução'"*. Esta análise, na verdade, empresta alguns conteúdos desenvolvidos pela própria esquerda, mas com sinal invertido.

Em *Jarbas Passarinho - um Híbrido Fértil,* o autor tenta chegar à uma conceituação precisa da "Revolução de 1964", afirmando que "O movimento cívico-eclesiástico-militar de Março de 1964 foi rigorosamente uma ação *anti* nos dois planos, o da subversão e o da corrupção.(...) Para o Exército, a cujo quadro de Oficiais de Estado-Maior eu pertencia, o perigo mais sério seria o dos comunistas, graças ao clima da Guerra Fria e à expansão do Movimento Comunista Internacionalista. (...) Ademais, em face da experiência traumática de 1935, o inimigo por nós considerado era o PCB, que lutava inclusive ostensivamente pela sua legalização, e dominava a maior central operária de então, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores).(...) Dizer que o perigo era inexistente, seria tolice". (Passarinho, 1996: 298)

Ao justificar a violência do *terror oficial,* o "golpe dentro do golpe", aliás, no jargão bonapartista, "a Revolução dentro da Revolução", o cinismo das concepções do coronel Jarbas Passarinho não deixa dúvida alguma quanto à necessidade do Ato Institucional n.° 5, baixado em 13 de dezembro de 1968: "Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da gueirilha e do terrorismo. Se, em março de 1964, o detonador da *Contra-Revolução* foi a preocupação com a bazófia de Leonel Brizola, *o receio das reformas de base,* o namoro do PCB com Jango, na linha golpista, os motins de sargentos em Brasília, e dos marinheiros no Rio, agora, quatro anos passados, o enfrentamento era mais claro. Era essencialmente ideológico. A expansão do comunismo internacional, no ápice da Guerra Fria, elegera o Brasil como objetivo altamente prioritário. Os Estados Unidos, já com a pedra no sapato a 90 milhas de seu território, sabiam que 'para onde o

Brasil se inclinasse, a América do Sul se inclinaria'. O trágico destino de Guevara, na Bolívia, reforçava a importância do Brasil, na ótica revolucionária". (Passarinho, 1996: 308)

Os militares e o *sistema*, em suma, acreditavam ter os poderes de controle, não só da modernização econômica pela ação estatal, sobretudo, da movimentação das classes subalternas, dos agrupamentos oposicionistas, dos parlamentares, dos processos eleitorais, da elaboração de uma ordem jurídica segundo os "ideais revolucionários", da esquerda comunista, dos costumes culturais e da seleção da produção artística, que nada possuíam de "revolucionário", ao contrário, rigorosamente reacionários, e, sobretudo, supunham controlar os rumos da história: os novos demiurgos da construção nacional.

Segundo J. Gorender, "tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que no pré-64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador". Considerando esta leitura de viés positivista e superficial, contrapondo-se como um revolucionário de esquerda e partícipe desses eventos significativos, Gorender especifica que: "o período 1960-1964 marca *o ponto mais alto* das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. *O auge da luta de classes,* em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse". (Gorender, 1987: 66-67)

Ainda que, J. Gorender tenha posteriormente nuançado sua visão sobre este "ponto mais alto", acrescentando outras mobilizações operárias e populares na movimentação de resistência democrática, o que nos importa reter aqui, é, como decorrência de sua análise, as afirmações de J. Passarinho sobre a natureza desse processo no pré-64. O representante da autocracia burguesa pode se contrapor como tese sua, aceitando o traço de golpe de Estado e do sentido histórico dele. "Estou certo, pois, quando classifico o *golpe de Estado* de 1964 como a *contra-revolução'*". (Passarinho, 1996:298) Mesmo reconhecendo o despreparo nas análises sobre as verdadeiras intenções do PCB, no sentido de uma revolução democrático-nacional, apostando na hegemonia de uma burguesia "democrática e nacional", na medida em que, dando papel secundário para a alternativa do trabalho, deixava, com isso, as massas populares na cauda do processo. Jarbas Passarinho desconhecia, na época, os próprios documentos dos comunistas de então, que acreditavam na afirmação *nacional* (leia-se: antiimperialista) da burguesia brasileira a fim de realizar suas tarefas econômicas em sua luta contra o imperialismo.

Daí reafirmar a idéia do "inimigo principal" estar sediado nas estruturas do PCB: "Naquele tempo, nós não tínhamos acompanhado devidamente a evolução das esquerdas. O Partido Comunista ainda ilegal, Prestes sob ordem de prisão andando com a maior desenvoltura pelo país todo, a supremacia comunista nas lideranças sindicais, e o foco expansionista de

Fidel Castro nos levam a pensar que o maior perigo provinha dos comunistas. Por essa razão, e não por outra, foi que após a vitória de 31 de março a caça às bruxas se dirigiu preferentemente aos comunistas". Outros equívocos de compreensão de realidade levaram à identificação imediata entre indivíduos de esquerda de modo indistinto: "O despreparo em doutrinas sociais contemporâneas ainda acrescentou um fator equivocado, como o de considerar todo socialista como comunista, por exemplo. E inapelavelmente todo marxista como leninista. Assim como a União Soviética era um Estado antiteísta e não apenas ateu, e conseqüentemente todo crente em Deus e todo transcendentalista era suspeito de inimigo do regime, os Governos dos generais consideravam inimigos os comunistas e aqueles que, ainda por equívoco, eram tidos como tal. Sobfe o PCB Tecaiu, pois, a reação mais vigorosa". (Passarinho, 1996:299) -

A posição pecebista, em nosso país, considerava que não era possível eliminar "a etapa da revolução burguesa de novo tipo", apostando, desse modo, numa "revolução democrática e nacional", com a hegemonia da "burguesia nacional" numa aliança com o proletariado e o campesinato pobre. Visava, com isso, completar o processo da revolução burguesa em país dependente, num quadro em que se constituía a área socialista no mundo, como contraponto ao imperialismo. Segundo Werneck Sodré, "A caracterização como democrática e nacional do tipo a que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para liberar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas. (...) Não se trata de simples questão formal. Porque, como conseqüência, permite concluir que se trata do *acabamento da revolução burguesa,* em nosso país, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar". (Sodré, 1978:246-247)

Esta análise se prendia à visualização de duas frações burguesas na realidade brasileira, uma, francamente, associada ao imperialismo, e a outra, uma *burguesia nacional,* cuja "presença ativa", "(...) está assinalada em sua resistência ao imperialismo, em sulcos demasiado profundos que só os cegos não vêem: no papel do setor estatal da economia, na expansão do cooperativismo, na aceitação e na adoção do planejamento econômico, e até na imitação de formas e métodos de governo correntes em países socialistas, capazes de acelerar o desenvolvimento, para não falar na já extensa legislação que trás a marca de seus interesses e de sua atividade, nas campanhas a que ela emprestou a sua ajuda". (Sodré, 1978:248) Acreditava-se, pois, nesse período, para além da possibilidade de completude econômica do capital atrófico, propiciando o desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo, que a revolução democrática desempenharia, aqui, o mesmo papel que as nações "socialistas" e as emancipadas do domínio colonial fizeram contra o imperialismo.

De acordo com as observações de Miguel Arraes, apesar do ascenso do movimento popular nesta época, as oposições não se apresentavam estruturadas e articuladas numa frente de massas, e tampouco, o seu programa seria revolucionário: "As reformas solicitadas ao Congresso eram extremamente moderadas: concessão do direito de voto

aos analfabetos; abolição da vitaliciedade de cátedra; revogação do artigo da Constituição que exigia a indenização prévia e em dinheiro para a desapropriação de terras, o qual foi posto abaixo pela própria ditadura. Desse modo, o golpe de 1964 não podia ser desfechado contra a implantação de um regime socialista ou comunista pelo simples fato de que tal ameaça não existia. A posição de todas as forças populares não ultrapassavam, na época, os limites do sistema em vigor. Como é bem sabido, 'a preservação das instituições contra a subversão' e outros 'slogans' tinham apenas a finalidade de mobilizar setores sociais altos e médios e de convocar os militares para a intervenção que vieram a fazer".(Arraes, 1974:90)

Werneck Sodré num pesaroso depoimento, transcorridos 30 anos do golpe, escrevia: "O movimento vitorioso em abril de 1964 foi uma ditadura anunciada, longamente anunciada, amadurecida ao longo dos anos da *guerra fria.* Estabelecida, desenvolveu-se em três etapas: a inicial, até o AI-5; a intermediária, do AI-5 à chamada *distensão;* o final, da *distensão* à derrocada. Note-se: a ditadura não foi deposta, daria lugar a profundas modificações na estrutura do regime. Tendo sido extinta pelos seus próprios gestores, pela impossibilidade em continuá-la como desejavam, transferiu à fase seguinte, à chamada distensão, todos os seus problemas, todas as suas mazelas, à carga de suas características de atraso.(...) Não, por acaso, tornou normal e usual o que o nazi-fascismo estabelecera de mais torpe, com o exílio, o banimento, a prisão, a tortura, a privação dos direitos elementares, a insegurança do indivíduo, a destruição cultural e, para culminar, o assassínio estabelecido como processo comum e o seqüestro e desaparecimento dos adversários como norma costumeira. *A ditadura foi o crime erigido em lei.* Muitas das suas torpezas foram herdadas pelo que veio depois e por isso continuamos a nos debater com os mesmo problemas de trinta anos atrás. Isso prova que só o emprego da força da violência, sob todas as suas formas, pode impedir a sociedade brasileira de alcançar a vitória daquelas reformas estruturais de que o nosso povo tanto necessita. E merece". (Sodré, 1994:10)

Um dos cernes do pensamento militar no Brasil, o "inimigo interno", que atenta à sobrevida do próprio sistema capitalista é o *anticomunismo.* Na visão golberiana, "a sensação de crise iminente dentro do sistema e, em especial, a radicalização da política entre 1961 e 1964 fizeram que as doutrinas de contra-insurgência da ESG aparecessem, aos olhos de muitos militares, muito mais importantes e urgentes que no período de notório desenvolvimento e relativa paz política estendido entre 1956 e 1958". (Stepan, 1974:219) A visão rústica e , por vezes, bisonha, presente na arcaica tradição integralista, mas filha do próprio liberalismo brasileiro, é a idéia de que o comunismo se apresenta como uma utopia que "oferece o céu na terra e muita coisa mais".

Como acentuava Geisel: "É uma utopia principalmente porque não considera as peculiaridades da natureza humana, que fazem do homem um eterno insatisfeito, querendo sempre mais e, na generalidade das situações, não levando em conta o bem dos seus semelhantes. Muitos não pensam assim e se deixavam levar pela doutrina comunista, aparentemente igualitária. Outros foram comunistas por recalques, por insucessos da vida, por frustrações. Quando o comunista está convencido do acerto da sua doutrina, não há

ninguém que o convença do contrário. É uma doença incurável". (Geisel *apad* D'Araújo, 1997:145-146)

Ora, segundo a posição anticomunista, o perigo desta "doença incurável" de se propagar residia na própria situação miserável vivida pelas massas e, sendo assim, na presa fácil da manipulação dos comunistas. A sua influência deriva, assim, da própria realidade nacional, como produto "(...) do seu atraso, das doenças, do analfabetismo, do problema social, do egoísmo das classes dominantes, da má distribuição de renda". Ao lado disso, havia a idéia generalizada do avanço do comunismo no plano internacional, infiltrando-se no interior do país por meio das garras do partido comunista, principalmente, riõ" movimento sindical. Combate-se com as armas da "segurança" e do "desenvolvimento" da ESG e/ou do *capital:* repressão sistemática ao "inimigo interno" e aceleração do crescimento econômico do capitalismo.

O golpismo dos conservadores, esta arte de golpear as autênticas aspirações populares, faz parte da própria natureza histórica da dominação autocrática dos proprietários em nosso país. O golpe de Estado de 1964 apresentou-se, não como de fato se objetivou, mas com uma retórica "revolucionária". Não custa repetir os atores da farsa, mesmo com vozes e sons de uma sinfonia trágico-cômica, figuras de nítida extração conservadora, quando não reacionária, como Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto, lido Meneguetti, Olympio Mourão Filho, Ernesto Geisel, Costa e Silva, Jayme Portela Mello, Delfim Netto, Armando Falcão, Castello Branco, Roberto Campos, Garrastazu Mediei, João Figueiredo e tantos outros, tenham se convertidos, pela retórica, em "revolucionários".

A história da atuação dos militares no processo insurrecional que conduziu ao trágico desfecho, para o povo brasileiro, no entanto, desde as origens foi perpassada por lutas internas, embates de toda ordem, intrigas e cambalachos, para o controle do monopólio de poder e, testar, ao longo do percurso, seguindo a "cartilha de Júpiter", quebrar as pernas, por todos os meios, de uma experiência que se guiava por uma plataforma nacional, democrática e popular. Desde a instauração da ditadura militar, com o objetivo de garantir "a tranqüilidade e a paz social"- buscando erradicar qualquer possibilidade de resistência democrática de massas e invalidando como "estranha à índole nacional", qualquer alternativa social da perspectiva do trabalho, com os dogmas do "ideário da revolução", o combate à subversão e à corrupção -, o resultado alcançado foi para felicidade e liberdade do capital, propiciar uma feroz reprodução ampliada do capital, objetivando assim, uma *modernização exchidente,* que continha uma dupla violência: violência econômico-social, inerente ao capital atrófico, excluindo dos benefícios produzidos os próprios produtores diretos da riqueza nacional e, a violência jurídico-política, transmudada em força produtiva, *arrochando os salários,* reprimindo e cerceando a liberdade de organização e movimentação política do trabalho em nosso país.

Atente-se para o fato de que diante de uma "revolução comunista" inexistente - os comunistas pretendiam gastar suas energias na edificação e completude uma revolução nacional e democrática -, o golpe, em sua objetividade, foi uma ruptura ao processo

democrático que estava em marcha. Foi a recusa, de um prisma antidemocrático e pró-imperialista, ao social-progressismo inerente à política trabalhista, identificada erroneamente a "algaravia populista". No entanto, mesmo se pondo como "revolucionário", o que deveria assinalar um corte profundo com todo o passado, o bonapartismo, também ,quis representar a continuidade histórica. Afinal, qual a novidade histórica em realizar a auto-suficiência nacional, promovendo o desenvolvimento econômico acelerado, impulsionada pela forma bonapartista da autocracia burguesa, a fim de erradicar o nosso subdesenvolvimento?

Geisel foi bastante claro a este respeito, acerca de sua participação na *Revolução de 30:* "A análise dos fatos históricos, se for desapaixoanada, mostra que á "Revolução foi um marco inapagável, definidor e definitivo. 'As transformações operadas, nos campos político, social, econômico e administrativo, criaram condições novas para o aperfeiçoamento e o progresso que vieram depois. A Revolução de 30 significou o advento de um Brasil que não parou mais de crescer e melhorar, em todos os sentidos. As dificuldades e os sacrifícios advindos são parte inevitável do processo de desenvolvimento geral, que no tempo se corrigirão. A revolução começou a construir outro Brasil, que nem de longe se parece mais com o país que o antecedeu". (Geisel *apud*Falcão, 1995:230)

É interessante registrar aqui as posições do conservadorismo liberal, nas formulações de Eugênio Gudin sobre o golpe de Estado de 1964. Expressa, em sua visão do mundo, a mesma necessidade da reação naquele momento histórico, a *solução golpista,* exigência da classe dos proprietários. Para ele, o problema central que perpassava o mundo contemporâneo era a discrepância existente entre a estrutura política e o grau de educação cívica e política dos povos. Na história brasileira, esta disparidade era bastante acentuada, tendo em vista a vigência do "caudilhismo", instalada desde os tempos de Vargas e que culminavam nos umbrais do governo Jango. Anulando qualquer reconhecimento à natureza social das Reformas de base, desdenhando da reforma agrária, reduz os próprios impasses vividos pelo capitalismo brasileiro, como produzido pelas ações personalistas e irresponsáveis de dirigentes despóticos e caducos. "O caudilhismo parece-me caracterizado pela ambição do poder pelo poder, pelo mando, em termo de personalismo. O homem político com estofo de estadista vê no poder, antes de tudo, um meio (não um fim) de realizar determinados objetivos, políticos, sociais ou econômicos. Ao caudilho a manobra política personalista preocupa muito mais do que os problemas nacionais". (Gudin *apud* Borges, 1996:214) Todo o embate sobre uma reforma constitucional era cancelada pela seguinte concepção: "não basta um texto constitucional, por melhor que seja, para instaurar um regime que é função genética do grau de educação política". (Gudin *apud* Borges, 1996:217)

Culpando os governantes como os principais responsáveis por nosso subdesenvolvimento, configura uma circularidade enganadora: "a tragédia do subdesenvolvimento" residirá no despreparo e ignorância das massas, que escolhem governantes incapazes de reverterem esse "círculo vicioso", de não proporcionarem uma verdadeira educação cívica e política para elas.

Angélica Borges, em seu estudo sobre a obra de Eugênio Gudin, sistematiza o seu pensamento: "o eixo da análise gudiniana se mantém, o fator político determina a crise, a inflação, enfim todos os tipos de distúrbios. Ou seja, a economia continua a ser enxergada como o *locus* da racionalidade e o político, o da irracionalidade, reafirmando sempre a incapacidade das massas determinada pela ausência de educação adequada para escolher dirigentes competentes". (Borges, 1996:232)

Nesse sentido, há que imprimir uma mudança no rumo caótico e sombrio aberto pelo "caudilho" Jango e suas Reformas de base, responsabilizado por aqueles anos de agitação e turbulência social. Numa situação de crise, num mundo de "caos e anarquia", o ideólogo, não tem dúvidas, reconhece na intervenção do Exército a melhor saída para a restauração da ordem, combinando a sua função de um poder moderador com as aspirações subjetivas do povo brasileiro para a conservação da ordem. Segundo Gudin:" A Revolução de 1954 foi uma medida de salvação pública promovida pela avalancha da opinião do país e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social. O objetivo principal da Revolução foi portanto o da restauração da Ordem, ordem social, ordem militar, ordem econômica". (Gudin *apuei* Borges, 1996:230)

Confluindo com as posições dos generais Maurell e Peri Bevilacqua, particularmente, acerca de que os militares devem "(...) ficar afastados da política para poder intervir com autoridade na hora certa", Gudin justifica, portanto, a correção da intervenção militar, nos seguintes termos: "Quanto mais afastadas se mantêm as Forças Armadas das competições e da política partidária, maior a autoridade com que elas se podem manifestar nas grandes crises. Mas esse afastamento não importa em alheamento nem em audiência de vigilância contra eventuais desmandos de governantes que sobreponham suas ambições pessoais de mando ou seu arbítrio partidário aos mais altos interesses do país". (Gudin *apud* Borges, 1996:218-219)

Numa pequena aparição, no documentário "50 Anos de História do Brasil" - GNT/98, o antigo "tsar da economia" ou "o homem dos 10%", Delfim Netto, num tom cínico, ironizou que, na realidade, "não havia nenhuma ameaça comunista, mas sim a degeneração total" da economia e da vida nacional no período pré 64. Está claro aqui, que o ministro da economia na ditadura Mediei, certamente, não se referia às propostas inscritas nos documentos oficiais dos comunistas naquela época, que apostavam numa "revolução democrático-nacional", portanto, não numa transição ao socialismo, mas sim, ridicularizava a própria incapacidade da esquerda de ter algum tipo de solução para o país, e particularmente, pela dramática configuração da realidade. Em verdade, produzida pelos conflitos entre as classes sociais, a generalização das lutas no seio de vários segmentos sociais, opondo ideologias e projetos sociais alternativos para o país, que enformaram o quadro real da crise enfrentada pelo governo João Goulart.

Mesmo o jornalista Paulo Francis, narrando episódios desta época em seus *Trinta Anos esta Noite* (1994), assinalou com uma ponta de preconceito, que "O 1964 começou como

defesa contra uma revolução comunista inexistente, que, de boa vontade, se poderia chamar de *anarquiapeleguista.."(Frands,* 1994:176) Todavia, esta "anarquia peleguista" ou "algaravia populista", como satirizava Roberto Campos, trazia em seu bojo dois *desafios cruciais* colocados pelo próprio evolver histórico: "Impor disciplina ao capital estrangeiro para que cruzeiros não produzissem dólares, o que nos estava levando à falência. A questão agrária, que, não resolvida, pressionava um imenso êxodo rural que só se explicava pelo monopólio da terra".

O destemido e irrequieto Darcy Ribeiro, ministro da educação e chefe da Casa Civil de Jango, em suas *Confissões,* aponta para estes desafios: "A primeira questão foi proposta ao Congresso na forma da Lei de Remessa de Lucros que, uma vez em vigor, impediria que o capital estrangeiro hostilizasse o capital nacional, tornando os nossos empresários cativos das empresas transnacionais. Essa lei aprovada na Câmara dos Deputados, e posteriormente no senado, foi regulamentada por um decreto presidencial, cuja primeira versão foi redigida pelo ministro paulista Carvalho Pinto". Com esta "legislação revolucionária", explica Darcy, "os lucros das empresas, em vez de criar novas empresas nos países de origem, se aplicariam aqui, podendo remeter divisas para pagar *royálties* ou o que fosse. Nas mesmas condições, porém, impostas aos empresários nacionais". "Quanto à reforma agrária, o raciocínio básico de Jango era de que a terra estava demasiadamente concentrada em muito poucas mãos, inclusive as suas. Ele dizia: 'Com uma parcela do que detemos, será possível assentar 10 milhões de famílias como pequenos proprietários. Com mais proprietários, a propriedade estará mais difundida. Inclusive o capitalismo se viabilizará'. Foi impossível, entretanto, que esse raciocínio claro e convincente se difundisse. O que toda a mídia martelava, por todas as suas bocas, é que a tendência irresistível de Jango para o sindicalismo o faria entregar as terras aos comunistas. A reforma mais importante na arcaica estrutura social brasileira, esperada havia mais de um século, era vista com horror pelos latifundiários e todos que a eles se associavam". (Ribeiro, 1997:318-319)

Em suas *Confissões,* ele assinala os momentos cruciais daquela conjuntura, apontando para "a crise econômica, seríssima por si só, daria para derrubar um governo. Inflação de 84% ao ano. Greves espoucando em toda parte, incontroláveis. Alçamentos camponeses estourando, motivados pela fome ou inspirados pelo Movimento das Ligas Camponesas. O Plano Trienal de Celso Furtado, que um ano antes parecia viável, tornara-se impraticável. O presidente negava-se a conter os aumentos salariais, não só por sua ideologia trabalhista, mas porque os trabalhadores eram sua única base de apoio político. De fato, ele continuou popular até o fim do governo, saudado, amistosamente onde deparasse com trabalhadores".

"Os golpistas se assanhavam, promovendo ações de massa, já em fevereiro. A primeira delas foi importar um santão norte-americano, padre Payton, que veio ao Brasil para conclamar todos os católicos à oração, debaixo da legenda de que 'a família que reza unida continua unida'(...) A 13 de março tivemos o grande Comício das Reformas, na praça principal do Rio, defronte da estação rodoviária e do Ministério da Guerra. O povo, mobilizado através de tudo que um governo pode jogar numa promoção, superava os 300

mil. Alegre e embandeirado, ouviu os grandes líderes populares - Jango, Brizola, o deputado mais votado do Rio de Janeiro, Arraes, governador de Pernambuco, Seixas Dória, governador do Sergipe, o presidente da UNE - além de muitos outros. Todos, afinal, unidos na Frente Única Popular de apoio às reformas exigidas por Jango. O presidente armou o comício como queria. Não fui consultado, mas meramente informado dos atos que assinaria ali e que eu desaconselhava, dizendo: 'Decreto não anula a Constituição'". (Ribeiro, 1997:348-349)

Dessa maneira, para além da ameaça real da transformação da sociedade capitalista brasileira na década de 60, numa sociedade comunista, o que vicejava; concretamente, de forma assombrosa para os conservadores,' era a movimentação popular articulada em torno de uma plataforma nacional e popular. Nas cidades, o movimento operário-sindical[2] a bradar por alternativas reais em torno das bandeiras das *Reformas de base* e, no campo, a movimentação de trabalhadores rurais com ocupações de terras, exigiam a imediata divisão dos latifúndios, a efetivação da democratização da posse e da propriedade da terra. *"Reforma agrária, na lei ou na marra"*! As vozes rurais ecoavam já no ar congestionado das cidades. "Liberdade e autonomia sindical", reivindicavam as lideranças sindicais no CGT - Comando Geral dos Trabalhadores surgido nas greves e que se transformava numa verdadeira Central - sob orientação de trabalhistas de esquerda e comunistas . Bandeiras que já ultrapassavam as próprias categorias e sua órbita corporativista, para se transformarem em bandeiras nacionais, como a Lei de Remessa de Lucros, o controle do capital estrangeiro e, a ameaça possível, da encampação das empresas estrangeiras em nosso país.

A ação das massas populares vinha num crescendo, desde fins do governo de Juscelino Kubitschek, e, tendo voz ativa, fundamentalmente, a partir da renúncia de Jânio Quadros e a seqüência da crise aberta pela trinca das Forças Armadas, que tentaram impedir a posse do então vice-presidente da República, em missão comercial na China, em agosto de 1961. Se até 1960, o PCB reinava soberano no movimento popular, se bem que a hegemonia estava com a ala esquerda do trabalhismo e sua propositura nacionalista em torno de reformas estruturais, a partir de 1961, uma série de subdivisões vão atingir a esquerda comunista, que estavam descontentes com o "menchevismo" do PCB, que conduzia o movimento operário numa posição caudal à hegemonia de uma burguesia "nacional", portanto, presumia-se, democrática e antiimperialista. O surgimento de pequenos grupos e do PC do B, em 1962, se confrontavam com as posições reboquistas e pacifistas do "partidão" de Prestes: a *via chinesa*, novo modelo a ser aplicado no Brasil.

A esta crescente participação do movimento popular, trabalhadores da cidade e do campo, utilizando-se de greves e ocupações de terra, das atividades dos estudantes e servidores públicos, a direita organiza-se e recrudece suas posições extremistas. Segundo Ruy Mauro Marini, "o ascenso do movimento de massas e a popularização que se efetuava em sua representação política repercutiam imediatamente sobre as classes dominantes. Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Formações urbanas do mesmo tipo, como o Grupo de Ação Patriótica (dirigido pelo almirante Heck, um dos ministros de

Quadros), as Milícias Anticomunistas (vinculadas ao governador Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros) - fizeram sua aparição. Enquanto isso os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma 'sociedade de estudos' - o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS) - que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo". (Marini, 1965: 45)

Nesse quadro, a intervenção norte-americana se punha de prontidão, seja ao destinar recursos financeiros, sem passar pelos olhos do Estado, para os governadores comprometidos com o combate ao comunismo, "capazes de sustentar a democracia". O governador da Guanabara, Carlos Lacerda recebeu entre 1961 e 1962, cerca de 71 milhões de dólares. Da mesma forma, o IBAD - o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, recebia créditos, mediados, inclusive, pela embaixada dos Estados Unidos, apoiando candidatos a fim de formar uma base parlamentar de direita, agrupada na ADP - Ação Democrática Parlamentar.

Atento aos lances da tragédia que se avizinhava, Ruy Mauro escrevia: "Frente a intensificação da luta da classe (que a taxa de inflação relativa a 1963, de 73%, claramente expressa) e o estancamento da produção (aumento bruto de 2,1% com as inversões ainda em recessão), a burguesia retirava cada vez mais seu apoio a Goulart e se deixava enganar pelo pânico difundido pelos grupos reacionários. Ademais, como assinalamos, a expansão do setor estrangeiro da economia, sua penetração intensiva no campo industrial e sua organização no plano político, através de órgãos como o IBAD, tudo isso contribuía para diluir a resistência burguesa". (Marini, 1965:45)

A direita começava, assim, a por as cartas na mesa. Aproveitando-se dos temores das camadas médias da população, insatisfeitas com a alta do custo de vida, temerosas com as greves, que afetavam o seu próprio cotidiano - com a maciça intervenção da mídia na denúncia da anarquia, caos e desgoverno, e, especialmente, na contínua difusão da "ameaça comunista" num horizonte próximo -, as classes dominantes passam a clamar a urgência de uma intervenção militar. Como acentuava Carlos Lacerda: de uma "ditadura provisória". A Igreja católica, por meio, do "Terço em Família", buscava congregar em todas as cidades, reuniões particulares com os seus rebanhos, para deter o avanço dos comunistas em nosso país. "Daí se passou às manifestações públicas, às chamadas 'Marchas da Família com Deus pela Liberdade'. Em janeiro de 1964, na ocasião do Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina, a burguesia de Belo Horizonte, (onde se deveria realizar o congresso), saiu às ruas açulada pelos latifundiários e os curas, e logrou que se transferisse para Brasília. Pela primeira vez desde o integralismo fascista dos anos de 30, a direita mobiliza as massas. Os conflitos populares entre grupos radicais se fizeram cada vez mais freqüentes e violentos, e o País passou a viver um clima pré-revolucionário". (Marini, 1965:46) "A História nos afunilava", analisava Darcy Ribeiro. Aceleradamente, "a conspiração envolveu logo os comandos militares. Castello Branco lança manifesto, conclamando a oficialidade à indisciplina dentro da doutrina da Guerra Fria, segundo a qual o inimigo principal era interno, o comunismo, que tem que ser erradicado a qualquer custo". (Ribeiro, 1997:349-350)

O movimento sindical denunciava a conspiração antidemocrática. O *Manifesto à Nação* do CGT, de 30 de março de 1964, é a tentativa de bloquear os caminhos da conspiração em marcha, de alertar e mobilizar a classe operária e as forças populares para o confronto que se avizinhava, denunciando as articulações já avançadas dos golpistas: "As forças reacionárias, inconformadas com o avanço democrático do nosso povo e com os recentes decretos patrióticos do presidente da República, o da Supra, dos aluguéis e gêneros alimentícios e encampação das refinarias de petróleo, articulam-se pública e notoriamente visando à deposição do presidente da República, para anular aquelas conquistas e impor ao nosso povo restrições às liberdades democráticas e sindicais"(...) O esquema do golpe está sendo articulado politicamente pelos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais e lido Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Esse esquema, que conta inclusive com o apoio de oficiais golpistas do II e do III exércitos e Força Pública de Minas Gerais, articula-se com as lideranças *ibadecmas* do Congresso Nacional que estão convocando os parlamentares para discutir a seguinte ordem do dia: projeto do deputado Aniz Badra (que é uma falsa reforma agrária) para aprová-lo; instalação de uma base naval dos Estados Unidos da América do Norte em território brasileiro; anistia aos sargentos (de Brasília), para recusá-la com o objetivo de lançar sargentos contra marinheiros. (...) Aos golpistas, civis e militares, advertimos que a classe trabalhadora não permitirá nenhum entrave no caminho que já iniciamos pela conquista das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático. Nesta luta, contamos com a maioria do povo brasileiro integrada de civis e militares patriotas".

E, reconhecendo a dramaticidade da contenda, divisa a guinada que a própria realidade poderia sofrer, realçando a centralidade operária na resistência ao golpe: "O Comando Geral dos Trabalhadores (...) concita os sindicatos, a todos os trabalhadores da cidade e do campo, a manterem-se preparados para desfechar a greve geral em todo território nacional na defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que o golpeamento do mandato e da autoridade do presidente João Goulart seja imediatamente respondido com a total paralisação do trabalho. Preparados e unidos, os trabalhadores barrarão o golpe e exigirão as reformas de base. Em todos os setores de trabalho ou nas ruas, combatendo a reação e o golpe, usando as formas de luta que o momento comportar, além da greve geral, nossa primeira iniciativa". *(Apiid* Labaki, 1993:127-128)

Certamente, o "estopim" de deflagração da conspiração golpista dos militares foi posta a partir da renúncia de Jânio Quadros e a indesejável ascensão do "esquerdista" João Goulart ao "Alto Comando" do país e das Forças Armadas, o que lhe facultava o presidencialismo. E, quando as manifestações de massa vão num crescendo, a fórmula do "parlamentarismo nominal" é solapada pelo plebiscito de janeiro de 1963, estamos diante de um conflito social com transbordamentos de reivindicações por todos os lados, fazendo aparecer os esgarçamentos do domínio do capital atrófico, em sua forma de subordinação estrutural do capital imperialista.

Se aos militares, repetia a ideologia conservadora, cabem a defesa da soberania nacional, particularmente, da "segurança nacional" no interior dos conflitos da "guerra permanente"

internacional, e de sua própria conservação interna como instituição republicana, o "levante" dos subordinados, soldados, sargentos, marinheiros, fuzileiros, ao lado de generais que se postavam ao lado da "República Sindicalista", feriam os princípios hierárquicos da disciplina e autoridade das Forças Armadas brasileiras.

O solapamento da ordem do capital, tal como se encontrava em sua subordinação estrutural aos capitais internacionais, certamente, não vislumbrava um ir para além do capital, mas se pretendia por meio de reformas estruturais alcançar um capitalismo nacional autônomo, democrático e livre da indução imperialista. A constituição de uma nova ordem, chamada de "República Sindical", onde os "pelegos e comunistas" teriam o comando das estruturas de poder, certamente, na visão conservadora^' abriria espaço para o salto ao socialismo. Afinal de contas, a "Revolução Cubana, realizada nos quintais do Império, não seria o preâmbulo de um processo mais amplo de avanço do socialismo no mundo, e, em especial, no Brasil?

Há que se reportar, também, para a política militar dos Estados Unidos nesse período, que antecede à conspiração vitoriosa, e que põe como suspeita, o próprio presidente brasileiro, João Goulart, considerado como "inimigo interno". Moniz Bandeira, com sua análise minuciosa, desvendou os significados dos lances sucessivos do governo norte-americano em planejar uma assistência militar às Forças Armadas da América Latina, a fim de que elas se unissem numa "ação cívica", para garantir sua "segurança interna", como afirmava Kennedy, visando no combate à "subversão inspirada pelo castro-comunismo, contribuir para a defesa coletiva de acordo com suas capacidades e promover o desenvolvimento econômico e social".(Bandeira, 1993: 173)

A posição de João Goulart foi enfática ao discordar da posição norte-americana, declarando-se favorável ao princípio de não-intervenção, sustentando o princípio de autodeterminação dos povos, temendo, com isso, a intervenção norte-americana nos assuntos internos dos países do hemisfério continental. Recorde-se, aqui, que as posições de Castello Branco, em 1967, na suposição de uma "interdependência" à qual ninguém podia escapar, o alinhamento vital ao bloco das "democracias ocidentais", assim como, a crença de que a segurança nacional necessitava de um "dispositivo de segurança continental", que em nossa situação, não ocorria o risco de intervenções, graças aos esquemas associativos e consensuais patrocinados pelos Estados Unidos.

De acordo com o *Memorandurn* do Itamaraty, em 1962, a posição de Kennedy em instaurar o Colégio Interamericano de Defesa, constituir-se-ia numa ameaça à consolidação da democracia no próprio hemisfério, pois, "toda internacionalização das Forças Armadas, extravasando dos limites de uma política de aproximação e simpatia, constituiria grave ameaça" à soberania nacional, convertendo-se em um instrumento de intervenção.

Em carta enviada por Goulart ao presidente norte-americano, de 24 de outubro de 1962, a oposição brasileira era claramente colocada: "qualquer forma de intervenção em um Estado americano inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político,

para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tiram o cunho democrático e a validade", seria uma violação ao princípio de soberania nacional, ao mesmo tempo em que se dizia apreensivo diante da decisão do Conselho da OEA de aprovar o bloqueio contra Cuba. A posição brasileira era a de, via negociação, promover o desarmamento de Cuba com a garantia entre as partes de não invasão. (Bandeira, 1993:175-176)

Segundo Moniz Bandeira, o que estava em jogo, na verdade, ultrapassava a criação de uma patrulha policial no mar do Caribe, para além disso, "O que no Pentágono e no Departamento de Estado já se discutia era a formação de uma força militar interamericana, que os Estados Unidos pretendiam, havia muito tempo, organizar, mas não desejavam fazê-lo, apoiados tão somente em Estados pequenos, como Guatemala, El Salvador e República Dominicana" (Bandeira, 1993:177). Com a adesão posterior da Argentina do presidente Guido, que solicitara uma "força conjunta", a fim de reprimir movimentos comunistas que poderiam vir a se multiplicar no continente, mais o apoio da Venezuela, Colômbia e Peru, a resistência, a esta "força conjunta", restava ao Brasil. Surgia, desse modo, a preocupação norte-americana em investigar a "ameaça comunista" no Brasil, interrompendo-se, a partir daí, o fornecimento de créditos e potencializando as atividades da CIA em suas operações de *covert actions* e *spoiling actions.* "E a força militar interamericana poderia servir para a eventual necessidade de uma intervenção, caso Goulart, a recuperar, através do plebiscito (I^{o} de janeiro de 1963), a plenitude dos poderes como Presidente da República, inflectisse realmente para a esquerda e se consolidasse no poder. Esta possibilidade estava subjacente nas negociações entre os Estados Unidos e a Argentina, que buscaram a adesão do Brasil, uma vez que se tratava de combater a ameaça de subversão, o inimigo interno (poderia ser o próprio governo), de acordo com a nova estratégia de segurança continental". (Bandeira, 1993:179)

Em seu livro *post mortum*, Ernesto Geisel ainda que na condição de golpista, "revolucionário", general do exército brasileiro, não deixa sombra de dúvida, ao responder à questão formulada quanto à influência norte-americana no golpe: "Não sei bem qual era o apoio previsto, mas acho que seria mais uma demonstração americana. Dizem que havia navios de guerra e petroleiros americanos, para o nosso abastecimento, se aproximando da costa. Não sei se isso é verdade. Mas parece plausível admitir que, se a revolução tivesse dificuldades, os Estados Unidos nos apoiariam. Disso não tenho dúvidas. Sobretudo com armamentos e munição. Tropas não creio, para não criar maiores susceptibilidades. Não disponho de dados concretos, positivos, para fazer essa afirmação. Estou apenas fazendo uma ilação do que me parece lógico, natural. O embaixador americano no Rio, Lincoln Gordon, era também francamente favorável à revolução". (Geisel *apud* D' Araújo, 1997:155)

No entanto, mesmo que Geisel tenha evitado fornecer mais elementos, por sua condição de conspirador ativo do levante militar, estar dentro das operações e engrenagens para liquidar quaisquer oposições de esquerda no país, sua "ilação" é clara sobre as intenções intervencionistas e manobras militares do império. Lincoln Gordon, aliás, num telegrama a Dean Rush, do dia 2 de abril de 1964, lamentava a ausência dos trabalhadores na

insurreição vitoriosa: "a única nota triste foi a participação obviamente limitada das classes baixas" (Bandeira, 1993: 197)

No dia 31 de março de 1994, trinta anos depois do golpe, o antigo embaixador Lincoln Gordon, numa entrevista dada ao jornalista Paulo Sotero, do jornal *O Estado de São Paulo*, comentava a sua participação na criação da "Operation Brother Sam", nos seguintes termos: "A idéia foi minha. Recomendei a organização e despacho da força naval no dia 27 de março de 1964, a partir do Comando Sul dos EUA, no Panamá. Ela nasceu de uma crescente preocupação, a partir do fim de 1963, início de 1964, de que a situação política estava se deteriorando rapidamente no Brasil e que poderia haver uma reação militar ou mesmo duas reações militares - uma contra Goulart; outra a seu favor - com a possibilidade de uma guerra civil. Neste caso, julguei que a presença da bandeira americana em navios ao largo da costa do Rio ou de Santos - ou em ambos os lugares - poderia ter dois efeitos úteis. O primeiro seria o de desencorajar o lado antiamericano numa guerra civil, que, naquelas circunstâncias, seria o lado pró-Goulart. O segundo objetivo era assistir na eventual remoção do enorme número de civis americanos que estavam no Brasil". (Apud *OESP*, 27 de março, 1964)

Ao contrário das informações veiculadas de um possível acordo com os conspiradores militares contra os dispositivos militar e sindical de Jango, o embaixador enfatiza energicamente que "Isso é absolutamente falso e sem fundamento. E você não precisa tomar minha palavra como prova disso. Quando o golpe começou, na manhã de 31 de março, a força-tarefa estava a 11 dias do Rio e apenas zarpara do Caribe. Nenhum brasileiro sabia de sua existência. E, por sinal, não era uma força militar de combate. Era, essencialmente, uma força para mostrar a bandeira. Além do porta-aviões Forrestal e sua escolta normal, havia três navios-tanque, um com gasolina comum, outro com gasolina de aviação e um terceiro com diesel. A razão é que parte da contingência que me preocupava derivava da presença, na liderança do sindicato dos petroleiros, de vários comunistas conhecidos e membros de partidos de esquerda radical: era a possibilidade de sabotagem cias refinarias de petróleo e oleodutos".

O general Jayme Portela, vinculado ao esquema Costa e Silva, em suas desavenças com o grupo castelista, chegou a afirmar que, da parte de seu próprio grupo, não partiu qualquer contato com o embaixador Lincoln Gordon, nem com a CIA ou qualquer grupo do estrangeiro. Deixa no ar, que o único grupo capaz de estabelecer uma ponte com as forças navais americanas, inclusive fornecendo informações secretas «sobre os lances programados da insurreição, partiu do grupo liderado por Castello Branco, face a amizade nascida nos tempos da participação do exército brasileiro contra as tropas fascistas na Itália. Em Porreta Terme, na campanha para a conquista de Monte Castelo, o então tenente-coronel da FEB, Castello Branco teria tido um relacionamento amistoso com o coronel Vernon Walters, futuro adido militar e ativo conspirador anticomunista no Brasil.

Moniz Bandeira, um dos mais consistentes historiadores desse período, sintetiza: "Com efeito, o golpe de estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, constitui nitidamente um episódio de luta de

classes, a refletir o aguçamento, tanto no nível nacional quanto internacional, dos antagonismos sociais e políticos, que atingiram, a partir da Revolução Cubana, uma gravidade inaudita na América Latina. Os militares, vinculados política e ideologicamente à antiga Cruzada Democrática, foram os que então se apossaram do poder e, a sagrarem o *puísch* como *Revolução Democrática* ou *Revolução Redentora,* recorreram aos métodos de guerra civil, para destruir a oposição e esmagar toda e qualquer forma de resistência. Entretanto, como homenagem do vício à virtude, eles tiveram de conservar, formalmente, os traços constitucionais e alguns aspectos da mecânica democrático-representativa, por modo a não constranger a administração do Presidente Lyndon Johnson, sucessor de Kennedy, perante a própria opinião pública nos Estados Unidos,' e não dificultar, em conseqüência, sua cooperação militar e financeira. Assim, conquanto expurgadas as representações de esquerda - trabalhistas, socialistas ou simplesmente nacionalistas (o PCB era ilegal desde 1947) - pelos atos de arbítrio, o Congresso continuou a funcionar, com a União Democrática Nacional e os demais partidos conservadores a homologarem as decisões das Forças Armadas, que indicaram o nome do General Humberto Castello Branco para ocupar a Presidência da República". (Bandeira, 1993:197-198)

Em sua obra corajosa e significativa, *A Guerra das Estrelas*, que trata em minúcias dos embates violentos e ardilosos nos bastidores das sucessões presidenciais, cobrindo precisamente o período que nos interessa , desde o golpe de 1964 até o término do mando ditatorial, o jornalista Carlos Chagas, que foi o Secretário de Imprensa do general Costa e Silva, responde de modo extremamente pertinente a seguinte questão: "O que há de comum entre as sucessões militares verificadas nos últimos 20 anos, além de terem permitido a troca de generais na presidência da República e a continuidade óbvia de interesses, preconceitos, realizações, ilusões e concepções de vida que pouco se alteraram?" (Chagas, 1985:7)

A resposta apresentada aqui de modo crítico é: "Nada, apesar das aparências, pois cada uma dessas desenvolveu-se através de mecanismos distintos e singulares. Mas tudo, também, já que serviram para manter a nação dissociada do Estado. (...) O denominador comum das sucessões militares está em que exprimiram a prepotência, o arbítrio e a exceção. Bem como o malogro e o fracasso. A unir essas sucessões desponta o trágico, já que em nada contribuíram para alterar a realidade do país. Seria precisamente esse o seu objetivo? Imaginaram os chefes militares, de 1964 para cá, deter o monopólio da probidade e da eficácia. Usaram em vão o nome e o peso da instituição castrense, que mobilizaram na luta contra a subversão e a corrupção. Mas terminaram subvertendo como nunca a incipiente ordem jurídica e política que se tenta construir desde a Independência, com a contrapartida da República depois da Monarquia. E não obstaram, muito pelo contrário, permitiram se ampliasse a corrupção".

É sabido que os conspiradores, na origem de sua insurreição, não possuíam uma plataforma estruturada para se apresentar, com um projeto alternativo às *Reformas de base* do governo João Goulart. O centro de sua ação era o combate à subversão e à corrupção, e o período dito "revolucionário" seria inicialmente curto, visualizando-se a realização de eleições diretas em 1965, e a posse de um político-civil, no ano seguinte. Em

sua entrevista publicada em 1997, numa edição póstuma, organizada inteligentemente por Maria Celina D'Araujo e Celso Castro do CPDOC, o *castelista* Ernesto Geisel afirma que a "normalização" da vida nacional era o móvel principal de Castello Branco, haja vista que "ele realmente pensava que poderia encerrar o período revolucionário, queria a eleição de um presidente civil, da área política, para que o país entrasse em regime normal" (Geisel *apud* D' Araújo, 1997:189)

Na divisão das duas facções, que disputaram palmo a palmo as fatias de poder, havia um certo consenso de que não havia uma plataforma econômica estruturada, um projeto nacional, mas face ao combate da "insurreição permanente",. da política imperialista da *guerra fria,* o inimigo principal estava incrustado na própria realidade brasileira: o comunismo. Assim, "Em 64, a maior parte dos oficiais do Exército entrou na revolução, e depois vieram as reivindicações, não pessoais nem de classe, mas relacionadas às idéias, de como acabar com a subversão, como acabar com a corrupção..." (Geisel *apud* D'Araújo, 1997:190) Geisel distingue as duas facções, que irão se degladiar permanentemente nos postos de comando do processo. De uma parte, há o comportamento negativo da "linha dura", que residia em seu estreito horizonte, reduzido a um só norte: "Nossa divisa é: *contra* o comunismo e *contra* a corrupção", brandiam os radicais da "linha dura". *"Contra* uma coisa e *contra* a outra. (...) Não pode ser. Vocês não podem imaginar um governo baseado numa fórmula negativa, isto é: governo contra. Vocês têm que ser pró, vocês têm que ser a favor de alguma coisa. Vamos trabalhar para desenvolver o país. Vocês continuam contra, e quem é contra acaba não construindo nada. É uma questão de ideologia, de maneira de encarar o problema nacional". (Geisel *apud* D'Araujo, 1997:198). Daí, a importância dos *economistas* que se estruturaram no IPÊS, liderados por Roberto Campos, e da *ideologia da segurança nacional* costurada pela ESG.

O general Jayme Portela de Mello, braço direito do *costismo* e desafeto dos irmãos Geisel, uma das lideranças da chamada "linha dura", reconheceu na outra *facção,* o dos *castelistas,* uma linha mais moderada e civilista. Numa passagem de seu livro sobre *A Revolução e o Governo Costa e Silva,* onde tece mais de mil páginas laudatórias ao "verdadeiro chefe da revolução de 64", reconhece que "O Presidente Castello Branco procurou dar um sentido civilista ao seu governo deixando voluntariamente o serviço ativo do Exército, e mostrando que não seguia os caminhos do caudilhismo militarista. Sem esquecer a sua condição de Presidente oriundo de uma revolução vitoriosa, procurava ser um democrata. Embora, essa circunstância fosse colocá-lo no dilema de agir de maneira revolucionária, tendo de conter os que buscavam nas medidas excepcionais, a forma de atingir os objetivos da Revolução". (Mello, 1979:214)

Por esta razão, quando se buscava ampliar as cassações, expurgos e prisões, e, basicamente, o impacto no bloco parlamentar após a cassação de Juscelino Kubitschek, a pergunta da facção dos "mais radicais": "Como reformar o país em pouco tempo, precisando-se rearticular o apoio parlamentar? Temia-se que a Revolução se estiolasse depois de 1965".(Mello, 1979:224) Imediatamente, diante de tal circunstância, Costa e Silva argumenta que o Ato Institucional deveria ser ampliado interditando as eleições diretas e prorrogando o mandato presidencial do general Castello Branco. O homem mais

forte do grupo da "sorbonne", que daria sentido à corrente castelista, já passava a ser estigmatizado como "lento", "brando", "moderado", afinal, não era ele um "revolucionário de última hora"?

Entretanto, que isto não nos leve a que tecendo as diferenças esqueçamo-nos do traço comum, porque mesmo uma figura relevante da ala castelista, tinha a plena convicção de enquanto durasse a subversão, haveria a necessidade do terrorismo aberto, não-mascarado. Segundo o general Geisel, "No caso, havia um confronto ideológico, uma luta civil, na realidade uma guerra civil, embora de reduzidas proporções, mas abrangendo praticamente todo o território nacional" (Geisel *apud* D'Araújo, 1997-223) Com isso, no combate às guerrilhas, "era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão; se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou" (D'Araújo, 1997:224) Nessa direção, a violência "revolucionária" torna-se legitima e necessária: "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. (...) Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!" *(Apud* D 'Araújo, 1997:225).

O problema era localizado, portanto, e sua estratégia residia na erradicação brutal de qualquer resistência e movimento que ameaçasse o poder autocrático burguês, uma vez que um afrouxamento e tolerância em sua vigilância e controle da subversão, com a guarda rebaixada, "os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la". *(Geisel Apud* D' Araújo, 1997: 215)

Mais adiante, examinaremos como as duas principais_/acfõe.s *do bonapartismo* promovem uma verdadeira guerra de posições, transparecendo em suas concepções por vezes diferentes e divergentes - ainda que mantido o núcleo comum - e, nesse sentido, a leitura que fazem das posições e alternativas nas circunstâncias onde se verificaram tensões e conflitos. Ernesto Geisel os dividiu em duas perspectivas, aqueles que vislumbravam a "normalização" da vida nacional, com o aperfeiçoamento progressivo das instituições políticas, e os que desejavam prolongar o mando ditatorial, continuar e ampliar os poderes da "linha dura" indefinidamente.

Todavia, o que nos interessa ressaltar aqui é que esses confrontos se manifestaram claramente na própria condução do processo insurrecional, desde a desconfiança aos atos precipitados e desconectados do general-de-brigada Olympio Mourão Filho e os "novos inconfidentes", passando pela auto-proclamação de chefe no "comando supremo da revolução" por Costa e Silva, por ser o mais antigo na função, que articulava o seu "dispositivo militar", e, fundamentalmente, na posse da presidência da República e na distribuição dos comandos do Estado.

Por fim, vale a pena ressaltar que a figura de Leonel Brizola[3] , uma das figura que expressavam uma concepção de um *humanismo radical,* enquanto idealidade determinada socialmente pela "miséria brasileira" e que foi estigmatizado pela *analítica paulista* como um "populista', "demagogo", não se detendo sobre as reais possibilidades dessa *vertente social progressista,* se efetivar, em sua proposta de um capitalismo de estatuto nacional e popular, que era combatida pelas várias frações dos proprietários e os representantes dos monopólios estrangeiros.

Bastam alguns trechos de seu discurso dirigido aos estudantes organizados pela UNE para dimensioná-lo:

"É por isso quem me inspira repulsa o procedimento dos que tentam imobilizar os que pensam com independência. Essa tentativa de paralisar, de imobilizar, de inutilizar a ação do pensamento emancipador, essas investidas contra os que os que não aceitam as pontas do dilema ideológico do nosso tempo, não é mais do que reação de interesses criados e dos preconceitos que entravam a evolução social no sentido da civilização, de uma vida melhor, cada vez mais justa, mais digna e mais humana."

"É a técnica invariável dos que, em nome da conservação de privilégios e da manutenção anti-sociais, de direitos socialmente peremptos, usam, como estigmas, os qualificativos que costumam dirigir contra os que têm coragem de sustentar um pensamento emancipador, qualificativos de extremistas, de perturbadores da ordem, de comunistas, de esquerdistas, de agitadores e até anti-religiosos. Qualificativos aplicados todos os dias contra os que lutam, anseiam e deseja uma ordem social mais compatível com a dignidade da criatura humana."

"A reforma que se consubstancia no desenvolvimento, eis a revolução a que aspiramos. Mas porque entendemos que devemos fazer o desenvolvimento para o homem, e não condicionar o homem à sua prática, a grande revolução a que aspiramos, a qual, ao nosso entender, precede à do próprio progresso econômico, é a da educação do povo, uma revolução que liberte o povo do analfabetismo e da ignorância." (Bandeira, 1979:117 ei 19)

" (...) Não há dúvida que os países que sofrem influência de um dos sistemas que hoje dominam o mundo, têm nas suas relações com a nação polarizada do sistema, a causa e a força determinante das feições que possam adquirir e apresentar, interna e externamente. Suas feições, as feições desse País, refletem a intensidade da natureza das relações que ele mantém com a nação polarizada. Tais países têm sua realidade estrutural modelada de acordo com aquelas relações. A rigor, dificilmente, essas nações podem adotar reformas ou transformações em sua estrutura interna que venham afetar, direta ou indiretamente, o complexo, a trama de interesses criados pelas aludidas relações." (Bandeira, 1979:124)

Brizola, tomado pela direita como *extrema-esquerda* daquela movimentação social, deixou registrado a lógica que presidia os dilemas da sociedade brasileira: "Eis porque, em meu modesto entendimento, as reformas de estrutura de que nosso País necessita para

romper corajosamente a barreira do subdesenvolvimento, dependem de uma questão essencial, questão preliminar que consiste da revisão profunda dos termos de nossas relações com os Estados Unidos." (Bandeira, 1979:124) Porque: "Quando falamos em *reforma internas* das quais o nosso País necessita, devemos ter em vista os efeitos e implicações aqui determinados, internamente, pela rede das relações com os Estados Unidos. Reformar, no Brasil, significa tocar nos *interesses anti-sociais sustentados,* mantidos pela rede das relações acima referidas. Ora, atentem para esse raciocínio: se tais interesses e privilégios estão incrustados no sistema de relações, são conseqüências das relações com os Estados Unidos, interesses que constituem o sistema interno que é associado daquelas relações externas - como reformar sem tocar nesses interesses - como reformar nas relações com os Estados Unidos?" (Brizola *apud* Bandeira, 1979:125)

Examinaremos no passo seguinte os *Discursos* de CasteÜo Branco, reunidos nas publicações da *Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da Republica,* nos anos 1964/1965/1966/1967, em Brasília.

Notas

'Em seu fecundo trabalho sobre a articulação dos empresários e militares, Heloísa Starling realiza um mapeamento consistente da atuação do EPES cm Minas Gerais: "Desde a sua fundação, o IPÊS mineiro desenvolveu uma face política dupla. Estatutariamente, objetivava, tal como seu similar carioca, ser um organismo que desenvolveria pesquisas sócio-econômicas, visando a soluções para problemas levantados nessa área, e procurando 'informar os brasileiros' da necessidade de 'preservação e sustentação do regime democrático'. Dessa forma, o IPÊS se apresentava aos olhos de seus simpatizantes e a opinião pública em geral como uma organização de 'respeitáveis homens de negócios' com fins educacionais e especialmente como um centro de discussões acadêmicas. Mesmo a manutenção da denominação idêntica à utilizada pelo Rio de Janeiro e São Paulo foi justificada por possibilitar, a médio prazo, a criação de um Conselho Nacional de Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais, de forma a garantir no futuro uma ação coordenadora pública, de âmbito nacional.

A par dessa face pública, o IPES-MG desenvolvia seu lado clandestino, de coordenador da sofisticada campanha ideológica, de desestabilização do regime nacional-populista, de modo a criar condições propícias à ação militar. Para tanto, o IPÊS mineiro, enquanto ramificação regional de um complexo centralizado no Rio de Janeiro e São Paulo, vinculava-se ao Comitê Nacional conjunto que coordenava cs centros similares nos diversos Estados" (Starling, 1986: 60-61)

É relevante registrar a sua definição da centralidade político-ideológica do empresariado mineiro: "No caso do IPES-MG, esse manteve-se como um centro estratégico e ideológico de poder empresarial, um 'estado-maior empresarial fechado', evidenciando o fato de que os grupos conservadores mineiros não forma, efetivamente, agregados à sua estrutura formal de decisão. Na verdade - e este parece ter sido o principal problema - o que unificava esses grupos não era, certamente, o projeto de classe do setor muitinacional-associado, e sim o seu posicionamento anticomunista. Dessa forma, os grupos mineiros conservadores, desde que unificados em uma organização política eficaz, poderiam constituir urna formidável frente oposicionista ao governo Goulart, o que em momento algum traduzia, de modo automático, sua adesão ao projeto de reordenação capitalista dirigido pela 'elite empresarial'". (Starling,1986:81)

[:] A repressão aos trabalhadores foi intensa nesse período, como registra Starling: "Essa repressão, não por acaso, concentrou-se sobre a fatia operária 'moderna', notadamente sobre a combativa categoria dos metalúrgicos, observando-se uma crescente espiral de violência. Assim, se em janeiro de 1962 os metalúrgicos de Lafaiete defrontaram-se com a forte repressão policial utilizada como forma de pôr fim à sua greve, a mesma violência foi usada em setembro de 1963 para impedir que os trabalhadores da poderosa Mannesmann aderissem à greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte. Mais significativo ainda, é considerar que o ponto alto da violência contra a classe operária em Minas Gerais, acionada para terminar com a greve da USIMINAS, imeiada em 7 de outubro de 1963, conduziu três dias depois, literalmente, um verdadeiro massacre dos trabalhadores daquela empresa. Finalmente, o fato de que as principais bandeiras de luta do período eram agitada pelos organismos sindicais, não aparecendo necessariamente no conteúdo reivindicativo dos movimentos operários". (Starhng,i986:233)

[J] É importante resgatar a figura de Brizola nos eventos da década de 60, na medida que a *analítica paulista* expressando fundamentalmente a concepção conservadora das classes proprietárias paulistas, independentemente de suas intenções de crítica da direita. Porque "Não foi Brizola que radicalizou a situação. Foi a situação que radicalizou Brizola. O parlamentarismo, cristalizando o impasse político, aprofundou a crise e, finalmente, demonstrou a sua inviabilidade. Diante de pressões militares, que refletiam o descontentamento popular, o Congresso capitulou, convocando o plebiscito para I^{o} de janeiro de 1963. quando Goulart, por 9 milhões de votos, em 10, recuperou todos os poderes constitucionais como Presidente da República. O prestígio popular de Brizola já então se alastrava por todo o País. Desde o levante do Rio Grande do Sul, em defesa da legalidade, ele cresceu, dia a dia. em função dos resultados de sua administração, da luta pelas reformas e das iniciativas concretas que tomara, encampando a ITT e

dando alguns passos para a reforma agrária no Rio Grande do Sul." (Bandeira, 1979:87). Segundo Moniz Bandeira, a visão de Brizola era extremamente clara do que estava se delineando: "Era-lhe visível que a implantação da ditadura estava em marcha. E decidiu cair na clandestinidade quando soube da edição do Ato Institucional n.° 1, e que c procurava para prender e possivelmente mata-lo. Brizola tratou de que sua mulher e os três filhos embarcasse para o Uruguai. Ele ficou no Brasil até maio de 1964, procurando ganhar tempo até que pudesse se deslocar para Montevidéu, onde Goulart já asilara." (Bandeira, 1979: 99) O seu pensamento humanismo é manifesto: "Considerc-me um homem que se sente aberto a todas as correntes de pensamento de seu tempo e que, se nutre um preconceito, este é o de ser contra a intolerância, contra o obscurantismo, e todas as formas de fanatismo. Considero-me um homem livre, um homem emancipado. (...) Quando se defende um sistema social sem a ele aplicar a nossa crítica e, portanto, sem tornar a nossa defesa consciente, nós nãc estamos defendo um sistema de convivência humana. O mais certo será dizer, nesse caso. que o que estamos é defendo um privilégio que aquele sistema nos proporciona e que desejamos ver perpetuados.'" (Bandeira, 1979:115-116)

II-A IDEOLOGIA CASTELISTA: o binômio segurança/desenvolvimento

> "Modernamente, porém, além da interdependência econômica, de afinidades ideológicas e de alianças políticas, há defesas coligadas ou coletivas, (...) os objetivos nacionais passam não só a ser conseguidos pelo próprio Poder Nacional, como também pela ajuda do Poder de uma outra nação".
>
> Humberto de Alencar Castello Branco

A convergência em torno do nome do general Castello Branco representou, em verdade, uma escolha num campo escorregadio de sucessivas batalhas dentro do próprio núcleo do comando do movimento conservador. As disputas entre as duas principais facções desde muito cedo se sucederam. A história é bem difundida, porém pouco esclarecida. O que se passou efetivamente nas ameaças de morte a Geisel, nas bravatas contra Golbery etc? O bonapartismo estará dividido entre dois pólos nítidos: de um lado, o grupo da "sorbonne", a tendência castelista, que desejava a "normalização" do país num tempo determinado e, do outro lado, o grupo dos "mais radicais", a facção denominada "linha dura", que buscava erradicar a subversão e a corrupção até às últimas conseqüências, por um tempo indeterminado. A ambição desejada era o tempo necessário para a consolidação do capitalismo brasileiro na condição de primeiro mundo.

A solução castelista esbarrou desde logo na facção que considerava o general Costa e Silva o "verdadeiro chefe da revolução". Com o rigor da palavra - em que pese este se intitular, em seu governo, adepto de um "humanismo social" -, Costa e Silva está bem longe de possuir uma real cultura humanista. É o paradoxo proporcionado pelas palavras, sempre em contraste com as posições e atitudes, que pode permitir esse arroubo. Se a Doutrina de Desenvolvimento e Segurança servirá como a parametração ideológica comum às intervenções do bonapartismo em suas várias vertentes, a ala castelista vai se apresentar como mais coesa e consistente em sua propositura ideológica e na articulação política dos interesses das classes dominantes. A sua tônica será a de se apresentar como portadora dos "ideais revolucionários", que se põe na defesa do "desenvolvimento acelerado", a propulsão de uma economia capitalista associada aos capitais externos, e, satisfazendo a ambição dos governadores conservadores que apoiaram a escolha de Castello Branco, a sinalização da "restauração do regime democrático", num prazo determinado; "segurança", basicamente a repressão interna, para a manutenção da ordem social e política, institucionalizando-se, a fim de promover a caça e rápida erradicação dos comunistas, reais e imaginários.

Não só satisfazia as ambições e veleidades pessoais do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que propusera para a resolução da crise política - posta pelos conflitos e luta de classes aberta - uma ditadura provisória, pelo tempo para bloquear seus possíveis

concorrentes. Alguns autores chegaram mesmo a afirmar que a verdadeira inspiração do movimento insurrecional estaria nas propostas udenistas-golpistas de Lacerda. Todavia, além do candidato Magalhães Pinto, marchava o senador do PSD, Juscelino Kubitschek, certamente outro nome forte para vencer as eleições marcadas para o ano de 1965, como limite para a duração do mandato presidencial do marechal Castello Branco.

A ausência de um projeto unitário era evidente dentro do conjunto dos golpistas. Fato este que, para nós, demonstra que o plano para a "reconstrução nacional" não estava detalhado em sua angulação econômica, porém, os "princípios revolucionários" de combate à subversão e à corrupção davam uma couraça ideológica para a mobilização contra a República popular. Esta dimensão programática, na verdade, se colocaria no processo, no meio da travessia Daí, o papel fundamental desempenhado pelos economistas. No primeiro governo, sobressaem as figuras de Roberto Campos e Octávio Bulhões, lapidados durante anos na crítica liberal ao Estado getulista. Mais ainda: a proposta de "normalização" castelista, a passagem para um governo civil, por meio de eleições diretas - mesmo assegurando certos padrões jurídicos do *regime de exceção* como presentes nesta "legalização outorgada" -, não descartava a necessidade de mudanças tendo em vista um novo ciclo de acumulação do capital em nosso país.

Com a consciência do seu papel fundamental nesse processo, Roberto Campos passava a contribuir diretamente com a construção de "um ideário da Revolução". Isto porque, "À parte os projetos de reforma, elaborados pelo IPÊS com a colaboração de alguns militares, que eram *propostas legislativas antes que um programa revolucionário,* os deflagradores efetivos do movimento se limitavam ao mote simplista: 'Combate à corrupção e à subversão'. (...) Castello tinha aguda consciência da importância de se criar um ideário positivo. Sua obsessão era demonstrar ao Brasil, e ao mundo, que a Revolução de 1964 era um revolução modernizante e não uma típica quartelada latino-americana". (Campos , 1994: 573)

Assim, em seus passos originários, a *ideologia castelista* prometeu uma autêntica "restauração da democracia". Prometia também que jamais o "novo regime" se transformaria numa ditadura. O tempo da intervenção militar seria o suficiente para uma *limpeza* dos "inimigos internos", comprometidos com a "república sindical", mesclando os comunistas autênticos, os "sindicalistas pelegos", os estudantes "infiltrados", os políticos subversivos, acrescidos ainda de todos os praticantes de corrupção. No entanto, o termo "corrupto" atingia, principalmente, sindicalistas e estudantes, que se valiam das estruturas corporativas e organizacionais, do uso da "máquina", para fins políticos. Levada às últimas conseqüências, esta caça aos corruptos, na verdade, deveria também atingir o próprio "núcleo revolucionário" da conspiração de 1964, particularmente os políticos suspeitos de enriquecimento ilícito e os achincalhados do tipo "rouba, mas faz". *Ao inimigo, nenhuma justiça!*

Os propósitos originários iam nessa direção. Fato registrado pelo tenente-brigadeiro Deoclecio Lima de Siqueira[1], que revelou, sem sombra de dúvida, que "Castello Branco queria passar o governo para um civil dentro de um tempo reduzido. Isso é fato histórico.

Tenho certeza absoluta disso pois, nessa altura, eu era chefe do gabinete do ministro Eduardo Gomes. O presidente não conseguiu seu intento porque uma corrente do Exército fez uma força tremenda para que Costa e Silva fosse o sucessor dele. Faltaram ao presidente Castello Branco condições para conter essa corrente. Foi uma derrota política que ele sofreu. E muito séria. Ali, entrou o presidente Costa e Silva, que por sério problema de saúde não foi até o fim. Talvez se pudesse ter governado por mais tempo com sua força e disposição, pudesse realizar o que o Castello tinha sonhado". (Apud D'Araújo et ai., 1994: 232-3)

Um notório apologista do sistema de poder se indagava se Castello Branco (1897 - 1967) poderia ser definido como um *autocrata relutante* e um *modernizante entusiasta.* Todavia, ironizava, seria justa esta qualificação? Na verdade, os seus preconceitos o levariam mais longe. Este economista, ao comparar as ditaduras de direita e de esquerda ao longo do século, encontrava, no final das contas, as vantagens das primeiras com relação às segundas. Enquanto as "ditaduras comunistas" acarretaram o empobrecimento das massas populares, pois criaram formas incompatíveis com o desenvolvimento, as "ditaduras capitalistas", além de serem mais breves, conheceram o progresso econômico, harmonizando os interesses sociais como um todo, e, pasmem, são "menos" violentas. Porque, escrevia o deputado federal pelo PDS do Rio de Janeiro, Roberto Campos: "o grau de violência é incomparavelmente maior nas ditaduras de esquerda. Perto dos expurgos de Staiin, ou do *paredón* de Fidel Castro, os militares brasileiros parecem escoteiros encabulados! As esquerdas são insuperáveis na produção de carniceiros...".

Feitas estas considerações cínicas e comprometedoras, a maior expressão da ideologia liberal do país se pergunta (o que, vindo da parte dele, já significa possuir *antes* a verdadeira resposta): "Será, aliás, justo chamar Castello Branco de *autocrata?* Não o consideravam assim os militares da 'linha dura', que o acusavam de democratice ingênua. Líderes que se diziam democratas, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, contra ele se rebelaram porque Castello insistiu em empossar governadores eleitos pelo voto popular na Guanabara e em Minas Gerais. Às vezes lento na manobra tática, Castello era um soberbo estrategista. Em seu período, a Revolução, que havia começado com um *ideário puramente negativo* - combate à subversão e à corrupção -, desenvolveu três projetos: um projeto econômico, um projeto político e um projeto social. O mais rápido e nítido foi o projeto econômico de modernização capitalista". (Campos, *O Estado de São Paulo,lS* de julho de 1993: 2) É óbvio que, ao carregar nas tintas elogiosas acerca do *traço construtivo* do governo Castello Branco, o economista rasga elogios a si próprio, uma vez que foi encarregado pelo "soberbo estrategista" de encontrar soluções e encabeçar o projeto de modernização econômica.

A *ideologia castelista* será marcada, assim, por este viés "liberal", no plano econômico, em contraste com a linha dos "mais radicais". Seus escritos anteriores são poucos e se orientam, basicamente, para a *arte da guerra,* não transparecendo uma única linha de formulação mais filosófica ou econômica, ainda que ele próprio afirme se inclinar, nestes textos, para o *racionalismo cartesiano,* como uma metodologia aplicada à estratégia militar. De ponta a ponta, no exercício do poder político, Castello Branco reafirmou os

seus princípios de "restaurar a democracia", apostando numa modernização econômica com abertura aos capitais estrangeiros, uma vez assegurada a estabilidade política interna. Cogitara-se, inicialmente, para chefe do novo poder o nome do marechal Eurico Gaspar Dutra; uma vez descartada esta hipótese, acreditava-se que o governo de Castello Branco abriria caminho para o impetuoso político antjgetulista, Carlos Lacerda, num suposto resultado das eleições diretas previstas para o ano de 1965.

No calor dos acontecimentos, que culminariam com a queda do governo democrático de João Goulart, a 20 de março de 1964, o então general-de-exército Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, verdadeiro pólo aglutinador dos conspiradores, negando qualquer tipo de política alheia aos interesses do povo, defendendo a disciplina, a hierarquia e a unidade, divulgava um manifesto endereçado aos militares, inteiramente vedado à imprensa, expressando os motivos de sua tomada de posição:

"Compreendo a intranqüilidade e as indagações dos meus subordinados nos dias subseqüentes ao comício de 13 do corrente. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército, e nos setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas foram motivos de uma conferência minha com o excelentíssimo senhor Ministro da Guerra.

"São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como maior caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos. Face ao entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares. *Os meios militares e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da Lei.* Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito também de se oporem uns aos outros.

"Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles. *Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.* A ambicionada constituinte é um objeto revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

"A insurreição é um recurso legitimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil ou Constituinte? Parece que ainda não. Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar de um poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação, ao comunismo de Moscou?

Isto sim, é qüe seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

"O CGT anuncia que vai promover a paralisação do País, no quadro do *esquema revolucionário.* Estará configurada provavelmente, uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando de subversão. Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação. Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

"Os quadros da Forças Armadas têm tido um comportamento, além do legal, de elevada compreensão face às dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiel à vida profissional, à sua destinação e continuado respeito a seus chefes e à autoridade do presidente da República. É preciso aí perseverar, *sempre dentro dos limites da lei,* estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguraram o processo eleitoral, e *contra a revolução* para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas." (Branco *apud* Silva, 1983a: 84-86. Grifos nossos)

Após ter sido aceito pelo "Comando Supremo da Revolução", onde a resistência maior vinha da parte dos *"duristas"* e, em especial, do sorrateiro general Costa e Silva, "o tio velho", que taticamente, no bojo da disputa do poder político, dizia ser preferível um nome *civil* para a presidência da República. Dessa maneira, se evitaria a experiência do confronto vivenciado entre Floriano-Deodoro na fundação da República. Porém, com o apoio dos governadores e dos oficiais ligados ao "grupo da Sorbonne", Castello Branco teve seu nome "referendado" pelo Congresso por maioria, 361 votos, sendo que 72 parlamentares se abstiveram e minguados 3 votos foram para o marechal Juarez Távora e 2 votos para o marechal Dutra.

No dia 11 de abril de 1964, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco é "legitimado" presidente da República pelo Congresso, tendo José Maria Alkmin, do PSD, como vice-presidente. Propõe-se, desde o primeiro momento, a restabelecer a democracia, porque a "Revolução de 1964" teve sua origem "não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições, e decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras". (Branco, 1964: 13)

Mesmo que, como se exprimia um integrante da chamada "linha dura", o general Jayme Portela, o nome ungido pelo "Comando Supremo da Revolução" a ser consagrado no Congresso Nacional não fosse referendado naquele momento, seria *imposto* de qualquer

maneira. Sugeria que a própria manutenção do Congresso seria mais uma satisfação aos olhares atentos do exterior. Certamente, nem todos partilham dessa íntima convicção do general *durisía,* a manutenção do parlamento como *resposta tática* às democracias ocidentais, reconhecendo o perfil *legalista* de Castello Branco.

No entanto, não apenas porque já se sabia vitorioso no processo de sua escolha, uma vez indicado pelo "Alto Comando da Revolução", Castello Branco reafirmava as suas reais convicções, que faziam com que os seus "pares" da *linha dura* em todo este processo o pressionassem com críticas fortes e desrespeitosas e o identificassem como elemento "moderado", "frouxo" e, com isso, entrasse em choque com a turma da "Sorbonne" e sua liderança. Por esta razão, já divididos bem antes da eclosão do movimento golpista, cisão que se reporia ao largo da ditadura militar e, depois, na própria avaliação dos seus feitos e fracassos - um grupo acusaria o outro -, Castello Branco mal assume o leme do Estado e se vê obrigado a bater no cravo e na ferradura, nos representantes do "antigo regime" - a *esquerda subversiva* -, mas também nos *reacionários* - os extremistas de direita -, que apoiaram a intervenção militar e desejavam maior rigor na repressão.

Desde o seu discurso de posse, de 15 de abril de 1964, Castello Branco reafirmaria que, no ano de 1965, haveria eleições diretas e nesse curto prazo a casa deveria estar arrumada, a fim de que "possa entregar, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em *eleições livres,* uma nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual". (Branco, 1964: 11)

Dez dias transcorridos do golpe, ele afirmava: "Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governadores de Estado". Proclamava, em seguida, a meta a ser atingida, num prazo definido, pondo fim às medidas arbitrárias e excepcionais, na direção da restauração da democracia: "cumprindo plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as Forças Armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social". (Branco, 1964:11)

Além da defesa da democracia, nesse discurso, ele apresentava os postulados da política externa a ser desenvolvida pelo novo regime, seguindo a tradição brasileira de honrar os acordos celebrados, prometendo se guiar pelos enlaces e trocas com os "nossos aliados", com os povos que buscam a sua autodeterminação e promovem as liberdades da democracia representativa. Não admitindo nenhuma interferência e intromissão nos assuntos que envolvem a nação brasileira, Castello Branco garante que "Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos e exigiremos igual respeito aos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por discreta e sutil que venha a manifestar-se". (Branco, 1964: 13)

Prometendo, desse modo, ser o representante de todos os brasileiros "e não o chefe de

uma facção", dando um recado claro e direto aos "reacionários", apresenta-se como um *restaurador da legalidade*, que culminaria na passagem para um poder civil, "sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966". Com isso, resumindo suas verdadeiras intenções, ele concluía: "Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo (...) firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social". (Branco, 1964: 12)

Esta "revolução restauradora" aparece como "ordem e progresso",..mais precisamente, como "desenvolvimento e segurança", abrindo as instituições políticas para um permanente aperfeiçoamento de suas formas, combatendo permanentemente o comunismo e a subversão interna, alicerçado no pleno desenvolvimento do *capitalismo associado.* O lema da "reconstrução nacional" perseguirá, desse modo, todas as intervenções castelistas nesse período. A "república sindical", herança do getulismo de massas, deveria ser afastada da memória popular, uma vez que se assemelha a um "regime de mentira e corrupção", que alimentava *deliberadamente* o caos econômico e a degenerescência social, a fim de criar, assim, um campo propício para a disseminação e intervenção do *putsch* comunista, fruto da guerra internacional entre as democracias ocidentais e o "totalitarismo" soviético.

"Agora, toca-nos reerguer uma nação arruinada pela corrupção e enganada pela demagogia. Há, porém, que repor pedra sobre pedra", afirmava Castello Branco. (Branco, 1964: 60) Nesse sentido, estabeleceu-se um prazo relativamente curto de vigência do próprio "Comando Supremo da Revolução", para que se processasse a *"operação limpezd'* o mais rápido possível, por meio de processos inquisitoriais, com expurgos, cassações, detenções e mortes. Castello Branco, uma vez "revestido da normalidade de seus deveres e prerrogativas" constitucionais, explicita seu objetivo máximo. O imperativo que se coloca para os militares instalados no poder será o "soerguimento da nação", pois julgam-se no direito de expressar "os sentimentos e interesses de todos, sem distinção de classes", mesmo sem um programa definido, a não ser o balizamento dado pelos *dois dogmas* do "ideário de 1964", como armas para a contraposição à plataforma nacional e popular, que fora esboçada e estava em vias de implantação, quando da ruptura democrática. O *castelismo* passa a se colocar como o autêntico portador das "verdadeiras reformas sociais".

Os setores da chamada "linha dura", articulada e centralizada no "Comando Supremo", nesse momento, pressionam o Estado para conduzir, "até às últimas conseqüências", os processos de incriminações, que culminariam numa série de prisões e torturas, o que deveria ser feito de modo acelerado. Com isso, objetivam impedir qualquer possibilidade de recomposição das forças oposicionistas, assim como abrir caminho para a incorporação dos elementos "revolucionários" nos mandos de poder. No discurso castelista, porém, vamos encontrar várias advertências endereçadas aos "duristas", para que este processo seja adequado às leis: "Quanto ao expurgo, ele segue inexoravelmente prazos e condições que são exigidos para que tudo se processe em ambiente de seriedade.

O *expurgo* não pode entregar-se a uma *ação desvairada* e deve dar à nação a impressão de que a justiça se faz obedecendo à lei e à todos os processos que esta impõe". (Branco, 1964: 62. Grifos nossos) E quando as práticas de tortura são tornadas públicas, o próprio Castello designa Geisel para fazer o reconhecimento das denúncias de arbítrio e torturas, no Recife, cuja resposta, em aberrante contraste com a realidade, é a de não constatação de violências para além dos procedimentos "costumeiros" de tal processo.

Neste momento inicial da ditadura, portanto, Castello Branco tenta definir a posição do exército em face do novo poder constituído. O exército nacional não poderia ser confundido com um partido e, por este motivo, não deveria ser solidário com o governo ou qualquer outro agrupamento. Isto porque "Quem tem o direito de apresentar solidariedade tem o direito de apresentar também desaprovação". Recorde-se aqui que, na composição do governo, o núcleo que circundava o general Costa e Silva será posto de lado, desativando aquele dispositivo, que reunia, principalmente, coronéis da *linha dura*, os quais desejavam a manutenção dos processos inquisitoriais; assim procedendo, fortalecia-se o bloco da *"Sorbonne"*, com exceção, é claro, do general Costa e Silva - mesmo com as ponderações negativas de Golbery e Geisel -, que comandará o Ministério da Guerra do primeiro governo *bonapartista*. Assim, no discurso pronunciado aos formandos na Vila Militar, ele frisa: "O Governo espera vosso apoio? Não. O Exército não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a este ou aquele elemento, porque também terá o direito de desapoiar". (Branco, 1964: 63)

Está claro que estas colocações iniciais reafirmam as posições legalistas do castelismo, mas que, objetivamente, posicionando-se na defesa da propriedade privada, como princípio social norteador de toda a sociedade, acabará por se converter numa espécie de "partido da Ordem" armado. Aliás, é precisamente isto que caracteriza as "obrigações" do *bonapartismo,* o exercício autônomo de um executivo forte, *a verdadeira religião da burguesia*, com *a violência sistemática desferida* aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando, assim, controlar todos os poros da sociedade e propiciar altos vôos para a acumulação capitalista. Castello Branco trava, no entanto, uma batalha contra seus próprios pares, quer resgatar a hierarquia e a disciplina no exército, particularmente desgastado com as profundas divisões e rupturas que sofreu, e logicamente contra a intenção da outra facção bonapartista, de preservar indefinidamente os "instrumentos da legislação revolucionária". Por isso enfatizará, repetidas vezes, que cabe aos soldados "o dever militar", aos comandantes, a garantia da "segurança nacional". Porque "Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio. O governo procura cumprir suas obrigações e não desonrar o vosso dever militar".(Branco, 1964: 63)

Fazem, mesmo sem o saber. Ora, o que fizeram precisamente os militares, que se organizaram contra a "república sindical", senão se alinharem ao lado de governadores e opositores, atuarem como *manu militari* da burguesia interna e externa? É na resposta dada aos problemas estruturais do capitalismo brasileiro que o novo governo devia se

concentrar. Nem que para isto se utilize das tão propaladas *reformas de estrutura*, cujo sentido deverá ser sempre superior às *reformas de base* do governo trabalhista.

Por ocasião deste discurso pronunciado na Vila Militar, no dia 4 de julho de 1964, Castello Branco, ao expor as metas principais de seu futuro governo, rebate energicamente seus opositores dentro do próprio *sistema de poder*, que consideravam *as reformas* pretendidas como inoportunas, demagógicas, bandeiras do passado, neurose reformista e outros adjetivos pejorativos; em suma, anteviam uma possibilidade aberta para o ressurgimento das forças derrotadas, o que abriria espaço para os conluios com "políticos contumazes". Para o primeiro general-presidente da autocracia burguesa, não há como escapar dos problemas sociais, as reformas estruturais correspondem a uma legítima aspiração e autêntica necessidade: "as reformas estão inabalavelmente no programa deste Governo". (Branco, 1964: 61)

Castello julga enfrentar idéias e perspectivas que há décadas agitam a vida nacional, defendendo um limite para o seu governo - sem supor que não cumpriria este intuito com a prorrogação de seu próprio mandato - a fim de se retomar a legitimidade política necessária à ordem democrática: "O mandato deste Governo é limitado no tempo e está dotado de prerrogativas especiais para promover sem os processos de rotina, todas as reformas que se impõem. Então, é preciso não perder tempo, empreendê-las, realizá-las até o fim deste mandato". (Branco, 1964: 62)

Com o movimento social sob controle, sem a presença das grandes manifestações populares de operários e sargentos, uma vez que "não há absolutamente uma tumultuação na atividade nacional", Castello acredita que, a partir de agora, "O congresso brasileiro entregue à sua própria soberania, aprecia e vota proposições do Governo. Não há em torno dele o cerco das pressões: pressões de operários fantasmas, pressões de militares transviados. Não, ele está rodeado de respeito e, mais do que respeito, da garantia que lhe deve proporcionar o Poder Executivo". (Branco, 1964: 62)

Há que reter que a implementação das reformas é também uma resposta a este mesmo movimento popular que se articulava numa plataforma nacional, democrática e antiimperialista, haja vista que foi precisamente em cima dela que as oposições puderam apresentar um conteúdo programático para a maioria da população brasileira. Nesse sentido, o discurso castelista adverte acerca da necessidade política das reformas e de não deixar que a bandeira reformista seja de *exclusividade* da esquerda; isto porque, "se o chamado Governo da Revolução empreender agora as reformas, que aliás não são apanágio de um grupo político, estará realizando o que a democracia brasileira necessita e evitará, grandemente, que a demagogia e a subversão retomem, como de sua exclusividade, a bandeira reformista". (Branco, 1964: 62)

Reconhece-se, portanto, a necessidade concreta das reformas, desde que mudem de mãos. A perspectiva delineada pelo castelismo é traduzida, assim, na idéia da "restauração da democracia", buscando, a partir dos desdobramentos da realidade, inserir na Constituição a doutrina do Estado de Segurança Nacional da ESG, buscar a institucionalização do

"poder revolucionário", supondo também que esta idéia esteja vinculada às tradições brasileiras, de *equilíbrio* entre as partes do todo social, de moralidade e paz social assentada, para a realização do *verdadeiro progresso nacional.* Nesta direção, ele enfatizará a sua missão essencial: "O que é mais dominante hoje na vida do Brasil é que o Governo é mandatário de idéias e objetivos revolucionários e que tem nitidamente uma *missão.* E esta é a restauração da democracia brasileira. Não somente do povo, pelo povo e para o povo. Mas também a da prática de uma concepção de vida, em que se encontre o respeito à dignidade do homem e à justiça social, à prosperidade e ao bem-estar geral, à ordem e à paz no Brasil". (Branco, 1964: 68-69)

É interessante reter que, enquanto se acusava o movimento sindical de agir em direção a uma "república anarco-sindical", por via de uma *democracia direta,* por causa das relações diretas que João Goulart havia estabelecido com as massas, propondo reformas, a acusação de corrupção pesava sobre os "pelegos" - como os militares designavam os dirigentes sindicais em sua maioria - por causa do "uso" das estruturas atreladas ao Estado para fins políticos, pois movimentavam "uma artificiosa e rendosa luta de classes". Utilizavam-se recursos públicos, diziam, para financiar a mobilização dos próprios trabalhadores a fim de subverter a ordem. Por esta razão, Castello Branco afirmava que se oporia "a quaisquer privilégios de grupos dissociados do bem público", prometendo não deixar o trabalhador sem assistência e sem emprego, porque "O Trabalhador não está desamparado e não será desamparado". (Branco, 1964: 23)

A perspectiva projetada pelo discurso castelista, após o movimento vitorioso, é a de vincular as tarefas imediatas reivindicadas pela oposição derrotada com os desígnios dos conservadores, que a partir de então aparecem nomeados como revolucionários. Assim, de nada adianta só recorrer ao uso permanente da forças, há que encontrar a saída para a acumulação do capital. "Urge compreendermos que a Revolução não estará realizada e consolidada no tempo, apenas por haver efetuado alguns expurgos, minorado a inflação e realizado eleições livres. Na realidade, somente as reformas poderão dar à Revolução a projeção e a continuidade desejada para o futuro do país". (Branco, 1964:39)

A missão da "reconstrução nacional", do "soerguimento do país" se converterá no objetivo máximo; uma vez efetivada a "limpeza" nos obstáculos a esse empreendimento - os subversivos e os corruptos -, seria fundada uma nova época, a da "Revolução". "Uma era marcada pelo signo da Revolução. Uma Revolução sem donos, e que, por isso mesmo, não se curva a nenhuma força ou interesse que não esteja em consonância com os rumos revolucionários". (Branco, 1964:39) Assim, acreditando estar com o controle e as rédeas do evolver histórico, sob o signo da Revolução redentora, Castelo reiterará que se trata de um movimento sem donos, do qual ele próprio não se considera o titular, "Até porque não tenho vocação paia ditador, do mesmo modo que não possuo a de me submeter a tutelas". (Branco, 1964:40) Trata-se, pois, de dominar a subversão, aniquilar com os comunistas e completar o expurgo dos corruptos, garantindo a preservação da ordem, não permitindo o retorno ao quadro anterior.

Na visão castelista, o seu governo se identificaria com as verdadeiras aspirações nacionais,

que promoveriam o desenvolvimento econômico e o progresso social, no resguardo permanente do aperfeiçoamento das instituições políticas. Este será um eixo constante de sua propositura: *o aperfeiçoamento da esfera política,* aberto para discussões com as "áreas do dissenso", sem, contudo, abrir mão do direcionamento dado à estruturação econômica, deixando intocável o *capitalismo associado.* Conclui então que, com o combate à subversão e à corrupção, os *dois dogmas permanentes* da "Revolução de 64" se estaria promovendo a regeneração moral do país.

O primeiro *Ato Institucional,* que teve o dedo de Francisco Campos em sua composição, era para ser único e, com as facções em luta, virou o primeiro de uma..série, na verdade, era o dispositivo necessário para permitir uma ação eficaz para este período de "restauração moral". Nesta direção, a retomada do desenvolvimento econômico sem a moralidade pública restabelecida, não seria possível. "O Governo não esquece, porém, que os inquéritos e as investigações ajudaram a provar que o desenvolvimento, sem a moral pública, é desastroso para o país, como provavelmente poder-se-á dizer que a simples existência de uma ética política e administrativa, num vazio de progresso, paralisa a nação". (Branco, 1964: 43)

Na visão de mundo castelista, vale reiterar, o traço permanente de nossa tradição é o *equilíbrio.* O brasileiro é, por essência, um moderado. Em nome desta "tradição" inerente à formação "democrática" de nosso povo, Castello Branco faz nova advertência para a corrente "reacionária", os "ultras", que pressionavam para uma maior radicalização, para que se suprimissem as funções do Congresso e agilizasse o processo de expurgos e cassações. Nesse sentido, a 7 de agosto, no Palácio da Aclamação, em Salvador, ele novamente reitera que "as próprias reformas, que são e terão de ser a pedra de toque da Revolução, não logram escapar ao apodo dos descontentes". (Branco, 1964: 63)

Mais de uma vez, questiona seus pares da "linha dura", que se valem de uma "retórica reacionária", mas que não deveriam, nas ações repressivas e punitivas, guiarem-se por móveis intencionais de ferir desafetos ou opositores. *"Será esse o papel dos revolucionáriosT,* pergunta-se, a fim de questionar os grupos "reclamantes" de uma intervenção férrea e massiva. No entanto, assegura, seu governo seria *inflexível* contra os subversivos e os corruptos: "expurgar das funções públicas quantos se comprove estarem comprometidos, ou implicados em atos de subversão ou corrupção. Nesse objetivo, a Revolução deverá ser inflexível". (Branco, 1964: 36. Grifos nossos)

Há os que pretendem subjugar todo o Congresso e tomar permanente a estratégia da "contra-insurgência", em suma, praticar todas as formas de arbítrio e violência, porém a posição castelista se baseia num amplo consenso sobre a legalidade, uma vez que a maioria da população brasileira assim o deseja, ela "aspira a permanecer o país no regime legal". Nesse sentido, Castello Branco ergue a bandeira da legalidade. Observa que o governo anterior teria conduzido à desordem e ao desrespeito constitucional, porque defendia, segundo suas próprias palavras, a ilegalidade, a inconstitucionalidade. Havia os "legalistas de fancaria", uma esquerda que conduziu o país a um quadro de instabilidade e crise social. O governo Jango e seu séquito teriam deixado uma pesada herança social, e

que promoveriam o desenvolvimento econômico e o progresso social, no resguardo permanente do aperfeiçoamento das instituições políticas. Este será um eixo constante de sua propositura: *o aperfeiçoamento da esfera política,* aberto para discussões com as "áreas do dissenso", sem, contudo, abrir mão do direcionamento dado à estruturação econômica, deixando intocável o *capitalismo associado.* Conclui então que, com o combate à subversão e à corrupção, os *dois dogmas permanentes* da "Revolução de 64" se estaria promovendo a regeneração moral do país.

O primeiro *Ato Institucional,* que teve o dedo de Francisco Campos em sua composição, era para ser único e, com as facções em luta, virou o primeiro de uma..série, na verdade, era o dispositivo necessário para permitir uma ação eficaz para este período de "restauração moral". Nesta direção, a retomada do desenvolvimento econômico sem a moralidade pública restabelecida, não seria possível. "O Governo não esquece, porém, que os inquéritos e as investigações ajudaram a provar que o desenvolvimento, sem a moral pública, é desastroso para o país, como provavelmente poder-se-á dizer que a simples existência de uma ética política e administrativa, num vazio de progresso, paralisa a nação". (Branco, 1964: 43)

Na visão de mundo castelista, vale reiterar, o traço permanente de nossa tradição é o *equilíbrio.* O brasileiro é, por essência, um moderado. Em nome desta "tradição" inerente à formação "democrática" de nosso povo, Castello Branco faz nova advertência para a corrente "reacionária", os "ultras", que pressionavam para uma maior radicalização, para que se suprimissem as funções do Congresso e agilizasse o processo de expurgos e cassações. Nesse sentido, a 7 de agosto, no Palácio da Aclamação, em Salvador, ele novamente reitera que "as próprias reformas, que são e terão de ser a pedra de toque da Revolução, não logram escapar ao apodo dos descontentes". (Branco, 1964: 63)

Mais de uma vez, questiona seus pares da "linha dura", que se valem de uma "retórica reacionária", mas que não deveriam, nas ações repressivas e punitivas, guiarem-se por móveis intencionais de ferir desafetos ou opositores. *"Será esse o papel dos revolucionários?',* pergunta-se, a fim de questionar os grupos "reclamantes" de uma intervenção férrea e massiva. No entanto, assegura, seu governo seria *inflexível* contra os subversivos e os corruptos: "expurgar das funções públicas quantos se comprove estarem comprometidos, ou implicados em atos de subversão ou corrupção. Nesse objetivo, a Revolução deverá ser inflexível". (Branco, 1964: 36. Grifos nossos)

Há os que pretendem subjugar todo o Congresso e tomar permanente a estratégia da "contra-insurgência", em suma, praticar todas as formas de arbítrio e violência, porém a posição castelista se baseia num amplo consenso sobre a legalidade, uma vez que a maioria da população brasileira assim o deseja, ela "aspira a permanecer o país no regime legal". Nesse sentido, Castello Branco ergue a bandeira da legalidade. Observa que o governo anterior teria conduzido à desordem e ao desrespeito constitucional, porque defendia, segundo suas próprias palavras, a ilegalidade, a inconstitucionalidade. Havia os "legalistas de fancaria", uma esquerda que conduziu o país a um quadro de instabilidade e crise social. O governo Jango e seu séquito teriam deixado uma pesada herança social, e

agora "fingem esquecer que na realidade, na triste realidade, a Revolução é o síndico de uma pobre massa falida". (Branco, 1964: 36-37)

É interessante notar a unidade forjada pelo discurso castelista entre subversivos e corruptos, os dois pólos se complementariam. Esta simbiose estranha, mas significativa da dimensão ideológica, supõe que a sociedade corroída e arruinada era espoliada pelas cúpulas sindicais e comunistas e pelos grupos estudantis, que subtraíam verbas públicas apenas em proveito próprio, utilizando-se da máquina governamental, de cargos públicos e dos favores ministeriais a fim de fomentar a anarquia social. "E a politicagem esquerdista, de mãos dadas com os mais escusos interesses de grupos, já prelibava fartar-se com os despojos da nação saqueada".'(Castello Branco, 1964: 37)

Apresentando as mazelas e máculas das realizações desmedidas do governo João Goulart e seus aliados subversivos, Castello arrolará os peças dos despojos, identificando o colapso financeiro dos Estados, a crise de abastecimento, o alto custo de vida, o caos do sistema de transportes e a situação periclitante das empresas, que necessitavam "inarredavelmente do auxílio estatal, sob pena de ser comprometida a coletividade". (Branco, 1964: 37)

Batendo nos "acusadores da Revolução", Castello Branco prenuncia aos mais pobres da população que, "em breve, irão se libertar da *chaga do subdesenvolvimento".* Com o projeto "revolucionário" de 64, afirma de modo otimista: "haverá *milagre* capaz de deter a inflação, frear o custo de vida, propiciar a abundância e conseguir o desafogo da indústria e da lavoura num breve lapso de tempo". (Branco, 1964: 37-38) A partir desta colocação, mostrando o quadro negativo em que se encontrava a nação pela inepta administração anterior e espoliada pelas organizações populares de esquerda, desviadoras de recursos do tesouro público, o primeiro general-presidente da ditadura militar proclama ser favorável às verdadeiras reformas de que o país necessita. "De fato - acentua - nada mais vinculado à Revolução do que o espírito reformista". (Branco, 1964: 38)

A democracia social e a democracia política deveriam caminhar conjuntamente. As reformas que permitiriam o verdadeiro progresso social não só se justificavam pelas necessidades do presente, mas também estariam inscritas no próprio processo histórico brasileiro. Desde o período imperial, as reformas se inserem na autêntica tradição nacional, pois estão associadas à idéia das transformações conduzidas pelo progresso. "Foi assim em 1869, quando famoso manifesto liberal desfraldou a bandeira de 'Reforma ou Revolução'. Era a reforma para conjurar a revolução. Hoje, mais felizes, podemos realizar as reformas após a revolução". As reformas sempre foram ditadas pelas correntes progressistas, tanto as que ocorreram nas eleições de 1881 como na campanha de Rui Barbosa. É por meio das reformas que, na tradição brasileira, se combateram os privilégios.

Assim ele arremata, para propor as reformas necessárias para o presente vivido: "Por que não reformar a Constituição em muitos dos dispositivos que o tempo já mostrou inadequados aos fins almejados? Por que não consumar a reforma bancária? Por que

protelar a reforma agrária? Não haverá velho clamor em favor de uma nova lei eleitoral e da reestruturação dos partidos? Não deveremos reformar as empresas, democratizando-as?". (Branco, 1964: 39)

É óbvio que estas palavras reafirmam as posições "liberais" do castelismo, mas, no confronto com o Governo Jango, com os setores à esquerda dos partidos, a atuação dos vários comandos que surgiram na conspiração militar de 64, converteu a corporação militar, objetivamente, num *grande partido político armado.* Castelo Branco quer resgatar a hierarquia e a disciplina no exército, particularmente, desgastado com as profundas divisões e rupturas que sofreu, por isto, enfatizará que cabe aos soldados o dever militar, aos comandantes, "a garantia da segurança nacional". Porque, "infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio. O governo procura cumprir suas obrigações e não desonrar o vosso dever militar". (Branco, 1964:63)

Julga enfrentar idéias que há décadas agitam a vida nacional, defendendo um limite para o seu governo, a fim de se retomar a legitimidade política necessária a ordem democrática. "O mandato deste Governo é limitado no tempo e está dotado de prerrogativas especiais para promover sem os processos de rotina, todas as reformas que se impõem. Então, é preciso não perder tempo, empreendê-las, realizá-las até o fim deste mandato". (Branco, 1964:62)

Com o movimento social sob controle, sem a presença das grandes manifestações populares de operários e sargentos, uma vez que "não há absolutamente uma tumultuação na atividade nacional", Castelo Branco acredita que, a partir de agora, "O congresso brasileiro entregue à sua própria soberania, aprecia e vota proposições do Governo. Não há em torno dele o cerco das pressões: pressões de operários fantasmas, pressões de militares transviados. Não, ele está rodeado de respeito e, mais do que respeito, da garantia que lhe deve proporcionar o Poder Executivo". (Branco, 1964:62)

Há que se ater que a implementação das reformas é também uma resposta a este mesmo movimento popular que se articulava numa plataforma nacional, democrática e antiimperialista, haja vista que foi precisamente em cima das Reformas de base que as oposições puderam apresentar um conteúdo programático para as maiorias da população brasileira -, nesse sentido, O discurso castelista adverte acerca da necessidade política das reformas e não deixar que a bandeira reformista pertença à esquerda de então; por isso, "... se o chamado Governo da Revolução empreender agora as reformas, que aliás não são apanágio de um grupo político, estará realizando o que a democracia brasileira necessita e evitará, grandemente, que a demagogia e a subversão retornem, como de sua exclusividade, a bandeira reformista". (Branco, 1964: 62)

Neste discurso de 31 de dezembro de 1964, Castelo reafirma sua defesa da ordem e a promoção do apaziguamento e colaboração entre as classes para a integração nacional, tendo como referência básica a harmonização entre os interesses do capital e do trabalho.

Em seus próprios termos: "A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. Com este objetivo o Estado não será estorvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade". (Branco, 1964: 34)

Mais ainda: a "Revolução de 64" deve mudar substancialmente *a vida cotidiana* dos brasileiros, ditar o comportamento dos indivíduos, ser introjetada nas consciências para permitir uma mudança total nos padrões de vida, uma mudança comportamental dos brasileiros, novas maneiras de viver, a fim de "corrigir vícios ou distorções, incorporadas aos nossos hábitos, quiçá às nossas próprias concepções de vida". (Branco, 1964: 45) O novo *demiurgo* da construção nacional, por *via estatal*, busca o enquadramento dos brasileiros em sua própria vida cotidiana. Revelando a unidade de pensamento e ação do executivo, enfatiza o apoio das agremiações partidárias e dos governadores aos "ideais de 64" e, com isso, o deslanche de um "número apreciável de reformas", agora incorporadas "democraticamente" à legislação brasileira. Isto só foi possível, assinala, pela garantia dada pelas Forças Armadas nesse processo de "reconstrução nacional", assegurando "tranqüilidade social", e, numa "hora de sacrifícios", com sua compreensão e patriotismo, o apoio popular ensejaria a estabilização e a possibilidade de retomada do desenvolvimento econômico. "Atitude que nos permite encerrar o ano sem o registro de uma greve e dentro de completa tranqüilidade social". Só deste modo seria possível "não somente o respeito e a colaboração do estrangeiro, mas também os elementos necessários ao aperfeiçoamento das instituições livres". (Branco, 1964: 46)

Se o ano de 1964 era o marco fundante, o marechal-presidente acreditava que o ano de 1965 se constituiria, assim, como um "divisor de águas", em que o "caos e o empobrecimento gradativo" seriam corrigidos, uma vez que com as metas estabelecidas, as dificuldades encontradas estariam sendo progressivamente superadas. Acredita, pois, que com a "liberação dos preços", a falsa estabilidade via o congelamento de preços, teria estancado a produção, agravado o desequilíbrio financeiro e, com isso, prejudicado os consumidores. Aliado a isto, estabeleceu-se um *programa de estabilização da moeda*, no final de 1964, "Liberou-se, também, por etapas, a taxa de conversão do cruzeiro, e (...) completou-se a modificação da taxa de câmbio" (Branco, 1964: 46). Promovia-se, dessa maneira, o fim do regime de subsídios e do congelamento cambial e buscava o reajuste de valores das tarifas dos serviços públicos. Estes procedimentos acabaram por engendrar uma alta do custo de vida, mas, se não houvessem sido postos em prática, ter-se-ia produzido uma alta ainda maior, assim como se teriam ampliado as emissões. "Em vez de um déficit do tesouro de 750 bilhões, este, com os subsídios, ter-se-ia elevado a mais de um trilhão de cruzeiros. E as emissões, que orçaram pelos 300 bilhões, atingiriam, pelo menos, ao dobro. Conseqüentemente, os preços, em vez de subirem 50%, como ocorreu entre abril e dezembro, teriam alcançado a casa dos 100%". (Branco, 1964: 47)

1965 apresentar-se-ia, ainda, como um ano de produção ampliada e de reequilíbrio na balança de pagamentos. A empresa privada, livre dos obstáculos da "república sindical", poderia se revitalizar com vários estímulos fiscais, criação de fundos de investimento e

assistência à pequena e média empresas. Vislumbrava-se, portanto, neste último discurso de 1964, com o Plano de Habitação Popular e as outras medidas tomadas, um crescente número de empregos e habitações e maior afluxo de mercadorias e serviços.

Com a repressão, controle e vigilância do mundo sindical, estudantil e político, Castello Branco, ao progresso reencetado, frisa que a democracia é o regime que oferece uma "real seleção de valores", promovendo um conjunto de maiores oportunidades para todos, numa "sociedade aberta" que não permite "privilégios de qualquer natureza". "De fato", imagina, "fiel às aspirações do povo, que acredita ser a democracia o regime mais conveniente para alcançarmos a justiça social dentro da ordem e do respeito aos direitos de cada um, o Governo continuará a praticá-la e a aperfeiçoá-la. Na realidade, não basta praticá-la: é mister aprimorá-la incessantemente, inclusive através da legislação, para que tenhamos uma democracia onde não possa medrar a corrupção ou a subversão". (Branco, 1964: 48)

Em sua visita ao Tribunal Superior Eleitoral, no dia 27 de maio, Castello reafirmará seus propósitos de não fechar o Congresso Nacional nem se utilizar do plebiscito. Considera uma prática "totalitária", uma vez que "nós saímos de uma época em que se procurou golpear a democracia representativa nos seus dois grandes setores: o primeiro, a obstinação em se falar que era necessário fechar o Congresso; o segundo (...), a de substituir eleições pelo recurso totalitário do plebiscito". (Branco, 1964: 54) Defendendo a conservação das instituições democráticas pelo "poder revolucionário", ele conclui que "cabe ao Poder Executivo garantir o funcionamento da democracia representativa, de um lado assegurando ao Congresso Nacional o uso de suas faculdades, e, de outro lado, garantindo o pleno exercício da Justiça Eleitoral". (Branco, 1964: 54)

Ao encomendar um anteprojeto de lei eleitoral ao TSE, Castello Branco critica o que considera os abusos desempenhados pelo poder econômico e pelos próprios membros do governo. "Trata-se de assuntos de vulto extraordinário, para nós, o caso da atuação do poder econômico e do poder arbitrário de membros do Poder Executivo. Nós sabemos, pela História Política do país, que o dinheiro vota e que o dinheiro, até como se diz, reconhece e diploma. Sabemos que homens de poder preparam sua própria eleição nos conchavos das renúncias e nos arranjos de testas de ferro. Tudo isso não é propriamente o processo eleitoral, porque este está entregue, exclusivamente, à Justiça Eleitoral". (Branco, 1964: 55)

Castello Branco atacará também a legislação trabalhista no que tange ao direito de greve. Trata-se, agora, de conter e prevenir as possíveis greves dos trabalhadores, regulamentando o artigo 24 da legislação, dando ao movimento sindical "a missão de promover a realização da perícia contábil para verificação total dos aumentos obtidos", a fim de se obter uma conciliação entre capital e trabalho, evitando, assim, a consumação da greve.

Como se pode notar, uma "elite dirigente" que se diz portadora dos interesses e aspirações nacionais, cujo presidente Ja nação e comandante-em-chefe das Forças Armadas se arvora

em transformar os hábitos e comportamentos dos cidadãos no seu cotidiano, exercendo um poder típico da natureza autocrática da burguesia brasileira, se aproxima a um *demiurgo* que tenta criar as melhores condições para a reprodução ampliada do capital e alcançar a institucionalização dos "ideais revolucionários" por meio do aperfeiçoamento do regime democrático.

Estava em jogo, nesta "era da revolução", o castelismo acreditava, o próprio "futuro da nacionalidade", visto que "em verdade almejamos uma democracia que nos propicie a paz interna, a justiça social e o fortalecimento da segurança nacional". (Branco, 1964: 48) Em maio de 1964, na presença do governador lido Meneghetti, dó Ria Grande do Sul - que esteve fugitivo, quando Brizola pregou a resistência armada - Castello Branco reafirma a necessidade das reformas. Mas, para isso, confronta-se com *as reformas de base*, que eram as bandeiras pelas quais as oposições populares eram identificadas. O ataque aqui vai diretamente para a figura de Brizola e de sua reforma agrária, a primeira experiência de distribuição de terras para pequenos proprietários efetivada no país e que, na visão castelista, intentava apenas os seus ganhos políticos e tentar a desestabilização da ordem, satisfazendo ambições pessoais. Recorde-se como esta visão estigmatizada da ditadura penetrou nas consciências de multidões e da própria academia, com o termo "populista" identificado a "demagogo", "farsante", "pseudonacionalista", "comunista", além da construção negativa das lideranças populares de então. E mesmo que a história seia» bem outra, a ditadura disseminando o mito, desacreditou um dos seus "inimigos internos"; com isso, as propostas do *social-progressismo* de Brizola e seus companheiros. :

Nessa perspectiva, as reformas visadas pelo autocratismo burgucs estavam em " vivo contraste com a reforma agrária aqui anteriormente lançada (a de Brizola), não com a benemérita finalidade de amparar o trabalhador rural, mas sim com a de proporcionar proventos pessoais e alimentar a desejada subversão social". Os extremistas pregavam a violência e o culto da luta de classes, agora, há que pacificar quaisquer desavenças e conflitos sociais, harmonizar as classes sociais, promovendo a verdadeira justiça social. Castello Branco diz ser inaceitável os trabalhadores rurais não possuírem direitos sociais, "num país onde a legislação trabalhista já alcançou alto nível nas medidas de assistência ao operário" (Branco, 1964: 52) Mais uma vez, ressalta que o país entrara no "limiar de uma nova era", a "Revolução de 64", e seria um atraso não estabelecer a justiça social no campo. Por isto anuncia a conclusão de u*m estatuto da terra, que se converteria num instrumento legal para a efetiva realização da reforma agrária.

Acredita, assim, livrar-se dos "radicaRsmos demagógicos" a fim de adequar as necessidades do campo ao "crescente aumento da produção nacional". As intenções da reforma agrária pretendida são anunciadas como "um conjunto de medidas que, a partir da modificação do regime de posse e uso da terra, vise a tornar mais numerosa a classe média rural, o que eqüivale a dizer que, promovendo a justiça social no campo, destinar-se-ão a aumentar o bem-estar do trabalhador rural e de sua família, contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento econômico do país e a progressiva extinção dos erros há muito acumulados". (Branco, 1964: 52-53)

Outra liderança do movimento popular será atingida: o governador de Pernambuco, aprisionado pela ditadura e posteriormente exilado, por não aceitar a capitulação: Miguel Arraes. O ataque será dirigido no sentido de que este usava de seus poderes para cercear a representatividade democrática dos deputados da Assembléia Legislativa, alijando os parlamentares para fortalecer as organizações populares e, com isso, estabelecer vínculos diretos com elas. Em suma, "Para atemorizar ou paralisar os que legitimamente representavam o povo, pretendeu-se governar com o apoio em organizações apresentadas como populares, mas que, na realidade, nada mais eram do que ajuntamentos inexpressivos e corrompidos pelo Poder". (Branco, 1964: 59)

É importante observar como a desqualificação do inimigo promovida pela ditadura militar - aqui mais precisamente nas palavras e atos de Castello Branco - visava a estabelecer uma disjunção entre os propósitos pessoais dos "subversivos" com relação às reais aspirações populares, e, nessa posição ideológica, se apresentar como o representante autêntico da "alma do povo", para usarmos uma expressão golberiana, transformando assim aquele que foi o governo mais democrático e popular do pré-64, apoiando-se efetivamente no movimento popular e caminhando com ele, num usurpador dos verdadeiros rumos da nacionalidade brasileira.

Na realidade, transparecem com nitidez as posições antagônicas que se confrontaram no pré- 64: os que se alinharam no *campo democrático*, vislumbrando um capitalismo nacional autonomizado pela ruptura com as economias centrais, e que objetivava a ampliação do mercado interno com a elevação material da força de trabalho nacional e a estatização dos setores produtivos da infra-estrutura, cujas maiores expressões foram precisamente Brizola e Arraes. No campo da ruptura democrática, a posição do autocratismo-burguês de alinhamento à política norte-americana de combate permanente ao comunismo, que propunha - por meio da estratégia permanente da "contra-revolução preventiva" -, a *estabilização interna* para a abertura aos capitais estrangeiros e uma integração maior ao sistema capitalista internacional, configurando a forma bonapartista da dominação dos proprietários em nosso país.

Soam, desse modo, altamente estranhas essas imputações de que o governo Arraes transformava os "reclamos e inspirações populares" em atos demagógicos, ditados pelo alto, com o fito de manipular as massas e desencadear a subversão contra a ordem do capital. A realidade histórica se deu precisamente ao inverso. O governo Arraes foi, segundo Antônio Callado, a maior expressão democrática do país! Assim, a ditadura do grande capital, mascarando a sua real face de mando autocrático, de uma ditadura militar, apresentará, como extremismo, a *radicalidade* da experiência democrática garantida à população pernambucana, numa "farsa" da *democracia direta*, transformada em uma "nova hierarquia, da qual resultava a exclusão dos autênticos representantes do povo".

Castello Branco chega a inferir, mais uma vez exorbitando nas alusões, que *"os pregoeiros dessa contrafação de democracia direta"*, que se encontrava sepultada há muito, retornava nas mãos do totalitarismo, pois, "ela apenas ressurgira para os tristes espetáculos dos regimes fascistas". Desse modo, explica a ausência de reação do

governador deposto. Para Castello Branco, a debilidade e falácia da "demagogia" da *democracia direta* propiciada pelo governo Arraes, fornece a chave de explicação de sua queda desastrosa, sem resistência do próprio povo. O ditador arremata pura e simplesmente que a democracia direta "foi um desastrado ensaio de um processo de subversão da democracia". "O que bem explica a surpreendente senão inacreditável facilidade com que ruiu todo um arcabouço longamente preparado, planejado e por alguns imaginado como prestes a dominar o país". (Branco, 1964: 59)

Contrapondo-se a isto, ele tenta demonstrar que a "verdadeira. democracia" de uma "ordem consentida", sob a tutelagem militar, repousa no equilíbrio das esferas que constituem o estado. Como consta nos manuais da Escola Superior de Guerra, a mesma idéia de equilíbrio das partes, uma vez que "o Poder Nacional ou Estatal assenta em fatores políticos, econômicos, sociais e militares, não podendo um deles limitar as faculdades de outro, nem tutelar o Poder Supremo". (Branco, 1964: 59) A partir daí, Castello Branco tenta definir o que vem a ser um autêntico "Poder Nacional". Em sua concepção, estes fatores devem existir de modo há proporcionar um verdadeiro equilíbrio, cada qual com sua dinâmica própria e em mútua cooperação e articulação, contudo sem que um limite o outro, "do mesmo modo que na autenticidade e autoridade não tutelada do Poder Nacional está a linha mestra do Poder".

Nesse sentido, conclui que uma "ditadura ou governo empalmado por injunções internas ou internacionais é Poder desnaturado, irresponsável e contra a nação". (Branco, 1964: 60) É por estas razões, que o discurso castelista não identifica o sistema de poder instaurado pelo golpe militar, poder de natureza autocrática e bonapartista, como sendo de natureza ditatorial. A ditadura militar não se reconhecia como uma ditadura, mas uma "revolução democrática". O termo mais abrandado veio também com os cientistas sociais: o "autoritarismo democrático" de Samuel Huntington[2]. O sistema de poder instaurado em 1964 buscará, na parametração dos "ideais revolucionários", o fortalecimento da sociedade capitalista, divisando erradicar a pobreza estrutural, e os desníveis regionais da produção nacional, tendo como consigna o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Nesse restrito campo ideológico, todos aqueles que se inscreverem na oposição aos "ideais revolucionários" serão taxados, mapeados, e, de uma forma ou outra, reprimidos. Nesse esquema, os indivíduos serão enquadrados, de acordo com a "legislação revolucionária", como *subversivos,* agentes do comunismo internacional ou *pelegos,* os autênticos líderes sindicais, de extração nacionalista, que visavam estabelecer uma República Sindical em nosso país; como *corruptos,* basicamente os que vivem do erário público - parlamentares, funcionários e políticos e militares; sendo ativista militar, a desobediência à autoridade e hierarquia implicaria a quebrar a unidade e indivisibilidade das Forças Armadas.

As medidas elaboradas por Roberto Campos e Octávio Bulhões, ministros da Fazenda e do Planejamento, visavam a equilibrar o orçamento da União, com a ativação de obras e construções, via o Plano Nacional de Habitação, com a expansão seletiva do crédito e o estímulo às exportações. Buscava-se seguir os ditames da descentralização, uma vez que "o próprio princípio da Federação nos conduz a adotarmos tal providência".

Esta política, que tinha como centro o combate à inflação, tentava, segundo o general-presidente, restaurar a confiança dos capitalistas, propiciar o ingresso dos capitais estrangeiros, estabelecer acordos "sérios" com os institutos internacionais de financiamento. Castello Branco elenca os obstáculos que seu governo terá de superar que residem, basicamente, na própria infra-estrutura de país subdesenvolvido; a administração pública teria que extrair dela a corrupção desenfreada; os problemas de abastecimento, onde somente RJ e SP tem uma estrutura considerável; os casos específicos de desemprego, carência de leitos hospitalares e salas de aula para alfabetização; o sistema de transportes altamente precário, particularmente, os meios ferroviários e marítimos; e os corretivos aplicados à corrupção administrativa, acompanhados de., severa punição aos corruptos.

Segundo Castello Branco, quatro categorias sociais foram as mais atingidas pelo processo da subversão: os fazendeiros, os trabalhadores, os estudantes e os militares. "Os proprietários são participantes da justiça social e do desenvolvimento da agricultura. Os trabalhadores, além de serem fiadores do rendimento do trabalho, precisam contar com a garantia de direitos, inclusive de autêntica vida associativa. Os estudantes, ao lado das primordiais obrigações escolares, merecem a oportunidade e o estímulo para se lançarem na vida nacional. E os militares não só devem estar obrigados à coesão disciplinar e à eficiência profissional, como também são considerados meios democráticos da mais alta segurança nacional". (Branco, 1964: 68)

Estes setores prejudicados pelas ocupações de terras, pela manipulação comunista das consciências e das organizações sindicais e estudantis, pela quebra da integridade e coesão da hierarquia militar, manobrando soldados, sargentos, marinheiros e fuzileiros, em suma , "setores" da população manipulados no interior da "guerra revolucionária", de extração internacional, seriam, agora, com a "restauração da democracia", atendidos em suas necessidades reais. Isto porque "O Governo vê o restabelecimento integral das condições normais de seus direitos e deveres nos quadros da democracia". (Branco, 1964: 68)

A 15 de julho de 1964, passados três meses desde o golpe, Castello Branco acusará a herança deixada pelo governo João Goulart, como uma situação de profunda anarquia e caos, onde a produção era obstaculizada, a especulação galopante, o mercado de preços fora desordenado, e cuja finalidade, própria à subversão, seria aparecer como os "salvadores da pátria" de mãos dadas com o "totalitarismo". Aponta para a escalada do processo inflacionário, salientando que se não houvesse a intervenção "revolucionária" a inflação atingiria a marca de 144%. O seu raciocínio segue uma tendência. Em 1962, girou em torno de 51,7%, em 63, 80,6% e nos três primeiros meses de 64, já orbitava a casa de 25%. Por este motivo, considera que "a herança que coube ao governo atual é uma estrutura econômica, financeira e social desmantelada. A desorganização administrativa estava aliada aos objetivos subversivos". (Branco, 1964: 64)

No que tange à produção nacional, expõe o seu declínio: em 1961, seu índice era de 7,7; em 62, baixou para 5,5% e, em 63, descia para 2,1%. No quadro internacional, aponta para uma situação de moratória unilateral em fins de 1963 e princípios de 64, o não

pagamento de compromissos vencidos, declínio no ingresso de capitais de risco e capitais de empréstimo. Isto tudo se refletindo na vida dos consumidores: "O reflexo dessa situação de completa desordem econômico-financeira e de descrédito internacional encontrava-se também na subida vertiginosa do custo de vida". (Branco,1964: 65)

Diante desse quadro, assistia-se a uma degenerescência social, que abria as comportas para a ameaça comunista, com a instabilidade social e a desordem política. As medidas apresentadas eram impopulares e, certamente, implicariam em altos esforços e sacrifícios da maioria da população, porém, argumentava, elas eranrnecessárias, porque "Cumpre ao meu governo frear a inflação. É o melhor caminho para se conter a alta desordenada do custo de vida e de valorização do salário real". (Branco, 1964: 65)

Em sua visita ao Tribunal Superior Eleitoral, no dia 27 de maio de 1964, Castelo reafirmará seus propósitos de não fechar o Congresso Nacional e a de se utilizar do plebiscito, prática "totalitária", uma vez que "nós saímos de uma época em que se procurou golpear a democracia representativa nos seus dois grandes setores: o primeiro, a obstinação em se falar que era necessário fechar o Congresso: o segundo, (...) a de substituir as eleições pelo recurso totalitário do plebiscito". Defendendo a conservação das instituições democráticas pelo "poder revolucionário", ele conclui que "cabe ao Poder Executivo garantir o funcionamento da democracia representativa, de um lado assegurando ao Congresso Nacional o uso de suas faculdades, e, de outro lado, garantindo o pleno exercício da Justiça Eleitoral". (Branco, 1964: 54)

Ao encomendar um anteprojeto de lei eleitoral ao TSE, Castelo Branco critica o que considera os abusos desempenhados pelo poder econômico e pelos próprios membros do governo. "Trata-se de assuntos de vulto extraordinário, para nós, o caso da atuação do poder econômico e do poder arbitrário de membros do Poder Executivo e do poder arbitrário de membros do Poder Executivo. Nós sabemos, pela História Política do país, que o dinheiro vota e que o dinheiro, até como se diz, reconhece e diploma. Sabemos que homens de poder preparam sua própria eleição nos conchavos das renúncias e nos arranjos de testas de ferro. Tudo isso não é propriamente o processo eleitoral, porque este está entregue, exclusivamente, à Justiça Eleitoral". (Branco, 1964: 55)

Há que pacificar quaisquer desavenças e conflitos sociais, harmonizar as classes sociais, promovendo justiça social. Castelo Branco diz ser inaceitável os trabalhadores rurais não possuírem direitos sociais, "num país onde a legislação trabalhista já alcançou alto nível nas medidas de assistência ao operário". Mais uma vez, ressalta que o país entrando no "limiar de uma nova era", é um atraso não estabelecer a justiça social no campo. Por isto anuncia a conclusão de um estatuto da terra, que será o instrumento legal para a efetiva realização da reforma agrária". (Branco, 1964: 52)

Acredita, assim, livrar-se dos "radicalismos demagógicos" a • fim de ajustar as necessidades do campo ao "crescente aumento da produção nacional". As intenções da reforma agrária pretendida são anunciadas como "... um conjunto de medidas que, a partir da modificação do regime de posse e uso da terra, vise a tornar mais numerosa a classe

média rural, o que eqüivale a dizer que, promovendo a justiça social no campo, destinar-se-ão a aumentar o bem-estar do trabalhador rural e de sua família, contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento econômico do país e a progressiya extinção dos erros há muito acumulados". (Branco, 1964: 53)

Nesse sentido, conclui que uma "ditadura ou governo empalmado por injunções internas ou internacionais é Poder desnaturado, irresponsável e contra a nação". É por estas razões que o discurso castelista não identifica o sistema de poder instaurado pelo golpe militar, como sendo de natureza ditatorial. No entanto, nesse esquema, os indivíduos serão enquadrados, de acordo com a "legislação revolucionária" como subversivos, agentes do comunismo internacional ou de pelegos; em corruptos, basicamente São os que vivem do tesouro nacional, parlamentares, funcionários e políticos de modo geral; ou militares, agravados pela desobediência à unidade e indivisibilidade da hierarquia das Forças Armadas.

A Economia Política do Castelismo

Em meados de abril, Castelo Branco noticia a indicação do ex-embaixador em Washington, Roberto Campos, para a direção do ministério do Planejamento, com vistas à organização de um plano econômico. Com pompa e arrogância, ao recusar o convite para ser o "ministro das catástrofes" do presidente, Roberto Campos lhe diz já estar frustrado de fazer planos econômicos e estes serem abortados. Principalmente, destaca que, além do Plano de Metas e outros programas de estabilização de preços, a sua complementação dependia de "um programa de liberalização de preços". Diante de um grande problema causado pelo "anarquismo sindical" e pela "orgia inflacionária", a saída na imediatidade seria uma recessão provocada. A partir disso, seria possível planejar um possível crescimento econômico. Segundo Roberto Campos, "O problema é que num país desorganizado pela inflação é impossível planejar um crescimento, sem uma dolorosa preparação de terreno. A fase inicial da luta contra a inflação é plena de desapontamentos. Os resultados são lentos; muitas vezes o começo da luta contra a inflação resulta em mais inflação, pela necessidade de corrigir preços defasados, notadamente no setor público. Há que cortar orçamentos, limitar o crédito, e não deve ser afastada a hipótese de um período recessivo". (Campos, 1994: 560)

Segundo recorda Roberto Campos, as palavras do chefe foram definitivas, porque "Se disto estiver persuadido, comprometo-me a executá-lo e enfrentarei as conseqüências políticas. Podemos conversar, portanto, sem essa preocupação. Caso aceite, urgiria discutir quais os métodos de organização possíveis para o planejamento". Assim, a sorte estava lançada: "O que era um convite passou a ser um comando", conclui Campos.

Em sua proposta de um ministério do planejamento, com o fito de se evitar uma concentração de poderes exagerada na figura de um superministro - o que acabaria por lhe dar enormes poderes -, Roberto Campos sugere a centralização no próprio presidente, que

passaria a coordenar o processo evitando-se os choques de interesses dos outros ministérios, seguindo, com isso, antiga tradição brasileira, alcançando-sje, assim, uma "rigorosa disciplina funcional". Caso não ocorressem conflitos decisórios entre os vários ministérios, o do Planejamento agiria prontamente, caso houvesse conflitos burocráticos, "o remédio adequado seria a criação de grupos interministeriais". Restando, dessa forma, ao presidente "dirimir casos limítrofes". (Campos, 1994: 562)

A definição do planejamento é resolvida por uma constatação empírica de sua generalização sob as forma mais variadas da relação entre piano e economia de mercado. Não há como fugir deste problema. Há que contorná-lo no espírito do capitalismo:

"A idéia de planejamento não é incompatível com a predominância da *livre empresa* no sistema econômico. As nações mais tradicionalmente capitalistas recorrem pelo menos a um embrião de planejamento ao programarem seus investimentos públicos e as fixarem a sua legislação econômica. Reciprocamente, nenhuma economia real abandona por completo as forças do mercado. O mundo real compõe-se assim de mistura de planejamento e de sistemas de mercado. As proporções da mistura variam conforme os regimes econômicos, mas os sistemas nunca chegam a se substituir por completo. Faz parte do conteúdo essencial de um plano o conjunto das decisões governamentais concernentes à política econômica. Numa economia onde predomina a livre empresa, esse conteúdo forçosamente se restringe à esfera de decisões dos poderes públicos." (Campos, 1994: 621)

O "Comando Supremo da Revolução", com o general Costa e Silva se impondo como o "verdadeiro chefe", porque já havia imposto para o cargo de ministro da Fazenda, o economista Octávio Bulhões, que inicialmente era contrário à criação de um Ministério do Planejamento, por considerá-lo um risco de um comando dual na política econômica. Todavia, com a escolha de Roberto Campos, com a proximidade das idéias, não mais se opôs.

Roberto Campos, por sua vez, tecerá um perfil de Castello Branco, interessante a ser registrado: "A argúcia política, assim como a arte do estadismo, de outro lado, parecem ser inatas. Ainda que possam ser polidas e aperfeiçoadas, não são artes aprendidas pelo estudo. Através da história, *os reis-filósofos* não têm sido mais bem-sucedidos que o mobilizador de multidões, o manipulador de precintos ou o comandante de exércitos. Castello não sofria inibições nem complexos e se revelou um consumado maestro da orquestra ministerial". (Campos, 1994: 564)

Demonstra aquilo que havíamos formulado antes, a experiência do marechal é a do grande estrategista militar, para além disso, vigora o seu total desconhecimento das funções administrativas, políticas, e, principalmente, econômicas do seu comandante: "Castelo era um nome de grande respeitabilidade na área militar, mas sem experiência administrativa ou projeção política, artes nas quais não havia sido treinado. Ainda que se pudesse presumir que sua especialização em logística e planejamento militar constituísse boa preparação para a administração civil, os princípios básicos são diferentes: a logística militar se baseia

na *requisição* de recursos, enquanto que a administração civil se baseia na *competição* por recursos". (Campos, 1994: 564) Concluía que a diferença entre Castello Branco e Geisel era que "aquele preferia colaboradores, e este, assessores". Um administrava com mão dupla, o outro, a via era de mão única.

Como se pode notar, os dois ministérios terão papel decisivo na condução da política econômica, sobressaíndo-se, diga-se de passagem, o planejamento desenhado por Roberto Campos. Este, por sua vez, mesmo não compondo organicamente o grupo castelista, se alinharia nas concepções de Castello Branco. Acreditava na necessidade de um "autoritarismo de transição" para a "restauração da democracia",, isto porque o novo governo do qual tomaria parte teria em mira permanente a conservação das "instituições e ritos da democracia", a transição se daria por uma "legitimação processual".

É interessante registrar que, mais uma vez, a conceituação dos gestores do capital atrófico são aparentadas com a crítica do "autoritarismo". Na versão da ditadura militar, o grande culpado da "necessidade" do golpe militar foi o caos e desordem propiciados pela política manipulada pelo "populismo". Para Roberto Campos, "O *imediato deflagrador da crise política fora o populismo estatizante e esquerdista* de Goulart. A Revolução de Março era o resultado e não a causa do impasse institucional, a que Goulart pretendia escapar pela implantação de uma *república autoritária sindicalista.* A intervenção militar fora algo relutante, tendo em vista a tradição legalista das Forças Armadas, a que Castello imaginava dar continuidade". (Campos, 1994: 567)

Por esta razão, os grandes culpados de toda essa história, do destino trágico do povo brasileiro, na visão conservadora do liberalismo brasileiro, eram o "populismo janguista" e o brizolismo varguista[3]. Para ele, "Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da política de gangorra, oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista". (Campos, 1994:567)

O problema para Campos residia, pois, em como ultrapassar a na herança getulista, em como romper com as formas do passado, vislumbrando assim a alternativa "possível" para o sistema: "De qualquer forma, é preciso dizer que o país estava, economicamente, num beco sem saída, inviabilizado por uma herança institucional, jurídica e fiscal pré-moderna, antiempresa, corporativa, ainda dos anos 30, em especial por uma legislação sindical e trabalhista, inspirada na Carta dei Lavoro do fascismo italiano, que criara distorções insuperáveis, como o chamado 'passivo trabalhista' das empresas". (Campos, 1994: 569)

Qual era o eixo central do Ministério do Planejamento do governo Castello Branco? Campos sustenta que a sua filosofia básica era o de estimular o capital privado, disciplinando os investimentos públicos e racionalizando a ação governamental, restringindo os "ímpetos do distributivismo prematuro". O seu ministério deveria se orientar em direção àquilo que denominou o "planejamento de reformas democráticas". Haveria que aumentar a eficiência econômica, pela potencialização dos investimentos

privados, combinado com o combate à injustiça social. No dia 20 de abril de 1964, após a cerimônia de posse no novo ministério, Campos relembra que: "Numa tentativa de moderar ímpetos de distributivismo prematuro, disse também que sem desenvolvimento não existe riqueza a distribuir; mas sem justiça social não existirão nem continuidade nem estabilidade, e as instituições estarão permanentemente ameaçadas". (Campos, 1994: 570)

Ora, a esta visão da condução nacional pelo "populismo", Roberto Campos acrescentaria as inviabilizações das políticas de distribuição de renda, da ineficácia do estatismo movidas por um nacionalismo irracional, que se somariam, no governo Goulart, a "uma excepcional inapetência administrativa". *É* interessante ver o cinismo de suas posições, quando complementa que, por sua composição híbrida nas eleições de 1960, e por sua condição de vice-presidente, João Goulart "evidentemente não tinha mandato legítimo para promover mudanças radicais no país".

Vejam nas próprias palavras do economista a sua concepção *de populismo,* que não presta a mínima atenção para o problema da "falsa consciência" que serviria para a manipulação. Ele vai direto ao ponto. Toda abertura à satisfação das necessidades populares é política demagógica. Se não, vejamos.

"Às habituais características do "populismo latino-americano" - ideologia confusa, com abuso de terminologia *socializante,* processos inviáveis de *redistribuição de renda, nacionalismo irracional* e *estatização ineficiente* - o regime Goulart acrescentara uma excepcional *inapetência administrativa.* E também outras contradições: a política salarial premiou os sindicatos politicamente mais mobilizáveis, criando uma espécie de *aristocracia do proletariado;* as massas rurais foram politicamente excitadas mas economicamente feridas, de um lado pelo congelamento de preços agrícolas e, de outro, pela inflação de preços industriais. Os aumentos tributários seguiram a linha de menor resistência - impostos indiretos, que ferem as classes assalariadas, enquanto que *a estagnação de investimentos,* nacionais e estrangeiros reduziu as oportunidades de emprego e o avanço tecnológico da massa operária." (Campos, 1994:568. Grifos nossos)

Ao lado desses problemas nacionais, Campos ressalta que este processo insurrecional que depôs Jango só pode ser compreendido no entorno do contexto internacional[4] de sua época. "O quadro externo era o da guerra fria, que a União Soviética parecia estar ganhando: crescimento a taxas muito altas, prevendo ultrapassar a economia americana até o fim do Segundo Plano Septenal (1972); dianteira na tecnologia militar nos mísseis e nos satélites; guerrilhas 'antiimperialistas' em todo o Terceiro Mundo, com o apoio soviético, reduzindo à defensiva o bloco ocidental". Somando-se a isto, com a expansão geográfica do "socialismo", "mais de perto de nós, eletrizando as esquerdas latino-americanas, a vitória da Revolução em Cuba em 59. A crise dos mísseis neste país, em 62, por pouco não levara o mundo à confrontação nuclear". (Campos, 1994:568)

A referência a este contexto é importante, tendo em vista que, tanto para os liberais como para os militares, o "temor" à implantação de uma "república sindical" seria a janela aberta para a "revolução comunista" em nosso país. A presença das lideranças sindicais

pressionando sobre os rumos do governo Jango, a movimentação popular em torno das "reformas de base", com sua plataforma nacional, democrática e antiimperialista, a quebra da disciplina e hierarquia nas Forças Armadas, a assustadora "ameaça à burguesia" do "grupo dos onze" de Brizola, apontavam para uma situação onde "a infiltração das esquerdas era visível, e as classes médias sentiam medo, como não é difícil de compreender".

Roberto Campos se utilizará aqui, mais uma vez, das teses do sociólogo norte-americano Samuel Huntington, que prestara consultoria na guerra do Vietnã, para interpretar o período histórico como sendo atravessado por um "refluxò autoritário", que afetaria a evolução da "onda de democratização" 'anterior (1943-1962). O "segundo refluxo autoritário" (1958-1975) poderia auxiliar na compreensão dos "refluxos autoritários" que espocaram na América Latina, com a instauração de várias ditaduras militares; nessa direção, Campos especula "até que ponto o colapso da democracia no Brasil foi devido à grave incompetência político-administrativa de Goulart, à sua ambivalência face ao radicalismo de esquerda e à safra de impasses daí decorrente, e até que ponto refletiu um 'efeito contágio' da onda autoritária mundial que constituiu uma espécie de *zeitgeist,* o espírito do tempo". (Campos, 1994: 569, n.250)

A aproximação dessa "especulação" com a análise acadêmica dita de esquerda mostra o quanto os "críticos" da ditadura militar emprestaram, ou melhor, se submeteram às concepções da *Ideologia 64,* com seus modelos de interpretação, que um autor denominou de "quadrúpede teórico", designadamente, as teorias do populismo, do autoritarismo, da marginalidade e da dependência: a *analítica paulista.*

Campos, em sua suposição, livra-se de, ao menos, estar numa "onda" da história, que é produto de um *zeitgeist* E não de um serviçal e agente importante da ditadura militar. Os economistas, na verdade, constituem-se em peças fundamentais da autocracia burguesa, eles formulam, prescrevem e tentam direcionar "pelo alto" os ditames necessários para a consumação de um novo ciclo da reprodução ampliada do capital: a política econômica excludente dos monopólios e que, em parceria com os capitais locais, atendem aos interesses do grande capital internacional.

Lembramos também que, no período da formação da Frente Ampla com a união de Jango, Lacerda e JK, suas posições contra a "redemocratização" do país foram bastante claras: "Postulada como a postula a Frente Ampla, a 'redemocratização' trar-nos-ia de volta à oscilação catastrófica entre o imobilismo institucional e a radicalização subversiva. Sem dúvida, os políticos convencionais têm grande capacidade de comunicação com o povo. Apenas lhe transmitem os sinais errados". (Campos, 1969:23) Para ele, Jango traria a possibilidade de um "autoritarismo de esquerda", a "república sindicalista", Lacerda oscilaria entre um "autoritarismo de direita ou esquerda" e JK, o único possuidor de "vocação democrática", em decorrência dos desvios e distorções econômicas, contribuiu, com sua política econômica, para o atoleiro em que se encontrava o país.

Segundo o economista liberal, as barragens ao projeto castelista adviriam da outra

vertente "sincera, mas radical", que propugnava uma "Revolução permanente", mas não possuía nenhum projeto dirigido à sociedade. De onde brotaria os principais obstáculos de Castello Branco? "Mas as dificuldades de Castelo eram predominantemente de outra natureza. Provinham da cisão militar entre os 'moderados' (grupo da Sorbonne) e a 'linha dura'. Para os moderados, como Castelo, a Revolução de 1964 devia ser concebida como uma restauração democrática. Independentemente das intenções pessoais de Goulart, a infiltração da extrema esquerda na administração e a crescente frustração econômica tinham levado o país a uma radicalização. Pairava no ar o espectro da 'revolução sindicalista'. Para a 'linha dura', entretanto, as prioridades eram diferentes. A guerra à corrupção e à subversão era um objetivo em si mesmo, postergando-se a "restauração democrática" até que estivesse concluída a tarefa moralizadora." (Campos, 1994: 565-66)

Na oufa ponta, R.oberto Campos tentava descaracterizar a crítica de Brizola ao Plano Econômico de Castello Branco, isto porque "Ao contrário do que diziam economistas de esquerda, tema depois muitas vezes repisado por Brizola, a dívida externa foi reduzida e não aumentada no governo Castelo Branco. Ficou praticamente estacionaria a dívida de médio e longo prazo, num nível em torno de 3 bilhões e 700 milhões de dólares, mas foi liquidada toda a dívida de curto prazo, composta de atrasados comerciais, *swaps* e créditos bancários de curto prazo, no valor total de cerce de 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Um outro schibboleth dos economistas de esquerda ca época era que teria aumentado nossa dependência externa. O relativo sucesso na luta contra a inflação se explicaria pelo enorme influxo de recursos externos, em recompensa ao nosso conformismo a ditames internacionais." (Campos, 1994:583)

A outra questão, também bombardeada pela esquerda acerca dos problemas de balanço de pagamentos, Roberto Campos creditava a nossa taxa cambial profundamente irrealista. Parecia-lhe que "A taxa oficial sobrevalorizada encorajava as remessas de lucros (que eram, por assim dizer, subsidiadas) e desestimulava o ingresso de capitais. A crise cambial do fim do governo Kubitschek, que projetou sua sombra sobre o período Quadros assim como sobre o governo João Goulart, fez reviver o tema da remessa de lucros, como uma espécie de 'demônio substituto'." (Campos, 1994: 601)

Quanto ao imperialismo, a exposição do arrazoado que definia a linha da acumulação monopolista subordinada está estabelecida desde as origens, as leis que Jango tentara controlar a movimentação dos capitais estrangeiros deveria ser agora radicalmente mudada. Se atentarmos para a hegemonia do capital financeiro internacional nesse processo, saberemos que a diretriz econômica instauraria a dinâmica da superexploração da força de trabalho e a estruturação do mercado de capitais para os negócios especulativos. Com a palavra o coordenador da política econômica de Castello Branco:

"Expus a Castelo Branco, desde a primeira reunião do gabinete, a extrema importância de modificarmos a lei num sentido mais liberal. A retomada de ingressos de capitais estrangeiros era importante para melhorar o nível de emprego. Alinhei as medidas necessárias para a correção do desequilíbrio cambial, que seriam: 1) a regularização do

sistema cambial,.no sentido da promoção e diversificação de exportações, mantendo-se taxas cambiais realistas e, tanto quanto possível, unificadas; 2) a reativação do ingresso de capitais e investimentos privados, o que pressuporia (a) o abandono de atitudes estatizantes expropriatórias; (b) uma revisão de posição no tocante à lei de remessa de lucros, parecendo que o método mais conveniente seria revertermos, por emenda legislativa, ao texto legislado unanimentemente por comissão partidária da Câmara e do Senado (projeto Mem de Sá); (c) a remoção de áreas de atrito; (d) a retomada de entendimentos para obtenção de financiamentos de longo prazo de instituições internacionais; e (e) execução do programa de consolidação da divida externa." (Campos, 1994:603)

O formulador do Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco estabeleceu cinco metas, entre as quais se destacavam o crescimento acelerado, a contenção da inflação, reduzir as desigualdades regionais, ampliação do emprego, ampliar a capacidade de importação. Nesse sentido, em seus próprios termos:

"O PAEG diferenciava claramente entre os *objetivos* e os *instrumentos.* Os cinco *objetivos* enunciados eram rituais e clássicos, no sentido de que haviam norteado vários esforços anteriores de planejamento. Eles seriam: a) acelerar o crescimento e desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1961-63; b) conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 65, objetivando-se um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de visa; d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; e) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico pela estrangulamento periódico da capacidade para importar." (Campos, 1994: 610)

É sabido que os arautos da economia política da autocracia burguesa deram forma à uma fórmula efetivamente *mágica:* quanto mais o trabalhador produzia menos ele recebia. Em sua política salarial, a viga mestra da economia política, os índices eram fixados *anualmente* pelo próprio governo, não se concedia aumentos salariais, com uma *matemática perfeita* se chegava ao absurdo, quanto mais os índices do custo de vida subiam, menor era o índice dos reajustes salarial, portanto, menos dinheiro ia para o bolso do trabalhador. Por esta razão, as lutas sindicais se dirigirão permanentemente, rompendo com o cerceamento das "leis revolucionários", o cerceamento à própria atuação corporativista, à busca da *recomposição salarial,* ano após ano.

Contudo, lembra Roberto Campos, "Longe de revelar indiferença social, a fórmula de *contenção salarial* do governo Castelo Branco era em si *eminentemente racional.* Abandonava-se a tradicional recomposição dos salários pelo 'pico' - rapidamente corroído pela inflação - em favor da *recomposição* do salário real dos últimos 24 meses, que foi o que a economia realmente pôde dar ao assalariado. A isso se agregam um *coeficiente* estimado de produtividade e metade da taxa da inflação programada (tendo e

vista que os reajustamentos salariais seriam anuais). Há que reconhecer duas *distorções* na implementação prática da fórmula: a) pelo menos em alguns setores o aumento de produtividade foi superior à média arbitrada de 2% ao ano, o que teve-a vantagem de reforçar a capacidade de investimentos das empresas; e (b) o resíduo inflacionário foi substancialmente maior que o admitido na fórmula, e levado em conta nos reajustes salariais de 1966. Este último defeito viria a ser formalmente corrigido no governo Costa e Silva, quando era ministro do Trabalho Jarbas Passarinho. Foi acrescentado à fórmula um fator, destinado a corrigir a subestimação do resíduo inflacionário no período anterior." (Campos, 1994: 630. Grifos nossos)

Campos reconhece, ainda, a importância'da modificação das estruturas jurídico-políticas para a própria modernização do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, "Houve um projeto político, que se desdobrou na reformulação do código eleitoral, da lei dos partidos e finalmente na Constituição de 1967 - visando a operacionalizar nossa débil democracia (após um autoritarismo de transição). As reformas econômicas visavam à modernização capitalista, isto é, à operacionalização da economia de mercado, pois oscilávamos, como costumava dizer, entre um 'capitalismo sem incentivos e um socialismo sem convicção'. Implicaram uma vasta reformulação institucional, abrangendo todo o sistema fiscal e financeiro. Um terceiro componente, freqüentemente subestimado, eram as reformas sociais, que visavam a criar um distributivismo racional - o Estatuto da Terra, a Reforma Habitacional e o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS)." (Campos,1994: 635-36)

Em seu "Documento de Trabalho n."l", intitulado "A crise brasileira e diretrizes de recuperação econômica", apresentado na primeira reunião de 23 de abril de 1964, o ministro do Planejamento apresenta uma visão panorâmica dos problemas nacionais e quais seriam as medidas corretivas, no cenário estipulado, que tentariam contornar os móveis que impulsionavam a alta inflacionária, causando um movimento recessivo na economia e, vislumbrava, também, uma crise de motivação, "derivada do alto grau de inquietação psicossocial". Faria uma recessão forçada num primeiro momento, uma vez que "Previa-se uma aceleração da inflação e um contínuo declínio da atividade econômica, em virtude da retração dos investidores nacionais e da virtual cessação de investimentos estrangeiros". (Campos, 1994: 575)

O Binômio Desenvolvimento e Segurança segundo a ideologia castelista

Já prestes a deixar o seu posto de presidente, uma vez derrotado pelos "ultras", com a prorrogação de seu mandato, mesmo bloqueando a possibilidade de sua reeleição, na verdade, impondo limites para a "linha dura", uma vez feita a "escolha" pelo *sistema* do general Costa e Silva, Castello Branco, seguindo obediente aos cânones que perfazem a sua visão de mundo, dirige-se aos seus pares, discursando sobre o tema "Segurança e Desenvolvimento", na aula inaugural na Escola Superior de Guerra, em 13 de março de

1967. Considera a "Escola" como uma das "instituições mais humanistas do Brasil", um centro de cultura e de "antecipação de idéias", rendendo homenagens aos fundadores desta "Casa de ideais e doutrinas", como Cordeiro de Farias e, ao papel dinâmico desempenhado por Juarez Távora na sua condução.

Castello Branco ressalta que o tema escolhido, não só pertence ao universo doutrinário dos militares, mas que já estava integrado, em sua essência, na moderna Constituição brasileira de 1967. Distingue duas acepções no conceito de segurança nacional. Uma ampla e outra mais restrita. No sentido tradicional, a segurança nacional enfatizava os aspectos militares da segurança e, por conseguinte, se voltava para os problemas de agressão externa. No sentido moderno, a acepção se torriá mais abrangente: "Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando por isso os aspectos psicossociais. a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito do que a agressão externa". (Branco, 1967:54)

É importante reter aqui, nesta acepção ampla apresentada, o sentido totalizante da segurança, que recobre várias esferas da realidade nacional, não meramente reduzida à preocupação com a ameaça externa. Aliás, convém, reiterar que esta nova função está vinculada à própria polarização vivida no mundo contemporâneo, entre o capitalismo e o comunismo, onde a dimensão econômica e a ideológica assumem pesos determinantes.

Ao consagrar sua atenção a *interdependência* do mundo, polarizado entre o comunismo internacional e as democracias ocidentais, o marechal expõe a problemática da segurança e a sua vinculação inseparável com a *defesa* do ocidente. A defesa e barragem do perigo iminente do comunismo prende-se, desse modo, à uma ação conjugada que implica não só apoio técnico-militar, mas também para o desenvolvimento econômico. Em seus próprios termos: "No exame da interrelação do desenvolvimento com a segurança nacional não nos podemos furtar à consideração do problema da política internacional. Ela é importante, nesse contexto, sob dois aspectos. Primeiramente, porque num mundo econômica e socialmente interdependente, a segurança nacional não pode ser alcançada em bases exclusivamente internas. Em segundo lugar, porque temos que buscar no exterior meios de economizar dispêndio de defesa através de esquemas associativos, e também financiamentos, capitais e tecnologia para o desenvolvimento econômico". (Branco, 1967:60-61)

O mundo é visto, assim, num terreno altamente minado. É o terreno da "guerra permanente". Os mais fortes, EEUU e URSS, as potências economicamente mais desenvolvidas, que possuem armas atômicas, possuem um arsenal que lhes permitem fazer o jogo pender para o seu lado, graças à "dissuasão nuclear". Os comunistas são aqueles mais viseiros para cumprir esta ameaça. Isto provoca um verdadeiro "equilíbrio do terror". No entanto, as duas grandes potências deslocam seu confronto direto, para as periferias e economias subdesenvolvidas, evitando, com isso, uma hecatombe nuclear.

O marechal-presidente esclarece a posição do Brasil nesse quadro geo-histórico: "As realidades históricas e geográficas nos inscreveram no dispositivo de segurança do hemisfério ocidental. Fornece-nos ele um escudo nuclear efetivo contra veleidades de agressão extracontinental, hoje pouco prováveis em face do chamado 'equilíbrio do terror'" . Como o Brasil, não possui os recursos econômicos e técnicos próprios para fazer frente a isto, o que colocaria em risco o seu próprio desenvolvimento econômico, acarretando consequentemente o rebaixamento das condições materiais de vida. Castello Branco complementa: "Felizmente, o dispositivo de segurança continental, assim como o de todo o mundo ocidental, é consensual e não impositivo, Dentro .dele, há espaço para o exercício da verdadeira independência, seja pelo esforço de asserção de uma hegemonia política regional, como sucede hoje na Europa Ocidental, seja pela livre busca de formas de organização política e econômica e de contatos internacionais, com a única exceção do regime comunista, considerado na Declaração de Punta dei Este, firmada anteriormente ao meu Governo, como 'incompatível' com o sistema interamericano". (Branco, 1967:61)

Assim, podemos compreender, que na seqüência de sua exposição, a posição dos países periféricos às duas superpotências, são limitados e constrangidos a não só na sua segurança nacional, mas, em sua impotência, influir decisivamente em "uma alteração fundamental do balanço de poder numa área vital". Assim sendo, "não é por outra razão que, após os episódios de Cuba e de Berlim, os conflitos se têm localizado em áreas periféricas. Reconhecido esse dado do problema, o interesse das Repúblicas Americanas reside em impedir qualquer intervenção unilateral, não só porque isso vulneraria gravemente o princípio de ação e responsabilidade coletiva, senão porque erros no julgamento e avaliação das transformações sociais e políticas poderiam confundir, tragicamente, governos reformistas da esquerda não-comunista, interessados em reforma social, sem submissão a ideologias extracontinentais e sem agressividade subversiva, com ditaduras comunistas - estas sim infensas à segurança continental pela sua alienação ideológica e pelo seu expansionismo proselitista". (Branco, 1967:61-62)

É interessante notar o esforço do marechal em diferenciar as esquerdas não-comunistas, que desejam operar reformas profundas e autênticas, no interior do capitalismo, e aquelas direcionadas pelo *totalitarismo de esquerda.* A pergunta imediata que vem à tela é a seguinte: e as reformas de João Goulart, do *finado* "populismo democrático"? Pois, o temor manifesto do autocrata diz respeito às intervenções grotescas efetuadas pelos EUA, precisamente contra *republiquetas* desamparadas e frágeis para caírem nas mãos dos soviéticos. Apostando na Força Interamericana de Paz, Castello acredita no reparo de duas tentações: "Afastar-se-iam a tentação e os pretextos para intervenção unilateral, e o próprio debate e decisão coletiva permitiriam melhor diferenciar o *reformismo social,* necessário em nossos países, de revolução totalitária de esquerda. O primeiro é uma opção social válida; o segundo, uma ameaça à segurança, conforme o prova de sobejo o intervencionismo cubano, através do incentivo a guerrilhas e táticas terroristas". (Branco, 1967:62)

Quais os riscos de intervenção, assim, ferindo a soberania nacional, que este sistema de segurança continental possibilitaria para os países periféricos? Castello Branco supõe este

sistema "em nada inibe nossa independência econômica de comerciar livremente, de disciplinar os capitais que desejamos receber para auxiliar nosso desenvolvimento, de importarmos tecnologia e equipamentos das fontes que preferirmos. Sem falar em política independente, porque nossa sentimos com notória independência, o meu Governo foi o que mais ampliou o comércio e as trocas com a área socialista". O marechal destrincha os mecanismos que transbordam a polarização dominante, surgindo nas franjas outras possibilidades, como por exemplo o *nacionalismo* e interesses industriais próprios no interior do *bloco socialista,* por onde a sua política de comercialização tenta penetrar. Relevando as disputas entre países da mesma coloração, reproduzindo o processo de "dissenso dentro do consenso", a disputa sino-soviética, a emergência da Iugoslávia e Hungria no mercado mundial, por onde o Brasil tem aproveitado para ampliar seu intercâmbio. Daí, certamente, se incluirá o conceito de "pragmatismo responsável" do ministro Silveira, na condução do comércio e da política com o exterior.

A natureza das relações de reciprocidade entre segurança e desenvolvimento se estabelece em termos de recursos naturais, na medição dos índices de crescimento econômico, de contenção do processo inflacionário para dirimir tensões sociais, mas também, no controle de comportamentos "psicossociais". É nesse campo, que o marechal redimensiona o papel do nacionalismo.

Segundo ele, "O nacionalismo é indubitavelmente um dos grandes motores da história humana. É indispensável ingrediente na unificação de comunidades dispersas na construção de nações recentemente emergidas do domínio colonial, na galvanização de esforços após guerras perdidas, na formação de motivação para o desenvolvimento".(Branco, 1967:63) Ora, em que medida o nacionalismo representa uma afirmação positiva: "Na medida em que seja usado como elemento de mobilização do esforço nacional, de aceitação dos sacrifícios que o desenvolvimento exige, de *atenuação de conflito de classes,* o nacionalismo é altamente positivo". Todavia, ele será inteiramente nocivo se empolgado pela atuação de grupos particularistas, certos empresários *nacionalistas* ou de uma esquerda hostil ao capitalismo. Se não, vejamos: "Na medida em que é manipulado por certos grupos para evitar a concorrência e manter posições de mercado, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que mantém aprisionados no solo recursos minerais enquanto não se tem capital para explorar, em que é manipulado pela esquerda alienada para impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do Ocidente - o nacionalismo viciado passa a ser *altamente negativo,* não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico senão também do de segurança nacional". (Branco, 1967:63)

O bonapartismo, como se pode observar, se transforma, assim, numa espécie de *gestor do capital atrófwo* subordinado ao imperialismo. A defesa castelista ao capitalismo *associado,* uma vez reconhecida nossa posição hierarquicamente inferior aos EUA, perpassa inteiramente a ideologia da autocracia burguesa. Gestor que atende também aos chamados e desejos do capital estrangeiro. Aliás, repise-se esta dimensão, precisamente aqui se deu a ruptura democrática com a plataforma nacional e popular defendida pelo

nacionalismo trabalhista em nosso país.

Como se daria, nessa pressuposição, as atitudes práticas do "verdadeiro nacionalista"? Na visê.o castelista - veremos mais adiante, como estas peças se articulam com a Doutrina de Segurança Nacional da ESG, mas também, com a ideologia de "Segurança Intercontinental" do imperialismo -, o nacionalista autêntico, "pratica constantemente o seu nacionalismo como um dever, sem o exibir como um privilégio. Procura adotar atitudes úteis ao desenvolvimento da nação, incentivando a poupança, melhorando sua própria educação e formação técnica, aplicando sua imaginação criadora na descoberta de caminhos para o desenvolvimento, procurando realizar a justiça social, ao invés de simplesmente rejeitar a contribuição externa, sem promover a poupança interna". (Branco, 1967: 63-64)

As medidas necessárias para se evitar o colapso do "irracionalismo" nacionalista e o "separtismo" está em se efetuar a redução das desigualdades regionais, por meio do desenvolvimento econômico, homogeneizando os estados e as regiões, assim como, fomentando programas de colonização". "Nos planos do desenvolvimento econômico, por sua vez, urge que nos orientemos no sentido da criação de instrumentos de redistribuição da renda fiscal, em favor de unidades federativas de menor poder econômico; de mecanismos de incentivo para investimento privado nessas regiões, e de captação de recursos internacionais para programas especiais de desenvolvimento". Nessa linha de explicação, Castello Branco aponta como mecanismos dessa redistribuição a organização da SUDENE e da "Operação Amazônia", com a criação da SUDAM. Por este meio, ampliando a receita federal com os impostos de produtos industrializados e de renda, o aumento da receita fiscal, tomaria possível levar esse desenvolvimento as regiões, com "uma instrumentação que se tem provado eficaz para colocar a iniciativa privada a serviço do objetivo de atenuação das disparidades de renda regionaF'.(Branco, 1967:65)

O Estado moderno exige, agora, uma ruptura com o clientelismo político do passado, que se vale do apoio político em troca de benefícios econômicos, reforçando, com isso, a própria segurança e estabilidade das instituições e o próprio desenvolvimento econômico mais integrado pelas regiões. Por isso, este equilíbrio entre as partes da nação, buscando superar os desequilíbrios regionais, que facultam tensões social e política, se daria numa relação mais cooperativa entre o governo federal e as unidades federadas, combatendo as tendências individualizantes do separatismo desagregador e as práticas clientelísticas num *federalismo cooperativo.* O marechal Castello Branco enfatiza essa necessidade da ação estatal na articulação do orçamento nacional, tentando evitar vários problemas, entre os quais, a pulverização regionalista de verbas e a pressão inflacionária decorrente de altas demandas de investimentos em determinadas regiões. Nesse sentido, "As exigências de rápida ação do Estado moderno, a integração dos mercados, a necessidade do papel promotor da União no desenvolvimento econômico, a emergência de técnicas de planejamento global da economia e a necessidade de harmonização dos instrumentos de política monetária levaram a uma tendência quase universal de reforço do Poder Central". (Branco, 1967:66)

Um dos últimos pontos que Castello Branco tratou na Escola Superior de Guerra reside precisamente na formulação *democrática* do binômio segurança/desenvolvimento. É bom que se retenha o momento em que ele está situando o problema. Castello já tinha se curvado as pressões da *facção dos duristas,* sendo inclusive ameaçado de deposição, considerado moderado em demasia, e ter afrouxado as rédeas do poder, querendo "restaurar a democracia", antes do tempo devido. Por sua vez, Castello investiu contra "os sinceros, mas radicais", principalmente, o braço direito de Costa e Siva, o general durista Jayme Portella, que chegou a sugerir a destituição do presidente. Cedeu na questão da prorrogação e nos casos de cassações e expurgos, interveio no governo de Goiás, mas demitiu dois duristas, no caso dos aviões, por motivo da disputa entre Marinha e Aeronáutica, comprando briga também com a modificação para 12 anos de trabalho na ativa dos escalões superiores das Forças Armadas. Escreve estas linhas se despedindo do poder presidencial, ao passar o cargo para o indesejável Costa e Silva, sem cumprir as metas de "restauração da democracia", com a eleição de um civil, via eleições diretas, como havia previsto no discurso de posse, em abril de 1964.

Castello Branco tem clareza de que se vive uma época em que as sociedades se complexificaram e que, nelas, a democracia tem provado uma durabilidade mais extensa do que as ditaduras no tempo. O castelismo, no momento do esgotamento do "milagre econômico brasileiro", acentuará esta idéia. Por esta razão, Castello discorre sobre o tema segurança/desenvolvimento no interior de uma sociedade democrática. Uma sociedade é democrática, fundamentalmente, quando aceita a "livre expressão do dissenso", tornando-se viável quando "as áreas de consenso superem as áreas de dissenso".

Quais são os riscos inerentes a este sistema político? Castello sinaliza vários perigos: "O primeiro é a confusão de liberdade com indisciplina, confusão que se estabelece toda a vez que a capacidade de reclamar direitos é superior à capacidade de aceitar deveres. A liberdade, como a democracia são bens fundamentais". O marechal fundamenta sua assertiva, citando célebre passagem de Tocqueville, que convém repeti-la: "as instituições humanas são, por sua própria natureza, tão imperfeitas, que basta, quase sempre, para destruí-las, extrair dos seus princípios todas as conseqüências". Como se pode notar, sua concepção como a da citação, se refere à uma característica da natureza humana, que pode conduzir um princípio, por força da imperfeição humana, levar ao seu contrário. Ou seja, a liberdade tem de ser *limitada,* caso contrário, face às imperfeições humanas, no seu desenvolvimento desregrado conduz a um estado caótico.

Castello expõe sua *democracia consentida,* assegurando o exercício público das formas do dissenso, assim como, nas tensões sociais, a busca permanente do consenso, da negociação entre as partes. O *totalitarismo,* segundo ele, é uma forma política aparentemente mais estável, enquanto a *democracia* pode parecer, por ter maior durabilidade, um sistema mais instável. Em seus termos: "A exibição pública do dissenso e a necessidade de negociação entre os grupos sociais para atenuá-lo dão às sociedades democráticas uma aparência menos estável e impedem uma sensação de segurança comparável à que apresentam as sociedades manipuladas ideologicamente, sob signos totalitários. Entretanto as democracias tem exibido maior durabilidade no tempo,

principalmente à medida que a sociedade se torna mais complexa, por ser a democracia, essencialmente, um sistema de administrar o que é diverso e complexo". (Branco, 1967:67-68)

No caso brasileiro, os riscos das "imperfeições" humanas adviriam de dois elementos que sobrevoam a nossa realidade. De um lado, os "demagogos", que apelam para a resolução de problemas sem ter os meios adequados e se valem de artifícios verbais; de outro, os "radicais", que não aceitariam as reformas possíveis, mas que acreditam nas soluções radicais, de uma hora para outra, extirpar totalmente as mazelas sociais. Há, segundo ele, uma dificuldade acentuada nos "países em desenvolvimento",'se comparadas com as sociedades desenvolvidas. Nestas, a resolução dos problemas sociais se faz no mesmo momento em que se detecta a sua natureza, pela intelecção técnica do problema, adequando-o imediatamente graças aos recursos disponíveis. "Nas sociedades subdesenvolvidas, por outro lado, a motivação para resolver agudos problemas excede de muito o conhecimento técnico e a capacidade prática para escolher e aplicar soluções adequadas".

Esta situação típica de países subdesenvolvidos, faz com que a democracia seja mais vulnerável. A radicalização ideológica se faz prevalecer, ensejando os conflitos e tensões sociais: isto porque, "se o problema é a luta de classes, escolhe-se uma classe eleita e eliminam-se as outras; se o problema é conter o consumo para acumular capital, escraviza-se o consumidor, transferindo todos os recursos para as mãos do Estado; se o problema é o divisionismo político, estabelece-se a ditadura do Partido, e quando esse perde o seu fervor, fazem-se expurgos e 'revoluções culturais'. (Branco, 1967:68)

Ainda que o caminho seja o de assegurar um certo grau de consenso entre as oposições, as áreas de consenso e dissenso, Castello propõe o combate sem tréguas à aliança dos demagogos e dos extremistas. A visão disseminada por esta aliança seria a de uma democracia, no sentido de um "regime de facilidades", o que permitiria a arte da manipulação das massas. "A corrupção e a inflação, de mãos dadas, serviram para criar essa visão da realidade, de que é expressão o desenvolvimento alegre e inconseqüente". O alvo, aqui, é mais do que claro: os "populistas" e "subversivos". Sendo assim, cabe à ESG, "sem mitos nem deformações", uma tarefa especial: "Essa missão é a de formular, pela conjunta aplicação do talento civil e militar, uma doutrina permanente e coerente de segurança nacional; e a de combater os vários 'pseudos' irracionais e ineficazes - o pseudonacionalismo, o pseudodesenvolvimento, o pseudo-humanismo, a solução pseudocriadora". (Branco, 1967:69)

Dessa forma, antipopular, antinacional, pró-imperialista, desde o seu nascedouro, o demiurgo ditatorial pretendeu a superação das mazelas do subdesenvolvimento, erradicando a fome e a miséria estrutural, impondo uma constelação ideológica, que deveria se transformar em comportamentos, atitudes, valores, no modo de vida do povo brasileiro. A ideologia da segurança e desenvolvimento, que consagraria a "revolução permanente", segundo uma fórmula do coronel Etchegoyen *{apud* D'Araújo, 1994:186), no quadro de uma *democracia tutelada* e de um *desenvolvimento associado,* em seu

prolongamento, demonstrando eficácia no combate à subversão, ineficácia na corrupção, no entanto, promoveria uma concentração e centralização de capital, criando os mecanismos necessários para o capital financeiro fortalecer sua hegemonia no mundo dos negócios.

Em suas últimas palavras, na condição de presidente da República, o marechal Castello Branco, mais uma vez reitera as diferenças históricas na condução do estado para o enfrentamento dos dilemas nacionais. Segundo o marechal, no pré-64 havia condições favoráveis postas pela expansão do comércio internacional, mas que a política econômica janguista, adotando medidas cambiais irrealistas e priorizando uma saída de desenvolvimento com alta de inflação, diminuindo as oportunidades de exportação. Vivíamos, "num período em que o postulado da estabilização monetária se alargava por países velhos e novos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, capitalistas ou socialistas, o Brasil insistia em defender o primado da inflação como ilusório fator de desenvolvimento econômico". (Branco, 1967:70-71)

Salienta suas realizações, ainda que não cumprisse a "restauração da democracia", desde abril de 1964, ele fala "março de 64", nesse período de sua gestão autocrática, "o País passou de um caos premeditado a uma ordem desejada, da insegurança planejada à segurança estruturada, da desordem comandada à ordem consentida. Isso é preciso fixar, como penhor de um sacrifício não inútil, de uma responsabilidade não esquecida, de um poder não desperdiçado". (Branco, 1967:70)

Em suma, "Desenvolvimento e segurança, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico, porque o poder militar está essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do País. Social, porque mesmo um desenvolvimento econômico satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime.

"De outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições. E não só das instituições políticas, que condicionam o nível e a eficiência dos investimentos do Estado, mas também das instituições econômicas e jurídicas, que, garantindo a estabilidade dos contratos e o direito de propriedade, condicionam, de seu lado, o nível e a eficácia dos investimentos privados". (Branco, 1967:54)

De outra posição, criticando os resultados da economia política do pós-64, em seu primeiro movimento, Moniz Bandeira, o autor de *Cartéis e Desnacionalização*, faz a crítica à propositura castelista de uma perspectiva nacionalista de esquerda: "A intervenção do estado na economia brasileira se deveu, inicialmente, à necessidade de romper os obstáculos criados pelos cartéis internacionais ao desenvolvimento de certos setores, como o do aço (Companhia Siderúrgica Nacional), petróleo (Petrobrás), barrilha

(Companhia Siderúrgica de Álcalis), eletricidade (Eletrobrás) e outros, necessários à continuidade do processo de industrialização, que a burguesia nacional, *historicamente retardatária,* se mostrara incapaz de promover com seus próprios recursos. O marechal Castello Branco, ao ascender à presidência da República, diagnosticou nas pressões internas em favor do estatismo e das nacionalizações, como nos casos da encampação das concessionárias de serviços públicos (ITT, Bonde & Share), da política semimonopolista de minérios e de desestímulo aos capitais estrangeiros, os fatores de desentendimento com os Estados Unidos e por isso advogou 'rápida e, por vezes, difíceis mudanças na política externa brasileira'. 'O Brasil trata de enveredar pela política de livre empresa e de acolhimento ordenado ao capital estrangeiro' - ele anunciou.(Discurso de 31.7.1964) Mas a depressão econômica, que se acentuou após o movimento militar de 1964, não só o impediu de devolver e entregar as empresas públicas à iniciativa privada como o obrigou a aprofundar ainda mais a intervenção do estado na economia, embora servindo ao capital estrangeiro, para revitalizá-la". (Bandeira, 1975:206-297)

Tentando evitar o descaminho dos "propósitos revolucionários", Castello Branco enfrentará ainda a candidatura de Costa e Silva mantida pelos duristas. Como escrevia o historiador Hélio Silva: "Alguns elementos radicais do Exército - uns se dizem da linha dura, outros dispostos à ditadura, alguns vinculados a setores políticos inconformados - desejam precipitar as operações de sucessão, mesmo com a divisão das Forças Armadas. Em meio a desse ânimo, elementos entusiásticos da candidatura de Costa e Silva propugnam, por conta própria, a sua intempestiva adoção. Vê-se, então, um lançamento desordenado, pois antes da formação e fora da Arena; não considerar a existência de responsáveis pela política nacional, inclusive o presidente da República; incursão dos meios da oposição em busca de adeptos; apresentação de aspectos de oposição ao governo; agitar os meios militares para a formação de pressão, crescente e triunfante, etc. Já houve mesmo a previsão de o ministro da Guerra permanecer na Pasta com atos, posições e destino contrários ao presidente da República". (Silva, 1983a: 177)

Neste embate contra a linha costista, Castello Branco nos legou um documento fundamental, advertindo severamente a ação divisionista de alguns oficiais: "É lamentável que oficiais, na propaganda precipitada da candidatura Costa e Silva, assoalhem mentiras de humilhações do presidente face a atitudes dominadoras do ministro da Guerra, desfigurem a lealdade do chefe do Exército como um favor ao chefe da Nação, criem a chantagem de que já houve um levante na guarnição do Rio, justifiquem grosseiramente a precipitação com a desculpa perversa do continuísmo do presidente, procurem amesquinhar as ações corajosas e leais do ministro Juracy Magalhães, inimizando-o com o Exército, lancem dentro do Exército a desconfiança sobre o ministro Cordeiro de Farias, atribuam maldosamente intrigas ao correto e irrepreensível trabalho do SNI, espalhem mentirosas notícias sobre a conduta honrada do Gabinete Militar da Presidência, etc. Tudo para enfraquecer o presidente na tentativa de robustecer o candidato, com inverdades e agravos, pretendendo apresentá-lo como tutor do País. É profundamente lamentável".

Recomendava a correta postura dos oficiais que deveriam lhe prestar obediência na hierarquia militar e política: "A precipitação do lançamento de qualquer candidatura é uma

perturbação aos trabalhos governamentais e um desserviço ao próprio candidato; b) só na Arena as candidaturas devem ser lançadas, sem prejuízo necessariamente das manifestações de imprensa, correntes da opinião pública, etc; c) A pressão militar, além de altamente perturbadora (pronunciamentos e atuação de grupos desatinados ou livres do controle dos chefes), prejudicará o candidato de seu interesse e trará a divisão dos meios das Forças Armadas; o governo tudo fará para dominá-las; d) A esta altura da evolução política do Brasil, não é possível permitir que um ministério, civil ou militar se transforme em centro de propaganda do candidato; e) O candidato escolhido deverá atender não só a continuidade da revolução e à não-invalidação das atividades governamentais de 1966, como também às implicações políticas e militares da conjuntura nacional". (Branco *Apud* Silva,1983a:177-178)

O maior cronista da "Revolução de 64", o jornalista Carlos Castello Branco escrevia no dia 12 de março de 1967, portanto, quase às vésperas da posse de Costa e Silva, um julgamento crítico sobre o papel do marechal-presidente na história republicana. Entre a louvação dos méritos, o jornalista entrelaça a crítica ácida entre o ideal afirmado e a objetivação final:

"Dentro de três dias o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco deixa a presidência da República e entra na História. Não é provável que ele algum dia volte ao Poder, mas é possível que o Presidente que ele foi se torne em pouco tempo modelo e aspiração num país em que são freqüentes o relaxamento da autoridade e a dispersão dos objetivos. Os erros que acumulou nos três anos de mandato não terão sido voluntários, mas certamente terá tido ele plena consciência dos descaminhos e desvios pelos quais enveredou e que o levaram a dar à sua presença no Governo um tom e um caráter incompatíveis com o padrão ideal que terá traçado para si mesmo".

Castelinho assinala que partiu do próprio marechal-presidente a ordem de antes de sua posse fosse realizado um processo de expurgo dos oposicionistas - a prática deliberada das perseguições -, a fim de que pudesse exercer a presidência sem a mácula da violência e do poder arbitrário. Conhecedor de sua personalidade, o jornalista aponta as contradições e impasses:

"Com o idealista, convive, porém, um homem obstinado, capaz de encarar os desafios e de assimilar as decepções para travar a batalha no terreno que lhe oferecessem. Entenderá o marechal que não abdicou de seu ideal. Taticamente o terá compatibilizado com as realidades do País e amoldado seus processos à acidentada topografia das incompressões civis e militares. É de presumir que, no fundo, ele continuará a ter a sensação de estar respeitando a ordem jurídica quando põe em funcionamento *a inexorável burocracia das punições,* que o impeliu até os últimos dias do Governo a assinar *suspensões de direitos políticos* de sargentos e pequenos funcionários, assim como se apenas despachasse *processos de rotina.* Era a forma substituindo-se ao fundo, gravemente afetado e deformado por *um poder ditatorial* que não perdera, contudo, o respeito pela sacralidade dos ritos. Era a autoridade justificando o *próprio arbítrio discricionário* na invocação de *fundamentos legais que e>a mesma impusera.*

Castelinho com toda a sua filigrana de artista pesando e medindo suas palavras, pois, sabia muito bem o caráter restritivo dado ao próprio jornalista em tempos de ditadura, vai mostrando os impasses e a *ilusão* do idealismo castelista:

"A verdade é que, *cedendo à força,* o Marechal Castello Branco manteve, no curso de sua presidência, uma tal ou qual coerência, que transparece por cima das contradições. G próprio excesso na emissão de leis, decretos e constituições compensará a frustração pelas violações repetidas da ordem jurídica cuja incolumidade lhe fora confiada. E o *idealista* ressurge aí mesmo, na *ilusão* de estar melhorando, *aperfeiçoando e renovando a organização política e administrativa do Brasil.* Há, portanto, uma fusão de idealismo e de realismo na maneira pela qual se governou o país nestes três últimos anos. De teimosia e de transigência se pavimentaram as rotas que conduziram o Governo revolucionário das mãos do General Castello Branco às mãos do Marechal Costa e Silva".

No desfecho, a crônica de *Castelinho* põe em relevo os impasses nos quais se viu engalfinhado a ala castelista contra os "mais radicais", que impuseram a "continuidade revolucionária" com Costa e Silva, dando um desfecho intrigante:

"No Brasil, o último ato de intransigência política, de rejeição e de protesto foi o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, nas circunstâncias conhecidas, as quais cercam de motivações especiais o ato de outro modo limpidamente pedagógico. O marechal Castello Branco não se viu envolvido em episódios tão perturbadores, mas deverá ter tido seu instante hamletiano no Poder quando se viu compelido a assinar o Ato Institucional n.° 2. Se não o fizesse ele provavelmente teria sido derrubado. Que teria sido melhor para o País, sua queda en beauté, ou sua sobrevivência nos moldes em que se deu, com o sacrifício de uma ordem jurídica já abalada e contestada? A partir de então, o Governo do marechal Castello Branco mudou. Ele poderá dizer que não mudaram seus objetivos. De qualquer forma, o marechal rompeu a tempestade e saiu dela retemperado. A mensagem a Garcia foi entregue. Só que, no ponto de chegada, ele encontrou para recebê-la a mesma pessoa que a despachara, na partida. Alguém correu mais depressa". (Branco, 1977: 676-7)

Castelinho já antecipara o mesmo desfecho, nas linhas de sua coluna diária, para o *Jornal do Brasil,* dia 3 de abril de 1965, quando aponta no discurso do ministro da guerra, Costa e Silva, a intenção do prolongamento da ditadura militar, com as Forças Armadas assumindo a forma de 'uma espécie de partido único", como notas contrastantes com o idealismo castelista, de realizai* o mais breve possível, as eleições diretas. Uma vez que

"Preconizando a duração por dez anos do processo revolucionário, para além do mandato do atual Presidente da República, o general ministro da guerra não se teria restringido a manifestar uma afirmação da disposição militar de impedir um retorno ao período e às ameaças que assinalaram a vida brasileira antes de 31 de março de 1964. A tutela militar do regime e do País, preconizada pelo general Costa e Silva, se assenta numa preliminar inquietante: manter as instituições sob sinal de emergência até que, possivelmente daqui a dez anos, as sirenas apitem o sinal de céu claro. (...) O Presidente da República entende

que a emergência deve cessar e o País reencontrar seus instrumentos normais de expressão política, enquanto seu ministro da guerra parece entender que a emergência deve perdurar e se prolongar, por decisão e a critério das *Forças Armadas,* a que deu o *status* de verdadeiro partido político - *uma espécie de partido único da Revolução".* (Branco, 1977: 221)

O temor da reposição das forças políticas que alijadas das esferas de poder vão, no entanto, fazendo convergir operações que fortaleçam o *continuísmo.* Disto não escapou o próprio Castello Branco. As lutas internas dos agrupamentos conservadores vão, desse modo, tornando-se cada vez mais gritantes, surgindo aí as pressões "dos governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto.

"A Revolução cindiu-se como expressão política, por força da erosão nos seus flancos pela atitude reivindicante dos governadores de Minas e da Guanabara. Faltam-lhe, portanto, condições de disputar com êxito uma eleição popular. Como não querem os seus chefes correr os riscos de devolver o Poder às correntes depostas em 1964 e como já não admitem entregá-lo aos que se separaram do fluxo revolucionário, o normal, o previsível é que se articulem numa sólida política de Poder para preservar o Governo, e preservá-lo nas mãos do chefe militar que vai compondo os compromissos básicos de funcionamento da mecânica democrática, de atendimento à política de segurança militar e de preservação do Poder para aquelas lideranças que, abandonadas, encontrariam a morte breve na terra de ninguém". (JB, 22 de agosto, 1965 *Apud*Branco, 1977: 302)

A Doutrina da Escola Superior de Guerra

Um dos fundadores da ESG[5], o marechal Cordeiro de Farias (1901-1981), em seu longo *Meio Século de Combate* (1981), traça as mudanças conceituais, que após a grande conflagração mundial se tornaram superadas, uma vez que dividiu a humanidade se dividiu em dois grandes blocos ideológicos. Antes da Segunda Guerra Mundial, os estrategistas militares ainda se referiam ao "teatro da guerra" e se posicionavam em termos da "defesa nacional". Com a alteração da natureza da própria guerra, não se colocava mais os mesmos termos da preparação da soldadesca, tampouco um espaço delimitado, onde se travava a batalha. "A Segunda Guerra veio a transformar esse estado de coisas, sobretudo em virtude do desenvolvimento da aviação militar. Hoje, as forças armadas são privilegiadas em relação à população civil, porque a guerra passou a atingir o país como um todo. O inimigo bombardeia instalações industriais e fornecedoras de material, destrói os sistemas de comunicação e transportes e ataca a população indefesa para desmoralizá-la psicologicamente. Os ataques são feitos prioritariamente à retaguarda, e a população civil, a economia, enfim, toda a vida do país é diretamente envolvida no conflito. Antes de 1939 não era assim; as tropas se confrontavam nos campos de batalha, uma diante da outra, e por esse motivo se falava em 'teatro de guerra'." (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981:408)

É por isto que toda a população das cidades se encontra, a partir de agora, na posição de "servir" numa guerra, na medida em que a *guerra* passa a ser *total* e todos os indivíduos podem ser aproveitados e alocados em funções necessárias decorrente da mesma. Cordeiro de Farias exemplifica: "Uma enfermeira pode ser convocada para um hospital na linha de frente. Mas pode permanecer em sua cidade, pois lá também haverá feridos. E a população, como um todo, sofre privações em conseqüência dos danos que as guerras provocam na organização social e, particularmente, no sistema produtivo do país". (Farias *apud* Góes & Camargo, 1981: 408)

Oswaldo Cordeiro de Farias, numa palestra intitulada "Razões que levaram o Governo a pensar na Escola Superior de Guerra'", datada de 18 de maio de 1949, na Escola de Estado-Maior do Exército, expõe com clareza que "a última guerra teve como aspecto característico o emprego em massa, levado ao extremo de suas atividades, da totalidade dos recursos morais e materiais das nações que nela, a fundo, se empenharam. (...) Desses três aspectos - cooperação de *todos* serem transformados em combatentes ativos - nasce uma maneira nova de encarar a guerra e, em conseqüência, a mobilização que passará da fórmula clássica de mobilização geral para a de mobilização total e da qual a *mobilização militar* será simplesmente uma das partes, um dos ramos, uma das facetas (...)Ela, (a política de segurança nacional), de fato, hoje diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócio e pela sua massa, compreender seu *papel permanente* no conjunto de esforços de toda natureza, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua própria sobrevivência. *Este conceito sobre segurança nacional não é ainda, infelizmente, compreendido pela generalidade de nossa gente.* A velha idéia de que defesa nacional é função e deve ser privativo das forças armadas está até hoje, entre nós, muito arraigada. É preciso que nesse sentido se evolua e se compreenda que nos dia que correm a *Nação, orgaitizando-se para a guerra, está também se preparando para uma vida melhor.* (...) Encarar a política de organização da segurança nacional dentro deste objetivo, com este rumo, com este sentido, com esta meta, é a finalidade da Escola Superior de Guerra". (Farias apud Pereira, 1996: 92-93)

Desse modo, o projeto de criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, decorreu da consciência da adaptabilidade às novas condições. O conceito de *segurança nacional* era identificado mais à acepção de *defesa nacional,* ou seja, no sentido de preservar a ordem, de controle da política interna e de combate aos adversários políticos.

Tendo como base o estudo de Ernesto López, intitulado *Seguridad nacional, sedición militar,* publicado em 1987, o cientista político Emílio Dellasoppa explica como se estruturou a Escola Superior de Guerra, na Argentina. Como se pode perceber, há muitas similitudes com o nosso caso:

"Os estudos teóricos, desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra, contaram com a significativa contribuição de vários oficiais franceses, que transmitiram a experiência do Vietnã e da Argélia, entre os quais se destacaram os tenentes-coronéis Patrice de Naurois e Jean Nougués. Porém, a introdução do conceito de que as Forças Armadas seriam

chamadas a intervir em caso de conflito interno corresponde a um argentino, o tenente-coronel Carlos J. Rosas, que já em abril/junho de 1958 escrevia: 'O Exército Argentino tem como missão específica: 7) defender a honra, a integridade do território e as leis nacionais contra qualquer agressão, externa ou interna; *2)* participar da defesa da América nos marcos da OEA'." 04/?i«/Dellasopa,1998:238)

Com os estudos de Naurois se estabelece uma doutrina específica sobre as técnicas e operações repressivas: "Naurois define a necessidade de um comando único político-militar, que deve desenvolver ações políticas, econômicas e psicológicas além das especificamente militares. Entre as funções do estado-maior dá "repressão, a ênfase é colocada nas funções de comunicações € informação. Também estabelece a conveniência operativa da zonificação, onde o território é quadriculado e a cada quadro assinalados elementos de repressão e controle da população e dos subversivos". (Dellasopa, 1998:239)

Este estrategista vai delineando a forma pela qual as Forças Armadas devem estar permanentemente preparadas para atacar um possível inimigo interno, independente de sua expressividade, mais ainda, atingindo também a própria população. Extraindo suas lições das experiências levadas na Argélia e no Vietnã, "o tenente-coronel francês identifica na *informação* o elemento-chave de todo o processo de repressão. Como corolário lógico desta concepção a informação operativa só pode ser obtida mediante tortura, não só porque é a melhor maneira de garantir a sua *qualidade* como porque tem um efeito *desmoralizador e intimidatório sobre os elementos subversivos e sobre - muito importante - a própria população,* que pode ser conduzida a uma verdadeira *paralisia política e moral* por causa do medo". (Dellasopa, 1998:239)

A partir da Revolução Cubana[6], a doutrina de segurança nacional estará concluída, uma vez que não mais se desprezará o *potencial subversivo* dos movimentos nacionalistas, assim como o peronismo, e em nosso caso, o janguismo, poderiam transmudar-se em comunismo. Não mais se respeitará o poder civil, mesmo instituído por processo democrático, que traga esse potencial por seu amparo em movimentos populares.

Uma das questões centrais da Doutrina reside na projeção de uma *inevitável* terceira guerra mundial que inevitavelmente conduziria ao *alinhamento* de forças contra o comunismo. A confecção de uma estratégia mundial entre as nações ocidentais e cristãs punha na ordem do dia um planejamento estratégico nucleado pelo desenvolvimento e pela segurança nacional, pólos inseparáveis e que se penetram mutuamente.

Após a segunda guerra mundial, o poder militar de uma nação não pode mais ser medido pelo número de seus efetivos, de armas e munições, exclusivamente. Com o desenvolvimento do capitalismo, "ciência e tecnologia passaram a ser fatores decisivos na avaliação do poder militar de uma nação, porque armas nucleares, computadores, mísseis de longo alcance são inventos contemporâneos que, em princípio, pesam profundamente em qualquer confronto. Mas por outro lado, há uma relação ponderável entre os investimentos necessários às pesquisas e as possibilidades de emprego do produto pesquisado, em escala compatível". (ESG, 1976: 397)

O *poder militar*, garante o *Manual*, está estruturado na força e no exercício de seus efeitos pela ameaça ou uso devido, é a "expressão militar do poder nacional", sendo assim a capacitação e o prestígio das Forças Armadas estarão completos, quanto mais elas se convertam no garante de todas as esferas da ordem social. "Esse processo visa a oferecer recursos de toda a ordem, necessários às ações estratégicas planejadas, correntes ou de emergência porque o emprego do Poder Nacional impõe integração em suas ações estratégicas, equalizando-as sem distinguir os campos do desenvolvimento ou da segurança". (ESG, 1976: 399)

O ressurgimento do movimento grevista no coração industrial de São Paulo, na região do ABC, a partir de 1978, fez com que suas lideranças sindicais fossem consideradas como "inimigos internos". O enquadramento, prisão, julgamento dos sindicalistas, nas cortes da Justiça Militar, tinha como fundamento a mesma conceituação desenvolvida nos ensinamentos da ESG no que tange à subversão interna.

"A Segurança Interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou extemo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que *quaisquer antagonismos ou pressões* produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Interna". (ESG, 1976: 431-2)

Trata-se, assim, de aumentar o controle e vigilância sobre grupos constituídos de "minorias subversivas", que buscam se infiltrar nos movimentos sociais a fim de perturbar a ordem, na esperança de impulsionar as lutas internas. "As minorias subversivas são tenazmente atuantes, fanáticas e intelectualizadas. A sua atuação poderá ser caracterizada em três formas gerais: a manutenção do grupo partidário dirigente, o proselitismo, mesmo por intimidação, finalmente as operações, na cidade e no campo - de indivíduos ou grupos -, para contestar, se possível desmoralizar e até mesmo derrubar a autoridade legal". (ESG, 1976: 433)

A repressão generalizada deve atingir especialmente os indivíduos conscientes ou involuntários que causam as pressões ou antagonismos, contudo, há que evitar a intensificação e extensão da visibilidade da repressão, uma vez que a própria população passa a se revoltar contra essas medidas do próprio governo. "As medidas repressivas, ainda que pertinentes e necessárias, provocam quase sempre reações de revolta ou medo, predispondo a opinião pública contra o governo. Elas são classificadas como policiais e militares, cabendo, em princípio, à Expressão Política adotá-las inicialmente, sendo que a participação da Expressão Militar irá crescendo de vulto, à medida que o processo subversivo evolua, até que configurada a grave perturbação da ordem caberá a ela, a Expressão Militar, a predominância das ações". (ESG, 1976: 434)

Em seu estudo sobre *A evolução dos conceitos da Escola Superior de Guerra nos anos 70,* a socióloga Selma Rocha especifica a determinação conservadora e as características básicas, que a distinguem do nacionalismo da década de 30. Segundo ela,

"A idéia essencial é, pois, *a defesa da Nação,* de seu desenvolvimento de sua segurança e de sua projeção internacional, em torno da qual se articula e se define o papel do Estado. É certo que tanto a concepção como suas insuficiências internas demonstram um alto grau de afinidade com o nacionalismo conservador e autoritário, também evidenciado na potencialização e na priorização da ação do Estado como materialização político-jurídica da Nação. Não há a menor dúvida de que, no fundamental,.© racionajismo daí decorrente realizou uma violenta crítica ao liberalismo e, subliminarmente ou não, à democracia, tal qual o fizeram Alberto Torres, Oliveira Vianna, ou mesmo Góes Monteiro.

Contudo, importa ter e mente que o nacionalismo da ESG não se reduzia a mera continuidade do elitismo conservador dessas concepções. A experiência da Segunda Guerra Mundial, o quadro da Guerra Fria e o alinhamento do Brasil com o chamado Ocidente democrático, liderado pelos Estados Unidos, inspirou o desenvolvimento de algumas idéias que conferiram especificidade ao pensamento dos militares brasileiros. Por isso, podemos dizer que tal nacionalismo combinava de forma peculiar *u* idéia de 'colaboração' externa em todos os planos da vida nacional com a de soberania e autonomia da Nação. Em outras palavras, o apoio econômico, político, militar e cultural dos países do chamado Primeiro Mundo deveria constituir-se no suporte fundamental para que a Nação lograsse atingir um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado." (Rocha, 1996: 85-86)

Na mesma esteira do pensamento conservador, a doutrina da ESG molda a sua perspectiva separando-se quer do liberalismo político quer do "totalitarismo". Não há em seu interior qualquer aproximação com o traço rácico da doutrina nazista. No bojo de sua conceituação de "totalitarismo", a doutrina de segurança nacional acopla as formas do fascismo e do bolchevismo. Em suma, também está presa à construção liberal do conceito. Isto é fácil de ser percebido por causa de seu objetivo precípuo que é a defesa da ordem do capital, o sistema capitalista. Com precisão Selma Rocha especificou a acepção de democracia dos *esguiatios:*

"A Doutrina opunha-se indistintamente aos totalitarismos quer de direita, como o nazi-fascismo, quer de esquerda, como o comunismo internacional. Aliás, a referência ao totalitarismo derrotado no passado tinha a função de justificar a luta contra o totalitarismo comunista no presente. O nacionalismo da ESG foi modelado pela oposição entre democracia e totalitarismo. E é exatamente esse um dos pontos vulneráveis da Doutrina. Melhor explicando, ao definir a democracia, a Doutrina apresenta, ao mesmo tempo, dois modos de entendê-la: o primeiro apoiado na idéia de que poder e a soberania da Nação devem ter como fonte a sociedade; e o segundo, que concebe a soberania e o poder como atributos do Estado, a quem cabe, por meio de suas elites, constituir intérpretes e executar a vontade da Nação." (Rocha, 1996:87)

Objetivando acelerar o ritmo do desenvolvimento capitalista em nossa formação, a doutrina esguista pretendia também ocupar os espaços vazios de nossa espacialidade, homogeneizar os desníveis regionais, configurar uma defesa em todo território, graças ao poderio bélico, com isso, afugentar o potencial subversivo do nacionalismo janguista e das minorias comunistas. O alinhamento com a parte ocidental do mundo, democrática e cristã, implicava a construção de nossa verdadeira destinação nacional, a vocação de uma *grande potência*[1].

"Mas para que esse traço se efetivasse, era imprescindível a colaboração de toda a sociedade. Assim, a alusão aos conflitos ou contradições que marcaram o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira era dispensável, tanto quanto qualquer mudança teria de ser cuidadosamente-controlada não interrompendo o curso evolutivo 'natural' da nação. A leitura da realidade operada pela *Doutrina* justificou e fundamentou, assim, a concepção de *Segurança Nacional*, em particular no que se refere ao perigo virtual que representava, ao Projeto Nacional, o inimigo interno no papel de condutor dos interesses do comunismo internacional." (Rocha, 1996:87-88)

Em seu *Manual Básico*, de 1976, a Escola Superior de Guerra considera as análises de Marx acerca do capitalismo como inteiramente superadas. Vivemos um novo capítulo do capitalismo no mundo contemporâneo. A ESG define-o como um "neocapitalismo". "Marx não vislumbrou as enormes mudanças qualitativas que se processariam no sistema capitalista. Aceitou a premissa de que as condições álgidas da classe trabalhadora inglesa à época da Revolução Industrial deveriam permanecer constantes no futuro e de que a evolução social processar-se-ia de forma súbita e revolucionária, à medida que a base material da sociedade sofresse transformações quantitativas crescentes." (ESG, 1976: 162)

Com as profundas transformações tecnológicas, as mudanças sociais daí advindas tornaram a vida material dos trabalhadores muito melhores, assegurando-lhes um patamar de consumo diversificado para as massas. Mais ainda, a evolução do capitalismo tornou imprescindível a intervenção do estado. Fato desenvolvido por Keynes, que provaria os limites das previsões da teoria marxiana acerca do enfrentamento de sucessivas crises do sistema capitalista. A solução keynesiana "recomendava a presença do estado para orientar a função-consumo por intermédio de um sistema tributário progressivo e para assumir o controle direto ou indireto dos investimentos. Keynes, contudo, não achava conveniente que o estado assumisse a propriedade dos meios de produção. A ação do estado visava a um ajustamento ótimo entre a propensão a consumir e o incentivo ao investimento, a fim de possibilitar o pleno emprego dos fatores produtivos". (ESG, 1976: 163)

A teoria esguiana vai, desse modo, se aproximando de uma visão positivista da sociedade, onde as partes da totalidade social se relacionam de modo solidário, não-antagônico. "Por sua vez, os diferentes setores da sociedade (culturais, políticos, sociais e de segurança) desempenham papéis próprios, autênticos e independentes, havendo, no entanto, uma interação deles. Também a orientação das nações e a atuação total das sociedades

representam atos que não dependem exclusivamente de motivos econômicos. Marx estava, evidentemente, equivocado quando afirmava que as decisões de uma sociedade dependiam apenas de quem detinha a propriedade". (ESG, 1976: 164)

A defesa de uma economia do mercado se faz sem qualquer constrangimento, o documento aceita sem reservas a apologicização do capitalismo feita por Perroux que mesmo imperfeito um sistema de mercado "possui o mérito de manter algum contato entre os produtores e as preferências dos consumidores. Por desviado que seja, o compromisso dos preços salvaguarda em qualquer medida a liberdade das partes. Por criticável que seja econômica e moralmente, em casos particulares, o lucro é ainda a incitação e a sanção mais prática e menos custosa que se pode por em prática numa economia ..." (ESG, 1976: 166-7)

O *Manual* afirma a importância da fixação dos "Objetivos Nacionais Permanentes" para o nosso pais. São eles: integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso, paz social, soberania. Como se poderá notar, nos discursos presidenciais estes elementos serão sempre referidos.

Selma Rocha tentou dissecar a noção de democracia inscrita no pensamento esguiano: "Nesse modelo de pensamento, são dois os protagonistas da democracia: o povo e as elites, com atribuições distintas, embora complementares. Do primeiro, emana não só a energia para a realização dos Objetivos Nacionais como o poder político, dele subtraído o monopólio do mando, atributo do Estado e do governo. Quanto às elites, lhes é atribuído um poder hegemônico, definido pela interpretação e implementação dos Objetivos Nacionais. Nota-se que tanto o papel das elites como os anseios e as aspirações da sociedade são definidos *apriorí,* o que lhes confere caráter formal e permanente, uma vez que não emergem de relações histórico-sociais específicas." (Rocha, 1996: 93)

Dessa visão aristocrática e conservadora, ressalta as imposições que delimitam o campo de atuação das classes sociais, cada qual com sua modelação do papel a cumprir, porque "Não por acaso, a Doutrina ressalta que a viabilidade de um sistema político democrático depende do seu grau de enraizamento nas tradições históricas e culturais do País. Já o seu desenvolvimento depende da garantia do 'clima' de 'tranqüilidade', 'estabilidade' e 'normalidade' sociais, 'clima' esse apoiado em duas ordens de constrangimentos coibidores de possíveis abusos. A primeira se faz necessária em relação às elites, particularmente aos empresários, por suas ambições desmedidas. A segunda é dirigida aos trabalhadores, visando evitar manifestações de descontentamento e revolta. Em síntese, na concepção da Escola, a democracia subordina-se às necessidades da Segurança Nacional como condição de proteção da Nação e de seu progresso". Fica evidente, assim, a conversão intimamente colada às suas concepções da ESG ao nomear o *golpe de estado* de 1964 como uma "Revolução Redentora", com as Forças Armadas e o povo unidos no projeto de construção de uma nação de *primeiro mundo.* "Dessa forma", conclui Selma Rocha, "a *idéia de revolução* é destituída de qualquer conteúdo transformador, uma vez que legitimada na *defesa da democracia como a contraface da ordem capitalista.*'''' (Rocha, 1996: 95. Grifos nossos)

Como os Objetivos Nacionais Permanentes se configuram a partir das tradições do povo brasileiro, é a permanência do passado no presente histórico, a doutrina apoiada nos pilares desenvolvimento/segurança designa às "elites civis", o papel de contribuir na elaboração dos Objetivos Nacionais Atuais.

"Note-se, portanto, que, malgrado o pretenso compromisso da ESG com a democracia, a legitimidade dos objetivos não se.funda num processo político democrático de acordo com o qual as classes sociais, representadas em partidos ou em outras organizações, se confrontam e buscam consolidar a hegemonia de seus programas e propostas. Todavia, ainda que da sociedade e do parlamento seja subtraído o poder de elaboração e decisão dos Objetivos Nacionais, cabe salientar que, no interior do Estado, não só às elites civis é atribuída a tarefa de formulá-los, tanto'assim que a ESG se auto-atribui o poder de definir o *Bem Comum* como Objetivo Permanente Fundamental, desdobrando em dois outros: *Segurança* e *Desenvolvimento.* O fato de a Doutrina definir esses dois objetivos como permanentes e fundamentais parece revelar a disposição da Escola, como parte integrante da elite, de nortear e delimitar a prática política das elites civis, de modo a impedi-las de converterem seus interesses materiais imediatos em Objetivos Nacionais". (Rocha, 1996: 100-1)

Para a Doutrina da ESG, os temas Segurança e Desenvolvimento são indissociáveis. Ambos são entendidos como a serviço do projeto de transformar o Brasil em uma grande potência capitalista, conforme consta do Princípio no. 2. Colocadas as metas da Segurança e do Desenvolvimento, os militares passaram a trabalhar na definição de cada um dos conceitos. Retomá-los permite avaliar o próprio grau de elaboração do pensamento político da Escola." (Rocha, 1996:103-104)

Em 1979, o conceito foi desdobrado na Doutrina Básica em três definições:
"O Desenvolvimento Nacional é o desenvolvimento do Homem, da Terra e das Instituições.
Desenvolvimento Nacional é o processo de aperfeiçoamento e fortalecimento do Poder Nacional para a consecução e a manutenção dos Objetivos Nacionais. Desenvolvimento Nacional é o processo de aperfeiçoamento e fortalecimento do Poder Nacional para a conquista do Bem Comum." (Rocha,1996:110-11)

Seguindo o *Manual* da Escola Superior de Guerra concernente a dialética de desenvolvimento e segurança, o cerne da doutrina, Selma Rocha registra: "O Manual de 1975 apresentou a formulação nos seguintes termos: O entendimento de Segurança Nacional está sempre pressuposto um processo de Desenvolvimento que permita ao cidadão realizar-se, e o processo do Desenvolvimento é sempre visualizado como exigindo um grau de Segurança para efetuar-se. Seria real, perguntar-se, admitir que num país o governo possa atuar independentemente nos dois campos? Seria lógico, por exemplo, imaginar-se o governo preocupado em melhorar o padrão de vida dos seus cidadãos - que é baixo, por definição, num país subdesenvolvido - sem estar preocupado, por igual, que ideologias insidiosas se apossem da mente desses mesmos cidadãos?

De outro lado, seria razoável admitir-se que um Estado possa estar interessado em assegurar meios materiais às Forças Armadas, para o atendimento de suas missões constitucionais, sem preocupar-se com a criação de um Parque Industrial Nacional, capaz de produzir tais meios?
Indagações idênticas a essas duas poderiam ser multiplicadas várias vezes no pensamento de cada um de nós e comprovam que Segurança Nacional e Desenvolvimento são interdependentes. Desenvolvimento e a Segurança estão intimamente interligados. Há entre eles, uma interdependência que varia de acordo com os fatores adversos, antagonismos ou pressões que costumam antepor-se à Política Nacional, para a conquista ou manutenção dos Objetivos Nacionais. Para neutralizar esses obstáculos e em função da sua presença atuante, pode-se dar maior ênfase a um ou outro dos dois aspectos. Mas a motivação para esse comportamento deve partir do pressuposto de que Desenvolvimento e Segurança de um mesmo todo."(Rocha, 1996:112-113)

A conclusão da socióloga é que até os anos 60, o Objetivo Nacional fundamental concentrava-se na Segurança Nacional, em que pese as referências ao Desenvolvimento. Na consideração do estágio em que a humanidade havia chegado, uma nova guerra mundial não estava descartada. A idéia de defesa nacional, apropriada numa guerra convencional, foi ultrapassada pela noção mais abrangente e mobilizando todos os esforços e recursos da nação, a idéia de Segurança Nacional. "Como essa hipótese de guerra ultrapassa os limites de teatros localizados, a Escola concebeu a presença e a ação do inimigo externo no interior da Nação em qualquer ponto do território, em qualquer setor de atuação." (Rocha, 1996:114)

O combate às múltiplas formas de ação do inimigo externo abriu margem para a caça aos subversivos no plano interno, nesse sentido, qualquer um pode ser considerado um "inimigo interno", porque qualquer atitude de desobediência civil e militar esbarram na concepção de Segurança Nacional.

"Por essa razão", afirma Rocha, a concepção de Segurança possibilitou que se admitisse a intervenção das Forças Armadas, condicionando-a a uma finalidade ao mesmo tempo social e nacional, qual seja, de combate às situações de perigo objetivo ou potencial. Ampliou-se, pois, sobremaneira o poder de intervenção do estado na vida social, a ponto de ser possível admiti-lo discricionário. O principal efeito político do conceito formulado nesses termos foi o de conceber além da autonomização do Estado diante da sociedade, também a autonomização das próprias Forças Armadas em relação ao Estado. Entretanto cabe reconhecer que o conceito assim definido gerou contradições até mesmo consideradas pela Escola." (Rocha, 1996:115)

Na seqüência, "A crítica, portanto, não se baseia na idéia de maior intervenção do Estado na vida da Nação, mas sim na razão a partir da qual é fundada: se na autoproteção do Estado ou na salvaguarda dos objetivos de toda a Nação. Desse modo, deslegitima-se o totalitarismo soviético e justificam-se os propósitos de manter os Objetivos Nacionais em nome do Bem Comum. Note-se, portanto, que o combate e a crítica ao Estado soviético funda-se no fato de que este não estaria a serviço da nação, de sua liberdade política,

social e econômica, mas a serviço de interesses próprios. Ao fazê-lo, a ESG, em busca da afirmação de seu Projeto Nacional, fundado no desenvolvimento de um dado modelo capitalista, procurava diluir na consciência social uma situação histórica objetiva, qual seja, a de que a Guerra Fria era um conflito entre Estados e seus respectivos projetos de nação." (Rocha, 1996:116-117)

É interessante reter das orientações esguianas, que a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, o *efeito-demonstração* das imagens do amelhoramento da vida das populações em contraste com a situação de pobreza e miserabilidade engendrada por nosso subdesenvolvimento, possibilita também adensar o conjunto.da população brasileira visando a superação do subdesenvolvimento brasileiro:

"O extraordinário avanço tecnológico no setor das comunicações de massas, além de encurtar as distâncias, colocou em confronto as diversas culturas, permitindo que fosse avaliado o alto padrão de vida de certos povos e a pobreza reinante na maioria das comunidades.

Possivelmente, foi a 'civilização da imagem' que propiciou aos povos mais atrasados se aperceberem de que não estão participando das conquistas tecnológicas que asseguram o bem-estar das coletividades. Hoje em dia, os cidadãos das nações desfavorecidas já conseguiram visualizar novos tipos de atividades humanas, maiores possibilidades de acesso a novos conhecimentos, novas oportunidades para assegurar a mobilidade social, novas modalidades de lazer, novos valores, enfim. Já se convenceram da necessidade dos mesmos padrões econômicos e sociais dos povos mais adiantados".

O Paradigma do *capital concluso* passa a ser, dessa maneira, a medida para que o *capital atrófico* alcance o "verdadeiro capitalismo", não se apercebendo da impossibilidade estrutural dada pela *incompletude de classe* de nossos proprietários, face aos limites históricos de sua potência social. Segundo Selma Rocha, "Essas considerações buscam apresentar a sociedade homogeneamente mobilizada em torno da superação do subdesenvolvimento e do progresso da Nação, e suas necessidades identificadas com as dos povos dos países centrais. Uma vez constatadas as necessidades comuns, os países de capitalismo avançado se tornariam um modelo de felicidade e bem-estar a ser buscado pelo conjunto da população." (Rocha, 1996:122)

Num certo sentido, reconhecendo a impotência histórica da burguesia nacional, o pensamento militarista situando-se distante das soluções liberais ou "totalitárias", infere que "No mundo econômico hodierno cada vez é mais difícil caracterizar sistemas econômicos situados nos extremos do "laissez-faire" e da centralização global. De um lado, o método auto-regulador da organização capitalista ao se revelar incapaz para conter os fenômenos cíclicos, concentrações prejudiciais ao mercado, a inflação e tantas outras distorções, transmudou-se num certo *tipo de capitalismo dirigido,* onde se procura estabelecer a *responsabilidade econômica do governo* e, em termos nacionais, alcançar maior progresso com segurança e estabilidade
social." (Rocha, 1996:123)

A Segurança Nacional sendo função de um Poder Nacional se manifesta harmonicamente em suas quatro expressões: a política, a psicossocial, a econômica e a militar. Esta última deve estar "alicerçada numa população significativa em quantidade e qualidade, apoiada numa sólida organização política e numa firme e desenvolvida economia - capaz de atuar com rapidez, eficiência e eficácia para eliminar focos de intranqüilidade no âmbito interno e externo do País". (ESG, 1976: 418)

Por estas razões, a Doutrina de Segurança Nacional, é o substrato ideológico que regeria particularmente a corrente castelista, mas não só, serviria também de parametração para todas as correntes militares que lutaram para deter as rédeas do poder nacional. Por fim, no que concerne à política externa, a Segurança Coletiva é- tomada como uma complementação da Segurança Nacional. O nacionalismo submisso ao imperialismo tenta se apresentar como numa aliança tática, fazer uso instrumental da dinheirama estrangeira, mas preservando os interesses nacionais. Se não vejamos:

"Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros dominantes do poder. A defesa tem de ser necessariamente associativa. Do mesmo modo, no *campo econômico,* o reconhecimento da interdependência é inevitável não só no comércio, mas sobretudo no tocante a investimentos. A independência é, portanto, um valor terminal. *Instrumentalmente* é necessário reconhecer um certo grau de interdependência, sem contudo ser levado a ponto de cercear contatos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas políticos e econômicos.

No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma *opção básica,* da qual decorre uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro desta condicionante geral, nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estreitamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica". (Branco *apud ESG,* 1976: 419-420)

O *pragmatismo responsável* corresponderia, em verdade, a esta posição castelista que acreditava piamente numa possibilidade de soberania nacional, mesmo tendo que se alinhar com os países economicamente dominantes do capital concluso. A ilusão socialmente necessária, inscrita nas palavras do marechal Castello Branco, faz parte do nossa *modernização excludenie,* que quanto mais se desenvolveu no seio da internacionalização do capital, mais alijou a burguesia brasileira do centro da dinâmica da acumulação monopolista subordinada e induzida de fora.

Notas

1. É interessante recordar que muitos militares protestaram contra a medida de Castello Branco. Reduzindo o tempo de vida ativa para os oficiais. Cedia no adiamento do projeto de "liberalização outorgada", mas mexia na duração da carreira militar. Os seus resultados foram comentados por um castelista convicto, o tenente-brigadeiro Deoclecio Lima de Siqueira: "Às vezes me pergunto por que o presidente Castello acabou com a liderança militar no Brasil. Por que ele, que era inegavelmente um homem de uma inteligência extraordinária, de uma cultura considerável e de um idealismo a toda prova, *achou que era chegada a hora de tirar os militares da política no Brasil,* fato que ocorria desde o Império. A própria República contou com a presença política dos militares. Um ato simples dele limitou a permanência dos oficiais-generais na ativa. Isso acabou com a liderança prolongada no meio militar, estendendo-se no campo civil. O nosso brigadeiro Eduardo Gomes, que foi um grande líder, permaneceu por mais vinte anos como oficial-general. (...) Os" grandes líderes militares ficaram todo esse tempo. Hoje o limite é de 12 anos. EILO cumpri totalmente. Fiquei quatro anos como brigadeiro, quatro como major-brigadeiro, quatro como tenente-brigadeiro". *(Apud* D 'Araújo et ai.,1994: 236-7) Em sua ingenuidade política, Deoclecio Siqueira não situa que mesmo com esse procedimento a ditadura se prolongou, mesmo com esta medida de Castello. Porém, isto não revelaria, independentemente dos seus efeitos, a preocupação castelista em bloquear e desativar a possível hegemonia das facções, do tipo *linha dura* com sua "Revolução permanente", que constantemente chocava com seu projeto e inibia os seus movimentos, a fim de prolongar suas *ambições ditatoriais?* Mesmo resistente, o tenente-brigadeiro acrescenta: "Compreendo a visão do presidente Castello, só tenho uma dúvida: se não teria sido um pouco cedo. Mas só o futuro poderá responder. Evidentemente, o Brasil não podia continuar eternamente militarizado, vivendo à custa de lideranças militares. Seria prejudicial par o país. Mas não sei se foi cedo demais". *(Apud*D'Araújo et ai.,1994: 237)
2. Ao lado de Samuel Huntington, outro intelectual orgânico do grande capital teria influência sobre os nossos economistas brasileiros, principalmente, no período da ditadura militar. Segundo Huggins: "O consultor adjunto de segurança nacional de Kennedy, Walt W. Rostow, e um grupo de 'intelectuais de defesa', de mentalidade semelhante, ligados à casa Branca, haviam trabalhado em uma teoria de desenvolvimento econômico nos países 'menos desenvolvidos'. Segundo Rostow, em *Stages of Economic Growth* (1960), um país em desenvolvimento seria mais suscetível à infiltração comunista quando não fosse 'subdesenvolvido' e sua população extremamente desprivilegiada, mas sim quando a industrialização houvesse começado a 'decolar', conforme sua terminologia. Durante esse período de decolagem, quando o capital estrangeiro estivesse ajudando um país a industrializar-se, havia o mais alto potencial de desordem social e de infiltração comunista". (Huggins, 1998:118)
3. O temor, em verdade, não era somente com as ações brizolistas, mas a tudo que cheirasse manifestações organizadas dos trabalhadores e camponeses. Segundo Roberto Campos, "A inquietação na área rural brasileira tornava a discussão cada vez mais passional. Brizola desfraldava, no Rio Grande do Sul, a bandeira das desapropriações. No Nordeste, surgira o movimento protomarxista das Ligas Camponesas, de Francisco Julião; a área era particularmente explosiva por causa da confrontação entre os minifúndios do agreste e os latifúndios canavieiros do litoral. Em Minas Gerais, o agitador popular Chicão promovia motins contra os latifundiários e o movimento tinha repercussões no Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. A própria Igreja Católica estava dividida, com tonalidades mais conservadoras no Sul e mais radicais no Nordeste, onde d. Helder Câmara fazia a pregação da "justiça no campo". (Campos, 1994:686)
4. Nessa linha de análise, Roberto Campos situa as variadas manifestações populares no contexto europeu. *'0 movimento de 64 tem de ser entendido como um processo detonado pela interação das condições internas com o contexto internacional da época. O quadro externo era o da guerra fria, que a União Soviética parecia estar ganhando: crescimento a taxas muito altas, prevendo ultrapassar a economia americana até o fim do Segundo Plano Septenal (1972); dianteira na tecnologia militar nos mísseis e nos satélites; guerrilhas "antiimperalistas" em todo o Terceiro Mundo, com apoio soviético, reduzindo à defensiva o bloco ocidental; e expansão geográfica que nada parecia poder deter com a ocupação por dentro da Tchecoeslováquia em 48, o socialismo na China em 49, o empate na Coréia em 52, e o conflito do Vietnã, reiniciando-se depois da derrota francesa em 1954. Mais perto de nós,

eletrizante as esquerdas latino-americanas, a vitória da Revolução em Cuba em 59. A crise dos mísseis neste país, em 62, por pouco não levara o mundo à confrontação nuclear." (Campos, 1994: 568)

5. O longo depoimento de Cordeiro de Farias transformado em livro por Aspásia Camargo e W. de Góes fornecem em suas notas várias explicações históricas muito ricas, das quais extraímos as seguintes: "A ESG foi concebida inicialmente para ministrar só para militares o curso de alto comando (Decreto n° 25.705, de 22/10/1948), mas acabou sendo organizada para civis c militares, de acordo com a Lei n° 785, de 20 de agosto de 1949. O Curso Superior de Guerra deveria incluir em seu currículo assuntos do alto comando, mas não restringisse a eles. A partir de 1954, foi criado, também dentro da ESG, o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), destinado exclusivamente a militares. A ESG iniciou seus trabalhos no ano de 1954, em caráter experimental. Até o ano seguinte, esses trabalhos forma realizados por uma comissão de oficiais presidida por Cordeiro de Farias e orientada pelo general César Obino, chefe do EMFA". (Camargo & Góes, 1981:409) Ainda mais :"0 National War College, sediado em Washington, foi criado em I^{o} de julho de 1946 para coordenar o ensino ministrado por órgãos governamentais norte-americanos envolvidos em questões militares. Originou-se no Army-Navy Staff College, criado durante a Segunda Guerra Mundial a fim de treinar oficiais para tarefas conjuntas de estado maior. Após o final da guerra, os chefes de estado-maior decidiram ampliar os objetivos do curso, nele incluindo questões de política externa, estratégia e planejamento militar a nível nacional. O Departamento de Estado associou-se à iniciativa, e dessa reforma resultou a criação do National War College". (Camargo & Góes, 1981:409)
6. É certo que esta doutrina se completa com o calor dos acontecimentos históricos: "A doutrina reforça-se no início de 1962, quando já tinham acontecido a Revolução Cubana, a invasão da baía dos Porcos (abril de 1961), a Conferência de Punta dei Este que expulsa Cuba da OEA (agosto de 1961) e o discurso de Fidel Castro aderindo ao marxismo-leninismo (dezembro de 1961)." (Dellasopa,1998: 239)
7. Selma Rocha refuta as posições que inferem apenas um manuseio ideológico *desenvolvimentista* no projeto dos militares: "Stepan, ao fazê-lo, indica, a nosso ver, uma falsa contradição, pois o núcleo das propostas de Desenvolvimento apresentadas nos manuais *é, precisamente, mobilizar o capital interno e externo a partir da orientação e conduta do Estado, objetivando superar a condição de subdesenvolvimento do País.* Não nos parece que as referências ao papel do Estado se reduzam a um recurso ideológico, através do qual a Escola minimizaria a verdadeira intenção de favorecer os interesses do grande capital no Brasil. A engenharia política a que a ESG se propõe é a de processar o Desenvolvimento baseado em um planejamento de Estado, do qual devem participar as representações orgânicas da burguesia, induzindo as iniciativas empresariais para que os grupos econômicos não atuem unicamente em função de seus interesses específicos." (Rocha, 1996:124)

/// - *DESENVOL VIMENTO A CELERADO E MÁXIMA SEGURANÇA*

> "Nâo cometo a injustiça de considerar todos os que divergem do Governo da Revolução como sequazes ideologias fanáticas, fundada no ódio entre as classes, na deificação do estado totalitário, no imperialismo agressor da soberania dos povos. (...) A democracia tem de armar-se para defender-se daqueles que se valem das suas franquias para destruí-la'".
>
> • -• - **Costa .e Silva**

Uma das mais aberrantes manifestações da *razão manipulatória* da ideologia bonapartista encontra-se nos discursos do general Costa e Silva. Está claro, advertimos, que pouco importa *quem* de fato é o *autor* dos vários textos presidenciais. Porém, em sua coesão ideológica, mesmo na aparente dissociação do enunciado com o efetivado, há sempre a reafirmação da *continuidade revolucionária do ideário de 1964*, centrada na *restauração* da ordem democrática com a diminuição dos *atos de exceção.* A unidade de comando é também aludida, em que pese a luta intestina entre as vários facções das Forças Armadas, que culminou com o alijamento do núcleo *castelista* - da prorrogação do mandato de Castello Branco à imposição do nome de Costa e Silva -, para um exercício de poder que deveria durar de 15 de março de 1967 a 15 de março de 1971. Era a vitória da *linha dura.* Os moderados e frouxos deveriam ficar à margem dessa *continuidade.* Buscava-se a *consolidação* da dominação autocrático-burguesa, após a ruptura democrática de 1964. Com o acidente de percurso, a morte de Costa e Silva no dia 17 de outubro de 1969, os *duristas* se garantiram com a '"eleição" amplamente manipulada entre os pares castrenses, efetivando o general Emílio Garrastazu Mediei.

Rompendo com a linha da sucessão constitucional, impedindo a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, o regime militar se impunha à própria lógica prevista por *sua* ordenação jurídica. "O Alto Comando das Forças Armadas reuniu-se, ontem, dia 6 de outubro, às 10 horas, no edifício do Ministério da Marinha, para estudar a presente conjuntura nacional, particularmente quanto ao problema da subversão e às implicações decorrentes da enfermidade que acometeu o presidente da República. A análise da situação foi orientada no sentido de resguardar os objetivos da revolução e os seus compromissos com a democracia, tendo em conta que se trata de problemas em que estão em causa os interesses de toda a Nação, sobretudo no campo econômico, social e político. Nesse sentido, foram examinadas as soluções que possam assegurar, em curto prazo, a tranqüilidade e a normalidade da vida nacional para o fim de encaminhá-las, em consonância com os imperativos da segurança e do desenvolvimento do País, sem comprometer os programas gerais já estabelecidos no segundo governo da Revolução, sob as diretrizes do presidente Costa e Silva". (Silva, 1983b: 118)

Da parte do general Geisel, o *golpe dentro do golpe* não advém com o AI-5, pois, julga ser uma medida necessária dada a conjuntura, porém, não lhe resta dúvida alguma sobre o significado concreto dos manejos intrínsecos à sucessão de Costa e Silva: "Fala-se em

golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Por que Pedro Aleixo não assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o AI-5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI-5. Por isso, concluíram que não podia assumir." (Geisel *apud*D'Araújo & Castro, 1997: 210)

Com um conjunto de ações ditatoriais, o segundo governo do ciclo bonapartista efetivava verdadeiramente um *golpe dentro do golpe.* Num dado momento, a espada de Dâmocles esteve na cabeça do próprio Costa e Silva. A edição do Ato Institucional n.° 5 já vinha sendo exigida desde as manifestações estudantis e que culminara com o assassinato do estudante Edson Luis, no dia 28 de ^março de 1968. A realidade se movimentava contrariamente às suas previsões: "Teremos neste País, daqui para muitos anos, cada vez mais progresso, cada vez mais liberdade e, conforme os princípios democráticos, manteremos a autoridade; autoridade que não se funda apenas na Força, mas na substância moral identificável nos atos dos homens públicos". (Costa e Silva, 1969: 390)

Em seu memorando secreto intitulado *Brasil: o caminho para a ditadura,* a CIA acompanhava com minúcias o desenrolar da tomada de posição do "tio velho", o codinome de Costa e Silva durante a conspiração golpista, agora encurralado pelas próprias forças que o colocaram no tope do poder, tornando explícito:

"Muitos militares estão desencantados com sua liderança fraca e vacilante, sua aparente tolerância com a corrupção de autoridades do governo, e com aquilo que alguns vêem como sua perigosa brandura com o comunismo. Eles estão especificamente irritados pelo fato de que seu desempenho inepto refletiu-se negativamente sobre os próprios militares. Muitos deles, sem dúvida, ficariam aliviados se Costa e Silva fosse embora - sabe-se que ele está com a saúde relativamente debilitada. Na verdade, o maior obstáculo para que o tirem está no fato de que foram eles quem o puseram. Costa e Silva, entretanto, pode ser um homem muito determinado quando toma uma decisão, e não parece que ele vá se deixar depor passivamente". *(Apud* Ventura, 1988: 266)

A Democracia das Armas

Nos discursos presidenciais de Costa e Silva transparece a contínua tentativa de justificar como uma *democracia* é possível mesmo com a supressão das liberdades públicas. Em seu conjunto, as concepções costistas estão entrelaçadas às da *filosofia positivista* da sociedade, assentada nos dogmas: ordem e progresso. Afirma-se, com insistência, *a restauração da democracia* como uma passagem de um ponto a outro, onde o *poder revolucionário* vai-se incorporando num Estado de Direitos. Uma ditadura que visa se institucionalizar numa estrutura jurídico-política. O dínamo que assegura a dominação autocrática reside, precisamente, na preservação legal da tutela militar, no caminhar sob os trilhos demarcados pela incorporação às normas jurídicas dos cânones da "Revolução de 64".

O regime anterior, como muitos outros conservadores o caracterizaram, simbolizava a desordem contra a ordem, a desagregação contra a união, a discriminação contra a integração. Chegara o momento que urgia uma definição do próprio povo; a "Revolução de 64" tinha uma missão histórica. Em sua acepção, a "Revolução de 64" não pode ser identificado a um motim militar ou golpe de Estado, porém, tratava-se de instrumento de *autodefesa da democracia* contra a tirania que, na continuidade dos acontecimentos, a rebeldia popular instigada pela expressão máxima da República. Tratava-se de desmentir a "crítica injusta": "Revolução, em verdade, e não golpe de Estado, que visasse tão-somente a substituir um homem por outro ou por outra uma facção política. Revolução, e não motim militar, pois as Forças Armadas, que também vêm do povo, com o povo se irmanaram em defesa dos mesmos ideais",. (Costa e Siva, 1968: 168)

A "origem popular" - o apoio dado à conspiração pelos grandes proprietários nacionais, estruturados no parlamento, nas entidades de classe, nos dispositivos como IPÊS e EBAD, contando com a maioria dos meios de comunicação, Igreja e Forças Armadas e largas parcelas das camadas médias - será a justificativa de que o regime militar se valerá para se traspassar como "Revolução" feita pelo próprio povo. Isto porque, os militares são a verdadeira expressão desse mesmo povo. Desde as palavras iniciais do AI-1, que afirma a dupla possibilidade de uma "Revolução" ser popular, ou por eleições populares ou pela ação armada dos representantes militares, inscritas por Francisco Campos, é afirmada a "origem". Dá-se o golpe em nome da autodefesa da democracia contra a possível tirania do que poderia vir a se constituir: a "República sindical" de João Goulart, a "segunda Cuba".

A 24 de outubro de 1968, Costa e Silva discursava na cerimônia de *instalação* do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Seria importante estabelecermos duas datas, dois acontecimentos. A primeira, por orientação de Assembléias Internacionais presididas pela ONU, tendo por base a Declaração dos Direitos do Homem (10/12/1948), é estabelecido pela Lei brasileira n.° 4 319, de 16 de março de 1964, em pleno governo João Goulart, *portanto, antes do golpe de Estado,* a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. E a "Declaração" do AI-5, com a suspensão dos tais "Direitos", no dia 13 de dezembro de 1968.

Segundo Costa e Silva, o homem é sobretudo espírito livre. A sua luta permanente é a luta pela liberdade. No entanto, nesse longo e interminável processo evolutivo, há forças que agem de modo destrutivo. "O desenvolvimento histórico da Humanidade assinala, porém ao lado dessas forças negativas, que em todos os tempos a ameaçam, o universo da criação e da realização, a chama superior da razão e do espírito. É o instante em que a consciência moral e a reflexão procuram as verdades máximas da vida, formulando princípios de ação conjunta, pois o essencial de toda sociedade humana é a procura de um ideal comum". (Costa e Silva, 1969: 439)

Na raiz do ideário costista está a velha herança do conservadorismo. O comunismo é um modo de vida estranho à nossa índole. *Planta exótica,* cuja única virtude é ser despossuída de alma, é uma sociedade sem espírito, sem racionalidade, sem humanidade. A sua negação é a *verdade.* A sociedade regida sob o princípio da propriedade privada, o reino

dos proprietários privados é a *verdade* do povo brasileiro. Princípio tornado *natural* e *eterno* da civilização ocidental, a ordem do capital, esta sim, possui espírito humano. No discurso de 16 de março de 1967, Costa e Silva adverte acerca do sentido demoníaco das *democracias populares*, formas que o *totalitarismo* assume para ludibriar as massas sofridas:

"Não se iludam, porém, os ingênuos e os falsos inocentes. Não está no receituário do Estado comunista, ou seja, nas chamadas democracias populares, o remédio para essa doença da sociedade. *Não move o comunismo nenhum sentido humano.* Quando ele acena às massas com igualdade na distribuição de bens - coisa que até hoje não levou a efeito em nenhum lugar e em qualquer escala - *o que intenta é explorar a miséria como instrumento de seus desígnios políticos,* pois a miséria tem, como nenhuma outra condição, o poder de resolver o fundo residual de *irracionalidade* existente em todos os seres humanos". Costa e Silva, 1967: 23)

Se o comunismo explora esse "fundo residual" próprio do ser miserável, sua irracionalidade, a *livre iniciativa,* baseada na *verdadeira liberdade,* a economia de mercado, busca permanentemente o *lucro,* desde que - como recomenda a doutrina social da Igreja -, tenha função social, não seja abusiva, exigindo a intervenção estatal:

"Numa economia de mercado, como a brasileira, o lucro constitui simultaneamente o indicador que dirige os investimentos privados e uma parcela importante daquela renda que é destinada a aumentar a capacidade de produção. Nessas condições, a posição do Governo consiste, simplesmente, *em reconhecer o papel fundamental* que o lucro desempenha no funcionamento da economia, embora, em algumas situações excepcionais, tenha de intervir de modo a preservar, exatamente o bom funcionamento do sistema". (Costa e Silva, 1968:27)

A esquerda apelidara a "Redentora de 1964", como a "Gloriosa", em referência à Revolução inglesa de 1688. Costa e Silva não se avexa em comparar a ditadura militar com as revoluções burguesas do passado. É a nossa "Revolução Democrática"! "Nos grandes acontecimentos históricos, marcando o destino de povos, como na Revolução inglesa de 1688, na Declaração da Independência dos Estados Unidos, nos princípios filosóficos da Revolução Francesa, nas liberdades fundamentais de Roosevelt e, mais recentemente, nos propósitos da *revolução democrática brasileira,* está delineada a crescente afirmação dos direitos do homem, que constituem, desse modo, uma das características mais fnsantes do aparecimento e evolução do estado moderno". (Costa e Silva, 1969: 440)

Não escapou à lúcida e intransigente defensora dos direitos humanos, Maria Helena Moreira Alves, a seguinte observação crítica: "A contradição entre os declarados objetivos de reforçar a democracia e restabelecer a legalidade e a necessidade de repressão cada vez maior para suprimir a dissensão originou a permanente crise de legitimidade que tem marcado o Estado de Segurança Nacional". (Alves, 1984: 52)

Contradição esta permanentemente enfrentada pela ditadura militar. A violência do capital sobre o trabalho em todos os poros da sociedade. Tudo "em nome da democracia". A tortura praticada pelo próprio Estado, o terrorismo oficial financiado pela FIESP, com o senhor Theobaldo De Nigris à testa, o conjunto da burguesia brasileira e internacional, com a montagem dos aparatos de repressão, a "operação limpeza" e a "guerra suja", viio estar na pauta daquelas justificativas ideológicas, de um lado; e a demarcação de um *modus faciendi* nos marcos de uma representação parlamentar *mutilada, castrada, subordinada,* em suma, com a vigência de um parlamento mantido sob vigilância permanente, comandado pelo "partido da Revolução", a ARENA e uma oposição crismada como "oposição consentida", o MDB, de outro.

Todavia, o *homem* não é um ser abstrato, que permanece fora do mundo. O mundo dos homens produz, em determinadas circunstâncias históricas, "uma *consciência do mundo invertida,* porque eles são um mundo *invertido",* dizia Marx. A *razão manipulatória* é um produto desse mundo invertido.

"O homem é antes de tudo espírito. Se ele fica privado do exercício da reflexão crítica, de sua virtude criadora, estaria negando a sua própria condição de homem". O autor dessas palavras não é nenhum membro que integra a comunidade dos iluministas. Provém, precisamente, do Ministro da Guerra do governo Costa e Silva, que contrariando as decisões de Castello Branco, queria impedir as eleições para governadores, em 1965. O mesmo homem, que queria a prorrogação da "Operação Limpeza", da repressão, prolongando a vida do "Comando Supremo da Revolução". O mesmo representante da *linha dura,* que prorrogando o mandato de Castello Branco, tornara o seu sucessor. O mesmo que instalando o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, baixou o AI-5.

Eliminar da memória popular as Reformas de base, a plataforma nacional e popular, desencadeada pelo "getulismo de massas", era uma necessidade premente. Em nome do povo, os gestores do capital atrófico se apresentarão como os verdadeiros demiurgos da nação brasileira. Tudo doravante deverá correr nos trilhos impostos pela autocracia burguesa. Caso contrário, é o caos, a miséria, a corrupção, que exigem a ação das Forças Armadas. O povo armado e organizado segundo os "ideais de 1964". Um regime de exceção - com seus atos de força, com suas energias repressivas -, é necessário, enquanto se prepara o caminho para uma *restauração* da democracia:

"A Revolução veio justamente por isso. Porque o povo brasileiro não mais admite ser explorado, ser vilipendiado, ser torturado por homens que só entram pelos descaminhos, pelos atalhos, deixando a estrada larga do progresso à sua frente. Nós havemos de levar o Brasil (...) por esta estrada larga, franca, honesta, digna, do progresso correto, sensato e não ilusório progresso de uma inflação desmedida que só servia para, cada vez mais, enterrar o País, no lodo do descrédito, da pobreza, da corrupção, da miséria. Haveremos de tirar o Brasil dessa situação. Mas precisamos que o povo entenda isso, que o povo compreenda que, neste momento difícil, se não se decidir agora, não se decidirá jamais". (Costa e Silva, 1968: 173)

Ao mesmo tempo em que se exerce a repressão, na verdade, tanto a oposição democrática como a comunista são consideradas "minorias" e estigmatizadas como "inimigos da ordem", Costa e Silva refuta sua condição de chefe de uma ditadura militar:

"Quero dizer que, no complexo contexto em que se insere o Governo da República, papel maravilhoso e missão maravilhosa cabem às Forças Armadas e, especialmente, ao Exército, que a vem cumprindo de modo a demonstrar a consciência mais aguda de sua responsabilidade no *processo de consolidação da democracia brasileira,* tão negada por uma minoria que continua tentar a camuflagem impossível da verdade, para nos apresentar como uma *ditadura militarista.* Para essa *minoria,* as Forças Armadas são 'culpadas' destes quatro anos de tranqüilidade que o Brasil vem desfrutando e durante os quais, por isso mesmo, pode retomar o caminho do desenvolvimento. São 'culpadas' de terem dado a este País - como hão de dar, com certeza para o futuro - a base indispensável para que se imponham através dos anos os princípios democráticos da Revolução que fizemos e que saberemos defender". (Silva, 1968:389-90)

Todavia, assume a sua condição de radical. Há radicais e radicais. Ele se considera um deles.
Fala como um deles, só que em nome da democracia. A sua radicalidade está em se opor a quem for contra as "instituições da Revolução de 64". Em suma, todo aquele que transgredir a ordem do capital. Por essa razão, ironiza: "Há radicais, sim mas há radicais e radicais. Há os que se extremam, gratuitamente, em posições condenáveis, ou exacerbam um sentimento de má-vontade, alimentado por cálculo para efeitos pré determinados e há os que, de boa vontade e guiados pela razão, precisam ir as raízes das questões para resolvê-las. Nesse sentido, Presidente da República e chefe de uma Revolução que ainda está em marcha neste País, não recuso para mim mesmo a qualificação de radical. Radical porque 'radicalmente' contrários a todos aqueles que pretendem destruir o já valioso patrimônio moral, cívico, social e político, construído pela Revolução de Março de 1964, que dia a dia, mais se afirma e revigora. Radical, por ser radicalmente contra tudo o que aí se apresenta com os laivos, de um passado torpe e vilipendioso, que os revolucionários apagaram naquele memorável 31 de Março, data que permanecerá nos anais da Pátria como da salvação nacional". (Silva, 1968: 425)

Mas, nessa situação de confrontos de posições, de lutas sociais, o marechal reafirma o dogma de 64, o combate à subversão, porque "Só não toleramos, nem toleraremos, que floresça livremente entre nós, (...) o mais novo elemento do jogo político universal: a atividade de grupos extremistas que, à margem dos movimentos de oposição, rondam e ameaçam, de vez em quando, o edifício da democracia. E ainda assim estou e estarei cumprindo uma daquelas promessas à convenção de 1966, não permitindo a subversão sob qualquer das formas que possa comprometer o trabalho de reorganização da vida nacional". (Silva, 1968: 424)

No melhor espírito de um castelista, admite que a democracia é a. forma de impedir os confrontos, os choques de classe. Antepõe como arma o partido da ordem simbolizado pela Arena, haja vista que "A democracia não teme os extremistas, de esquerda ou de

direita; mas, não os teme porque esta armada de meios de defesa, o mais poderoso dos quais é a nítida e indiscutível preferência que lhe dá o nosso povo, por temperamento, formação e destinação histórica. Nem tudo se vence pela força. Um grande partido democrático, unido, vigoroso e identificado com as mais profundas tendências do espírito popular é a vanguarda e o sustentáculo maior do regime, que somente por exceção indesejável há de apelar para o recurso das armas". (Silva, 1968: 424)

Costa e Silva suaviza nas palavras, apresentando-se como um humanista, um democrata, um ser generoso, que luta por ideais democráticos. Mas, mesmo que não lidere nenhuma seita de reacionários, se põe, aliás, desde a instalação do "Supremo Comando", em seu próprio Quartel General, em 1964. Considera-se um radical, porém, não como os castelistas o tomam.

"Radicais, sim senhores, somos todos aqueles que nos antepomos, vigorosa, destemida e patrioticamente, aos que querem , por meios solertes e aviltantes, fazer o País retornar ao caos em que se afundava naqueles ominosos dias de 1963, e princípios de 64. Aos saudosistas das bacanais da desordem e da corrupção; *aos apátridas e quintacolunas do comunismo,* queremos deixar bem claro que a Revolução não está finda, nem morta, nem foi abrogada; ela está viva em plena vigência e continua intacta nos ideais e princípios que a motivaram e que a sustentam ainda. Continuará. Para dar ao Brasil a tranqüilidade, a segurança política e social de que tanto necessita este magnífico povo brasileiro, para a execução de um trabalho profícuo e fecundo, em prol da paz e do desenvolvimento nacional". (Silva, 1968:426)

Satura à exaustão, em seus discursos inflamados, a idéia da revolução popular, apoiada nas Forças Armadas, cristalizada na Pátria, em defesa da Propriedade. "A Revolução teve profunda origens populares, num grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela Nação, com a solidariedade de todas as classes sociais, de todos os democratas e o apoio unânime e decisivo das Forças Armadas. Revolução, em verdade, e não golpe de Estado, que visasse tão somente a substituir um homem por outro ou por outra facção política. Revolução e não motim militar, pois as Forças Armadas, que também vem do povo, com o povo se irmanam em defesa dos mesmos ideais" (Silva, 1968: 168)

Os dogmas positivistas que tão bem serviram à *consolidação conservadora* em nosso país, são mais uma vez avocados por Costa e Silva: "Esta Revolução continua e continuará dentro de seus princípios fundamentais. Não pensem que os inimigos da República, que se manifestaram de quando em quando como inimigos da Revolução, que ela vai parar. Ela continuará dentro das normas políticas e dentro de um sistema de moralidade e de austeridade e de dignidade". (Silva, 1968:406) Mais ainda: "Meus amigos, jamais, nesta República, foi mais expressivo dos anseios populares o lema de nossa Bandeira 'Ordem e Progresso'. Nós estamos, nesse momento, agradecendo as Forças Armadas a ordem que elas nos asseguram para que tenhamos progresso. O panorama universal demonstra, mais que qualquer palavra ou discurso, que o Brasil goza de uma situação privilegiada, graças à dedicação, à lealdade, ao sofrimento e à abnegação de nossas Forças Armadas. Quer queiram quer não, não é esta uma verdade que se impõe,

porque é uma verdade axiomática, que não precisa de demonstração. Aí estão os quatro anos de paz que a Revolução proporcionou ao Brasil, depois de longo e intenso período de insubordinação, intranqüilidade e demagogia criminosa". (Silva, 1968: 390)

Costa e Silva tenta mostrar que um passo condiciona o outro. Não é possível florescer uma democracia estável em nosso país, se a pobreza viceja em todos os rincões de nosso país. "É impraticável isolar do fato econômico o fato político. Ele se constitui em conteúdo da quase totalidade das relações entre os homens e, segundo Keynes, 'as idéias justas ou falsas dos filósofos da economia tem mais importância do que geralmente se pensa. Em verdade, o mundo é por elas conduzido'". (Silva, 1968: 182) Os esforços para a superação de nosso subdesenvolvimento exige o esforço e sacrifício de todos os brasileiros, *"A luta contra a miséria* será uma das metas deste Governo e para ela conto com a compreensão cordial e o apoio caloroso de todos. *É na vitória contra a pobreza que se encontra a vitória da paz.* A sociedade não existe sem o homem e o homem não deixa de ser a finalidade essencial da sociedade e, portanto do Estado". (Silva, 1968: 182. Grifos nossos)

Um dos argumentos centrais utilizados pela "Revolução Redentora" é aquele que afirma a superação do subdesenvolvimento, a erradicação de nossa desigualdade social, como a maior arma do capital contra a "ameaça do comunismo". Ao longo de nossa história, qualquer manifestação democrática das massas é vista como um estopim para uma rebelião popular. Se o povo é a fonte das autênticas intuições e sentimentos, a massa em movimento é sempre irracional e passível de ser iludida por quem as manobra. Há condutores e condutores. Há aqueles que expressam o verdadeiro sentimento nacional, extraído da verdadeira índole do povo. Está enraizado na cultura de uma nação. Há aqueles que se assemelham às "plantas exóticas". Os comunistas são os "exploradores" da "irracionalidade das massas", levada às últimas conseqüências, sempre destrutivas, numa situação de atraso social, ignorância, pobreza generalizada. Fome e irrazão servem para a ação subversiva, manipulatória das massas. O caos e a degeneração das instituições nacionais passam a ser as armas de que se serve a estratégia comunista internacional. Não se indaga que a miséria, a pobreza, a desigualdade social, decorrem da forma particular da objetivação do capitalismo em nossa formação histórica. Poupa-se, nesse caso, os exploradores: a burguesia brasileira.

Os ensinamentos da Escola Superior de Guerra aparecem agora também pelo efeito-demcnstração. A interdependência dos povos, o alinhamento ao mundo ocidental e cristão, reclamam a resolução das mazelas de nosso capitalismo. "Estamos convencidos", assegura Costa e Siva, de que a solução dos problemas do desenvolvimento condiciona, em última análise a segurança interna e a própria paz internacional. A História nos ensina que um povo não poderá viver em clima de segurança enquanto sufocado pelo *subdesenvolvimento* e inquieto pelo seu futuro. Não há tampouco lugar para a segurança coletiva em um mundo em que cada vez mais se acentua o contraste entre riqueza de poucos e a pobreza de muitos. De fato, em nossos dias, a questão social deixou de ser apenas um problema de cada país para adquirir uma *dimensão mundial.* A justiça social

agora é indispensável, não só pelas relações entre indivíduos, mas também entre nações". (Silva, 1968: 196)

A idéia do desenvolvimento acelerado vai-se constituir, assim, numa bandeira do regime militar, fortalecendo os proprietários privados nacionais: "Mas o Governo tudo fará para conciliar o controle da inflação com uma imperiosa e inadiável necessidade do desenvolvimento nacional. Cuidará, ainda, de *revigorar o setor privado da economia,* restabelecendo-lhe, tanto quanto possível, a capacidade de investimento; de fortalecer especialmente a *empresa nacional,* assegurando-lhe .condições de competição; de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias de base; de incentivar a criação de empregos, mediante a elevação geral do nível de atividade econômica e estímulo às atividades, que absorvam grande quantidade de mão-de-obra". (Silva, 1968:184)

Costa e Silva reclama ardorosamente acerca do que considera injuriante, a ditadura militar, pois, a história das Forças Armadas demonstra que estas, particularmente, o Exército, sempre estiveram na proa da defesa da democracia: "São as Forças Armadas de um povo que adora a liberdade e que repele o arbítrio e a violência. São as Forças Armadas de um povo que odeia os preconceitos e os privilégios, que ama a Deus e sua Pátria, mas que preza, sobretudo, a sua maneira de ser e de viver absolutamente autênticas. Elas que participaram, ativa e ponderavelmente, dos grandes episódios da vida brasileira. Elas que sempre estiveram presentes, jamais se omitiram e nunca deixaram de cumprir com o seu dever para com a Pátria". (Silva, 1968:414)

Se o pólo da Segurança é constantemente retomado em seus discursos, a outra ponta está visceralmente ligada. Recorde-se que a melhor forma de destruir o comunismo é retirar-lhe a seiva de que se alimenta. "Os extremos da pobreza são incompatíveis com a democracia". (Silva, 1968: 419) Por isso, o desenvolvimento acelerado deve limpar o terreno de onde brota a subversão. "Sempre pensei (...) que *a aceleração do desenvolvimento* do Brasil constitui desafio para todos nós. Em um de meus discursos de candidato, afirmei que o desenvolvimento, destinando-se a desenvolver o bem-estar de todos, era por isso mesmo tarefa de todos. Mais que tarefa, repito, um desafio. Desafio para o Governo, ao qual compete a realização planejada de investimentos de infra-estrutura, essenciais ao incremento da atividade produtora nacional, bem como a ordenação da vida econômica e financeira que assegure aos setores produtivos condições satisfatórias de operação e de crescimento. Mas desafio também para o setor privado, ao qual incumbe reagir aos estímulos recebidos e superar corajosamente deficiências básicas de uma economia em desenvolvimento ou distorções acumuladas no passado". (Silva, 1968:417)

Dentro do espírito de superar as desigualdades sociais e nelas as desigualdades regionais produzidas pelo capitalismo brasileiro, Costa e Silva afirma: "Pude sentir, vivamente, o conjunto de contrastes de que se compõe o nosso País: demograficamente vazio em várias regiões e, ao mesmo tempo, dotado, em outras, de uma força de expansão populacional que representa, sem dúvida, obstáculo ingente a uma ação promissora e profícua; fragmentário e, toda via, dotado de uma coesão física e de uma unidade espiritual, que

nenhum povo conseguiu criar e manter, em tais proporções e condições, em qualquer região do Globo; simultaneamente rico e pobre, porque as riquezas inertes nada mais são do que pobreza; povoado por gente singularmente dócil e singularmente agressiva, liberal e intolerante, audaciosa e imprudente, e não obstante, sábia, paciente e circunspecta". (Silva, 1968:178)

O governo Costa e Silva, em verdade, dará o ponta pé inicial para a retomada de um novo ciclo de acumulação do capital. "Nesse sentido, concentramos grandes esforços à adequada execução de um programa de investimentos em setores essenciais ao progresso do País, mobilizando-se a maior soma possível de recursos para o fortalecimento da infra-estrutura e das atividades que incumbe ao estado promover". (Silva, 1968:417-418)

Após o plano econômico-financeiro de Castello Branco, o combate contra a inflação e a estabilização da moeda, redundaram em seu contrário, mas, por outro lado, abriu a possibilidade do desenvolvimento da aplicação da poupança externa no mercado de capitais. A alta liquidez do mercado internacional e os juros baixos vão propiciar que o país efetivamente tenha um desenvolvimento rápido, entretanto, na base dessa acumulação ampliada está a superexploração da força de trabalho.

Por esse motivo, o seu governo continua a luta pelo controle da inflação, se bem que em todo processo inflacionário está a luta pela redivisão de fatias de mais-valia pela classe dos proprietários. "Este é um imperativo da conjuntura encontrada pela Revolução, com a economia nacional minada e o aparelho produtivo destroçado pela inflação galopante. Combatemos com rigor a inflação, não como um objetivo em si, mas como uma condição necessária à boa execução da política de desenvolvimento. Por isso, não faz o Governo concessões às facilidades que, a pretexto de incentivar o desenvolvimento ou atenuar as desigualdades sociais, comprometeriam as bases do progresso econômico, indispensável ao alcance da própria justiça social". (Silva, 1968: 418)

Na continuidade do saneamento financeiro, melhor seria dizer, na construção efetiva de um mercado de capitais, Costa e Silva acentuará o "(...) enorme esforço que meu governo está desenvolvendo para sanear o mercado de capitais e instituir uma verdadeira justiça fiscal e nosso País. Temos agido e continuaremos a agir com todo o rigor neste campo para obter dois resultados fundamentais. Em primeiro lugar, desejamos o investimento em papéis de qualquer natureza esteja sujeito apenas às contingências do próprio mercado, sem agravar-lh o risco pela administração temerária, dolorosa ou corrupta. Este saneamento é a condição básica para ampliação do *mercado de capitais.* Em segundo lugar, desejamos que todos os cidadãos e todas as empresas, independentemente de usa nacionalidade ou de sua importância para o mercado, paguem rigorosamente os tributos devidos. Sem este requisito elementar, não será possível coibir a concorrência desleal, que enfraquece a moralidade do mercado e, mais importante ainda, não será possível reduzir paulatinamente a carga tributária que, infelizmente, ainda pesa sobre a massa de contribuintes honestos e de consumidores". (Silva, 1968:422)

Há, pois, que atentar que essas palavras foram proferidas no mês de outubro de 1968. O dia 13 de dezembro, quando se baixa o AI-5 está prestes a ocorrer, o pretexto do "golpe dentro do golpe", o discurso e o processo de alijamento do deputado já foram derrotados no próprio parlamento. No primeiro semestre, o estudante Edson Luis já fora morto por policiais. Uma massa de cem mil pessoas reagiu e protestou contra esse assassinato nas ruas do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a interpretação dada a luta dos estudantes é vista como mais uma manipulação da juventude, graças à ação subterrânea dos comunistas, que "Usando de todos os ardis, conseguindo, inclusive, infiltrar-se dentro "daquilo que a Nação tem de mais caro, de melhor e de mais puro - a sua mocidade - intentam fazer voltar tudo quanto a *Revolução redentora* de março de 1964 tem procurado *banir de nossa terra* - o caos; a exploração demagógica da miséria, da fome e da doença; a inoculação de idéias e doutrinas na escola, na fábrica e no campo; a comunização da cultura e do terrorismo intelectual; o enriquecimento ilícito, a corrupção desbragada, a inflação desenfreada e, sobretudo, no que nos diz respeito mais de perto, o enfraquecimento da disciplina e da hierarquia". (Silva, 1968: 414)

A três de outubro de 1968, Costa e Silva tenta explicar como a atuação do governo caminha para o enfrentamento da questão democrática. Isto porque, "Na esfera política, o restabelecimento da ordem constitucional e democrática está assegurado, de tal modo que os mais acirrados dos nossos adversários tem que recorrer à imaginação e ao subterfúgio; tem que comprometer-se perante a opinião pública na deformação mais grosseira da realidade, para negar que a Constituição funciona, que o Congresso exerce livremente o seu alto papel de representante do povo e da Federação, que as liberdades fundamentais estão protegidas pelo Poder Executivo e pela livre manifestação do Judiciário. A Imprensa trabalha, opina e circula, resguardada de qualquer tipo de constrangimento. E a Oposição atua, na Câmara e no Senado, limitada apenas pela ausência de um corpo de idéias ou de um programa que lhe permita criticar os atos do Governo e as posições do nosso Partido, com mais coerência, objetividade, eficiência e verdade". (Silva, 1968:424)

Dessa maneira, para Costa e Silva, "A democracia não é uma transcendência. É uma vocação humana, e sua raiz mais funda está no instinto de liberdade. Todo o poder político tem origem popular, e essa origem é só a razão que pode legitimá-lo. A Revolução reconhece essas verdades e as tem entre os seus postulados". (Silva, 1968:170)

Uma autêntica *democracia,* na visão de Costa e Silva, só se realizaria plenamente quando capital e trabalho se dão as mãos num esforço construtor da sociedade capitalista. Enquanto houver miséria e exploração comunista, os "instrumentos revolucionários" - leia-se a repressão e o combate aos críticos do sistema de poder - serão acionados; porém, a solução se concentra na potencialização da acumulação ampliada do capital, com "melhor produtividade e a criação de novas riquezas". Não é possível a utilização de um poder ditatorial para todo o sempre.

Segundo o "tio velho", as "classes produtoras", capital e trabalho, devem estar visceralmente integradas, em permanente colaboração, visando a consolidação do regime democrático. "A democracia não é apenas uma ordem jurídica ou a forma de um processo político: é, por igual, o sistema econômico em que as relações entre a economia e a natureza humana, isto é, as necessidades do homem, têm de ser consideradas e obedecidas. (...) A intervenção do Estado, havida por inconveniente e até odiosa, é uma contingência do mundo moderno, que criou a necessidade de alargar a margem do sentido social das atividades econômicas e impor um *processo de disciplinamenío* para defendê-la. Nada disso, porém, quer dizer que o Estado aspire a substituir, pelas suas, as atividades das classes produtoras. A aspiração do meu governo é, por um lado., reduzir a intervenção estatal e, por outro, aumentar ao máximo as condições propícias a uma integração dos esforços de empregados e patrões, visando ao entendimento cada vez mais íntimo entre as duas classes.

Não há dúvida de que *o lucro é estímulo natural* de toda a empresa, qualquer que seja a sua índole ou categoria, mas não é o único. Já foi assinalado por eminentes economistas que o desejo de tudo fazer para *ser útil à sociedade,* o prestígio que se origina de fato de cada qual realizar-se em beneficio, não só de si próprio, mas também de seu País e dos mais humildes, sem os quais o processo econômico estaria trancado e irremediavelmente comprometido, são fatores da mais alta eficácia no trabalho das classes produtoras". (Costa e Silva, 1969: 396. Grifos nossos)

A colaboração de classes é, dessa maneira, meta precípua dos governos militares. A função dos sindicatos se insere no plano da cooperação das "classes produtoras" para o sucesso do *desenvolvimento acelerado.* Uma vez feito o *saneamento* nas organizações dos trabalhadores, com o cerceamento e repressão das mais expressivas lideranças sindicais da "República sindical", também denominados de "populistas" ou "sindicalistas pelegos", Costa e Silva adverte aos "extremistas":

"Quero as representações de classe livres, autênticas, fortes, na dinâmica do processo democrático, mas urge ainda, em seu próprio benefício, defendê-las do assalto permanente dos agentes da luta de classes, que nela se infiltram com o fito de transformá-las em instrumento dócil a serviço dos extremistas. O dever do Estado é proporcionar condições para o livre exercício do sindicalismo, ao mesmo passo em que estimula reagir contra os que dele querem aproveitar-se para outros fins. Em uma palavra, não quer o Governo usar os Sindicatos, mas é seu dever impedir que eles sejam usados pelos que pretendem a destruição do regime democrático". (Silva, 1968:216)

A necessidade da expansão do capital industria é, portanto, vital para o projeto costista: "À indústria cabe a responsabilidade da mais alta importância no processo de desenvolvimento brasileiro. O setor industrial é o setor mais dinâmico da economia e a sua participação no crescimento do País é decisiva. A criação de novas fontes de emprego e a modernização da economia estão na dependência direta da expansão da indústria. O meu governo tem o firme propósito de ampliar a capacidade de investimento no setor privado e, em particular, da indústria nacional". (Silva, 1968:228)

Nesse sentido, o primado do *desenvolvimento acelerado* numa situação de *guerra revolucionária,* de intensa *repressão* ao trabalho, fez com que, precisamente, às custas das maiorias brasileiras, um governo antipopular, antinacional e pró-imperíalista, assumisse a função de gestores bonapartistas do capital atrófico a fim de impulsionar o crescimento econômico, na fórmula expressiva dita por um de seus intelectuais orgânicos: "É necessário primeiro fazer o bolo crescer, para na seqüência poder dividi-lo". Na linguagem popular, exploração capitalista na base do *arrocho salarial.* Por esta razão, "Não mais permitiremos - o povo, a ARENA e as Forças Armadas Nacionais (Marinha, Exército, Aeronáutica e Forças Auxiliares) que a degradação política, a subversão oficializada, o negocismo e a exploração ideológica dos trabalhadores e estudantes, a indisciplina e a quebra de todos os padrões hierárquicos-nas Forças Armadas se venham a repetir neste País, culminando em episódios como aqueles, ainda bem vivos na memória popular, dos dias de março de 1964". (Silva, 1968: 426)

A manipulação e imposição do seu próprio nome à presidência - basta que se considere o Memorandum de Castello Branco criticando as manobras dos costistas -, é transformado numa escolha democrática. "O desmentido está no fato mesmo de ser possível formular e divulgar a crítica injusta, que se manifesta, sem obstáculo, na Imprensa, na tribuna política, nos movimentos políticos. E o desmentido mais flagrante está precisamente na hora em que o Congresso Nacional, como representante autêntico do povo brasileiro, elege um Presidente da República. Numa ditadura, o ditador não se deixa substituir. Entre nós, o escrúpulo republicano foi de tal monta que mesmo o Presidente Castello Branco, num gesto altamente democrático, estabeleceu, em ato institucional, o preceito proibitivo da sua reeleição". (Silva, 1968.169)

Uma das tônicas da *ideologia 64* é "a valorização do homem brasileiro". Reconhece-se, pois, a situação de privação da maioria da população brasileira - coisa que os comunistas podem se aproveitar -, cuja resolução passa pelo atendimento de suas várias carências. Há que impulsionar um desenvolvimento integrado que responda às necessidades sociais prementes, como a educação, a saúde, os transportes, a moradia, etc. "Esse conceito levará o Governo a ter por objetivo essencial o homem individualmente, como pessoa com sensibilidade, como expressão intelectual e moral, e não apenas como sensibilidade, como expressão intelectual e moral e não apenas como uma abstração ou elemento numérico do corpo social. Assim, todos os esforços governamentais constituirão um sistema de direções convergentes, cujo ponto de chegada será sempre o homem, suas necessidade cruciais de saúde, educação, cultura e conforto; o homem, suas aspirações, seus ideais, sua confiança em si mesmo e naqueles a quem delegou a direção do seu destino". (Silva, 1968: 179)

Quanto à política externa, a mesma orientação dada por todos os governos, a integração com o capitalismo no plano mundial, acentuando suas relações comerciais, dentro do prisma que se consolidará: exportar é a solução. "Por força do condicionamento geográfico, coerente com as tradições culturais e fiel à sua formação cristã, o Brasil está *integrado no mundo ocidental* e adota os modelos democráticos de desenvolvimento. Estaremos, porém, atentos às novas perspectivas de cooperação e de comércio resultantes

da própria dinâmica da situação internacional, que evoluiu da rigidez de posições , características da 'guerra fria', para uma conjuntura de relaxamento e de tensões". (Silva, 1968: 196)

A integração, entretanto, não se faz somente com o mundo europeu. Há que estabelecer relações comerciais com os países vizinhos. "Com os países da América Latina temos afinidades naturais e profundas, a que se soma solidariedade decorrente do estágio similar de desenvolvimento. Sobre esta base, pretendemos construir o grande edifício da *integração regional* - gigantesco complexo econômico que alcançará meio bilhão de habitantes, antes do fim do século. Não só a integração econômica regional, mas, essencialmente, a espiritual e social, para a unificação" da família humana - neste Continente". (Silva, 1968: 196)

Isto porque, a integração latino-americana "Constitui-se num instrumento indispensável para o desenvolvimento harmônico da região e marca uma etapa fundamental para a unificação da família humana. Nas atuais circunstâncias de crise e consolidação das relações políticas, econômicas e sociais, a integração da América Latina é uma contribuição essencial à paz mundial. Mas, para a consecução deste altíssimo *desideratum* - adverte Sua Santidade - será necessário despertar as consciências, face a dificuldades tais como: os *nacionalismos* individualistas, que ignoram o bem-comum latino-americano; o *egoísmo* dos grupos e classes, que subordinam aos seus interesses particulares o desenvolvimento do Continente; *os setores e grupos econômicos* que podem exercer uma influência negativa nas áreas integradas, subordinando os valores espirituais aos interesses materiais". (Silva, 1968:197)

Costa e Silva esforça-se por entender a complexidade do mundo contemporâneo dominado pela ciência e desenvolvimento tecnológico. "Vivemos numa época revolucionária. A tecnologia fez o Mundo menor, porém mais complexo, e até perecível. Nesse contexto de dinamismo, a solução dos problemas nacionais exige, sob novas formas e em medida crescente, a cooperação internacional". (Silva, 1968: 209)

Sobre a acusação de exercer um mando ditatorial, de manter a absolutização e autonomização do executivo, Costa e Silva reagiria atacando a própria imprensa: "Tudo isto é significativo, até essas incoerências, essas contradições da Imprensa demonstram que nós agimos e cumprimos o nosso dever. Eu não admito, repilo até violentamente, quando querem levantar a hipótese da interferência ou da prepotência do Executivo junto ao Legislativo. É uma infâmia, mesmo porque os Senhores não seriam dignos da representação que lhes deu o povo, se se conformasse com uma atitude de prepotência de outro poder. E se nós continuarmos - e que espero em Deus que continuemos - com este perfeito entendimento e compreensão, dentro da dignidade da função de cada ura, daremos uma prova de que esse regime é o verdadeiro para um povo que quer ser livre e digno de viver". (Silva, 1968:276)

A força do executivo, justifica, tem sua eficiência comprovada no combate à repressão, uma vez que "O Executivo está perfeitamente aparelhado para agir contra qualquer indício

de subversão da ordem, seja pregada dentro do parlamento, seja pregada na rua ou em qualquer lugar. O governo tem obrigação, como medida preventiva, de interferir imediatamente para evitar o mal maior". (Silva, 1968: 276)

No fundo, segundo o marechal Costa e Silva, jamais as Forças Armadas brasileiras se empenharam enquanto instituição para deter o poder pelo poder. Sua função é eliminar a desordem, o caos e a anarquia, a fim de, mais tarde, abrir para o "aprimoramento das instituições democráticas", nesse sentido: "As Forças Armadas jamais quiseram o poder, jamais lutaram pelo poder e sempre se sacrificaram para que o poder fosse realmente democrático em nosso País. Principalmente nos momentos em que a desordem, a distorção e o descaminho procuravam levar à desordem, ao descaminho e à anarquia. Mas, todos os Senhores - especialmente aqueles que já tem cabelo branco - podem testemunhar que *jamais o Exército fez uma revolução pela revolução*, jamais o Exército saiu dos quartéis para se apoderar do poder. O que ele não pode, porém, em absoluto, é sair dos quartéis para acabar com a anarquia e entregar, depois, o país à anarquia. O que ele jamais pode é consentir que as coisas voltem ao primitivo, à desordem, à anarquia, ao caos, quando exigiu de seus soldados, às vezes, o sacrifício da própria carreira". (Silva, 1968:329)

O golpe dentro do golpe: o pretexto

O próprio general Geisel aludiu, certa feita, que o desfecho dado para o caso do pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, considerado altamente injurioso pelas Forças Armadas foi "sem necessidade", sem "significação alguma". Segundo ele, "O discurso foi desaforado, aconselhando entre outras coisas que o povo não fosse assistir à parada de 7 de setembro, em repúdio ao Exército. Os militares tomaram isso como ofensa. Exigiram a cassação do mandato político do Márcio. Costa e Silva os apoiou, mas o Congresso votou contra a cassação.(...) Deu-se aí o choque entre o Congresso e o governo, e Costa e Silva, pressionado por alguns líderes militares, inclusive os ministros, possivelmente a contragosto, acabou editando o AI-5. Para tanto influiu o ministro da Justiça, Gama e Silva, que era homem querido e da absoluta confiança do Costa e Silva, desde a primeira fase da revolução. Era um exaltado, e já tinha preparado um AI-5 ainda mais forte. A proposta apresentada por ele foi abrandada por Costa e Silva, e o AI-5 foi aprovado pelos ministros." (Geisel *apud* D 'Araújo & Castro, 1997: 206-7)

Márcio Moreira Alves retomaria as posições assumidas por ele naquele momento histórico: "O pretexto usado para fechar o Congresso foram dois pronunciamentos que fiz, em 2 e 3 de setembro, na seqüência da brutal invasão da Universidade de Brasília por um comando misto da Polícia Militar, da polícia civil e do Exército. O procurador-geral da República, Délio Miranda, pinçou trechos de ambos, na representação que fez ao Supremo Tribunal Federal, acusando-me de abusar dos direitos individuais e políticos, praticando atentado contra a ordem democrática, vilipendiando as Forças Armadas, procurando contra eles criar sentimentos hostis da nação em que as mesmas se integram como instituições regulares e permanentes". Examina o trecho selecionado pelo procurador-

geral: "Uma vez que no Brasil de hoje torturar presos inermes parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar, pergunto: quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebentando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do governo? Quando teremos como pais, ao ver nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão em uma padiola, esbordoados ou metralhados? Quando poderemos ter confiança naqueles que devem executar e cumprir as leis? Quando não será a policia um bando de facínoras? Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?"

Do outro discurso, o trecho pinçado dizia o seguinte: "Vem aí o sete de setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do ovo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse qué a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse esse desfile. Esse boicote podia passar também - sempre falando de mulheres - às moças que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas das Guerras dos Emboabas e recusasse a entrada à porta de suas casas àqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta". (Alves, 1993:149-150)

O historiador Nelson Werneck Sodré mostrou que o "pretexto" apontando para a edição do AI-5[1] foi, sem dúvida, um fato secundário. O sentimento expressado pelo oficialato como ente injuriado e difamado não expressava a objetividade das contradições que se apresentavam. Em suas próprias palavras: "Funcionou como motivo próximo de uma alteração que vinha amadurecendo. Pelo AI-5, o Executivo outorgou-se, entre outros, os poderes seguintes: decretar o recesso do Congresso; decretar a intervenção nos Estados e Municípios, nomeando os respectivos interventores; decretar a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. A cassação de mandatos federais, estaduais e municipais, a suspensão de garantias de vitaliciedade, inamobilidade e estabilidade, o estado de sítio, o confisco de bens, a suspensão da garantia do *habeas corpus*, a exclusão de qualquer apreciação judiciária de todos os atos praticados de acordo com o mesmo Ato e dos Atos Complementares dele decorrentes. Os poderes que o Executivo assumiu foram, assim, extraordinariamente ampliados, os mais amplos que a história brasileira conheceu, aliás. No decorrer do exercício desses poderes, e com o Congresso em recesso desde dezembro de 1968, quando, com a assessoria política, estudava medidas para a implantação da nova Constituição e reabertura do Legislativo, aconteceu o imprevisto: o Presidente Artur da Costa e Silva foi acometido de distúrbio circulatório que o afastou do exercício efetivo do Executivo". (Sodré, 1984:116)

Todos se consideravam democratas, jamais aceitariam que fossem nomeados de autocratas. Costa e Silva , em sua truculência, não podia esconder os seus mais fortes sentimentos: "Mas é preciso entender que *toda a ação gera uma reação.* Não pensem que podem agir à vontade *contra as instituições* que ficaremos de braços cruzados. Não confundam tolerância com transigência. Somos forte e a nossa reação também será forte". (Silva, 1968:448)

A resposta com *atos de exceção,* para o enfrentamento político fará com que novamente o marechal-presidente invista de palavras não tão precisas. A "Revolução" sentindo-se ameaçada foi obrigada a intervir e tomar medidas fortes. "Por este motivo, foi outorgado o novo Ato Institucional" (Costa e Silva, 1968: 468)

Os demiurgos do estado de segurança nacional acreditam que são os autênticos sujeitos da História: "Todos nós, homens de estado ou homens de empresa, somos construtores da História do Brasil, ainda que não tenhamos consciência desse fato. Mas, se tomamos consciência dele, deixamos de ser agentes passivos da História, e passamos a conduzi-la ativamente. O estado de hoje, em nosso país, graças à filosofia da Revolução que estamos fazendo desde 1964, trabalha para dar ao setor privado condições de se expandir e revigorar, para que assuma o papel que lhe cabe nas sociedades abertas; mas, a seus direitos correspondem deveres que entre nós ainda não são reconhecidos como tais". (Silva, 1968:473)

Como conciliar as premissas democráticas sempre afirmadas com atos que a negam? "A Revolução que, havendo salvado o País da subversão, do despotismo e do caos, não podia ser posta de lado, como traste desgastado e envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo. Tive, desde logo, plena consciência das dificuldades que enfrentaria a cada dia, em cada trecho do caminho. Entre elas, assumiu vulto de extrema gravidade o meu dever de prosseguir, sem desvios nem vacilações, na rota iniciada. Quero significar a obrigação, que me ocorre, como responsável pelo Governo, de manter o País entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquista revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964". (Silva, 1968:476)

O golpe dentro do golpe é tomado como a "Revolução dentro da Revolução", pois, "(...) não se trata de optar entre democracia e revolução, mas de efetivar uma síntese entre os ideais de uma e as realizações de outra, sem as quais aquela haveria passado a ser apenas expressão histórica de um regime político perecido. Somente a ignorância que é irresponsável; a má-fé, que independe de convicções; a demagogia, que é 'desde os tempos mais remotos o inimigo interno das sociedades livres'; e a impossível restauração, que é a quimera de uns poucos, pode admitir a hipóteses de uma opção entre o complexo de conquistas espirituais, morais e materiais da Revolução, e um regime sob o qual a Pátria deixaria de existir, e a autoridade e a ordem seriam substituídos pela tirania'". (Silva, 1968:477)

Segundo o autocrata, vivíamos uma intensa "guerra revolucionária", com a infiltração da esquerda em todos os lugares possíveis, assim, havia que fortalecer a Segurança Nacional, "Não era possível permitir a autodestruição da democracia em nome da própria democracia. As leis são feitas para defender os superiores interesses da comunidade nacional, nunca para permitir a implantação de regimes contrários às tradições e às origens brasileiras". (Silva, 1968:477) Por esta razão, "O Ato Institucional n.° 5 foi o instrumento de força legal - direito de fato gerado pela Revolução Vitoriosa, que permitirá ao

Governo conter as investidas revanchistas e partir para um desenvolvimento célere. Estejam todos tranqüilos. *Todos os que nada devem.* Os que não subvertem a ordem. Os que não se corromperam. Os que não prejudicam o povo. Os que ajudam na construção da grandeza do Brasil. Os que auxiliam os pobres a emergir das condições subumanas em que estão mergulhados. Os que ajudam na construção da grandeza do Brasil. Os que ajudam na luta contra a miséria. Os de boa vontade. Os bons. Os patriotas.

"Já sabeis que tive de voltar às origens do Poder Revolucionário, editando o Ato Institucional n.° 5, cujo texto obtive o apoio prévio, devidamente meditado, do Conselho de Segurança. Nacional. Que significado especial teve esse fato, se é verdade que a vida de cada um de vós não se alterou fundamentalmente; se a Nação continua a trabalhar em segurança e liberdade e se o Governo rião se arrogou o direito de vos ditar normas restritivas de condutas?

"Atentai bem. Mantida a Carta Magna de 24 de janeiro de 1967, assim como as Constituições Estaduais, o Presidente da República ficou transitoriamente munido de poderes excepcionais, para praticar todos os atos necessários à manutenção da ordem pública, à defesa da segurança individual e coletiva dos cidadãos, onde venha ela a ser ameaçada; à continuidade do esforço construtivo do setor público e das áreas privadas da economia nacional; ao resguardo das instituições basilares de democracia". (Silva, 1968:478)

Atuando ditatorialmente, o marechal justifica os seus atos de exceção: "Usando esses poderes, imediatamente declarei em recesso o Congresso nacional, até que se pusesse mão nas causas imediatas e mais ou menos remotas da crise que denunciou a falência temporária do poder político, felizmente a tempo de se evitar que este arrastasse o país aos irremediável da desordem e da guerra civil. Porque a edição de um Ato Institucional, expressão do Poder Revolucionário, e não, por exemplo, a decretação de estado de sítio, remédio contido nos limites da Constituição? Se algum de vós não penetrou no contexto da crise e ainda guarda no espírito essa indagação, desejo responder agora que simplesmente não tínhamos alternativa. A edição do Ato Institucional n.° 5, depois de vinte e quatro horas de intensas consultas e meditação, não se afigurou ao presidente da República como a melhor das soluções, mas, sim, como a única solução". (Silva, 1968:480)

A ameaça de subversão e corrupção, aos olhos do marechal-presidente, rondava toda a nação, com atos de terrorismo nos grandes centros urbanos, com a mobilização estudantil seduzida pelo marxismo, e "a tribuna do Congresso convertia-se em vazadouro do ódio e da calúnia contra as Forças Armadas". (Silva, 1968:481)

O grave problema que assola à sociedade brasileira diz respeito à ação das minorias. "Destas mesmas minorias, no entanto, declarei não desdenhá-las, nem encarar com desestima, pois eleito para ser o Presidente de toda a Nação, jamais admitiria converter-me no presidente de um certo número de brasileiros. Sempre compreendi como a outra face de uma ampla maioria de jovens, prevenida por instinto e formação contra os

exploradores profissionais de sua generosidade, mas igualmente inquieta diante do futuro, insatisfeita com os meios e os métodos que lhe eram oferecidos para o aprimoramento do espírito e preparação para a vida". (Silva, 1968:452)

A juventude deve canalizar os seus descontentamentos, segundo lhe parece, nas fermentações do desenvolvimento acelerado, procurando contribuir com seu estudo para o próprio desenvolvimento de nossa universidade. Não acredita que a reação dos estudantes e da juventude, de modo geral, seja contrária ao Estado. Não é diferença de sonhos. "A única diferença consiste em que nós traduzíamos nossa inconformidade em projetos governamentais como o programa estratégico de desenvolvimento e nos lançávamos a sua execução; e os estudantes canalizavam seu descontentamento, convertendo-o em reivindicações por um ensino melhor, por um sistema universitário compatível com suas aspirações e com as necessidades do Pais". (Silva, 1968:452) Por este motivo, "Era preciso adaptar o ensino universitário às nossas necessidades de país em construção, insuflar-lhe a filosofia do desenvolvimento, animá-lo com a filosofia do progresso de que se fez a juventude em todo o Mundo, mas principalmente onde é jovem a própria Nação, o arauto mais energético e expressivo. Por conta dessa missão instintiva e transcendente, aproveitadores tentaram a subversão da ordem, sem lograr em nenhum momento qualquer dos dois objetivos imediatos: obter a adesão da maioria esmagadora dos moços ou levar-nos a confundir semelhante empresa com os reclamos legítimos da massa estudantil". (Silva, 1968:452-453)

A Violência Edificante

Quem se proponha a ler as linhas iniciais do Plano de Metas e Bases do governo Mediei, de setembro de 1970, apreenderá a mesma "filosofia política" que dá o matrizamento de tantos e tantos discursos monocórdicos. Trata-se sempre de resgatar o espírito positivo, autêntico, verdadeiro, em suma, os caminhos abertos pelo bonapartismo em nome de uma democracia tutelada, do desenvolvimento acelerado e a um máximo de segurança contra a subversão interna.

O documento deixa assinalado: "Sentido *positivo,* porque não se esgota no combate à corrupção e à subversão, dando a esse combate o caráter de preparação dos pré-requisitos para o desenvolvimento. *Autenticidade,* porque se destina a criar, no Brasil, as condições básicas para o verdadeiro desenvolvimento, democracia e soberania. O *verdadeiro desenvolvimento* dirige-se a todos, com ampla participação nos seus resultados, da classe média e dos trabalhadores. A verdadeira *democracia* impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições, para transformar o panorama político tradicional brasileiro... A verdadeira soberania exige que o País realize o esforço de organizar-se, trabalhar e agir eficientemente na construção de seu próprio desenvolvimento, conquistando autoridade e liberdade de movimentos para definir a forma, o volume e a oportunidade da colaboração externa, aliás relevante como

complementação do esforço nacional e como instrumento de absorção de nova tecnologia".(p.3)

O grande objetivo da "Revolução de 1964" aparecerá com todas as letras: "Como Objetivo-Síntese, ingresso do Brasil no *mundo desenvolvido,* até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma *sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana,* assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como *grande potência.* Na década de 70, essa tarefa global deverá consubstanciar-se num Projeto Nacional de Desenvolvimento, de que o povo não pode ser mero espectador e, sim, o protagonista principal, com vistas à realização de um plano de ação nacional para 'coordenar, integrar, catalisar nossos esforços'. O projeto assenta na decisão política de promover o desenvolvimento pelo trabalho e pela inteligência, construindo-se para toda a nação um futuro capaz de romper com as dimensões do passado".(p.l5)

A 10 de março de 1970, na Escola Superior de Guerra (GB), o general Emílio Garrastazu Mediei, fazendo as reverências ao entregar medalhas para os marechais Obino e Cordeiro de Farias, e particularmente ressaltando o papel histórico desempenhado por outro homenageado, o ex-presidente general Dutra, profere as seguintes palavras:

"O Governo Dutra marca na História deste país a restauração e a convalescença da democracia, que a vitória das democracias na guerra impusera no Brasil. Marca o fim dos 8 anos de ditadura, a que haviam levado as contradições e perplexidades dos descaminhos da Revolução de 30 ,que, tenente ainda, também ajudei a fazer nas coxilhas dos meus pagos". Todavia, se houve mérito na "restauração da democracia", que permitiu a "união da classe política", Mediei enfatiza que isto permitiu ainda a vigência e prolongamento de uma "ilusória viabilidade de uma democracia ortodoxa e saudosista, em um país ansioso por sair do estágio do subdesenvolvimento". (Mediei: 1970: 61)

Como se vê, suas posições antidemocráticas vão transparecendo claramente nestas linhas em que busca configurar os momentos de inflexões que perpassam a vida social, para ressaltar a impossibilidade de uma democracia social nos quadros daquela realidade econômica. Mais adiante,

"A década de 50 haveria de marcar-se pela passagem da industrialização espontânea à industrialização planejada. A coerência exigia, no campo político, a transição da liberal democracia para a democracia social. A falta de compatibilidade, entre a continuidade do liberalismo político de então e as tensões sociais, seria um dos fermentos das crises político-militares que se repetiriam a partir de 1954. Agravariam essas crises a mudança intempestiva da Capital e o esforço desenvolvimentista realizado sem a cobertura de uma ponderável reserva de divisas que assegurasse a importação dos equipamentos indispensáveis à implantação das indústrias de base". (Mediei: 1970: 62)

Portanto, já transparecendo suas críticas à emergência de crise, inclusive, no âmbito politico-militar, Mediei conduz, assim, num tracejado esquemático e linear, do governo

JK até os idos dos conflitos sociais da próxima década: "Os primeiros anos 60 caracterizariam a exaustão econômico-financeira dos esforços da década anterior e o generalizado desencanto pelos caminhos do liberalismo político. A espiral inflacionária gerada por aquela exaustão e a falta de solução para os problemas de natureza econômica acenderiam as crises sociais. No alto, os governantes buscavam munir-se de plenos poderes; na base, soprava-se a neurose de um reformismo que, tantas vezes, não sabia o que reformar, como reformar e para que reformar, enquanto alguns segmentos da opinião popular se deixavam seduzir pelo chamamento para aventuras políticas contrárias à nossa filosofia de vida". (Mediei: 1970: 62)
(70:62)

Como todos os generais que se assenhoraram do exercício do poder autocrático, ao enunciar as metas propostas segundo os "ideais da revolução", há que se fazer a distinção entre o passado "pré-revolucionário", não tão distante assim, do governo João Goulart, marcado pela "subversão e corrupção". Desse modo, quaisquer avanços nos índices de crescimento econômico ou na redução do processo inflacionário, será colocado como uma "conquista revolucionária", como um dos feitos da "revolução de 1964.

Ao assumir a missão especial de comandar o país, o general Garrastazu Mediei, acentuava que "A missão que recebi, e que cumprirei com penhor de minha própria vida, está dentro de um processo histórico. Todos se recordam dos fatos seriados dos últimos tempos e principalmente dos acontecimentos que precederam a eclosão do movimento revolucionário em que as Forças Armadas nacionais, com o apoio irrestrito do povo, decidiram interromper as causas de tantas incompreensões na vida brasileira". (Mediei: 1970: 28)

Estes fatos arrolados, quando de sua fala no I Exército, na Guarnição da Vila Militar, a 21 de fevereiro de 1970, cujo comando estava nas mãos do general Suseno, são enunciados: "- da ameaça crescente às liberdades básicas dos indivíduos e da sociedade; - da perturbação e subversão da ordem social, econômica e moral; - da degenerescência dos costumes, invadindo as escolas, os lares, os campos, as oficinas e os templos religiosos; - do aviltamento dos mais sagrados fundamentos que sustentam a nação, quais sejam a família, o trabalho, a produção, a moral cristã, a cultura, a arte, a autoridade dos pais e dos mestres, a autoridade do Governo e dos tribunais e a autoridade dos chefes militares; - da usurpação da consciência e da coragem moral dos homens". (Mediei: 1970: 28)

Como se pode notar, não há nenhuma esfera da vida cotidiana, nenhum campo da totalidade social, que antes da "revolução salvadora", não tivesse sido afetada pela "subversão e corrupção", dos homens e mulheres da "República sindicalista". Por estas razões, as Forças Armadas tiveram que entrar em ação, como exigência da "nação brasileira" e da impossibilidade do liberalismo político em desatar os nós dos dilemas nacionais.

Segundo Mediei, a "verdade revolucionária" que ele apresenta e que diz não aceitar nenhum tipo de contestação é que: "O país estava lentamente sofrendo uma cisão interna,

dividindo-se entre uma minoria comuno-subversiva integrada nas instituições e a grande maioria sem qualquer participação em sua vida ativa. Essa divisão chegou a tal ponto que as instituições políticas não puderam mais assegurar a unidade e a estabilidade nacionais, obrigando as Forças Armadas a intervir para interromper o processo de subversão e evitar a desagregação e o caos. As instituições democráticas não foram assaltadas pelos militares, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, na hora em que os próprios homens que ocupavam o Poder nacional iniciaram a destruição dos mais altos valores da nacionalidade". (Mediei: 1970: 28)

Nesta formulação, o país que se mostra dividido em lados: os "bons-brasileiros" e os "pseudo-brasileiros". O bonapartismo aparece, então, como o, tradutor, dos postulados que representam os verdadeiros anseios e aspirações populares, de um "Estado que existe para o homem e não o homem para o Estado": os "atos legítimos" do poder nacional se guiam de acordo com estes "postulados": "- de aprimorar a prática dos princípios democráticos consagrados na Constituição brasileira, sobretudo os referentes à dignidade da pessoa humana - no bom sentido do humano - aos direitos, deveres e liberdades de homem brasileiro" (Mediei, 1970: 29)

A esta defesa da dignidade da pessoa, "no bom sentido do humano", está o "inimigo da revolução": o "pseudo-brasileiro, isto é, daquele que está a serviço de outra pátria", em suma, o comunista, cuja doutrina e ideologia se opõe visceralmente "à alma, à consciência e tradição de vida da sociedade brasileira". Dessa forma, Mediei se propõe a "dar à nação, com o empenho do máximo esforço, toda a segurança e liberdade indispensáveis ao desenvolvimento acelerado que propicie o bem-estar e a tranqüilidade compatíveis e exigidos por nossa grandeza". (Mediei, 1970:29)

Recorde-se que o "comunismo" só pode se tornar realidade, nas condições do subdesenvolvimento, pelas agruras a que as maiorias são levadas, num sacrifício humano que os colocariam nas mãos dos subversivos, dos "pseudo-brasileiros", que não cultuam a pátria, a religião, a soberania e a propriedade. À esta situação econômica corresponderia a insatisfação das massas, abrindo espaço pela crise social à instabilidade da ordem política, ampliada pela impotência e inadequação do liberalismo político. De outra parte, os recursos tecnológicos postos à mão no mundo contemporâneo, permitem erradicar a pobreza e a miséria.

O desenvolvimento acelerado e a segurança interna, os "esforços desenvolvimentistas" com a "paz social", só seriam possíveis com esta estruturação política, com as Forças Armadas no tope do poder político, e entre elas o Exército segurando as rédeas do Poder nacional.

Num discurso proferido em Porto Alegre, a 5 de março de 1970, o general Mediei explicita suas intenções para a continuidade do "processo revolucionário": "O tormento da penúria, resultante da raridade de bens, já não é fatalidade a que o homem se haja de resignar. Os processos tecnológicos hoje disponíveis, aliados às providências governamentais, por cujo intermédio se coordenem os fatores da produção, permitem, na

verdade, vencer o flagelo da escassez, mediante criação de riqueza, que faculte acudir às exigências sociais mais elementares.

"A prosperidade ou crescimento econômico se converte, pois, em nossos diais, em elemento essencial para que se possa alcançar o bem-estar coletivo. Pecaria, realmente, contra o senso comum quem pretendesse distribuir, em proporções cada vez maiores, bens que na mesma razão não crescessem. "Recorre, por isso mesmo, a Revolução de Março ao progresso econômico como instrumento imprescindível para a modelação da sociedade que está construindo com inigualável tenacidade, patriotismo e clarividência, na certeza de que sem a aceleração do desenvolvimento não se poderá estabelecer, em bases satisfatórias, a concórdia e a tranqüilidade sociais". (Mediei: 1970: 48)

É com este intuito que o grupo "medicista-costista" se alinha para promover um novo ciclo de acumulação ampliada do capital, contando com o financiamento externo para tal finalidade, e com o controle rígido dobre as organizações de esquerda e, desarticulando seguidamente, o movimento operário-sindical.

No discurso medicista vai aparecer a todo momento, esta atenção à redução das desigualdades sociais, via o "esforço desenvolvimentista", o crescimento econômico acelerado, na atenção à "justiça distributiva", "à distribuição mais justa da renda nacional". (Mediei: 1970: 49) Explicita que se a tônica é o "progresso econômico", os "fins últimos" da atividade estatal reside na criação de condições materiais para que as lutas sociais e as liberdades públicas possam vicejar novamente.

"Emprestando nos termos em que o faço, suma importância ao econômico, não relego a plano secundário o social nem o político. Na ordem da intenção, pelo contrário, o social e o político é que se revestem de precedência, como fins últimos da ação, que está em marcha. Não há felicidade social possível, sem que as necessidades elementares e até secundárias, como as consistentes em certo grau de conforto, sejam atendidas. Não se assegurará, de outra parte, em toda a sua plenitude, a liberdade política, sem que os conflitos sociais desapareçam pela supressão de suas causas, na maior parte de natureza econômica". (Mediei, 1970: 49)

Propondo que esta ação estatal só teria eficácia com a "integral cooperação de todos e de cada um dos brasileiros", moralizando as relações de ordem econômica, Mediei sintetiza: "Se desejamos, pois, uma sociedade que seja politicamente livre e socialmente estável, é mister que nos entreguemos, com todas as nossas forças, à promoção por todos os meios, da prosperidade econômica do País". (Mediei: 1970: 49)

Estas posições implicam a inibição de possíveis pressões populares num ambiente democrático, onde as contradições sejam explicitadas e as posições parlamentares sejam capazes de revelar polarizações e, com isso, desviar a rota traçada pela autocracia burguesa. Na mentalidade autocrática, esta centralização e comando armado fazem parte de uma evolução política, onde o "Poder nacional" se enlace a esta visão de um "Poder permanente", onde, "A decisão da maioria do povo brasileiro no apelo à intervenção das

Forças Armadas desencadearia um novo passo em nossa evolução democrática que, embora ainda não esteja perfeitamente definido, já se sabe haver sepultado um liberalismo político incompatível com as violentas mudanças das estruturas sócio-econômicas. E, nos dois primeiros governos da Revolução de Março, o país participou da regeneração de nossa vida econômico-financeira, enquanto parcelas da classe política, desatentas à realidade dos tempos e por demais apegadas às filigranas do velho jogo político, tentavam voltar ao passado". (Mediei, 1970: 62-63)

Segundo Mediei, o Brasil poderia ensinar às outras nações subdesenvolvidas a dar uma arrancada econômica, sem o "sacrifício" das liberdades; assim, a "Revolução Brasileira" tentaria superar o fosso que separa as nações mais industrializadas, daquelas que, distanciadas, cada vez mais, pelo avanço científico e tecnológico, tentam atingir "o estágio de desenvolvimento sem sacrifício total das liberdades", e que "embora nestes tempos não se conheça o exemplo de uma só nação que haja conseguido emergir do subdesenvolvimento sem fazer esse sacrifício, a firme e determinada opção da Revolução brasileira é a de provar, pela primeira vez, a viabilidade desse caminho". (Mediei, 1970: 63)

Viabilidade de caminho, que significaria para além da desestruturação das instituições democráticas, a total exclusão de uma esquerda revolucionária e a organização autônoma do movimento operário-sindical. Nesta aula inaugural proferida na ESG, Mediei deixa claro quais seriam os objetivos prioritários de seu governo: "Quero referir-me, primeiro, à concentração de esforços no sentido de que seja alcançado um ritmo de *desenvolvimento acelerado e sustentável.* Busco a compatibilidade desse esforço desenvolvimentista com a *estabilidade interna,* consubstanciada na segurança". Visando, dessa maneira, criar as condições propícias para o deslanche dos capitais privados, prometendo também a "valorização" dos brasileiros, com a duplicação da renda per *capita* do país: "procurarei alcançar esse desenvolvimento e essa segurança com a *construção de uma sociedade politicamente aberta,* que concilie a necessidade da aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de privatismo e de descentralização do poder econômico. E também considero altamente prioritário o objetivo de *valorização do homem brasileiro,* pelo fortalecimento de suas energias morais e cívicas, assim como pelo aumento de sua renda *per capita,* de forma a que, no mínimo, possa estar dobrada em 1980". (Mediei, 1970: 65-66)

Resumindo essas prioridades, o general Mediei, acrescenta a independência e a soberania nacional: "trata-se, então, de ajudar a construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática, independente e livre, assegurando, assim, a viabilidade econômica, social e política do país". (Mediei, 1970: 66)

Não há que se esquecer que condizente a esta "sociedade politicamente aberta", a mão de ferro é sempre anunciada como uma "violência edificante", como uma repressão "legítima", pois, tendo "pautado minha conduta nos princípios básicos que os camaradas (os militares) conhecem e praticam", o funcionamento de um Exército integrado e unido, é necessário para "... a permanente impugnação em todo o território nacional, de qualquer

tentativa de perturbação da ordem vigente, do bem-estar da população e da obediência aos sagrados postulados da Revolução". (Mediei, 1970: 31)

Mediei registra o que seria o divisor de águas do futuro do próprio país, a batalha mais importante de todas, a meta que enuncia enfaticamente: "a batalha do desenvolvimento nacional iniciada em 1964", aí se define os destinos da nação A população brasileira de 90 milhões de pessoas deveriam ser aglutinadas nesse campo: "a batalha em que , no ato final de vitória, os brasileiros vão fazer o transplante da grandeza do Brasil da Geografia para a História, dando à Nação autênticos padrões morais, econômicos e políticos que representem nossa verdadeira forma de viver". (Mediei, 1970: 40)

Pressentindo os rumos a que a ditadura Mediei certamente levaria a nação, o jornalista Carlos Castello Branco, na sua coluna do dia 5 de julho de 1970, escrevia: "Já se pode extrair uma doutrina política do comportamento do Presidente Mediei e das palavras com que se pronuncia em todos os momentos. Parece entender o presidente que todos os problemas brasileiros se cifram num só problema, o do *desenvolvimento econômico e social*. As instituições nacionais deverão, assim, ser uma decorrência desse processo. Preocupando-se em desenvolver, o governo se dispensa de pensar em outras questões cuja solução situa numa faixa fora do alcance de ação imediata das autoridades e das demais pessoas e forças interessadas em organizar desde logo o regime que se supõe seja a meta da sociedade brasileira. Dando tudo pelo desenvolvimento, sem deixar explícito que o país deve crescer como uma *sociedade politicamente aberta*, o processo pode levar a tudo, até mesmo à retomada do sistema democrático de governo. Pode ser também que *a conclusão seja outra*. Nada impede que a concentração de esforços, a mobilização total para fins materialistas abra caminho a um tipo de organização política e social que seja precisamente o contrário do que se constituiu na inspiração e no motor do movimento de março de 1964". (Branco, 1979: 598-99)

Os empreiteiros da tortura

"Ouso tomar o partido da humanidade"! Em suas reflexões sobre o significado da tortura, Pietro Verri, iluminista italiano do século dezoito, realiza uma profunda crítica humanista às práticas inquisitoriais de tortura como meio para a obtenção da "verdade". Denunciava a prática dos tormentos como desumana, cruel e irracional em si mesma. Se de fato, ironizava, a verdade é plena com o sentimento de dor, os próprios juizes, detentores da verdade, seriam os primeiros a usufruí-la.

"Qual é o sentimento que nasce no homem, ao sofrer uma dor?", perguntava Verri em sua *Observações sobre a tortura* (escrito entre 1770 e 1777). "Este sofrimento é *o desejo de que a dor pare*. Quanto mais violento for o suplício, tanto mais violento será o desejo e a impaciência de que chegue ao fim. Qual é o meio com que um homem torturado pode

acelerar o término da dor? Declarar-se culpado do crime pelo qual é investigado. Mas é verdade que o torturado cometeu o crime? Se a verdade é sabida, é inútil torturá-lo; se a verdade é duvidosa, talvez o torturado inocente, tal como o culpado, é igualmente levado a se acusar do crime. Portanto, os tormentos não constituem um meio para descobrir a verdade, e sim um meio que leva o homem a se acusar de um crime, tenha-o ou não cometido. Nada falta a este raciocínio para ser uma prefeita demonstração". (Verri, 1992:80)

O jurista brasileiro Dalmo Dallari, com a coragem e lucidez de autêntico humanista, pôs o dedo na ferida: "Praticar tortura contra uma pessoa é uma forma covarde de cometer violência física, psíquica e moral, fazendo sofrer a vítima, degradando o..próprio torturador e agredindo valores que são de toda a humanidade. Tem havido momentos na história humana em que a prática de violências se torna rotina, ou sob influência da guerra ou de profunda desordem social, duas situações igualmente próprias à degradação moral. Nessas ocasiões não é raro que a força prevaleça sobre a autoridade e a razão, ficando aberto o caminho às expansões da boçalidade violenta, com os governos e até mesmo as leis permitindo a tortura, em nome da defesa da liberdade ou da proteção da sociedade". (Dallari, 1997: VII)

Há que fazer, no entanto, uma distinção. O terrorismo praticado pela ditadura militar, seguindo a lógica delineada pela *ideologia da segurança nacional*, classificava os comunistas, em particular, mas toda a desobediência civil, como sendo subversões do "inimigo mterno" no quadro de uma "guerra revolucionária". Por este motivo, comunistas, democratas, oposicionistas, civil ou militar, não importando a coloração ideológica, foram marcados com este estigma de "inimigos internos", desse modo, torturados, humilhados, vilipendiados, ceifados, aniquilados. A polarização ideológica nascida no interior das lutas de classe fazia com que o subversivo, em primeiro lugar, o revolucionário de extração comunista, o sindicalista, o intelectual, o democrata autêntico, deveriam - não dizer sobre a verdade de suas ideologias -, mas a delação de seus companheiros, cujo objetivo principal era o desmantelamento de suas organizações, a prisão de seus dirigentes e quadros, a tortura na "guerra", o seu aniquilamento.

O combate sem tréguas aos subversivos de esquerda - era o dogma que unificava todos os setores e frações dominantes. No entanto, é bom que se qualifique o rótulo de "subversivo", porque para a direita, ela própria alcunhada de "revolucionária", qualquer ligação com o "regime do passado", o "trabalhismo populista" - que traduzia os interesses mais próximos das demandas e necessidades da maioria da população brasileira, é bom repetir -, passava a ser identificado como "inimigo interno" no processo da "guerra revolucionária" da doutrina da Escola Superior de Guerra.

Nos vários países da América Latina também se disseminou para toda as esferas da vida social, uma *doutrina de segurança nacional*, produzida, particularmente, no seio das respectivas Forças Armadas, a fim de aniquilar o "inimigo interno", os "subversivos". Examinando a barbárie da repressão na Argentina, tentando compreender os atos criminosos praticados pelos militares de seu país, Dellasoppa afirma:

"A forma de uso pelas Forças Armadas dos recursos coercitivos para aniquilar as organizações subversivas foi resultado de decisões políticas deliberadas, elaboradas no contexto de uma *doutrina de segurança nacional* que identificava o inimigo interno como fazendo parte de uma vasta conspiração internacional comunista contra o Ocidente. Também foi fortemente influenciado pela história argentina recente, em particular pela convicção da ineficácia das instituições democráticas e do Judiciário para resolver satisfatoriamente o problema levantado pela existência de organizações guerrilheiras. A convicção de que pôr na prisão os elementos subversivos originava o problema de sua permanente consolidação ideológica e radicalização, assim como não garantia contra o 'estancamento do contágio', levou as Forças Armadas à crença de que o aniquilamento era a solução procurada". (Dellasopa, 1998:371)

Desde os anos 50, os brasileiros são treinados no exterior para apreender as técnicas sofisticadas de informação e contra-informação. Há o caso célebre do facínora Filinto Muller[2], que trouxe da Alemanha de Hitler, dois nazistas para a aprendizagem dos métodos terroristas praticados pelo nazismo. É comum, quando se mede o grau de barbárie entre as ditaduras latino-americanas acentuar, a afirmação de que nossa ditadura foi "branda", se comparada, por exemplo, com a da Argentina. À ditadura argentina deve ser creditada cerca de 30 mil desaparecidos e mortos, enquanto no caso brasileiro, a lista é menor com cerca de 144 nomes. No entanto, é bom frisar, que nosso aparato de repressão foi considerado "modelo", precisamente, por estas mesmas ditaduras. De longa data, a "escola" brasileira de violência e tortura aos presos comuns e, particularmente, aos presos políticos ganhou projeção. Os nossos militares serviram de "consultoria" para ditaduras ferrenhas como a chilena e a uruguaia.

Atualmente sediada em Fort Benning, no Texas, a *Escola das Américas,* continua ativa em seus cursos e treinamentos de militares. Criada em 1949, localizada no Panamá, a *Escola* serviu para preparar os seus quadros na "guerra revolucionária". Denunciada em todo o mundo por seus manuais, onde ensinava a arte e os métodos da "guerra suja", de tortura, espionagem, assassinato, artimanhas no trato de praticar atrocidades. Os cursos versavam sobre procedimentos e estratégias de "contra-informação", "segurança interna", "ofício de inquiridor de inteligência militar", etc. Cursos básicos de Operações de Combate e Contra-insurgência". Atualmente, alguns formados e que serviram às suas ditaduras, tem tornado público as suas atrocidades e crimes políticos.

E o caso do ex-capitão do Exército argentino José Luis D'Andrea Mohr. que publicou um livro intitulado *El Escuadrón Perdido* (B. Aires: Planeta, 1988), relatando o processo do seqüestro e desaparecimento de 129 soldados. Numa entrevista a Maria Ester Gilio do Jornal *Brecha,* n.° 659, Montevidéu, julho de 1998. D'Andréa narra a sua experiência terrorista: "A primeira questão foi ideológica: convencer a todos de que estávamos numa guerra mundial. Uma vez instaurado o estado de sítio na Argentina, o general Videla, em sua primeira ordem secreta, garantiu que a guerra começa nas mentes. A 'guerra subversiva marxista' tem por objetivo a apropriação das mentes para que derrubem as nações: esta é uma idéia que se repete constantemente nas sucessivas e numerosas ordens secretas. A doutrina de Segurança Nacional começa seu longo percurso nos EUA e daí se

estende ao mundo. Há que disseminar o pensamento anticomunista, especialmente, nos exércitos. Desse modo, as ordens secretas do general Videla identificavam como inimigo ao guerrilheiro, ao professor, aos protestos de pais, ao sindicalista e a todos aqueles que não compartilhassem ponto por ponto dessas idéias. O lugar do inimigo está ocupado por qualquer um que pense de modo diferente". Por outra parte, ao expor suas condutas criminais, D'Andréa salienta o apoio dos EUA a estas atividades, "até o momento em que as denúncias das bestialidades cometidas no âmbito internacional, fizeram que os próprios norte-americanos tivessem de abjurar-se do apoio e nos bloquearam a venda de armas".

Mas, intervém a jornalista Ester Gilio: por que tantos inocentes foram mortos e desaparecidos? "Ao conceber, em seu ponto de partida, o inimigo de .modo tão difuso, o inimigo era todo aquele que pudesse se opor, ainda que minimamente, aos objetivos daquilo que chamávamos objetivos básicos do processo de organização nacional. Isto está escrito nas ordens secretas que recebia. Nessas ordens se faz referência ao inimigo armado - ERP e Montoneros - e que, curiosamente, não atingiam a 800 militantes. Se somarmos os mortos atribuídos à guerrilha são 734 desde 1970 até o final. Desde o dia 24 de março de 1976, os mortos atribuídos à guerrilha são só 56. Sem dúvida, após 1976, os desaparecidos alcançaram os 94% do total. A guerrilha proporcionará a maior quantidade de desaparecidos".

Segundo o ex-capitão argentino, Guillermo Klein, o braço direito do ministro da Economia Martínez, deu a melhor explicação para isto: "O Plano econômico implementado durante o processo só é possível de avançar num governo de fato". Governo *de falo,* isto é, que se utilize do instrumento de terror para o desaparecimento das pessoas. *{Brecha,* n.° 659, Montevidéu, julho de 1998)

Num estudo secreto do Departamento de Defesa, de 11 de junho de 1965, realizado na gestão de Robert McNamara, o crítico anarquista Noam Chomsky desvendava os nódulos da trama arquitetada pela política imperialista norte-americana: "Nele se constatou que 'de modo geral as políticas americanas em relação aos militares da América Latina têm sido eficazes na consecução dos objetivos estabelecidos para elas', que são: 'A melhoria da capacidade da segurança interna' e o 'estabelecimento do predomínio da influência militar americana'. Agora os militares compreendem as suas tarefas e estão equipados para cumpri-las, graças ao substancial aumento do treinamento e dos suprimentos levado a cabo durante o governo Kennedy, entre 1961 e 1962.

Essas tarefas incluem a derrubada dos governos civis 'sempre que, segundo o julgamento dos militares, a conduta desses líderes seja lesiva ao bem-estar da nação'; isso é uma necessidade no 'ambiente cultural latino-americano'... Agindo de acordo com essas orientações podemos garantir o resultado adequado para a 'luta revolucionária pelo poder entre os principais grupos que constituem a atual estrutura de classes' da América Latina, e podemos garantir para os EUA o investimento 'o investimento privado' e o comércioO, a 'raiz econômica' que é a mais forte das raízes do 'interesse político dos Estados Unidos na América Latina'". (Chomsky, 1993:234-5)

"Los gringos queriam que matáramos a todos los guerrilleros". Com esta manchete de capa, o Jornal *Brecha* de 24 de julho deste ano, estampava uma frase do contra-almirante Eladio Moll, ex-chefe do Serviço de Inteligência das Forças Armadas do Uruguai. O depoimento dado pelo militar uruguaio à uma Comissão de Investigação constituída por parlamentares, esclarece o papel dos Estados Unidos na difusão doutrinária da Segurança Nacional, o comportamento dos instrutores norte-americanos na formação da repressão e a postura dos militares da ditadura uruguaia. A frase está relacionada à sua afirmação de que os "gringos" recomendavam o extermínio dos prisioneiros políticos após a obtenção das informações. Num dado momento de sua entrevista concedida ao jornal de Montevidéu, ele ressalta que, no entanto, alguns comandantes da ditadura resolveram desrespeitar a vida dos prisioneiros políticos. Quando se refere aos assassinatos de Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz, assim como os desaparecimentos de uruguaios ocorridos em Buenos Aires, ele credita à "natureza humana", ao "fator humano". Num certo momento, em virtude da "ausência de uma liderança forte de condução das Forças Armadas", ou até de "tomada de decisões independentes".

Assim como no Brasil, o combate à guerrilha foi feita por braços treinados no exterior, como demonstra Dellasopa: "A análise dos resultados da *covert action* permite verificara que o objetivo da repressão passa pelo aniquilamento dos elementos mais combativos das organizações populares, sindicais, enfrentadas com a liderança da CGT, organizações armadas e periferia que operavam na frente das massas, de militantes de base (habitualmente desarmados) e de figuras expressivas do campo popular, como advogados e padres. Assim, a repressão focaliza intensamente a retaguarda das organizações armadas, procurando a aniquilação generalizada pelo aniquilamento individual, em umas versão não-oficial da doutrina anti-subversiva existente nas Forças Armadas. A guerrilha não teve uma política para proteger sua retaguarda, que estava exposta às expedições de aniquilamento dos bandos paramilitares como o Triple A até março de 1976 e, logo a seguir, das Forças Armadas. Este grau de exposição dos militantes de base era muito maior nas cidades menores do interior, com o que a participação destas no total de mortes é muito elevada". *(Apud* Dellasopa, 1998:326)

Na Argentina, a "Triple A", organização anticomunista, promove verdadeiros massacres contra o povo argentino. Assim, "Depois da morte de Perón (1/7/1974), particularmente a partir de agosto de 1974, a Triple A realiza verdadeira orgia de assassinatos, massivos ou seletivos, de personalidades de primeira linha ou de simples militantes de base. Advogados, deputados, sindicalistas, ex-combatentes da resistência peronista, estudantes, professores universitários. Até o general Carlos Prats, ex-comandante-em-chefe das forças armadas chilenas durante o regime de Allende foi assassinado com sua mulher, por uma bomba colocada em seu carro. Cantores e atores do teatro são ameaçados de morte e devem abandonar o país. A violência foi crescendo durante o ano de 1974 e em 1975 atinge seus maiores níveis (note-se que estamos nos referindo a este tipo de violência realizada pela direita e pelas organizações de guerrilha). Entre maio de 1973 e março de 1976 contabilizam-se 1.207 mortos e 847 feridos pertencentes ao 'campo do povo' e 336 mortos pertencentes ao 'campo do *regime^apud* J. C. Marín, 1984:157). Uma simples análise destes números sinaliza já no regime

peronista uma relação de 3,59 mortos no campo 'do povo' para cada morto no campo 'do regime', observando-se que a maior parte desses mortos concentra-se nos anos de 1975 e 1976 (até março)." (Dellasopa, 1998:329)

O que é subversivo?

Se a ordem do capital não se encontrava, em 1964, às vésperas de uma ruptura estrutural, de alteração radical no modo de produção, a *contra-revolução preventiva,* então, vislumbrava no desencadeamento dos acontecimentos, a instauração de uma democracia direta, próxima à uma *República anarco-sindical,* portanto, de uma *nova ordem social* com as massas se relacionando diretamente'com o poder presidencial. Dessa maneira, diante dessa autêntica subversão dos golpistas de direita de 64, como caracterizar esta figura concreta do *subversivo?*

Assim escrevia, da prisão, um expressivo e digno intelectual, em sua "Epístola ao Marechal Castello Branco", precisamente há um ano e quatro meses da instauração da ditadura militar, em suma, um "subversivo":

"Subversivo é quem deseja a modificação pacífica da estrutura socioeconômica nacional; subversivo é quem tenha defendido um governo legitimamente constituído, que *não-suhversivos derrubaram;* subversivo é quem se oponha à série de equívocos e desmandos praticada diariamente pelos colaboradores, a permissão extravagante de um porto para a Hanna Corporation, a modificação da lei sobre a remessa de lucros, a submissão total de nossa política exterior aos interesses americanos, o cinismo oportunista da lei dispondo sobre as inelegibiíidades, os golpes contra a Petrobrás representados pelas disposições recentes sobre a indústria petroquímica e a revogação do ato que encampava as refinarias particulares; subversivo é quem se oponha aos atos de violência pelos Estados Unidos no Vietnã e em São Domingos; subversivo é todo aquele brasileiro que não concorde em gênero, número e grau com o que pensem, digam ou façam os homens da chamada 'revolução'."

O autor destas linhas, preso em 1965, pelo coronel-intendente Gerson de Pina, um dos mais importantes editores de esquerda de nosso país, da Editora Civilização Brasileira, Enio Silveira, "um dos 486 brasileiros que seu governo considera indesejáveis para o trato público da coisa pública", toma conhecimento na prisão do quartel do I Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, de um livro de Norman Mailer, The Presidential Papers, e estimulado por seu conteúdo, com sua peculiar coragem e lucidez, resolve escrever uma carta ao marechal Castello Branco.

Numa certa passagem, ele afirma: "... continuo achando que o senhor ainda não compreendeu ser fundamental, para o exercício democrático das altas funções que hoje tem, a manutenção de um diálogo vivo e constante com todas as camadas de nosso povo, inclusive aquelas que se colocam em oposição a seu modo de ser e pensar (quando digo oposição, quero dizer oposição de fato, não aquela que lhe vende dificuldades para

comprar facilidades, não aquela que se manifesta contrária apenas aos efeitos, mas concorda com as causas). O que vemos todos, no entanto, é a demonstração diária de que o senhor parece ser adepto do monólogo, de que - por motivos psicológicos que desconheço - é 'um homem que não dá o braço a torcer'.(...) Por melhores que sejam suas intenções pessoais, Sr. Marechal, por mais que lhe pareçam inevitáveis alguns momentos de violência no curso de uma 'revolução' (não sei por que insistem em denominar assim, de modo sociologicamente incorreto, o movimento insurrecional vitorioso em I^{o} de abril), sua honestidade intrínseca não lhe permitirá esperar resposta afirmativa àquela pergunta. (...) Esqueçamo-nos por instantes, apenas para encaminhamento de raciocínio, das centenas de vítimas do Ato Institucional, da demissão em massa de professores universitários, da aposentadoria ou demissão sumária de funcionários públicos, da reforma de tantos oficiais de nossas Forças Armadas, todos perseguidos e punidos pelo crime de terem pensado.(...) Pensemos nos presos políticos, que definham há longos meses nas prisões, que definham há longos meses nas prisões, como suspeitos de subversão... Sim, de subversão - a palavra mágica que se presta para justificar os crimes e violências, mas que ninguém se dá ao cuidado de explicar claramente o que signifique no contexto político de hoje".

Expondo o seu caso pessoal, que em verdade refletia uma ampla multitude de casos semelhantes, descrevia o que lhe tinha acontecido: direitos políticos suspensos por dez anos, sem direito de defesa; submissão a cinco IPMs, um processo criminal, acusado de "crime de subversão"; e os livros da Civilização Brasileira apreendidos em todo o território nacional, "sob a alegação de que são ou podem ser 'subversivos'."

Preso, não por suas origens burguesas, mas em função de,suas idéias, ele acrescenta: "Sou, portanto, vítima da curiosa contradição reinante no seio do chamado 'governo da Revolução': quer manter a ordem democrática, segundo propala, mas considera incômodo, suspeito ou mesmo pernicioso quem dela se valha em sentido prático". E manifesta a sua indignação com uma das acusações que lhe faziam: "A Editora Civilização Brasileira é subvencionada pelo ouro de Moscou?" A sua resposta será direta e inequívoca: "Pois não parece ser outra a preocupação de vários oficiais de seu exército, Sr. Marechal. E o que nos mostra tal preocupação? Que esses oficiais são dominados, como quase todo o seu governo, por um preconceito geopolítico: qualquer pessoa que, na defesa de posições nacionalistas, fira diretamente os interesses americanos está a serviço dos interesses soviéticos".

Nos últimos parágrafos de sua "Epístola", o editor Enio Silveira aponta para Castello Branco, ou melhor dizendo, aponta para todos os brasileiros, o risco daquelas posições, o quanto seria "perigoso para o futuro nacional esse preconceito tão mesquinho e primário". "O senhor poderá então concluir, sendo mesmo o homem de bom senso que seus amigos e admiradores retratam, que não poderá haver paz e diálogo entre seu governo e o povo enquanto continuarem as perseguições inquisitoriais; que não poderá ser encaminhada a recuperação nacional enquanto a família brasileira estiver dividida em dois grupos, os cassados e os caçadores". (Silveira In: *Folha de S. Paulo, 2* de janeiro, 1998)

Durante todo o período da ditadura militar, a versão oficial era a de que a tortura nunca foi uma prática ditada pelos comandantes da "Revolução de 64". No governo Castello Branco, houve inclusive uma comissão presidida pelo general Geisel, a fim de visitar *in loco,* inquirir e avaliar a existência da prática de tortura. Segundo Geisel,

"O que constatamos é que *houve torturas nos primeiros dias da revolução.* Um dos que foram seviciados foi um ex-sargento comunista, Gregório Bezerra. Mas, na época em que estivemos lá, não havia nada, *não encontramos nada irregular.* Visitamos as prisões e falamos com os presos. Em Fernando de Noronha estava o Arraes, com quem conversei: nenhuma queixa de tortura. Fui à Bahia e lá também não encontrei nada irregular. Em São Paulo, os assuntos principais relacionados com a revolução estavam sendo tratados pela Aeronáutica. Os inquéritos estavam a cargo dó coronel Brandini. O comandante da Zona Aérea era o brigadeiro Márcio de Sousa Melo, meu colega de Escola Militar, que depois foi ministro da Aeronáutica. Não havia qualquer notícia de torturas, apenas os inquéritos do Brandini. Voltei ao Rio e fiz meu relatório escrito ao Castelo." (Geisel *apud* D 'Araújo & Castro, 1997: 186. Grifos nossos)

Um dos fatos mais marcantes da repressão promovida pelos golpistas de 64 foi a tortura em praça pública do líder comunista Gregório Bezerra. Em suas *Memórias,* Gregório Bezerra desmente cabalmente as assertivas dos inquéritos que negam a existência *oficial* da tortura. Preso após a movimentação dos golpistas em 1964, após receber coronhadas no rosto, que lhe fizeram perder os dentes, o iracundo anticomunista, coronel Villoc, ordenou que se enlaçassem o pescoço de Gregório com cordas, obrigando-o a passear sobre pedregulhos britados para "aliviar a dor dos pés".

"E assim fui arrastado através das principais ruas do bairro da Casa Forte. Um sargento segurava a corda pela direita, outro pela esquerda e o terceiro por trás. As cordas apertavam-me cada vez mais a garganta e eu procurava contrair os músculos do pescoço, pois, apesar dos sofrimentos, queria viver. Foi um desfile doloroso. O coronel sádico parou o desfile em frente ao CPOR e concitou oficiais, alunos e soldados a me lincharem. Não foi atendido, o que o deixou ainda mais furioso; prosseguiu o desfile. Num cruzamento, mandou parar o desfile, fez parar o trânsito e recomeçou a bater-me, chamando o povo para fazer o mesmo.

- Linchem este bandido! É um monstro! É um incendiário! Queria fazer a revolução comunista a serviço de Moscou! Queria entregar o Brasil à Rússia soviética! Tinha um plano para incendiar o bairro da Casa Forte e matar todas as crianças queimadas! Matemos este bandido! Venham, batam, até ele morrer! Vinguemos os crimes que ele cometeu; agora está amarrado, não pode reagir! Vamos, batam!

Ninguém o aplaudiu. Ninguém atendeu. Enfurecido, o coronel espumava pelos cantos da boca. Concentrava a raiva contra mim. Pulava na ponta dos pés para dar mais força aos seus golpes. Dizia à massa para apreciar o espetáculo, mas esta virava a cara. A atitude das pessoas ali presentes dava-me forças para resistir física e moralmente. Isso enfurecia mais e mais o meu torturador. Olhava para mim e gritava:

- Eu sou ibadiano, filho da puta! E, para confirmar, golpeava-me. Os sargentos respondiam:
- Nós também somos ibadianos, Gregório! Tu querias nos intrigar com os nossos oficiais, bandido! Vais pagar caro!"

A tortura levada à exemplaridade. pública, arrastado pelas ruas, passando pela Praça da casa forte, Gregório se vê arrastado até a casa do próprio carrasco, o coronel Villoc. Lá, várias moças e senhoras, presenciavam o colérico ibadiano:
"- Este é o bandido comunista Gregório Bezerra! Estava plãnejando-incendiar o bairro e matar todas as crianças! Agora, vai ser enforcado na praça! Venham assistir!"

Diante desta cena de terror, diante do sangue que lhe escorria, diante da resistência do velho combatente de 1935, as mulheres começavam a chorar, inclusive, a esposa do próprio coronel Villoc.

"- Você está chorando por este bandido? (E golpeava-me, esguichando sangue, tingindo suas mãos de coronel, salpicando seu rosto e sua túnica. Aos gritos, prosseguia.) - Este é o tratamento que damos aos comunistas! (E batia-me, tal como uma cozinheira trata um bife para amaciá-lo.)

Tinha muito sangue coagulado no pescoço, dando a impressão de que tinha sido semidegolado. (...) Não enxergava mais nada, pois a vista tinha-se escurecido. Ouvia vozes que pareciam muito distantes. Fazia força para abrir os olhos, mas não conseguia. Meus pés, em carne viva e cheios de pedra britada e grãos de areia encravados, já não doíam; estavam dormentes. Minhas pernas pareciam que arrastavam toneladas. Todo o meu corpo tremia, sentia muito frio e muita sede. Fui salvo pelo clamor público". (Bezerra, 1979: 196-7)

Bezerra contaria esta cena horripilante aos seus companheiros em várias circunstâncias. Além da dor da perda de vários companheiros de resistência democrática. Estas marcas o acompanharam a vida inteira. Com o seqüestro do embaixador norte-americano, a conquista revolucionária da troca de 15 presos políticos, Bezerra seguiria para o México, Havana e, finalmente, Moscou. Nos cinco anos que passara nas prisões da ditadura militar, Bezerra teve de conviver com as mutilações que seu organismo sofrerá, não lhe deram tratamento médico eficaz, retardando o tratamento, inclusive, das seguidas inflamações da próstata. Em Moscou, Bezerra gostava de lembrar, convivendo com a agonia de uma insônia agora permanente, herança da tortura, a recomendação médica de caminhar 8, 9 até 10 quilômetros diários, na bela Praça Vermelha, no *Kremlin.*

De origem camponesa, semi-alfabetizado, educado ideologicamente pelos dogmas do *partidão,* o velho militante *prestista* soube compreender as injustiças e barbáries da ordem do capital. Detectava com acerto a configuração de nosso *Estado clandestino,* valendo-se das palavras precisas de Pierre Vidal-Naquet: "A tortura começa com um método de interrogatório, desenvolve-se como um método de opressão e finalmente se transforma num Estado clandestino, que corrói as próprias raízes da vida de uma nação". E,

apropriando-se dà definição, assegurava: "Na escalada terrorista do Estado Novo getuliano, era a polícia política que se incumbia de prender, torturar e matar prisioneiros. Essa lúgubre tarefa era exclusivamente sua. A partir de 1964, entretanto, a repressão começou a envolver as Forças Armadas nessa miserável atividade. Comprovou-se a verdade enunciada por Pierre Vidal-Naquet: já não bastava que a tortura fosse um método de opressão, era preciso que eles fossem coordenados e dirigidos por técnicos, por oficiais das Forças Armadas treinados no exterior, formados por aqueles mesmos tecnocratas norte-americanos que tentaram dobrar o povo vietnamita. Já não bastava a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), eram necessários o DOI-Codi e a Oban. Isto é: o Estado [x] clandestino." (Bezerra, 1979: 253)

Nos documentos oficiais dos generais-presidentes jamais aparece a tortura como medida tomada a partir do Estado. E como se funcionasse de modo independente. Os subalternos não agiriam sob comando de quem quer que fosse da alta cúpula. No entanto, ^omo bem compreendeu os analistas do CPDOC:

"A versão oficial diz que a tortura jamais resultou da ordem ou orientação dos chefes. Mas, se isso é dito, aliás com ênfase por alguns, também é confirmada pelos próprios depoentes a ocorrência de abusos ou 'excessos'. Não se mencionam ou esclarecem, contudo, as providências que porventura tenham sido tomadas nesse sentido, no período coberto pelo livro, com o rigor que o assunto requeria, e isso contrairia um princípio militar básico constante dos regulamento da instituição. Isto é, o chefe é sempre responsável, e se sabe de irregularidades e não toma providências, é conivente. Mais do que isso: se não sabe o que se passa em sua unidade é também conivente por omissão e falta de responsabilidade. Se o regulamento é tão rigoroso, chama a atenção o fato de que se admita que os 'excessos' tenham existido sem que tenham sido tomadas as devidas providências. E para isso há sempre uma explicação improvisada, mas de grande valor simbólico: 'essas coisas' fazem parte de qualquer guerra; na guerra nem tudo pode ser controlado. Reforçando esta perspectiva, a tortura é, às vezes, banalizada como mais uma das várias iniciativas que tiveram de ser implementadas - 'ossos do oficio'". (D'Araujo et ai., 1994b:23)

Logo nos primeiros lances do regime militar, o sistema de inteligência era montado por Golbery do Couto e Silva. Sua concepção estabelece a dupla função: "Saber o que o adversário faz, o que pretende fazer, se possível, e, no mínimo, o que poderá vir a fazer com maior ou menor grau de probabilidade - eis a tarefa da busca e interpretação das informações, a qual, não por acaso, recebeu, em muitos países, o nome de 'inteligência'. Ocultar nossos propósitos, impedir ou pelo menos dificultar que o antagonista os desvende - ficou batizado de contra-informação ou 'contra-inteligência'. Tanto se reconheceria o primado da inteligência, em boa parte intuitiva, no campo da estratégia, que esta, sob tais aspectos, se viria a situar em plano mais elevado que a política." (Golbery, 1981:460)

"A lição foi bem aprendida. Pois ainda em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o objetivo de assessorar o presidente da República na orientação

e coordenação das atividades de informação. Arquitetado por Golbery do Couto e Silva, o SN1 cresceu e espalhou seus tentáculos sobre toda a sociedade e sobre os aparelhos do Estado. Além da Agência Central e das agências regionais espalhadas pelo Brasil, o SNI dispunha das Divisões de Segurança Interna - DSIs- em cada ministério e das Assessorias de Segurança e Informações - ASIs- em outros órgão públicos. O número de pessoas envolvidas em caráter permanente nesse tipo de trabalho jamais foi tornado público. A julgar pelos depoimentos aqui transcritos, seriam aproximadamente duas mil, além de numerosos colaboradores eventuais. Tendo como cliente principal o presidente da República, o SNI expandiu suas atividades, ultrapassando os limites da área de informações e de operações. Tornou-se também um gerenciador de atividades políticas e empresariais. O gigantismo e a ação diversificada, e até mesmo descontrolada, desse órgão levou seu mentor, Golbery, a declarar, anos mais tarde, que havia criado 'um monstro'". (D'Araújo et ai., 1994b: 14)

A equipagem dos aparatos repressivos foi fartamente apoiada e financiada pelos empresários, mas não só, recursos oficiais também se destinaram para tal empreendimento. Além da possibilidade, firmada em documentos com o Exército, da transformação bélica das indústrias. Em 48 horas, a Mobilização Industrial permitiria que elas fossem convertidas em fabricações de armamentos, munições, carros de combate, etc. Segundo os pesquisadores do CPDOC,

"Um deles foi a Operação Bandeirantes (OBAN), criada em São Paulo em 1969 pelo general José Canavarro Pereira dentro do II Exército, e que teve à frente o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Este órgão misto de entidade policial e militar, foi amparado por recursos oficiais e por doações de empresários, entre os quais destacou-se Henning Boilesen, morto em 1971 por organizações de esquerda. A OBAN tinha por objetivo empreender ações de captura e desmonte de grupos armados de oposição, usando métodos marcadamente violentos. Sua filiação institucional ambígua assegurou-lhe carta branca para agir e impunidade para seus atos". (D'Araújo et ai., 1994b: 17)

Segundo o estudo de Huggins, outra função estava destinada à OBAN[3], ou seja, a tarefa de conscientizar a população a atuar no combate ao terrorismo. A OBAN distribuía panfletos pedagógicos, estimulando a transformação do cidadão em delator: "Essa campanha incluía o estímulo e a ajuda para que fossem organizadas 'correntes telefônicas' e 'correntes postais'. Estas fomentariam a lealdade ao governo militar e conteriam a difusão de boatos 'terroristas', com a advertência de que 'se você quer romper a corrente, você, ou algum ser amado, poderá ser vítima de um assalto ou de uma bomba incendiaria [de um subversivo]'. A OBAN também criou 'clínicas de boatos', com base na pesquisa do psicólogo Gordon Allport na Segunda Grande Guerra, para conter os boatos 'subversivos', colocando informantes nos sindicatos, universidades, empresas, associações comerciais, clubes esportivos e sociais, e outras organizações civis, com o objetivo de acabar transformando 'cada membro da população em um policial secreto para evitar o terrorismo e... a subversão comunista' (DOPS, 1969c). Ou seja, a população passaria a fazer parte de uma infra-estrutura totalitária, baseada no envolvimento total do aparelho repressivo do Estado". (Huggins, 1998:174)

É sabido que na medida em que as estruturas repressivas foram se organizando, ganhando força e privilégios, ensejando inclusive a formação de verdadeiras quadrilhas, que entram na exploração de cassinos, de prostituição, de drogas, de armas, etc, acabando por se autonomizar e ser palco de uma série de conflitos e disputas internas:

"A degenerescência que o fez descambar para a violência e o terror generalizados, competitivos, descoordenados e mutuamente destrutivos, amplamente disseminados, encontrava claramente parte de suas raízes no objetivo dos militares de difundir, a qualquer custo, a doutrina de segurança nacional por todo o sistema de segurança interna do Brasil, como ocorreu, por exemplo, quando os militares se infiltraram na academia de polícia de Brasília visando moldar a consciência policial nessa direção."Assim, finalmente, o sistema de segurança interna que se estruturava para coordenar e eliminar a competição e o conflito entre as forças de segurança - por meio da centralização, profissionalização, elaboração de tarefas, especialização e compartimentalização de funções - acabou na verdade por exacerbar velhos conflitos e criar outros novos, levando, nesse processo, à desintegração do controle centralizado sobre a violência". (Huggins, 1998: 207-8)

A partir de outubro de 1969, a estrutura jurídica do bonapartismo seria readaptada a partir dos ensinamentos da Doutrina de Segurança Nacional, com as leis que ounem os criminosos contra a segurança nacional, confígurando-se, a partir daí, o Código de Processo Penal Militar, o Código Penal Militar e a Lei de Organização Judiciária Militar, códigos que regem as sanções contra os subversivos, praticantes de assalto aos bancos, etc, sendo julgados e enquadrados na órbita da Justiça Militar.

Ao justificar a violência do Terror oficial, amplamente utilizado a partir da edição do AI-5, o "golpe dentro do golpe" - aliás, no jargão bonapartista, "a Revolução dentro da Revolução" -, as concepções cínicas do coronel Jarbas Passarinho não deixam alternativa alguma, quanto à necessidade do Ato Institucional n.° 5, baixado em 13 de dezembro de 1968: "Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da guerrilha e do terrorismo. Se, em março de 1964, o detonador da Contra-Revolução foi a preocupação com a bazófia de Leonel Brizola, o receio das reformas de base, o namoro do PCB com Jango, na linha golpista, os motins de sargentos em Brasília, e dos marinheiros no Rio, agora, quatro anos passados, o enfrentamento era mais claro. Era essencialmente ideológico. A expansão do comunismo internacional, no ápice da Guerra Fria, elegera o Brasil como objetivo altamente prioritário. Os Estados Unidos, já com a pedra no sapato a 90 milhas de seu território, sabiam que 'para onde o Brasil se inclinasse, a América do Sul se inclinaria'. O trágico destino de Guevara, na Bolívia, reforçava a importância do Brasil, na ótica revolucionária". (Passarinho, 1996: 308)

Inspirado pelas posições conservadoras de Gustave le Bon, o ex-ministro da Educação do governo Costa e Silva e servidor do governo Collor, como ministro da Justiça, repetiria a concepção do sociólogo francês, segundo a qual, o massacre de São Bartolomeu assim como as guerras religiosas e os movimento revolucionários, não devem ser atribuídos às personalidades que os encabeçaram, mas sim que "tais movimentos procedem da alma das multidões. 'A multidão, por instinto, obedece sempre a um agitador, na maior parte das

vezes (...) um homem de pensamento e de ação'." (Passarinho, 1996: 309) Desse modo, para a visão conservadora, se as multidões são sempre irracionais, elas possuem, ao menos, a *alma* que justifica os atos de terror.

Continuemos, pois, a examinar a visão da contra-insurreição permanente, manifesta nas memórias do coronel Passarinho. Não houve um pretexto para *o golpe dentro do golpe.* Segundo sua leitura, "O governo estava quase à mercê da multidão e dos homens de ação nas organizações clandestinas comunistas". O nosso Le Bon tentará, assim, ao escamotear os fatos, atribuirá aos comunistas, que inflamam as massas, a teleologia que, no fundo, vem facção dos "duros". Numa carga explosiva - esta é a imagem construída pelo militar - há um estado de aparente tranqüilidade, até que alguém acione o detônador. Assim, quem foi "o detônador" da "Revolução dentro'da Revolução"? Em suas memórias, temos a seguinte justificativa: "Entendo que a carga explosiva estava nos antecedentes, especialmente nas ocorrências no ano de 1968. A preocupação da área militar era perigosamente crescente". (Passarinho, 1996: 311)

O editor da revista *Veja,* Expedito Filho, conseguiu um verdadeiro tento com sua reportagem sobre o depoimento de um ex-sargento, Marival Dias Chaves do Canto, que participou ativamente da repressão militar. Mesmo se eximindo da prática da tortura sobre os "inimigos internos", Chaves teve treinamento antiguerrilha na selva, e era membro do Destacamento de Operações de Informações (DOI), chefiado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em São Paulo, financiado pela maioria de nossos empresários. A ditadura "abrandada" revela inteiramente os seus métodos cruéis e indescritíveis, em sua barbárie:

"Sei que em São Paulo alguns morriam na tortura. Os que resistiam eram liquidados pelos agentes da repressão política com uma injeção usada para matar cavalos de até 500 quilos. A injeção era aplicada na veia do preso político, que morria na hora. Quem já assistiu a uma cena dessas sabe que é uma das coisas mais grotescas e repugnantes que se pode fazer a um ser humano. Eles matavam e esquartejavam. Agentes que estiveram numa casa mantida pelo Centro de Informações do Exército em Petrópolis, no Rio de Janeiro, me contaram que os cadáveres eram esquartejados, às vezes até em catorze pedaços, como se faz com boi em matadouro. Era um negócio terrível. Eles faziam isso para dificultar a descoberta e a identificação do morto. Cada membro decepado era colocado num saco e enterrado em local diferente. A casa de Petrópolis foi onde o Centro de Informações do Exército mais matou presos e ocultou cadáveres. Os militantes detidos em diversas regiões do país eram enviados dos Estados diretamente para Petrópolis". *(Apud Veja,* 18 de novembro, 1992: 22)

O ex-sargento Chaves vai descrevendo os horrores macabros dos porões da ditadura, onde combatentes de esquerda eram habitualmente mutilados, esquartejados e lançados em rios localizados próximos à cidade de Avaré, em São Paulo. Esta selvageria seria impulsionada nos anos 70, com a construção de várias centros clandestinos de tortura e morte, como no bairro de São Conrado, no Rio de Janeiro, passando para Petrópolis. "Em 1972, o II Exército, em São Paulo, montou os seus centros clandestinos de tortura e assassinatos. Durante um curto período, o Destacamento de Operações de Informações, o

DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Bicalho lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional, a ALN. (...) No final de 1973, o DOI usou uma casa no bairro do Ipiranga, na Zona Sul de São Paulo. Nesse período montou outro centro clandestino na estrada de Itapevi. Entre 1965 e 1966, funcionou ali uma boate chamada *Querosene,* que pertencia ao irmão do então subtenente Carlos, fundador da Operação Bandeirantes, a Oban. Só em 1975, por questões de segurança, o cárcere de Itapevi foi substituído por uma fazenda, na beira da Rodovia Castello Branco, a 30 quilômetros de São Paulo. A fazenda era de um amigo do major do Exército André Leite Pereira Filho". *(Apud Veja,* 1992: 23)

A sofisticação da barbárie foi, por inúmeras vezes, descrita pelos sobreviventes da esquerda que passaram por sofrimentos, mutilações, humilhações, nas mãos dos torturadores da ditadura militar. Já nos referimos à sustentação financeira dos proprietários e dos centros imperialistas que formavam especialistas na instrumentação da tortura. O depoimento do ex-sargento não deixa margem alguma para afirmações do tipo de que a barbárie estava ligada mais a conduta de alguns indivíduos problemáticos do que uma arquitetura devidamente planejada e equipada.

"Matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo, havia uma equipe especializada na ocultação dos cadáveres. Os agentes sabiam exatamente o que fazer. Primeiro, amputavam as falangetas dos dedos, para evitar que os mortos fossem reconhecidos através das impressões digitais. Depois, amarravam as pernas para trás, de forma que o corpo ficasse reduzido à metade, e esfaqueavam a barriga. O esfaqueamento era para evitar que o corpo, se fosse jogado num rio, viesse à tona algum tempo depois. Eles também colocavam o corpo dentro de um saco e amarravam-no numa placa, de 40 a 50 quilos, para garantir que o corpo ficaria no fundo do rio".

Por este motivo, a busca dos corpos fica extremamente difícil. Como fazer para encontrar corpos que foram despejados num rio, próximo à cidade de Avaré? "Existe ali um cemitério debaixo d' água", assim se referiu o ex-sargento Chaves, apontando para a identidade dos membros do Comitê Central do Partido Comunista, apanhados pelos facínoras da "Operação Radar". Esta operação desencadeada pelo Exército, em 1973, exterminou oito comunistas, lançados no rio de Avaré. "É o caso de Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapevi, e de Luís Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974. Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para cavalo. Orlando Bonfim Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Bonfim foi preso no Rio pelo Destacamento de Operações de Informações de São Paulo e levado para o cárcere na Rodovia Castello Branco. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado da ponte. Ele foi preso no Rio, pelo DOI de São Paulo. Era o inverno de 1975 e o que o levou à morte foi banho de água gelada. Morreu de choque térmico". Completando a identificação dos desaparecidos

no rio de Avaré, Chaves adita: "Um é Jayme Amorim de Miranda, também preso na Operação Radar, numa das incursões do DOI de São Paulo ao Rio. Foi transferido para Itapevi. Seu irmão Nilson Miranda, que era secretário-geral do PCB de Porto Alegre, estava preso no Ipiranga. Um não sabia onde estava o outro. O Nilson sobreviveu. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima, mas esse é um caso especial". *{Apttd Veja,* 18 de novembro, 1992: 24-25)

Este "caso especial" se refere ao fato de que ao lado das sombrias execuções se desenvolve uma série de apropriações de dinheiro, seja o encontrado nas mãos dos subversivos seja os "prêmios" dados pelos empresários. À pergunta: "Especial por quê?", o ex-sargento revela algo sabido, mas de difícil comprovação: "Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do Voz Operária, Montenegro recebeu do partido 60 000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção, e depois foi na sua casa pegar os 60 000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI". *{Apud Veja,* 18 de novembro, 1992: 25)

As extorsões também foi prática muitas vezes utilizada pelos militares. Bernardo Kucinski, que produziu uma das críticas mais contundentes ao governo Geisel, foi vítima de uma dessas armadilhas. O encontro com sua irmã, o último, encontro, não lhe deixara transparecer sua opção política. Ana Rosa Kucinski, de 32 anos, havia se casado com o físico Wilson Silva. "Kucinski imaginou que ela escondia o romance porque seu pai, Majer, era judeu e não aceitaria um genro judeu. O jornalista voltou para Londres sem que Ana lhe contasse a parte mais importante da história. Ela era militante da Ação Libertadora Nacional, a ALN, assim como o marido Wilson. (...) Foi vista pela última vez em 22 de abril de 1974, na Universidade de São Paulo, onde lecionava Química. O governo só se manifestou sobre o desaparecimento depois de um ano, dizendo que o casal não estava preso em dependências militares. Em busca da irmã, Kucinski viajou até para Nova York, onde entrou em contato com a CIA. Certa vez foi extorquido e pagou 25 000 dólares a militares em troca de informações. Eram falsas". *{Apud Veja,* 18 de novembro, 1992: 27)

"No que concerne ao número de mortes, a distribuição temporal também não difere muito. Ao final do período repressivo, os dados oficiais, ou seja, aqueles produzidos a partir de documentação oriunda das autoridades judiciárias, chegam a 145. Quando ao saldo da repressão política no que se refere às cassações e punições, os dados são também reveladores. De 1964 a 1973, houve 4.841 punições políticas no país. Dessas, 2.990 ocorreram entre 1964 e 1.295 nos anos de 1969 e 1970. A distribuição coincide, portanto, com o imediato pós-golpe e com os dois primeiros anos que se seguem ao AI-5. Ao longo desses dez anos, 517 pessoas perderam seus direitos políticos e 541 tiveram seus mandatos cassados. As outras punições então aplicadas dizem respeito a aposentadorias (1.124), reformas (844) e demissões (1.815). Nas Forças Armadas, esses três últimos tipos de punições atingiram 1.502 militares, e nas polícias, 177 pessoas. Na área sindical, até 1970, ocorreram 536 intervenções, a maior parte delas (252) por motivo de subversão". (D'Araujo et ai., 1994b:28-29)

Há, por certo, a própria objetividade das formas de violência praticadas pela esquerda. Reconhecer esta dimensão concreta não implica a identificação genérica e abstrata de que estamos falando de uma mesma violência. "Nenhum dos lados julga pelo mesmo critério as duas violências - a do opressor e a do oprimido. É perda de tempo discutir sobre a responsabilidade de quem atirou primeiro. A violência original é a do opressor, porque inexíste opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta".(Gorender,1998:269)

Num balanço das ações dos agentes do terrorismo de Esfádo, num"' cálculo aproximado dos golpes sofridos pela esquerda, entre 1964 e 1979, estipulam "cerca de 50 mil pessoas com passagem pelas prisões por motivos políticos; cerca de 20 mil pessoas submetidas a torturas físicas também por motivos políticos; 360 militantes de esquerda mortos pelos órgãos repressivos, incluindo 144 dados como 'desaparecidos'; centenas de baleados em manifestações públicas, com uma parte incalculável de mortos; 8 mil acusados, mais 11 mil indiciados em 800 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional; centenas de condenações a penas de prisão; 4 condenações a pena de morte; 130 banidos de território nacional; milhares de exilados; 780 cassações de direitos políticos por dez anos com base em ato institucional; incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discricionários". (Gorender,1998: 269-70)

O historiador Jacob Gorender narra a sua própria experiência dos tormentos vividos no DEOPS e no Presídio Tiradentes. Retira qualquer sombra de um falso heroísmo. "Afasto decididamente a pretensão de me apresentar como herói ou como exemplo. Do meu relato não excluí os momentos de temor e desespero. Só não renunciei à luta". (Gorender, 1998: 248) Faz a distinção entre o sofrimento de um enfermo e de um prisioneiro político. Registra as últimas palavras do pensador católico Tristão de Athayde, à beira da morte, guardadas por sua filha, contrasta os sofrimentos impingidos pela tortura com as dores provindas de uma enfermidade: "Há um limite ao sofrimento. Ou então, perdemos a linha, a compostura, o amor. Agora compreendo o poder da tortura! Quem é que pode resistir? Só Cristo pôde resistir. Ele é Deus". (Athayde *apud* Gorender, 1998:244)

"Adversário de primeira hora da ditadura militar, o pensador católico deve ter refletido muitas vezes sobre a tortura institucionalizada no Brasil. Imaginou que o transe doloroso da doença lhe dava sua intuição imediata. Existe uma diferença substancial entre a situação do enfermo no quarto de hospital e a do prisioneiro político na câmara de tortura. Tristão de Athayde temeu perder o que a palavra decoro pode resumir. Somente sua pessoa estava em causa. Já o prisioneiro político sabe que vai entregar companheiros aos tormentos e talvez à morte, se ceder informações exigidas. Estão em causa sua pessoa, seus companheiros, seu partido, a razão de sua luta". (Gorender, 1998: 244)

Preso por homens que pertenciam ao Esquadrão da Morte, Gorender rememora o início dos tormentos no terceiro andar do DEOPS: "Não quer falar, vai pro pau". Ouve um torturador ler a sua ficha: "Hoje é o dia do aniversário dele. Quarenta e sete anos".

Gorender que não lembrara da data, pois, naquele dia teria "o menos esquecível dos aniversários". "Mais tarde, na cela solitária, saltaram da memória os dois primeiros versos de um soneto de Camões: 'O *dia em que nasci e pereça, não o queira jamais o tempo dar*\ Ao largo dessas horas intermináveis, o corajoso pensamento: "terei de agüentar esta canalha dias infindáveis. Não vaie à pena".

"No porão do DEOPS, todos os encarcerados se achavam sujeitos à tortura. Quando soava, a campainha da carceragem produzia taquicardia generalizada. Tanto podiam ser presos recém-chegados ou tiras que vinham buscar algum prisioneiro para interrogatório no terceiro andar. O Presídio Tiradentes significava proteção judicial, uma vez que só então a detenção deixava de ser sigilosa e incomunicável e se formalizava a Auditoria Militar". (Gorender, 1998: 249)

Em sua obra fundamental, Gorender examina os tipos de presídios políticos, qual era o seu funcionamento: *"Grosso modo,* porém com a relatividade já mencionada, as prisões políticas daquela época se dividiam em dois tipos. O primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial: OBAN, DOI/Codi, CENTMAR, DEOPS etc. O segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena. O Presídio Tiradentes pertencia ao segundo tipo. Nos momentos de cheia, os seus dois pavilhões masculinos e a ala feminina chegavam a reunir uns 400 presos políticos. Fora duas centenas de presos comuns, amontoados nas celas de baixo do Primeiro Pavilhão, edifício construído em 1850 para servir de depósito de escravos". (Gorender, 1998: 250)

"Documento do Exército ***marcou*** *início* ***da tortura"***

No Brasil, recentemente, foi divulgado um manual para Interrogatório de presos políticos, tido como "confidencial" pelo Centro de Informações do Exército (CIE) do Ministério do Exército. O *Interrogatório* foi divulgado internamente no ano de 1971. A meta está nitidamente definida, neste documento de 53 páginas: "O objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a Justiça Criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isto, será necessário, freqüentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência". (CF. *O Estado de São Paulo,* 18 de agosto de 1996, p. ,428)

Em sua capa está expresso o vínculo que sempre se fez ocultado pelos militares da influência estrangeira: "Estas notas correspondem a uma tradução adaptada de documentação sigilosa de pais amigo". Marcelo Oikama decifra, num matéria especial, de modo perspicaz, a aparente contradição manifesta neste documento. Se há referências à Convenção de Genebra, com as ressalvas humanitárias celebradas,, no que tange ao tratamento adequado de prisioneiros e à denúncia da violência como instrumento de inquirição, por outra parte, "A contradição é apenas aparente: o manual, ao mesmo tempo que faz ressalvas humanitárias, remete sua dubiedade para o plano operacional. Nas

repartições para onde eram levados os presos políticos, cabia aos porões decidir sobre o uso da tortura".

No manual está registrado que: "Uma agência de contra-informação não é um Tribunal da Justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados sobre a Justiça Criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isto será necessário, freqüentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja muito bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito".

O documento infere que cabe ao governo a última palavra sobre a destinação dos resultados obtidos, "se dirigida ao processamento judicial, ou se voltada para os interesses das Informações", uma vez que as informações extraídas pela coação física não deverão ter validade nos tribunais; ao mesmo tempo, sugere o maquiamento das marcas dos sofrimentos deixados pela tortura física: "Se o prisioneiro tiver de ser apresentado a um tribunal para julgamento, tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões". De acordo com o manual: "Sob condições de emergência, ou próximo a elas, o Governo pode modificar estes critérios e adotar uma legislação diferente para o tratamento de capturados. O pessoal responsável pelo manuseio de presos ou detidos deverá tomar conhecimento prévio destas instruções".

"São estabelecidos pelo manual diferentes formas de 'aproximação' para o interrogador. Na primeira alternativa, ele se mostrará insensível, mecânico e frio. Sua voz deve ser monótona, implacável e rude como uma máquina, não demonstrando nenhuma emoção. Na segunda opção, o interrogador surgirá ameaçador e agressivo, forçando a cooperação gritando e insultando. Quando o preso estará falando, mas há suspeita de que mente, o interrogador pode assumir uma aparência tola. Se o prisioneiro passou por maus momentos e espera novo tratamento bruto, o interrogador adotará a aproximação simpática e amistosa, como um 'médico de cabeceira'. No momento em que ficar clara a sujeição do preso, o processo passará a ser conduzido pelo interrogador que conquistou a submissão psicológica. Assim estabelecerá um relacionamento mais íntimo, numa espécie de 'associação entre dominante e dominado'", sintetiza Marcelo Oikama.

O jornalista desvenda também um questionário específico que estava grampeado ao *Interrogatório.* Trata-se de um documento de seis páginas, com carimbo e rubrica da 2.ª Seção do Quartel General da 5.ª Região Militar, datado de 24 de julho de 1972, também localizado no Arquivo Público do Paraná com o manual que marca o inicio da tortura em nosso país. Dele constam 52 perguntas. "Com o questionário, os militares pretendiam extrair detalhes dos cursos cubanos de capacitação político-militar, além das trajetórias dos militantes e suas ações no retorno do Brasil. Numa primeira parte, 38 perguntas buscavam informações sobre a experiência vivida no Exterior. Na segunda parte, 14 perguntas checavam o que ocorrera no retorno dos militantes. De acordo com as

organizações de direitos humanos, nenhum preso submetido a esse interrogatório sobreviveu - a determinação, na época, era eliminar quem tivesse treinado guerrilha em Cuba".

Uma das perguntas era se o torturado "Acha que Cuba é o centro de exportação da violência comunista na América Latina". As principais perguntas dos interrogadores eram as seguintes:

"Quais os *pontos* que você trouxe?
Quais os *pontos* que você deixou com companheiros que viriam dep.ojs? Quais eram esses companheiros?
Antes de chegar ao Brasil, participou de algum movimento em outro pais? Nesse caso, em que países, com quais organizações? Motivos de sua permanência em outros países?
Quais os primeiros contatos que você manteve no Brasil? Onde foram?
Qual era sua missão no Brasil?
Quais os elementos de vida legal que você deveria procurar para fins de apoio? Quem os passou? Cite todos.
Descreva, detalhadamente, suas atividades no Brasil, após.o regresso (locais, época, pontos, ações, aparelhos, contatos, etc).
Como você aplicou no Brasil os conhecimentos adquiridos em Cuba? Chefiou alguma ação? Orientou algum plano de assalto ou seqüestro?
Cite todos os pontos que você cobriu, passou e recebeu, após o regresso ao Brasil (locais, dias, horários, etc).
Quais são os pontos de entrada de elementos vindos de Cuba? E os que entram pelo Sul?
Acrescente algo de sua experiência no que se refere à aplicação das técnicas aprendidas em Cuba e outros países comunistas.
Possui fotografias ou slides de Cuba, ou de cenas dos cursos que participou? De cenas públicas ou manifestações populares?"

A barbárie na arquitetura da destruição de vidas humanas é, desse modo, inimaginável: "Tudo deve ser feito deliberadamente, nada deve acontecer ao acaso". Há que encontrar os pontos de desequilíbrio do torturado. Forçar o jogo das contradições nos depoimentos prestados, confrontá-los com o de outros companheiros, forçar os desajustes e a tibieza pela baixa da resistência orgânica. Destruí-lo física, emocional e humanamente. No manual do Centro de Informações do Exército, há, inclusive, um perfil ideal do torturador. Este é descrito como alguém cujas qualidades imprescindíveis apontam para seu cálculo frio, além de possuir grande vigor físico e mental. Oikama destrincha ponto por ponto o tipo apropriado do comportamento terrorista: "Sua maior qualidade, segundo o documento, é a persistência. A sessão com um preso tem de ser conduzida longe de outros prisioneiros. Qualquer ajuda ou recompensa, como bebida, cigarro, fósforo e água precisa estar disponível de imediato. O bom interrogatório começa, conforme o manual, na adequada efetuação da prisão. De preferência, o 'paciente' deve ser preso quando estiver à vontade, em seu ambiente familiar. 'Se o prisioneiro estiver em estado de terror, assim deve ser mantido'. Se mostrar que se encontra preparado para o tratamento rude, é melhor desequilibrá-lo".(Cf. *O Estado de São Paulo,* domingo, 18 de agosto de 1996: A-28)

Recentemente, num filme de relativo sucesso, a prática da tortura foi apresentada como sendo uma decisão racional do torturador ou como uma atividade banal, burocratizada, racional. "Essa visão é falsa, distorcida", escreve Renato Tapajós. "A tortura pode ser uma decisão racional para os altos escalões de comando, que decidem permiti-la ou aceitá-la como método e são capazes, inclusive, de mandar trazer assessores internacionais para divulgar técnicas 'modernas' de tortura entre seus comandados. No entanto, no escalão do torturado, daquele sujeito que põe a massa na mão, a tortura significa infligir dor, humilhação e talvez a morte a outro ser humano. Ela acontece em meio a gritos, sangue, cheiro de sangue e de suor, o fedor insuportável do medo, freqüentemente urina e fezes - porque o medo e a dor soltam bexigas e intestinos. Esse sujeito, metido numa sala abafada e malcheirosa (ninguém tortura com as janelas abertas, por onde possa entrar o ar da manhã e sair o grito de dor do torturado), em cima do corpo maltratado e sangrento do torturado está tomado: a adrenalina do predador corre solta, o prazer primitivo de dominar e humilhar o outro gera o ódio pelo prisioneiro indefeso, o cheiro do medo e do sangue desperta o animal que dorme em todo ser humano; freqüentemente desvios sexuais vêm à tona, impulsionados pelo fato dele ter em suas mãos um corpo geralmente nu, indefeso e sobre o qual ele detém todo o poder. Quebrar a resistência do prisioneiro envolve humilhá-lo; nenhum torturador vai pedir educadamente qv.e o outro fale; ele berra, no mínimo, um 'fala, filho da puta"'. (Tapajós, 1997:171)

O general Fiúza de Castro um dos criadores do CIE e chefe do CODI, no Rio de Janeiro, um criminoso *lesa* humanidade, que ainda se permite reafirmar a necessidade da tortura para a obtenção de informações, uma vez amparado nas salvaguardas da *anistia parcial*, afirmou pejorativamente que "as mulheres são muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens". Em *Mulheres, rnilitâficia e memória,* Elizabeth Ferreira penetrou nesse lodaçal dos sofrimentos humanos, mais especificamente sobre o corpo feminino, para observar que "Na tortura, as técnicas para provocar a dor lancinante ou o desespero moral eram aplicadas indistintamente, podendo o sofrimento ser, por hipótese, igual para homens e mulheres, apenas com variações individuais, de cunho subjetivo. Pode-se supor também que a intenção do uso (sexual ou não) do corpo do preso ou da presa era, em princípio, instrumental. Viam no corpo e no sujeito nele aprisionado um objeto capaz de produzir informações. Quanto às reações das vítimas, Joana diz: 'Eu não posso dizer quem sofre mais ou quem sofre menos. A condição de sofrimento, a dor da gente é única, é indivisível, é da gente sozinha'. Pode-se considerar, pois, que é impossível medir a intensidade do sofrimento; por outro lado, pode-se supor que sua qualidade seja, de alguma maneira, diferente entre homens e mulheres". Ferreira, 1996:152-3)

Em seu monumental esforço em denunciar os vínculos das organizações repressivas norte-americanas com as similares estruturas no Brasil, Martha Huggins faz surpreendentes revelações sobre os crimes organizados por intermédio das próprias instituições.

"O 'esquadrão da morte' secreto de Kruel pode assinalar o início de uma nova degenerescência desses grupos 'informais' oriundos do aparelho policial normal. Esse sincretismo reflete-se claramente no fato de Kruel rotular seu 'esquadrão de homicídios' como 'E.M.' - em uma referência tanto à seção policial a que estavam vinculados seus

'homens corajosos' (o 'Esquadrão Motorizado'), quanto a 'Esquadrão da Morte'. Contudo, seja qual for a origem dessa condenação entre o sistema de polícia formal e os esquadrões da morte 'informais' ligados à polícia, assim que esses começaram a existir rapidamente proliferaram, cada um deles com um grau variável de sobreposição e vinculação com o sistema policial formal - um caso em que a degenerescóencia engendra ainda mais degenerescência". (Huggins, 1998:114)

Martha Huggins mostra com exatidão a transformação da própria estrutura institucional das polícias estaduais e municipais, que antes eram atribuições da hierarquia política, decisão dos governadores e prefeitos. A partir do golpe de 1964, a subordinação passa a ser gerida pelo Secretário Estadual de Segurança. Nesse sentido, ela diz:

"Antes do golpe militar de 1964, o comandante da polícia de cada Estado e os chefes de polícia das cidades eram indicados pelos prefeitos eleitos, de modo que as prioridades municipais e estaduais tinham procedóencia sobre as nacionais. A nova lei, porém, submetia as forças policiais regionais e municipais de cada estado ao secretário estadual de Segurança Pública, que passou então a ser indicado pelos militares, ainda que não necessariamente ele próprio fosse militar. De acordo com a Lei 317, era de responsabilidade do Secretário de Segurança Pública de cada estado estabelecer as respectivas funções e jurisdições da Polícia Civil e da polícia Militar". (Huggins, 1998:151)

Mais ainda: "Em todo caso, no final de 1968, tanto os esquadrões policiais formalmente constituídos quanto os esquadrões da morte informais proliferaram no Brasil, ainda que não necessariamente funcionando em conjunto uns com os outros. Como já vimos, à medida que o sistema de segurança interna do Brasil se tornava cada mais controlado de forma centralizada e autoritária em sua estrutura e função, com o estímulo, ajuda profissional e treinamento oferecido pela OPS, ainda assim esse sistema gerava tensões e conflitos, juntamente com uma forma de degenerescência estrutural que solapava a total burocratização e centralização do controle do Estado sobre a segurança interna. Além da proliferação dos esquadrões da morte, crescia a resistência dos cidadãos ao regime militar, a polícia local resistia a criar vínculos mais estreitos com o governo federal e os militares continuavam a oprimir a sociedade civil, limitando a participação política do cidadão". (Huggins, 1998:163)

Vários jornalistas ousaram combater a ditadura em busca da verdade dos fatos. O jornalista Hélio Contreiras, registrou em várias ocasiões as palavras dos principais condutores do regime militar, obtendo algumas confissões contundentes. Em 1993, conseguia documentar a fala do general Adyr Fiúza de Castro, chefe do Centro de Informações (CIE) do governo ..., que em 1967 já havia proposto ao ministro do Exército, general Adhemar de Queiroz, um sistema de repressão baseado nos DOI-Codis - sugere a necessidade da tortura, comparando o comportamento de um estuprador com a de um comunista. "Se amanhã seqüestrarem e estuprarem sua filha, você não vai torturar o seqüestrador até ele dizer onde ela está?", arroga o general Fiúza. Imediatamente, responde o repórter: "General, esta hipótese é até possível, considerando-se que estamos

no Rio de Janeiro, mas se o seqüestro e o estupro ocorrerem, não vou torturar o criminoso, mas posso garantir que vou fazer tudo para que ele seja julgado e devidamente condenado".(Contreiras, 1998:50)

O general Octávio Costa, assessor do Palácio do Planalto durante o governo Mediei e secretário-geral do Exército no governo do general Figueiredo foi ainda mais categórico: "O envolvimento direto das Forças Armadas na repressão dos anos 70, através dos DOI-CODIS, foi um erro grave, de conseqüências danosas para as Forças Armadas. Tenho a convicção de que houve excessos na repressão. Nem no Estado Novo de Vargas as Forças Armadas foram colocadas na repressão política. Os excessos cometidos nos DOí-Codis nos anos 70 foram inadmissíveis. Foi -um erro entregar a nós, funções policiais. (Contreiras,1998: 96-7)

Importa resgatar, também, a articulação dos empresários com a montagem da própria estrutura de repressão. O coronel Luiz Henrique Pires, atual colaborador da Escola de Comando e Esíado-Maior do Exército (ECEME), deixou um registro importante sobre o apoio da FIESP ao aparato repressivo: "É preciso que os políticos e empresários mudem a sua atitude em relação à instituição militar, que não procurem usá-la quando lhes for conveniente, como acontecia nas décadas de 50, 60 e 70. A Operação Bandeirantes, realizada em São Paulo na década de 60, foi o ensaio para a instalação dos DOI-Codi, e contou com financiamento de empresários da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Na repressão dos anos 70, houve a participação de governadores de Estados, que presidiram o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), ao qual era subordinado o Destacamento de Operações de Informações (DOI)". (apud Contreiras,1998: 66)

Quando houve a publicação dos depoimentos de Geisel, certamente, uma passagem chamou mais atenção do que outras. Especialmente, porque oficialmente a tortura sempre foi negada. Jacob Gorender foi enfático: "Pela primeira vez, havia o reconhecimento, sem subterfúgios, procedente do mais alto nível do exercício do poder do Estado, de que, durante a ditadura militar, ocorreu a prática da tortura de presos políticos". *O senhor acha que não havia uma necessidade tática de acontecer a tortura? Era sempre uma omissão, uma falta de controle do comandante?* Perguntam os historiadores do CPDOC, Maria Celina D'.Araújo e Celso Castro. A resposta de Geisel é direta: "Não, nem sempre. Acho que *a tortura* em certos casos *torna-se necessária, para obter confissões.* Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer técnicas do serviço de informação e contra-informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!" (Geisel *apud* D'Araújo/Castro, 1997:225)

Em sua monumental obra *Combate nas Trevas,* numa nota à sua quinta edição, o

historiador Gorender arremata com justeza e precisão: "Aí estão as justificativas fundamentais de todos os tortuiadores: em certos casos (o que implica uma escolha supostamente moralizadora), deve-se torturar porque, assim, se evitam coisas piores. A ressalva do entrevistado, no período final, de que não justifica a tortura, resulta contraditória e absurdamente deslocada no contexto geral da sua resposta. Com sua franqueza, Geisel revela que não destituiu o general Ednardo para que cessasse a tortura do DOI/Codi em São Paulo, porém, para que se fizesse sem escândalo". (Gorender, 1998:268)

Uma das marcas da tortura no Brasil foi, como vimos, a tentativa de subtraí-la das decisões do alto comando das Forças Armadas e do governo. Se um dos argumentos contra o "movimento populista" do pré-64 era o de ter quebrado a disciplina e a hierarquia militar, agora, o argumento era de que a tortura era praticada por escalões inferiores, que escapavam, portanto, dos altos comandos.

Num depoimento prestado a Celina D'Araújo e Dillon Soares em fevereiro e março de 1992, o argumento do general Vieira Mattos acerca da existência da prática de tortura realizada em nosso país, recebeu a mesma explicação vulgarizada da maioria dos membros das Forças Armadas: "Vou dizer uma coisa: isso depende muito da chefia. O general Frota, quando foi comandante do I Exército, preocupou-se muito com esse problema. De manhã, a primeira coisa que ele fazia era correr os locais onde havia presos políticos. Visitava todos os presos políticos, e pedia que lhe dissessem caso tivesse sofrido alguma coisa. Mas havia comandantes que entregavam completamente essa tarefa a estruturas de menor hierarquia, não iam ver e não sabiam o que se passava". (Mattos apud D'Araújo, 1994:105)

A responsabilidade cabia sempre ao alto comando. Caso houvesse um afrouxamento, aí passava a prevalecer os instintos sádicos de seus quadros inferiores. Porque, reforça o general Mattos, "há o abuso na repressão, porque existem pessoas que não podem trabalhar nesse campo. São pessoas que não têm equilíbrio emocional, que têm determinados ... sadismos. Há muito mais pessoas sádicas do que se pensa. É só lhes dar poder, para ver. Tem muita gente que pensa que não é sádica porque ainda não teve poder. Os chefes revolucionários sempre foram contra certos exageros em termos de repressão, mas houve pessoas sádicas que ocupavam postos e que praticaram determinados abusos. A respeito de sadismo, há coisas incríveis". (106)

O velho comandante, no entanto, acusa que se houve excessos é porque os esquerdistas tomaram a dianteira e cometeram atentados à ordem estabelecida. Considera uma contra-informação, um blefe, a afirmação dos casos de tortura: "O torturado também é outro exagero. A todos que foram chamados, foi perguntado: 'O senhor estava em tal lugar em tal dia? Não estava? Então, pode ir embora.' E hoje se consideram torturados". Mais ainda: "O ponto de vista que predomina é o seguinte: ninguém saiu torturando ninguém. O que acontece é que houve um grupo que resolveu enfrentar o governo de arma na mão. Eles se organizaram em guerrilha e partiram para a agressão. Partiram para a agressão, e a resposta foi a agressão armada. Então, qual é o direito de alguém que parte para a

agressão armada exigir depois que o outro lhe trate a pão-de-ló? /.../ Nunca ninguém perguntou ao Genoíno onde estão os cadáveres dele, onde ele os enterrou. E estão desaparecidos. Então, existe esse problema psicológico. Só tem um lado culpado, quando foi o outro lado que partiu para a guerra. Quem partiu para a guerra foi a guerrilha. Perante a imprensa, perante os políticos, vamos dizer, de esquerda, para lhes dar um nome, só é culpado quem combateu a guerrilha. Esse é o problema". (106-107)

"Que ninguém se engane. Nenhum grupo secreto consegue manter-se à margem da comunidade de informações...". Com esta afirmação o aposentado José Antônio Hahn, antigo delegado federal, que atuou por quase vinte anos na Polícia Federal, confirma casos em que houve a ocultação por parte da cúpula do poder, da própria Agência de informações, incluindo o Serviço Nacional de Informações (SNI). Segundo as denúncias do policial, "O comandante do I Exército em 1981, general Gentil Marcondes Filho, por exemplo, acobertou os autores da explosão do Riocentro". Na reportagem do *Jornal do Brasil,* publicada por José Mitchell, dia 24 de março de 1996, é revelada certas tramas vividas pelo então superintendente da Polícia Federal em Pernambuco e que, no ano de 1977. entrou em confrontos com os órgãos de segurança, devido ao mascaramento das acusações sobre as torturas e o isolamento na prisão de Cajá, auxiliar de D. Hélder Câmara, preso como subversivo.

Ao comentar as revelações do livro *A Direita Explosiva no Brasil,* o antigo delegado, formado na primeira turma de delegados federais de 1969, inferiu: "E ninguém deve se enganar. Não havia a possibilidade de um grupo secreto de militares e civis terroristas terem existência marginal. A comunidade de informações estava em todos os postos estratégicos, desde a Presidência da República, passando pelo SNI, pela Agência Central do SNI em Brasília e pelos comandos do Exército nos vários estados. Nada acontecia sem que essa comunidade soubesse".

No caso da explosão das bombas no Riocentro, cuja responsabilidade é atribuída ao general Gentil Marcondes Filho, na tentativa de acobertar um ato de terrorismo do Estado, afirma: "E claro que o general Gentil acobertou o episódio do Riocentro, chegando ao ponto de segurar o caixão do sargento Guilherme do Rosário, como se este fosse um herói". Além de esclarecer situações desconfortáveis, como sua recusa em distribuir materiais de propaganda comunista, falsamente confeccionados, José Hahn vai mais fundo em sua denúncia: "O Serviço Nacional de Informações (SNI) comandava o sistema, mas era, na p[r]ática, apenas o órgão subordinado ao Presidente da República, a quem informava sobre tudo. Vale lembrar que ser ministro-chefe do SNI era passagem obrigatória para se chegar à Presidência, como ocorreu com os generais Emílio Mediei e João Figueiredo. O Octavio Medeiros, na época, estava sendo preparado para assumir a Presidência". No caso do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz, em 1978, que foram aprisionados por militares uruguaios, "seria impossível realizar tal operação sem um acerto entre os governos dos dois países", ressalta o delegado.

O policial ironiza ainda sobre o fato de que há em nosso país um descalabro face às punições dos responsáve-s, verdadeiros terroristas de Estado. No caso do seqüestro de

Lilian Celiberti, comenta, dois agentes e um delegado do DOPS foram acusados, e apenas Orandir Lucas, o *Didi Pedalada,* foi condenado. Por este motivo, ele compara: "na Argentina, houve o julgamento do general-presidente Rafael Vidella e de outros ministros e presidentes envolvidos com a tortura e a repressão, enquanto seus subordinados jamais foram processados, devido à Lei de Obediência Devida". Enquanto, no Brasil, "os verdadeiros responsáveis - localizados na cúpula do governo, nos comandos militares e nas chefias do SNI - jamais foram responsabilizados. Buscou-se, em vez disso, punir apenas os pequenos". *(Jornal do Brasil,* 24 de março de 1996, página 17)

O genera! Geisel em suas memórias tentara mostrar que o SNI também era compartilhado por membros da linha adversária, cs *duristas:* "O SNI não executante, o SNI era um órgão de informação. Ele acompanhava. É preciso ver que o SNI também tinha muita gente ligada à área da linha dura, que era uma área que vinha desde o começo, desde o tempo do Castelo, com o Costa e Silva. Era uma área difícil. Um dos fatores que é preciso levar em conta é que eu não podia ficar com as Forças Armadas e principalmente o Exército contra mim. Eu precisava que o Exército ficasse do meu lado, inclusive para chegar ao ponto final que foi a saída do Frota. Então eu não podia tomar uma série tíe medidas, nem poiiciar diretamente o general comandante que comandava aqui, ai; ou acolá. Isso inclusive nãc era meu papel, mas dos ministros. Se eu fosse me aprofundar nesse sentido não fazia mais nada. O combate à subversão era uri dentre os muitos xemas que eu tinha que atender. Era *um* dos problemas. Podia ser contrário aos métodos, aos procedimentos, à maneira de combater, e sobre isso eu muito conversava, e muitas vezes procvava convencer". Geisel apud D'Araújo: 1997:379)

Recentemente, o general Leònidas Pires Gonçalves em seu depoimento dado ao jornalista Hélio Contreiras, não pestaneja ao admitir a "guerra suja", no entanto, busca se eximir corn esta saida: "Admito que houve tortura na repressão da década de 70, mas ela não estava prevista nos regulamentos militares nem na orientação adotada pelos aitos-comandos e, portanto, não poderia ser aplicada legalmente, ao arrepio da lei e das normas militares.'" (Contreiras, 1998: 73)

Na linha do revisionismo militar, vamos encontrar vários depoimentos críticos aos "monstros" de sistema de poder, os aparatos repressivos que ganharam 'rida própria. Nesse caso, a fala de general Ayrton Pereira Tourinho revela a mesma centraditeriedade do papei dos militares, na mancha de sangue do terrorismo oficial:

"O regime militar não deveria ter sido longo. O general Costa e Silva tinha um grupo chamado de 'linha dura' que defendia a sua candidatura, embora não era o de preferência do marechal Castello Branco, que pretendia um sucessor civil. O AI-5 foi um remédio forte demais. Não fizemos o Movimento de 64 para que os presos políticos morressem nos DOl-CODÍ. A tortura foi inadmissível em todas as circunstâncias. Ao contrário da morte de Carlos Lamarca, que desertou do Exército, aderiu à guerrilha e executou alguns companheiros nossos, as mortes de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho foram de responsabilidade do Estado. O general Ednardo, como comandante, acabou sendo responsabilizado, porque no Exército é assim: o comandante é o responsável pelo que

acontece durante 24 horas na guarnição que chefia. Outro erro foi o impedimento do vice-presidente Pedro Aleixo, em 1969, quando Costa e Silva faleceu. Naquele momento, Pedro Aleixo linha condições morais e políticas para assumir o poder. Porém, foi recusado pdo fato de ter-se recusado a assinar o AJ-5. A facção que dominava o governo naquele momento considerava o ato institucional imprescindível." (Tourinho *apud* Contreirar,, 1998: 75)

SOTAS

l. O Ato Institucional n.° 5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968, cie "Simplesmente abolia, por prazo indeterminado, os limites constitucionais antepostos à ação governamental. Dali para adiante, o presidente passava a ter à sua disposição um formidável arsenal de poderes excepcionais, ficando autorizado a: 1) decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; 2) decretar intervenções em estados e municípios; 3) cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão; 4) remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos; 5) decretar estado de sitio e fixar seu prazo de duração; 6) decretar o confisco dos bens; 7) suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e associação; 8) estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas. A repressão abateu-se dentro do país, atingindo pessoas e instituições. O Congresso foi posto em recesso. Quatro senadores e noventa e cinco deputados tiveram seus mandatos cassados. O MDB perdeu 40 por cento de seus parlamentares. Cinco Juizes do Supremo Tribunal Federal e um do Supremo Tribunal Militar foram aposentados. Cerca de quinhentas pessoas que ocupavam posições de relevo na vida social do país (professores universitários, jornalistas, militares, diplomatas) perderam seus direitos políticos, bem como aquelas posições que lhes permitiam influir na formação da opinião pública. Os delegados da censura instalaram-se nas redações dos jornais, nas emissoras de rádio e televisão, nas casas de espetáculo. As forças policiais e os serviços secretos passaram a atuar de forma desabrida e touJme:i'" irresponsável, violando a privacidade dos lares, da correspondência e das comunicações, cerceando discricionariamente o exercício de todas as liberdades públicas. As detenções assumiram o caráter de seqüestros e se multiplicaram em ondas sucessivas. Todo cidadão, independentemente de classe, raça ou credo, tornara-se em princípio suspeito de prática de delitos contra a segurança nacional. A repressão abolira tudo, inclusive as discriminações socio-culturais". (Cruz & Martins, 1984:37) Na edição do AI-5, houve uma série de pressões encima do próprio marechal-presidente Costa e Silva, ou assinava ou era destituído. Segundo o general Geisel: "Não creio que o governo não soubesse negociar. Basta que se considere a audiência que Costa e Silva deu aos estudantes e que teve de interromper. A negociação era inviável. Não justifico o AI-5, mas entendo por que foi feito. Costa e Silva só tinha duas soluções: *ou fazia o Al-5 ou renunciava.* Não tenho dúvida em relação a isso. Sua situação, naquele momento, era muito pior que a que Castelo passou em Itapeva quando do seu próprio discurso, que já mencionei. Castelo nunca chegou a esse ponto. Na minha opinião pessoal, Costa e Silva, como presidente, *fez o AI-5 contrariado,* porque estava sofrendo *grandes pressões da área militar.* Não era só dos três ministros militares, não eram só o Lyra, o Rademaker, o Márcio. Havia vários outros. O general Sizeno Sarmento comandava o I Exército, e um general vinculado a ele foi ao palácio várias vezes querendo falar com Costa e Silva, que não o recebeu. O presidente ficou a noite inteira estudando e pensando. No outro dia convocou o ministério, que aprovou o ato. O máximo que conseguiu foi abrandar um pouco o texto que o Gama e Silva havia preparado." (Geisel apud D'Araújo & Castro, 1997: 208-209)

2. A violência brasileira é estrutural. É o modo como se exerce o domínio de classe. As relações entre as forças de repressão nacional com as estrangeiras há poucos estudos, principalmente, sobre o passado. Cancelli lança luz sobre a polícia brasileira e o acordo firmado com a Gestapo tendo em vista a repressão aos comunistas. Segundo a historiadora, "Logo após novembro de 1935, começavam as negociações mais definitivas para que a Gestapo e a polícia brasileira pudessem ratificar um acordo que visava, eminentemente, combater os comunistas. Para o Ministério das Relações Exteriores do III Reich, o Brasil possuía reconhecidamente uma posição-chave contra o comunismo e, por isso, o acordo secreto entre as duas polícias não incorria no perigo de causar qualquer problema diplomático". (Cancelli, 1994:87) "Embora a polícia do Distrito Federal já estivesse trabalhando com os alemães a partir da Embaixada brasileira em Berlim, uma cooperação mais estreita entre as duas polícias efetivamente começou a acontecer. A Gestapo e o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha estavam inclinados a fazer com que o Brasil mantivesse laços de cooperação similares àqueles que a Delegacia Especial da Segurança Política e Social tinha com o FBI e o Serviço de Inteligência inglês, através de sua embaixada no Rio de Janeiro. Uma série de esforços acabaram sendo feitos por alemães

c brasileiros, para que o delegado de Segurança Política e Social prolongasse até a Alemanha uma viagem que fazia aos Estados Unidos.(...) Internacionalmente o Brasil encontrava-se engajado na luta contra o comunismo". (Cancelli, 1994:88) As prisões das comunistas Olga e Elisa se inscreviam'nesse acordo com os alemães. "O pacto com a Alemanha era relativamente simples, mas bastante objetivo e violento. Dele constatavam: 1) a troca, entre as polícias alemã e brasileira, de conhecimentos em geral contra o comunismo, anarquismo, e outras ideologias contrárias ao Estado; 2) o intercâmbio de material, informações e provas sobre o comunismo, anarquismo e outras ideologias contrarias ao Estado. Vigilância mútua para esclarecimento de ações de comunistas, anarquistas etc; 3) trabalho mútuo fora do Brasil e da Alemanha: 4) encaminhamento de idéias sobre a ação dos policiais para combate e possível execução de comunistas, anarquistas etc." (Cancelli, 1994: 90) Martha Huggins, tomando o trabalho de Antônio Carlos Fon como referência, disseca a? relações entre os organismos nacionais de repressão e a OPS norte-americana. Aponta para as origens da" GB AN. "Diz-se que a OBAN foi fruto da imaginação do general que comandava o Segundo Exército, José Canavarro Pereira, que estava em constante contato com a OPS-Brasil. De fato, há evidências de que a idéia da OBAN surgiu em fevereiro de 1969, no Primeiro Seminário de Segurança Internacional em Brasília (Fon, 1986). onde foi feita uma proposta de criação de uma organização para coordenar e centralizar a luta do Brasil contra a subversão. Segundo a OPS, os organizadores desse seminário - generais José Bretas Cupertino, na época diretor-geral da polícia Federal do Brasil, e Carlos de Meira Mattos, inspetor-geral das Policias Militares - reconheceram o mérito dos representantes da organização no Brasil pela 'ajuda [e] ...estímulo constantes no sentido da integração das forças de segurança interna [do Brasil]' (TOAID, 1969d:2). Aparentemente, a OPS-Brasil argumentara, nesse seminário, que a integração e a centralização das forças de segurança do Brasil constituíam 'elementos vitais no planejamento estratégico da segurança nacional...'(TOAID,1969d:2). A OBAN foi um experimento-piloto em São Paulo para a implementação desse tipo de sistema de segurança interna em âmbito nacional". (Huggins, 1998:176) Fon nos auxilia a compreender este centro de torturas: "Nem todos os presentes estavam convencidos do acerto da decisão, mas o lançamento da 'Operação Bandeirantes' - naquele momento ainda um instrumento extra-legal da repressão, que só viria a ser oficializado meses mais tarde, já no governo do general Emílio Garrastazu Mediei, através de uma circular secreta intitulada 'Instruções sobre a Segurança Interna' - encerrava um processo de cinco anos de discussões sobre o papel a ser desempenhado pelas forças armadas na manutenção da segurança interna. A tese de um engajamento total, ideológico e operacional, das Forças Armadas na luta anti-subversiva surgira no seio do grupo de coronéis da chamada 'linha dura' encarregado da condução dos inquéritos policiais militares, para investigar atividades subversivas durante o governo anterior, logo após a vitória do movimento de março de 1964. Levada para os debates da Escola Superior de Guerra nos anos seguintes, essa tese \iria a ser abraçada pelo general Jaime Portella, ministro chefe da Casa Militar do presidente Arthur da Costa e Silva e, por força deste cargo, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. E seria aí. no Conselho de Segurança Nacional, que a idéia viria a ser aperfeiçoada, recebendo sua base juridico-filosófica da assessoria do ministro da Justiça - professor Luiz Antônio da Gama e Silva - e explicitada em seus aspectos operacionais pelo ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Emílio Garrastazu Mediei. O desenvolvimento desses planos chegou a ser denunciado, ainda em 1968, pelo então governador paulista Roberto Costa de Abreu Sodré, que localizou na assessoria direta do ministro Gama e Silva a presença tk elementos ligados ao CCC - Comando de Caça aos Comunistas - e outros grupos terroristas de e\trema-direita".(Fon, 1981:16) Martha Huggins retoma a formação da OBAN, descrevendo também a criação do DOI-Codi, "A Lei 317, destina-se a coordenar todas as polícias brasileiras, ainda estava aquém das expectativas, muito embora, sob sua vigência, tivesse havido tentativas de entrosá-las em um sistema de segurança interna, colocando-as sob estrito controle militar. Como primeiro passo no sentido de uma ação policial mais coordenada, a Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada secretamente na cidade de São Paulo, em 2 de julho de 1969, e veio a ser utilizada nacionalmente em 1970, com uma nova organização de segurança interna chamada DOI/CODI (...) O objetivo geral da OBAN era coordenar as atividades das diversas organizações policiais e militares de segurança interna do estado e facilitar a coleta rápida de informações. Sua meta mais específica era 'identificar, localizar e capturar grupos subversivos que operavam na Segunda Região Militar, especificamente em São Paulo, com o objetivo de destruí[-los] ou, pelo menos, neutralizá-los...' (DOPS,1974:3). A OPS-Brasil, à sua maneira neutra' e profissional,

descreveu a OBAN como uma operação policial-militar combinada que visava á supressão de atividades terroristas e à apreensão de subversivos conhecidos c suspeitos'(TOAID. 1970b:7)". (Huggins, 1998:175) Vale a pena ainda registrar a informação de quem financiava a OBAN: "Uma das diferenças importantes entre ao Phocnix e a OBAN era que o Phocnix - embora extremamente secreto - foi formalmente constituído e financiado pelos Estados Unidos: com a operação da CIA. o Phoenix também obtinha recursos da OPS. Em contraposição, a OBAN em São Paulo era extra-oficial e privatizada, *financiada por empresários locais e por empresas nacionais e multinacionais*, entre as quais a *Fords*. a *General Motors"*. (Huggins, 1998:177)

IV- DESENVOLVIMENTO POSSÍVEL E SEGURANÇA MÍNIMA

> "A nossa Revolução é democrática. A minha intenção é preparar, sem precipitação, sem queimar etapas, o caminho que nos leve ao aperfeiçoamento democrático, no contexto de um processo lento, gradual e seguro".
> Geisel

Uma das figuras mais controvertidas dos gestores do capital atrófico, inegavelmente, é a do general Ernesto Geisel. Não apenas por causa das declarações favoráveis de seus adversários políticos após o seu falecimento, no dia 12 de setembro de 1996, aos 89 anos, considerando-o um verdadeiro estadista, ou por suas notórias desavenças com os "duristas" - a sua tomada de posição com relação aos desmandos do general Frota, a conduta firme em desmontar os aparatos da repressão -, mas, fundamentalmente, por sua posição no comando da estratégia de desenvolvimento, a opção 74, que visava o escape das malhas causais da crise do "milagre econômico brasileiro", tomada agora como produto da crise econômica mundial.

Há quem diga que Ernesto Geisel foi o mais castelista de todos os castelistas. A sua "conversão" ao comando de Castello Branco, no entanto, não se deu tranqüilamente. Porque, no início, "muitos de nós não gostávamos do Castelo na vida militar, inclusive eu e meu irmão Orlando, por causa de seu feitio, por ser irônico". No rastro de várias antipatias e desentendimentos motivadas basicamente pelos irmãos Henrique e Orlando, os primeiros convites do próprio Castello Branco não lhe motivaram a servi-lo, preferindo o vínculo dado pela relação hierárquica que o fazia subordinado ao general Álcio Souto. No percurso, os vínculos de Castello com militares rivais e com amizades no próprio governo João Goulart, fez com que, no próprio plano da conspiração, o general Ademar de Queiroz o notificasse da movimentação e indicasse os nomes de Geisel e Golbery do Couto e Silva para sua assessoria.
Assim se dá a ligação com Castello Branco. No principal e mais rico depoimento prestado aos pesquisadores do CPDOC, Maria Celina D'Araujo e Celso Castro, o general Geisel se posicionando com relação à sua participação no "processo da revolução", aponta para as qualidades necessárias do general Castello Branco para a chefia do movimento.

Com a não aceitação da prorrogação de seu próprio mandato, o general Emílio Médici, acabou por aceitar a indicação de um "castelista" à presidência da República. Ainda que Geisel pondere sobre sua exatidão, a versão de Figueiredo reza que: "houve uma reunião do Médici com Leitão de Abreu, Figueiredo e Fontoura Analisaram a situação, conversaram sobre a sucessão e, por fim, Médici teria declarado o seguinte: 'se o país estivesse inteiramente normalizado, se não houvesse mais nada de subversão, o candidato natural seria o Leitão; se o país tivesse problemas graves, envolvendo a área militar, seria o general Adalberto Pereira dos Santos. Como não há nenhum problema grave na área militar, nem o país está suficientemente tranqüilo para o governo de um civil como o

Leitão de Abreu, acho que, para administrar o país e seu desenvolvimento, o melhor nome mesmo é o Ernesto'." (Geisel *apud* D'Araújo & Castro, 1997: 258)

Há evidentemente um elo entre suas concepções, que configuram sua visão do mundo, com o pensamento conservador. Não temos aqui a pretensão de pesar o *quantum* dessa influência ideológica, dessa apropriação intelectual. Geisel não tem, obviamente, a estatura de um pensador como a encontrada na produção teórica de Golbery. Considera-se um pragmático, porque "temos que ser realistas nas nossas ações", como a dizer que no mundo real visa-se sempre progressivamente a resoluções e busca de alternativas concretas. Refere-se a si mesmo como um homem "realista, pragmático, prático", no entanto, é evidente sua matriz teórica: "Li, e muito, Oliveira Viana e alguma coisa de Alberto Torres. Foram grandes homens. Posso não concordar com tudo o que pensavam mas, na essência, estão certos. O que eu trago em mim, de um lado, vem evidentemente das minhas observações, dos dados da minha vida, da minha experiência profissional. Mas sofro muito a influência natural dos livros que li. Muitos eu descartei, mas de outros incorporei certas idéias, certos princípios, certas análises. Sob esse ponto de vista Oliveira Viana é, talvez, uma das melhores figuras. Há uma grande diferença entre o mundo ideal e o mundo real. E nós temos que pensar e viver o mundo real". (Geisel *apud* D'Araújo, 1997:396)

Poderíamos sintetizar sua postura com a seguinte citação: "Pensar, agir, ter êxito, porém, são expressões que não se referem precisamente aos mesmos parâmetros e pertencem a universos distintos. Como Goethe nos disse: 'Pensar é fácil; agir, difícil. Agir de acordo com as próprias idéias é o que há de mais difícil no mundo". (Geisel, 1976: 19) Desse modo, tanto Geisel como Golbery repetiam: "No princípio era a ação!"

O mais destacado do "generalismo presidencial", o antigo presidente da Petrobrás assume o comando da nação em março de 1974, precisamente no plano inclinado do fracasso do "milagre econômico brasileiro" (1968 - 1973) e de inflexão recessiva no plano mundial. Nos primeiros anos de seu governo, projetou-se o II PND a fim de reverter os aspectos mais gravosos de nossa estrutura econômica, devido à pane no modelo econômico, com o recrudescimento do processo inflacionário. Num primeiro momento, o Brasil era afirmado como uma "ilha de desenvolvimento e tranqüilidade, um universo de recessão e atrocidades". Todavia, passava-se a justificar a crise da forma particular de nossa organização produtiva por causa da triplicação dos preços do petróleo.

O governo Geisel tentou equacionar os problemas econômicos com a estratégia de impulsionar as indústrias de base, alentados por empréstimos estrangeiros, árticulando-se com ambiciosos projetos como o Programa Nacional do Álcool, a intensificação dos investimentos na Petrobrás, os famosos contratos de risco, que possibilitavam a prospeção às empresas estrangeiras. Rompendo com os pactos militares com os Estados Unidos, Geisel assinou um acordo com a Alemanha a fim de dominar a indústria nuclear. Assinado no dia 27 de junho de 1975, o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha objetivava a construção de 8 usinas nucleares. Com o "acordo do século", que colocaria tecnologia de ponta no país, o governo esperava evitar uma série de blecautes. Inaugurada somente em

1981, a usina nuclear Angra I, comprada dos Estados Unidos em 1970, sob gestão do ditador Emílio Garrastazu Médici, ao custo de US$ 2 bilhões. Os resultados foram catastróficos. Além da construção de Angra I e II, há a atrofia do projeto de Angra III. Estas obras inacabadas acarretaram um gasto astronômico, assim como o terror permanente do lixo atômico. Só com Angra III, a despesa atingiu 2,6 bilhões de dólares.

Entre 1968 e 1973, o endividamento externo já havia triplicado. Quando Geisel assumiu, a dívida era de 12,6 bilhões de dólares. No final de seu governo, a dívida estava na faixa de 43,5 bilhões, sendo que boa parte das reservas internacionais tinha sido "devorada" para o pagamento dos serviços da dívida. O processo inflacionário voou para a casa de 34,5 %, em 1974; no ano seguinte, recuou para 29,4 %; em 1976, já orbitava a faixa de 46,38 %, e em 1977, cerca de 38,7%.

O governo Geisel inaugurou uma nova fase no processo de passagem do autocratismo bonapartista para a institucionalização da autocracia. A "política de distensão" visava a desmontagem dos dispositivos inscritos no Ato Institucional n° 5, montando outro aparato institucional, configurado no slogan oficial de "continuidade sem imobilidade". Nas eleições legislativas de 1974, o partido governista sofreu uma relativa derrota. A maior vitória do MDB deu-se, principalmente, no senado. Comparativamente, no pleito de 1970, o MDB conseguira 87 cadeiras contra 233 da ARENA. Em 1974, obteve 161 contra as 203 dos situacionistas.

Após a rejeição do seu projeto para a reforma judiciária, em princípio de abril de 1977, Geisel fecha o Congresso Nacional pela terceira vez, desde o golpe de 64. Lança, então, o "pacote de abril" fixando os limites da distensão e as bases para o processo de institucionalização. Por este "pacote", os governadores continuariam sendo eleitos de modo indireto. Criou-se a figura do "senador biônico" e ampliava-se para seis anos, o mandato do próximo presidente. Além disso, introduzia-se uma representação desproporcional entre os estados, favorecendo as regiões do norte e nordeste, para a manutenção da hegemonia situacionista. No dia 1º de julho, o governo cassava o deputado da linha dos "autênticos" Alencar Furtado, líder do MDB na Câmara.

Em outubro de 1973, os militares desencadeavam a terceira ofensiva contra a guerrilha do Araguaia. Em janeiro de 1975, com a "operação limpeza" para o ocultamento dos corpos e documentos, encerrava-se este episódio, com cerca de 60 guerrilheiros do PC do B mortos, além de outros aprisionados e torturados. No período de 1975-1976, nova onda repressiva contra os comunistas é feita. Em setembro de 1975, as forças de segurança desencadeiam a "Operação Jacarta" comandada pelo coronel Erasmo Dias. No dia 24 de outubro, o jornalista Vladimir Herzog era preso e torturado até a morte nas instalações do DOI-Codi, em São Paulo, provavelmente no dia seguinte, 25 de outubro de 1975. Houve forte resposta do movimento democrático de massas, no entanto, a 17 de janeiro de 1976, o metalúrgico Manuel Fiel Filho seria morto em sua cela no DOI-Codi. Pressionado, o general Geisel destituiria o comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello, adepto da "linha dura" e contrário à política de distensão. No dia 16 de dezembro de 1976, a repressão fuzila dois dirigentes do PC do B[1], Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, no bairro

paulistano da Lapa, já sob o comando do "moderado" general Dilermando Gomes Monteiro. Na madrugada do mesmo dia 16, outro membro do partido, João Baptista Franco Drumond havia sido assassinado nas dependências do DOI-Codi.

É importante assinalar que, em entrevista dada ao *Roda Viva*, da TV Cultura de São Paulo, em 1966, Jarbas Passarinho detonava a imagem ímpia do governo Geisel. "Coronel da reserva e um dos autores do AI-5, Passarinho observou que, embora boa parte das atrocidades contra militantes de esquerda tenham sido cometidas no período Geisel, a mídia costuma jogar nas costas de Médici toda a responsabilidade pelo que o regime militar fez de pior". Nessa direção, vale acrescentar que o substituto do general Frota, o novo comandante do II Exército, não levou às últimas conseqüências as suas próprias palavras, haja vista que "Dilermando obstruiu a investigação judicial do assassinato de Vladimir Herzog, fornecendo justificativas para que Pedro Mira Grancieri, acusado do crime, não depusesse perante o juiz. O assassino não precisou apresentar-se ao juiz federal, nem fugir. A maior autoridade do Exército em São Paulo encarregou-se de declarar à justiça, por duas vezes, que Grancieri não poderia comparecer, por se encontrar 'em missão no Mato Grosso'." (Pomar, 1996: 47-48)

Com uma série de manifestações e passeatas, os estudantes ressurgem no cenário político e se preparam para a reconstrução da UNE, posta na ilegalidade pelo golpe de 64. No dia 22 de setembro de 1977, a polícia militar sob o comando do coronel Erasmo Dias cerca rua e saídas, lançando bombas químicas sobre os estudantes, que se encontravam reunidos na PUC-SP, para eleger a comissão de representantes visando a reorganização da UNE.

O desenvolvimento integrado e a restauração da democracia

Fiel aos preceitos da *ideologia 64*, Ernesto Geisel reafirma solenemente que seu governo é a expressão da continuidade do "projeto revolucionário", ancorado na mesma base doutrinária: desenvolvimento e segurança. "Desenvolvimento e segurança constituem um binômio e não apenas meras palavras, mas que representam de fato dois alicerces, dois fundamentos, duas razões que se entrelaçam, que se justificam mutuamente, para que se atinja o objetivo de assegurar o bem-estar ao brasileiro". (Geisel, 1978: 68)

No entanto, considera falsa a identificação do termo desenvolvimento restrito ao campo econômico. O *desenvolvimento integrado* abarca vários planos da realidade nacional. Na esfera econômica, acredita que o combate à inflação deveria ser vista não apenas no sentido econômico, mas também no moral. Porque, "Lutamos tenazmente. Uma batalha tremenda, contra uma doença crônica deste país que é a inflação." Mais adiante, expõe essa diversidade articulada ao todo: "Não é apenas o desenvolvimento econômico, é junto com ele o desenvolvimento social, e o desenvolvimento da indústria, da agricultura, da pecuária , das comunicações, dos transportes, da tecnologia. É o desenvolvimento no campo da saúde, do trabalho, do ensino, da previdência. É um conjunto integrado, e junto a ele eu me permito falar também do desenvolvimento político. São áreas que não se

podem separar. Elas se integram, num esforço que varia no tempo e em função das circunstâncias. Ora um dos setores tem prevalência, ora outro. Mas na realidade *o desenvolvimento é um todo integrado* e que tem de se realizar harmonicamente". (Geisel, 1978: 69)

Há que atentar para o fato de que Geisel começa a bater nesse ponto sistematicamente. A política de descompressão é função do desenvolvimento econômico e social. É um momento de processo de *desaquecimento* da economia, onde as forças do capital já começam a rosnar diante das conseqüências negativas derivadas da crise econômica. Começam a dar sinais de *dissensão* com o regime militar. Apoiaram o regime enquanto puderam extrair altas somas de valores do "milagre econômico". No prejuízo, passam a tornar público o seu descontentamento. Os trabalhadores estão prestes à irrupção de um ressurgimento do movimento grevista, no ano seguinte, todavia, estão a denunciar a falsificação dos índices dos reajustes por manobras palacianas.

Geisel repõe novamente os confrontos do passado. Segundo ele, "A nação saiu da anarquia que resultava da multiplicidade, sem justificativas e sem razões, de partidos. Havia partidos que existiam apenas para que seus detentores pudessem vender legendas. Hoje temos dois partidos, embora a legislação permita ter mais Mas, esses partidos, um do governo e um da oposição, existem e traduzem que realmente nós cumprimos e procuramos cumprir a nossa obrigação fundamental de viver num regime democrático"? (Geisel, 1978: 69)

Como se pode notar, a repetição é a tônica dos discursos presidenciais. Geisel insiste na intenção primeira do castelismo. A *restauração da democracia* estaria na ponta de chegada, após a prevalência dos *atos de exceção,* das leis ditadas pelos "revolucionários". Contudo, a *democracia brasileira*, "(...) não pode ser uma mera cópia, um papel-carbono do que se faz em outros países. Ela tem que levar em conta nossa condições intrínsecas, tem que levar em conta o nível econômico que nós temos, as condições sociais das nossas cidades e da nossa zona rural. E também a índole do nosso povo, as nossas tradições, o nosso passado, o longo período em que o Brasil viveu na Colônia e no Império e acabar com as falsidades de meras cópias que podem satisfazer ao teórico que vive enclausurado no recinto apenas de estudo, mas que não olha a realidade brasileira, que é bem diferente daquela que os papéis apresentam. É preciso viver com o nosso povo, conhecer o interior, os seus problemas, para sentir e verificar que organização política nós devemos ter e que tem que ser nossa, apenas nossa e de acordo com a nossa vida". (Geisel, 1978: 69-70)

É mais do que flagrante a inspiração do pensamento de Oliveira Vianna nessas considerações de Ernesto Geisel. O quarto general-presidente reúne em sua visão do mundo, uma série de nódulos ideológicos que também preocuparam o sociólogo fluminense. As soluções *liberal* e a *totalitária* devem ser inteiramente rejeitadas, porque não se ajustam à nossa índole nacional. Só com um desenvolvimento integrado é possível nossa verdadeira coesão nacional. A industrialização garante a territorialização e a

homogeneização das desigualdades regionais. O "nosso modelo" de democracia não tem parentesco com os "modelos estrangeiros".

Segundo o general-demiurgo, há que afastar *quem* se ponha contra o "nosso modelo", baseado na verdadeira "índole nacional", uma vez que "só não há liberdade para aqueles que querem utilizá-la para destruir a nossa nação. Estes, sem dúvida, não têm liberdade e estes, sem dúvida, são réus sujeitos à nossa legislação penal. Mas aqueles que trabalham, aqueles que idealizam um futuro melhor, que pensam no País, que pensam na Pátria, que têm espírito nacional, que vivem com a comunidade, vivem numa liberdade que creio que será difícil encontrar em outros países do nosso planeta". (Geisel, 1978: 70)

Ao passar em revista os resultados em todos os setores, Geisel se detém no campo político. Mais uma vez, deposita fé na busca e concretização de um "modelo nosso". Discursando no Palácio do Planalto, a 15 de março de 1977, no terceiro ano de seu governo, Geisel revela parte de sua concepção: "Não devemos copiar o que os outros fazem, porque as condições são diferentes. Temos de procurar uma política para o Brasil que corresponda à índole de nosso povo. Ao estágio de civilização em que nós estamos e também às nossas características físicas. Temos, sobretudo, de estabelecer uma organização política que valha, que seja praticada, que não fique apenas registrada no papel, para uso e gozo daqueles que apenas lêem e que não têm responsabilidade na ação". Identifica essa "distensão política" aos passos eleitorais já dados por seu governo, as eleições ocorridas em 1974 e 1976, ainda que distante das formas ideais. Democracia limitada às eleições, visando forjar uma base política por meio desse processo, desde que ajustado aos patamares do *desenvolvimento integrado,* nem mais nem menos, de acordo com a *cronologia* traçada: "Ambas foram eleições livres, o povo se manifestou como quis, votou como quis e, sobretudo, demonstrou a sua confiança no Governo pela elevada taxa de comparecimento, ou seja, pelo reduzido número de abstenções. Claro que esse progresso, no campo político, tem de ser paulatino. Tem de ser gradativo e lento. Ele é função também do desenvolvimento econômico e social, e é função sobretudo dos homens, dos nossos dirigentes, da nossa elite, do grau de compreensão que ela venha a ter dos nossos problemas". (Geisel, 1978: 53)

Geisel sempre se colocará como portador de um projeto nacional, com base na dialética de desenvolvimento e segurança, cujo primado reside no desenvolvimento. A construção de uma grande potência ainda serve de baliza para este "projeto", uma vez que o centro de seu governo é o "bem-estar do homem brasileiro". Recorda que, após uma década "revolucionária", "as múltiplas incertezas das primeiras horas num plano-mestre coerente para criação perseverante e entusiasta da grande nação" tinham conduzido à uma missão . histórica de realizar a destinação nacional. Por isto, afirma com convicção: "Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a Nação - o país e o povo que tudo merecem - no sentido de governar dentro do espírito que norteia a Revolução, cujos ideais tão bem estão consubstanciados na carta de princípios da Aliança Renovadora Nacional." (Geisel, 1975: 9)

Pisa e repisa o binômio da *ideologia 64* - desenvolvimento e segurança - apontando para a

nova posição das Forças Armadas, que se deslocam para múltiplas atividades do desenvolvimento integrado, e, da mesma maneira, a atuação dos cidadãos no que toca às questões da segurança nacional.

"A fórmula *Desenvolvimento e Segurança,* ampliando, afinal, e atualizando, ao estilo de nossa bandeira, constitui a *essência doutrinária* da Revolução de 1964, como tem sido muitas vezes repisado e longamente enfatizado, embora perdurem dúvidas e incompreensões quanto ao entendimento justo de ambos os conceitos e ao relacionamento que estreitamente os enlaça. E, em particular, quando se chega a entrever, naquele lema essencialmente *dialético,* o absurdo confinamento ideal das-Forças Armadas ao âmbito restrito da Segurança Nacional - como se esje não fora da responsabilidade, também, *de toda a cidadania civil* e como se, por outro lado, não se devesse à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica muito do que se tem realizado, de longa data, e ainda ora se realiza, no amplo setor do *desenvolvimento* do país - indústrias, estradas, transportes, comunicações, educação e o mais que seja." (Geisel, 1975: 10)

Geisel seguindo as velhas lições de Castello Branco, aponta para o sentido mais abrangente do conceito de segurança nacional, pois, é precisamente daí que nasce a estabilidade política que pode assegurar o desenvolvimento nacional.

"A segurança nacional longe está, na verdade, de ser apenas segurança militar, escudada nas armas. Em sentido mais amplo é, realmente, a capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolham o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da grandeza. É evidente que, sem segurança, não haverá como promover-se o desenvolvimento, mas, de outro lado, é também evidente que certo grau de desenvolvimento seja imprescindível à própria segurança nacional, sem que esta, entretanto, venha a ser elevada a um plano superior ao daquele. O desenvolvimento tem indiscutível dominância, de todo essencial, enquanto a segurança constitui simples condicionamento seu que, em situação de crise, pode todavia assumir, transitoriamente, posição predominante." (Geisel, 1975: 11)

O primado do desenvolvimento - e não das condições geopolíticas - em todas as dimensões que se entrelaçam no ser social, é que possibilita uma prática coesa e racional, uma vez que "Sob o lema *Desenvolvimento e Segurança* e adotando uma estratégia que se fundamenta no caráter essencialmente integrado do desenvolvimento social e que saiba guiar as opções no tempo e no espaço e entre vários domínios de aplicação, entre campos e setores diversos, a doutrina de nossa revolução completa-se com uma *metodologia para ação,* necessariamente baseada na austeridade e na honestidade de propósitos e caracterizada pela racionalidade." (Geisel, 1975: 12)

Este grande salto que *o projeto 64* tenta conseguir - o sonho de *grande potência* -, implica imprimir um desenvolvimento acelerado partindo de uma estrutura subdesenvolvida para uma sociedade potencialmente de primeira grandeza no leque das nações ocidentais, as quais não se apresentavam com os mesmos interesses e as mesmas disposições do que *as nações em desenvolvimento.* O país se pensa como uma *nação soberana,* mas pertencente

à um *mundo interdependente*. No entanto, segundo Geisel, há que contextualizar essa participação, uma vez que, de ponta a ponta, vivemos uma crise mundial do capitalismo. "Certo é, entretanto, que o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história da humanidade, seja pela crise generalizada no setor da energia que se manifesta, grave, em termos de escassez e de custos desmedidamente acrescidos, com reações em cadeia, para um sem número de matérias-primas e de produtos essenciais, seja pela instabilidade presente no panorama das relações internacionais, tanto no quadro político, ideológico e militar, como no econômico-financeiro, seja, também, pela onda de violência indisciplinada, destruidora e mesmo irracional, que abala os alicerces da sociedade, nos mais variados quadrantes do globo." (Geisel, 1975: 23)

Nesse quadro conturbado, os "obstáculos" da "Revolução de 64" podem renascer. Tanto os "subversivos" quanto os "corruptos" podem ressurgir a fim de solapar as "conquistas revolucionárias". Porém, Geisel afasta os seus fantasmas, quando diz: "Não temo que a desejada eficiência a alcançar pelo meu Governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos. (...) Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo, resguardará - assim o creio - o ambiente de tranqüilidade, de estabilidade social e de ordem pública, indispensáveis à marcha ascensional do país e que cumpre às autoridades assegurar como um dos seus mais indeclináveis, se bem que penosos deveres." (Geisel, 1975:24-25)

Como se pode notar, os pontos basilares da ideologia 64 são continuamente reafirmados, a integridade física, a integração econômica, social, moral, como pilares da *integração nacional*, fortaleceriam o salto econômico em direção à *grande potência*, sedimentando na alma nacional, o verdadeiro sentimento nacional. "A Nação ganhou inabalável confiança em si mesma, avançando a largos passos para seu grande destino que nada mais deterá. A integração territorial, velho sonho intermitente de séculos, afirmou-se definitivamente através de milhares de quilômetros de estradas que rasgaram a hinterlândia quase deserta e demandaram, afoitas, os confins mais longínquos desta pátria imensa. (...) Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula a realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se façam acaso mister." (Geisel, 1975: 27-28)

Esse mesmo binômio que rege as ações do governante, no entanto, deve estar centrado no desenvolvimento. Há que entender o sentido da fórmula geiseliana, como expressão teórica das relações sociais de produção, posto que está a operar sobre uma acumulação do capital em ritmo de desaceleração, no quadro da *crise estrutural do capital*, que requer a progressão do transito do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa. "Em termos mais precisos pode dizer-se que a ação estratégica da Revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a promover, para a Nação brasileira, em cada etapa, *o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança*

indispensável" (Geisel, 1975:332-33)

Como a preparar o campo da auto-reforma da própria ditadura militar, numa situação de desenvolvimento desigual das partes que compõem o todo, o general Geisel se utiliza de todo seu instrumental teórico, para delinear a puxada de freio ou *reversão* do desenvolvimento acelerado e sustentável do medicismo. Como continuar a crescer, com descompressão política? Novamente, em seus próprios termos: "O desenvolvimento de uma Nação é, necessariamente, um desenvolvimento integrado, o que não implica, de forma alguma, progresso linear, paralelo, entre os vários setores, admitindo-se, ao contrário, defasagens impostas por fatores conjunturais e pela sempre limitativa disponibilidade de recursos e, sempre, benuassim, por decisão estratégica de avanço mais rápido, a princípio, em setores considerados prioritários. Importa reconhecer, entretanto, que retardos excessivos em qualquer parte da ampla frente da ação governamental acabarão, inevitavelmente, por frear o progresso em todos os outros setores." (Geisel, 1975:33)

Trata-se agora de correr contra as dificuldades advindas da crise internacional, que pega o *modelo de desenvolvimento* em cheio. A nossa subordinação é detectada na forma fenomênica das demandas da economia nacional, principalmente, no setor de bens de produção e intermediários produzidos no exterior, aliás, da estratégia da indução e comando de fora. O problema é que a poupança interna é insuficiente para cobrir as demandas internas da economia nacional. Se há recursos em demasia lá fora, Geisel não hesitará em articular os investimentos estrangeiros com as empresas estatais.

Como ele vê a situação em sua dramaticidade. É bom lembrar que uma recessão econômica colocaria escada abaixo toda a *ideologia 64*, assentada na *felicidade social* numa escala progressiva de satisfação das necessidades provindas do *desenvolvimento acelerado e stistentá\>el.* O que fazer?

"Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial - como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência que intranqüilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional." (Geisel, 1975:36)

No entanto, a lógica do continuísmo do padrão de acumulação é precisamente o mesmo, trata-se, na verdade, de mantê-lo. O padrão da acumulação monopolista subordinada ao capital financeiro, com a sua viga-mestra, a superexploração da força de trabalho nacional. Se não, vejamos. "No quadro do desenvolvimento econômico, nada pretendemos inovar pelo mero desejo de mudança. Ao contrário, *adotaremos as mesmas linhas-mestras da*

política que até agora vem sendo seguida com benefícios comprovados para o país e extraordinários êxitos por todos atestados. Estamos convencidos, porém, de que *a própria continuidade* depende da capacidade de mudança em face de alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo." (Geisel, 1975:39-40)

O pragmatismo responsável em ação

É no interior dessa quadratura crítica, que Geisel investe na política externa, como forma de conectar relações com os países desenvolvidos, contar com os suprimentos, os recursos tecnológicos e os financiamentos estrangeiros, mas também se aproximar de um máximo de países para potencializar nosso comércio exterior, particularmente, a nossa exportação de manufaturados. Desde que a importação seja induzida, *exportar é a solução*, para a constituição do fundo de divisas, necessário para o pagamento dos serviços da dívida externa. Esta é a concepção do pragmatismo responsável: "Assim, no campo da política externa, obedecendo a um *pragmatismo responsável* e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos *interesses de nosso comércio exterior,* da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis." (Geisel, 1975: 37-38)

A democracia relativa é sinalizada como meta a ser alcançada, porém de modo lerdo, gradual e seguro: "Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro, *aperfeiçoamento democrático,* ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64. Os *instrumentos excepcionais* de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do país sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que sejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional." (Geisel, 1975:38)

Se antes não se falava de uma dominação autocrática agora se prepara para o abandono de uma forma para passar a outra. Os "instrumentos de exceção", os "atos excepcionais" devem dar entrada ao *participacionismo.* É interessante registrar que no plano político,

gradativamente, ós poderes locais são.desenvolvidos e passam a deter um maior controle nas tomadas de decisões. Na linguagem golberiana, estava-se promovendo uma descentralização.

No entanto, o ônus da crise despenderia sacrifícios a todos, uma vez que a "crise internacional" de matérias como petróleo e derivados exigiriam um realinhamento dos preços internos. Quem mais usa pode pagar, com este raciocínio, o aumento da gasolina atingiria os setores ricos e médios, promovendo um racionamento *indireto* do consumo. "A alternativa a esse realinhamento seria a criação ou manutenção de subsídios expressos ou insumidos, por todos os títulos desaconselháveis e mesmo injustos, por incentivar desperdícios e obrigar muitos, se não todos, a pagar pelo consumo cóhspícuo de poucos. A verdade também deve reger no setor da economia." (Geisel, 1975:41)

A crise internacional põe a nu, concretamente, a própria crise da plataforma econômica da ditadura militar. A expressão disso é a crise no balanço de pagamentos. Na ótica delfiniana, endividar-se também se constitui na solução. Segundo Médici, "A *dívida externa* deixou de ser elemento aleatório para se converter em valioso *instrumento de cooperação* no esforço nacional, como parte integrante e previamente programada da política econômica. Acordos tributários com outras nações, celebrados segundo nova diretriz, favorecera a *entrada de capitais,* bem como a redução dos custos dos' financiamentos e da tecnologia importada". (Médici, 1974: 67-68) No período ditado por Médici houve, na verdade, uma conjugação positiva de variáveis, como por exemplo, alta liquidez, ou seja dinheiro em abundância e disponível, que favoreceu o crescimento econômico acelerado.

Explica-se, assim, a recorrência aos empréstimos externos, porque "Serão bem mais altas, por conseguinte, as necessidades de ingresso líquido de capitais estrangeiros - possivelmente o dobro, em 1974, do que precisamos no ano anterior. Torna-se pois recomendável a manutenção, em áreas não-estratégicas, da mesma política sábia de *tratamento equânime* e até *mesmo favorecedor* que vem sendo concedido ao capital estrangeiro, sobretudo capitais de risco, para os quais o Brasil constitui uma área singular de elevada atração." (Geisel, 1975:41-42)

O Brasil deveria ser reconhecido como "bom parceiro" e, com isso, se valer das altas somas de valores disponíveis, que circulavam no circuito internacional do capital-dinheiro, particularmente, dos "petrodólares", uma vez que "Os altos níveis de liquidez mundial, em particular, a disponibilidade em busca de aplicações rendosas e garantidas, de vultuosos e crescentes recursos em capital livre no mundo árabe, ao qual nos ligam antigos e sólidos laços de amizade, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus, hoje tão bem integrados na sociedade brasileira e, de outro lado, a credibilidade internacional que o Brasil granjeou, pelo seu excepcional desempenho econômico e, mais concretamente, pelo alto nível de suas reservas cambiais, tornam muito viável o ingresso desses recursos, sob a forma tanto de capitais de empréstimos como de risco." (Geisel, 1975:42)

A questão do peso da importação de petróleo e insumos básicos para nossa industrialização e urbanização, forneceram as armas para Geisel estimular pelo IPEA, cuja coordenação estava a cargo do ministro Reis Velloso, manter, como prioridade o crescimento do produto real, em que pese as ponderações de outros economistas do sistema, que propugnavam a recessão como saída para a crise do "milagre econômico brasileiro". É o ponto de partida para "a nova estratégia de desenvolvimento" inscrita no II PND, visando reduzir a dependência no que tange às fontes externas de energia, ampliando intensamente a pesquisa em áreas petrolíferas, as soluções de refino, o encontro para alternativas extraídas de nossa própria realidade.

Os seus argumentos vão todos nessa direção: "A escassez de combustível líquido confere ênfase ainda maior a essa prioridade, aliás já considerada no Governo Médici, recomendando-se também esforços prioritários quanto ao aproveitamento racional de novos recursos hidrelétricos ainda disponíveis e quanto à intensiva preparação dos país para a era da energia nuclear, seja através da pesquisa de jazimentos de minerais físseis, seja pela absorção da tecnologia de alta especialização, característica desse setor sofisticado, sem que se esqueçam, ademais, as possibilidades do aproveitamento de outras fontes de energia como o carvão, o xisto e a energia solar, por exemplo." (Geisel, 1975: 44)

O II PND tem clareza na meta a ser atingida, tentando superar a nossa dependência precisamente nos pontos básicos da infra-estrutura de uma nação, que pretenda a sua autonomia e soberania nacional. Geisel salienta que este esforço de desenvolvimento deve se dar num prazo muito curto, buscando completar o nosso parque siderúrgico e instaurando um setor de ponta, o da indústria eletrônica, como os computadores, e fundamentalmente, completar a nossa indústria de bens de capital. No que tange às matérias-primas básicas, o país deveria desenvolver a extração de metais não-ferrosos e produtos químicos, inclusive, fertilizantes e petroquímicos. Geisel reatualiza o velho sonho nacionalista de Getúlio Vargas.

Na nova ordem internacional que vai-se esboçando, Geisel atenta também para a necessidade da aquisição dos conhecimentos científicos e das transformações tecnológicas que tem dinamizado a própria forma da produção. As empresas nacionais, privadas e públicas, assim como as empresas estrangeiras, que formam *o tripé da economia brasileira*, deveriam estar em consonância com esse patamar de desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, as empresas privadas nacionais se acham inteiramente estagnadas, olhando com desconfiança para o novo demiurgo do estado. Até o presente momento, a burguesia brasileira não clamou por redemocratização. A democracia lhe é indiferente. No entanto, Geisel quer acelerar o processo, e tem conhecimento de causa para impulsioná-lo. O quadro nacional é radiografado.

Acentuava-se, nesse plano, o papel da burguesia brasileira que deveria ser mais cuidada. Porque "No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país cabe assinalar que, da evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da

empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge, pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial para que venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete, até mesmo para maior conforto e estímulo aos outros dois setores, hoje praticamente em confrontação direta." (Geisel, 1975:49-50)

Papel relevante seria atribuído às empresas estatais, consciente das limitações do capital atrófico, Geisel direciona sua estratégia: "Às grandes empresas estatais caberá proeminente papel no desenvolvimento tecnológico nacional - pois são evidentes as deficiências, para tanto, do empresariado privado em geral. Proeminência caberá também aos órgãos de pesquisa mantidos ou apoiados pelo governo, cujas atividades precisam ser bem coordenadas e orientadas especialmente para o setor da pesquisa aplicada e devidamente entrosadas com as atividades dos possíveis usuários no campo empresarial." (Geisel, 1975:46) Outros empreendimentos são atribuições do estado, "tais como energia nuclear, telecomunicações, aeroportos internacionais ou empreendimentos vinculados a outros países, como Itaipu, eixos rodoviários, ferroviários, etc. O petróleo também deve ser incluído entre os empreendimentos de atribuição exclusiva do Estado, em decorrência, por um lado, da importância de que se reveste para o suprimento das nossas necessidades e, por outro lado, da escassez revelada pelas prospeções em nosso território, o que, além de acarretar uma grande vulnerabilidade da soberania nacional - por várias vezes, inclusive durante a guerra internacional, sofremos restrições no abastecimento -, nos obriga a importar cerca de 50% do nosso consumo". (Geisel *apud* D'Araújo & Castro, 1997: 291)

Com a boca torta muito próxima a de Roberto Campos, o general-presidente ataca as propostas de melhorias salariais, visto que "Um exame detido do problema revela que a *melhoria da distribuição de renda,* para compatibilizar-se com a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O *distribativismo fácil* que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação do potencial de poupança e de desenvolvimento. Nossa experiência anterior à Revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse *distributismo emocional.* A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social. A propósito, é alvissareiro registrar a atual escassez de mão-de-obra, inclusive nos menores níveis de qualificação - sinal de que os frutos do desenvolvimento estão atingindo as camadas menos favorecidas da força de trabalho, num sintoma sugestivo de melhoria da distribuição de renda." (Geisel, 1975:52-53)

Um regime de ordem, de equilíbrio e de justiça social só seria possível com a colaboração das classes sociais. Os sindicatos não deveriam se aventurar na esfera política, mas sim buscar o ajustamento dos trabalhadores na malha do capital. Os empresários deveriam ampliar suas capacidades visando o aumento das exportações. Isto significaria mais

dólares entrando na economia nacional, criando divisas necessárias para as compras do exterior. Desse modo, "Digo empresariado, e não apenas exportadores, porque entendo que todo o setor privado se deve mobilizar em torno daquele propósito e que, em particular, muitos empresários, ainda aí não engajados diretamente, poderão, com resultados favoráveis, tanto para suas empresas como para o país, transformar-se em exportadores efetivos. E, mais do que isso, entendo que a fronteira entre o público e o privado chega mesmo a diluir-se nesse campo de atividades, com vistas ao objetivo comum da expansão de nossa capacidade exportadora." (Geisel, 1975:145-146) O segredo está no aumento da exportação de manufaturados.

Com a crise das economias capitalistas, "Geisel pensa em estimular a burguesia para que desenvolva sua empresa tendo em mira esta circunstância histórica. Não houve recuo da meta básica, transformar o Brasil num país de primeiro mundo. "Cada vez toma-se mais importante que a empresa nacional aprimore seus meios de comercialização no exterior, usando mecanismos modernos com maior imaginação e agressividade e que a empresa estrangeira, como já vem fazendo em muitas áreas, se empenhe francamente, mais e mais em nossa arrancada para a conquista de mercados no exterior, utilizando o seu 'know-how' em produção e em comercialização e permitindo-se, assim, atingir, com nossos produtos, tanto o mundo subdesenvolvido como as áreas mais desenvolvidas do globp." (Geisel, 1975:148-149)

Nessa batalha, a ocupação dos espaços vazios deve continuar sendo uma das medidas do seu governo. "Assinalei, naquela oportunidade, que nossa estratégia de desenvolvimento estava intimamente associada à conjugação da ocupação econômica da grandeza do território brasileiro com um maior impulso, inclusive tecnológico, a ser dado à produção agrícola, pecuária e agro-industrial, de modo a não somente atender amplamente às nossas necessidades do mercado interno, mas também supridor mundial desses produtos, graças às condições para tanto propícias, de que o Brasil está dotado." (Geisel, 1975:154)

A análise geiseliana tenta doravante examinar a crise do "milagre econômico brasileiro" em decorrência dos efeitos da crise mundial do capitalismo e, a partir daí, buscar novas alternativas, particularmente, energéticas para impulsionar a produção, mas também para diminuir o peso das importações do petróleo e outros derivados. Nesse sentido,

"Desde meados de 1973, já se prenunciavam desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial, em todos os quadrantes do globo. Acentuava-se, dia a dia, a disrupção do sistema monetário internacional, sem que se lhe vislumbrasse solução adequada e eficaz, alçando-se unanimidade, apenas, numa perplexidade geral, quase de todo paralisante. Os preços de matérias-primas e outros insumos essenciais e, sobretudo, os do petróleo e seus inúmeros derivados começaram a disparar, jogando para o alto as curvas de custos dos produtos intermediários e finais. Seguiu-se a crescente falta de liquidez no mercado internacional de capitais, asfixiando novos investimentos projetados e retardando os cronogramas de muitas unidades de produção, em vias de implantação. O comércio entre nações desativou-se celeremente, tolhido ademais por insólitos obstáculos artificiais de uma nova onda protecionista praticada até pelas nações de tradição mais

liberal, todas às voltas com angustiantes problemas em seus deficitários balanços de pagamentos. A inflação - em recrudescimento - desafiando a engenhosidade dos economistas, acoplou-se à recessão econômica e ao espectro do desemprego contagiante, para compor esse fenômeno singular e quase paradoxal de generalizada estagnação com inflação. Tudo isso, e mais as tensões sociais que se acumularam em conseqüência, num clima já de si propício aos surtos de violência irresponsável que se propagara pelas mais diversas regiões, desdobraram-se numa crise de confiança no futuro, a qual chegou a abalar a própria estrutura de nações mais estáveis, pela descrença na sabedoria e honestidade de propósitos de seus governantes, quando não no seu próprio sistema de Governo, antes reputado modelar." (Geisel, 1975:178-179)

É, nesse quadro crítico, que Geisel cria unia estrutura centralizada para encontrar as equações alternativas para o "desenvolvimento possível" com a criação do CDE e do CDS, buscando agregar elementos necessários para superar tensões e produzir soluções:

"Registre-se, nesse quadro, a preocupação fundamental que teve o Governo de implantar um sistema amplificado de natureza colegiada, para o assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas decisões principais. Assim, além do Conselho de Ministros e do Conselho de Segurança Nacional e do Alto-Comando das Forças Armadas, já existentes, criaram-se dois outros órgãos setoriais de alto nível - o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social - além do funcionamento informal e tentativo de um Conselho para o desenvolvimento político que espero possa vir, nos próximos anos, a assumir papel igualmente relevante." (Geisel, 1974:182) Além disso, "Daí, serem até mesmo estimuladas as divergências de opinião entre os participantes, o que tem contribuído na prática, quando estas extravasam, prematuramente, ao conhecimento público, para uma imagem falsa de descoordenação, quando, na realidade, o que se impõe é que haja disciplina e unidade de pensamento e de ação, mas somente depois de bem assentada uma decisão final. Sem dúvida, o processo poderá ser demorado, mas por outro lado, ganha em segurança e confiabilidade, a coberto de posteriores modificações substanciais ou recuos das decisões anunciadas." (Geisel, 1974:183)

A estratégia geiseliana, como já assinalamos, pode ser condensada na seguinte formulação: "um máximo de desenvolvimento possível, com um mínimo de segurança indispensável". Em fins de dezembro de 74, o Congresso aprovara as premissas e metas do II PND. No dia primeiro de março de 75, quando da abertura da sessão legislativa no Congresso Nacional, Geisel envia amplo relatório sobre os resultados das atividades desenvolvidas no período anterior, tendo como *filosofia política,* assegura, a mesma que inspira os "governos revolucionários". Estes são regidos pelos princípios do ideário 64 - o combate ao comunismo, o combate à corrupção, o combate ao sindicalismo atuante, a implementação acelerada da modernização associada - que propiciaram a derrubada do governo de João Goulart. Este ideário está sintetizado, reitera, no binômio do Desenvolvimento e da Segurança, a modema conceituação da fórmula ordem e progresso. Traduzindo: o desenvolvimento do capitalismo associado assentado numa estabilidade política, com a desestruturação das organizações de massas e a constituição de um

aparato policial e repressivo, a fim de jmanter uma vigília permanente e ação eficaz de aniquilamento dos "inimigos internos" do regime, os que solapam os valores e as instituições da ordem social.

Como Geisei traduz essa "fórmula hierarquizante"? Mais uma vez, a sua linguagem soa abstrata demais: parece-lhe "justo admitir-se que este mínimo de segurança, variável no tempo e no espaço, deixará margem mais ou menos ampla às atividades, recursos e esforços que se possam consagrar ao desenvolvimento, em cada momento ou trecho da trajetória evolutiva do país, inclusive sob a ação de múltiplas forças externas que constituem o condicionante panorama internacional". (Geisel, 1976:14) Está claro que este "condicionante" diz respeito à crise do capitalismo -mundial, -explicada, ou melhor, reduzida aos "choques dos preços do petróleo" e suas conseqüências para as economias dependentes. A saída vislumbrada está no tolhimento das importações para se obter saldos na balança comercial. O problema reside em como alcançar um "equilíbrio justo" entre as várias esferas que compõem o todo social, o desenvolvimento equilibrado entre momentos do evolver nacional?

Completados onze anos no itinerário da "Revolução restauradora", Geisel tenta identificar, com base em sua "fórmula hierarquizante", as características marcantes de cada etapa percorrida dos "governos revolucionários". Vejamos. "A largos traços,?o Governo Castelo Branco foi uma busca incessante e tenaz de um compromisso viável entre exigências, ambas imperiosas, de segurança e desenvolvimento. Costa e Silva tentou liberar o país, talvez prematuramente, das imposições restritivas da segurança e viu-se obrigado a ceder a elas em prazo curto". Na realidade, Castelo Branco, na apresentação da ditadura militar, visando a institucionalização da autocracia burguesa num prazo limitado, efetuou uma "operação limpeza", prendendo líderes operários e sindicais, lideranças estudantis e camponesas, cassando mandatos e expurgando militares, ao mesmo tempo, em que promovia uma política recessiva na economia brasileira. As lutas e dissidências no interior das Forças Armadas, afastaram o projeto *castelista* do "aprimoramento das instituições democráticas", fazendo prevalecer as posições *costistas,* da *linha dura,* postergando para as calendas a devolução do poder a um mandato civil. A edição do Ato Institucional n.° 5, no dia 13 de dezembro de 1968, aprofundou o cerceamento das liberdades e o consumo das energias voltadas agora contra as ações armadas de esquerda. Continuando sua leitura, a partir da "fórmula", o governo Médici, "com propósitos dos mais liberais embora, esteve constantemente voltado para o atendimento das necessidades impostergáveis de manutenção da segurança interna (leia-se: da repressão) que, contudo não lhe abateram as extraordinárias marcas alcançadas no desenvolvimento do país - graças à inegável mestria na condução da política econômico-financeira, que soube tirar todo o partido das condições favoráveis da conjuntura internacional e da sucessão de safras exportáveis que otimizaram o balanço ente a produção e os preços de venda no exterior". Isto significa que, a fórmula aplicada ao governo Médici, configurou um desenvolvimento acelerado excepcional aliado à alta dosagem da repressão.

Com este prisma, como Geisel refigura o seu primeiro ano de governo. Salienta, de saída,

que as perspectivas e possibilidades para o *desenvolvimento* são limitadas e até catastróficas em decorrência da crise mundial. Conquanto, no âmbito da *segurança,* há o controle quase que total da esquerda armada. "É que o terrorismo foi dominado e contido: raras incursões, atrivés de fronteiras desguarnecidas - inteiramente frustradas; as tentativas de organização de bases de guerrilheiros no interior desprotegido e distante, inicialmente em Caparão, oeste do Paraná, Vale da Ribeira e depois em Xambioá - Marabá, ao norte de Goiás e sudeste do Pará - completamente reduzidas; as organizações subversivas, sob atenta e incansável vigilância de todas as horas". (Geisel,1976:15)

O que Geisel está apontando é para a situação de controle da ação do terrorismo revolucionário, graças à atuação eficaz da repressão na ditadura Médici: "Assim, meu governo, graças aos desvelados e ingentes esforços despendidos por meus antecessores no setor crítico da segurança interna, pôde instaurar-se em ambiente mais tranqüilo de ordem, tanto aparente como real, e por isso as perspectivas de maior concentração de esforços na área construtiva do desenvolvimento vieram a materializar-se, felizmente, justo quando esta tarefa, em face da deterioração generalizada da conjuntura econômica mundial, passaria a exigir maior atenção e flexibilidade, recursos bem mais acrescidos tanto no planejamento como na execução". (Geisel, 1976:15-16)

Assim, o quarto governo da "Revolução de 64", seguindo a equação desenvolvimento/segurança, poderia agir sobre o primado do desenvolvimento, que seria agora o termo maior da equação estratégica nacional, com aquele "mínimo de segurança indispensável". Afigura-se, como se pode notar, a possibilidade do afrouxamento da repressão no plano político, uma maior possibilidade de atuação da própria oposição, aprimorando-se as instituições políticas num ritmo lento e gradual, buscando a harmonização no interior da própria modernização. Mas, caso pensado, sem que se possa questionar o plano econômico, a condução da política econômica subordinada As agruras e possiveis desventuras, pensa, decorrem da crise internacional do capitalismo.

A equação estratégica nacional está vinculada ao *desenvolvimento integrado* de nossa formação social. Como o general-presidente pensa este conceito[9] O desenvolvimento é nomeado como sendo de talhe *integral* e *humanista.* Se a complexidade do real implica a articulação de vários fatores como o político, o econômico e o psícossocial, cabe não deixar de lado a prioridade tácita ou conjuntural de um ou de outro, dependendo das circunstâncias internas ou de condicionamentos externos. Em outras palavras, há que examinar a conjuntura desfavorável da crise mundial e suas seqüelas para a economia nacional e, no plano interno, desbloquear o político da dura repressão. Está claro que esta não posição não se reduz à visão dos *duristas,* que se opõe a ela. "Humanista, sobretudo nos seus fins, uma vez que o homem, na atualização de todas as suas potencialidades, é o objeto supremo em proveito do qual os maiores esforços deverão ser coordenados e multiplicados; integral, porque não se exaure no simples desenvolvimento econômico da coletividade e do indivíduo, antes deve combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores - político, psicossocial e econômico - do desenvolvimento do cidadão e da comunidade nacional". (Geisel: 1976:16)

Dentro deste esquema, Geisel pode formatar as características de cada governo anterior. Por causa da herança econômica recebida do governo de João Goulart, o marechal Castelo Branco teve de orientar sua política para o soerguimento da estrutura nacional, debatendo-se para controlar o processo inflacionário. "Deve-se-lhe reconhecer, no entanto, o muito que buscou fazer nos demais campos, em particular no da consolidação de nossas estruturas políticas tão abaladas". Sobre o governo do general "durista", ele faz uma ponderação: "Costa e Silva, apesar do lema 'humanização do desenvolvimento', que desde logo enunciou, viu-se mais e mais levado à concentração de esforços no campo do desenvolvimento econômico". O governo Médici, "apesar do primado indiscutível da estratégia econômica sobre as demais e devido mesmo ao extraordinário êxito que aí alcançou, pôde a empenhar-se, validamente, no campo do desenvolvimento psicossocial". (Geisel, 1976:17)

Como se depreende disso, a condução política do processo até aqui, não conseguiu dar conta de uma interação equilibrada e mais ou menos orgânica das partes do complexo nacional. Desse modo, a partir desses resultados, Geisel pode aferir que "Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do país permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais conseqüente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrogradou, uma vez que, na dinâmica social, (a estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos". (Geisel, 1976:17-18)

Aí está a demarcação do terreno. Este discurso apresentado no i.° de março de 1975, que abre os trabalhos do Congresso do período, deixa cristalino a intencionalidade política do quarto governo, a denúncia da retrogradação dos intentos da "Revolução restauradora", por causa da atrofia de um de seus fatores, haja vista que "o atraso de um deles freará inevitavelmente o avanço de todos os demais", assim reza "a doutrina humanista do desenvolvimento integrado" de Geisel. "Nessa dinâmica", esclarece, não há lugar para retardos ou hiatos excessivos. De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda a medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes". (Geisel, 1976:18)

A primeira pergunta que vem à mente é: se esta convicção é substantiva, parte insuprimível de sua "filosofia política", ou é a tática de se lançar, numa situação de crise, para uma composição com os setores oposicionistas, deslocando os duros, porém, garantindo pelo alto, uma transição da forma ditatorial para uma forma institucionalizada de dominação mais abrandada. Ou até, por esta "lei geral dos rendimentos decrescentes", haveria, no limite, a possibilidade de uma subversão real, impossível de ser evitada, motivada pela situação de opressão e miséria das massas em geral.

Vale a pena continuarmos com essa tarefa de alinhavarmos as suas concepções respeitando as próprias articulação de sua idealidade.

No ano de 1976, Geisel realiza visitas oficiais ao exterior. Assim, a partir de abril, inícios de maio e meados de setembro, pela primeira vez na história diplomática destes países, o general-presidente do país efetiva conversações oficiais com altos mandatários, representantes diplomáticos, políticos e empresários, da França, Inglaterra e Japão. O tema da viagem será enfaticamente anunciado. Falando aos jornalistas japoneses, no dia 18 de setembro de 1976, esclarecia: "A nossa economia se adapta às condições que o mundo hoje vive. Evidentemente a crise do petróleo e a crise geral que se instalou no mundo implicaram em modificações no procedimento econômico do Brasil. A nossa economia teve que se adaptar às novas contingências. E, desde logo, entre os problemas que logo surgiram, estão os que se relacionam com o balanço comercial de pagamentos. De um lado, redobramos nossos esforços no sentido de aumentar" o volume e o valor de nossas exportações; o que não tem sido fácil, pois muitos dos mercados, afetados pela mesma crise, se fecharam aos produtos que vendíamos usualmente". (Geisel, 1976:227)

Na esteira das altas taxas de crescimento registradas no período do "milagre econômico brasileiro", a economia ainda teria um crescimento na faixa dos 4 a 5%, após o colapso do "modelo", o balanço de pagamentos apresenta-se de modo negativo nestes dois anos de seu governo, fazendo com que o governo adotasse medidas restritivas de importação. Nessas viagens, tratava-se de "diversificar" os seus parceiros econômicos, mais precisamente, buscar na comunidade financeira européia, nos capitalistas europeus, aportes financeiros para impulsionar os projetos delineados no II PND. Tratava-se, pois, de mostrar as condições básicas que os esperariam, caso fossem investir no capitalismo brasileiro. A *estabilidade política* será um dos argumentos mais utilizados para motivar os empresários estrangeiros.

No dia 17 de setembro, discursando para os capitalistas japoneses em sua organização, o Keidanren, Geisel tentava aguçar os interesses dos proprietários, mostrando o que eles poderiam encontrar em nosso país? Se das negatividades do regime político pouco poderia falar, porque diz respeito à questões internas, não que se pronunciar sobre a questão dos *direitos humanos,* no plano da cooperação econômica a questão é bem diferente. "O Brasil, sabem os Senhores, fez a opção de desenvolver-se sob a forma de uma sociedade aberta, em que a cooperação com outras nações é de fundamental importância. Essa cooperação não nos tem faltado, nem, de nossa parte, temos deixado de prestá-la. E essa evolução é favorecida pelo fato de havermos podido instituir, no país, ordem econômica e social com estabilidade política. São condições de qualquer progresso interno e, também, a maior garantia e o maior estímulo à confiança internacional". (Geisel, 1976:211)

Por este motivo, "Os resultados obtidos e, mais que isso, a racionalidade da política que lhes está subjacente, tem valido, a meu país, a confiança da comunidade internacional dos homens de negócio. A estabilidade política de que o Brasil tem gozado nos últimos doze anos, somada ao tratamento dispensado ao capital estrangeiro, é fator positivo de crescimento e tem favorecido a participação da técnica e do capital estrangeiro em nosso processo de desenvolvimento". (Geisel, 1976:213) Desse modo, a Doutrina da Segurança e Desenvolvimento está reafirmada ao capital estrangeiro. Os "ideais revolucionários de 1964" e seus resultados são apresentados para a "comunidade" dos capitalistas europeus.

Há que fazer, certamente, referências à tradição humanista e democrática da França. A sua missão histórica reside, precisamente, no fato de que patrocinou a "defesa e propagação dos valores humanísticos que caracterizam o que hoje se chama de Mundo Ocidental". Todavia, nos tempos atuais, o mundo se acha numa situação de interdependência global. Não há mais possibilidade de uma evolução nacional isolada, a não ser no quadro da interdependência. Dessa maneira, "Houve época em que tais sentimentos nacionais se processavam no âmbito de uma História circunscrita a universos mais ou menos cerrados. Isso já não é mais possível no mundo de hoje em que a interdependência tende a ser global. E mérito inegável da França é haver sido, entre os países economicamente desenvolvidos, daqueles que, mais cedo e mais amplamente, apreenderam a complexidade dessas novas relações. A França soube perceber, logo, que essa interdependência não é destituída de sinal e que ela pode ser positiva ou negativa para os valores que todos consideramos essencial preservar e propagar". (Geisel, 1976:72)

Este elogio à posição da França, faz com que o general-presidente se permita a declarar que o povo brasileiro se aproxima ao francês por possuir esta "comunidade de sentimentos" inerente aos mesmos valores humanísticos da civilização do ocidente, da preservação do "mundo ocidental" diante da ameaça do comunismo. Geisel mostra que há convergências de ordem conjuntural, que está no modo de agir no quadro da interdependência global. Explicitando sua "visão realista e pragmática", livre das simplificações utópicas ou cataclísmicas, Geisel aponta a necessidade do Brasil projetar-se nesse quadro, a fim de atender aos desígnios de seu "destino nacional". Reclama das potências econômicas o desconhecimento do drama histórico das formações históricas jovens. "Mas certo é que as grandes nações desenvolvidas não conhecem, nem conheceram, em qualquer fase de sua história, o drama comum à maioria dos países em desenvolvimento: o de construir uma nação, o de desenvolver a economia e o de promover o equilíbrio social em seus países, sob a pressão dos modelos tecnológicos, preservando, ao mesmo tempo, sua identidade cultural e evitando sacrificar, irremediavelmente, os valores fundamentais da nação". (Geisel, 1976:75)

O país é, assim, apresentado à comunidade financeira internacional como um país emergente, país em desenvolvimento, que conheceu um salto monumental em seu processo de industrialização e urbanização, que luta contra o subdesenvolvimento e visa a superar as más condições de vida de sua população. Reconhece a posição hegemônica das superpotências, mas se reserva a agir de modo flexível no alinhamento aos grupos dominantes. Mais ainda: objetiva a superação dos próprios obstáculos criados por estes países dominantes. Aqui, suas palavras são enfáticas: "Não é só no plano econômico que vemos as nações presas em compartimentos que mal se acomodam às suas dimensões e, por conseguinte, às suas aspirações e possibilidades. E não há retórica nesta imagem, quando assistimos, com alguma freqüência, à interposição de obstáculos de natureza artificial ao crescimento econômico de outras nações, por parte de países desenvolvidos, em conseqüência de critérios pré-determinados. De minha parte, estou convencido de que tais obstáculos terminam, na maioria dos casos, por desservir aos próprios interesses mais amplos dos países desenvolvidos". (Geisel, 1976:74)

Geisel denuncia, no plano das relações políticas entre os países do mundo capitalista, a "inclinação exclusivista" dos países dominantes, que deixam à margem os emergentes da própria conceituação de "mundo ocidental". Num tom fortemente abstrato, mas inferindo tratar-se de velha herança do colonialismo, Geisel afirma: "Essas inclinações corresponderão sem dúvida, a motivações históricas ponderáveis, às quais não estarão estranhas, preocupações com a preservação legítima de determinados valores, sendo porém indispensável distingui-las daquelas que trazem no seu bojo o desejo de conservar privilégios. Em muitos casos, porém, faltará a disposição ou a capacidade de entender o processo histórico, que ocorre, alhures, em condições distintas". (Geisel, 1976:75)

Na França, o general-presidente explicita as concepções da diplomacia brasileira, ressaltando o papel que o Brasil pode representar no diálogo norte-sul. Fala de um "estilo brasileiro". "Esse estilo ou modelo é, em grande parte, conseqüência do estágio cultural em que o país vive, das suas possibilidades, de suas tendências. Assim, não pode ser copiado. /.../ Nesse quadro, nesse modelo, nesse estilo, nós nos preocupamos extraordinariamente com o inter-relacionamento que há entre as nações em desenvolvimento e as nações desenvolvidas ou industrializadas, ou seja: nós nos preocupamos de fato com este aspecto econômico do mundo de hoje, que é apresentado de maneira sumária, sob este ângulo de Norte contra Sul, como se realmente houvesse um conflito entre as duas áreas" (Geisel, 1976:65)

Numa formulação geral que abarca a totalidade das formações nacionais, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, Geisel detecta três dimensões necessárias a serem enfrentadas: o esforço de desenvolvimento, a consolidação da nacionalidade e o equilíbrio social. Todavia, ressalta, "é desigual o que esse esforço representa para cada nação". (103) Vinculado a isso, a inserção desses países num mundo interdependente, cuja desigualdade material é ampliada pelos meios de comunicação de massa, acentuam o efeito-demonstração, gerando, com isso, "mesmo em populações distantes, anseios de progresso material e cultural que já não se medem por comparação a estágios anteriores do mesmo grupo social, mas aos estágios presentes nas sociedades mais avançadas". (Geisel, 1976:103)

Isto gera uma realidade inteiramente nova, que precisa remover os obstáculos reais para estas sociedades emergentes, a fim de que preservem o seu desenvolvimento econômico. Obstáculos, certamente, erigidos pelas políticas discriminatórias dos países dominantes. "Essa existência em dois níveis de progresso, o do real cotidiano e o *át* expectativas não menos condicionantes, representa uma experiência de que só têm c•::•-:•»..<emento os países em desenvolvimento nos dias de hoje". (Geisel, 1976:103) E. portanto, inevitável a restruturação da ordem econômica mundial, explicará Geisel à rainha Elizabeth II, do Reino Unido e seus convidados no Palácio de Buckingham, no banquete de 4 de maio de 1976.

Trata-se, dessa maneira, de demarcar a posição brasileira no âmbito das grandes questões que envolvem as contradições do "mundo ocidental". Na verdade, a questão perseguida diz respeito ao desenvolvimento das economias "emergentes" no quadro de subordinação

às políticas protecionistas e sugarias das superpotências. Obviamente, não se está tematizando a luta entre as "democracias ocidentais" e o "bloco comunista", porém, a própria posição do Brasil no campo polarizado dos mercados europeus e norte-americanos, no quadro de uma crise do capitalismo mundial. Por esta razão, no dia 25 de abril de 1976, em entrevista para a televisão francesa, Geisel deixa nítido: "Colocamos, sempre, interesses gerais e interesses de nossos países acima desses desígnios. E claro que tudo isso, a vinculação política e cultural, alicerça-se principalmente no campo econômico. É necessário desenvolver as relações econômicas e comerciais entre os nossos países, sobretudo na crise econômica que o mundo atravessa". (Geisel, 1976:64)

Certamente, o general-presidente, em sua viagem ao exterior, teria que enfrentar o questionamento da situação política do pais, da repressão e do cerceamento aos valores democráticos, das perseguições e repressões de suas oposições. A resposta passará pela afirmação da realização de eleições "em ambiente de plena liberdade", desde as eleições de 1974 até as vindouras no mês de novembro de 1976. A rigor, dirá o chefe da nação, a oposição não é uma ameaça ao domínio da situação. "A oposição, em si, não constitui dificuldade para o governo. Acho que a oposição existe e é necessária. Ela é condição fundamental para que nós possamos viver num regime democrático. Em verdade, no Brasil há limitações à liberdade para os que querem subverter a ordem estabelecida. O Brasil não tolera terroristas, não tolera subversivos, não tolera seqüestradores, e nesse sentido a ação do governo é efetiva, atuante. De resto, o país vive em absoluta liberdade. Às vezes, acho até livre demais, pelo fato de essa liberdade nem sempre ser correspondida com a necessária responsabilidade". (Geisel, 1976:67)

Trata-se, como vimos, de apresentar para a "comunidade dos homens de negócios", o quadro de estabilidade política, com o controle do parlamento, com a prevalência do partido do governo a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, detendo a maioria das cadeiras do senado e da câmara federal, tendo ainda o respaldo dos governos estaduais. Por isto, ele acentua que "Nós não temos, realmente, em nosso país, dificuldades políticas". (Geisel, 1976:67)

Mais de uma vez, as formulações se dirigem para apontar a positividade inscrita na economia brasileira, no quadro da crise econômica mundial. "A Revolução de 1964 encontrou o Brasil à beira de um colapso. Medidas rigorosas fizeram-se imediatamente necessárias seja para conter a inflação - que ameaçava ultrapassar a taxa dos 100% ao ano -, seja para criar condições de equilíbrio externo da economia. Foi possível, não obstante, logo no primeiro ano, recuperar a renda real, a qual, a partir de então, passou a crescer a um ritmo seguro. De 1968 em diante, quando as medidas básicas de saneamento econômico, já haviam alcançado o seu objetivo, o país passou a crescer a um ritmo sem precedentes. Em termos reais, de 1968 para cá, o Produto Interno Bruto mais que duplicou e a renda *per capita* subiu em quase 65%. E importante notar que o grande aumento real verificado na capacidade produtiva do país ocorreu com aceitável equilíbrio na expansão dos setores primário, secundário e terciário da economia. Graças a esse progresso e à confiança que eles criaram no empresariado e no público brasileiro, bem como nos homens de negócios estrangeiros com interesse em nosso país, pôde o Brasil

enfrentar a atual crise econômica internacional". (Geisel, 1976:211-12)

Quais foram, então, discutidos e decididos sobre os projetos econômicos e financeiros? Geisel ressaltará que a questão tecnológica, assim como, de investimentos na infra-estrutura foram os temais centrais. Desde a fabricação de material ferroviário, fábrica de helicópteros, cooperação no terminal açucareiro de Santos e com relação ao terceiro Pólo Petroquímico no Rio Grande do Sul, com *know-how,* cooperação técnica e financiamento francês.

Numa pequena digressão, há que lembrar a própria situação da esquerda àquela altura: "Quando o general Ernesto Geisel tomou posse da Presidência da República em março de 1974, a guerrilha urbana se extinguira e a guerrilha do Araguaia agonizava. Assessorado pelo general Golbery, o novo presidente traçou o rumo da *distensão lenta, gradual e segura.* Não podia ser mantido, por conseguinte, o nível de repressão policial característico do Governo Médici. Não se tratava de desmobilizar a repressão, porém de torná-la seletiva e discreta. Mas reduzir o nível da repressão policial foi impossível sem fricções com os órgãos especializados, que haviam conquistado autonomia e dispunham do respaldo de setores oficiais discordantes da política de distensão". (Gorender, 1998:264)

t

De revolução em revolução

Na comemoração do Dia do Trabalho, 1.° de maio de 1976, no Rio de Janeiro, dirigindo-se aos trabalhadores, Geisel evocaria a Revolução de 30 e o papel de Getúlio Vargas na edificação do capitai industrial em nosso país, "à sombra dos altos-fornos e das chaminés de Volta Redonda, símbolo, já tradicional, do Brasil industrializado e dinâmico de hoje". (89) No passado, Vargas clamava o apoio dos trabalhadores a um projeto nacional, que significou uma "arrancada heróica", envolvendo várias regiões do país. A voz de Geisel se colocaria no tom da "revolução redentora": "Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução redentora de 1964 que salvou o país da anarquia e da desordem sem freios que o comunismo arquitetara e impulsionava sem descanso, nem escrúpulos de qualquer ordem". (Geisel, 1976:89)

A comparação com a Revolução de 30 é, pois, inevitável. A geração de Geisel é oriunda das "hostes revolucionárias de 30" e participa dos atos conspiratórios que derrubaram o governo constitucional de João Goulart.

"Ambos esses movimentos cívicos brotaram das mesmas fundas raízes da alma brasileira, encarnaram genuínas aspirações do povo e se propuseram a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles, nas cidades, nos vilarejos do interior e nos mais distantes rincões sertanejos". Ambos os movimentos 1930 e 1964 objetivaram a construção de uma nação "forte, justa e democrática", voltada para a dignidade do homem brasileiro, "libertando-o dos grilhões da miséria e da ignorância, da prepotência dos mais ricos e da violência dos mais poderosos". (Geisel, 1976:90)

É importante, no entanto, demarcar què a Revolução de 3t), para Geisel, fechou o seu ciclo histórico, enfrentando descaminhos e desvios, mas cumprindo sua destinação "na senda do desenvolvimento nacional", ao criar as bases iniciais da industrialização brasileira. A "Revolução redentora", partindo dessas bases, visa um "brasil novo", que em meio ao turbilhão da crise mundial, enfrenta "desafios novos num clima de ordem e de paz, de segurança e desenvolvimento, de trabalho e pleno emprego. Nesse discurso, ele repõe a linha delfiniana da distribuição de renda atrelada as altas taxas de crescimento econômico. Há que acompanhar a dinâmica das leis do capitalismo: "O comportamento das leis econômicas e sociais não obedece a formulações a tal ponto simplistas". (Geisel, 1976:93)

É um processo que requer "tempo e racionalidade". Há que recusar a dinâmica do "populismo". com seu "distributivismo emocional", que busca saltar as leis da própria economia. "O distributivismo fácil que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais", assegura Geisel, "está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionáriae, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento. Nossa experiência, anterior à Revolução de 1964, e experiências semelhantes em outros países *desabonam* definitivamente esse distributivismo emocional". (Geisel, 1976:93)

Uma dos nódulos básicos da visão de mundo geiseliana é a sua noção de homem. Idéias esparsas que aqui e ali aparecem, seja para fortalecer a função social do homem público seja para extrair conseqüências dos atos humanos, suas carências e imperfeições. "O Homem é o objeto central do desenvolvimento nacional". (95)

No que tange à situação concreta da classe trabalhadora, a distribuição pessoal da renda, a elevação material da individualidade estará condicionada, substancialmente, pela política de desenvolvimento e criação de empregos, propiciando a *valorização do homem* pela educação. Num segundo patamar, o aperfeiçoamento da política fiscal e a criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores, que garantiriam a saúde dos trabalhadores e reforçaria a assistência social. Porque, o homem é o centro do desenvolvimento, "a Assistência e Previdência Social expande-se em ritmo acelerado, com vistas à universalização de seus serviços. Geisel confronta os números do período janguista com os resultados da "Revolução restauradora". Em 1963, numa população de 76 milhões e meio de habitantes, o número de segurados da previdência social orbitava a faixa de 5,3 milhões, atingindo assim cerca de 7% da população (21% de segurados e dependentes). Em 1976, numa população de 110 milhões de habitantes, a previdência registra um total de mais de 30 milhões de segurados, abarcando 27,2% da população. Geisel ressalta que deve ser levado em conta a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos, a filiação de autônomos, a própria instituição do PRORURAL, "o que faz com que a soma de segurados e dependentes atinja a quase totalidade dos habitantes do país".(Geisel, 1976:95)

A Democracia relativa

Chegados a este ponto, podemos percorrer suas noções sobre a democracia. Num discurso proferido a 26 de outubro de 1977, no Simpósio sobre "Democracia e Política Social", promovido pela Fundação Milton Campos, da ARENA, Geisel tenta articular doutrina e sua implementação dado o estágio que a "Revolução de 1964" havia alcançado. A definição a ser dada de ideal democrático se liga precisamente ao fato de que se possa estabelecer "a base de consenso indispensável à melhor construção do modelo adequado e atual das instituições políticas do país. E, sobretudo, para que se estabeleçam parâmetros necessários à avaliação, objetiva e isenta, de seu grau de efetiva concretização prática, índice do desenvolvimento político da nação ou, se o quisermos, do. estágio por ela alcançado no incessante processo de modernização e aperfeiçoamento que é a vida dos povos". (Geisel. 1978: 277)

Na era moderna, a Revolução francesa transformou os interesses da classe burguesa em escala nacional, cujo lema "liberdade, igualdade e fraternidade", ainda que "exclusivo benefício de uma única classe que se arvora em intérprete de toda a nação francesa, se não da humanidade, criou perspectivas novas, abrindo horizontes insuspeitos e mobilizando sentimentos, c instintos profundos, numa sociedade já cm caminho para a massificação". (Geisel, 1978: 278)

Segundo Geisel, o liberalismo opera em bases desiguais, nesse sentido, é incapaz de ser a verdadeira saída no terreno político. Nao há saída sem o peso do intervencionismo estatal:

"A ideologia clássica do liberalismo, na sua função legitimadora do exercício do poder político através de princípios e valores sociais, passou a admitir qualificações várias em sua *crença ingênua,* original, na bondade da pessoa humana e na racionalidade da ação política e, assim, acabou reforçando *o autoritarismo do Estado intervencionista,* reconhecido indispensável, em certo grau, à direção eficaz do poder. Por outro lado, a igualdade entre cidadãos essencialmente desiguais decaiu ao nível mais realista das oportunidades iguais, admitidos e salvaguardados sempre os chamados *direitos naturais da pessoa humana.* O sentimento fraterno desabrochou num rico *complexo solidarista,* entretecido pela identificação subconsciente aos símbolos e instituições do Estado e requereu-se que este, acima de tudo, fosse ativo, justificando, de um ângulo novo, agora altruístico, o próprio direito de participação de cada um no processo decisório em cenário político comunitário ou nacional". (Geisel, 1978: 278-9)

No entanto, há que encontrar, para além das universaiidades abstratas do liberalismo, uma outra forma democrática: "A democracia plena, tipo apenas ideal como Rousseau não deixou de assinalar, admite, na prática, gradações diversas e uma ordem social mais ou menos aberta, adaptando-se às condições peculiares de cada povo, a seu grau de desenvolvimento econômico e social e de maturidade política. Entre o tipo ideal e puro, limite inatingível - utópico, portanto - e o autoritarismo totalitário mais absoluto em seu arbítrio despótico, dispõem-se as nações sob variadas formas de governo - mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, numa busca sempre de equilíbrio, pouco estável

aliás, entre as liberdades do cidadão responsável do Estado, entre os objetivos próprios de cada indivíduo e os valores e interesses sociais do grupo nacional". (Geisel, 1978: 279) De preferência, a forma de uma democracia relativa[2]: "E, pois, por ser a *democracia relativa* sempre, tanto no espaço entre nações várias, como no tempo, ao longo do evolver de cada povo, ainda mais importa poder-se avaliar-lhe o grau de desenvolvimento, maturidade ou perfeição, comparativamente ao tipo ideal, abstrato e único absoluto, do qual as formas reais apenas poderão tender a aproximar-se". (Geisel, 1978: 280)

Do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa: a abertura

Já nos idos de 1977, Humberto Barreto, o assessor de imprensa de Geisel antecipava o nome daquele que completaria a transição da ditadura militar para a institucionalização autocrática - João Figueiredo. No governo Mediei, tinha exercido a chefia do Gabinete militar. No de Geisel, fora o chefe do SNI. Era, pois, uma vitória do esquema "castelista" na confrontação de forças do sistema. Seu lema era o de "fazer a democracia, nem que seja à força", na base do "prendo e arrebento".

Ao assumir em março de 1979 - em que pese os esforços de sua Secretaria de Comunicação Social em abrandar-lhe a imagem de militar, Figueiredo bate de frente com a movimentação grevista dos metalúrgicos no ABC paulista que se estende para outras categorias de trabalhadores.

No embate das facções, o grupo castelista apostou suas fichas no nome de João Figueiredo exatamente para compor o perfil do condutor da "política de descompressão", posteriormente, terá atritos com a dupla Geisel-Golbery. Mas, vale a pena registrar a seguinte passagem: "O argumento de Frota para vetar Figueiredo era o mesmo usado em 1969 pelos militares para vetarem a candidatura do general Afonso Albuquerque Lima: a falta da *Quarta estrela* de general-de-exército. Mas Geisel manteve sua preferência por Figueiredo, especialmente porque a escolha do chefe do SNI estava baseada em uma estratégia de pouca eficácia. Ou seja: Geisel imaginava que, aó passar a Presidência ao chefe do SNI, neutralizaria a possível resistência da linha dura e da comunidade de informações à abertura política. Os atentados contra a OAB, com a morte de D. Lyda Monteiro, a Câmara dos Vereadores, bancas de jornais e o do Riocentro, este em 30 de abril de 1981, mostraram que as coisas não foram tão fáceis como Geisel imaginava para o seu sucessor." (Contreiras, 1998: 46)

Em sua primeira aparição pública, o último "bonaparte" do ciclo militar no exercício da presidência, afirma que a prioridade seria o combate à inflação e o aumento da produção agrícola, pois, assim, "transformaríamos o país num verdadeiro celeiro do mundo". Sua equipe contava com o "mago" Golbery do Couto e Silva no Gabinete Civil; Mário Henrique Simonsen, no planejamento; Antônio Delfim Netto, na agricultura; Mário David Andreazza, no interior; o general Octávio de Aguiar Medeiros, no SNI, entre outros.

Na seqüência do processo de "abertura política" tracejado pelo cronograma militar da "transição gradual, lenta e segura", Figueiredo é premido pelas distensões dos setores do capital que não desejam o ônus ca crise econômica e, na outra ponta, pela movimentação democrática dos setores do trabalho. Figueiredo começa por cancelar as eleições municipais, prorrogando os mandatos de prefeitos e vereadores por dois anos.

Tratava-se, agora, de encontrar a fórmula para obter a maioria no Colégio Eleitoral, que abriria agora para um poder civil, nas eleições de 15 de novembro de 1982. Divisam uma estratégia para dividira as oposições democráticas unidas numa frente única articuladas articuladas no MDB. Apesar da bandeira oposicionista por uma Anistia ampla, geral e irrestrita, Figueiredo ameaçava com recrudescimento "caso as oposições não aceitassem sua Anistia fardada". Com ela, se permitiu'o retorno ao país dos banidos e exilados - as figuras de proa do pré 64, Prestes, Arraes, Brizola, Julião, entre outros - mas, deixando deixando inatingíveis e impunes os torturadores.

O "pacote eleitoral" visava, nitidamente, desarticular as forças oposicionistas congregadas no MDB, permitindo a criação de novos partidos. Proibiam-se as coligações entre os partidos e, para atendera as disputas locais, abriam-se as sublegendas. Com isso, formaram-se os novos partidos, o PMDB, PDT, PTB, PDS e o PT. Por não cumprir as exigências das novas regras eleitorais, o PP articulado por Magalhães Pinto e Tancredo' Neves para ser o "fiel da balança", ficou de fora no novo quadro partidário.

No governo João Figueiredo, buscou-se garantir a vitória do próprio "Partido da ordem". Segundo Abrucio, "O resultado disso foi o Pacote de novembro de 1981, que estabeleceu o voto vinculado para as eleições de 1982, isto é, o eleitor seria obrigando a votar em um só partido para todos os cargos em disputa. Além disso, foram proibidas as coligações partidárias. Essas duas medidas visavam dividir ainda mais o voto da oposição". A fim de ampliar a sua bancada parlamentar, o governo Figueiredo criava a "instituição de um número mínimo de seis e um máximo de sessenta deputados por estado, agravando a assimetria entre voto e representação, o que favorecia basicamente os estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste". "(...) A outra medida foi a alteração das regras de composição do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente da República em 1985. No processo anterior de composição do Colégio Eleitoral presidencial, o número de delegados de cada estado era proporcional à sua população. Com a mudança efetuada pela Emenda n.° 22, estabelecia-se um número fixo de seis delegados por estado, escolhidos pele partido que tivesse maioria na Assembléia Legislativa. O objetivo buscado aqui era duplo: primeiro, enfraquecer os estados do Sudeste, maior reduto oposicionista. Segundo, sinalizar especialmente aos estados do Nordeste - Região que tem o maior número de estados no país - que o Governo federal estava aumentando o poder deles, e cobraria posteriormente o apoio político". (Abrucio, 1998: 92-93)

Um dos fatos mais significativos do governo Figueiredo, foi o ressurgimento das greves operárias, ampliando, assim, o movimento de resistência democrática ao poder autocrático. Em 1978, meio milhão de trabalhadores em greve cruzaram os braços Em 1979, nos primeiros meses de seu governo, 3.241.500 trabalhadores ampliaram suas lutas

contra a políticade arrocho salarial e a .legislação anti-operária. No ano seguinte, houve uma redução significativa da mobilização operária num total de 800 mil grevistas.

Após a criação do PT em 1980, os trabalhadores lutaram para a criação de uma Central. No 1° Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras em São Bernardo do Campo com a participação de 5.265 trabalhadores.

Por força dos movimentos grevistas, a política salarial da ditadura militar foi modificada pelo governo. Os reajustes que eram anuais e sempre em descompasso com os índices inflacionários, passam a ser semestrais a partir de setembro de 1979. Em julho de 1983, todos os salários sofrem um corte imediato de 20% com relação à variação mensal do INPC. Diante do quadro recessivo e de um aprofundamento do arrocho salarial e do desemprego em massa, várias categorias de trabalhadores se uniram numa greve geral no 21 de julho de 1983.
Com a inflação gravitando a casa dos 239%, os setores oposicionistas se articulam num amplo movimento em defesa da realização das *eleições diretas* no país. Após o I^{o} comício realizado em 1983, pelo PT e PMDB, em janeiro de 1984, em Curitiba se inicia a "Caravana das Diretas" com mais de 2000 entidades da sociedade civil. No entanto, com a cumplicidade de setores da oposição, a conciliação pelo alto mais uma vez prevaleceu, jogando a sucessão presidencial para o terreno do Colégio Eleitoral.

A sua série de pontuações e metas já revelam a dramaticidade do seu governo, uma vez que enfrentará a agudizaçao das contradições provindas do esgotamento do "milagre econômico brasileiro", e, mais agudo ainda, o ressurgimento do movimento operário, que ataca imediatamente duas peças básicas da dominação do capital sobre o trabalho, a política salarial arrochante e a legislação proibitiva das greves dos trabalhadores.

"Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas ao seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Mediei e Ernesto Geisel.

Reafirmo: é meu propósito inabalável - dentro daqueles princípios - fazer deste Pais uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.

Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes do Estado c sua harmonia, fortalecendo, para que atinja sua plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria.

Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado - sem sobressaltos - o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição.

Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tao da índole da nossa gente.

Reafirmo, a dedicação total, minha e de meu Governo, ao ideal - plenamente atingível em nossos dias - de propiciar condições dignas de vida a cada cidadão. Para que melhor se distribuam, entre todos, os frutos do trabalho de todos. Para que a riqueza nacional não seja meio de ostentação de uns e de opróbrio de outros. Para que não sobre a uns poucos o que a muito falta. Para que as regiões e os estados se diferenciem uns dos outros pela personalidade e pela tradição cultural. Não pelo contraste entre a opulência e a privação injusta e inumana. — - •

Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário. Como meio de prover rapidamente à elevação dos padrões alimentares do povo. Como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos.

Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços.

Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos os custos de nosso desenvolvimento.

Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra - tão mais cruel, porque mias próximos os bens da civilização.

Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido, às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: 'Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações'.

Reafirmo: cada brasileiro tem direito de receber do Estado os cuidados básicos com sua saúde, com a própria educação e a dos filhos; assistência médico-social na enfermidade, no desemprego e na velhice; habilidade nas casas; nos meios de transporte que não sacrifiquem, nas filas e nas conduções, o tempo destinado ao lazer e ao convívio". (Figueiredo, 1981:5-7)

Diante da crise posta em todas as suas determinações, os discursos de Figueiredo se deslocam para fazer transparecer que o governo possui as alternativas concretas. No entanto, é sempre a denúncia dos mesmos problemas, que surgem com força redobrada: miséria social, inflação galopante, desigualdades sociais crescentes, o pagamento dos serviços da dívida, etc. O que ele sempre passa a exigir é, "No setor interno, a sociedade

reclama um esforço persistente - que não é só do Governo, mas exigirá *participação de (odus* para a redução substancial da taxa de inflação". (Figueiredo, 1981:10)

Daí as recomendações pouco elogiosas dos destinatários: "Assim: Os empresários precisarão compreender que *menos lucros* nominais podem significar maiores ganhos globais. Apostar na *inflação* pode resultar em estoques encalhados. Banqueiros que emprestam *a juros excessivos* arriscam o principal. A prioridade cronológica da redução das taxas de aumento de preços é motivada, em especial, pelo resguardo dos interesses dos assalariados, que mais sofrem com a inflação, especialmente as camadas de mais baixa renda. O combate à inflação é incompatível com *reajustes salariais* muito acima dos aumentos do custo de vida. Na verdade, reivindicações como essas são elitistas, na medida que só beneficiam minorias e utilizam greves flagrantemente ilegais como instrumentos de pressão. Meu Governo examinará todas as fórmulas capazes de conciliar a justiça social com o combate à inflação. Mas não poderá transigir quanto ao cumprimento da legislação em vigor". (Figueiredo, 1981:11)

É memorável a sua saída, dirigindo-se à nação, em transformar o Brasil num "celeiro do mundo", haja vista, "Nas Diretrizes Gerais do Governo declaram-se prioritários, apenas: o desenvolvimento da agropecuária e o combate à inflação. São objetivos naturalmente conciliáveis, sobretudo em vista de os custos de alimentação representarem o componente mais angustiante dos preços. Certamente perseguiremos muitos outros objetivos durante minha administração. Mas o conceito de prioridade estabelece uma hierarquia prévia entre eles, com o que se evitam conflitos e indefinições. A prioridade à agropecuária corresponde ao aproveitamento de uma vocação natural do Brasil. Não pretendemos retroceder à etapa de um país predominantemente agrícola, incompatível com o atual nível de renda per capita. O que precisamos é construir uma agricultura moderna, com altos índices de produtividade e que aproveite nossa extensão territorial e a disponibilidade de terras férteis". (Figueiredo, 1981:13-14)

Torna-se cada vez mais oco as frases extraídas do "Ideário da Revolução de 1964", que reza: "Tendo *o homem como objetivo,* o desenvolvimento econômico não pode dissociar-se da construção de uma *sociedade mais eqüitativa,* baseada na igualdade de oportunidade. Ressalvadas as diferenças de aptidão, aplicação ao trabalho, experiência e qualificação profissional, deve-se perseguir a diminuição das diferenças de rendimentos entre os vários grupos sociais Esse ideal só se atingirá, contudo, na medida da possibilidade da universalização do ensino básico e da profissionalização e qualificação da mão-de-obra". (Figueiredo, 1981:17)

João Figueiredo tornou-se célebre por construir frases de efeito. Havia uma intencionalidade do setor de Comunicação social do governo em forjar uma imagem de homem autêntico, que fala aquilo que vem dos seus melhores sentimentos. Algumas ficaram na história. Como preferir o cheiro do cavalo, do que o do povo. Ou a mais famosa: hei de fazer a democracia nesse país, mas finalizando com sua "autenticidade": mas, prendo e arrebento quem for contra.

Nós examinaremos no próximo capítulo, a urdidura da abertura pelo "mago" do processo de descompressão política, o general Golbery do Couto e Silva, mas, é óbvio, registraremos alguns passos efetuados por Figueiredo. "Nesse particular, a Emenda Constitucional n° 11 representa uma nova fase do nosso modelo político, com a institucionalização do regime democrático e a abolição de medidas de exceção. Importante é, porém, que todos compreendam que democracia não é sinônimo de propostas sem compromisso com a realidade. Mas o regime em que a contrapartida da liberdade é a responsabilidade e a participação. *Abertura política* significa menos tutela do Estado sobre os cidadãos, e, no plano administrativo, do Governo Federal sobre os estados e municípios. A ação federal será mais normativa e menos casuística"» (Figueiredo, 1981:19) Na seqüência, "A partir da Emenda Constitucional n.° 11, o Congresso Nacional assume novas dimensões. Cabe-lhe enorme fatia de responsabilidade na defesa do regime democrático. A ARENA deve considerar-se não como Partido do Governo, mas como Partido no Governo. Da Oposição, espero: fiscalização e crítica construtiva. Jamais a crítica sistemática e apriorística. Não a proposição de fórmulas economicamente impossíveis. Muito menos a pregação da anarquia e de ideologias incompatíveis com o Estado Democrático". (Figueiredo, 1981:20)

O quadro de decadência agora não mais pode ser driblado pela retórica, sendo assim, ele revela: "O que nos cumpre fazer, entretanto, é encontrar caminhos sólidos para a concretização das aspirações sociais. Precisamos resistir às soluções falsas ou demagógicas, que só agravam a inflação e acabam reduzindo a oferta de emprego. Todos os brasileiros sabem que atravessamos uma época particularmente difícil da vida nacional. Nos primeiros meses deste ano, em especial em março, a inflação voltou a disparar. Não há justificação técnica para o fato. Só que, como toda a gente esperava que a inflação subisse, ela subiu mais do que o razoável. Seja o que for, o Governo agiu prontamente para resinar a economia e defender o consumidor. Procuramos diminuir a pressão dos compradores sobre as lojas. Para que, havendo menos solicitações de crédito, os juros possam baixar.

Restringimos o acesso das empresas estatais e privadas ao crédito externo, para não agravar o endividamento do Brasil. Voltamos a controlar os preços de produtos antes liberados. Cortamos os gastos do Governo Federal. Procuramos, enfim, distribuir o peso do combate à inflação entre todos, livrando, tanto quanto possível, os assalariados. Decorridas menos de duas semanas já temos resultados. Modestos, inicialmente, como era de se esperar. Mas na direção certa". (Figueiredo, 1981:42) "Porque cumpro o que prometo, não prometo milagres", acrescentava João Figueiredo, a consolidação de um sistema democrático de gestão do Estado deveria ter como corolário, a diminuição da tutela do poder público sobre a sociedade e a vida econômica. "A contrapartida do setor privado à redução da intervenção estatal e aos estímulos ao desenvolvimento da economia de mercado é a ocupação efetiva dos novos espaços a ele abertos". (Figueiredo, 1981:56)

"No tempo, recuamos até 2 de setembro de 1961 - data da última anistia - para que a história possa fluir límpida, clareada de delitos políticos e de sua penalização. Chegamos até 31 de dezembro de 1978 - data da revogação dos Atos Institucionais e Complementares.

•

A última anistia concedida data de 2 de setembro de 1961. No dia 31 de dezembro, no último lance do governo Geisel, foram revogadas todos os Atos Institucionais e Complementares, o AI-5 era desativado. Como Figueiredo exprime a necessidade de uma nova anistia: "Na sua amplitude, o projeto restaura os direitos políticos suspensos. Reintegra na vida partidária todos os que dela haviam sido afastados por crimes políticos. Prevê a possibilidade de reversão ou retorno ao serviço ativo dos servidores públicos afastados em virtude de ato revolucionário. Excetua, somente os punidos por improbidade. Da mesma forma, só se excluem da anistia os condenados pela Justiça Militar, em razão de prática de crimes de terrorismo, assalto,- seqüestro e atentado pessoal. Muito meditei sobre essa exclusão. O terrorista, o assaltante, o seqüestrador, o agressor da segurança de pessoas inocentes, é criminosos distinto daquele de quem se condenam os atos, no estrito domínio político. O terrorista não se volta contra o governo ou o regime. Seu crime é contra a humanidade. Por isso mesmo, em todo o mundo têm-se como indispensáveis leis que coíbam esses atos".

E, homem escolhido a dedo para tal missão, não deixaria de dizer com toda força sentimental de que assistiu o próprio pai sendo preso e condenado. "Digo-o com a autoridade de quem viveu a juventude e tantos anos de adulto sob a esperança de ver seu pai anistiado. E o foi duas vezes. Vi, na minha própria família, o amargor de ser órfão de pai vivo. Conheci as frustrações do soldado afastado da Pátria e de seu serviço, por delito político.Bem conheço todo esse sofrimento. Por isso mesmo, convertido em lei o projeto, apagar-se-ão os crimes e serão sustados os processos em curso. Até mesmo dos que, a rigor, não estão a merecer o benefício da medida, como a anistia, de natureza eminentemente política. Quer o Governo, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira". (Figueiredo, 1981:59-60)

A "mão estendida" estava levantada, a *auío-reforma* da ditadura prestes a ser coroada com todos os seus passos medidos no cronograma da "política de descompressão".

"Nos últimos quinze anos, os governos revolucionários promoveram reformas institucionais profundas. Atingimos alto patamar de desenvolvimento econômico. Agora, a Nação, na plenitude da ordem constitucional, toma consciência da necessidade de se aperfeiçoarem as estruturas sociais, para torná-las mais democráticas. Em todo processo histórico, há um momento certo para a tomada das grandes decisões. Acredito havermos chegado ao nosso. Com a vigência da Emenda Constitucional n° 11, superou-se um período que tornara necessários procedimentos às vezes traumáticos e de caráter excepcional.Contudo, é preciso reafirmar: o ideário da Revolução de 1964, que nos inspirou durante os últimos quinze anos, continuará vivo através das gerações. É dentro dessa premissa que receberemos os anistiados.

A anistia tem justamente esse sentido: de conciliação para a renovação. Dentro da continuidade dos ideais democratizantes de 1964, que hoje reencontram sua melhor e mais grandiosa expressão". (Figueiredo, 1981:62)

Figueiredo manifestava inteira consciência de que puxava a oposição para o terreno, uma vez que "A anistia amplia o campo de atuação política". Não é a toa que ele passará em todas as eleições, especialmente, a de governadores, que formariam o colégio eleitoral para a escolha de um presidente da República, se possível, civil. O nome já estava embutido: o senador Petrônio Portella.

"A anistia que pretendo propor será suficientemente ampla. Cobrirá, no mesmo tempo, todos os crimes políticos e conexos, cometidos desde 2 de setembro de 1961 - data da última anistia, até 31 de dezembro de 1978 - data em que deixaram de viger os Atos Institucionais e Complementares. Abrangerá os que tiveram seus direitos políticos suspensos. Contemplará os servidores dos três Poderes, nos níveis federal, estadual e municipal. Compreenderá, entre eles, indistintamente, os que serviam à administração direta e indireta, inclusive as fundações vinculadas ao Poder Público. Os civis e militares, demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, terão a possibilidade de requerer seu retorno ou reversão ao serviço ativo. A concessão desse beneficio, entretanto, por motivos fáceis de compreender, dependerá de vaga e do interesse da administração. Este será verificado por uma comissão especial, no âmbito de cada Ministério. Não poderão retornar, em qualquer caso, aqueles cujo afastamento tenha sido motivado por improbidade. De qualquer forma, porém, assegura-se a contagem, para efeito de proventos da inatividade, do período decorrido desde o ato' da punição. Excluem-se dos benefícios da anistia somente os condenados pela Justiça Militar, em virtude da prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro, e atentado pessoal. Tais crimes nao podem considerar-se estritamente políticos. A ação, no caso, nao é contra o governo ou o regime, mas contra a humanidade. Por isso mesmo em quase todo o mundo, têm-se como indispensáveis leis que coíbam esses atos". (Figueiredo, 1981:64-65)

Acreditando que passara a receber os louros da história, ele complementa: "A nossa Revolução incorpora-se, assim, à História. Hoje, como amanhã, poderemos dizer tranqüilamente que - como os que viveram antes de nós nestes cinco governos revolucionários - presenciamos e participamos de um acontecimento irreversível. Por muitos e muitos anos, a Revolução continuará a marcar a profunda transformação qualitativa da sociedade brasileira". (Figueiredo, 1981: 67)

Por outra parte, com a falência do "desenvolvimento acelerado e sustentável", as dissensões das várias frações burguesa se farão valer. Reivindicando assento nas decisões políticas do governo e recriminando cada vez que seus desejos não são contemplados pelo Estado brasileiro, cuja traço é precisamente *a privatização do Estado.*

"A Nação precisará aceitar sacrifícios e o fará com galhardia. Sem eles, nosso modelo de desenvolvimento econômico e social será apenas *um castelo de cartas.* Admito, com franqueza, que serão necessários esforços maiores para conquistar - mais lentamente - os mesmos resultados anteriormente previstos. Por seus reflexos no balanço de pagamentos, a questão energética passa a assumir prioridade máxima em meu Governo. Ao lado do combate à inflação, castigo aos assalariados e solapadora da paz social. Em paralelo com

o desenvolvimento agropecuário, indispensável à melhoria do padrão alimentar do povo e à criação de excedentes exportáveis". (Figueiredo, 1981:74) Exportar ainda era a solução, para a obtenção de divisas, para o pagamento do serviço da dívida externa.

Diante desse quadro não há, pois, porque chiar. "Obriga-nos, também nesta fronteira da *economia de guerra,* a apelar para medidas mais enérgicas de *contenção de consumo de combustíveis.* Não importa a discussão semântica sobre se o caso é de racionamento ou de racionalização. Reconhecemos, com realismo, que os novos preços do petróleo exigem medidas mais severas do que as implantadas até agora". (Figueiredo, 1981:78)

Por fim, o primado do desenvolvimento agora não mais será afirmado com ufanismo, tendo em vista a *grande potência,* mas é no interior de um quadro cheio de contradições. "Tudo, hoje, gira em torno da energia. Das possibilidades que temos, necessárias aos diversos setores de atividades, para transformar esta nossa sociedade numa sociedade com perspectiva de felicidade, nós já chegamos à conclusão de que a médio prazo, dentro de cinco anos, poderemos produzir com fontes renováveis cerca de até um quarto do consumo atual da nossa importação de petróleo. Isto significa que, por muito tempo ainda, vamos depender de ter o petróleo à mão. E como disse ontem, no meu pronunciamento, dado que os preços internacionais do petróleo c a instabilidade política das regiões que produzem a grande percentagem do petróleo, não nos asseguram a possibilidade de ter, mesmo que possuíssemos capacidade financeira para comprá-lo, a possibilidade de ter esse petróleo, no futuro, o melhor substituto para o petróleo importado ainda é o petróleo produzido no país". (Figueiredo, 1981:81-82) Porque "Isso tudo é característico de sociedades, como a nossa, que apenas começam a emergir do subdesenvolvimento, da penúria e do atraso". (Figueiredo, 1981:86)

Os Ensinamentos do Doutor Huntington

No dia 29 de março de 1982, em "Os conselhos do doutor Huntington, de Mediei à abertura", título de sua coluna "De Brasília" do *Jornal da Tarde,* o jornalista José Márcio Mendonça, revela-nos um surpreendente documento escrito pelo estrategista Samuel Huntington, para a ditadura Mediei, que, por solicitação de Leitão de Abreu, traça as possibilidades de um *projeto de auto-reforma* do regime militar: a transição pelo alto.

Quem é este intelectual tão íntimo à sombra do poder? Num opúsculo denominado *História depois do fim da História,* Josep Fontana, historiador de origem catalã, teve a oportunidade de mostrar como as teses de Francis Fukuyama foram rapidamente criticadas e superadas, pelo antigo teórico da guerra do Vietnã, para serem substituídas por um "novo paradigma conservador mais duradouro". O professor da Universidade de Harvard, Samuel Huntington, será uma das referências teóricas não apenas da cúpula do regime militar, no pós-64, mas também de liberais conservadores brasileiros. Atualmente, o sociólogo dirige o Instituto John M. Olin, "que financia institutos e programas 'destinados a reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se sustenta a

empresa privada' e que, em 1988, por exemplo, destinou pára estes fins um orçamento de 55 milhões de dólares". (Fontana, 1998: 18) Vários estudiosos foram contemplados com verbas desta instituição, entre os quais, se destacam François Furet, aquinhoado para realizar o gigantesco trabalho de *revisão* da Revolução francesa, Allan Bloom, o antigo trotsquista Irving Kristol e o próprio Fukuyama. Em 1993, Samuel Huntington publicava um artigo denominado "The Clash of Civilizations?", no qual rebatia o "paradigma" de Fukuyama, uma vez que "a história não acabou; o mundo não se unificou". O "novo paradigma" necessário após o fim da Guerra fria era que não mais se colocaria o confronto entre os três mundos, em virtude da superação da divisão material e espiritual que polarizava o mundo. "Os conflitos mundiais já não se definem mais em termos de diferenças ideológicas, nem tampouco são de natureza econômica. O que agora agrupa as coletividades humanas e as põe em confronto são *razões culturais.* Os protagonistas continuam sendo, aparentemente, os estados-nacionais, por meio dos quais se expressam os conflitos, mas 'o choque entre civilizações dominará a política global'." (Fontana, 1998: 21) Trata-se, dessa maneira, de perseguir uma nova estratégia de "evangelização" visando a conversão de outras civilizações numa outra *superior,* a civilização ocidental.

Reproduzimos aqui, nestas condensadas notas do crítico do *Jornal da Tarde,* passagens notáveis pela semelhança de posições políticas com os passos da ditadura militar e, também, pelo "achado" do próprio jornalista. "Quem quiser - escreve Mendonça *• entender hoje o projeto político do governo Figueiredo precisa conhecer um trabalho do cientista político norte-americano, o professor de Harvard, Samuel Huntington. O estudo 'Abordagens da Descompressão Política' foi preparado a pedido de Leitão de Abreu, quando o atual chefe do Gabinete Civil ocupava a mesma função no governo Mediei e Huntington foi trazido a Brasília para uma conversa no Palácio do Planalto. E, é claro, roteiro para uma política de manutenção do poder, tão perseguido atualmente".

Acentuando que o principal conselho do professor estrangeiro - *a descompressão* - não tenha saído do papel, somado ao fato de ser um processo impessoal, "uma descompressão sem descompressor" e sequer foram esboçadas as explicações particulares da "oportunidade perdida" pela dupla Médici-Leitão. "Analisando as conseqüências políticas do desenvolvimento econômico, o professor de Harvard alerta para os efeitos de períodos estáveis de desenvolvimento econômico - 'aumentam a desigualdade de distribuição de renda, modificam as relações estabelecidas entre grupos sociais, estimulam níveis mais elevados de mobilização social, intensificam as tensões sociais, aumentam as pressões sobre o governo e encorajam o envolvimento de grupos na política' ". Muito próximo, como se pode notar, das formulações do general Golbery do Couto e Siva e do "projeto de distensão" do governo Geisel. A neutralidade axiológica, tão defendida pelos cientistas políticos, é assim posta à prova com o leque de alternativas apresentadas e, em qual cenário, a ditadura poderia se sair melhor no controle sobre a situação em jogo.

Todo e qualquer risco deveria ser evitado, porque "As mudanças econômicas que acontecem no Brasil atualmente - sugere Huntington - poderão ter conseqüências drásticas comparáveis ao caso do Paquistão entre início e meados da década do governo e encorajam o envolvimento de grupos na política". Temendo um quadro negativo para o

país, Huntington, no seu estilo peculiar de operar com modelos e analogias, aponta para a urgência da *descompressão política.* "As mudanças econômicas no Brasil atualmente poderão ter conseqüências drásticas comparáveis ao caso do Paquistão entre inicio e meados da década de 60, culminando com a queda do governo de Ayub Khan em 1969. Essa é uma das razões pelas quais é tão importante que se inicie um processo de descompressão agora".

Na verdade, as idéias do professor Huntington não eram tão desconhecidas de nossa intelectualidade conservadora, já era um dos nomes mais consultados por uma certa inteligência da autocracia burguesa, ela estará presente em certas, conceituações de Roberto Campos, como, por exemplo, o uso classifícatório para este período de "autoritarismo democrático" no lugar de ditadura militar, suas análises das grandes ondas de democratização e de refluxos de autoritarismo no mundo, assim como, também, podemos encontrar formulações, que "salvam" as Forças Armadas, explicando que isto ocorre porque "decorre e é preparada por uma crise de poder civil e só no vácuo de seu poder se instala". Assim, o grande ensinamento de Samuel Huntington seria que: "Não há uma propensão golpista ou perversa no estamento militar. Este se torna político, lembra o mestre americano, quando os empresários, padres, estudantes, universidades se politizam. Em suma, quando a sociedade, em função de mudanças estruturais, perde seu eixo de poder, no caos instaurado os que detêm a força restabelecem a ordem em seu proveito, na ausência de mandante aceito universalmente".(Macedo, U.B./PE -n°3/l985:457)

O crítico do JT, desnuda o documento de Huntington de ponta a ponta, dá uma verdadeira lição de crítica imanente, extraindo que, desde a encomenda de Leitão de Abreu nos tempos Mediei, "daquela época restou apenas a palavra 'descompressão', transformada em 'distensão' pela dupla Geisel-Golbery; em 'abertura' por Figueiredo-Golbery e em processo de retomada por Figueiredo-Leitão".
Segundo o estudo apresentado por Huntington, há que distinguir três componentes da descompressão:

"Institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente na Presidência, mas também no Congresso e em cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre grupos pertinentes na formulação de políticas públicas"; "O alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesse legítimo e mais setores da população no processo governamental"; "A liberalização de restrições em curso; de direitos individuais, políticos e civis e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas".

Huntington considera que este processo de transição se vinca a vários fatores como os valores éticos básicos, a responsabilidade e eficiência governamental, a própria imagem internacional do país, sendo que a democratização pode ser alternada por outras formas de representação política do povo. "No entanto - nem isso estará proposto, observa Macedo -, defende um afrouxamento gradual dos controles autoritários para evitar o 'colapso do regime' e o risco de um retrocesso. Faz a apologia do processo gradual e do

firme controle oficial", anota Macedo.
Nessa peça indiscutível por seu valor histórico, o impecável jornalista acrescenta as idéias apoíogéticas do cientista americano, para uma "boa" transição: "O governo - afirma Huntington - deveria estar de fato na aparência agindo a partir de uma posição de força. Não deveria parecer render-se a pressões ou exigências de grupos oposicionistas, porque se o faz, tais exigências entrarão numa escalada e o governo poderia facilmente perder o controle do processo".

O jornalista destaca, dessa forma, as prioridades das "Abordagens", para garantir o controle total da auto-reforma do bonapartismo. O documento plasma uma ordem seqüencial de problemas, colocando-os numa distribuição determinada: primeiro a institucionalização, depois a expansão da participação e da representação e, finalmente, a liberalização. Ou melhor: "A institucionalização da sucessão presidencial; a criação de uma moldura para a representação mais ampla de interesse no governo; e a identificação e análise de futuras reivindicações e pressões políticas resultantes do sucesso de desenvolvimento econômico brasileiro".

"No capítulo da sucessão presidencial há uma advertência para os riscos de um processo muito fechado e quase totalmente adstrito às Forças Armadas, como em 1966 com Costa * e Silva e em 1969 com Garrastazu Mediei. Huntington sugere 'evitar situações em que a controvérsia sobre quem deve ser presidente vire uma controvérsia sobre como o presidente deve ser escolhido. Apesar das traumáticas experiências de 66 e 69, repetidas em grau menor tanto em 74 como em 78, a proposta preparada para Leitão de Abreu não chega nem a arranhar uma possível eleição direta. Admite, no máximo, um aperfeiçoamento do processo de consulta entre oficiais generais e seus comandos, como na escolha de Mediei, incluindo-se 'grupos e liderança em posição crítica na burocracia civil, no empresariado, nas profissões, na agricultura e nas classes trabalhadoras' ".

Huntington ainda chega a sugerir que o Brasil poderia se espelhar no mecanismo de institucionalização do processo mexicano, na medida em que, em nosso país, não contaríamos com um forte partido político, como PRI mexicano, recomenda a criação de um partido para desempenhar o mesmo papel de se conservar e tentar sua auto-perpetuação no poder, abrangendo o maior número possível de agrupamentos nele e "deixando as oposições com seus padrões antigos de volatilidade, personalismo e populismo".

As recomendações de "Abordagens" não param aí, e mesmo que Mendonça tenha escrito este artigo em 1982, num período de eleições governamentais no Brasil, pois, estava ainda distante do processo de escolha presidencial, que se consumaria, no cronograma ditatorial da "transição lenta, gradual e segura", via colégio eleitoral, com a eleição de Tancredo Neves. O jornalista determinou com precisão, o verdadeiro teor do documento encomendado: Huntington "não prega abertamente a 'civilização' (no sentido de desmilitarização), pois acha que o simples alargamento da base política do regime proporcionará um certo grau de 'civilização'. Quanto à 'democratização' do governo, uma das reivindicações mais importantes da sociedade civil, a posição defendida por

Huntington é bastante esdrúxula." O cientista de Harvard, na parte das conseqüências políticas do desenvolvimento, tenta caracterizar a necessidade de assimilar as reivindicações sociais essenciais, "para a determinação mais explícita das formas e direção desejáveis que a descompressão política deverá tomar'. Em outras palavras, antecipar as demandas da sociedade civil para não perder o controle do governo".

A transição transada

Um dos autores que mais tem se debruçado sobre o poder militar, investigando suas vicissitudes e dissenções, tem uma tese centrada na intencionalidade de Geisel no sentido da ação política de Geisel, dotada de uma teleologia dirigida à saída da ditadura militar. Para Eliézer Rizzo de Oliveira, esta teleologia que conduz á transição é anterior à própria escolha do general Ernesto Geisel ao posto de presidente da República. O autor parte de uma metodologia weberiana, na busca do sentido da ação, da intencionalidade (o projeto de distensão). O pressuposto do autor, oposta a que estamos apresentando, considera que "o projeto de distensão não se fundamenta no plano da economia, mas no campo da política. Sua finalidade não é responder a um desacordo ou a uma contradição entre os dois planos, mas sim a de iniciar um processo destinado a colocar um ponto final na ditadura militar".(01iveira, 1994:68)

Para conseguir tal proeza, o autor se vale de dois fatores para explicar as razões que motivaram a política da transição na complexa situação, que se colocavam para o general-presidente Ernesto Geisel. "Em primeiro lugar, o elevado grau de autonomia política que se inscreve na iniciativa da política de distensão, aliado a um alto grau de conflito no interior do aparelho militar". Daí a referência ao "estilo imperial" geiseliano, a concentração de poderes exigidos para demolir as estruturas repressivas e bloquear a reação dos *duros,* que visavam a preservação do aparelho repressor, constituindo-se num "estado-dentro-do-estado". "Em segundo lugar, se é certo que as condições da sociedade e da política foram levadas em conta pelos autores-atores deste processo, afirmo que ele se fundamenta basicamente em contradições desenvolvidas no interior do aparelho militar, tais como uma crise moral vinculada à tortura, uma crise de autoridade vinculada ao desenvolvimento de hierarquias paralelas de informação e repressão. Em particular, o receio de que uma abertura política, considerada inevitável no tempo, pudesse ocorrer sem garantias para a autonomia política da instituição militar".(Oliveira, 1994:67)

Como se pode depreender disso, há algumas determinações históricas, que fecundam as ações políticas, como a crise do "modelo econômico brasileiro", as dissenções produzidas entre os setores proprietários, a pressão dos trabalhadores contra a política do "arrocho salarial", a luta estudantil e dos movimentos populares contra a carestia, contra a repressão, reivindicando liberdade sindical e anistia aos presos e exilados políticos. No entanto, o autor sustenta que tudo se passa em movimentações contraditórias no seio do aparelho militar. Por esta razão, "o exercício imperial da autoridade presidencial

confrontou o sistema militar naquilo que este tinha de mais imperativo: até então, o verdadeiro poder se expressava pelo ministro do Exército (principalmente com Costa e Silva e Orlando Geisel, nos governos Castelo Branco e Mediei, respectivamente, cabendo ao presidente a intermediação ou moderação de conflitos. Geisel foi o primeiro presidente a enfrentar esta questão contraditória: a transição, em nome das Forças Armadas, deveria quebrar a coluna vertebral do poder militar, que desejava a continuidade da ditadura". (01iveira,1994:91)

Isto só poderia ocorrer, portanto, com a intervenção do "estilo imperial" de Geisel, se submetesse os altos comandos militares e pudesse controlar a área repressiva. Nesse sentido, "Geisel não resolveu a questão da subordinação militar às instituições políticas, mas acionou um processo de mudanças profundas no regime militar. A saída do regime militar empreendida por Geisel passou por provas difíceis no plano castrense. Se ele conseguiu passar ao sucessor um regime que havia transitado a partir do ponto de origem (a ditadura), isto se deve ao fato de ter sabido aplicar a autoridade presidencial na área militar". (Oliveira, 1994:91-2)

Segundo Eliézer, o equívoco das esquerdas nesse processo, decorreu do fato de que para elas a derrubada do regime teria de ser radical, não reconhecendo na distensão geiseliana uma autêntica ruptura democrática. Se elas acertavam ao não identificar a *transição* como * ruptura nem instauração plena da democracia, "Equivocaram-se, contudo, ao conceber a implantação do regime democrático sem algum tipo de transição temporal e ainda no tocante à natureza e aos mecanismos do regime autoritário. A insuficiência política e teórica de sua posição estava, portanto, fundada em não indagar-se sobre o valor da obra política do presidente Geisel". (Oliveira, 1994:70)

Sendo assim, Geisel teve de enfrentar os seus próprios pares - a *linha dura* - e, mais ainda, à esquerda, a oposição parlamentar agrupada no MDB, que segundo o autor, não reconhecendo a grandeza histórica do militar-presidente e o valor e magnitude do *projeto de distensão,* adotou uma política equivocada de "orientação maximalista", ou seja, de derrubar integralmente à ditadura. Desse modo, com o "maximalismo" inoperante do MDB, "o partido de oposição colaborou certamente para estreitar a margem de manobra do governo com relação aos seus adversários militares localizados à sua direita, deixando ao presidente a única alternativa de entendimento com a extrema direita militar nos termos que esta lhe impunha: restringir o processo de distensão política. Caso contrário, estes setores militares promoveriam a desestabilização do frágil equilíbrio institucional". (Oliveira, 1994:84)

Somente agora, à distância, a esquerda pode compreender o valor e a missão história do projeto de distensão de Geisel. "De Gaulle viveu uma situação análoga até há pouco tempo. Somente agora, quando se comemora o seu centenário de nascimento, algumas personalidades das esquerdas francesas ... reconhecem que tiveram idêntica atitude com relação a De Gaulle: ou seja, um julgamento parcial e imaturo sobre um estadista que abriu espaço para transformações decisivas na vida do país".(Oliveira, 1994:71) Porque, em nosso país, "Geisel não tem reconhecido o seu mérito no tocante à autoria e à

condução de umà obra significativa, uni processo de transformação política de alto risco que acabou por combinar concessão do regime para preservar a autonomia militar, conquista dos direitos democráticos pela sociedade civil, transição lentíssima, conservação e mudança no plano social". (Oliveira, 1994:71)

"Quando o general Ernesto Geisel tomou posse da Presidência da República em março de 1974, a guerrilha urbana se extinguira e a guerrilha do Araguaia agonizava. Assessorado pelo general Golbery, o novo presidente traçou o rumo da *distensão lenta, gradual e segura*. Não podia ser mantido, por conseguinte, o nível de repressão policial característico do Governo Mediei. Não se tratava de desmobilizar a repressão, porém de torná-la seletiva e discreta. Mas reduzir o nível da repressão policial foi impossível sem fricções com os órgãos especializados, que haviam conquistado autonomia e dispunham do respaldo de setores oficiais discordantes da política de distensão". (Gorender, 1998:264)

O excelente estudo de Adriano Nervo Codato intitulado *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-64,* bate de frente com esta reinvenção que cria a figura de um "De Geisel" à brasileira, o homem que com seu "estilo imperial", submete as Forças Armadas à autoridade presidencial, visando a desmontagem dos mecanismos cristalizados pela política de terror estatal. Codato se centra na investigação exaustiva do processo singular de reorganização institucional levado a cabo pelo general Geisel com a instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), basicamente no período específico de 1974-1981. Para o autor, "Entre 1964 e 1974 não foi criado *formalmente* nenhum aparelho para delibera expressamente sobre o conjunto da economia. As agências de cúpula que influíram na utilização de todos os instrumentos de política econômica só o fizeram como órgãos de assessoramento e informação". (Codato, 1997:32)

No período de maior intensificação da repressão militar e do aprofundamento do processo de militarização do sistema político, "o sistema decisório não tenha comportado a existência *formal* de uma agência centralizadora das políticas estatais, mas essa tarefa tenha sido assumida por um aparelho destinado, a princípio, a tratar de uma função setorial da política econômica: o Conselho Monetário Nacional". (Codato, 1997:344)

Dessa maneira, o projeto de distensão não é mais autonomizado no político, livre das determinações econômico-sociais, como sendo um caminho de mão única, própria de uma liderança carismática, cujo valor e presença histórica se balizam pelo desmantelamento da estrutura repressiva. As contradições no interior do regime militar contra os interesses da componente nacional do capital, que se especificam na decifração da reorganização do conjunto do sistema estatal, pela criação do CDE - onde a representação corporativa da burguesia estava alijada -, e na reação da própria burguesia brasileira, que trava verdadeira batalha ideológica contra a estatização da economia (1975-1976) e, quando passa a questionar a *forma* de dominação ditatorial se engajando de modo relativo na campanha pela "redemocratização" do regime (1977-1978). "Esse processo", escreve Codato, "que culminou na unificação das bandeiras da 'desestatização' e da 'redemocratização' sob o lema genérico da necessidade de restauração da participação empresarial nos aparelhos

econômicos do Estado, foi determinante para a decadência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e sua substituição por um arranjo institucional mais informal no governo Figueiredo (1979-1985)". (Codato, 1997:19-20)

No complemento desta análise, outro analista infere que "A criação do CDE se configura, na verdade, como um projeto tipicamente burocrático, e daí deriva o seu baixo grau de viabilidade política: como enquadrar num regime disciplinar - isto é, numa coordenação global - as questões econômicas de poderosos grupos capitalistas, equipados com múltiplos meios de pressão política e inseridos, ainda por cima, no quadro - altamente adverso para qualquer ação estatal de cunho disciplinar - do capitalismo periférico e dependente? A dificuldade de submeter a ação econômica dós capitalistas a uma coordenação global - fenômeno presente em qualquer sociedade capitalista - ganha durante o governo Geisel um conteúdo específico - imporem um projeto específico de desenvolvimento capitalista ... aos segmentos empresariais mais poderosos. A empreitada geiseliana de centralização do processo decisório estatal no terreno da formulação da política econômica suscita a reação política do empresariado", * aes *apiid* Codato, 1997:15-16)

A chiadeira dos empresários

Há quem estabeleça como um marco na virada dos empresários, o pronunciamento de Eugênio Gudin, escolhido Homem de Visão, do jornal Gazeta Mercantil. No entanto, desde o andamento do planejamento econômico feito por Roberto Campos, Gudin questionava o intervencionismo estatal do PAEG, portanto, desde 1964. O que deve ser colocado como determinação essencial dos reclamos da burguesia nacional é o próprio esgotamento do então "milagre econômico brasileiro", em fins de 1973.

Desse modo, a chiadeira das várias frações burguesas atingem o seu ecoamento mais alto com as conseqüências negativas que a crise do "milagre" acabara por lhe legar. A pressão à política desencadeada pelo quarto governo do ciclo militar faz com que expresse claramente o seu descontentamento com uma estatização indesejável que poderia - ainda não era o caso - descontrolar-se para uma economia inteiramente socialista e com o dirigismo estatal, pela via do planejamento total, sobre os princípios das leis de uma economia de mercado.

A Associação Comercial de São Paulo reagia, assim, ao "socialismo" em marcha, ao processo de estatização desencadeado pelo II PND, condenando, assim, a exacerbação da centralização e do planejamento na economia e o seu alijamento dos centros decisórios dos destinos da economia brasileira, criando um novo Leviatã:

"Em fase histórica no curso da qual o Estado avança, cada vez mais, no setor privado, tornando-se empresário em áreas até agora ocupadas pelos particulares, impõe-se o combate, a fim de se evitar a estatização total e, com ela, a socialização Esta viria por via de conseqüência, na esteira do crescimento do Estado, de sua participação no PIB, de sua extensão como empresário. Se já temos o Estado banqueiro, o Estado industrial, o Estado

agricultor, não será difícil que o poder público acabe por absorver a totalidade dos setores econômicos, impondo o planejamento também total. Nesse dia estaríamos introduzidos, por inteiro, no socialismo. Não é, evidentemente, o projeto do governo atual, como não foi o dos governos emanados da Revolução de 31 de março, até'agora. Mas se não se mostrar aos detentores do poder que a economia se beneficia somente pelo revigoramento do setor privado, pela garantia da liberdade de iniciativa, pelo direito de empresa assegurando a todos, o *Leviathan* acaba adquirindo as dimensões de um dinossauro". (Editorial: "Apresentação" In: Digesto Econômico, 1976. *Apud CoàsAo,* 1997:285)

Como se coloca a burguesia no 1.° dos documentos significativos dela? "No que diz respeito à questão social e à democracia coloca o Documento; ..'Por estarmos abordando alguns aspectos do que nos parecem, ser problemas básicos da Nação, não poderíamos omitir a importantes questão social. Todos sabemos que o processo de desenvolvimento econômico conviveu com desigualdades sociais profundas. Sabemos, também, que as origens dessas desigualdades são remotas e de natureza diversa. Mas devemos admitir que sua presença na cena brasileira se tornou crítica, pondo em risco, à longo prazo, a estabilidade social e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de sua sociedade moderna. Qualquer política social conseqüente deve estar baseada numa política salarial justa, que leve em conta, de fato, o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade médios da economia. A partir deste patamar, poder-se-ia, então, atender às diferenças setoriais, abrindo espaço para a legítima negociação entre empresários e trabalhadores, o que exige liberdade sindical, tanto patronal quanto trabalhista, dentro de um quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical.

Não basta, porém, no quadro brasileiro, a implementação de uma política salarial compatível. É necessário que o estado enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e defesa do meio ambiente. Não desconhecemos as dificuldades que se antepõem à resolução desses problemas, nem mesmo ignoramos que exigem prazos relativamente longos. Por isso mesmo, há necessidade de ampliar-se a escala dos investimentos públicos nesta área. A magnitude dos recursos exigidos para a consecução deste programa requer, pelo menos, providências em duas direções: revisão do sistema tributário, combinado com um manejo adequado da dívida pública, e racionalização do gasto público. A revisão do sistema tributário deve ser concentrada em dois pontos: tornar mais equânime o imposto de renda das pessoas físicas, taxando progressivamente as rendas de capital, e reavaliar os incentivos fiscais de modo a carrear recursos para as áreas mais prioritárias, que algumas das atendidas pedem pela legislação atual.'

'A dívida pública é um instrumento válido de captação de recursos, desde que manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício dos títulos públicos de prazo mais longo. Não se trata de carrear, em grande escala, recursos adicionais para o estado, senão de reaproveitar os recursos financeiros já existentes, de forma mais produtiva, retirando a dívida pública do emaranhado especulativo em que se encontra. Quanto à racionalização do gasto, é notório que muito há a fazer na direção de um emprego mais produtivo e eficiente dos dinheiros públicos, quer estabelecendo

prioridades mais refletidas, quer conferindo maior autoridade à gestão do Estado. No quadro das desigualdades não pode ser omitida a situação das regiões menos desenvolvidas. Neste caso, as políticas de desenvolvimento regional, colocadas em prática, necessitam urgente revisão. São flagrantes as distorções que engendram, desconsiderando o aproveitamento adequado da agricultura, deixando de lado as exigências de emprego e dando margem ao surgimento de empresas industriais, baseadas em incentivos permanentes. Os gastos sociais podem servir de apoio para a recuperação plena da economia, iniciando um novo período de expansão, desde que, é verdade, sejam solucionados, concomitantemente, os problemas financeiros que mencionamos.

A subida criteriosa dos salários reais significará um alargamento de mercado no setor produtor de bens de consumo e o programa de investimentos públicos, em infra-estrutura urbana, terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando a criação de empregos, na proporção exigida pelo crescimento demográfico. Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. Há, somente, um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões dotado, ao mesmo tempo, de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes - *o regime democrático.* Mais que isso, estamos convencidos de que o *sistema de livre iniciativa,* no Brasil, e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. Mas, defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito, com o desejo de contribuir, que submetemos nossas idéias ao debate do conjunto da sociedade brasileira, e em especial de nossos colegas empresários e dos homens públicos'." (qpwí/Motta, 1979:126-128)

Fernando Prestes Morta foi bastante preciso na especificação dos conteúdos e no momento em que a burguesia faz as suas reivindicações e *o que* ela pretende enquanto "interesses gerais": "Os segmentos altamente representativos da burguesia que propõem a redemocratização o fazem como uma estratégia puramente política. E preciso ter em mente que quando a burguesia recorre ao autoritarismo, como o fez em 1964, ela se obriga a dividir o poder com a s forças armadas. Tal divisão implicou, no Brasil, entre outras coisas, a tutela do Estado, em limitações de toda a ordem para a burguesia. Por esta razão, sua proposta é democratizante. Evidentemente, tal proposta implica a superação dos entraves à articulação enfrentados pela classe. É preciso levar em conta que ela inclui todos os proprietários de meios de produção que empregam trabalhadores assalariados e obtém lucros. E preciso, portanto, considerar não apenas a alta burguesia ocupando cargos em entidades patronais, mas uma miríade de pequenos e médios proprietários na indústria, no comércio, nos serviços e na agricultura. Desde 1930, essa burguesia vem crescendo e acumulando capital de forma estritamente capitalista, tendo como guia fundamental os interesses do capital, antes de qualquer outros". (Motta, 1979:129-130)

É interessante observar que da parte dos militares também havia sérias restrições ao comportamento da burguesia brasileira. Geisel não aceitava as pressões exercidas pelos empresários. Aliás, a visão que tinha sobre eles era extremamente negativa. Reagia a este tipo de crítica, denunciando a estreiteza corporativista da burguesia nacional, categoria que busca efetuar seus interesses mesquinhos, daí seu contraponto: 'Procurávamos agir racionalmente, sempre mirando o nosso interesse nacional". (Geisel, 1997: 283) No entanto, as críticas da burguesia a ele, uma vez que se sentia excluída das decisões econômicas, particularmente, nas tomadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico. "A crítica é improcedente", assim se manifestava, porque "Os empresários vinham a mim sem qualquer restrição, ou falavam com os -ministros*- para o que tinham toda a liberdade. *O empresário, entretanto, de um modo geral, pleiteia o seu próprio interesse.* Não quero com isso dizer que não houvesse sugestões boas, que eram aproveitadas. Houve muitas iniciativas de empresários que apoiamos. As confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura eram ouvidas e muitas vezes atendidas. Evitávamos negociações com as federações que se situavam abaixo das confederações. Contudo, Veloso e Simonsen muitas vezes foram a São Paulo conversar com o empresariado".(Geisel *apud* D 'Araújo, 1997:282)

O Segundo Documento dos Empresários

Em agosto de 1983, o *Fórum Gazeta Mercantil* tomava público o segundo documento dos empresários, que empunhava agora, há dez anos do fim do "milagre econômico brasileiro", a importância da liberdade pública de criticar e propor. "Para tanto, é fundamental o livre debate que conduza a um entendimento amplo em tomo de um programa de austeridade compreendido e aceito, capaz de unir os brasileiros, de distribuir com equidade os sacrifícios e de restabelecer a credibilidade, requisito indispensável para a construção do *Brasil* F/óve/".(FGM, 1983:13)

Os principais nomes da burguesia brasileira apontavam para uma solução que não mais precisasse da forma *bonapartista,* optavam agora por um regime democrático, onde as decisões passassem pela forma do "diálogo e do entendimento". Antônio Ermírio de Moraes, Olavo Egydio Setúbal, Cláudio Bardella, Abílio dos Santos Diniz, Laerte Setúbal Filho, Mário Bernardo Garnero, José Ermírio de Moraes Filho, Jorge Gerdau Johannpeter, José Mindlin, Paulo Vellinho, Severo Gomes, Paulo Villares e Manoel da Costa Santos compunham os treze representantes da burguesia associada, nitidamente descontentes com os tutores castrenses. Tentavam mostrar que os efeitos destrutivos da crise internacional não eram os únicos responsáveis pela situação. "Temos que reconhecer nossa responsabilidade pelo agravamento dos problemas que ora nos afligem. Mas não será pela recessão sem destino que o Brasil alcançará seu futuro". (FGM, 1983:1)

Remontam a uma tradição de lutas dos brasileiros, que sempre souberam superar as maiores dificuldades, da Independência à Grande Depressão, passando pela resposta dos anos 50, quando o Brasil saltou "etapas com a estratégia do Plano de metas". Elogiam as capacidades do povo brasileiro. Um parque industrial forte e diversificado, riquezas naturais generosas, a inteligência nacional floresce, "E o empresariado tem impulsionado o progresso".

Quais são, portanto, para sairmos do atoleiro, os novos rumos apontados? A começar por uma profunda reorganização financeira interna. Há que acabar com a "ciranda financeira"! "As taxas de juros exorbitantes e o ciclone especulativo do 'õpen marKet' são apenas os sintomas da desordem das finanças do Estado e da inadequada estrutura de capital e de financiamento do setor privado". Há que abandonar a unidade de referência da moeda norte-americana como metro nas transações nacionais: "Este processo de 'dolarização' da economia brasileira atingiu a dívida do Estado e de suas empresas e contaminou o sistema bancário e as empresas privadas nacionais. A ampliação das relações internas de débito e crédito em moeda estrangeira, induzida pelo governo, trouxe sérias conseqüências. Diante do risco cambial implícito nestas operações há um duplo movimento: os devedores procuram defender a solvabilidade de seu patrimônio antecipando a liquidação de suas obrigações em dólares, os aplicadores concentram suas operações nos ativos denominados em dólares. Daí decorre uma arbitragem do mercado no sentido de que as taxas de remuneração e de empréstimo sejam determinadas pelas expectativas acerca das variações cambiais. Na situação de asfixia cambial aguda que atravessamos, este fenômeno provoca a elevação generalizada das taxas de juro. Isto é agravado por uma expressiva contração de liquidez derivada do desequilíbrio entre ingresso de recursos externos e o fluxo de pagamentos do contravalor em cruzeiros ao Banco Central". (FGM, 1983: 2-3) "E o empresariado tem impulsionado o progresso".

A chiadeira deveria prosseguir. Como o empresariado poderia promover o progresso se não possuía capital de giro para impulsionar a produção, os empréstimos limitados com os juros elevados e com a progressiva retração do mercado mundial, agravados ainda pela situação crônica de nosso balanço de pagamentos? A solução dos empresários é repassar para o próprio Estado, a responsabilidade dos débitos em dólares. "Esta medida é necessária para o saneamento financeiro das empresas públicas - responsáveis por dois terços da dívida total - das empresas privadas e para salvaguarda do sistema bancário. É mister que ao se adotar esta decisão se acautele o interesse das finanças do Estado com contrapartidas adequadas". (FGM, 1983:3)

Ao lado disso, o *documento* propõe o aprimoramento do sistema tributário do país, visando extinguir o "casuísmo tributário" e, com isso, a criação de novos impostos. Mais ainda, tratava-se de disciplinar as atividades das empresas estatais e parte da dívida externa das estatais ser assumida pelo Tesouro Nacional. Nesse sentido,

"A política econômica deverá preservar a capacidade produtiva dos setores estratégicos (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração, telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro. É providência urgente atender à capitalização destas empresas de forma que o custo do excessivo endividamento, a que foram induzidas a incorrer no passado, não coloque em risco a

economicidade da produção corrente. A 'desdolarização' é condição básica para que isso se verifique. Mas há outro aspecto igualmente relevante: sua política de preços deve refletir a variação dos custos unitários de produção mais uma margem normal de lucro sem que se pretenda repassar para o conjunto da indústria o ônus dos pesados compromissos financeiros". (FGM, 1983: 4)

O *documento* sugere que as empresas estatais falidas ou fraudadoras das regras orçamentarias, sejam simplesmente fechadas. Para tal, seria preciso que o Congresso aprovasse novas regras de controle público - leis que regulem a criação, objetivos, operação e normas de fiscalização das empresas estatais -, delimitando, assim, os limites do endividamento do capital estatal.

A defesa de seus interesses se mesclam com as ilusões do domínio tecnológico nos tempos presentes, pois, colocando-se inteiramente em contraposição à estatização ou desnacionalização do sistema financeiro, os empresários inferem que a própria sobrevivência de suas empresas estava em jogo. "A reforma financeira deverá criar condições para que os bancos privados possam participar ativamente das transformações do sistema produtivo. Uma ligação mais íntima entre o sistema bancário, a indústria e os serviços é o pré-requisito para que a empresa nacional seja capaz de liderar as mudanças tecnológicas e de escala impostas pela modernização que está ocorrendo nos países mais avançados". (FGM, 1983: 5)

Preocupados com a explosão dos índices inflacionários, com o desemprego crescente e a situação recessiva da economia do país, os empresários apontam mudanças no sistema financeiro de habitação, sugerindo que a aplicação do Fundo de Garantia se destinem exclusivamente para a habitação popular e o saneamento básico. Preocupam-se com o agravamento da miserabilidade das massas. "Além disso, o patamar já atingido pela inflação recomenda a adoção de uma politica de rendas que compatibilize os reajustes de preços e salários. Coimo regra geral, os critérios de correção de valores devem ser estabelecidos e fiscalizados pelas partes interessadas com a arbitragem do Estado. O controle de preços - remédio externo - deverá ser temporário e se restringir aos setores de maior poder de mercado. Diante da desigualdade social brasileira, não se pode deixar de proteger a base dos salários e seu respectivo poder de compra". (FGM, 1983: 6)

No setor da informática, acentuam que "a continuidade e o aperfeiçoamento da política de informática serão decisivos para que a produtividade do parque manufatureiro se mantenha em linha com a evolução dos países desenvolvidos. O domínio da informática é tão crucial, hoje, para o progresso da indústria e dos serviços como o foram, no passado, a eletricidade, o aço, a química e a metalurgia dos não-ferrosos". (FGM, 1983: 7)

Os empresários sugerem ainda a adoção rápida do uso do álcool para o transporte público, de carga e, no campo, adicionado aos tratores. Para a agricultura, indicam a estabilização dos mecanismos de fixação de preços mínimos, crédito e assistência técnica. Consideram que, "É uma reivindicação antiga mas que ainda não foi plenamente atendida. O Brasil está atrasado nas práticas de proteção à agricultura, que aqui são relativamente débeis se

comparadas com os procedimentos dos países europeus e dos Estados Unidos. (...) A modernização do complexo agropecuário, a incorporação de novas áreas disponíveis e o melhor aproveitamento das já ocupadas são requisitos para que se garanta o abastecimento interno de alimentos e matérias-primas a preços compatíveis e para o avanço da exportação de produtos primários". (FGM, 1983: 7-8)

Urge tolher o processo do êxodo rural, uma vez que aprofunda o desemprego nas cidades. Aliás, afirmam, com destaque no *segundo documento,* a maior preocupação dos brasileiros é o desemprego:

"No âmbito urbano o fenômeno já atingiu proporções alarmantes com o declínio da atividade econômica nos últimos três anos. Basta dizer que o emprego industrial, em São Paulo, regrediu aos níveis de 1973. Ao desaparecimento de postos de trabalho deve-se adicionar a expansão do subemprego e a falta de oportunidade para os milhões de jovens, depositários do investimento educacional brasileiro, que a cada ano se apresentam em condições de trabalhar. Ademais, o progresso inevitável da automação tornará redundantes, a longo prazo, dezenas de profissões. A marginalidade a que é submetida boa parte da juventude brasüeira precisa ser enfrentada com uma eficiente política de emprego e por um planejamento familiar responsável, que respeite a liberdade e busque o resguardo da dignidade humana. Não é de hoje que as várias lideranças da sociedade vêm clamando por estas medidas. E elas são fundamentais". (FGM, 1983: 8)

Ao expor esse conjunto de problemas e algumas saídas, o documento dos treze coloca uma premissa necessária, ainda que não suficiente: a retomada do crescimento econômico. Sem um novo ciclo de acumulação do capital, qualquer solução não passa de mero paliativo. No entanto, o capital privado precisa da reorganização do Estado, programando os investimentos públicos, gerando empregos e, colaborando com o capital privado, reciclando os trabalhadores em virtude do avanço tecnológico.

Por fim, apresenta uma alternativa no que tange ao endividamento externo. Sua interpretação da crise mundial e a adoção dos remédios amargos impostos permitem a conclusão:

"A recessão generalizada trouxe consigo uma forte retração do comércio mundial. As economias em desenvolvimento foram duramente atingidas quer pela redução das taxas de crescimento das trocas internacionais, quer pela intensa deterioração das relações de intercâmbio. O Brasil não fugiu à regra. A queda do ritmo de expansão do comércio mundial foi acompanhada por uma paralisia das relações financeiras. A política econômica dos Estados Unidos provocou uma ascensão sem precedentes das taxas de juros e um estreitamento da disponibilidade de fundos para o giro da enorme dívida acumulada. As possibilidades de se obter recursos novos tornaram-se mínimas. Nestas circunstâncias, o desequilíbrio cambial das nações endividadas converteu-se num grave problema estrutural, cuja solução definitiva escapa às normas convencionais de gestão, ainda prisioneiras do abalado sistema nascido em Bretton Woods. Apesar de urgente, a reconstrução da ordem econômica internacional tem encontrado resistências nas atitudes míopes dos países líderes do mundo ocidental". (FGM, 1983: 9)

Como se pode notar, os empresários brasileiros não poderiam suspeitar que o horizonte de uma moratória estivesse tão próxima de ser adotada pelo novo governo da "transição transada": a "Nova República" dirigida por um antigo arenista, agora medebista, José Sarney.
Eles também pareciam não acreditar no tão propalado movimento livre de uma economia de mercado. "É irrealista acreditar que o estrangulamento externo da economia brasileira possa ser dirimido pela ação espontânea do mercado. Como quase todos, pensamos que é indispensável neste momento, um programa global de rearticulação do mundo capitalista. Também é improvável que medidas desta amplitude sejam tomadas num horizonte previsível". (FGM, 1983: 10)

A burguesia brasileira não se constrange em dizer que a indução imperialista é danosa aos interesses nacionais e, em especial, aos seus interesses particulares. Mais uma vez, diante de um futuro imprevisível, talvez o comunismo esteja novamente de prontidão para entrar na cena brasileira. Os dois pontos basilares do ideário 64 - a subversão e a corrupção - cismam em retornar, de modo ampliado. O próprio "sistema de poder" abriria espaço para uma estufa onde germinaria uma corrupção própria aos porões da ditadura. A nova subversão, no entanto, viria do próprio capital. *No Manifesto* de 1848, Marx desmontava o mito da existência sagrada da propriedade privada, uma vez que o capital produzia de modo sempre crescente um contingente de destituídos de qualquer propriedade: "Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa atual sociedade a propriedade privada já está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente porque não existe para esses nove décimos. Censurai-nos, portanto, por querer abolir uma propriedade cuja condição necessária é a ausência de toda e qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade". (Marx, 1988: 82)

A subversão intrínseca à própria expansão do capital mundializado, com sua *produção destrutiva,* é algo que os "demiurgos" do capital atrófico jamais poderiam imaginar. Após explorarem a força de trabalho no nível mais brutal de sua história, agora, são os burgueses que clamam por sua própria existência. "A retração prolongada da atividade produtiva conduzirá inevitavelmente à derrocada da empresa privada brasileira e poderá até colocar em risco a permanência do sistema de livre iniciativa. *As empresas nacionais serão tragadas pela voragem das quebras e falências.* Além disso, a obsolescência do parque manufatureiro será incontornável se não mantivermos nossa capacidade de investimento e de renovação tecnológica. Nesta perspectiva podemos afirmar que estamos no início de um processo de regressão econômica, de gravíssimas conseqüências sociais. Este país complexo, com elevado grau de urbanização, com padrões dinâmicos de mobilidade social e, ao mesmo tempo, com um enorme contingente de miséria absoluta, não terá meios de acomodar as tensões originadas pelo desemprego e pela queda dos salários reais. Este cenário é intolerável para os brasileiros e indesejável para o mundo ocidental". (FGM, 1983: 10) "E o empresariado tem impulsionado o progresso".

Nesse quadrante, há que pressionar as práticas protecionistas e retaliatórias dos países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, evitar uma ruptura com a comunidade financeira internacional. Segundo o documento dos treze, o desequilíbrio de nossas contas

internacionais implica numa nova postura de resgate de nossa credibilidade. "É imprescindível, portanto, um acordo com os bancos estrangeiros que assegure a renovação automática dos pagamentos referentes ao principal e aos juros pelo prazo mínimo necessário. O acordo deve estipular taxas de juros suportáveis, condizentes com a evolução de nossa capacidade de pagamento. Isto envolverá entendimentos com os Governos e Bancos Centrais dos países credores e com os organismos multilaterais". (FGM, 1983: 11)

Quando o bonapartismo lhes assegurou altas taxas de lucro, a burguesia brasileira não vacilou em se valer da arma do terrorismo de Estado, financiando e sustentando organismos de repressão, acordando para a transformação de suas empresas em indústrias de materiais bélicos - num prazo de 48 horas -, ao mesmo tempo em que praticavam a superexploração da força de trabalho e reproduziam a violência no âmbito fabril, instalando serviços de vigilância e demissão de líderes sindicais. Desde o momento da falência do "modelo econômico brasileiro" implantado e fomentado pela ditadura militar, os empresários bramiam as bandeiras da "redemocratização". Claro está, sugeriam, que este "retorno" em direção de uma legalidade democrática, deveria preservar - assim como os militares também desejavam -, o "entulho autoritário". Afinal, a subversão comunista é irmã siamesa, em sua negação, da sociedade capitalista. Numa situação social em desagregação e com a excerbação da miséria estaria criado o campo de sua atuação subversiva.

As linhas finais do documento reiteram o "inabalável compromisso com a democracia", inscrito no "Primeiro Documento dos Empresários", primeiro, apesar de sua edição em 1978. Repetiam o parágrafo-chave:

"O desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classe - o regime democrático. Mais que isto, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. Mas defendemos a democracia, sobretudo, por um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas". (FGM, 1983: 12)

Elogiavam a ação decisiva do general Geisel e a determinação do general-presidente João Figueiredo: a reconquista da liberdade de imprensa, a revogação do Ato Institucional n.° 5, a anistia e a efetivação de eleições diretas para os governos estaduais. E davam o fecho: "A plena democracia é um anseio nacional. A total reinstitucionalização do país pressupõe a independência dos três poderes. Exige uma clara manifestação de coragem, de civismo e de desprendimento. Reclama iniciativas coordenadas, com a participação de todos os segmentos da sociedade, para fazer das decisões do Estado o reflexo da vontade da nação". (FGM, 1983: 12)

NOTAS

1. Pedro Estevam da Rocha Pomar escreveu um dos livros mais esclarecedores sobre o assassinato político da direção comunista do *PCdoB.* a barbárie repressiva que ficou conhecida como o massacre da Lapa. em dezembro de 1976. A chacina viria a ocorrer em plena fase da "politica de descompressão" do general Geisel e os responsáveis saíram impunes, assim como na quase totalidade dos casos O general Leônidas Pires, chefe do DOI-CODI do I Exército (1974-76) chega às raias do cinismo: "Guerra suja nesse país nunca houve. Nós sempre os enfrentamos da maneira mais denodada e mais corajosa. Aqui não morreram os trinta mil que se diz que morreram na Argentina. O número de mortos foi até econômico". Na Apresentação. Carlos Eduardo Carvalho sinaliza uma importante questão. Sabe-se que a chegada dos militares ao local decorreu de uma delação do antigo comunista Jover Telles. Este ficaria conhecido como o autor do livro O Movimento Sindical no Brasil publicado pela Editora Vitória, em 1962. Arredio. vive atualmente no sul do pais. Carvalho sintetiza: "A Lapa marca também de forma terrível a tragédia da esquerda brasileira nos anos 70. O *PCdoB* era a única organização ainda estruturada àquela altura e teve sua direção destroçada pela delação de um veterano comunista, homem provado e experimentado na luta, como se dizia no jargão da época. (...) Uma reunião que mudaria o futuro do partido se não tivesse caído, já que consagrara no seu decorrer um importante avanço na luta interna do Comitê Central a respeito da Guerrilha do Araguaia. E que, caindo, mudou de fato o futuro do *PCdoB,* permitindo que a própria existência da luta interna fosse negada ao conjunto do partido por um período ainda mais longo, enquanto a direção remanescente se recompunha e procurava eliminar os vestígios das posições criticas que cresciam no CC trancadas a sete chaves". (Carvalho *apud*Pomar. 2.ª edição, 1996: 12-13) '
2. É interessante observar a posição geiseliana no que tange à reforma partidária. Se a realidade fosse governada por apenas suas concepções o bipartidarismo seria prolongado *ad infinitum.* Em seu consistente depoimento aos historiadores do CPDOC. Geisel afirma: "...que o bipartidarismo é também viável neste país como em tantos outros, embora tenha surgido como em tantos outros, embora tenha surgido com organizações artificiais na origem, criadas ao calor de crises profundas e sem raízes em passado mais remoto. O teste irrefutável destas eleições em que houve abstenção mínima e parcela reduzida de votos em branco num eleitorado de algumas dezenas de milhões, disperso por imensa base física ainda de todo não entrecortada de entradas, mostrou que os dois partidos existentes, apesar de todos os pesares. puderam servir afinal de desaguadouro por onde se canalizaram as múltiplas aspirações e os mais variados protestos de uma população extremamente diversificadas e esparsas. Um terceiro, um quarto partido - para não falar na comprovada atomização resultante de um espectro mais amplo - poderiam debilitar os partidos que temos, descaracterizando-os ainda mais e tolhendo-lhes, talvez, quase ao nascedouro ainda, as reais perspectivas que ora se lhes oferecem de se afirmarem e legitimarem." (Geisel. 1974:192-193) Mais ainda. Sua atitude é sempre de respeito à ordem legal, no caso da democracia, sustenta: "Nesse sistema não há lugar, nem deverá haver, para irresponsáveis atitudes de pura contestação às próprias regras do jogo democrático. Valer-se das franquias democráticas para destruí-las na primeira oportunidade que se lhes apresente, é ática cediça, tantas vezes denunciada, mas nem por isso menos eficiente nas conjunturas a ela propícias, de apatia, de insegurança ou de medo quanto ao futuro de que se têm valido sempre os eternos inimigos da democracia, para solapá-la aos poucos e. ao fim. liquidá-las." (Geisel. 1974:193-194) No entanto, é profundamente irônico e antitético com suas afirmações, uma vez que se valeu do cancelamento não de algumas regras , mas de todo o jogo democrático. Sobre o "Pacote de Abril". Cruz e Martins deixaram assinalados os seus verdadeiros conteúdos: "Menos de um mês após. o aceno dessa afirmação seria confirmado. Tomando como pretexto a negativa do MSB em aprovar sem emendas um projeto de reforma do Judiciário, matéria que requeria maioria qualificada de2/3 no dia 1 de abril Geisel decreta o recesso temporário do Congresso e. depois de reunir-se com seus assessores mais próximos nos dias subsequentes, edita no dia 14 um conjunto de disposições modificando o regime político vigente em várias de suas esferas. Composto de 14 emendas a artigos da Constituição de 1969. e três artigos novos, além de seis decretos-leis. o "pacote de abril' - como se tronou conhecido esse novo usasse - contemplava as seguintes medidas principais: eleições indiretas para a escolha dos governadores, com ampliação do colégio eleitoral; eleição de 1/3 do Senado por via indireta e instituição de sublegendas,

em número de três, na eleição direta dos restantes; extensão às eleições estaduais e federais da legislação, restringindo a propaganda eleitoral no rádio e na TV; alteração no quorum para a votação de emendas constitucionais pelo Congresso, de 2/3 dos membros para maioria simples; alteração do colégio eleitoral que elege o presidente da República; ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial". (Cruz & Martins, 1984:55)

3. A abertura política foi gradativamente fazendo parte dos discursos militares, inclusive nas *ordens-do-dia*. Na comemoração do Dia do Aviador, 22 de outubro de 1983, o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, proferiu a ordem-do-dia intitulada *Opção por democracia è profissão de fé:* "A opção pela democracia, mais que a escolha de um regime política, é uma profissão de fé no valor do homem como ser moral e em sua infinita riqueza de espírito. Ser livre é muito mais que estar solto. O conceito político de liberdade democrática está intimamente ligado ao conceito moral de responsabilidade solidária. Assim, a vivência democrática não é uxná questão individual como nos regimes totalitários, onde basta obedecer, mas -uma experiência coletiva de participação. Esta participação é particularmente difícil nos momentos de crise, pela pluralidade de entendimentos, mas todas as dificuldades são recompensadas pela segurança dos rumos alcançados no entrechoque das idéias. Não há. pois, que se temer as crises, com todas as suas mazelas, mas, antes, a falta de unidade nacional para enfrentá-las." *{Folha de S. Paulo,* 22 de outubro, 1983)

*VI- TEORIA E PRAXIS DE **GOLBERY**DO COUTO E **SIL**VA*

> "Conselho aos estadistas, estrangeiros e planejadores: evitem deslocações no sistema e o perigo de rupturas, cuidando em que o processo, seja de centralização ou descentralização, não se retarde em excesso num dos campos qualquer em relação aos demais".
> Golbery

A herança do conservadorismo

As reverências feitas às figuras emblemáticas do pensamento conservador brasileiro, principalmente, pelos ideólogos do *sorbonismo,* são extremamente condizentes com alguns elementos norteadores do próprio ideário 64. As referências teóricas dos castelistas, particularmente, Geisel e Golbery, aparecem explicitamente nos empréstimos devidos ao pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres. Não há como negar este suporte, desde que se introduza as diferenças, por exemplo, quanto à questão do capitalismo superproduzido, à relação com o capital imperialista e à própria questão da segurança nacional, com suas implicações para o desenvolvimento acelerado, na guerra permanente entre o mundo ocidental e o mundo comunista.

Em seu depoimento publicado em 1997, Geisel foi explícito: "Sofro muito a influência natural dos livros que li. Muitos eu descartei, mas de outros incorporei certas idéias, certos princípios, certas análises. Sob esse ponto de vista, Oliveira Vianna é, talvez, uma das melhores figuras. Há uma grande diferença entre o mundo ideal e o mundo real. E nós temos de viver e pensar o mundo real. Claro que sem muito conformismo, e sempre tendo em mira o ideal que queremos algum dia atingir, nós ou as futuras gerações". (Apud D'Araújo e Castro, 1997: 396)

Na outra ponta, a esquerda deixou passar batido sobre a crítica real das possibilidades de uma democracia liberal, dada a forma particular de ser e ir sendo de nossos proprietários na constituição do capitalismo brasileiro. Em sua critica ao pensamento das correntes políticas organizadas, prisioneiras dos esquematismos da ortodoxia estalinista, J. Chasin chamou a atenção para o fato de que o pensamento conservador pôs em tela, mesmo com seu filtro ideológico, a questão das condições de possibilidade da democracia em nossa formação histórica. Para o formulador da teoria da *via colonial:*

> "É incrível, mas nem mesmo as esquerdas o fizeram. Tanto quanto é sintomático que os únicos a abordar enviezadamente o tema tenham sido os ideólogos conservadores ou de direita, na linha que vai de Farias Brito a Oliveira Vianna, que sempre apresentaram fórmulas puramente negativas, ou modulações em torno do 'estado forte' ou da 'democracia orgânica'. Dos quais o último período bonapartista, que ora se encerra,

> explicitamente se alimentou. E o término deste não implica a liquidação daquelas fontes ideológicas, nem de seus alcólitos e atualizadores".(Chasin, 1985: Vil)

Já vimos reiterando como, em nossa formação histórica, a conciliação entre o historicamente novo paga alto tributo ao historicamente velho. A burguesia de natureza atrófica jamais foi cabeça de sua própria emancipação nacional, não forjando a nossa identidade nacional por um processo revolucionário, democrático, de massas; classe incapacitada, portanto, para se projetar nacionalmente por uma revolução democrática alcançando a sua independência econômica e política. Caio Prado Jr.; quando atuava na direção da ANL, escreveu nos idos de 1935, sobre essa particularidade que especifica o nosso capitalismo: "A crise que atravessamos não é mais que o bisturi que fez explodir um tumor já maduro que há muito tempo já existe latente. O mal verdadeiro é muito mais profundo. *O Brasil é sem mais nem menos, um país precocemente decadente".* (...) É que nesta democracia de fachada toda a política é permitida, contanto que não parta do povo; contanto que o povo seja mantido afastado como simples espectador passivo e submisso dos manejos do alto". (Prado Jr, 1982:123 e 136)

O pensamento conservador divisava a crise emergente em seu tempo, o fracasso do-liberalismo em todos os cantos do mundo, a emergência de um socialismo soviético no meio de uma guerra mundial, a impotência das classes proprietárias em dar direção efetiva à nação sem desvencilhar-se de seus interesses egoísticos e particularistas. Havia dois Brasis. Como adentrar na modernidade e inevitável modernização capitalista preservando, ao mesmo tempo, os valores de nossa tradição histórica? Há um Brasil real que convive com um Brnasil artificial. A nação mal formada, sem povo constituído, exige uma solução pelo alto. Justifica-se a natureza forte de um "Estado autoritário". Eis a fórmula socialmente determinada: a renovação conservadora

Recorde-se, ainda que de passagem, a resposta à crise do capitalismo internacional dada pela ideologia do integralismo, nos anos 30. No próprio ideário pliniano vamos encontrar essa distinção entre os dois brasis: "Quem quiser compreender o povo brasileiro tem, preliminarmente, que separar as duas nações, as quais coexistem no país, e representam, cada uma, o resultado de uma revolução distinta. O Brasil letrado, dos literatos, dos juristas, dos cientistas, dos grandes industriais e comerciantes, dos políticos e diretores de partidos - esse procede do século XIX; é o Brasil constitucionalista, liberal, democrático, cientifista, romântico, retórico. O outro Brasil, dos aglomerados municipais, das populações disseminadas pelo imenso território, das massas proletarizadas, dos bandos sertanejos, - esse procede do século XVI; é o Brasil individualista, aventuroso, fetichista por índole, acomodatício às injunções patriarcais ou imperativos caudilhescos. O primeiro é o Brasil formal; o segundo o Brasil essencial". (Salgado, 1934: 58/9) Aqui, no reacionarismo da utopia pliniana, na luta entre as duas nações, o integralismo faz a defesa do ruralismo dos pequenos proprietários, esteio do país autêntico, assentado nas "verdades eternas da terra e da raça", com suas raízes rurais e sertanejas; o outro, de corte metropolitano, país emergente, artificial, que configura o cosmopolitismo, a materialização da sociedade urbano-industrial.

Com todas as suas diferenças, no entanto, estes pensadores viam a correção dos rumos em direção à nossa verdadeira nacionalidade, na constituição de um estado intervencionista e forte, de uma "democracia orgânica", que evitasse as lutas de classe, incorporando todos os segmentos sociais numa estrutura corporativista, visando a coesão e harmonização dos interesses particulares. Esta apropriação dos sorbonistas, certamente, retomam determinados elementos tais como: a busca pela solidariedade e consciência coletiva da nacionalidade; a harmonização e paz social, com a colaboração entre as classes sociais; a integridade territorial e coesão nacional; a relação entre a centralização e a descentralização na esfera política; a superioridade das elites dirigentes face ao atraso cultural e despreparo político das classes subalternas; a preparação para a modernização, conservando-se os valores tradicionais; o' combate permanente ao comunismo e à subversão interna; a transição "lenta e segura", para a uma nova institucionalidade jurídico-política, necessária ao desenvolvimento econômico. Ordem e progresso. Traduzindo na nova linguagem sorbonista: segurança e desenvolvimento.

Contra-insurreição permanente ou revolução de 1964? Um dos temas recorrentes ao discurso conservador brasileiro reside na idéia de "Renovação conservadora" ou "Revolução restauradora". Parece a princípio, uma contradição nos termos, em virtude de conceitos polares se conjugarem na mesma equação: *revolução* e *conservação.* Um dos principais ideólogos estadonovista, Azevedo Amaral, tematizou esta "renovação conservadora" nos anos 30, apontando para a necessidade de um intervencionismo estatal que permitisse a edificação de um capitalismo industrial consistente, portanto, autônomo, assim como um aparato jurídico-político em moldes corporativistas, que aglutinando as "forças vivas da nação", potencializariam a construção de nossa verdadeira nacionalidade.

É amplamente conhecido como o pensamento conservador se alinhou em duas grandes correntes que se expressavam pelo delineamento de nossa destinação nacional: *ruralismo ou industrialismo.* As próprias determinações estruturais de nossa formação histórica, por sua vez, fizeram conhecer variadas formas de combinação *conciliada* entre estas duas vertentes. Praticamente, durante as primeiras décadas deste século, vários pensadores buscaram definir as características de nossa formação histórica, mapeando as causas de nossos males e, configurando projetos de natureza política para responder aos impasses de nossa unidade nacional. História e política se entrelaçavam para buscar novos desígnios, extraídos de nossa própria realidade histórica, para explicar a ausência de vínculos sociais que pudessem estabelecer o florescimento de uma autêntica identidade nacional.

Uma das causas a ser combatida era o liberalismo, tomado como idéia importada e modelo exótico, que em seu berço de origem, já tinha fracassado. Uma nova forma política, com a presença de um estado interventor, centralizador e forte deveria ser perseguido. A necessidade de um "Estado autoritário", a fim de promover as reformas necessárias à construção de uma identidade nacional, foi amplamente formulada na obra tornada clássica, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional,* de Azevedo Amaral, publicada pela Editora José Olympio, em 1936, que refletia sobre a impossibilidade de o liberalismo político vingar em nossa realidade nacional. Segundo Azevedo Amaral, a formulação de

um Estado *Autoritário* devia corresponder ao destino próprio de nossa formação histórica. As reformas necessárias, caso específico de nossa industrialização e de uma organização corporativa da força de trabalho, no nível nacional, exigiam uma atuação ativa do Estado nacional. O Estado *totalitário* seria, segundo o ideólogo do Estado Novo, uma falsa resposta ao liberalismo, na medida em que esvazia o próprio conceito de Estado.

O liberalismo aparece como a defesa de um igualitarismo formal, que oculta as bases reais em que opera, gerando, com isso, a ilusão de representar através do sufrágio universal e da participação eleitoral de amplas massas, a vontade "autêntica" da nação, porém, no fundo, faz prevalecer os interesses particulares em contraste com os da nacionalidade. Sendo assim, multidões de eleitores são sistematicamente instrumentalizados, dando legalidade ao exercício do poder por grupos dominantes com seus interesses particularistas. Trata-se, pois, de uma utopia liberal. A ilusão consiste em propiciar a igualdade de oportunidades, inerente ao regime democrático, só que travestido de uma igualdade abstrata.

Os partidos políticos surgem, dessa maneira, como um aparato institucional, em cuja organização "encontra-se de fato o eixo de toda a estrutura da liberal-democracia. Nela está o segredo da organização e da disciplina das massa populares, de modo a encaminhá-las segundo as diretrizes políticas traçadas pelos verdadeiros dirigentes (os grandes interesses econômicos preponderantes na classe dirigente), que governam por trás dos bastidores, movimentando segundo os seus desejos e os seus interesses a maquinaria ostensiva da democracia". Os partidos políticos, na acepção azevediana, atuavam com uma dupla função: "controlar os negócios públicos para cada setor dominante em particular e, simultaneamente, ao possibilitar a divisão das massas quanto a escolhas, impedir sua ação política unificada".(Rago, 1993:154)

A neutralidade econômica do Estado, segundo o princípio liberal, seria analisada por A. Amaral como uma "medida de proteção contra abusos entre as diferentes frações das classes dominantes e a preservação dos interesses comuns entre estas. Em verdade, este Estado apresenta-se 'neutro', colocando-se acima da sociedade, deixando para o jogo das categorias sociais as resoluções no nível do econômico. Portanto, mais uma vez, o Estado no liberalismo nega o sentido atuante, presente, nesse conceito, como também deixa de lado a realização do bem comum da coletividade". (Rago, 1993 155/6) Dessa maneira, Azevedo Amaral tenta demonstrar a cabal inadequação do liberalismo enquanto forma política para a construção de nossa identidade nacional.

Isto decorre por várias condições: "Num primeiro momento, a proposta liberal, que tem como fundamento estabelecer a vontade geral, encontraria dificuldades com a própria conformidade brasileira. Aponta nesse sentido, a imensidão de nosso território, a diluição e desarticulação econômica e social da população, impossibilitada de uma leitura da problemática nacional, e o imenso número de analfabetos que não apresentam condições mínimas para votar". (Rago, 1993.161) A vontade geral da nação, desse modo, não poderia ser aferida em virtude das condições históricas encontradas em nossa formação social. O reclame da corrupção da democracia e da fraudação dos pleitos eleitorais

constitui o sintoma claro dessa inadequação entre o liberalismo político e nossa realidade nacional. Acresce-se que contávamos com um povo em vias de formação, mas que ainda não possuía uma nacionalidade. Segundo Amaral, " a uniformidade cultural era condição para a adaptação de instituições democrático-liberais nas formações sociais, a par da homogeneidade étnica". (Rago, 1993:163)

Por esta razão, a realidade nacional precisaria do amadurecimento desse caldeamento cultural com a predominância do branco sobre o africano e o ameríndio. Nas palavras do autor de *Estado Autoritário,* isto se daria porque, "o branco terá de firmar a sua supremacia espiritual, aproveitando-se apenas dos valores africanos e ameríndios, quando muito como elementos decorativos. Senão tiver força e coragem para fazê-lo, se não puder impor o ritmo de sua disciplina étnica peculiar, e o seus próprios valores... terá de resignar-se à decadência e esterilidade". (Amaral, 1938:264)

A conclusão azevediana é contundente pois mesmo nos países anglo-saxônicos, onde o sistema representativo moderno teria sido gestado inicialmente tinha fracassado: "Fora do solo originário e de um ou outro caso especial em que idêntica eram a isotérmica política, a democracia liberal do sufrágio universal e da eleição direta redundou invariavelmente em lastimável falência".(Amaral, 1936:43) De outra parte, o pensamento azevediano de talhe "autoritário" mostra também a sua diferença com o regime totalitário, no caso idêntico seja ao bolchevismo, seja ao nazi-fascismo. Amaral interpreta o caso russo como a revitalização de uma tendência universal manifesta no mundo contemporâneo, que conduziria a uma absolutização dos órgãos executivos e administrativos.

Desse modo, tanto o fascismo como o bolchevismo - mesmo considerando que Mussolini se apresente num plano rebaixado com relação à figura de Lenin, o ideólogo do Estado Autoritário sustenta que eles, no entanto, se aperceberam que "os problemas da organização da produção no mundo contemporâneo só podem ser solucionados pela ação interventora do Estado e que (...) é imprescindível uma organização na qual prepondere a autoridade executiva com esfera de atribuições muito mais ampla, que o permitia a orientação do liberalismo do século XDC". (Amaral, 1930:222) O desenlace do projeto mussoliniano desembocou numa forma de "revolução renovadora" na medida em que buscava uma adaptação conservadora às novas condições produzidas no mundo.

Mesmo sinalizando as diferenças entre estas formas particulares do fenômeno do "totalitarismo", A. Amaral mostra o distanciamento destas soluções para o caso brasileiro. Uma das características do nazismo residia no fato de que se apoiava num revanchismo em virtude de sua derrota na Primeira Grande Guerra, mas também pelo baixo nível cultural do seu partido, para não dizer da figura medíocre de sua maior liderança. Segundo ele, o Estado de natureza "totalitária" acaba reproduzindo o mesmo teor negativo, só que com sinal invertido do liberalismo.

> "O Estado totalitário não é, como se poderia julgar a primeira vista, aquele em que a organização estatal abrange na sua esfera de atuação o conjunto da vida coletiva da nação. Semelhante extensão da autoridade

> estatal torna-se cada vez mais necessária, em face dos imperativos ditados pelas condições econômicas das sociedades contemporâneas... O que define o totalitarismo no sentido peculiar que a essa expressão lhe deu o fascismo, não é portanto a extensão do poder estatal, mas a natureza compressiva, ...aniquiladora da personalidade humana, que imprime às instituições um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos que prezam a dignidade do espírito". (Amaral, 1938:170-171)

Em suma, o Estado *Moderno* assume aqui a figura de um Estado *Autoritário* porque atende às exigências históricas do mundo contemporâneo. Este intervencionismo implica o próprio reforço e extensão da autoridade administrativa, como dimensão inerente à modernidade. É por meio desse reforço do Executivo que a intervenção *autoritária* se estenderia a todas as esferas da atividade administrativa, econômica e social. O *autoritarismo,* assim definido, é considerado como a essência da própria organização estatal e, portanto, da própria democracia moderna, com isso, não se identificando de maneira alguma ao *totalitarismo.*

O autoritarismo será sempre necessário, porque faz parte da natureza da organização estatal, expressando a estrutura orgânica da sociedade. O lance está em que esse caráter intervencionista do Estado Autoritário, na acepção azevediana, visa a promoção do bem coletivo. "Nessa forma de ser do Estado não haveria compressão do indivíduo ou cerceamento de sua iniciativas e atividades... O critério de intervenção do Estado no regime autoritário é promover principalmente o bem público, mas sem comprimir ao reduzir as iniciativas e liberdade individuais além do ponto em que eles entrem em conflito com o interesse coletivo". (Amaral, 1936:173)

Este poder se constitui, para o pensamento conservador, num "autêntico governo popular", que só pode se edificar livre das injunções da farsa liberal e, também, do aniquilamento da personalidade individual como no regime totalitário. Desta forma, o Brasil necessitava de uma nova organização estatal "destinada a realizar as justas aspirações das massas e a proporcionar a estas, uma intervenção nas mazelas dos negócios públicos, em harmonia com os imperativos da realidade social e com as injunções da segurança e prosperidade da nação". (Amaral, 1941:165)

Seria oportuno, mesmo que em traços breves, assinalar o significado do termo "revolução" no ideário de Azevedo Amaral. Segundo o ideólogo estadonovista, há que distinguir entre uma autêntica revolução de simples sublevações ou motins. As revoluções verdadeiras emergem a partir de crises que abrem alternativas para as grandes mudanças históricas: "a revolução, como todas as crises de mutação que se operam na natureza, cristaliza em novas formas orgânicas da sociedade pela eliminação de outras, as configurações elaboradas em um dado momento histórico pela mentalidade das elites intelectualmente dirigentes". (Amaral, 1934: 208)

Nessa abertura da evolução história, o momento de uma crise histórica, conta em muito o papel das elites dirigentes, que de posse de um projeto ideológico se capacita a impulsionar a coletividade para a nova destinação nacional. Recorde-se que a vocação brasileira se consubstancia na industrialização, única forma a tornar possível a unidade territorial e a centralização política. Esta vocação está inscrita na história brasileira, mas depende da tomada de posição das elites dirigentes. Por esta razão, em sua obra Getúlio Vargas, estadista, Azevedo Amaral destaca que "Uma revolução distingue-se por certos traços, que a tornam essencialmente diferente de outros fenômenos análogos, com os quais freqüentemente é ela confundida. Como todos os fatos que se inserem no desenvolvimento do processo sociogênico, a revolução pròmária da" ação das elites, que mobilizam as massas populares para os fins"por elas visadas, de maneira semelhante à que um estado maior mobiliza os quadros reservistas de um exército". (Amaral, 1941: 25)

E, qual o papel reservado as massas nesse processo? Segundo o autor de *O Brasil na Crise Atual*, as massas são seres apenas passíveis de controle, há uma tendência inata em seu próprio *fatalismo* derivado do "psiquismo das multidões", que são comandadas, mesmo nos momentos em que extravasam para além da normalidade, com atos violentos. Deixadas a si próprias, as camadas populares atuam como "forças ininteligentes do subconsciente coletivo", forças selvagens e instintivas, somente debeladas, controladas e cerceadas pela "ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontra como elementos do psiquismo das minorias, que em tempos normais constituem os grupos privilegiados e dirigentes da coletividade". (Amaral, 1934: 56)

A idéia de "renovação conservadora", uma "revolução" que preserva o passado, na verdade, coerente com esta visão do mundo, demarca contra a visão ruralista, que nossa verdadeira herança diz respeito à dimensão industrialista inscrita no evolver histórico, forma capaz de assegurar a unidade, centralização política, coesão e soberania nacional. Neste projeto nacional não se descartava a utilização de capitais estrangeiros, porém, teriam que ser disciplinados, exerceriam uma função vigiada.

Em suma, para o pensamento conservador abria-se, com a revolução de 30, a possibilidade de uma "renovação conservadora" para direcionar os rumos da própria nacionalidade. Nem o liberalismo tampouco o totalitarismo correspondiam às determinações da realidade nacional. Somente, um Estado forte e interventor, aprumado pelas elites "renovadoras", estaria investido da missão de implantar as nossas bases industriais e, assim, promover o progresso inerente à civilização industrial. Fazendo restrições ao livre movimento dos capitais estrangeiros, considerando as classes proprietárias nacionais, impotentes e incapacitadas para conduzirem o processo, Azevedo Amaral via no *Estado Autoritário,* o demiurgo da construção nacional, uma agência de controle social, que ataria os fios de nossa continuidade histórica. O projeto de modernização industrial do país, a colaboração das classes sociais com a montagem de uma estrutura corporativista, implicariam numa aceleração do desenvolvimento nacional, que subordinaria os interesses particularistas e egoísticos dos grupos dominantes aos desígnios do bem coletivo.

Outro grande expoente da tradição conservadora é indubitavelmente Oliveira Vianna. Referência obrigatória - a quem o general Golbery do Couto e Silva considerava-como "mestre" -, o pensador fluminense tinha como fio condutor o antifiberalismo, os valores aristocráticos de nossa tradição histórica e a defesa de um Estado forte e centralizado. Considerava que a edificação de nossa República, desde 1889, consagrava um total descompasso entre o que considerava o "Brasil real" e o "Brasil artificial". A inviabilidade do liberalismo em nossa formação decorria do "idealismo utópico" de nossa elites republicanas, que se utilizavam de "modelos exóticos", inteiramente, alheios e estranhos à nossa realidade nacional. Em decorrência do domínio liberal-democrático no período republicano, em flagrante desrespeito à imaturidade e formação do povo brasileiro, os políticos liberais conduziram à uma descentralização do poder. Isto contrariava à lógica natural da evolução social, em virtude do utopismo desse idealismo liberal que o tornava impraticável e irrealizável enquanto projeto nacional.

Para Oliveira Vianna, este descompasso entre o projeto liberal e as exigências da realidade nacional, só poderia ser superado, por uma alternativa próxima ao "idealismo orgânico" desenvolvido pelos conservadores no Império. "O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas ao contrário, parental, clânica, autoritária. Em conseqüência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostqs aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal".(apud Santos, 1978:93)

Segundo Vianna, os liberais desrespeitavam a nossa "singularidade histórica nacional", com seu ideário "exótico", não compreendendo que a sua inconsistência decorria, também, da própria debilidade do conjunto das classes sociais em nossa realidade, com ausência de solidariedade e consciência social, classes amorfas e inorgânicas, que demonstravam o despreparo e a incapacidade do povo para o regime democrático. Ao desenvolverem, por meio de seus interesses específicos, os "espíritos liberais" desconsideraram os interesses nacionais. A descentralização do poder, que favorecia os "clãs históricos", o espírito de facção, acabou por conduzir à dissolução de nosso caráter nacional.

Daí sua proposta de restaurar o sentido do verdadeiro caráter nacional, em que se pudesse assentar a modernização de nossas instituições políticas, resgatando as velhas virtudes morais do Império. Nesse sentido, o passado é configurador dos verdadeiros traços da nacionalidade. Há que reconhecer a inaptidão política do povo brasileiro para o exercício da democracia liberal, porém, mais ainda esta fragilidade estava dada por uma ausência de laços de solidariedade e de consciência coletiva, em nossa própria singularidade histórica. Os valores originários do passado, cristalizados em sentimentos e crenças, deveriam ser traduzidos em nossa modernização capitalista, a fim de restaurar os fatores determinantes de nossa maneira particular de ser. O erro do idealismo utópico, manifesto nas concepções do liberalismo, era fruto da importação de modelos e idéias políticas estranhas a este modo de ser.

Como especifica o historiador Nilo Odália ao demarcar o fio condutor de sua propositura:

> "Solidariedade social, expressão mágica, que se constitui no grande *leit motiv,* no grande objetivp a que o historiador fluminense consagrou sua vida e sua obra. Ele a compreende como uma união nacional nascida no interior de uma população consciente dos interesses coletivos e nacionais, que deveriam sempre preponderar sobre os interesses individuais e particulares. Sua insistência quase obsessiva em relação à solidariedade social era a contrapartida, de sua perspectiva, de uma realidade histórica fortemente trabalhada por fatores "naturais e sociais desagregadores, e na qual preponderam os interesses individuais e particularistas de pessoas ou grupo". (Odália, 1996:132)

A nossa insolidariedade, esta desagregação que atravessa nossa formação social, no entanto, está intimamente vinculada às nossas condições geográficas. "E o espaço geográfico", assinala Odália, "que, por sua imensidão, atua como um poderoso fator desagregador. Ele tem uma força centrífuga que impede, obstrui, destrui, no nascedouro, toda a veleidade de solidariedade, toda a espécie de solidariedade que ultrapasse as fronteiras familiares ou dos clãs". (Odália, 1996:132) Sabemos, também, que o nosso* espaço geográfico, de outra parte, propicia alguns traços dos mais significativos do espírito nacional: a figura paradigmática da nacionalidade.

Ao analisar a utopia de Oliveira Vianna, o historiador José Murilo de Carvalho traduziu a sua figura esquiva e enigmática, numa expressão feliz: "Um exilado do mundo rural decadente na cidade grande". (Carvalho, 1993:29) Apontando as ambigüidades em sua visão de mundo, este crítico ressalta a ênfase dada por Oliveira Vianna ao papel da luta de classes no desenvolvimento social: "É, entretanto, a luta de classes não só uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais, como a melhor escola da sua educação cívica e da sua cultura política", escrevia em *Populações Meridionais.* No entanto, o conflito social, como meio para a educação cívica, não se punha em nosso ser social como ferramenta desse desenvolvimento de nossa cultura política: "Pelo contrário, na segunda parte de *Populações,* e em todas as outras obras, inclusive nas dedicadas aos problemas concretos de política social e trabalhista, o que se vê é a defesa de forte interferência do Estado como promotor do civismo e, particularmente, da paz social". (Carvalho, 1993:26)

A sua crítica ao idealismo e alienação de nossas elites dirigentes, decorria desse empréstimo aos modelos exógenos e exóticos, que expressavam esta inadequação das instituições políticas implementadas pelos liberais em confronto com os elementos de nossa própria realidade histórica. Se o capitalismo já ocupava espaços em nossa estrutura econômica, especialmente, em São Paulo, o "matuto arredio" inferia que nossa mentalidade estava mais próxima de uma "velha mentalidade pré-capitalista, que tanta nobreza, justiça e dignidade espalhou na vida e nas tradições de nosso povo", *(apud* Carvalho, 1993:27) Esta "velha mentalidade" poderia ser o amortecedor das mazelas da modernização capitalista no Brasil.

Oliveira Víanna acreditava que, por implicações de nossas condições históricas e de nossa herança pré-capitalista, estes valores do passado se constituiriam numa barreira ao desenvolvimento sem limites do supercapitalismo; seria, em verdade, uma impossibilidade histórica, haja vista que, "Não pode este supercapitalismo, entretanto, nem poderá, ter grande desenvolvimento em nosso país, nem também produzir todos os males que causou em outros países. E isto porque, em nosso país, não se pode constituir um clima propício ao seu desenvolvimento e florescimento". (Vianna Apud Odália, 1996:138)

A correção dos rumos políticos implicava, como vimos, uma ruptura com o ideário da liberal democracia, que imprimira uma tendência descentraíizadoraj tornando-se assim num obstáculo para a edificação de um "verdadeiro nacionalismo". Por esta razão, o seu projeto de modernização e aprimoramento das instituições políticas brasileiras surgia como meio de viabilizar a unidade nacional. Ou seja, este projeto deveria ser vincado às "tradições de nossa singularidade", a fim de ser instaurado um Estado moderno, corporativista: um *Estado centralizado e forte.*

O intervencionismo estatal, no entanto, deveria pelejar para o desenvolvimento de uma política social que restaurasse em sua plenitude a dignidade da pessoa do trabalhador. Esta política social bem armada pela ação estatal agiria no sentido de reequilibrar a ordem social, com isso, evitar-se-ia os antagonismos das classes sociais e harmonizando seus interesses no todo social. Oliveira Vianna rechaçava, assim, as doutrinas iluministas centradas no individualismo moderno, pois, tomavam esse todo social como um conjunto de indivíduos isolados e egoísticos sem nenhum elo de sociabilidade solidária e interesse pela construção da nacionalidade.

A solução proposta era, precisamente, esta ação estatal como instrumento moralizador e pedagógico, que permitiria impulsionar o desenvolvimento de nossa solidariedade nacional. No entanto, como observa Antônio Paim:

> "As doutrinas de Oliveira Vianna tinham a vantagem adicional de que não se resumiam a considerar o autoritarismo como forma ideal permanente, mas apenas expediente transitório. A experiência do Estado Novo comprovara que a manutenção por prazos indefinidos do governo autoritário tampouco assegura estabilidade política. (...) O que se perdeu na prática liberal brasileira foi a doutrina de representação de interesses. Se os interesses são diferenciados, não se trata de averiguar tecnocraticamente, de forma centralizada, que interesses (mais explicitamente: de que segmentos sociais) vamos erigir em interesse nacional. Isso só é possível mediante a livre disputa entre facções". (Paim Apud Moraes, 1993:309)

De seu livro *Idealismo e Constituição,* o historiador Nilo Odália pinça o trecho no qual Oliveira Vianna sintetiza a sua concepção em que define o primado da esfera política sobre a econômica, que não está em questão: "O *político,* parece-me fora de dúvida, deve

preponderar sobre o econômico, no sentido de que a organização deve ficar subordinada à direção política da sociedade - ao Estado, que nela introduz o princípio ético ou o sentido de bem comum ou nacional". (Apud Odália, 1996:130)

Como assegura Nilo Odália: "Os temas da unidade nacional, da integridade territorial, do separatismo, irrompem, nessas condições, e passam a ser discutidos, *mutatis mutandi*, como o foram no século passado, mas com a significativa diferença de que no século XIX estávamos saindo de uma situação colonial, e tentávamos abrir caminho no sentido de transformar uma ex-colônia numa nação soberana e unitária". (Odália, 1996:131)

O estudo de Nilo Odália retém um ponto fundamental na visão viahnista do mundo, a saber, que o seu projeto político de uma nação socialmente solidária, coesa e una, implicava, da perspectiva econômica, na existência de uma opinião pública organizada e atuante: "Ora, a fim de que isto ocorra, torna-se imprescindível que o Estado proceda a reformas econômicas que possam dar condições à população brasileira de ter consciência de seus interesses e dos interesses maiores da comunidade. Entre essas reformas, ele enumerava as seguintes: *a)* estabelecimento da pequena propriedade; *b)* criação de um sistema de arrendamento a longo prazo ou de um regime de caráter enfitêutico". (Odália, 1996:139)

Oliveira Vianna, ao se contrapor ao idealismo utópico dos liberais, anuncia a sua posição aderente às características particulares do povo brasileiro: a "democracia autoritária". Esta tese está assentada na convicção de que "a realidade social existe, os grupos humanos são criação naturais com os animais e as plantas e se preocupam em examinar a experiência desses centros e tantos anos de experiência democrática no Brasil". E que, uma nova positividade se vislumbrava na postura dos nossos dirigentes, pois, detectavam com clareza os "grandes problemas da nacionalidade: o saarismo, o analfabetismo, o impaludismo, o banditismo, o coronelismo, o satrapismo, o federalismo - e não o Constitucionalismo, o Parlamentarismo ou o Liberalismo ...". (Vianna Apud Bresciani, 1996:125)

Segundo a sua visão do mundo, em que pese os traços do ruralismo e de elementos da Doutrina Social da Igreja, havia que compreender a nova lógica da modernidade industrial, com suas categorias sociais: "Para Oliveira Vianna, como para muitos republicanos, estava claro que o federalismo republicano não se prestava à tarefa. Ao se retirar do centro o poder de arregimentação, ele liberava a força desordenada do jogo dos interesses dos grupos, facções e clãs locais. Era um mundc caótico que ameaçava a própria integridade da nação. A situação agravava-se com o fato de terem surgido no cenário político novas forças sociais que escapavam ao controle do mundo rural, como os industriais, os operários, os imigrantes".(Carvalho, 1993:30)

A acusação de que ele tinha uma visão exclusivamente voltada para o passado, porém, não se configura de modo unívoco, como alguns historiadores chegaram a afirmar, uma vez que, "A volta ao passado, ao patriarcalismo rural, foi totalmente abandonada. Conformou-se com o fato de que o mundo moderno era o da indústria, do operário, das classes

sociais. A pergunta agora era como organizar este mundo dentro da utopia de uma sociedade harmônica, incorporadora, cooperativa. O corporativismo, o sindicalismo, a legislação social vinham trazer a respostas. No Brasil, estas políticas teriam a vantagem de poupar ao país os dramas causados pela industrialização capitalista, ainda incipiente, e de lançar-nos na direção de uma nova sociedade harmoniosa e, segundo ele, democrática, pois envolveria através dos sindicatos e corporações, o grosso da população na direção política do país. A regência da orquestra continuava sendo tarefa do Estado, com a diferença de que sua ação ordenadora e educadora não se exerceria sobre os irrequietos clãs rurais, mas sobre os sindicatos, corporações e outras organizações civis. Ao estado caberia até mesmo forçar classes e categorias sociais a se organizarem, pois a organização seria a única maneira de se exercer a cidadania no mundo moderno". (Carvalho, 1993:31-32)

Por esta razão, o intervencionismo estatal deve conter aquilo que ele denominava o supercapitalismo, que ocasionaria problemas inevitáveis, como a pobreza artificialmente construída, a concorrência desenfreada e outras mazelas sociais. Nesse sentido, o país precisaria ser preparado para sua modernização controlada. Haveria que constituir um mercado nacional único, da mesma forma, uma "democracia de opinião organizada". Como salienta Antônio Paim: "Oliveira Vianna também tinha razão quando imaginava que a intervenção do Estado para constituir o mercado único e fazer eclodir o crescimento, industrial diversificaria a sociedade".(Paim Apud Moraes, 1993:305)

Ora, parece-nos que as lições do "mestre" ao general Golbery se aferram precisamente a estas idéias das limitações do liberalismo político, do problema da unidade nacional - reforçada pela estratégia da Segurança Nacional -, a forte centralização estatal, orientando-se para uma política social que promovesse a diminuição das desigualdades sociais, assim como a forte desconfiança das classes proprietárias em nosso país. Mais ainda, a tão propalada dialética entre centralização e descentralização, com as devidas mediações, adviriam das reflexões de Oliveira Vianna. Como nos lembra Odália: "A descentralização estatal seria o aprofundamento dos elementos negativos da dispersão e da centrifugação. O Estado centralizador e autoritário, segundo Oliveira Vianna, é uma imposição que decorre das nossas condições naturais e de nossa formação histórica". (Odália, 1996:133)

Do discurso viannista, o general Golbery vai se reportar ao movimento oscilatório entre a centralização e a descentralização do poder no Brasil, pinçando seus elos em vários momentos, desde a fase colonial, a imperial e ao longo da experiência republicana. Seguindo os passos de Oliveira Vianna, ele ressalta, a visão dominante prevalecente na fase colonial, a defesa da unidade, contrastada ao fatalismo geográfico, causador da pulverização e da dispersão da sociedade e, por conseguinte, também do poder político. A questão fundamental que se colocava era a conciliação entre o princípio de unidade do poder político e a tendência regionalista e desagregadora. Havia um vasto território com uma pobre circulação de pessoas e organização política. No Império, a atuação dos estadistas se orientara no sentido de manter a unidade política. Como escrevia O. Vianna:

"Uma luta heróica e contínua em prol da unidade nacional contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos".

Golbery chamava atenção para o fato de que a idéia de descentralização política em Oliveira Vianna, vinha com energia para modelar as novas instituições políticas. Relembra, como exemplo disso, as tentativas de descentralização que aparecem no *Código do Processo* de 1832, pela via do municipalismo e a subsequente via do provincialismo, derrotada pela reação conservadora de 1840. Segundo Golbery, seguindo os ensinamentos do Oliveira Vianna, acreditava que em nosso século se realizaria plenamente as indicações sugeridas pelo mestre da atuação das forças centrífugas do provincialismo e do localismo, promovendo a integridade territorial. Daí, "A República surgiria, pois, sem maiores abalos, aos olhos de um povo alheio e bestificado, para tentar novamente, no quadro agora de uma circulação melhorada, a velha equação colonial: manter-se a 'integridade da nação pela fragmentação do poder', como diz o mestre". (Golbery, 1981:10)

Esta questão da *dialética* de centralização-descentralização, também foi tratada pelo general Geisel, em seu discurso dirigido aos novos governadores eleitos, em 1975:

"O Brasil, desde a implantação da República, é uma nação federativa em que se respeita e cultiva a autonomia dos estados, como se proclamam e reconhecem as vantagens do *municipalismo criador*. Não se conseguiria, entretanto, esgotar nessa fórmula, necessariamente abstrata e genérica, o dilema, sempre presente e de *equilíbrio* continuamente mutável, entre centralização e descentralização administrativas. Mestre Oliveira Vianna, em estudos da evolução das instituições políticas brasileiras, mostrou bem *a eterna oscilação* entre esses dois pólos da centralização mais rígida e da descentralização mais elástica que teria balizado períodos sucessivos da vida nacional e, numa visão geopolítica desses fatos históricos, assinalou a importância do *fator circulação* através de base física tão imensa".*(Apud* Golbery, 1981b:467. Grifos nossos)

Todavia, a herança do nosso conservadorismo clássico não está somente nas mãos do conservadorismo militar. Ela também é reclamada por outra corrente, precisamente, a do nacionalismo de talhe trabalhista, liderada pelo *isebiano* Guerreiro Ramos. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi fechado em 13 de abril de 1964, por decreto assinado por Paschoal Ranieri Mazzilli, fiel escudeiro das hostes golpistas. Guerreiro Ramos também reivindica a *herança*, que resume nas formulações: *1)* há que traçar o itinerário de nossa história nacional por meio dos traços que a singularizam; *2)* a ausência do povo em nossa formação deriva de nossa extração colonial, o que explica ao largo de sua existência a vacuidade da vida pública; *3)* estas razões históricas explicam a passividade do pouco dada a ausência de um sentimento coletivo nacional; *4)* daí, a influência decisiva no plano político de nossos homens públicos.

O sociólogo baiano retrabalha as conceituações desenvolvidas por Alberto Torres e Oliveira Vianna no que tange à incapacidade política das camadas populares em decorrência de nossa heterogeneidade social. Esta ausência de sociabilidade orgânica e de tradições culturais, que escanteia a formação do povo, propicia à nobreza da terra, o seu

papel dirigente: "Salvo uma pequena elite diminutíssima, o brasileiro, em geral, nunca consegue elevar-se, na sua atividade quotidiana e normal de cidadão e de homem político, à consciência e ao sentimento da sua comunidade nacional". (CPB,6ó/Beth,l 18)

Nesse "país sem povo", uma elite de origem republicana, sem consideração por nossas particularidades, transplantou o ideário liberal, modelo inteiramente estranho à nossa realidade, incidindo no "idealismo utópico". Guerreiro Ramos, assumindo a perspectiva viannista, defende o "idealismo orgânico", que se funda em nossas próprias experiências e se ajusta à condição da própria realidade histórico-social. A sua conclusão é clara: com a fragmentação e dispersão das camadas sociais em nosso imenso território, não há como ter articulação dessas partes, a não ser pela constituição de um denso mercado interno, um sistema de transportes e comunicações consistentes. Sem isso, não pode haver povo. Todavia, com a evolução nacional, Guerreiro Ramos avalia, apontando para a nova realidade da industrialização, na obra *O Problema Nacional do Brasil:* "Fomos, até recentemente, um país sem povo. Esta categoria histórica - o povo - não se verifica senão a partir de determinadas condições que não existiam no Brasil, até data não muito remota". (Rago, 1992:121)

Guerreiro Ramos, portanto, acredita que desde meados da década de 50, com *o* surgimento da categoria "povo", a sociedade brasileira estava no patamar da modernidade. A constituição do mercado interno com a industrialização acelerada promovida pelo estado, que precedia à solidariedade moderna, teria resultado na configuração de uma classe trabalhadora moderna, com instituições sindicais e previdenciárias, assim como, uma burguesia empreendedora com interesses voltados para o consumo interno. "O povo é uma realidade social englobante que ultrapassa o âmbito exclusivo de toda classe. É constituído majoritariamente de trabalhadores, mas se compõe também de elementos oriundos de outras classes e categorias". (Ramos, 1960, 224)

O povo aparecendo, a partir de então, no cenário nacional, permitiria a formação de uma sólida aliança de classes, dadas as condições fundantes de seu estatuto, a saber, a constituição de um mercado interno e a ampliação da produção de bens de capital. No passado, numa estrutura agro-exportadora, o papel dirigente tinha ficado à mercê de uma elite minoritária. Agora, com o "advento do povo", tornava-se possível refletir e atuar objetivamente sobre a "realidade nacional". Se, à vacuidade das motivações coletivas, correspondia a "razão científica", agora, à configuração concreta de uma nação com povo, corresponderia uma "razão sociológica". Com o intercâmbio econômico entre regiões antes dispersas, o sistema de transportes e a incorporação da população rural no circuito monetário, consubstanciando verdadeiramente um mercado interno, o nacionalismo se tornava um fato sociológico.

Mais do que isso, o nacionalismo que propugna por um capitalismo autônomo tem a desempenhar um papel revolucionário. Como escreve Elisabeth Juliska: "Na justificação do seu projeto, o sociólogo baiano volta a afirmar que o nacionalismo vem a ser a reivindicação dos povos que não teriam conquistado plenamente a soberania nacional, o que pressupõe, na visão do autor, o esforço de toda a comunidade pela consolidação do

desenvolvimento capitalista autônomo; consequentemente, o conteúdo do nacionalismo expressaria uma ideologia revolucionária, já que a autodeterminação nacional seria um atributo histórico adquirido mediante 'luta, audácia e iniciativa'." (Rago, 1992:127)

Nesse sentido, a *herança* é atualizada e se orienta para uma vertente *democrática* da edificação de uma capitalismo nacional, autônomo e popular. Segundo Guerreiro, a ideologia nacionalista seria o aríete para se consolidar a revolução industrial no Brasil, uma vez que teríamos um estatuto material bem abaixo de nossas potencialidades e só com o poderio das massas populares, organizadas politicamente, o desenvolvimento capitalista se tornaria pujante. Não sendo uma "fábrica de ideologias", como o ISEB foi estigmatizado pela *analítica paulista* - que, pressupõe estarmos diante de uma ideologia dominante mascaradora dos antagonismos sociais, produto de uma *falsa consciência* - o nacionalismo de Guerreiro Ramos se contrapõe ao "nacionalismo utópico".

O que vem a ser os conteúdos desse nacionalismo entreguista? "O nacionalismo utópico se caracteriza pela cegueira à lógica material das situações constituídas. Muitos entreguistas objetivos são subjetivamente nacionalistas utópicos. Preconizam, por exemplo, um regime de portas abertas aos capitais estrangeiros, sem discriminação, acreditando sinceramente que sejam quais forem os seus lucros, só desta maneira o País pode desenvolver-se. Para os adeptos deste nacionalismo, existe o fato econômico puro. Descuram de que todo capital é político. Os capitais estrangeiros controlados pelos trustes, ao entrarem num país, não se conduzem num espaço econômico puro ou abstrato; ao contrário, afetam todo o sistema social e, principalmente, fazem política, no sentido de assegurar cobertura institucional para os seus interesses, necessariamente anti-nacionais. Só num plano de cogitações acadêmicas, abstratas, os capitais dos trustes podem parecer fatores econômicos politicamente neutros. Concretamente, são políticos e por conseqüência desnacionalizantes". (Ramos, 1960:249)

Em suma, a perspectiva desnacionalizante da segurança nacional se aproximaria desse outro nacionalismo. Na verdade, um nacionalismo ilusório, que acredita no *capitalismo associado* como forma de superar rapidamente as mazelas do subdesenvolvimento. Ledo engano. Somente a *revolução nacional* poderia provocar uma mudança de qualidade em nosso patamar histórico. "Sua maioridade histórica exibe-se na aptidão que revelam para libertar-se de posições caudatárias. A firmeza de tal conduta supõe uma perfeita articulação das instâncias de poder com as massas populares". (Ramos, 1960: 37) De outra parte, ainda segundo Ramos, não há sistema de segurança nacional que possa ter neutralidade ideológica: "A segurança nacional não é abstrata. É sempre a segurança de uma nação tal como existe concretamente, numa época determinada. Ora, atualmente, há um Brasil em caducidade e um Brasil em estado nascente. De qual deles se trata de elaborar a política de segurança nacional? Eis a questão que se apresenta diante de nós com toda a nitidez". (Ramos, 1960: 52)

Segundo Guerreiro Ramos, o Conselho Superior de Segurança Nacional se voltou de forma mais acentuada para os problemas de natureza econômica, tornando-se "uma espécie de vigilante do desenvolvimento". Nessa direção, sua atividade especial se orienta

para que o capitalismo brasileiro se defenda dos interesses particulares e anti-nacionais do capital estrangeiro.

"No Brasil de hoje, o ponto de vista básico da segurança nacional é o do capitalismo brasileiro. Incumbe-lhe participar da política geral que o defenda contra a ação adversa de fatores internos e externos. (...) A nossa segurança nacional não é a de um país economicamente amorfo ou abstrato, mas a de um país que iniciou sua revolução burguesa. Por conseguinte, se é inevitável que a segurança nacional tenha uma ideologia, essa ideologia só pode ser a da revolução industiial brasileira em processo". (Ramos, 1960:61)

A consciência nacionalista de Guerreiro implica a plena realização do processo de industrialização do país, que atenda às necessidades e demandas internas da maioria da população brasileira, por este motivo cabe ao poder nacional garantir todas as atividades que impulsionam o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que neutralize os interesses anti-nacionais. "A equação do desenvolvimento de um país como o Brasil não pode resolver-se sem a interferência do Estado. Entregues a própria lógica, os capitais privados não se comportam de acordo com as exigências de inversão de uma economia em desenvolvimento dependente de aplicações de lenta maturação e das mudanças sempre' arriscadas das correntes de abastecimento de nosso mercado consumidor. O tempo do Estado, como organizador da comunidade, não é o mesmo do capital privado. Não se trata, pois, de anular a iniciativa privada. O desenvolvimento lhe abre, ao contrário, amplas oportunidades, deixando-a livre e encorajando-a em tudo aquilo que não prejudique a taxa desejável de formação interna de capital". (Ramos, 1960:69)

Guerreiro Ramos está, pois, explicitando sua ideologia nacionalista buscando delimitar um projeto de autodeterminação nacional, de afirmação de um capitalismo autônomo. Considerava como contrário a estes objetivos nacionais "todos os fatores internos que contribuam para a formação de pressões psicossociais, políticas, ideológicas, institucionais e econômicas tendentes a debilitar o capitalismo brasileiro". (Ramos, 1960:70) O mundo vivia uma conjuntura cheia de incertezas e o Brasil deveria entender a lógica do presente para se alinhar com aqueles países com problemas idênticos e que pudessem compor uma ação conjunta para inclusive agravar os desequilíbrios e, com isso, diminuir as barragens unilaterais dos interesses hegemônicos. Nesse sentido, "para acelerar essa transição, temos de compor novos termos de complementaridade política e econômica, principalmente com os países latino-americanos, embora sem exclusão de outros que sofrem dificuldades semelhantes às nossas". (Ramos, 1960: 72) O divisor de águas estava posto: o "nacionalismo orgânico" e o "nacionalismo utópico" iriam se enfrentar na questão da posição democrática e da posição autocrática.

Vários intelectuais conservadores produziram e refletiram sobre as doutrinas geopolíticas. O general Geisel gostava de citar os trabalhos de Golbery e Carlos de Meira Matos. É interessante reter que ele reconhecia valor nas doutrinas geopolíticas, porém salientava a importância decisiva da esfera econômica sobre as demais. "A geopolitica acaba dizendo que a história da humanidade é dada pela conformação geográfica, inclusive com relação

aos oceanos. Conclui que o centro, do mundo, por exemplo, é a Rússia. Essa é a área forte do mundo, que vai dominar **o** resto, pela sua posição. Já os países marítimos são prejudicados. Há uma série de outras doutrinas de origem alemã que também se baseiam no determinismo geográfico. (...) Mas creio que **o** problema do Brasil é, principalmente, econômico. Dele derivam os demais, inclusive **o** social. A fome do povo, **o** desemprego do povo, os assaltos, os roubos, **o** tráfico de entorpecentes têm a sua raiz na nossa deficiência econômica. Seremos uma nação de maior expressão se conseguirmos desenvolver a nossa economia. E é no Hemisfério Norte que há mercados, tecnologia, ciência, tudo **o** que nos interessa e é necessário para o nosso desenvolvimento. Isso não quer dizer que se ignore o resto, mas numa escala de valores dou preponderância ao Hemisfério Norte, independentemente de considerações geopolíticas". (Geisel *apud* D'Araujo & Castro, 1997:354-5)

*A **Visão** do **Mundo de Golbery do Couto** e **Silva***

"Viver perigosamente!" Esta afirmação não é uma máxima de nenhum pensador irracionalista, niilista de extração fascista. Ela, poderíamos dizer, está no núcleo basilar das formulações do arquiteto de um Estado burguês dotado de uma ideologia da segurança nacional. "Viver perigosamente. É que isso, afinal, é o próprio de toda a vida na natureza, é o próprio do homem em meio da sociedade, é o próprio do Estado também nesse mundo que ainda o circunda", escreve o general Golbery em sua obra *Planejamento Estratégico.* (Golbery, 1981:403)

Contudo, à esta máxima - "viver perigosamente" - corresponde um pressuposto próprio à condição humana: o "medo". Segundo Golbery, em toda a história humana, o indivíduo humano-societário possui esta dimensão - o medo - que lhe permite enfrentar as mais diversas situações que o atemorizam, seja com relação à natureza seja com relação às próprias relações sociais. A violência é a contraface desse traço insuprimível da condição humana.

Em nossa história atual, a constelação formada de Estados-Nação, as múltiplas unidades nacionais, que constituem os átomos desse corpo que é o mundo contemporâneo. Um mundo regido sob tensão permanente, que gera a insegurança generalizada de uma guerra permanente travada por duas forças antagônicas: capitalismo *versus* comunismo. Não há mais - para nenhuma dessas unidades nacionais - a possibilidade de se situar *fora* dessa guerra permanente. O mundo tornou-se interdependente. A escolha política dos campos polares está agora no centro das decisões dos poderes nacionais. Capitalismo ou comunismo, assim está posta a questão.

O medo agora universalizado, a insegurança agora generalizada, acometem a todos, do indivíduo aos grupos sociais, das classes às nações. O medo de novo tipo está, em nosso presente histórico, na raiz da destruição do mundo ocidental: o comunismo internacional.

O poder materialista almejado pelo comunismo traz em si a destruição de toda a "civilização cristã e ocidental". Trata-se, doravante, de armar uma defesa desta tradição, planejando a Segurança Nacional, traçando as diretrizes econômicas do desenvolvimento do capital para o fortalecimento do próprio Estado-nação, com a plena realização da sociedade capitalista e a institucionalização de uma eficaz política de segurança nacional. Portanto, segundo esta filosofia política, vivemos sob o medo constante da "ameaça comunista", da destruição de uma "civilização" por um poder "totalitário", vivemos perigosamente num mundo conturbado pela presença do comunismo. A melhor resposta a isso é o alinhamento incondicional com a força máxima desse capitalismo, os Estados Unidos. Esta aproximação implica apoiar o guardião da tradição democrática do Ocidente, assim como, potencializar o capitalismo brasileiro por esta cooperação.

O medo, cerne dos dilemas cruciais que envolvem a natureza humana, gera a necessidade da estruturação social da segurança dos indivíduos e dos Estados, por essa razão, Golbery tematizando com as análises hobbesianas sobre a necessidade lógico-racional do Estado, pode também propiciar a emergência de um tipo de "cesarismo". Ditaduras pessoais que se desenvolvem nesse campo de insegurança gerado pela própria natureza humana. Vejamos essa análise em seus próprios termos:

> "O Estado soberano, surgido das fontes profundas do Medo para prover a segurança individual e coletiva na terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escorreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. E, assim, em Hobbes encontrariam, ao seu inteiro dispor, os defensores do autoritarismo mais rigoroso - todos os déspotas futuros, esclarecidos ou não; os senhores da guerra; os novos Césares, no tumulto de suas ambições insofridas; as minorias usurpadoras e tirânicas - inteiramente modelada, em linhas inflexíveis e rigorosas, a teoria que lhes absorveria os desmandos e lhes encobriria os caprichos insanos, enquanto se pudessem manter pelo poder da coação, como governos de fato." (Golbery, 1981:361)

A reflexão contemporânea sobre a politicidade e a razão política, nessa quadra histórica, tem sido freqüentemente uma visitação à possibilidade de corrigir os seus defeitos, de alcançar à sua perfectibilidade. Há que reconhecer, no entanto, que, "Por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade". (Chasin, 1993: 84) *No Manifesto Comunista,* Marx pôs a questão em seus devidos termos, quando especificou que o estado do capital nada mais era do que um comitê estruturado para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa. Considerava a política como um esfera inessencial à autêntica emancipação humana, na verdade, um poder usurpador, que controla e subjuga as forças vivas da sociedade civil. Nesse sentido, "Ao identificar a natureza da força política como *força social pervertida e usurpada,* socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas

às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por conseqüência, incapazes de auto-regulação puramente social". (Chasin, 1995: 368)

Em sua critica onto-negativa da politicidade, Marx apontava para uma contradição insuprimível entre a racionalidade da política e sua determinação real. Esta passagem extraída de suas *Glosas Criticas ao Artigo o Rei da Prússia e a Reforma Social*, explicita esta contradição:

> "A menos que suprima a si mesmo, o estado não pode suprimir a *contradição* entre o papel e a boa vontade da Administração de um lado, seus meios e seu poder doutro. Ele repousa sobre "está contradição. Ele é fundado sobre a contradição entre a vida *pública* e a privada, entre os *interesses* gerais e *interesses particulares.* Por conseqüência, a Administração deve-se limitar a uma atividade *formal e negativa,* pois seu poder pára precisamente lá onde principia a vida civil e seu trabalho. Em verdade, *a impotência é a lei natural* da Administração, quando ela é posta diante das conseqüências que resultam da natureza anti-social desta vida civil, desta propriedade privada , deste comércio, desta indústria, desta pilhagem recíproca das múltiplas esferas civis. Pois este esquartejamento, esta baixeza, esta *escravidão da sociedade civil* constituem o fundamento natural sobre o qual repousa o estado moderno, do mesmo modo que a sociedade civil da escravidão é o fundamento natural do estado antigo. A *existência do estado e a existência da escravidão são indissociáveis.* (...) Para findar com a impotência de sua Administração, o estado moderno deveria findar com a vida privada de hoje. Se quisesse suprimir a vida privada, necessitaria suprimir a si mesmo, pois é unicamente por oposição à vida privada que o estado moderno existe". (Chasin, 1984:50)

Contraposta a isto, a razão golberiana da política enfatiza a necessidade de sua positividade para alcançar o rumo verdadeiro de nossa nacionalidade, por meio de um núcleo decisório capaz de potencializar o Estado-nação, e com isso, superar o atraso histórico do subdesenvolvimento, com suas mazelas sociais, e assim, adentrar nesta constelação de unidades nacionais, como força de combate ao comunismo e posicionando-se na defesa das tradições da civilização ocidental.

Virtú e Fortuna, a política deve visualizar, a partir das determinações inscritas na própria circunstâncias históricas, as diretrizes apropriadas para a edificação do "Poder Nacional": a sociedade organizada pelo poder estatal. O que vem a ser esta política?

> "Em contraposição, Política, em sua dimensão mais exaltada, é política de toda uma nação, do Estado-nação em que esta se corporifica e que a representa perante o mundo - mais ainda que política de qualquer outro grupo ou coletividade humana, inclusive alianças ou coligações de nações sejam de que tipo forem, já que, para todas estas, a política

> deriva do consenso geral ou da dominância de uma sobre as demais, em caso algum sendo, portanto, autônoma e livremente responsável. No quadro nacional - de máxima amplitude real, portanto -, momento supremo situa-se na definição dos próprios objetivos nacionais a serem alcançados, seja em permanência, seja apenas durante fase contemporânea mais ou menos limitada no tempo, à qual, reduzidos, especificamente se refiram.
> Mas uma causa é aconselhar, assessorar; outra, bem diferente, a tomada de decisões de Governo. Esta, ato solitário quase sempre dramático, podendo até mesmo ser trágico, e implicando a consciente aceitação de graves e indivisíveis responsabilidades, é sobretudo um ato de vontade, da *virtii* maquiaveliana, manifestação de caráter e ímpar testemunho de coragem moral, muitas vezes. Enquanto à primeira faz-se apelo apenas a qualidades de inteligência, bom senso, discrição, confiabilidade e capacidade de persuasão, todas nobres por certo - não tão singulares e excelsas, porém." (Golbery, 1981:457-8-9)

O projeto de construção do "Brasil-grande potência" terá que enfrenta;, necessariamente, os "pontos de estrangulamentos" do desenvolvimento retardatário e das desigualdades regionais do capitalismo brasileiro. Por esta razão,

> "O Brasil é, por outro lado, uma nação em crítico e ainda rudimentar estágio de seu desenvolvimento econômico e social e, pois, um país potencialmente agredido que se situa na periferia retardatária de um mundo em vertiginosa ascensão para novos e revolucionários padrões e cujo dinamismo potente, incoercível, fatal, ameaça transbordar por todo o planeta, submergindo, numa pseudomorfose aviltante e sufocadora, todos os núcleos de civilização e cultura ainda não amadurecidas e suficientemente resistentes." (Golbery, 1981:102)

O desenvolvimento capitalista acelerado é condição fundamental para a própria sobrevivência do país e sua nobre função no concerto das nações do mundo ocidental. A articulação da segurança com a velocidade do ritmo em que se processa a acumulação do capital, é reclamada: "E, pois, o planejamento da Segurança Nacional em tais países e sua objetiva e honesta execução terão, necessariamente, de concentrar-se na aceleração desse ritmo de crescimento econômico, embora sem descurar, paralelamente, do reforçamento dos fundamentos de outra ordem do Poder Nacional - e concorrerão decisivamente para o solucionamento, em mais breve prazo, do problema crítico e angustiante do subdesenvolvimento da economia." (Golbery, 1981:24-25)

Assim, tudo em nome da segurança nacional, há que ter um planejamento estatal, cumprindo os desígnios do mestre Oliveira Vianna, a ocupação bem ordenada dos imensos espaços vazios, os *domínios* abandonados e expostos aos maus intencionados. Daí, a comparação com os *ecúmenos:*

> "Nesta pintura do Brasil que quisemos fazer antes sugestiva que precisa, temes a grosso modo delimitado o *ecúmeno* nacional, pouco mais de um terço da área total do país, e a oeste, o simples *domínio,* o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitaüzado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva. Tarefa sem dúvida gigantesca que está a exigir um planejamento cuidadoso e a longo prazo e que consumirá largos anos para sua realização, além de recursos vultuosos e de toda a ordem. Mas é -preciso .que não esqueçamos que o vácuo de poder,, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça. E, portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equiparados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais, e estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração." (Golbery, 1981:43)

Detectado o nosso eterno problema, a saber, o *desenvolvimento retardatário,* secular, profundamente desigual de suas partes, não concretizando uma nação fortemente solidária, com uma plataforma para sua segurança numa possível guerra mundial, trata-se agora de imprimir um novo andamento histórico, e, com isso, impulsionar os desenvolvimentos ancorados nas suas partes mais avançadas:

> "Passados quatro séculos e meio de nossa história, somente o *heartland* central, portanto, vai atingindo, o seu destino geopolítico de vasta área de condensação ecumênica, *centro de propulsão econômica,* encruzilhada complexa, plataforma essencial ao futuro expansionismo para o interior. Aí se vai ultimando, assim, aquela coincidência fundamental dos espaços físico, democrático, econômico e político que ancora o poder no centro de base compacta, possibilitando-se atuar dinamicamente e, em potência. Os blocos do Nordeste e do Sul, em faces muito mais retardadas, nem mesmo se articulam ainda, sólida e seguramente, ao *heartland* central, justamente pela debilidade de sua própria ocupação interior." (Golbery, 1981:123)

A referência às reflexões de Oliveira Vianna se põe precisamente na ordenação social e espacial desses variados núcleos humanos, pulverizados geograficamente, "de forma ganglionar e dispersa". A questão de nossa unidade geográfica e política, em nome da Segurança Nacional, requer o fortalecimento de um Poder Nacional, capaz de - aproveitando-se de suas máximas potencialidades de ocupação e de recursos bélicos - organizar-se no caso de uma guerra eventual.

"Ora, o Brasil, na vastidão de sua hinterlândia", assegura Golbery, "(...) é hoje um país territorialmente satisfeito, com amplos espaços ainda quase de todo vazios e praticamente inexplorados em suas riquezas ainda desconhecidas de fato e apresentando, a saltar aos olhos, um profundo desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões de seus diversos quadrantes, os vários Brasis em que realmente se desdobra o panorama continental brasileiro. Nossa Geopolítica deverá se pois, necessariamente, nesta quadra da vida histórica nacional, ainda uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu habitat, de todo um império imenso a construir. Por enquanto ainda, a despeito da incomensurável dilatação de alcance dos meios mais poderosos de ataque, a posição do Brasil não está mal resguardada, em verdade, com relação aos centros de poder mais dinâmicos de onde poderão surgir, em qualquer época, agressões de grande porte." (Golbery, 198Ia: 169-70)

No entanto, a realidade nacional não pode mais ser pensada a não ser na constelação mundial de Estados Nacionais, numa convivência maioria das vezes em abalo sísmico, por causa das disputas e confrontos entre eles, que podem desembocar numa futura guerra no plano mundial. Há que estar preparado para tal possibilidade. Os países de capitalismo avançado tem a seu favor na guerra ou na paz, a suficiência econômica. Por isso, os países retardatários no desenvolvimento capitalista tem que correr para não perder o pé comas necessidades e contradições do seu tempo histórico. Por isso, "Se as tais imposições externas podem furtar-se, embora nunca de todo, as três, ou melhor, as duas superpotências ou verdadeiros Estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional, uma vez que a vastidão e diversidade de seus recursos lhes permite quase alcançar a *auto-suficiência econômica* na paz como na guerra - única fórmula segura da liberdade e independência absolutas -, os demais Estados e, sobretudo, aqueles que ainda não souberam, ou não puderam, valorizar o potencial latente de seu território e de sua população, pobres países subdesenvolvidos no eufemismo, nem por isso menos depreciativo, de moda hoje em dia corrente, devem antes reconhecer aquele fato como base de todos os seus planejamentos do que construir na areia movediça de um isolacionismo enganador e perigoso - pois que irreal - os planos, de antemão fadados ao insucesso, de um futuro de prosperidade e grandeza." (Golbery, 1981b: 480)

Nessas circunstâncias, nenhum Estado pode ficar sem uma boa estratégia, por pouco desenvolvido que seja, deve capturar as melhores respostas tendo no visor, o panorama histórico mundial, haja vista que "Não fará boa Estratégia o Estado que não disponha, nos dias que correm, de um sismógrafo estratégico da maior sensibilidade".

Com seu estilo barroco, o nosso *sismógrafo* continua com seus ensinamentos geopolíticos: "A sobrevivência sem qualquer dose apreciável de autodeterminação ou soberania seria em verdade, no mundo dos Estados-Nações que ainda hoje nos rodeia, apesar de certos sintomas indiscutíveis de transmutação em processo de todo o sistema, uma contradição insolúvel ou mera ficção jurídica; algo sobreviveria sempre, por certo, mas nunca um Estado, o que não significa dizer-se, em contraposição, que o próprio Estado, soberano de fato, não admita, ele próprio, autolimitações maiores ou menores de

seu poder de soberania, em benefício da paz ou da cooperação internacionais, quando não mesmo em face de certas graves ameaças de sua total destruição. Há, pois, uma gradação bastante extensa na amplitude desse atributo do Estado - simples mirada ao atual panorama internacional de múltiplas dependências mais ou menos estreitas entre todas as Nações mostra-o com toda clareza -; nem por isso, entretanto, podemos considerá-lo sequer como menos essencial." (Golbery, 1981a: 159 e 168)

Nessa busca por melhores posições no quadro das estratégias polarizadas pelas super-nações, há que se distanciar das soluções do liberalismo e do totalitarismo. O Estado liberal, o *otimista,* é uma forma de poder compassiva no tratamento.dos antagonismos e convulsões sociais, não age rigorosamente rontra as injustiças e as mazelas sociais, é uma espécie de *guarda-civil.* No pólo oposto, o Estado totalitário guiando-se com a fúria ditatorial e usando permanentemente o terror, em nome de uma superação das injustiças sociais e da miséria social, age como um *Estado-guarnição.*

O Poder Nacional, segundo as lições esguianas, não restringe a atuação das Forças Armadas, como no caso do liberalismo, mas se estrutura também nas outras esferas da sociedade, em sua linguagem, no campo psicossocial, no político, e, principalmente, no campo da economia, "nesta fase histórica de alta mecanização e tecnicidade da guerra".

Golbery atenta, nessa linha de pensamento militarista, para o fato de que a disputa pelo poder do Estado envolve sempre os interesses particulares em jogo. Setores, grupos, facções, invariavelmente, tentam se impor às outras categorias sociais comprometendo assim, internamente, os interesses nacionais. Há que ter nítido esta dimensão, na verdade, um risco característico dos embates no interior do próprio poder, mas que implicam também interesses próprios no interior de um mundo polarizado, em guerra permanente.

Nessa direção, "Poderíamos dizer que o Poder Estatal, em mãos do Governo, qualquer que seja este, em virtude de uma transferência - legítima ou de fato, pouco importa - é, sobretudo, o poder de forjar, fortalecer e aplicar o próprio Poder Nacional, com toda a sua capacidade de coação no âmbito interno e de afirmação no exterior, até mesmo pela guerra.

Acontece, bem o sabemos, que esse Poder Estatal - e com ele o seu instrumento, o Poder Nacional - pode cair sob o controle de um grupo econômico, de uma camarilha militar ou de uma facção política. Quando tal acontece, o que se passa, afinal, é que uma simples parcela do próprio Poder Nacional - e, conforme o caso, do Poder Nacional Econômico, Militar ou Político - assume o controle do Poder Estatal e, através dele, implicitamente, do emprego da totalidade do Poder Nacional, tanto na paz como na guerra. Uma parte de um instrumento assume o papel de agente e passa a empregar, provavelmente em benefício de si mesmo, o próprio instrumento como um todo." (Golbery, 1981:326 e 439)

Arrematando sua noção do Medo permanente, há a necessidade de uma estratégia política nacional, configurada a partir da correlação de forças de um mundo conturbado, pela presença constante da possível eclosão da guerra mundial, Golbery discursa: "Na era

perturbada que atravessamos, sob o signo materialista do Poder e a trágica tensão da insegurança não só política mas sobretudo econômica (Mannheim), justifica-se pois que toda a Estratégia, como Política de Segurança Nacional, se fundamenta numa análise realista do que constitui o Poder das Nações e cogite na aplicação, ao definir seus objetivos específicos e traçar as linhas mestras do planejamento que lhe compete, de avaliar o Poder dos Estados que dominam o panorama mundial e dos que integram o quadro regional. Certo é que se nãó deverão desprezar forças outras que atuam no cenário internacional mais ou menos ponderavelmente em plano supranacional, desde os interesses egoístas e inconfessáveis de grupos financeiros e econômicos organizados em trustes ou cartéis até a superior influência das grandes e generosas instituições religiosas e filantrópicas como das ideologias, construtivas ou malsãs, que" transcendem dos limites espaciais das nações. Mas, uma vez que prevalece o sistema anárquico dos múltiplos Estados-soberanos. a Nação é ainda forçosamente a *unidade de Poder* no campo internacional e, portanto, será na avaliação realista do Poder das Nações que se fundamentará a estratégia, por mais idealista que possam se alguns dos objetivos por ela generosamente visados (...) não seria também admissível - e muito mais justo talvez - caracterizar a própria Política como a arte de realizar adequação satisfatória entre os fins e os meios?" (Golbery, 1981: 263)

O vínculo destas idéias golberianas com a Doutrina de Segurança Nacional é, dessa forma, „ mais do que evidente. Golbery sinalizava para a importância da "batalha das idéias", que previamente orientaria os países, verdadeiros átomos do concerto das nações no presente. Golbery mostrava a contemporaneidade da *doutrina,* "novinha em folha, autóctone", que permitiria ao Brasil dar um passo nos assuntos estratégicos. No *Correio Brasiliense,* de 7 de agosto de 1983, declara que ela não se presta a reducionismo, porque "A doutrina de Segurança Nacional é. não raro, confundida por grupos como um conceito para proporcionar, e só, a repressão ao comunismo." Mais ainda: "A doutrina e a política de Segurança Nacional não são absolutamente um instrumento de militares para afundar o Brasil na ditadura, nem no militarismo. Dizer que é constitui mitifkação inominável. Ela não, possui princípios antidemocráticos, ranço militarista e espírito ditatorial. Nego-o com toda veemência." *(qpud Jornal da Tarde,* 07 de agosto de 1981)

Sendo que o centro dessa questão reside na superação dessa "chaga do subdesenvolvimento": "(...) o que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação de nossa infra-estrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente evolvida, a atenuação pelo menos dos graves desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos - objetivos todos, por certo, de alta essencialidade em qualquer programa de desenvolvimento econômico-social.

"Mas, se há um mínimo de segurança a atingir ou manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença, de acordo com o maior ou menor grau de probabilidade da guerra que se tem a temer, e conforme a urgência e gravidade do perigo que se há de vencer, existe também, por outro lado, um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar, de qualquer forma, em permanência. A segurança estrutura-se, pois não pode deixar de

cstruturar-sc sobre uma base irredutível de bem-estar econômico c social, nível abaixo do qual se ofendera a própria capacidade de luta e de resistência da Nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá." (Golbery, 1981b: 370)

No entanto, para os "sorbonistas" o enfrentamento da "ameaça do comunismo" num mundo entrelaçado de nações divididas e polarizadas, não deve ser entendido como a instauração de uma "ditadura totalitária", nos moldes do fascismo e do nazismo. É crível, portanto, a efetivação do "modelo democrático", mas da tradição conservadora, uma vez que, Golbery também recusa a forma liberal democrática pura. Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Alberto Torres, etc, mostraram em seus escritos a impossibilidade do liberalismo político para superar as mazelas sociais de nossa formação histórica.

Segundo o "bruxo", todavia, uma nação inteiramente escravizada não pode conduzir os seus membros a lutarem por sua liberdade. Um Estado desse tipo não conjuga as ações de indivíduos que não se consideram livres, ameaçando as próprias instituições desta dominação, para uma luta nacional.

Há que atentar para o fato de que, na versão golbcriana, não se trata de inibir inteiramente a liberdade. Uma repressão totalizante não significa que a "Segurança" esteja solucionada. Como ele acentuará: "Não se acredite, pois, que o sacrifício da liberdade possa conduzir sempre a um aumento de Segurança. Além de certos limites, a liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança. Os escravos não são bons combatentes - eis a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos. Estejamos certos de que defender a Liberdade é também, graças aos céus, alicerçar em sólidas bases a Segurança Nacional". (Golbery, 1981b:371)

No fundo, Golbery não perde nunca o "umbigo do mundo", a realização do capitalismo superproduzido em nossa formação social:

"É que para o Brasil, na hora presente, só há uma escolha: *engrandecer-se ou perecer*... desde já, a América do Sul, realmente, se encontra sob ameaças muito palpáveis que, a qualquer tempo, podem vir a concretizar-se em surtos insurrecionais, objetivando, embora não declaradamente, a implantação, em território sul-americano, de um governo favorável à ideologia comunista, e que se constitui em um grave e urgente perigo à unidade e segurança das Américas e de todo o mundo ocidental... O Brasil essencialmente depende - e quanto! Do restante do Ocidente e, em particular, dos EUA, para seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para sua própria segurança... É preciso que o Ocidente, do qual representamos, nós todos da América Latina, simples elos mais débeis, se compenetre, afinal, de que não haverá como combater, com segurança de êxito, as promessas do milênio comunista... a não ser oferecendo aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma alternativa diversa entre estagnação e miséria generalizada, de um lado, e, de outro, a industrialização, o progresso material, o poderio nacional, alcançados embora, estes, em regime totalitário, à custa de sacrifícios tremendos". (Golbery *apud* Covre, 1983: 47)

O Arquiteto da Transição pelo Alto

Golbery salientava que os "efeitos necessários" da "cirurgia revolucionária" já haviam sido esgotados, e que, portanto, haveria a necessidade de "com pauladas à esquerda e à direita" completar o processo de "abertura política" - lenta, gradual e segura -, que Geisel havia iniciado. Uma operação difícil e delicada, que nos contatos com a oposição ficou a cargo do senador Petrônio Portela. Este, enfim, era o nome civil preparado e desejado para ser o eleito num colégio eleitoral, ainda não por via das eleições diretas, porém, consumando o processo da "transição transada". É sabido que o senador Portela não pode ser testado no passo da estratégia adotada, pois, viria a falecer no meio desse processo, o agente golberiano do governo da conversão, que estabeleceu sólidas, relações com vários congressistas da oposição.

Quando preparara o nome de Figueiredo para o cumprimento da última etapa da auto-reforma do regime militar, tinha em mente que "o general era um líder no Exército e no esquema de segurança - portanto, inatacável por esse lado. Mas também era o filho de um exilado, que deveria ter sensibilidade para a abertura política, calculou Golbery. E estava certo: Figueiredo aceitou ser o continuador do projeto, e, embora confuso na maioria dos temas administrativos, nessa jogada política se envolveu mais de peito aberto do que o próprio Geisel. Figueiredo, lembre-se, afastou sistematicamente das promoções todos os nomes da linha dura, inclusive o rubicundo general Coelho Neto, cuja promoção lhe fora solicitada pelo próprio ministro do Exército, Walter Pires. AJém disso, Figueiredo aceitou a anistia quase total imaginada por Petrônio Portela e tão criticada entre os colegas da área de segurança. E, enfim, permitiu aos políticos uma liberdade e uma participação até então desconhecidas. As contrapressões vieram em conseqüência, inevitavelmente. E foi nesse ponto que Golbery pela primeira vez discordou do novo general-presidente. Ao contrário de Geisel, Figueiredo não aceitava seus conselhos de dar pauladas, também, à direita. Afinal, estavam lá os seus antigos colegas da 'comunidade'"., escrevia José Carlos Bardawil, colaborador da Revista *Senhor/340* - 22 de setembro, 1987)

0 acordo com a *Linha dura* de bloquear a investigação e punição do caso Riocentro foi imediatamente posta em prática por Figueiredo, a fim de sustar novos atos de terrorismo e atentados, e assim garantir inteiramente o comando do processo de transição, evitando-se o "revanchismo", mas impedindo o processo posto em marcha por Golbery, que já havia articulado sua denúncia com o senador Nilo Coelho. Quando o chefe das Relações Públicas, o coronel Job Santana assumia o comando do inquérito já se sabia que era uma manobra para suspender qualquer investigação que levasse as palavras do senador Nilo até às últimas conseqüências: "doa a quem doer".

Daí, nasce a longa carta endereçada ao general-presidente Figueiredo, que examinaremos a seguir. Golbery enfatizava que a "abertura" era irreversível, e rejeitada de pronto as articulações do próprio Figueiredo, para fazer seu sucessor, o chefe do SNI[7], general Octávio de Medeiros. No dia 6 de agosto de 1981, no conforto de seus livros na Granja do Ipê, Golbery recebia a visita do próprio general Medeiros, ao lado do general Danilo Venturini, para que reconsiderasse o seu pedido de afastamento do governo. O diálogo foi

duro e bastante tenso, como a imprensa posteriormente noticiou. "Pouco mais de uma semana depois, o presidente Figueiredo teve um problema cardíaco. E explicou, na intimidade: 'Meu enfarte, chama-se Golbery do Couto e Silva'. O 'bruxo' arrumara as malas, contudo. E a partir daí, só voltou à cena política para denunciar, dois anos depois, os continuístas de Figueiredo. Apoiando Maluf, ele perdeu o último jogo do poder que disputou: a eleição do sucessor de Figueiredo pelo Colégio Eleitoral em 1984. Entretanto, manteve sempre a sua aura de mito vivo da política nacional. Pois pelo seu escritório do Banco Cidade de São Paulo continuavam a passar vários políticos em busca de suas informações e análises". *(Senhor/340,* 22 de setembro, 1987:32-33)

Numa rara entrevista dada, em 1983, ao'jornalista José Carlos Bardawil, diretor da sucursal de *Senhor,* que preparava uma pesquisa do já falecido senador Petrônio Portela, Golbery falou por três horas. Ao responder se o projeto da "abertura" tinha nascido após a derrota dos arenistas nas eleições de 1974, Golbery precisou suas formulações: "A impressão que o governo Geisel tinha, que eu, o Petrônio e o próprio presidente Geisel tínhamos, era a de que um governo autoritário só se mantém enquanto é eficiente. Ele não tem legitimidade constitucional. Então, a legitimidade dele está no fatual, na prática. Ele só é considerado legítimo quando está melhorando a situação de todo mundo, enquanto está produzindo resultados aceitáveis. Agora, os resultados um dia são bons e outro dia* são maus. Sofrem influência externa, até de calamidades públicas. Então, a conclusão parece lógica: não se pode jogar toda a legitimidade do governo em cima da realização de um bom governo, porque é uma utopia. Porque haverá de chegar um dia em esse governo não vai funcionar direito. Isso já estava havendo no governo Geisel. Primeiro, já tínhamos o choque do petróleo. E, mais ainda, o problema da taxa de juros. Então, o governo começou a definhar. E na hora em que definhassem de vez, o problema da abertura ainda seria mais difícil de encaminhar. Quer dizer: quando começamos o governo Geisel, a verdade é que a abertura já deveria ter sido feita. Esse era o ponto de vista de Geisel, como era o meu, e não estávamos inventando nada porque era uma mera projeção do pensamento de Castelo Branco. Ele sempre defendeu a idéia de que o chamado período de exceção deveria ser o mais curto possível". *(Senhor 340* - 22 de setembro, 1987:35)

A estratégia estava montada. Numa situação de crise econômica que, imediatamente, afetaria a esfera social, o processo de desobstrução da estrutura repressiva seria muito mais obstaculizada pelos setores da "linha dura". As circunstâncias mais favoráveis teriam sido aquelas do governo Mediei. Altas taxas de crescimento econômico, entusiasmo das classes médias com sua ascensão social propiciada pela construção de habitações de padrão razoável, com financiamento de recursos extraídos da própria classe operária; portanto, um quadro psicossocial bastante favorável para iniciar um projeto de institucionalização do próprio sistema, com isso, afrouxando paulatinamente o esquema de terrorismo oficial. Segundo o estrategista, com Geisel do grupo castelista, dois problemas surgiram no caminho. "Primeiro, as dificuldades de ordem econômica. O choque do petróleo obrigou o governo a fazer um esforço muito demorado para absorvê-lo. Foi absorvido, mas aí veio o segundo choque e esse, por sua vez, já acompanhado do crescimento exagerado das taxas de juros. Isso, no campo econômico. E no campo

político havia um problema que é muito característico da política. Quando o sujeito está fora, ele quer andar ligeiro". *(Senhor/340,* 35)

Desse modo, é a crise da economia oligopolizada que precipita o dimensionamento da estratégia da transição pelo alto. Paulo Francis insistia nessa tônica: "É possível dizer que o regime militar se abriu com a falência financeira do Brasil... o fato nu e cru que determinou a abertura é que o Brasil mal podia pagar os juros de nosso débito. Era tempo, portanto, de devolver o poder aos civis." (Francis, 1994:10)

Era tempo, pois, de retomar o *projeto originário* abortado no governo Castelo Branco pelo projeto de "Revolução Permanente" dos componentes do grupo dos duristas. Desse modo, Golbery prefere o "sacrifício consciente". Sua renúncia tinha como objetivo atingir uma ampla reforma que atingiria os condutores da política econômica. Golbery divisava o "eterno problema", da força dos "radicais" em exigir um recrudescimento da repressão diante da recessão imposta pelo "tsar da economia", Delfim Netto. Havia também outras preocupações políticas imediatas, como, por exemplo, a cisão das correntes do PDS, da Bahia, que não aceitavam às imposições do governador Antônio Carlos Magalhães **concernente ao apoio à candidatura do presidente do Banco do Estado, Clerístón de Andrade. O estrategista tentava dar sua última cartada no convencimento de João Figueiredo. Retomemos as etapas percorridas dentro do cronograma da abertura ;** projetada, cumprida nos dois primeiros anos da gestão Figueiredo.

Há duas semanas apenas para completar os seus setenta anos de idade, o general Golbery, considerado a "eminência parda" do regime, era exonerado pelo general-presidente João Batista de Figueiredo. No dia 6 de agosto de 1981, o autor de *Geopolítica do Brasil* desenvolveu um estilo singular de política, atuando no "silêncio", mas dando direção e mediações para o exercício do poder autocrático. Suas reflexões teóricas acabaram por dar um corpo doutrinário que fecundou o grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra, conhecido como o "grupo da Sorbonne", dando sistematização e coerência à Doutrina de Segurança Nacional. Exerceu a chefia do SNI, que mais tarde a chamou de "monstro", no primeiro governo da "Revolução, posteriormente, chefiou o Gabinete Civil dos governos Geisel e Figueiredo.

A reação de sua queda deixou a oposição parlamentar apreensiva. Tancredo configurou a catástrofe: "Estamos todos perdidos". Geisel respondendo secamente, que já pressentira: "Estava com medo disso". Severo Gomes, ex-ministro de Geisel, antigo dissidente do regime, se pronunciou: "Tenho medo de que sua saída possa afetar este caminho tortuoso da abertura política". *(Folha de S. Paulo,* 8 de agosto de 1981). Num esboço de análise, o cronista desta Folha de sábado, Raphael de Almeida Magalhães buscava, nesse 8 de agosto de 1981, pontuar as razões que fizeram o "bruxo" sair de cena. "Uma crise envolvendo os mais preeminentes membros do 'politburo' que dirige o Brasil abala, como é natural, os alicerces da Nação. E mantém em estado de expectativa passiva os 120 milhões de brasileiros, que nada sabem a respeito dos motivos reais do gesto do general Golbery do Couto e Silva". Detectando o abismo profundo que separava as múltiplas parcelas da sociedade civil das decisões e conluios governamentais, o cronista salientava

"a instabilidade das alianças interpessoais que os personagens forjam para captar a confiança do príncipe e assegurar sua hegemonia no processo decisório, o que os submete a pactos e acordos que são atados e desatados ao sabor das circunstâncias, numa guerra de foice em um quarto escuro, em um exercício permanente de sedução, proteção e intriga, reprodução cabocla dos piores hábitos das cortes dos Bórgia e dos Médicis". Se .isto revelava os embates entre o general Golbery e o general Coelho Neto, na corte de Figueiredo, de outra parte, revelava também, "a fragilidade das organizações sociais, sua absoluta impotência diante de acontecimentos da gravidade do afastamento do general Golbery do Couto e Silva, formulador confesso e teórico reconhecido do denominado 'projeto de abertura' e homem da mais absoluta e total confiança e intimidade do presidente da República. (...) É inevitável que se faça a associação entre o projeto de abertura e a demissão do ministro. E se extraia, desde logo, uma conclusão pessimista - o projeto de abertura está em risco. Ou. pelo menos, os que temem o seu desdobramento tiraram do caminho uma pedra, o que lhes assegura, desde logo. maior capacidade de impor ao presidente limitações na mudança da natureza do autoritarismo".

Raphael Magalhães tocava, desse modo, no problema de fundo que opunha, mais uma vez, os embates entre as duas forças militares do bloco de poder, o "grupo da Sorbonne" e os "duristas", que se apoiavam em atos terroristas tentando inviabilizar a "transição lenta, gradual e segura". "Para compreender a natureza do conflito entre os grupos militares - os, de tendência ao controle militar do aparelho do Estado e os que preferem resguardar as Forças armadas como poder moderador, utilizando formações políticas confiáveis à frente do governo - é preciso entender que os dois grupos não aceitam os riscos de uma democracia de conflito político real. O grupo da 'Sorbonne', representado pelo general Golbery, quer um regime democrático com limitações. Mas não quer as Forças armadas envolvidas no conflito político, atuando como partido. O autoritarismo regulado, o conflito político limitado, certo grau de exercício das franquias democráticas, são tidos como necessários, desde que não envolvam a competição pelo poder. O casuísmo eleitoral é da essência dessa forma de controle e terá como limite a necessidade desse grupo demonstrar ao outro a certeza da vitória eleitoral do governo. O outro teme que o processo de abertura, a liberdade de imprensa, acabem por impulsionar um processo político não controlável, corroendo o sistema, sobretudo a escusa face da repressão, riscos desnecessários". Ao mapear as duas tendências em confronto, o analista captura, acertadamente, de um lado, a perspectiva golberiana de uma democracia controlada com o "partido militar" dando um passo atrás; e de outro, um grupo inteiramente prenhe da "revolução permanente", que ambicionava a permanência do *modus operandi* do governo Mediei.

No entanto, nessa fissura no interior da cumeeira do poder, as oposições não conseguiram dar o golpe fatal que seria possível por uma articulação do movimento de massas assentada numa plataforma econômica alternativa à montada a partir do golpe de 64. O espírito da "República Sindical" assombrava novamente. Há que reiterar esta determinação histórica do ardil do politicismo burguês, conduzido habilmente pelos militares, chamando as oposições para o campo do propalado "aperfeiçoamento das

instituições políticas", preservando o próprio "modelo econômico" implantado. Esta foi a grande vitória, afinal, da alto-rcforma da autocracia burguesa bonapartista.

De Londres, Cláudio Abramo, o antigo editor da *Folha de S. Paulo,* desalojado de seu posto por Bons Casoy, devido a pressões da própria ditadura, aponta ainda que à distância as hipóteses do afastamento do general Golbery. "Muito vagamente liga-se a inesperada saída do general Golbery à perspectiva de um certo endurecimento político a ser aplicado de forma gradualística, sem contudo se vejam as condições objetivas para isso. Um dos fatores mais eloqüentes contrários a um fechamento político 'tout court' seria a eventual inquietação que uma operação desse tipo poderia causar entre os credores brasileiros, não quanto ao fundo (o capital não tem pretensões democráticas) mas sim quanto à forma (um recuo muito acentuado pode dar certa instabilidade, o que os empresários temem). Nesse caso, a dívida de quase sessenta bilhões de dólares que o Brasil tem no Exterior estaria servindo como garantidora da paz interna e do prosseguimento do processo de uma abertura que já parece lenta demais, ou contraditória demais". O que o jornalista pôde levantar, das tensões geradas nas famosas reuniões do **café matinal do reduzido núcleo do poder autocrático, é a de que os demais componentes** discordavam do ritmo proposto pelo estrategista da "abertura política", porque "algumas concessões seriam julgadas excessivas". O interessante a registrar é o desfecho da obra do general, que esperava ao deter todas as amarras que soltas vagarosamente e sob rígido > controle, a consecução da *institucionalização da autocracia burguesa* cooptando as oposições parlamentares e a esquerda não-marxista para uma *transição pelo alto,* deixando intocável para estas mesmas oposições qualquer alternativa à equação econômica montada após 1964.

"Sua obra política", assegura o correspondente de Londres, "se completaria com as eleições de 82, o que enriqueceria sua biografia e o tornaria um dos fatores mais eficazes da volta do País ao regime democrático. Embora tenha sido ele um frio estrategista, sempre disposto a procurar esquemas de utilização facilitada, para perturbar a paz das oposições e tornar-lhes a existência mais difícil, era consenso geral atribuir-lhe uma função não apenas moderadora, como dirigida no sentido de formalizar e preencher a promessa do presidente Figueiredo de 'tornar o Brasil uma democracia'. Ficará faltando na história pessoal do general Golbery o fecho do capítulo decisivo, que seriam as eleições para deputados, senadores e governadores de Estado no ano que vem. A sua decisão de deixar o governo - e ainda mais pela forma que escolheu - é obviamente fruto da verificação de que sucessivos projetos fracassaram ou não puderam ser levados a termo, ou da iminência de fatos novos no cenário político brasileiro. As causas não terão sido imediatas, a saber, projeto político, divergência na apreciação da política econômica, saúde, etc, etc, mas sim um acúmulo de fatores adversos e condições com as quais o estrategista número um do governo julgou não poder mais conviver". *{Folha de S. Paulo,* 8 de agosto de 1981)

0 que ainda não transpareceu nestas pertinentes observações dos analistas é o posicionamento intransigente do general Golbery no episódio das bombas no *Riocentro,* que explodiram no interior do carro de terroristas do próprio exército. Golbery exigia a punição dos responsáveis, a transparência nos processos incriminatórios, que conduziria a

punição exemplar dos responsáveis diretos e indiretos. Não aceitava a omissão do general Figueiredo e a pressão dos oficiais da "linha dura". Se a questão da hierarquia e da disciplina fora uma das justificativas apontadas pelos militares para golpear o governo Jango, agora a situação estava se repetindo. O próprio poder dizia não controlar os seus terroristas do próprio DOI-Codi. A sua exoneração deve ser considerada, também, como ato de estrategista. Passaria a atuar doravante com maior mobilidade, fora do cerco imposto a ele no interior do aparato estatal. Anteriormente, sua atuação também foi duramente contestada por grupos palacianos nos episódios, tristes episódios para nossa geração, das mortes do operário Manoel Fiel Filho, dos membros da direção do PC do B, no massacre da Lapa, do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-Codi paulista, que resultou no afastamento do jcomandante do 2.° Exército, general Ednardo D'Avila Melo. Enfrentou nos primeiros meses do governo Figueiredo, a quem serviu na chefia do Gabinete civil, a resistência dos "duros", que pressionavam pela volta do "czar da economia", Delfim Netto, prevalecendo a sua posição na nomeação de seu amigo particular, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen para a Secretaria do Planejamento.

A charge de Chico Caruso publicada no Jornal *O Globo,* de I°. de maio de 1991, pegava "pesado" com o cinismo do general João Figueiredo, que transcorridos dez anos, reconhecia a participação ativa de militares no atentado terrorista, felizmente, fracassado no *Riocentro.* A charge reproduzia dos planos históricos nesse espaço de dez anos. 1981. O puma do sargento Rosário aparece sem a porta, com estilhaços no chão um corpo estendido caído tal como a foto divulgada pela imprensa a época da explosão da bomba no colo do sargento. I°. de maio de 1991. O general Figueiredo tenta apagar as velinhas do décimo aniversário do atentado, porém, mesmo assoprando-as não consegue apagá-las. Os dizeres flagram o cinismo: " - É ... essas são daquelas que não apagam..."

A memória não pode apagar o incidente dos explosivos montado a partir dos próprios terroristas do Estado brasileiro, do DOI-Codi, que pretendiam assassinar milhares e milhares de pessoas num show musical organizado pelo CEBRADE, com os comunistas a frente, Niemayer, e os cantores progressistas Chico Buarque de Holanda e Paulinho da Viola.

"O General Golbery tinha razão quando disse ao Presidente Figueiredo que o atentado do Riocentro, em 1981, foi obra de militares: o Coronel Leo Frederico Cinelli, que em 1981 era o chefe da Segunda Seção do I Exército, afirma que os atos terroristas do início da década foram feitos por 'organizações do sistema contra o próprio sistema, para beneficiar algum grupo'. Cinelli conta que, quando assumiu no Rio a Chefia da Segunda Seção, avisou que investigaria todos os atentados, o que fez com que seus autores resolvessem se concentrai 'numa ação de grande impacto' - o *Riocentro.*

O exército vai criar dentro da Brigada Pára-Quedista, no Rio, um Batalhão de Forças Especiais - os 'boinas pretas', que têm treinamento de sobrevivência na selva - para tomar o lugar dos DOI-Codi. Um ex-comandante do DOI acha perigoso usar forças especiais nesse tipo de ação e argumenta, em defesa de um treinamento mais especializado, que Carlos Lamarca não teve dificuldade para roubar um caminhão e fugir, em 1970, do Vale

do Ribeira. O caminhão era de um destacamento comandado pelo então Coronel Leônidas Pires Gonçalves." (Bierrenbach, 1996:173) - 27 de setembro de 1987

A relação de reciprocidade entre segurança e desenvolvimento deve ser de tal modo para que haja uma harmonização entra as duas dimensões. A descompensação de uma ou de outra age no sentido de causar avarias no sistema. Tal como um navio de guerra atingido em um de seus lados. A lógica do estrategista reproduz um orientação inscrita na própria ideologia imperialista dos Estados Unidos, segundo a qual não pode existir uma democracia duradoura sem que o capitalismo esteja altamente desenvolvido e cristalizado nas crenças e comportamentos dos indivíduos de uma nação. .Caso contrário, o navio afunda. Os comunistas se aproveitariam do "quanto pior, melhor", a pobreza e a miserabilidade, que poderiam ensejar uma atração da ideologia marxista, para salvação desse mundo. Por isto, há que incorporar nas mentalidades e na própria estruturação institucional de um país: A condição para o sucesso da *segurança* está atrelada ao sucesso do desempenho da economia capitalista, o *desenvolvimento*.

A personalidade do general Golbery do Couto e Silva mereceria não um capítulo, mas uma autêntica biografia política, pois, trata-se de um dos principais construtores da doutrina de segurança nacional, de uma estratégia nacional, que projetava a transformação do Brasil numa "Grande Potência", sob a tutela das Forças Armadas. O "bruxo" do sistema de poder, seu principal ideólogo, de posse das realizações do regime instaurado em 1964, por um golpe de estado, traçava três períodos. O primeiro, corresponderia à ação "defensiva" dos golpistas, ele diria, dos "revolucionários". Uma longa preparação para desarmar o projeto do "trabalhismo", janguista ou brizolista: a famosa "República sindical", vista como anárquica e demagógica, porta de entrada para o comunismo de Prestes. Recorde-se que na visão dessa corrente militar, a *Revolução de 30* é louvada e engrandecida pela pretensão de construir uma sociedade industrial desenvolvida, um capitalismo autônomo e soberano, rompendo com as partes desiguais e divisões regionais, integrando-as num todo nacional coeso. O *getulismo de massa* - principalmente, em sua herança mais radical, o *brizolismo* -, era de fato uma tendência inscrita na tradição revolucionária que tinha de ser extirpada. Na outra ponta do leque das forças, haveria que extirpar também, o extremismo de esquerda, com sua ideologia exótica radical, o marxismo. Nesse passo, a convivência com o extremismo de direita teria que ser inevitavelmente contornado. Caso contrário, ao evitar o "totalitarismo de esquerda", o país poderia cair nas mãos do "totalitarismo de direita".

No segundo período, a necessidade de um "regime autoritário" permitiria a realização de uma "operação limpeza", subtraindo do cenário político e sindical, as forças que representavam o antigo regime, as forças do trabalhismo e da subversão comunista. As idéias centrais do combate à corrupção e do combate à subversão permitiriam a edificação nacional de uma sociedade sem entraves para o seu desenvolvimento integrado com a instauração de uma "política de segurança" embutida em todas as instituições sociais brasileiras. A *ideologia* da "Segurança Nacional" se tornaria, desse modo, em *práxis*. Os limites e barreiras ao capital estrangeiro, por sua vez, deveriam ser removidos com a "limpeza" e, fundamentalmente, com a repressão e desorganização sobre a organização,

os movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Impõe-se, como necessidade ditada pela realidade "nacional", uma ditadura do capital sobre o trabalho, uma ditadura armada contra os "inimigos internos". O financiamento do "projeto" dependia umbilicalmente da entrada de capitais estrangeiros sem limites e com a estabilização política, o fim da ação independente das massas com um projeto alternativo à *ideologia **64.***

O controle da História se faria de forma absoluta, ainda quando diziam que tudo dependia da relatividade própria às circunstâncias, com a instauração de uma democracia dos proprietários nacionais aliados à lógica da dominação mundial do capitalismo sobre o suposto comunismo, com as regras balizadoras da "Segurança Nacional". Na guerra subversiva permanente a que o mundo estava sujeito, as Forças Armadas estariam equipadas, organizadas e tutelando os poderes de uma democracia restringida.

Carta de Golbery a Figueiredo

Há que registrar as passagens de sua famosa Carta a Figueiredo, no qual rompe com a conduta oportunista de Figueiredo. Isto não significará certamente uma fuga da missão a que tinha se proposto. Não era uma simples retirada. Mas um recuo tático. Porque a ordem era dar mais ritmo ao processo de auto-reforma.

"Há cousas que só devem ser ditas com nitidez, franqueza e precisão. Por isso, é sempre melhor escrevê-las. Eis a razão desta nota, com que espero não importuná-lo. Lida com a atenção que requer, talvez seja melhor destruí-la, dada a natureza do que nela se contém. O lamentável caso do *Riocentro,* em seqüência a outros episódios de menor relevância (bancas de jornais, *Tribuna da Imprensa,* atentado contra o deputado Genival Tourinho, em Brasília, etc.) ou gravidade muito maior (OAB), tem evoluído de maneira até mesmo mais favorável e discreta do que se poderia esperar ao começo. Tudo indica que o IPM, não divulgado mas ainda do qual a nota dada à imprensa pelo encarregado - bem lançada, aliás - parece dar idéia satisfatória, substanciará as conclusões finais de ter havido crime na área de competência da Justiça Militar, mas de não existirem elementos suficientes à indicação dos culpados. Exagero, o seu tanto ridículo, foi a tentativa de apresentar seus dois participantes como vítimas de criminosos desconhecidos e embuçados...

Até o momento, bem parece que o divulgado atendeu ao que era desejado, sem graves comprometimentos. As reações da opinião pública - imprensa, políticos, associações, etc. - foram, como se esperava, atenuadas pelo reconhecimento dos perigos maiores de qualquer atitude radical, capaz de prejudicar o processo de abertura democrática, reconhecido, mesmo de público, que o essencial é não torpedear a realização das eleições diretas marcadas para 1982. Alguns comentários mais fortes, agressivos ou persistentes correrão certamente por conta do momento especial - véspera de largo período de recesso parlamentar, provável vazio de notícias ou desejo de alguns de marcar posição para futuras atitudes e ações. Não há por onde confiar em que, tornadas irreversíveis as

eleições e desencadeada a campanha política, não venham a surgir ataques fortes, violentos e mesmo irresponsáveis contra o governo e as autoridades quanto à conduta seguida no episódio. E isso poderá levar - ampliando-se até justas suspeitas ou falsas deduções a toda a série de atos de terrorismo antecedentes, graves alguns - pela natureza dinâmica das ações e reações em cadeia de maior radicalização, a situações de gravidade e conseqüências imprevisíveis.

Daí convir - impor-se, na verdade - que algo se faça desde já, com vistas a evitar ou atenuar tias repercussões futuras.

Por outro lado, não cabe confundir com a branda e aparentemente compreensiva reação de agora - mesmo que o venha a ser' efetivamente - em face da divulgação das informações, com a *convicção generalizada* acerca do ocorrido. E esta é a do envolvimento dos dois militares vitimados na prática da ação terrorista frustrada, mas altamente temerária.

E para quem sabe, como nós, com base em informações de fonte altamente fidedigna (não utilizáveis, embora, em qualquer investigação formal ou processo criminal), que tal convicção tem fundamento real mesmo - problema muito mais grave e que não é apenas um problema de consciência, exige decisão lastreada no conhecimento da verdade dos fatos. Decisão nunca protclatória, nem retardada, muito menos ambígua.

Verdade indiscutível é que um grupo radical, minoritário apenas, irresponsável e adepto de práticas terroristas - como aliás o qualificou o presidente em sua entrevistas a jornalistas peruanos, não faz muito - se não dominou ou controla, pelo menos infiltra os órgãos vulgarmente chamados DOI - Codi e, desde aí, acoberto dessas organizações e valendo-se, assim, de grandes facilidades e larga soma de poder, desencadeou ações terroristas múltiplas obedecendo a linhas hierárquicas distintas das legais e legítimas e que se estendem não se sabe até que níveis superiores dos escalões governamentais. Certo parece, por exemplo, que o comando do I Exército está fora do circuito. Por um lado, operando em terrenos afins, com amplas atividades de informação e contra-informação órgãos mais vinculados à Presidência deverão achar-se de alguma forma envolvidos, uma vez que o simples saber ou *desconfiar* da intenção da prática de atos terroristas por parte de terceiros implica, em muitos casos, certa dose de responsabilidade pessoal para quem busque intervir, seja mesmo para a contenção ou fazê-los abortar, ou sequer omitir-se de qualquer providência.

Como quer que seja, a convicção bem generalizada que os chamados 'DOI Codi' - por elementos como o capitão e o sargento vitimados, pelo menos - tiveram participação ativa na autoria do atentado frustrado coloca o governo e , infelizmente, o próprio presidente - por mais que se tenha conseguido colocá-lo fora do quadro decisório, apenas do ponto de vista *exclusivamente formal* - num dilema inescapável: ou a incapacidade da ação repressora, por falta de autoridade efetiva, ou complacência e comprometimento de fato, em grau maior ou menor, no intento terrorista, pelo menos no seu acobertamento.

Daí: ou a existência alarmante de um núcleo de governo paralelo, agindo com um êxito que só lhe acrescerá, dia a dia, a arrogância do poder - o que prenuncia , para o futuro, quase certamente, cousas ainda mais graves, no mesmo quadro de ações'extremistas e irresponsáveis, inclusive terrorismo - ou, o que seria até mais grave, estariam sendo postas em dúvida as incisivas declarações do próprio presidente quanto à sinceridade e honestidade com que impressionaram e confortaram a nação toda, quando ditas e reditas.

Ao parecer, ordem presidencial - *presidencial* porque só a imagem e a autoridade do presidente que precisam ser resguardadas e consolidadas - para que sejam logo extintos os chamados ' DOI-Codi', *claramente, expressa e difundida,* sem estardalhaço, embora nem comportando justificativas, para tanto servirá, certamente. Nem haverá dano qualquer de monta se possa apontar em sã razão.

Irrelevante julgo vem a ser, na oportunidade, preocupar-se em distinguir o DOI de Codi com definições precisas que não vem ao caso, antes só servirão para confundir o público. Além do mais, dizer-se que isso é confessar que se conhece e apontar, indiretamente, a autoria dos atos delituosos - na verdade, não calha como argumentação válida. Não se trata de saber ou não saber a verdade verdadeira. Indiscutível, veemente, inegável é a suspeição, evidente aos olhos de tosos. Que maior justificativa quando valores tão altos - . a autoridade do governo, a credibilidade no governo e na palavra presidencial estão em jogo!

E trata-se de ato da alçada exclusiva do Executivo, que não terá de dar quaisquer explicações a respeito. Como também não da discreta remontagem do serviço de informações de que o Exército imprescinde, mas sob controles ajustados, alertas e confiáveis."(Fi?/tf, 23 de setembro, 1987)

Isto conduz necessariamente à uma armação estatal regida por essa paramentração da Segurança Nacional, que deve ser o estruturante de todo planejamento nas esferas econômica, política e social, inclusive, seja em tempos de guerra ou de paz, nos planos militares. Nesse sentido, o nosso estrategista assegurará: "Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente. A essa Estratégia se subordinam, pois, tanto a Estratégia militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia Psicossocial, as quais se diferenciam uma das outras pelos seus campos particulares de aplicação e pelos instrumentos de ação que lhes são próprios, embora nunca deixem de atuar solidariamente, seja no tempo, seja no espaço. Não fosse a Estratégia, no fundo, como a própria guerra, indivisível e total". (Golbery, 1981a: 25)

Nessa caracterização do "Conceito Estratégico fundamental", o autor o distingue da "Geopolítica", que, basicamente, deve fornecer proposições no âmbito de política

espacial, sem, no entanto, uma ser confundida com a outra. Dentro de sua formulação, a "Política Nacional" se define como o poder governamental que visa "a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais"; enquanto que, a "Estratégia Nacional" se situa na "orientação e direção tanto do desenvolvimento e reforço dos recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis". Sendo assim, cabe à "Segurança Nacional" estabelecer "o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional" exatamente para consumar e efetivar os "Objetivos Nacionais".(Golbery, 1981a: 155)

Os "objetivos vitais permanentes" são, assim, a armadura na qual se enfrenta os antagonismos externos ou internos que possam vir a se desenvolver no espaço nacional.

A "Lei dos Rendimentos Decrescentes" segundo Golbery

Tanto Geisel como Golbery se referiram aqui e ali à uma tal 1*1:* dos rendimentos decrescentes", que simplesmente se reportava ao equilíbrio das partes que compõem o todo. Caso uma parte esteja descompassada com o restante, então, o todo estará comprometido. No momento do "desenvolvimento possível" estar caminhando em sentido contrário, a saber, a crise econômica gerava as suas conseqüências nefastas, a auto-reforma ou a "restauração da democracia", tinha de ser acelerada, para permitir o novo equilíbrio das partes.

Esta é a "lei dos rendimentos decrescentes", adaptada por Golbery aos novos tempos militaristas: "Mas, se há um mínimo de segurança a atingir ou a manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença, de acordo com o maior ou menor grau de probabilidade da guerra que se tem a temer, e conforme a urgência e gravidade do perigo que se há de vencer, existe também, por outro lado, um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar, de qualquer forma, em permanência. É que, neste particular, rege, como na ciência econômica, a lei eterna dos rendimentos decrescentes que Turgot instituiria na base de suas assinaladas teorias fisiocráticas. À medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão, e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar, e a própria segurança virá, agora, decrescida." (Golbery, 198lb:370)

Claro está que esta teoria do economista da Enciclopédia francesa do século dezoito, foi também desenvolvida pelos marginalistas. Para esta corrente, o pressuposto é que o empreendedor use de máxima racionalidade no equacionamento dos fatores da produção. Jamais poderá se permitir um investimento, cujo rendimento por ele buscado seja menor do que o investimento inicial. Se bem que estamos falando de um fisiocrata da

envergadura de Turgot (1727-1781) e da apropriação empobrecida do subjetivismo da teoria marginalista.

O nosso economista Paul Singer ensina que: "O ponto de partida básico da teoria é que supondo dados dois dos fatos, pode-se variar o terceiro, porém, na medida em que se for introduzindo mais elementos desse fator, o rendimento do novo elemento introduzido é decrescente. (...) Ora, todo raciocínio marginalista se baseia num comportamento racional do empreendedor, esse fulano que faz juz ao lucro, o capitalista na realidade. Se ele deve se comportar racionalmente, ele nunca irá empregar um fator cujo produto marginal, quer dizer, aquilo com que ele contribui para o aumento do produto, não seja pelo menos igual ao rendimento que o empreendedor tem que pagar ao seu titular, ou seja, juros ao que lhe empresta dinheiro, ou salário ao trabalhador. Isto significa que cada um desses rendimentos será, *na margem,* igual a produtividade marginal do fator." (Singer, 1996:28-29)

Há que reter também que para o pensamento marginalista, "A produtividade de cada fator diminui a medida em que sua quantidade no processo produtivo aumenta em relação aos outros fatores." (Sandroni, 1985: 257) Como veremos, Golbery se apropria desta teoria marginalista aplicando-a para o binômio segurança-desenvolvimento, o que significa uma articulação mais harmônica das partes constitutivas da sociedade, os campos político, psicossocial, militar e econômico. Se não, vejamos:

"Resulta daí, como simples corolário afinal, o reconhecimento de que, relativamente a cada um dos campos considerados - e mesmo, em segunda diferenciação, para setores distintos dentro de cada um destes - existe um mínimo irredutível de potencial específico - digamos assim, no sentido de componente específica do Potencial - que, se não satisfeito, praticamente anulará toda e qualquer significação de excedentes porventura existentes nos demais campos ou setores." (Golbery, 1980: 369-70)

O projeto sonhado por Golbery de converter o país numa nação plenamente desenvolvida, uma *grande potência* do mundo ocidental, retoma no fundo o velho projeto getulista de edificação de uma sociedade altamente industrial, integrando todas as comunidades que já existam e aquelas que devam ser desenvolvidas pela ocupação de espaços vazios em nossa estrutura continental. A segurança em nossas fronteiras implica também no desenvolvimento desses espaços ainda não ocupados. O seu desenvolvimento industrial é, ao mesmo tempo, desenvolvimento urbano, social e, fundamentalmente, de uma plataforma bélica nacional.

Brasil: o umbigo do mundo

Um dos comentadores mais ilustres das teses golberianas, o professor e jornalista Oliveiros Ferreira, num pequeno ensaio "A Geopolítica do Brasil revisitada", publicado no suplemento "Cultura" do jornal *O Estado de S. Paido,* examina as premissas ideológicas e

filosóficas do criador do SNI. Numa das constantes estocadas irônicas do crítico - ainda que defenda as Forças Armadas como o verdadeiro partido da nação -, ele atribui um "erro geopolítico" no discurso golberiano, que deriva do "amor que o general Golbery tem demais pelo Brasil". E, como se o próprio estadista estivesse ali para rebater, segue sua diretriz: "De fato, o nacionalismo é, ainda, toda a nossa nobreza. E, se não o for conscientemente, muito importa que o seja", escreve Golbery, na edição de 1967. A distinção a ser apreciada é que isto não se reduz à ideologia do "patriotismo". Ao contrário, não se trata de um "mero sentimento", mas de uma "vontade criadora de engrandecer cada vez mais a Nação", que sintetiza na expressão: "o Brasil como centro do universo".(Ferreira, "Cultura", Jornal *OESP*, 15 de julho, 1981).

Oliveiros insiste em bater no significado e nas conseqüências da tecla nacionalista, uma vez que o general se propõe a algo, mas faz outra coisa: "Olhando o próprio umbigo. A postura não é geopolítica; é ideológica"! É a partir deste prisma que Golbery olha o "resto" do mundo, vislumbrando no concerto de nações um papel grandioso para o nosso país, "em prol da redenção de toda essa periferia econômico-social de que ainda participa..."

Oliveiros tenta demonstrar que os críticos das articulações e concepções, obra e postura do general, só retiveram o viés anticomunista, "a retórica anticomunista", todavia, fazendo abstração do cerne de sua ideologia nacionalista. Nos termos do analista: "Estranho para quem leu o livro como se fosse o *Vade mecum* do anticomunismo militante, e não do pensamento militar em ascensão, preocupado em traçar as linhas da Grande Estratégia, que seriam executadas quando e se os meios (o Poder Nacional) o permitissem. É por isso que a consideração do Brasil a partir da visada ao próprio umbigo é opção ideológica fundamental - quantos porém a soubemos entender, embora já tomada, no governo Castelo?".

Ao decifrar este pensamento militarista, Oliveiros tenta buscar as influências filosóficas de Golbery, apontando para a filosofia política de Hobbes, ou melhor, conformando as concepções golberianas num "liberalismo hobbesiano, sem cidadãos". Qual é a razão desta aproximação? O centro das articulações de Golbery está, como se sabe, na situação em que vive o homem no mundo. A insegurança e incerteza é seu ponto de partida. A humanidade, na raiz, vive sob tensão permanente, a condição de sua autodestruição. A civilização cristã como um todo vive, portanto, sob ameaça permanente. No mundo contemporâneo, essa ameaça tem nome: o comunismo. De todas as partes, o mundo ocidental de formação cristã se vê ameaçado, pelo comunismo e pelo totalitarismo. Nesse sentido, afirma Oliveiros, "Por ser, ele próprio, criatura do 'filósofo do medo', a guerra que tem na imaginação é permanente - não apenas ininterrupta, mas 'total, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações', não apenas durável, mas global e 'indivisível e - por que não reconhecê-lo? - permanente'".

A questão golberiana é, assim, a de fornecer uma estratégia de desenvolvimento acelerado, o fortalecimento de um "Poder Nacional", cujas partes do todo social estejam

perfeitamente entrosadas e desenvolvidas, a fim de que o país possa se apresentar como a autêntica arma do Ocidente contra as forças da subversão e da destruição dos valores cristãos e democráticos. No entanto, se Goíbery toma partido, de modo cristalino, defendendo a sociabilidade do capital, ele o faz retomando as teses do pensamento conservador, criticando as debilidades do liberalismo econômico, a falência de uma lógica ditada pelo livre mecanismo do mercado. Qual é, pois, na perspectiva da Geopolítica, as possibilidades dadas à América Latina e ao Brasil, na defesa do capitalismo? Esta parte do mundo tem a posição espacial de se encontrar mais próxima, geograficamente, dos "centros propulsores do dinamismo norte-americano". Acredita, que o Brasil deveria dar a demonstração plena de criatividade no combate à ideologia marxista, por meio de um tipo de democracia. Dessa maneira, no caderno *Cultura* do *Estadão,* Õliveifòs explica, "Essa é a condição *sine qua non* para desmentir 'as críticas e os ataques contra o capitalismo explorador e mesquinho, a rapinagem sem freio das grandes empresas internacionais, a odiosa prepotência do imperialismo expropriador de bens e escravizador de nações', provando serem todas falsas (página 255 do livro de Golbery). Isto não é Geopolítica - é um programa político de estranhas ressonâncias ideológicas".

Delineia-se, assim, uma construção de uma democracia dos proprietários com a tutela permanente de um Estado armado para conseguir um máximo de eficiência, tanto econômica, ideológica e militar, dotado de uma "Estratégia Nacional", que conduziria o país a acelerar o seu processo de modernização capitalista, sincronizando todos os setores da vida social, por meio de uma "elite dirigente" capacitada ao projeto de "Grande Potência". Golbery, no entanto, ao denunciar o fenômeno do "totalitarismo" e a falácia do marxismo, como anulação das formas democráticas do Ocidente, recusa, também, "o mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto". Assinala, pois, daí o seu vínculo com a tradição conservadora no Brasil, a incapacidade da estruturação de uma sociedade industrial complexa sob o molde do liberalismo.

O que o articulista nos proporciona, com sua análise cuidadosa, acerca do projeto golberiano da edificação da "grande potência" e do seu antiliberalismo explícito? Há que extrair a idéia que tanto a "Liberdade" como a "Propriedade" são tomadas num sentido instrumental. Em sua teorização, o povo não é sujeito ativo de sua própria história, mas sim elemento passivo de uma revolução pelo alto. "A revolução que sugere em *Geopolítica do Brasil* é a revolução do Estado contra a Sociedade", conclui Oliveiras.

A reforma ditatorial: a "única opção"

Numa conferência secreta, pronunciada a 1° de julho de 1980, o ex-chefe do Gabinete Civil, expõe, com seu estilo próprio, a arte da política aos diplomados da ESG, segundo os cânones de sua visão de mundo. Como operar uma transição que demonstrasse energia e, ao mesmo tempo, credibilidade no processo liberalizante, a fim de delinear as passadas para o encerramento do ciclo militar e, assim, implementar a institucionalização das instituições políticas sem o traumatismo das convulsões sociais que acompanham a

derrubada dos poderes constituídos. Há que pensar numa transição, que, no limite e ao cabo, não escape, em nenhum instante, do cronograma militar traçado. Golbery busca a elaboração da melhor tática para consumar o objetivo final previsto, mas .antes, há que reconhecer os contornos precisos dos emaranhados a que o processo fez conhecer. Algo que emergiu como problema e que deve ser erradicado, mas com a política adequada extraída da própria realidade.

Ao comparar a história das nações ao pulsar do coração, ele introduz a sua dialética de "sístoles e diástoles na vida dos Estados". Aí, ressoam as concepções de Oliveira Vianna. A sua "Revolução de 1964", ainda que não pretendendo, acabou por constituir-se numa obra altamente centralizadora. Na imediatidade dos acontecimentos, o "governo revolucionário" ao promover a restauração dos elementos necessários à preservação da ordem social, o esforço do saneamento moral e econômico-financeiro, concentrando esforços para combater o processo inflacionário e promovendo a "operação limpeza", acabou por centralizar-se em demasia. Na seqüência dos acontecimentos, foi levada pelas "investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural sem quaisquer compromissos com a realidade nacional". Desse modo, "Em franca escalada cumulativa, a centralização política e administrativa acabaria por concentrar na União e, dentro desta, no Poder Executivo, a suma do Poder Público, ao qual nem poderiam atingir pequenas rebeldias distantes, muitas delas até simplesmente ignoradas, enquanto desafios mais fortes ou próximos encontrariam sempre ágil e decisiva repressão".

O processo desencadeado pelo regime, nesse movimento de alta centralização com um máximo de inoperância, fez expandir um vasto contingente burocrático, que açambarcou benefícios e desenvolveu interesses próprios. Esta burocracia, "quase nunca bem orientada e esclarecida, atuando em muitos casos em rebeldia disfarçada ou persistente resistência passiva para exclusivo beneficio próprio". Mais ainda, ele argumenta que, dessa maneira, houve uma proliferação fundações e de novas empresas públicas ou de economia mista, "dotadas de estatutos privilegiados e larga dose de autonomia, não de todo visível, aliás".

De outra parte, o *mago* da conspiração de março de 1964, identifica as manifestações contra o regime militar, como um *crescendo*, que deve ser manipulado, uma vez que são reações que respondem também às ações do poder autocrático-burguês, ou melhor, nas palavras do ideólogo do castelismo, "reações até mesmo inspiradas ideologicamente ante o alvo fácil do autoritarismo crescente". Por este motivo, há que começar com a crescente liberalização da censura à imprensa, forma cega de controle: "A censura à imprensa, de dificílimo e quase impossível manejo, que se requeira ao mesmo tempo inteligente e eficaz, atrairia a pressão quase insuportável dos ataques mais veementes, mobilizadores de generosas simpatias e múltiplos apoios, contundentes e produtivos". "O esforço descentralizador, conscientizado, do Governo, veio a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles da censura".

Nessa longa palestra proferida, o ideólogo do "grupo da Sorbonne" se centra na oportunidade histórica que o movimento politico-militar inaugurar em 1964: a transição

lenta, gradual e segura. Haveria que ter o controle e vigilância de todos os passos, milimetricamente pensados. Era chegada a hora da "abertura política", a "única opção" a ser desencadeada no momento certo, a Virtú e a Fortuna se amoldando, com uma condução inteligente, vivaz, vigilante e ativa, porém, longa em seu cumprimento. Nesse itinerário, dois tipos de obstáculos se cruzariam: de um lado, "a direita capitaneada pelos que se intitulariam revolucionários legítimos - os eternos 'puros', os 'falcões', ou 'jacobinos'", de outro, a oposição à esquerda, "em larga faixa bem matizada onde se situariam os subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas. Mas ideologicamente ou estrategicamente adversos, esses dois grupos, na prática,- freqüentemente se aliviariam, demonstrando mais uma vez quanto a esquerda e a direita estão bem mais próximas uma da outra do que das forças de centro, nesse espectro de tendências políticas que não é, de forma alguma retilíneo, antes obedece os moldes de uma circunferência quase fechada. Seriam aliança às mais das vezes táticas e, ao mesmo tempo tácitas - o que permitiria dar-se-lhes sempre tratamento diferenciado a um e outro componente. Tratamento que, de alguma forma, sempre ajudaria a mantê-los dissociados".

A tática esboçada residia, pois, na atenção redobrada em manter a divisão das duas forças apontadas - os "puros" e as "esquerdas" - manipulando ora com um, ora com o outro, sem que os pólos contrários se assentassem numa força concentrada. Por isso, ele sugeria "mantê-los, sempre que possível, separados, e alternar ações de contenção, senão de contra-ataque, entre um e outro, garantindo, assim, espaço de manobra cada vez maior, e pois, maior liberdade de ação para concretização de seus próprios objetivos políticos, sem interferência desastrosas ou perturbadoras". Nesse sentido, argumentava que a eliminação de apenas um desses dois grupos levaria à criação de uma frente de oposição, hipótese que não interessava ao seu governo. "Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo, instituído afinal pelas reformas dos fins de 1979".

Com a anistia e a liberação para a criação de partidos políticos, superada a fórmula do bipartidarismo, para o mago, trata-se de não permitir a continuidade de uma frente ampla, que congregue as mais diversas forças políticas das oposições no antigo MDB. Um dos temores do regime estava concentrado na possibilidade de Brizola apresentar um projeto alternativo à plataforma econômica desenvolvida no pós-64, tendo como base a orientação do "nacionalismo exacerbado". O velho getulismo de massas estava, agora, nas mãos mais radicalizadas de Brizola. O Partido dos Trabalhadores, que se estruturava paulatinamente e sem raízes partidárias, poderia, na concepção do arguto ideólogo, ser o aríete do poder para dividir o trabalhismo. Recorde-se a sua famosa previsão, que a melhor forma de destruir a liderança de Lula, o fundador do PT e a maior expressão do "novo sindicalismo" do ABC, seria a sua transformação num político, amarrado à lógica da política parlamentar, desatando-o do movimento de massas que ganhava força.

No raciocínio golberiano, havia uma situação paradoxal, na medida em que o momento histórico enfrentava problemas econômicos sérios, o momento era recessivo. Como promover uma liberalização política num quadro de desaquecimento econômico? Perguntava-se a "linha dura". Para este grupo, todo o sistema corria um risco fatal. No entanto, segundo Golbery não havia outra saída, era a única opção. Isto porque, dizia,

momentos mais favoráveis não tinham sido aproveitados. E seria quase impossível evitá-lo, porque "pressões mais fortes e insuportáveis voltariam a acumular-se aceleradamente, pondo em risco a resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que, como já teria sido assinalado em tempos passados, veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão".

O contraste com os "duros" torna-se cristalino, no confronto com o "grupo da Sorbonne". Estava em jogo o projeto de uma "revolução permanente" contra uma "guerra subversiva", também permanente. E, principalmente, a própria divisão das Forças Armadas pela infiltração do inimigo e de suas palavras de ordem. " 'Abertura' assim é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitiva, dentro do campo da Revolução de 64. Por isto está inquietando e pode dividir as Forças Armadas. (...) Controlar agora a espiral da 'abertura' é difícil, mas indispensável. Repetimos que possui ela dinamismo próprio, que rompe controles externos. Mas, temporariamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é a solene declaração de que *o Ato 5* será mantido até que a nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e a assimilação total do espírito de 1964 (...) O que sé entende por conter a 'abertura' é simplesmente, de início, a aludida declaração, feita de modo bem claro, de que o *Ato 5* não será revogado (...) Em síntese, convém colocar a 'abertura' sob controle. E a opinião das Forças Armadas seria dada a conhecer ao Exmo. Sr. Presidente, chefe da Revolução. (...) Para o futuro (...) dever-se-ia examinar a hipóteses de transformar o Ato 5 numa prerrogativa de um Poder Moderador a ser instituído".(^pi/í/Oliveira, 1994: 81)

Todavia, na posição golberiana, esta política de liberalização era, com efeito, o caminho adequado, desde que o alvo fosse atingido: a fragmentação das oposições. Caso contrário, o cerco se daria com a conglomeração de todas as forças do espectro político, que abarcariam sindicatos, associações de profissionais, entidades pseudofilantrópicas, associações culturais leigas e mesmo as organizações religiosas e parareligiosas. Com isso, "Os verdadeiros agentes no campo político passariam a ser muito mais esses conglomerados do que o próprio partido único da oposição. E nesses conglomerados, pelo prestígio tradicional e proteção que poderiam oferecer, as organizações religiosas e parareligiosas assumiriam posição relevante, quase hegemônica".

O clima de tranqüilidade social e tolerância vigiada deveriam favorecer a tática da *política de descompressão,* daí a operância do sistema face ao tempo de maturação para que os novos partidos se constituam realmente, uma vez que "o quadro político oposicionista continuará a ser uma miscelânea complexa em que se poderá distinguir uma frente pluripartidária cada vez mais definida e especializada, a par de frentes várias auxiliares, que ainda se conservam vivas, com variável grau de autonomia e engajamento no setor religioso, na área sindical, no campo das entidades de comunicação de massa, nos meios intelectuais, etc." Tratava-se, portanto, de promover uma passada mais larga nesse processo de *descompressão,* com a maior liberalização do regime e tolerância, para imprimir a marca desse controle *pelo alto,* atraindo setores e pulverizando a formação de conglomerados políticos, atomizando a frente ampla de oposições. Desse modo, dever-se-ia cuidar "de consolidar e, se possível, ampliar as próprias forças, mantendo sempre

dissociada a frente oposicionista, já agora, também, pelo entendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exeqüível, quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democratizante incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes".

Há que recordar que em anos anteriores houve a tentativa de abrir o processo da formação de novos partidos, dada a autorização para a partida inicial, a fim de se despojar do instrumental do regime bipartidarista. Lá pelos idos de 19.78,- um aparente caos havia se posto com várias lideranças políticas tratando de fundar o seu partido político. A tática explícita do "sistema" era encontrar a sustentação política num único partido político, baseado nas eleições de governadores populares, que pudessem atrair multidões aos comandos desse partido.

A analista política, D'Alva Kinzo descreve as articulações feitas pelo lado dos oposicionistas em acelerar essa marcha de "liberalização democratizante" no governo Geisel. "A participação de alguns setores oposicionistas nas eleições, mais intensa em 1978 do que em 1974 ou em 1976, pode ser vista como sintoma dessa preocupação, pois tinha entre seus objetivos também o de criar espaço na área político-parlamentar para a criação de novos partidos. /…/A reformulação partidária inscreve-se na estratégia iniciada pelo governo Geisel de buscar legitimidade através de um projeto de normalização institucional. Como levar este projeto tendo pela frente o crescimento do movimento oposicionista, de um modo geral? E, em particular, como conter ou contornar o avanço eleitoral da oposição sem perder a credibilidade necessária para se manter como condutor de um processo de democratização controlada?" (Kinzo apud Lamounier, 1980:229-30)

Manter as oposições vigiadas, como vimos, era a intencionalidade jamais abandonada, porém, uma vez o processo posto em andamento, como segurar uma movimentação de massas, mantendo o total controle? Segundo informações contidas no jornal *O Estado de São Paulo,* de 24 de junho de 1976, a proposta de dissolução dos partidos após as eleições municipais, havia sido descartada pelo próprio general Golbery, face ao fato de que era necessário, em primeiro lugar, definir as regras do jogo. "Entretanto", assegura Kinzo, "o adiamento da reforma do sistema partidário não significava que esta hipótese tivesse sido afastada. Pelo contrário, tratou-se de criar meios de garantir para o governo uma base de sustentação no quadro partidário, a começar pelo modo como foram conduzidas as sucessões estaduais, e proclamada intenção de fortalecer a ARENA depois das eleições de 1978". A estratégia lançada visava, principalmente, dividir o MDB, estimular a discussão para a formação de grêmios partidários, no entanto, colada aos resultados das próprias eleições realizadas. No projeto de reformas, aprovado em setembro de 1978, um dispositivo deixava uma certa margem de manobra para possíveis recuos, caso a ARENA não estivesse fortalecida. "Como isso não aconteceu, tratou-se de adiar mais uma vez a reforma, mesmo porque a tentativa de implodir o MDB não deu de imediato os resultados esperados", conclui a cientista social. (Kinzo, 1980: 231)

À guisa de ilustração, uma visada de olhos nas lideranças, com sua canga ideológica, de formação de novos partidos políticos no período de janeiro de 1978 a maio de 1979, dão-nos conta do possível perfil ideológico, dos oportunismo e das posições perseguidas. Partido Democrata de Magalhães Pinto; Partido Social Trabalhista de Maluly Neto; Partido Democrata Social de Herbert Levy; Partido Municipalista Brasileiro (PMB) de Lomanto Júnior. Acerca dessa proposta, Kinzo nos oferece o perfil ideológico do senador baiano, que "garantia que em torno da idéia básica do partido que se dispunha a criar não haveria 'divisões como as que hoje existem e preocupam: autênticos e moderados, comunistas e anticomunistas, direita ou esquerda. O município é algo de concreto e, a respeito de seus problemas, todos poderão entender-se, porque o que lhe for útil servirá também ao País' (Cf. *Folha de S. Paulo*, 26-1-79)". (Apud Kinzo, 1980: 233) Os outros citados na pesquisa são: Partido Integralista, já por volta de julho de 1978, o arenista mineiro Navarro Vieira buscava renascer o antigo partido integralista, o Partido de Representação Popular. O senador arenista Mendes Canale se propunha apoiar o governo Figueiredo, que entraria em 15 de março de 1979, sem apresentar-se submisso às ordens do Planalto, formando o Partido Social Democrático (PSD). Tancredo Neves, Thales Ramalho, junto com moderados do MDB, ambicionam a criação de um Partido Popular, com remanescentes do antigo PSD. Partido Social Progressista (PSP), com um perfil de centro com filosofia socializante, articulado pelo filho do antigo líder e governador de São Paulo, Adhemar de Barros, ao lado de Chagas Freitas, Mário beni, Arnaldo Cerdeiía, Cantídio Sampaio entre outros. Partido Democrático Republicano (PDR), de Maurício Aleixo; Partido Rural Brasileiro, com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura, de 21 federações e várias entidades sindicais do setor, visava "não deixar marginalizada a agropecuária do processo de desenvolvimento nacional. A agropecuária, hoje, nem participa das decisões que a ela são impostas pelo Governo". (O Estado de S. Paulo, 6-9-78. Apud Kinzo, 1980:234)

Há que desdobrar as ações e polêmicas lançadas no próprio interior das correntes, agremiações, tendências, que disputavam a hegemonia no interior do MDB. O velho cacique liberal-democrático da "oposição consentida", externou sua opinião de peso sobre a "estratégia" da divisão das forças oposicionistas por parte do governo. Ainda que eternamente subsumido ao *ardil do politicismo,* Ulysses Guimarães, presidente do partido, mesmo assim, denuncia a trama: "Ainda não soou a hora de as forças democráticas abandonarem a frente de resistência e disputarem entre si. Se temos um inimigo que é a prepotência, como poderemos nos desmobilizar para sermos eventuais adversários, quando isso somente é admissível e peculiar no sistema democrático?" (Folha de São Paulo, 1 de fevereiro, 1979, *apud* Kinzo: 1980: 238)

É interessante observar se as proposituras golberianas irão se efetivar ou não no próprio calor dos acontecimentos. Kinzo apreende com inteligência, as intenções do estrategista: "Não cabe dúvida quanto ao fato de que não interessa ao atual círculo dirigente abrir demais o leque partidário, e que sua meta é criar um sistema com apenas 4 ou 5 partidos. Parece prevalecer também a intenção, independentemente do número de partidos, de ter sua maioria no Congresso concentrada em um só partido, para não se ver forçado a negociar com um segundo partido em tomo de postos no governo. Por outro lado, tem-se

como essencial a formação de vários partidos que dividam a oposição, pois do contrário dever-se-á contar com um obstáculo eleitoral tão extenso quanto o atual MDB, embora tão extenso quanto o atual MDB, embora talvez com outra denominação!'. (Kinzo,1980: 239) Atente-se que estas palavras foram escritas antes da consumação da reforma partidária prevista pela própria lógica da "política de descompressão". ,

Num depoimento dado ao jornalista Luiz Gutemberg, o co-artífíce da transição, Ulisses Guimarães, um dos maiores interlocutores dos castelistas, conta episódios esclarecedores sobre a estratégia de dissolução dos partidos e a atuação de Golbery na seqüência dos passos ditados pela "transição transada". Por exemplo, ficamos sabendo sobre a reação de Mediei ao ser driblado por João Figueiredo, no caso da escolha de Geisel para sucedê-lo:

> "O ex-presidente Mediei considerou-se traído pelo general Figueiredo, seu chefe da Casa Militar, a quem jamais perdoou por tê-lo informado, em 1972, quando se organizava sua sucessão, que Geisel e Golbery estavam rompidos. Se soubesse que continuavam amigos não teria indicado Geisel para sucedê-lo no governo." (Gutemberg, 1994:145)

Na leitura histórica de Golbery, o próprio termo "redemocratização" deveria ser posto em questão, pois, não era pertinente à nossa história política que, em verdade, nunca tinha ' conhecido uma autêntica democracia:

> "Deveriam, portanto, estar acima e além de revanchismos ou saudosismos, bem como de triunfalismos e autoritarismos. Golbery não admitia que se dissesse 'redemocratização', alegando que *jamais o Brasil conheceu uma verdadeira democracia.* Por que dar a entender que precisamos voltar a uma situação que jamais existiu, a não ser como utopia? Muito menos admite que se pense na restauração do antigo regime da Constituição de 46, 'que, se caiu, não foi o vento que o derrubou. Era porque estava podre ou porque não apresentava estabilidade estrutural. O que se impõe agora é que implantemos uma democracia moderna e resistente a todas as tensões e temperaturas, usando as melhores lições da ciência política'." (Gutemberg, 1994: 146-147)

Nesse encontro secreto com Golbery[2], em abril de 1975, acompanhado de seu escudeiro Thales Ramalho, o hábil articulador político das oposições federadas no MDB, narra a estratégia revelada pelo estrategista na desmontagem do aparato repressivo e no aprimoramento e preservação dos instrumentais jurídico-políticos da autocracia burguesa: "Golbery já começou sua dissertação sobre as intenções de abertura do governo com uma afirmação surpreendente e desnorteante. 'O presidente quer revogar o AI-5. Tem a disposição de substituí-lo o mais rápido possível por outro instrumento qualquer que não o deserde de poderes excepcionais para ocasiões excepcionais, mas que, em compensação, tranqüilize a nação em tempos de normalidade. Quer apenas salvaguardas. Mas não deseja usar estreptomicina para tratar resfriados, nem fazer lobotomias para estirpar verrugas.

Restauremos a razão. Gripe é gripe, pneumonia é pneumonia.'

Segundo Golbery, o AI-5 era tão insuportável para a oposição quanto desagradável para o governo. Não sabiam ainda como fazer, nem por meio de que instrumento, mas sem dúvida achariam uma fórmula. O presidente estava empenhado. Geisel considerava que o AI-5 era um bumerangue e ameaçava sua própria autoridade civil de presidente da República." (Gutemberg, 1994: 148)

Revela-se, nesse sentido, a intenção do sistema de poder de decretar o fim do AI-5 (consumado em fins de dezembro de 1978), o fim do bipartidarismo, o fim da censura à imprensa, a criação de uma estrutura pluripartidária, de apenas cinco partidos. Ulisses, como é sabido, denunciou a trama golberiana e lutou o tempo todo para manter a "federação de oposições" aglutinada em torno do MDB, não se mancomunando com a estratégia do "bruxo" de implodir o partido que ele presidia.

Ulysses Guimarães esforçou-se em reproduzir com a máxima fidelidade as palavras do arquiteto da transição pelo alto, em como seria a nova realidade nacional com o pluripartidarismo:

> "Toda a estratégia era baseada numa singela teoria sobre a aglutinação do universo da sociedade em apenas cinco partidos. Eles brotariam de maneira natural, se enquadrariam com facilidade numa legislação que exigisse uma representatividade robusta - para evitar que surgissem partidos de aluguel, pequenos, sem significação - e transformariam a abertura política num salto civilizatório e modernizador do Estado brasileiro. As excentricidades, as tendências minoritárias e os acidentalismos seriam absorvidos pelos partidos antes que chegassem às ruas. Como não podia deixar de ser, Golbery sonegou - o que era ocioso, pois foi a primeira percepção de Ulysses ao ouvi-lo expor seu plano sobre a multiplicação de partidos - que buscava justamente a implosão do MDB. O fim do bipartidarismo que, naquele momento, dava ao partido da oposição todo charme e condenava o governo a sustentar a Arena por meio de leis casuísticas e da intimidação. Coisas que ele não dizia, mas estavam subentendidas, pois era o que prometia aos militares e políticos governistas. E vazaram no Congresso. Com a pulverização da política nacional em cinco partidos, se diluiria a frente única oposicionista, imbatível nas urnas, como demostraram as eleições de 1974. Era preciso que desse certo o projeto de Golbery, que o MDB perdesse seu precioso monopólio de única expressão democrática, grife exclusiva de independência em relação aos militares. Ainda segundo o raciocínio de Golbery, o país vivia sob maniqueísmo insuportável para o governo e alimentava um círculo vicioso: o regime não cumpria seu projeto de democratização temendo uma vitória eleitoral da oposição, que, por sua vez, jamais poderia vencer, porque o regime daria novos golpes de força para impedi-la. A fim de romper tal situação, era preciso

> misturar tudo e, naturalmente, implodir o MDB. Golbery não foi assim tão claro, mas seu raciocínio não permitia outra interpretação." (Guimarães <çwc/Gutemberg: 1994: 148-149)

Estava combinado o caráter absolutamente sigiloso daquele encontro. Havia sido acertado nas tratativas para a reunião, conduzidas pelo experiente marechal Cordeiro. Mas voltaram a lembrar o compromisso de silêncio ao se despedirem. O impacto da conversação, conduzida com elegância por Golbery, e o fantástico das revelações impressionaram bastante Ulysses. Saímos daquele apartamento como os apóstolos depois de assistirem à cena da transfiguração, no monte Tabor. Absolutamente deslumbrados e detentores de informações tão extraordinárias como aparentemente delirantes e com a mesma recomendação do Evangelho: 'A ninguém conteis o que vistes'. Um pedido tranqüilizador, porque passaríamos por loucos se descrevêssemos nossa experiência. Procurei, na minha parte, manter o senso crítico. As promessas eram extraordinárias." (apud Gutemberg, 1994: 151)

Petrônio Portella seria, na verdade, o grande condutor das teses aberturistas no Congresso Nacional. Nesta passagem, Ulysses Guimarães narra o teor das intenções golberianas:

> "Como se fosse uma "lembrança acidental" em meio a uma "conversa informal", num "encontro fortuito", como disfarçava ironicamente as comunicações mais graves em que precisava evitar compromissos, o senador Petrônio Portela abordou Ulysses durante reunião do Congresso. Pegou-o pelo braço e arrastou-o até o fundo do plenário.
>
> "Ele me disse que na véspera havia se lembrado muito de mim, e até dito ao Golbery que a conversa que estavam tendo me excitaria. Seria impossível que eu não me interessasse pela demonstração do verdadeiro teorema a que Golbery havia chegado sobre as sístoles e diástoles das instituições políticas brasileiras.
>
> "Petrônio Portela descreveria para Ulysses Guimarães a nova crítica da práxis política que o general Golbery desenvolvera para explicar os mecanismos que condenavam o país aos movimentos espasmósticos de abertura e fechamento, numa repetição monótona. Petrônio estava empolgado com o realismo e amplitude de tal diagnóstico, que facilitava a compreensão global das medidas essenciais à realização de um programa de normalização democrática.

Em continuidade ainda: "Para demonstrar seu 'teorema da sístole e da diástole' - que se apropria da descrição com que a biologia explica os prodigiosos efeitos da combinação articulada das contrações e descontrações dos músculos cardíacos - , Golbery citava episódios da vida política brasileira dos últimos cinqüenta anos. Eram incidências tão repetitivas, gerando tal naturalidade na aceitação fatalista pela sociedade que, para revertê-las, era essencial ir além do apenas anedótico.

"(...) Em março de 1977, Petrônio - que acabava de voltar à presidência do Senado - anunciou oficialmente a Ulysses que estava credenciado pelo presidente Geisel a iniciar amplo diálogo com a sociedade por intermédio das suas instituições e lideranças. Era o primeiro estágio para a abertura política. Ulysses respondeu com entusiasmo. A oposição tem o que dizer e está disposta a falar, se a quiserem escutar. Reafirmaram ambos a paixão pessoal pela conversação livre de preconceitos, mas aberta também às saídas possíveis. Estavam certos de que, fora da prática política, não haveria solução para o impasse brasileiro. E ficaram nesse recíproco reconhecimento de que era preciso estabelecer o diálogo político no Brasil, tal como se repetiria nos demais contatos de Petrônio com dezenas de lideranças da sociedade civil. A crônica brasileira dos anos 70 registrou essa movimentação da chamada "missão Portela", a que se atribuía o papel precursor de prodígios que seriam produzidos pela abertura." *(apud* Gutemberg, 1994: 157-8)

"No dia 12 de outubro de 1977, feriado de Nossa Senhora Aparecida, em impressionante manobra durante a qual correu o risco efetivo de ser bombardeado no Palácio do Planalto, Geisel demitiu o general Frota. Durante mais de doze horas esteve sob a mira dos canhões do 1 I^{o}. Grupo de Artilharia Antiaérea, do Setor Militar Urbano, que podem fazer tiro visual sobre a praça dos Três Poderes e estavam sob comando do famoso general Dieguez, fiel ao general Frota e disposto a tudo.

A maioria dos generais ficou com Geisel e o presidente removeu a última resistência considerável à designação do general Figueiredo para presidente em 1978. E só então começou a diástole." *(apud* Gutemberg, 1994: 160)

Desde a instauração do golpe de 1964, Golbery tentou uma aproximação com a esquerda letrada. O principal ideólogo da autocracia burguesa bonapartista, o general Golbery tentou a cooptação da intelectualidade de esquerda para o projeto castelista quando ainda mal tinha assentado a poeira da conspiração. O jornalista Paulo Francis, de extração inicial trotsquista e naquela época aproximando-se das posições brizolistas, narra em suas memórias a atitude do chefe do Gabinete Civil de C. Branco:

"O general Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI, o serviço de espionagem interna do regime, reuniu intelectuais esquerdistas na Editora e Livraria Civilização Brasileira, então na rua Sete de Setembro, Rio (depois o prédio caiu, sozinho; o proprietário da editora, Ênio Silveira (...) acha que o regime teve dedo na queda do prédio). Golbery lhes disse que deveriam apoiar Castello Branco, no poder, porque promoveria reformas liberal-econômicas, essenciais ao Brasil, só factíveis com regime autoritário. Mas que não tinha a intenção de perseguir quem quer que fosse. Já a chamada Linha Dura, oficiais truculentos e nacionalistas, que se agregavam em torno do ministro do Exército, Costa e Silva, eram atrabiliários". (Francis, 1994:14-15)

Agora, quando da transição pelo alto, Golbery tenta divisar no quadro reformulado dos partidos políticos, como se situaria a esquerda. Com a palavra Ulysses Guimarães:

"Teremos a extrema-esquerda de sempre (dizia Golbery, ARF). Comunistas, radical, irascível, dogmática, irrecuperável. Agora, porém, europeizada. Legalizada, trocará o modelo subversivo leninista pela ação parlamentar-eleitoral. Teremos o Partidão, Prestes, e as dissidências em que se fragmentou desde XX Congresso. Albaneses, maoístas etc. Eu acho que o Arraes surgirá nesse agrupamento de grande chefe incontestado, para unificar ou dividir mais ainda. Há informes de grande credibilidade, de agências internacionais que acompanham o movimento comunista mundial, de que Arraes se prepara na Argélia para assumir o lugar de Prestes como secretário-geral do PCB. Só não acredito que os comunistas consigam mais de 10% dos votos no total do país, que foi a votação de Yedo Fiúza para presidente em 1954. Estávamos saindo da Segunda "Guerra; A União Soviética era aliada, e Stalin aparecia nas fotos de Yalta, ao lado de Roosevelt e Churchill, que a revista *O Cruzeiro* oferecia como brinde aos assinantes. Mesmo com o fascínio de Cuba, Guevara e Fidel, não conseguirão, isolados, ir além dos 10% dos votos, que é um número tolerável, mesmo no Congresso. Mas há também esse novo sindicalismo, que os governos revolucionários não tiveram sensibilidade de orientar por meio do Ministério do Trabalho. Outro dia, o Ari Campista me falava, melancolicamente, sobre a máquina de controle sindical do Ministério do Trabalho e da Previdência que vinha do estado Novo e que foi preservada até o início dos anos 60 para barrar o controla comunista. Nós a mapeamos com perfeição no IPÊS. Pois o Campista me disse que ela acabou, não tem mais condições! de recuperação. É um instrumento que nos vai fazer falta. Essas lideranças sindicais pós-64 são disputadas palmo a palmo pelos americanos da AFL-CIO, que a CIA estimula, e pelos comunistas, que continuam treinando gente em Moscou." (pg 162-163)

Qual era o papel reservado para o civilismo conservador em sua estratagema? Golbery levantando o próprio dedo, falou:

> "O *fura-bolo.* naturalmente haverá a direita moderada, conservadora, civilizada, mas onde também se abrigarão os populistas, como sempre aconteceu. Dos bacharéis urbanos da UDN aos coronéis rurais do PSD - os descendentes deles, quero dizer; os salvados do adhemarismo; eventuais dissidências sindicais; o janismo não trabalhista, o dinheiro dos banqueiros e dos empresários. Não tem nem longinquamente o peso isolado da centro-esquerda. Em compensação, está muito mais disponível para composições do que os social-democratas. A vocação desse partido de centro-direita é aliar-se aos liberais do centro-centro.
> Por fim, chegava a vez do 'pai-de-todos', o dedo médio:
> E o poderoso partido centro, que é a posição de equilíbrio e poder, que deve ser lastreado ideologicamente pelos liberais, mas para onde declinarão fatalmente os governos que venham a se estabelecer, se quiserem dispor das garantias democráticas. O perfil desse partido, por mais que se procure, se aproxima sempre do velho PSD, sem o principal e grave defeito que tinha o pessedismo, que era o descompromisso estratégico. O PSD queria ter o poder a qualquer custo, mas era um partido emergencial, que cada dia examinava suas próprias motivações

> para manter ou reconquistar o poder. Através de alianças temerárias ele nos jogou no precipício de 64. Esse partido de centro-centro pode ter o papel do Partido Liberal alemão. Para o lado que ele pender vai o poder. Pode ser para a esquerda, pode ser para a direita, mas o preço dos liberais é o compromisso com o equilíbrio e a estabilidade." (Guimarães: 1994:164)

Golbery formaria um núcleo autodenominado "Constituinte do Riacho Fundo", com Geisel, o senador Petrônio Portella, seu braço direito Heitor Ferreira de Aquino, Marco Maciel e o presidente da ARENA, Francelino Pereira, que projetaram. p "Pacote de abril", em 1977, tentando influir no processo de auto-reforma do sistema de poder. Nesse momento, este núcleo não tinha como certo ainda o nome de Figueiredo para a sucessão de Geisel. Na questão do "pacote", "o Petrônio participou ativamente de todas essas discussões. A participação dele foi muito grande. Eu me lembro que o Marco Maciel teve também uma participação muito grande. (...) Essa coisa dos seis anos de mandato estava muito ligada à nossa idéia de que não deveria haver continuísmo. Um presidente querer doze anos de poder, para nós parecia muito forte e, por isso, colocamos lá os seis anos, ao passo que quatro anos é muito pouco, justificaria a tentativa continuísta. E cinco anos, dá uma confusão danada, porque não coincide com as eleições para deputado". E a figura, dos biônicos, como foi pensada? "Dizem que os biônicos foram criados para segurarmos nossa maioria no senado. Esse realmente foi um dos objetivos, mas foi um objetivo menor. Sinceramente, havia também, e em muito maior escala, o desejo de melhorar o nível do senado.(...) Poderíamos colocar muita gente preparada no Senado. A idéia, por exemplo, era o Roberto Campos. Era o nosso amigo Célio Borja. Quer dizer, havia por aí um certo número de homens respeitáveis que seriam os candidatos naturais aos cargos de senador biônico. Isso era um desejo, mas infelizmente ele acabou triturado pelas ambições pessoais e pelos acordos políticos nos estados.*"(Senhor 340,* 22 de setembro, 1987)

A gravíssima situação econômica por que o país enfrentava à época, justificava e impunha, para alguns, uma reforma. Afinal, "Uma distribuição racional dos sacrifícios e ônus da angustiante situação econômico-social em que nos achávamos só terá eficácia se for aceita pelos diferentes setores sociais, e para que seja aceita é imprescindível que seja livremente negociada e democraticamente decidida."

Com perspicácia política e acompanhando a lógica golberyana dos passos necessários à institucionalização da autocracia burguesa, o lúcido articulista Enio Pesce, num texto do jornal O Estado de São Paulo, do dia 7 de agosto de 1981, sintetiza: "A *anistia,* primeira etapa do plano, tornou impossível a convivência de correntes políticas na grande federação de oposições do deputado Ulysses Guimarães: o então ainda vivo MDB; a *reforma partidária,* segunda etapa, recolheu os restos do naufrágio dessa federação, sistematizando-os em partidos emergentes, todos ansiosos por adquirir identidade própria; o *adiamento das eleições municipais,* terceiro passo, era imperativo tanto da política econômica, como de necessidade eleitoral: não se podia enfrentar o 'custo eleitoral' de uma campanha, durante a qual as oposições fariam o *strip-tease* do governo, apanhado no pé de apoio pelo agravamento da crise do petróleo; finalmente, o último ponto, *as eleições*

diretas para os governos estaduais, destinava-se exatamente a satisfazer o anseio nacional, sem representar perigo para os donos do poder, muito mais empenhados - com toda a razão - em manter o *colégio eleitoral* que elegerá o próximo presidente". (Pesce, *OESP*, 7 de agosto, 1981)

Precisemos o momento e o ano: a exoneração de Golbery do governo de Figueiredo em 1981. O *bruxo* agora enfrenta a oposição daqueles que querem a continuidade dos *demiurgos* no Estado[3]. Enfrenta, como vimos, a resistência dos duristas, as ambições de militares que desejam o futuro poder, e teme as conseqüências nefastas da política deliberada do endividamento externo crescente como forma de superar a crise da balança de pagamento. Como propor a abertura política no meio de-profundas dissenções entre as forças do capital?

Para Golbery, "um *governo autoritário só se mantém enquanto é eficiente*. Ele não tem legitimidade constitucional. Então, a legitimidade dele está no factual, na prática. Ele só é considerado legítimo enquanto está melhorando a situação de todo o mundo, enquanto está produzindo resultados aceitáveis. Agora, os resultados um dia são bons e no outro dia são maus. Sofrem influência externa, até de calamidades públicas. Então, a conclusão parece lógica. Não se pode jogar toda a legitimidade do governo em cima da realização de um bom governo, porque isso é utopia. Porque haverá de chegar o dia em que esse governo não vai funcionar direito. /.../ Quer dizer: quando começamos o governo Geisel, a verdade é que a abertura já deveria ter sido feita. Esse era o ponto de vista de Geisel, como era o meu, e não estávamos inventando nada, porque isso era uma mera projeção do pensamento do Castello Branco. Ele sempre defendeu a idéia de que o chamado período de exceção deveria ser o mais curto possível." Entrevista dada à Revista *Senhor*, 22 de setembro, 1983.

No que tange à anistia, Golbery não titubeia: "O problema básico da anistia foi semântico. Precisamos, num certo momento, votar uma anistia para a direita. (...) Agora, além de anistiá-los, tínhamos de fazer isso de uma maneira que não fosse chocante, que não produzisse reações muito fortes(...) um modo de dar anistia a todo mundo sem dizer que estava dando". Conseguiu-se isso quando se excluíram da anistia os condenados, aqueles que tivessem esgotado os recursos de defesa, situação na qual ninguém estava. "O melhor foi que (os militares) não se deram conta disso naquele momento. Porque, no fundo, pouca gente sabia que a anistia, na verdade, iria anistiar todo o mundo. (...) Eles tinham medo. Tinham receio da abertura de processos, dos levantamentos... Todos nós sabemos que muita gente tem culpa no cartório". (Revista *Senhor*, 22-9-87. Entrevista feita em 1983)

Em suma, mesmo afastado das rédeas do poder, Golbery continuou dando as cartas, sabendo que as tensões e confrontos estavam indo contra o grupo medicista, cujo lema era "um desenvolvimento acelerado, com máxima segurança". Como supunha o jornalista Elio Pesce: "É difícil conciliar abertura política com fechadura econômica. Mais difícil ainda, é evitar os altos custos sociais de uma série de medidas destinadas a tapar buracos orçamentários, especialmente em fase pré-eleitoral". "(...) No entanto, não é preciso

excessivo esforço de imaginação para verificar que o projeto político estava em curso de colisão com as medidas econômicas anunciadas pelo ministro Delfim Neto". Para Golbery, dentro de sua visão do mundo, estava tudo muito nítido: " 'Não se pode querer toda a força durante todo o tempo', ele dizia, ao comentar o AI-5. O perigo do AI-5, para ele, não estava apenas na sua onipotência, na proteção pela corrupção, pela censura à imprensa, ou na violação dos direitos humanos, pela suspensão do habeas-corpus: o AI-5, sobretudo, centralizava perigosamente o poder". (Pesce, 7 de agosto, 1981)

NOTA

1 Geisel descreve com precisão a criação do SNI, nas mãos de Golbery: "Num entendimento nos primeiros dias após a posse, Castelo e Golbery chegaram à conclusão de que o governo brasileiro, a exemplo de todos os países do mundo, precisava ter um serviço de informações e contra-informações centralizado. Castelo defendeu essa idéia, e Golbery ficou incumbido de estudar e redigir o projeto de sua organização, e a regulamentação das atividades. Em decorrência desse trabalho, o presidente baixou uma lei criando o Serviço Nacional de Informações, o SNI. Golbery foi nomeado para chefiá-lo e tratou logo de prover sua organização. Além de um centro sob sua direção imediata, havia diversas agências regionais. A do Rio de Janeiro, sob a direção do Figueiredo, era na época a principal, mas havia também agências importantes em São Paulo e em algumas outras capitais. Através dessas agências o chefe exercia a sua função. Além das informações que ia fornecendo ao governo à medida que os fatos ocorriam, Golbery todo mês fazia um relatório de informações sobre a situações internacional e a situações interna, política, militar etc. Esse relatório dava o quadro geral do que estava havendo e concluía com uma perspectiva de evolução. Era entregue ao Castelo c, se ele concordasse, os ministérios também tomavam conhecimento." (Geisel, apud D'Araújo & Castro, 1997: 186)

2 Assim, Ulisses Guimarães conta o seu encontro secreto, o silêncio era perturbador: "Por todo o tempo da conversação, ninguém entrou na sala e não ocorreu nenhuma perturbação. Nem a fatal chamada "absolutamente urgente" ao telefone que persegue autoridades em Brasília, onde quer que estejam. Golbery transportava seus dois interlocutores, com quatro anos de antecedência, para uma realidade brasileira que apenas se concretizaria a partir de 1979. A emenda n.° 11, que só seria proposta quatro anos mais tarde pelo presidente Figueiredo, sucessor de Geisel, foi literalmente antecipada por Golbery a Ulyascs c Tales Ramalho. (Guimarães *apud* Qutimbcig: 1994: 149)

3 A partir do caso do Riocentro, a carta de Hélio Pellegrino tenta mostrar as inconseqüências de nossos democratas e, portanto, de nossa democracia: "O anticomunismo, nos Estados Unidos, é o eixo principal da ideologia do poder imperial americano. Transformado em bandeira de luta pela democracia e pela liberdade, ajuda a nação ianque - em larga escala - a legitimar-se e embelezar-se perante seus próprios olhos, fornecendo-lhe os argumentos capazes de encobrir, com tintas nobres, os interesses da dominação colonizadora e do intervencionismo político internacional. A conseqüência desse culto à lei, cuja transcendente soberania passa a constituir a fonte ordenadora da vida americana, se manifesta através de saudabilíssimos efeitos. Um deles, por exemplo, pode ser observado na questão da impunidade. Ao contrário do ocorre entre nós, esta jamais consegue crigir-sc cm *direito* líquido e certo de determinados setores, civis ou militares, permanecendo aquilo que, em verdade, é: um cancro que apodrece o tecido da vida social e conduz ao arbítrio, à prepotência - e à violência. O exercício do poder, por seu lado, deixa de significar pura e simples emanação de força para subordinar-se aos princípios gerais que regulam a existência da *polis*. Entre nós, desgraçadamente, a situação não é bem essa. O militarismo sempre foi presente - e vigente - nas várias etapas da história brasileira. Isto não se deve a qualquer malignidade originária de nossas Forças Armadas. Elas hipertrofiaram seu poder de influência na exata proporção da fragilidade das instituições civis. O problema é que o uso - ou abuso - do cachimbo é capaz de entortar bocas, espadas - e baionetas. A hipertrofia do poder militar desaguou afinal numa hiperplasia estável e autojustificável, fechada em si mesma, ancha de uma suficiência que a transformou num anacronismo histórico. Hoje em dia, o militarismo brasileiro - não os militares! - constitui presença perturbadora na paisagem política e social do País, atrasando a transição democrática e impondo lesivos desgastes à boa imagem das Forças Armadas.(...)Outro episódio, igualmente escabroso e sintomático: o atentado terrorista do Riocentro. Neste caso, não há como falar em lei de anistia. A bomba que explodiu a genitália do Sargento Guilherme Pereira do Rosário está excluída, cronologicamente, do elenco de fatos anistiáveis. O sargento morreu, um capitão - depois promovido - teve seu lado direito dilacerado. O IPM do Riocentro, da maneira como foi conduzido, acabou por transformar-se numa impostura que as Forças Armadas e o povo brasileiro não merecem

Em recente entrevista à imprensa, o Presidente João Batista Figueiredo afirmou com todas as letras que a bomba do Riocentro 'foi negócio do Governo, não tinha nada de comunista, como eu imaginava no início. Após tal palavra, a não reabertura do IPM, ou qualquer outra medida para impedir o advento da verdade, significa um atentado à integridade moral das Forças Armadas e um crime contra a segurança nacional." (Pellegrino *Apud* Bierrenbach, 1996:168-69-70)

Conclusões

Hegel ao fazer uma alusão à lógica da História, como se ela fosse um personagem que manipulando as múltiplas ações individuais, conduzia à realização de seus esforços conceituais, usou a imagem do indivíduo que ao tentar se vingar de um outro, por questões litigiosas, teria ateado fogo numa pequena viga de madeira da casa de seu desafeto. Independentemente de suas intenções originárias, que visava apenas o consumo destrutivo de uma viga, acabou por se tornar um tormento. O fogo da viga transformou-se num incêndio de largas proporções. Da viga estendeu-se a um conjunto de casas, por um quarteirão. Assim, os demiurgos do estado ao prometerem a "felicidade social", erradicando os males do povo, conduziram a vida dos trabalhadores à um cotidiano perverso e penoso.

Talvez, melhor será sempre recorrer a ontologia histórica de Marx, quando se referiu à uma verdade histórica, segundo a qual "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado". Os gestores do capital atrófico acreditaram que dotados de uma *doutrina* poderiam controlar pelo estado a sociedade civil e, assim, a nossa própria história.

Contudo, qual era, em suma, o ardil do politicismo burguês? "O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais ... A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não se efetiva, de fato, por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são genericamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável." (Chasin, 1982: 7-8)

Uma das interpretações históricas das causas de 1964 aponta para a crise de hegemonia das classes dominantes, esquecendo-se de pontuar que, na verdade, duas tendências se colocaram com propostas diferentes e divergentes no âmbito do capital. O bonapartismo vitorioso foi a forma política encontrada para o exercício da autocracia burguesa, congregando os interesses das várias frações dos proprietários. Numa outra posição, um dos maiores intérpretes do militarismo brasileiro, Oliveiros Ferreira mostra a incompletude das classes sociais, no entanto, muito pelo contrário das posições por nós defendidas, por

um outro viés, chega à conclusão de que somente as Forças Armadas detém, ou poderiam deter, um projeto de nação. Numa longa passagem, ele situa inclusive os aportes do castelismo à ordenação jurídico-política do país, no período estudado.

"Pelas peculiares condições do desenvolvimento brasileiro, no decurso do qual se registrou a incapacidade de as classes sociais se organizarem politicamente ao longo do território recoberto pelo Estado - isto é, estabelecerem contatos organizatoriamente significativos em todo o território nacional para defender posições de classes coerentes - o único grupo organizado capaz de preencher as funções de *partido* eram as Forças Armadas, mais claramente o Exército, ao qual se cominou a partir de 1964 a tarefa de impedir o 'cesarismo'. Esse fato, que certamente a *Sorborme* não desconhecia (...) tendeu a atribuir ao Exército uma outra função, além daquelas próprias da Força Armada; ele se transformou, funcionalmente, num *partido político* - ainda que seja o partido da Nação brasileira. Contudo, essa transformação de sua função manifesta não foi conscientemente apreendida pelos oficiais, que timbram em apresentá-lo a si próprios e aos demais segmentos sociais como mero garante do Estado, chamado de quando em quando a restabelecer a ordem, ou, como se afirma no preâmbulo do Ato Institucional n.° 1, a depor um governo porque os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País - no caso em pauta havia subvertido a disciplina e a hierarquia das Forças Armadas". (Ferreira, 1981: 590-1)

Com o processo desenvolvido a partir de 1964, com o primado do desenvolvimento acelerado do regime militar, a economia nacional foi definitivamente incorporada às estruturas internacionais, seja no plano econômico seja no político. Os setores dinâmicos da acumulação monopolista passam a ser controlados pelos capitais estrangeiros, com isso, a burguesia nacional se subordina cada vez mais aos desígnios e também às estruturas internacionais de poder. Atento à esta problemática, Florestan Fernandes afirmou:

"Contudo, parece estar claro que os elementos que compõem a dominação burguesa (especialmente as forças que representam a grande burguesia industrial e financeira, bem como a burguesia internacional, diretamente envolvida nesse jogo econômico e político) compreenderam com clareza a oportunidade histórica com que depararam e, depois de uma curta hesitação pendular, trataram de aproveitá-la a fundo. Não puderam vencer todas as fraquezas de uma dominação heterogênea e compósita; e, inclusive tiveram de acomodar-se a interesses burgueses de setores arcaicos, os quais interferem nos ritmos e nas conseqüências da *modernização controlada de fora*, diminuindo, assim, tanto a eficácia quanto os efeitos de demonstração da nova ordem. No entanto, foram favorecidas pelo estilo da transformação política; apesar das aparências, não se constituiu um grupo reinante homogêneo, mas uma composição civil-militar, com preponderância militar e num nítido objetivo primordial - o de *consolidar a dominação burguesa* (em nome da defesa do *sistema da iniciativa privada* e do monopólio do poder pelos 'setores esclarecidos' das classes dominantes). O garante das Forças Armadas e a liderança dos oficiais-militares se definiram, portanto, mais em termos de autoridade que de poder e, especialmente, de monopolização do poder político, o que realmente permitiu a revitalização e a subseqüente unificação do poder burguês". (Fernandes, 1981:218-219)

Desmanchava-se, assim, todas ilusões de uma burguesia nacionalista que tendo em mira à sua emancipação particular, se colocava como a representante dos interesses gerais, aqui, ao contrário, apoiando-se em formas autocráticas, atuou mais como uma burguesia com interesses cada vez mais mesquinhos e particularistas, acelerando o processo de concentração e centralização do capital, por meio da superexploração da força de trabalho e com a exclusão das maiorias do próprio mercado interno.

"No entanto", nas palavras de Florestan Fernandes, "a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder, sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em conseqüência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se... Não só porque não existe ainda outra força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de detê-la. Mas, também, porque ela não tem como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais da Revolução Burguesa nacional-democrática". (Fernandes, 1981:220)

No plano da idealidade, há que ter claro que até em sua *razão manipulatória*, a nossa burguesia expressa o seu caráter particular limitado, despossuída de elementos revolucionários autênticos, em conformidade à sua incompletude de classe, ela vislumbra o salto impossível. Como nota J. Chasin, em suas teses sobre as diferenças históricas entre as vias clássicas e não-clássicas de objetivação do capitalismo:

"A inteligência da manipulação é a inteligência da burguesia contemporânea. Neste grau de generalização as burguesias subordinadas da periferia não constituem exceção ou figura negativamente privilegiada. O predicado negativo que as especifica está em que, da lógica universal de suas necessidades, carecem precisamente da inteligência de transformação que nunca tiveram nem podiam vir a ter.(...) Enquanto para a burguesia *universal* a inteligência da manipulação é uma forma *particular* de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado".(Chasin, 1986:10)

A 7 de agosto de 1981, num editorial do jornal *Folha de São Paulo,* se expunha os conteúdos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, como expressão típica das necessidades norte-americanas em balizar o mundo ocidental com uma parametração, no quadro da Guerra Fria, a fim de conter a ameaça do comunismo. Nessa medida, um novo atributo caberia às Forças Armadas, uma vez que "tornava-se necessário, também, providenciar novas funções para as Forças Armadas comuns, tornadas obsoletas, em termos de conflitos internacionais, pelo advento do poder atômico. E não passaria despercebido aos americanos, naturalmente, que o mundo estava coalhado de restos de

impérios coloniais destruídos pelos conflitos, todos à espera de uma nova metrópole." *(qpudFolha de S. Paulo,* agosto de 1981)

Se bem que em matéria de anticomunismo e, portanto, de caça aos comunistas, o Brasil fez escola na América Latina. Bastaria sinalizar, ao largo de toda a República, o tratamento truculento e brutal dado aos "subversivos", das puras manifestações operárias às manifestações políticas e ideológicas, como "questão de polícia", mas, particularmente, na repressão ao movimento de massa quando da ação repressiva do exército na derrocada da manifestação liderada pela Aliança Nacional Libertadora, em 1935. Com a instauração da Lei de Segurança Nacional, a "Lei Monstro", como acentuara Werneck Sodré, preparava-se uma verdadeira antecipação- de instrumentos jurídico-políticos repressivos do Estado Novo, pois, consubstanciava-se, institucionalmente, a repressão ordenada ao movimento subversivo em nosso país.

O editorial da *Folha* deixava claro a que poderes e necessidades esta arma ideológica servia: "Forjou-se, então, a ideologia da segurança do Ocidente, lastreada em teses de geopolítica que, por sua vez, embasavam doutrinas de segurança nacional caracterizadas por um único mandamento: o potencial das nações poderia ser transformado em poder através do desenvolvimento coordenado pelas respectivas Forças Armadas. Ao mesmo tempo, resolveu-se o problema de função para os militares, barrou-se o acesso soviético e garantiu-se para os Estados Unidos a supremacia mansa e tranqüila sobre todo o chamado mundo livre". *{Folha de S. Paulo,* 7 de agosto, 1981)

Uma das figuras mais expressivas dos *intelectuais orgânicos* do regime militar, com seu estilo singular, que lhe permitia agir virtualmente na sombra, mas que se constitui na expressão mais coerente e acabada da *Ideologia 64,* o general Golbery do Couto e Silva é, de fato, o compositor e orquestrador de uma política de segurança nacional, como forma ideológica para um país que pretenda ser uma grande potência do mundo ocidental. Na quadratura mundial, que se caracteriza por uma forma inelutável de guerra permanente, a segurança só pode ser edificada numa base material de bem-estar econômico e social, caso contrário, tomando como exemplo, as tragédias alemã e japonesa, na primeira e segunda guerras mundiais, "se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá". (Golbery, 1981:14)

Em sua *Geopolítica do Brasil,* o general Golbery tornava público de modo condensado todo o seu programa político. Segundo Oliveiros Ferreira de geopolítica este projeto nada tinha, uma vez que exalava ideologia: o Brasil como *umbigo do mundo.* O sonho de um Brasil *grande potência.* A teoria golberiana dos elos débeis implicava o corte radical com o subdesenvolvimento adotando os recursos e dinheirama dos pólos desenvolvidos do capitalismo. Em seus próprios termos,

"É que para o Brasil, na hora presente, só há uma escolha: *engrandecer-se ou perecer* ... desde já, a América do Sul, realmente, se encontra sob ameaças muito palpáveis que, a qualquer tempo, podem vir a concretizar-se em *surtos insurrecionais,* objetivando,

embora não declaradamente, a implantação, em território sul-americano, de um governo favorável à *ideologia comunista,* e que se constitui em grave e urgente perigo à unidade e segurança das Américas e de todo mundo ocidental. (...) o Brasil essencialmente depende - e quanto! - do restante do Ocidente e, em particular dos EUA, para o seu comércio, o seu desenvolvimento econômico, o seu progresso técnico e cultural, até para sua própria segurança ... É preciso que o Ocidente, do qual representamos, nós todos da América Latina, *simples elos mais débeis, se compenetre,* afinal, de que não haverá como combater, com segurança de êxito, as promessas do *milênio comunista ...* a não ser oferecendo, aos povos todos subdesenvolvidos da Terra, uma *alternativa diversa* entre estagnação e a miséria generalizada, de um lado, e, de outro, a industrialização, o progresso material, o poderio nacional, alcançados embora, estes, em regime totalitário, à custa de sacrifícios tremendos". *(Apud* Covre, 1983: 47. Grifos nossos)

Um projeto nacional que implicava a *instrumentalização* dos capitais externos, sem se dar conta que é o inverso que se efetivaria, acentuando a nossa subordinação estrutural, atrofiando cada vez mais intensamente a produção nacional, devido à própria internacionalização do capital, como *subsistema econômico* do universo do capital. Todavia, não havia outra saída. Na pobreza, segundo a visão golberiana, os rumos pertencem ao comunismo. •

A essência doutrinária da *ideologia 64* é a *dialética* de desenvolvimento e segurança. O termo dialética, aqui, significa que os dois elementos se condicionam reciprocamente, sem qualquer forma de ruptura, um implica o outro, ambos se fortalecem num desenvolvimento *integral,* que eleva todas as partes do ser social, que, por sua vez, só se torna possível se a segurança for *total,* ela opera em todos os níveis do cotidiano.

A *ideologia 64* postula de modo permanente o combate à corrupção e à subversão. O *Manual* da Escola Superior de Guerra, de 1976, chega a citar como paladino dessa doutrina, o autor de *A Essência da Segurança,* nada mais nada menos que o senhor Robert McNamara, que sintetiza a quintessência: "Numa sociedade que se está modernizando, segurança significa desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora este possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é desenvolvimento e sem desenvolvimento não pode haver segurança". Não estamos mais sozinhos! Num mundo interdependente atravessado pela guerra permanente, o alinhamento entre os dois oponentes antagônicos é inevitável. Há que tomar partido, o alinhamento com as forças da democracia ocidental em sua luta contra a ameaça do comunismo: o partido do capitalismo.

Na verdade, o binômio desenvolvimento e segurança é a atualização do lema positivista: ordem e progresso. A própria palavra "Revolução" nada mais é do que a conservação da ordem do capital, em nome de uma continuidade democrática, que admite uma "renovação conservadora" da ordem, sem nenhuma forma de ruptura com o capital. A tradição defendida é aquela que se ancora numa índole do povo brasileiro. Nessa visão do mundo, o homem brasileiro é sempre moderado, equilibrado, pacífico. É um espírito avesso às

lutas de classe. E a alma desejada pelo capital atrófíco, o capital subordinado e induzido por outro capital, o imperialismo. Qualquer alternativa contrária, cai no estigma de "inimigo interno". Qualquer oposição é subversão. Nesse sentido, a segurança é atribuição da cidadania, não é de exclusividade das Forças Armadas. Por isto, "A segurança é fundamental ao desenvolvimento. Só ela gera um clima de paz, ordem, de continuidade, de tranqüilidade que permite os investimentos e que permite o progresso", assegura Geisel, no dia 1.º de abril de 1977.

Desenvolvimento integrado e segurança total são os nódulos básicos de uma doutrina maturada na Escola Superior de Guerra, que agrupa um amontoado de planos que formam os Objetivos Nacionais Permanentes: a integridade territorial; a integração nacional, lingüística, religiosa, econômica, social e moral; a soberania nacional com uma política externa responsável; a colaboração entre todas as classes sociais; a democracia e o progresso.

"...o que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação de nossa infra-estrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente evolvida, a atenuação pelo menos dos graves desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos - objetivos todos, por certo, de alta essencialidade em qualquer programa de desenvolvimento econômico-social. Mas, se há um mínimo de segurança a atingir ou manter, em função da natureza e valor dos antagonismos em presença, de acordo com o maior ou menor grau de probabilidade da guerra que se tem a temer, e conforme a urgência e gravidade do perigo que se há de vencer, existe também, por outro lado, um mínimo de bem-estar que se precisa assegurar, de qualquer forma, em permanência.

A segurança estrutura-se, pois não pode deixar de estruturar-se sobre uma base irredutível de bem-estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofendera a própria capacidade de luta e de resistência da Nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá." (pgl3-370p e 14-370p caderno 52)

Em fins de 1973, nos estertores da autocracia medicista, mesmo em crise terminal, a saída para o esgotamento da acumulação do capital se dava dentro dos contornos da mesma configuração da *modernização excludente.* Os gestores do capital atrófíco acreditaram que possuíam a chave de nossa identificação nacional, podendo ditar os rumos de nossa história, uma vez derrotado o projeto nacional de esquerda, de *estatuto popular* e com base *na. progressão social.* A intervenção estatal deveria não só manter a ordem, mas com uma doutrina de desenvolvimento e segurança, mobilizar e unificar as energias sociais a fim de conseguir um ritmo de *desenvolvimento acelerado e sustentável,* assentado na *estabilidade interna,* consubstanciada na *repressão.* A meta apresentada tinha por objetivo a *valorização do homem brasileiro.* Somente com a resolução econômica seria possível a *felicidade social,* base a partir da qual se edificaria uma *sociedade politicamente aberta,* única forma de combate à ameaça comunista.

Estes pontos que norteiam a constelação de nódulos da *ideologia 64,* convergem na intenção de erradicar a miséria social. É na condição miserável, que o *homem brasileiro* chega no irracionalismo aflitivo, que lhe impulsiona a aderir à causa dos comunistas. A construção de uma sociedade politicamente aberta requer a anulação das contradições e antagonismos sociais advindos do subdesenvolvimento. Mediei formulou estes pontos: "Emprestando, nos termos em que o faço, suma importância ao econômico, não relego a plano secundário o social nem o político. Na ordem da intenção, pelo contrário, o social e o político é que se revestem de precedência, como fins últimos da ação, que está em marcha. Não há felicidade social possível, sem que as necessidades elementares e até secundárias, como as consistentes em certo grau de conforto, sejam atendidas. Não se assegurará, de outra parte, em toda a sua plenitude, a Kberdade política, sem que os conflitos sociais desapareçam pela supressão de suas causas, na maior parte de natureza econômica". (Mediei, 1970: 49)

O corpo de ideólogos que compõe o "ideário da Revolução de 64" é imenso. Há uma gradação dos que são efetivamente produtores e os difusores, aqueles que vão ao sabor das citações e dos empréstimos. Os militares se encarregaram de arredondar a doutrina de desenvolvimento e segurança nacional. Outros mais refinados imprimiram um toque de suas reflexões à doutrina com os problemas da geopolítica do Brasil. Os economistas deram forma aos projetos de desenvolvimento. Os juristas trataram de dar forma constitucional, principalmente, nos momentos de institucionalização da autocracia burguesa. De um modo geral, tentaram definir os rumos políticos da "Revolução Brasileira". Trataram, pois, de defini-la como uma "restauração da democracia".

No dia 1.° de abril de 1970, ao completar a passagem do sexto aniversário do golpe de 64, o mais radical dos civis que serviram à ditadura militar, ministro da Justiça, o professor Alfredo Buzaid tentava convencer a população, com a mesma insistência que os generais-presidentes se valeram. Buscava-se diferenciá-la de qualquer identificação com o golpismo, próprio das quarteladas, vinculando a intervenção militar à uma necessidade imposta pelo próprio povo. O antigo regime significava um regime sem moral, sem dignidade, sem decoro. "Muitas vezes os revolucionários não sabem o que querem; não são capazes de definir os seus ideais. Não se apresentam com uma doutrina clara, ordenada e metódica. Por isso se limitam a dizer o que não querem, isto é, o que lhes repugna na ordem política e social vigente". (Buzaid, 1970: 8)

Trata-se de uma "Revolução" que se impõe por sua *ação destrutiva,* que combate à corrupção, combate à instrumentalização do estado pelas classes sociais, combate à subversão - "forma de violência que degrada a criatura humana" -, em suma, são "revolucionários" movidos pela "idéia de revolver". O bom "revolucionário", melhor seria o adjetivo *positivista,* no entanto, é aquele que dá um passo à frente. É o portador de uma "idéia de renovação". Como a "Revolução de 1964" contribuiu com esta filosofia política *construtiva,* que fertilizou os vários setores da vida nacional?
Vejamos com os termos usados pelo ministro da Justiça da ditadura Mediei:

"No domínio econômico deu as bases de uma *política de desenvolvimento,* apta a libertar o país de vínculos que o submetiam ao império das nações poderosas. No domínio financeiro *saneou a moeda,* contendo *o processo inflacionário,* cujo desenvolvimento deu lugar a um progresso mais aparente que real. No domínio agrário promoveu uma reforma substancial, outorgando o *Estatuto da Terra,* que sistematiza a cultura da propriedade rural e a aplicação de novas técnicas para explorar os bens de produção. No domínio educacional incrementou a *alfabetização,* ampliou os colégios e reformou^ *o sistema universitário,* instituindo a carreira do magistério superior, organizando os departamentos e revalorizando os vencimentos dos professores. (...) No domínio das relações entre patrões e trabalhadores assegurou um clima de compreensão e *coexistência pacífica,* evitando a exploração dos operários, dando-lhes proteção pelo tempo de serviço e amparando-lhes a velhice através de legítima aposentadoria. No domínio da justiça pôs os seus órgãos junto ao povo para a reparação dos direitos violados e promoveu uma *reforma substancial de Códigos e leis.* (...) No domínio das Forças Armadas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, como instituições nacionais, executam a *política de segurança nacional,* defendendo a Pátria e garantindo os poderes constituídos, o primado do direito e a observância da lei. Nas relações internacionais manteve uma política de paz e amizade com os povos deste e de outros continentes". (Buzaid, 1970: 10-11)

"Se isto é loucura, pelo menos há método nisso!" O método empregado é o método do cinismo e da manipulação. No desenrolar de sua própria história, o capital atrófico tornou-se inteiramente subordinado aos desígnios do capital concluso. A coexistência pacífica entre as classes sociais foi reforçada com a militarização nas fábricas, no campo, nas escolas, nos diversos locais de trabalho. A violência como meio de potencialização das forças produtivas materiais.

O antiliberalismo é manifesto em todos os discursos da ideologia autocrático-burguesa. É uma componente da *ideologia 64,* assim como, o anticomunismo. Segundo Alfredo Buzaid, o liberalismo político tem apenas um *valor genérico,* na medida em que enuncia a fonte do poder, mas não a forma de exercê-la. "O que preocupa, no entanto, a moderna doutrina é particularizar o modo como se exprime a vontade popular, tanto mais que, como observou Burdeau, se é sempre o povo que governa, não é sempre o mesmo povo". Uma das aberrações de nosso sistema político é a ausência de quadros qualificados. Nosso povo acha-se incapacitado para votar corretamente. Somente com a educação é que ele se habilita para uma escolha responsável de seus dirigentes. Um fato relevante veio a agravar nossa precária vida partidária. A infiltração comunista nos partidos legais. O PTB agindo com base nos sindicatos operários tem seu sustento nas promessas de melhoria da vida dos trabalhadores. "Os comunistas procuravam dominar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na esperança de levantar as massas trabalhadoras para a revolução social. A razão disto estava em que não podiam organizar-se em partido legítimo, (...) cuja doutrina ou ação contrariava o regime democrático baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem". (Buzaid, 1970: 18)

Certa feita, ao ser agraciado com o nobre título de *Doutor Honoris Causa,* Garrastazu Mediei resumiu seu pensamento com o discurso "Democracia para o Homem". O centro

de suas considerações é a "felicidade social" dos brasileiros. Sair do subdesenvolvimento para um capitalismo superproduzido, implicaria um verdadeiro salto no que concerne à expansão veloz das forças produtivas materiais. Daí a intenção da articulação entre o desenvolvimento tecnológico nas universidades para o atendimento da complexidade da produção industrial. O crescimento econômico aliado aos recursos tecnológicos atestaria a viabilidade da "felicidade social", rompendo com o atraso social e erradicando a miséria, transformando-se em instrumentos eficazes que o capitalismo se utilizaria para sua perpetuação e enfrentamento com o comunismo.

A modernização excludente e induzida em nosso país, se assenta, portanto, no princípio do máximo desenvolvimento das forças produtivas com o máximo de repressão. Uma vez que "Pelo domínio cada vez mais amplo que'proporciona sobre a natureza, o *progresso científico* se constitui na *matriz* do fenômeno social mais característico do mundo contemporâneo, qual o do *crescimento econômico.* Por via da riqueza que por essa forma se acumula, já é possível vislumbrar, como algo realisticamente atingível, *a eliminação cabal da miséria,* até agora um dos mais terríveis flagelos da humanidade". E, mais ainda, se intenta efetivar o sonho de uma redistribuição de renda a mais justa possível. "Para desterrar, no entanto, dos horizontes sociais a penúria, de modo a não subsistirem, no meio da abundância, condições de vida infra-humana, imperioso é promover-se, por meio eficazes, a redistribuição do produto nacional". (Mediei: 1970: 161)

Soa estranho ouvirmos as palavras "humanitárias" de um Mediei, tal qual o incendiário que não controla as conseqüências imprevistas de suas ações. O homem, "Senhor de processos que lhe permitem desencadear as forças naturais, não haveria que recear quanto ao uso do infinito poder de que assim dispõe, se houvesse conseguido arrancar do coração a truculência que nele se enraíza". O outro é o truculento.

No entanto, as intenções do medicismo sempre foram explicitadas, com a consciência de suds conseqüências desumanas. Segundo Mediei, "Não me poderia, diante disso, trabalhar o espírito preocupação maior que a de instaurar entre nós *ordem social,* onde *todo o interesse legítimo seja devidamente tutelado".* O terrorismo oficial comprova precisamente as intenções "humanitárias": a exclusão física do outro. O assassinato político! Se a humanidade assistiu a morte dos cátaros em nome de Deus, aqui, em nome do *bem comum* se fez a "violência edificante", a barbárie. Guerra é guerra. Na guerra revolucionária todas as armas são válidas. "Então, tive uma conversa cem o ministro do Exército, general Orlando Geisel, e perguntei: 'Mas só os nossos morrem? Quando invadirem um aparelho, terão de invadir metralhando. Estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos'. Não há dúvida de que era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país". (Mediei: entrevista à *Veja,* 16 de maio, 1984)

O problema reside em definir essa *tutelagem armada e repressiva* sempre em sintonia com as "aspirações do povo", a índole nacional, como sendo uma *democracia brasileira.* Isto porque, seguindo os passos do ministro Buzaid, "a democracia, como forma de

convivência política, não constitui categoria lógica, imutável no tempo e no espaço, porém conceito histórico, sujeito às revisões impostas pela conveniência social. Como o homem, em suma, não foi feito para a democracia, mas a democracia é que foi feita para o homem, nada mais natural que a democracia brasileira se afeiçoe às exigências de nossas condições sociais e não às de sociedades alienígenas, notadamente quando é certo que alguns dos regimes aí vigorantes nem sempre viveram em odor de santidade". (Mediei, 1970: 166)

A arma da repressão é uma das pontas centrais da *ideologia 64.* A *tutela militar* na defesa dos interesses das várias frações do capital monopolista, que instaura a verdadeira ordem moral jamais foi ocultada pelo poder. •-••-•

"O verdadeiro fim do estado, segundo a concepção tomista, é a realização do bem comum. Ora, o bem comum é o fim tanto do povo quanto do indivíduo. *'Oportet eundem finem esse multitudinis humanae, qui est hominis unius'.* Governar é, pois, cuidar do bem comum e do bem individual e não do bem particular do governante. (...) Para realizar o bem comum, a democracia moderna procura tecnicizar funções do estado, substituindo os políticos empíricos por políticos capazes, geralmente economistas e professores, que se preocupam em preparar o plano de desenvolvimento. (...) A valorização do elemento econômico não significa uma diminuição do elemento político. Significa, ao contrário, uma ampliação do campo da política, que passa a abranger o plano do desenvolvimento e da expansão como uma das metas para atingir o bem comum. A política inclui, pois, entre as suas atividades primordiais a renovação científica da administração pública. Assim, os partidos, que pretendem transmitir uma mensagem ao povo, têm de lhe submeter, para a escolha de seus representantes, não os nomes de carreiristas, de demagogos ou de salvadores carismáticos, mas sim os programas de desenvolvimento capazes de sensibilizar o povo". (Buzaid, 1970: 30-31)

Buzaid transformou as palavras de Max Weber em *máxima* da "Revolução de 64": "Tu deves opor-te ao mal pela força, se não serás responsável por seu triunfo". (Weber *apiid* Buzaid, 1970: 34) Segundo o ministro medicista, um dos méritos da "Revolução de 64" foi ter buscado a sua institucionalização, inscrevendo seus "princípios e valores morais" na própria Constituição. Porque, "Não cuidou apenas da *moral individual* do político antes de assumir as suas funções no estado, quando escolhido pela vontade popular. Se considerasse o político apenas sob este aspecto, a moral estaria fora do estado. Mas a Revolução de 31 de Março objetivou *institucionalizar a moral dentro do estado,* sustentando que *a política sem ética se torna vazia de valores,* passa a ser antes uma ciência de dados da experiência que ciência do comportamento social". (Buzaid, 1970: 37-38. Grifos nosso)

Por esta razão, segundo o poder da *ideologia 64,* o político não deve dizer *o que é,* mas sim o que *deve ser.* Em consonância com "os princípios revolucionários", a própria *forma de representação* tem de ser modificada. Se o poder dita o que *deve ser,* sempre em nome da *soberania* da coletividade, o político tem de respeitar aquilo que de direito representa o povo. Com esta *inversão religiosa,* a política jamais é a sagração da santidade, mas, o jurista que se põe na defesa dos *princípios sagrados* da propriedade privada, assegura: "A

Revolução, que age com esse intento, é verdadeiramente democrática, porque surpreende a vontade do povo nas suas fontes verdadeiras, desperta a sua vocação para participar nos *destinos da história* e o identifica com os governantes na mais pura das representações. Esta Revolução constitui uma nova atitude do homem em face dos problemas fundamentais da Pátria. Para realizá-la, há necessidade de tempo, trabalho e perseverança no ideal".

O que caracteriza esta "Revolução regeneradora", segundo o jurista, reside na substituição da idéia de *revolver* pela idéia de *evolver.* Uma é destrutiva, a outra é construtiva. Esta democracia se define, na ótica positivista, como uma *democracia real.* Contará certamente com a participação popular em pleitos eleitorais, mesmo sem poder contar com um sistema pluripartidário, sem poder votar para governadores e presidente da República, não interfere, em absoluto, na lógica ideológica do jurista: "Esta concepção de democracia contém o chamado *Estado de Direito,* mas o supera porque tende a constituir-se em *Estado de Justiça,* que organizará a produção, manterá a ordem, realizará o equilíbrio dos interesses e assegurará a liberdade." Com uma ressalva muito importante, "Porém, num *Estado de Justiça* ninguém pode admitir uma liberdade individual que gere desassossego coletivo, uma liberdade de terroristas que infunda o pânico na sociedade, uma liberdade de facínoras que assaltam a economia alheia, matam guardas, roubam metralhadoras e desafiam a autoridade constituída. Contra a idéia de liberdade para a* prática do mal opõe a Revolução a idéia de liberdade para manter a ordem e promover o bem comum. O objetivo da Revolução, ao disciplinar a liberdade individual, não é o de lhe limitar o uso legítimo senão o de organizá-la em função da segurança nacional". (Buzaid, 1970: 41-42)

O exército sempre esteve presente nas discussões sobre o verdadeiro projeto nacional ao longo de todo o período republicano. Isto implica a caracterização do próprio país. Um dos traços comuns dos discursos presidenciais é a "terra dos contrastes". País que apresenta ainda um desenvolvimento desigual de suas regiões, fragmentado, que exige uma intervenção no sentido de sua ocupação, por meio da industrialização e do desenvolvimento de sua segurança interna, a indústria bélica. Isto porque, afirma o marechal Costa e Silva em sua primeira reunião ministerial, a 16 de março de 1967:

"Pude sentir, vivamente, o conjunto de contrastes de que se compõe o nosso país; demograficamente vazio, em várias regiões, e ,ao mesmo tempo, dotado, em outras, de uma força de expansão populacional que representa, sem dúvida, obstáculo ingente a uma ação promissora e profícua; fragmentário e, todavia, dotado de uma coesão física e de uma unidade espiritual, que nenhum povo conseguiu criar e manter em tais proporções e condições, em qualquer região do globo; simultaneamente rico e pobre, porque as riquezas inertes nada mais são do que pobreza; povoado por gente singularmente dócil e singularmente agressiva, liberal e intolerante, audaciosa e imprudente, e, não obstante, sábia, paciente e circunspeta". (Costa e Silva, 1968: 29)

Segundo Geisel, o projeto básico da "Revolução de 1964" consiste na *integração* de todos os setores da vida nacional:

"A Revolução, na continuidade invulgar de seus quatro Governos, tem se empenhado na *integração física* do nosso território, com a abertura de novas vias, de novas estradas, de novos meios de comunicação, sobretudo neste setor de comunicação, que é um dos pontos altos daquilo que realizamos. E transformamos esse Brasil. Ele é, realmente, hoje em dia, uma nação fisicamente integrada, desde o remoto território de Roraima até o nosso Rio Grande do Sul. Ao lado dessa integração física, realizamos, cada vez mais, uma *integração social.* O Brasil é um país que não tem castas, é um país em que há uma extraordinária mobilidade vertical, em que os homens das origens mais humildes podem ascender, se tiverem valor e capacidade de trabalho, aos maiores postos de direção em todos os campos de atividade do País. Não há preconceitos, apenas sobressai a capacidade de trabalho e o valor pessoal. Isto também é raro em outros países do mundo". (Geisel, 1978: 70-71)

Desse modo, além da integração de suas partes afins, graças à política de desenvolvimento implementada, os planos geográfico, político, econômico, social, se acham articulados, Geisel reafirma, num mundo interdependente, a da integração da nação brasileira ao mundo capitalista, sua política de cooperação e independência, reafirmada na política do *pragmatismo responsável:*

"A par desta integração física e social que realizamos no Brasil, nós também nos projetamos no *âmbito exterior.* Hoje, o Brasil é no campo externo, pelo seu desenvolvimento, pela sua seriedade, pelo seu espírito de paz e harmonia, pelo seu espírito de convivência com os demais povos, é nesse mundo de que todos somos extraordinariamente independentes, uma nação considerada. (...) Estamos em paz praticamente com todo o mundo. Convivemos, inclusive, com os países que ideologicamente professam doutrinas que nós não aceitamos. Vivemos em paz e procuramos viver no respeito recíproco, conservando a nossa autonomia, sem, entretanto, fugir ao espírito de cooperação". (Geisel, 1978: 71-72)

No que tange à segurança interna, a repressão à guerrilha, a liquidação dos dirigentes das organizações comunistas, davam um ponto final à estabilidade política necessária à colaboração de classes. Além de sua perda de independência ideológica, presas ao ardil do politicismo burguês, a esquerda também seria destroçada em sua orgânica.

"Cabe a nós, sermos fiéis aos nossos princípios, sermos honestos aos nossos propósitos e levar essa Revolução até ao fim para que ele realize seu objetivo. Quanto à segurança, eu estabeleci que nós deveríamos dar-lhe um mínimo indispensável de meios para realizá-la e deveríamos dedicar o esforço e os recursos que pudéssemos ao desenvolvimento. *A segurança é fundamental ao desenvolvimento.* Só ela gera um clima de paz, de ordem, de continuidade, de tranqüilidade que permite os investimentos e que permite o trabalho em ordem e consequentemente permite o progresso".

Sob a lógica dos mesmos princípios positivistas - ordem e progresso - o general Geisel acentuaria ainda que "Neste quadro, as Forças Armadas, juntamente com outras Forças Auxiliares e outros instrumentos do País, têm desempenhado papel relevante. Ao longo desses treze anos, sem dúvida, tivemos problemas, mas conseguimos dominá-los todos

galhardamente. As tentativas de terrorismo, de seqüestras, de guerrilha urbana, de guerrilha rural, todas elas foram dominadas e o País vive tranqüilamente, sem dúvida vigilante e pronto, toda vez que esses focos ressurgirem, a dominá-los, como é do nosso dever". (Geisel, 1978: 74)

Em suma, estava-se diante de uma ditadura que se valia de todo um instrumental repressivo para garantir a apropriação dual da *mais-valia.* "Toda força concentrada e organizada foi posta a serviço de uma política destinada a superar a 'estagnação econômica' e a 'inflação explosiva'. Isto é, *a violência* readquiriu, de modo mais amplo e brutal, o caráter de *potência econômica,* de força produtiva. Na prática, o capital monopolista havia penetrado ainda mais profunda e amplamente no aparato estatal, ao mesmo tempo em que penetrara, ou passara a influenciar, de modo decisivo, amplos setores do sistema de ensino, público e privado, a indústria cultural, as forças de repressão, o pensamento e a prática dos governantes e tecnocratas". (Ianni, 1981:34)

A própria institucionalização da autocracia foi praticada em várias oportunidades. Um novo Código de leis que expressassem as necessidades da doutrina de segurança nacional. Quando foi *outorgada* uma nova constituição em 1967, as leis foram revertidas em consonância com o novo poder político. Mais uma vez, o jornalista Carlos Castello Branco, mesmo expressando suas concepções liberais, apontava para uma disjunção flagrante na Constituição, pois, no terreno econômico, regem as leis da propriedade privada e, no político, o intervencionismo. Desse modo, "A incoerência fundamental da Constituição que o Governo revolucionário está impondo ao País estará na dualidade de concepções em que se fundamentam a ordem econômica e a ordem política ali estatuídas. *Economicamente,* como se tem observado à abundância, a *Carta é liberal,* na medida em que se adota como norma, dela tirando conseqüências práticas, o princípio da livre empresa e da organização privatista do setor. *Politicamente, ela é estatista,* determinando amplo bloqueio das liberdades individuais, tudo subordinando ao conceito supraconstitucional da segurança nacional". (Branco, 1977: 627. Grifos nossos)

O *doutor Gol* se referiu à sua criação o SNI, como um "monstro" que à medida em que devorava suas vítimas, mais ampliava os seus tentáculos - assim como outros "monstros" que a própria ditadura militar construiu -, mais potencializava suas forças. Eliézer de Oliveira destrinçou esta autonomização dos aparatos repressivos, que propiciava disputas internas acirradas: "Ao grau cada vez mais elevado de centralização e concentração do poder público no aparelho militar e da expansão deste aparelho na vida estatal correspondeu a tendência ao estabelecimento de um grau também elevado de imprevisibilidade das ações desenvolvidas em nome do aparato militar. O aparelho repressivo conseguiu alto nível da autonomia com relação aos centros formais de decisão militar (...) fruto de uma política repressiva do regime militar, o aparelho de repressão tornou-se durante algum tempo fonte de poder no aparelho militar e no Estado". (Oliveira *apud* Gaio, 1997: 68)

Valentes com as armas nas mãos, covardes nos feitos desumanos. Segundo os oficiais das Forças Armadas, "Foi a subversão que criou a repressão". A ditadura brasileira comparada

urbano-industrial fundamentado no petróleo importado, ou seja, queimando entre 73 e 79, três e meio bilhões de dólares a mais e, entre oito e dez bilhões de dólares, entre 79 e o ano corrente". (Serpa *apud* Gaio, 1997: 164)

E, raivoso, finaliza: "Impondo receitas, sugeriram a nosso Governo a abertura do capital financeiro, pela multiplicação de agencias estrangeiras; a esterilização das mulheres; a entrega das grandes estatais; novas vantagens para o capital estrangeiro e vendas de terras; a abertura da informática e outras, contando sempre com conhecidos testas nacionais, mesmo os que exercem encargos do mais alto nível. Diante de tudo isso como poderia a Nação julgar os seus militares? Ao vê-los preocupados, apenas, com o socialismo e comunismo, esquecidos da corrupção que justificou o Movimento de 1964, indiferentes aos agravos à Soberania Nacional que humilha a todos e a miséria e a fome em que vivem os seus concidadãos, passou a julgá-los, muita vez, embora erradamente, tropa de ocupação contra o próprio povo brasileiro". (Serpa *apud Gúo,* 1997: 165)

Com a *auto-reforma* encaminhada, uma vez anulada a resistência comunista, no campo da social democracia se buscava estabelecer uma concepção de democracia onde o *dissenso* fosse reconhecido, juntamente com os interesses partidários e o parlamento aparecesse como o espaço onde as razões individuais buscariam o *consenso* na forma da lei, no andamento de acordo com as regras do jogo. É bom recordar que *o bipartidarismo* era sustentado por Geisel como uma boa fórmula, melhor do que uma quantidade exagerada de partidos no balcão dos negócios. O "Partido da Revolução" ou o "Partido da Ordem" deveria se eternizar.

Agora, com João Figueiredo, com a dissolução do bipartidarismo não haverá mais um "Partido do Governo", mas sim "Partidos no governo".

Sem alternativa revolucionária em vista, Cardoso infere que "Temos de acabar com a ideologia do 'inimigo interno' à moda antiga, porque é com base nela que se tenta justificar a intervenção. Não há nenhuma agitação extraordinária hoje no Brasil. Pelo contrário, o que me espanta é a falta de tenacidade na pugna social em nosso país. Não digo que na época da guerrilha não existisse esse inimigo interno, pois não sou pessoa de esconder a realidade com palavras. Mas hoje não existe mais. Quem fala em setores incendiários das esquerdas está inventando inimigos. Não há hoje no Brasil nenhum setor das esquerdas que pregue outra coisa senão o voto. Todos estão de acordo com a necessidade de eleições e de uma nova Constituição".(Cardoso *apud* Mota, 1985:61-2) Realimentava-se, assim, no seio da *nova esquerda,* a fórmula da *democracia como valor universal.*

Na outra ponta, o economista do castelismo, continuava temeroso com *o ressurgimento do populismo,* porque "Segundo as linhas de um mal definido programa de governo, proposto por correntes políticas sem afinidade com os princípios da economia de mercado, é chegado o instante de materializar aspirações de massas, que deram à tônica às concentrações populares dos últimos meses. Assim, um *distributivismo inconseqüente,* que subestime a necessidade de combater a inflação, reduza o investimento como matriz do emprego e da renda, gere efervescência com a agitação de problemas imaginários e não

considere os riscos da indisciplina social, produzirá condições propícias à instabilidade política, tradicional fonte de impasses às vezes insuperáveis". (Campos *apud* Mota, 1985:77-8)

Roberto Campos, o paladino do liberalismo brasileiro, agora não mais comprometido com as linhas que a ditadura militar impingiu ao país, assinalava os obstáculos a serem superados numa *nova* política econômica: a *estatização* e a *burocratização.* Achincalha o nosso subdesenvolvimento cultural em fabricar uma *reserva de mercado* no setor da informática e da microeletrônica. Somente com a entrada de capitais estrangeiros e sua tecnologia seria possível o país adentrar de fato na modernidade. Nesse sentido, alinhava os principais problemas que a "Nova República" teria de enfrentar:

"Competem pelos primeiros lugares na lista de problemas prioritários a *estatização,* que contribui de forma decisiva para o déficit do setor público, causa determinante do processo inflacionário crônico, e a sufocante *burocratização* da administração pública em todos os níveis. A desestatização e a desburocratização, que trazem a promessa de eliminação de graves empecilhos ao desenvolvimento econômico e social, deverão converter-se em bússola que a sociedade poderá usar ao perseguir o objetivo superior da *abertura econômica.* Sem a efetiva consecução desse objetivo não daremos *real primazia à iniciativa privada* nem assistiremos à ascensão econômica e política do consumidor. Aí se colocam dois alvos germinados que só poderão ser atingidos por governantes que sejam absolutamente fiéis aos compromisso de firmar na História do País uma tradição democrática verdadeira". (Campos *apud* Mota, 1985:78. Grifos nossos)

Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional, acredita, está inscrita duradouramente nos corações de nossos militares. O bonapartismo como a essência religiosa da burguesia pode ser utilizado a qualquer momento: "Recordemos, de início", assegura Roberto Campos, "que o conceito de segurança nacional como um dever de todos os brasileiros é, do ponto de vista dos militares, muito mais amplo do que o mundo civil entende e aceita. As Forças Armadas continuam imbuídas do sentimento de que é dever de todo o cidadão 'opor-se aos desvios individuais que, de qualquer maneira, ameacem o bem-estar social, a instituição política ou do desenvolvimento econômico e, portanto, a segurança nacional', conforme expressão do presidente Figueiredo, em um de seus recentes discursos de fim de ano. É significativo que, no almoço com oficiais-generais da Aeronáutica, em que proferiu essas palavras, o liberal Délio Jardim de Mattos tenha saudado o término do seu governo com 'um fim de ciclo', ou 'um desfecho político à altura dos ideais primeiros do movimento de 64'." (Campos *apudMota*^ 1985:95)

Nesse sentido, "Com a prevista entrega do poder a um presidente civil, observa-se que prevalece entre os militares a tendência dos que consideram a intervenção militar na política como missão temporária, *precisa* nos objetivos e *limitada* no tempo. Os objetivos se resumiriam a corrigir a indisciplina social, minorar os desequilíbrios sociais, lançar as bases para a retomada do desenvolvimento e compatibilizar as instituições democráticas com o reforço de segurança imposto pela contestação ideológica, no quadro que determinou a intervenção em 1964". (Campos *apud*'Mota, 1985:95-6)

Ainda segundo Roberto Campos, "No início de nova etapa do nosso desenvolvimento político, propiciado pelo encerramento do ciclo revolucionário, prevalece nos círculos dirigentes a sensação de que o País saberá precaver-se dos riscos do populismo distributivista, notória fonte de instabilidade política. Estarão certamente iludidos os que supuserem que os militares ficarão indiferentes a um restabelecimento do clima político que determinou a sua mobilização, há 20 anos, para a mais prolongada das intervenções das Forças Armadas na vida civil do País. Espera-se, entretanto, que a sociedade esteja vacinada contra as tentações do distributivismo populista, que insufla a decretação de salários acima do incremento da produtividade e dos benefícios sociais a expensas da capacidade de investir, assim como o congelamento ou .subyenciqnamento de certos preços 'políticos'. Como nos tem demonstrado a experiência brasileira e latino-americana, a médio e longo prazo o distributivismo irresponsável torna-se infenso ao desenvolvimento, redundando em crescente pressão inflacionária, pelo excesso de demanda em relação à capacidade produtiva, e não raro em estagnação econômica, pela incapacidade de investir.

Em atmosfera que favorece a irrestrita veiculação do protesto popular, a estagnação econômica, marcada por turbulência da indisciplina social e por ameaças de desagregação do poder, fará ressurgir as condições sociais que costumam dar origem às intervenções militares na política". (Campos *apudMotSL,* 1985:96-7)

Em 1994, numa reportagem especial da Revista *Veja,* focalizando a situação dos militares no governo Itamar Franco, situação em que aparecem "de bolso vazio e armas enferrujadas", o articulista se vale de uma dissertação intitulada *A Sombra dos Generais,* onde o pesquisador Luiz Felipe Miguel afirma:

"A questão não é saber quanto o país gasta com as Forças Armadas (2,1 bilhões de dólares por ano, 0,7 do PIB), mas para que - e em que quantidade - se necessita de soldados e generais (350 mil efetivos militares), tanques e corvetas. Em quase meio século de Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras fizeram do combate ao chamado 'inimigo interno' sua principal atividade. Hoje, a situação é outra. Nas escolas militares, extinguiram-se cursos específicos sobre os chamados movimentos revolucionários. O foco das atenções se deslocou. Os militares estão preocupados com a Amazônia, pois desconfiam que antropólogos e missionários possam atuar como ponta-de-lança de interesses estrangeiros, ávidos pela riqueza da região. Outro tema são os morros do Rio de Janeiro, onde a criminalidade e a desordem podem criar aquilo que, em seus manuais, eles definem como um caso de 'convulsão'. Temas assim tomaram o lugar do hinário ideológico das décadas anteriores". ("A Força das Armas", *Veja,* Ano 27 - n.° 5, SP, Editora Abril 2 de fevereiro de 1994, página 70)

O mesmo estudioso após entrevistar 1 693 artigos de oficiais, publicados em revistas internas, entre 1964 e 1991, conclui: "Ao contrário do que afirmam alguns autores, a ideologia da tutela das Forças Armadas sobre o ordenamento político permanece hegemônica entre os militares brasileiros". *(Veja, 2* de fevereiro, 1994: 69-70)

Em 1985, com a transição transada se efetivando, o maior teórico da "crítica do populismo" permaneceria no campo do politicismo burguês ao examinar o dilema da melhor forma do regime democrático: presidencialismo *versus* parlamentarismo.

"Um dos problemas do presidencialismo - que só deu certo nos Estados Unidos, justamente porque lá o Congresso é extremamente forte - é que ele confunde as figuras de chefe de governo e chefe de Estado. O resultado é que, entre nós, estamos sempre preocupados em não desestabilizar o governo, porque ele se identifica como o Estado. Ora, o ideal é que se pudesse mudar o governo sempre que necessário com a segurança de que o Estado permaneceria intocado em seus princípios fundamentais.

A grande vantagem do parlamentarismo é que ele permite que se absorvam crises de natureza institucional e, ao mesmo tempo, possibilita maior dinamismo na expressão das demandas da sociedade junto ao Estado. Devemos pensar num parlamentarismo que admite um presidente da República eleito por voto direto, o qual, como chefe de Estado, formaria os governos de acordo com os princípios de composição parlamentar". (Weffort *apud Mota,* 1985:166)

E, qual é a causa maior das intervenções militares em nosso país?

"Se a política brasileira tradicionalmente tem aberto espaço para uma participação indevida dos militares, é porque os civis, ancorados em partidos frágeis, num sistema institucional instável por natureza, tem propiciado e mesmo incentivado a todo o momento a participação militar. Por isso, a melhor maneira - embora não a única - de prevenir novas investidas dos militares na política é fortalecer o sistema partidário. Se ao lado disso estabelecermos normas realmente democráticas de liberdade de associações e de imprensa, o regime poderá funcionar com os militares cumprindo suas tarefas específicas e os civis desempenhando o papel político que lhes cabe". (Weffort *apud Mota,* 1985:167)

Como vimos, uma das vitórias do *sistema de poder* erigido a partir de 1964 foi a de manter *exclusividade de comando* na tarefa de estruturar, modelar e conservar uma *forma particular* de organização produtiva, sem mediações das instituições políticas. Rejeitando à época, a retomada do sistema parlamentarista, evocado pelo "Bloco Parlamentar da Revolução", tomando decisões tal qual "uma espécie de partido único", "As Forças Armadas, por sua representação no Poder, desejariam manter ainda sob *sua tutela*, por um tempo que excede o do limite do mandato do atual Presidente, *a formulação e execução da política externa e a própria orientação da política econômico-financeira.* Essas exigências tornariam improvável o consentimento dos militares a um sistema de Governo cuja orientação decorrerá das composições políticas de formação e integração dos gabinetes", afirmava corretamente o jornalista Carlos Castello Branco. (JB, 25 de agosto, 1965)

O *medicismo* propagou a mística de que era possível superar "os métodos até hoje usados para ordenar as relações sociais, principalmente na ordem estatal, que constituí uma das fontes permanentes de sofrimento para o homem", podendo, no entanto, chegar à supressão das "aflições populares". As razões disso, está na incompletude do processo iniciado nos anos 50. Com a industrialização planejada, não houve literalmente a passagem da liberal democracia para a democracia social.

Segundo ele, "A falta de compatibilidade, entre a continuidade do liberalismo político de então e as tensões sociais, seria um dos fermentos das crises político-militares que se repetiriam a partir de 1954". (Mediei, 1970: 62) Criticando o passado, com o intento da desclassificação dos feitos conseguidos por processos democráticos, Mediei caracteriza o pré-64 como um momento eivado pela' crise econômico-fínanceira, do desencanto generalizado pelo liberalismo político, pela neurose do reformismo, que "não sabia o que reformar, como reformar e para que reformar". Isto abriria para as insanas aventuras políticas inteiramente "contrárias à nossa filosofia de vida". Filosofia de vida extraída do princípio da sociedade moderna: *a livre iniciativa.* Há que acelerar o ritmo da história. Recusar "a ilusória viabilidade de uma democracia ortodoxa e saudosista, em um país ansioso por sair do estágio do subdesenvolvimento".

O castelismo consagrou a fórmula: *um máximo de desenvolvimento possível com um mínimo de segurança.* Geisel tinha plena convicção, contrariando as restrições do ideólogo Roberto campos, de que mesmo enfrentando uma crise mundial do capitalismo, haveria que buscar o crescimento econômico possível. Ou seja, como sair do atoleiro que seria a maior herança da crise do "milagre econômico brasileiro". A opção 1974. Mais desenvolvimento e menos segurança. A esquerda armada já estava destroçada. A segurança estava mais do que assegurada. "Dei ênfase ao desenvolvimento porque acho que um país do tamanho do Brasil, com a população que tem, com a sua pobreza, a sua debilidade, tem que se desenvolver. Se o Brasil quer ser uma nação moderna, sem o problema da fome e sem uma série de outras mazelas de que sofremos, tem que se desenvolver. E para isso, o principal instrumento, a grande força impulsora é o governo federal. A nação não se desenvolve espontaneamente. É preciso haver alguém que a oriente e a impulsione, e esse papel cabe ao governo". (Geisel *apud* D'Araujo & Castro, 1997: 287)

Desenvolvimento *possível,* porque tinha plena clareza dos limites da burguesia brasileira, *tímida* e *egoísta,* que "não se empenhava muito no sentido do desenvolvimento", daí o acenar para os capitais estrangeiros. Eles carregam os nacionais. Sem este desenvolvimento *possível* os objetivos da "Revolução de 64" estariam condenados ao fracasso. Enquanto na Europa há recursos de sobra para atender as necessidades de uma população estável, "Já aqui no Brasil, é necessário fazer tudo". É necessário criar riquezas. "O desenvolvimento que o II PND pretendia alcançar era um desenvolvimento integrado, não apenas econômico, nossa preocupação era, tanto quanto possível, assegurar o pleno emprego, evitando o agravamento dos nossos graves problemas sociais e promovendo melhorias na solução. (...) Contudo, não há no país capitais disponíveis. Existem ricos, mas estão pouco dispostos a enfrentar esses problemas, e assim há

relativamente pouco dinheiro para promover o desenvolvimento. Cabe então ao próprio governo, com os meios de que pode dispor, inclusive o crédito externo, assumir a tarefa. Passamos então a ser acusados, pelos teóricos que nada produzem. De estatizantes!" (Geisel *apud* D'Araújo & Castro, 1997: 290)

Geisel sempre manteve severas reservas aos proprietários nacionais, acusando-os de sempre procurar o estado para seus benefícios exclusivistas e particularistas esquivando-se dos reais projetos que beneficiariam o interesse coletivo. Nesse sentido, não há que recusar os aportes estrangeiros. Compactuando com a tese delfiniana, segundo a qual "o Brasil não tem poupança", Geisel se define pelo desenvolvimento *possível,* se não há poupança externa, trata-se de captá-la-onde tem em excesso. "Portanto, o lógico, o racional é que, se nós não temos a nossa, usemos a deles! Vamos trazer a poupança do estrangeiro para o Brasil e aplicá-la criteriosamente, para que ela tenha um *efeito reprodutor.* Depois poderemos pagá-la de volta". (Geisel, 1997: 293)

Os militares se consideravam os verdadeiros demiurgos dos novos tempos. Renovando o antigo preceito do positivismo de Comte - Ordem e Progresso - para Desenvolvimento e Segurança, de acordo com os tempos de *guerra revolucionária,* abriram fogo aos subversivos, aos *inimigos da ordem,* transformando-se nos guardiães do capital atrófico.

Golbery, em vários momentos, sintetizou uma idéia comum ao pensamento bonapartista, a idéia de que "o povo não é a verdadeira nação, mas sim o estado". O Estado redentor seria a salvação da lavoura para o capitalismo nacional. Em suas mãos estaria a salvo. A iniciativa privada poderia florescer sem limites, desde que o antigo regime fosse aniquilado. E junto a ele, uma possível *Repíiblica sindical,* com uma pretensa *democracia direta,* mediado pelas organizações sindicais e associações populares, poderia ser o *ardil do populismo,* tal como um demônio, praticando perversões, ao promover a instabilidade da ordem, a crise econômica, a desobediência civil, a *desobediência militar,* em suma, a guerra civil aberta. A ameaça do *comunismo soviético* seria enfrentada pelo *estado clandestino,* o terrorismo como *lei* do estado autocrático-burguês.

Há que reconhecer como virtude do politicismo burguês e da repressão permanente, o desfibramento de uma oposição conseqüente, armada com uma alternativa econômica da perspectiva do trabalho. O descortino das esquerdas fez com que na primeira eleição para presidente da república, na ausência de uma esquerda revolucionária, elas se apresentassem divididas. A vitória de um autêntico demagogo e oportunista pôs definitivamente abaixo a atadura com os fios da brusca ruptura de um desenvolvimento nacional com progresso social. Em dezembro de 1989, logo após a derrota para o aventureiro, Darcy Ribeiro foi lacônico: "Talvez tenha sido a nossa última oportunidade histórica!"

Os militares, não à toa, temiam uma candidatura: a do *progressismo social* de Leonel Brizola. Não simpatizavam com o *esportista* Fernando Collor de Melo. Consideravam Luis Inácio da Silva o mais fácil de bater nas eleições diretas. Golbery alcunhava Lula de "Fidel do ABC" e Brizola, o "Duce dos Pampas". Todavia, o herdeiro de Getúlio não poderia ter chance de chegar num possível segundo turno. O ajuste de contas com a

fratura histórica não poderia vingar. 1964 teria sido em vão. Após a transição transada, com o fracasso do Plano Cruzado,

Naquela ocasião, uma confluência eleitoral à esquerda do capital seria a estratégia concreta mais plausível para o batimento definitivo da herança da dominação autocrático-burguesa. Não pelo *corte socialista,* decerto. O Leste europeu também veio abaixo. Porém, por aquilo que de mais significativo brotara em nossa própria realidade histórica. Sem programa, sem unidade, sem nada! A vitória do "filhote da ditadura" pôs em cheque não só as oposições de esquerda, mas também, as "teorias" da *analítica paulista.*

O que tem a ver a *modernidade perversa* de Fernando Collor "com a ditadura militar? "Em verdade, *manipulação* barata da boa fé dos desesperados, e *radicalização da diretriz econômica do golpe de 64,* reatualizada sob vestimentas do neoliberalismo. Se bem que antes *cobertura* de um assalto organizado, do que programa de ação, a retórica neoliberal (...) não pôde ser mais, desde o início (basta pensar no seqüestro financeiro do pretenso primeiro plano de estabilização), do que mera e bisonha ferramenta de demolição, exasperadora da própria alma perversa do *neoliberalismo centrar.* (Chasin, 1993: 88)

"Às vésperas de 93, o Brasil dejetou a mais sórdida aventura governamental de sua história. O voto conclusivo do Senado Federal, em fins de dezembro, encerrou o * *impeachment* contra Fernando Affonso Collor de Mello, punindo com o impedimento definitivo o presidente, cujos crimes pessoais serão ainda julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e que nos 30 meses em que detivera o poder fora totalmente incapaz de proceder 'com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de chefe de estado' *{Relatório da CPI),* e cuja simples presença pública fora crescentemente ofendendo o conjunto do país, até à plena convicção de sua culpa, denunciada nas ruas como verdade nacional. Mas a remoção constitucional do aventureiro não foi apenas o desenlace de unia impostura de natureza pessoal, (...) mas também da igualmente *aventureira equação política do establishment brasileiro* na sucessão presidencial de 89". Mais uma vez, a burguesia brasileira mostrou a sua verdadeira face canhestra, financiando um *bando de jovens oportunistas* com seu total conhecimento, alimentando toda uma *camarilha de estado,* a fim de assegurar as suas minguadas migalhas. Aliás, estes jovens *seriam* "os únicos, que consentiriam em envergar os míseros papéis que lhes eram destinados - o desvalor histórico que ferreteia desde as origens o *círculo social dominante* no Brasil, especialmente agudizado pela sua redobrada impotência atual, que já perdura por vinte anos". (Chasin, 1993: 83)

Isto porque, "Nessa quadra, fracionados num grande gradiente de interesses díspares, os setores dominantes (banqueiros, empreiteiros, industriais, agricultores, comerciantes, etc, sem falar em suas clivagens regionais) têm sido incapazes de se aglutinar economicamente, e por conseqüência incapazes também de se unificar no plano político. Em 89, sem projeto nacional e carentes de qualquer programa político, acovardados diante das candidaturas de Leonel Brizola e Luis Inácio da Silva, enveredaram pela calha de suas piores inclinações, arrematando um pacto conservador temerário em redor de Collor de Mello, na presunção de que retinham seus cordéis e os moveriam a seu bel prazer". (Chasin, 1993: 84)

A teleologia que visa ao acabamento do capital atrófico intenciona um itinerário que seguiria o caminho histórico do *forma clássica* de objetivação do capitalismo, tendo como parametração a configuração das partes congruentes do capital concluso. A completude do cap tal subordinado ao imperialismo implicaria a mesma lógica lograda pelo capitalismo desenvolvido. "De sorte que, ao sonho arcaico do capitalismo autônomo, consciente ao menos do lugar da batalha, corresponde a moderna quimera desgraciosa de *civilizar* o imperialismo, de humanizar o capital em meio à *produção destrutiva,* isto é, no estágio em que definitivamente se desvencilhou dos constrangimentos do consumo genuinamente humano". (Chasin, 1989: 42)

Este acabamento seria buscado por meio de' vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. O sonho de ser *primeiro mundo,* o sonho *de grande potência. O* Brasil como umbigo do mundo.

Em novembro de 1989, ainda sem a confirmação da vitória do aventureiro, no discurso intitulado "A sucessão na crise e a crise da esquerda", a partir de um exame rigoroso do quadro nacional, apostando suas fichas numa *confluência eleitoral na esquerda,* centrada na figura de Leonel Brizola, J. Chasin vaticinava:

"Sua derrota possível no primeiro turno será a vitória inapeiável de Collor de Mello no turno final, ou seja, *a realização do espírito profundo de 64 por via eleitoral.* Será, então, uma nova história, uma vez que suas possibilidades no poder se resumem predominantemente à alternativa - desastre retumbante ou sucesso ponderável. No segundo caso, *a internacionalização econômica subordinada do pais estará definitivamente imposta,* de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro (...). A presente sucessão presidencial, celebrada eleitoralmente depois de trinta anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar histórico. Se assim for, ter-se-á perdido a última oportunidade de um quadro de realidade e de seu potencial de lutas. Os novos e futuros serão muito distintos, para os quais as armas atuais já não terão nenhuma serventia, e não só porque hão de ter mostrado que não prestam. É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana". (Chasin, 1989: 120-1)

Com o derribamento da candidatura oposicionista, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, consumava-se o processo da *auto-reforma* da autocracia burguesa, previamente traçada e regiamente seguida no cronograma militar da transição pelo alto. O regime instaurado a partir de 1964, não foi abatido por um amplo movimento de massas, articulado num projeto econômico alternativo da perspectiva do trabalho, porém - e esta foi sua grande vitória -, manteve em seus traços gerais a plataforma econômica pró-imperialista e pró-monopolista. Do golpe de 1964 até a instauração da "Nova República - com o referendo do nome de Tancredo Neves, pela via indireta, num colégio eleitoral e a

consagração de um aventureiro no poder, em 1989 -, transitou-se de uma *forma bonaparíisía* para uma *autocracia burguesa institucionalizada.* Reafirmando o velho ardil do *politicismo burguês,* desarmando a oposição no enfrentamento da questão nacional, marginando a ação oposicionista na esfera do político, no "aprimoramento das instituições", impondo limites que não poderiam ser ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais.

Fontes e Referências Bibliográficas

Discursos Presidenciais

BRANCO, H. Alencar - **Discursos:1964.RJ:** Secretaria de Imprensa, 1964.
_____**-Discursos: 1965.** RJ: Secretaria de Imprensa, 1965.
_____**- Discursos: 1966.RJ:** Secretaria de Imprensa, 1966.
_____- **Discursos: 1967.RJ:** Secretaria de Imprensa, 1968.

_____- Marechal Castello Branco - seu pensamento militar. Org. Francisco Ruas Santos. RJ: Secretaria de Imprensa, 1968.

COSTA E SILVA, Arthur - **Pronunciamentos do Presidente. Discursos:** 67.Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1968.
_____**- Pronunciamentos do Presidente. Discursos:** 67.Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1968.
_____**- Pronunciamentos do Presidente. Discursos:** 68Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1969.

FIGUEIREDO, João Baptista de - **Discursos: 1980.** Brasília: Secretaria de Imprensa é Divulgação, 1981.
_____**- Discursos: 1981.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1982.

_____**- Discursos: 1982.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983.

_____**- Discursos: 1983.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984.
_____**- Discursos: 1984.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984.
GEISEL, Ernesto - **Discursos: 1974.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1975.
_____**- Discursos: 1975.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1976.

_____**- Discursos: 1976.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1977.
_____**- Discursos: 1977.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1978.
_____**- Discursos: 1978.** Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1979.
MÉDIO, Emílio Garrastazu - **A Compreensão do Povo.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

MÉDIO, Emílio Garrastazu - **O Jogo da Verdade.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

_____- **Nova Consciência do Brasil.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

_____- **O Povo não está só.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

_____.__- **Os Vínculos da Fraternidade.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.

_____- **A Verdadeira Paz.** Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.

MANUAL BÁSICO - Escola Superior de Guerra: 1976 Departamento de Estudos, RJ: Borsoi, 1976.

Obras

ABRAMO, Lélia - **Vida e Arte.** SP: Fundação Perseu Abramo, 1997.
ABREU, Hugo - **O Outro Lado do Poder.** RJ: Nova Fronteira, 1979.
_____- **Tempo de Crise.** RJ: Nova Fronteira, 1980.
ALMEIDA, M.H.T. de - **Sociedade e Política no Brasil Pós-64** SP: Brasiliense,1983.
ALVES, Márcio M. - **68 Mudou o Mundo.** RJ: Nova Fronteira, 1993.
ALVES, M. H. Moreira - **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984.** RJ: Vozes, 1984.
ANDRADE, Auro M. - **Um Congresso Contra o Arbítrio.** RJ: Nova Fronteira, 1985.
ANDRADE, Ilza L de - **Política e Poder.** SP: Ad Hominem, 1997.
ANTUNES, R. - **A Rebeldia do Trabalho.** SP: Ensaio/Unicamp, 1988.
_____- **O Novo Sindicalismo e o Brasil.** Campinas: Pontes, 1995.
_____- **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil.** SP: Ensaio/ Cortez,1982.
_____- **Crise de Poder.** SP: Cortez,1985.
ARGOLO, J. (et al.) - **A Direita Explosiva no Brasil.** RJ: Mauad, 1996.
ARNS, P. E. - **Brasil Nunca Mais.** (Arquidiocese de São Paulo) Petrópolis: Vozes, 1985.
ARRAES, M. - **A Nova Fase da Ditadura Brasileira.** Lisboa: Seara Nova, 1974.
_____- **Conversações com Arraes.** MG: Veja, 1979.
AUGUSTO, M. H Oliveira - **Intervencionismo Estatal e a Ideologia Desenvolvimentista** SP: Símbolo, 1979.
BANDEIRA, Moniz - **Cartéis e Desnacionalização. RJ:** Civ. Brasileira, 1975.
_____- **Estado Nacional e Política Internacional na América** Latina.2ªEdição.Brasília: Edunb/Ensaio, 1995.

_____- O Governo João Goulart. 4ªEdição.RJ: Civ. Brasileira, 1978.
_____- Presença dos Estados Unidos no Brasil. RJ: Civ. Brasileira, 1973."
BARBOSA FILHO, R. - Populismo: uma revisão teórica. Belo Horizonte, UFMG: 1980, mimeo.
BELLUZO, L. G. (coord.) - **Desenvolvimento Capitalista no Brasil n.° 1 e 2** SP: Brasiliense, 1983
BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar. SP:** Cia das Letras, 1987.
BEZERRA, Gregório - **Memórias: (segunda parte) 1946-1969.** RJ: Civ. Brasileira, 1979.
BIELSCHOWSKY, R. - Pensamento Econômico Brasileiro: 1930-1964. SP: Contraponto, 1996.
BIERRENBACH, Júlio de Sá. - **Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?. RJ:** Domínio Público, 1996.
BINGUELMAN, Paula - **O Pingo de Azeite** SP: INEP, 1991.
BITTENCOURT, G - A Quinta Estrela SP: LECH, 1978.
BOITO JR, Armando - **O Sindicalismo de Estado no Brasil.** Campinas. Unicamp, 1991.
BORGES, M. Angélica - **Eugênio Gudin: Capitalismo e Neoliberalismo.** SP: Educ/Bienal, 1996.
BRESCIANL M. Stella M. - "O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social" In: **SILVA, S. & SZMRECSÁNYI, T. Histórica Econômica da Primeira República.** SP: Hucitec/Fapesp, 1996.
BRAGA, R. Saturnino - **Política Econômica e Estatização** RJ, Civ. Brasileira: 1976.
BRANCO, Carlos Castello - **Os Militares no Poder.** 3 Volumes. RJ: Nova Fronteira, " 1977.
BRANDÃO, G.M. - A Esquerda Positiva. São Paulo: Hucitec,1997.
BRUM, Argemiro **J. - O Brasil no FMI.** Petrópolis: Vozes, 1984.
BUZAID, Alfredo - **Rumos Políticos da Revolução Brasileira.** Brasília: Ministério da Justiça, 1970.
CALLADO, Antônio - **Tempo de Arraes.** RJ: Paz e Terra, 1979.
CAMPOS, Roberto - **A Lanterna na Popa.** Vol. I e II, RJ: Topbooks, 1994.
CAMPOS, Roberto & **STMONSEN,** Mário H. - **A Nova Economia Brasileira.** RJ: José Olympio, 1975.
CANCELLI, E. - **O Mundo da Violência.** 2ªEdição.Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
CARDOSO, F. H - Autoritarismo e Democratização. 2ªEdição.RJ: Paz e Terra, 1975
_____- O Modelo Político Brasileiro SP: Difel, 1972
_____- As idéias e seu lugar, Petrópolis, Vozes, 1980.
CARDOSO, M. Limoeiro - **Ideologia do Desenvolvimento.** RJ: Paz e Terra, 1978.
CARPEAUX, Otto M. - **A Batalha da América Latina.** RJ: Cia Brasileira, 1965
CARVALHO, J. Murilo - "A Utopia de Oliveira Vianna" in **MORAES & BASTOS** (org.) **O Pensamento de Oliveira Vianna.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
CASTRO, A Barros de e **SOUZA,** Francisco E. Pires de - **A Economia Brasileira em Marcha Forçada.** 2ªEdição.RJ: Paz e Terra, 1985.
CHAGAS, Carlos - **A Guerra das Estrelas.** RJ: L&PM, 1985.

CHASIN, J. - "Conquistar a Democracia pela Base" In Revista Temas n.° 6. SP. Livraria Editora Ciências Humanas, 1977.

_____- **"'Hasta Cuando'? A propósito das Eleições de Novembro".** In: Revista Escrita/Ensaio n° 10. **SP:** Ensaio, 1982.

_____- **"A Esquerda e a Nova República". In:** Revista **Ensaio** n° 14. **SP,** Ensaio, 1985.

_____- **"A Miséria da República dos Cruzados". In** Revista **Ensaio** n.° 15/16. SP: Ensaio, 1986.

_____- **"A 'politicização' da totalidade: oposição e discurso econômico".** In: Revista **Temas** n.° 2. **SP:** Grijalbo, 1977.

_____- **"A sucessão na crise e a crise na esquerda".** In: Revista **Ensaio** n.° 17/18. SP: Ensaio, 1989.

_____- **"As máquinas param: germina a democracia".** In: Revista **Escrita/Ensaio** n.° 7. SP: Escrita, 1980.

_____- **"Conquista a democracia pela base"** *In:* Revista **Temas** n.° 6. **SP:** LECH, 1979.

_____- "Brasil: a resistência ao neoliberalismo. In. Mundo Hoje/93. **SP:** Ensaio, 1993.

CODATO Adriano N. - **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil PÓS-64.SP:** Hucitec/Anpocs/UFPR, 1997.

CONTREIRAS, Hélio - **Confissões Militares: Histórias Secretas do Brasil.** RJ: Mauad, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson - **A Democracia como Valor Universal.** SP: LECH, 1980.

_____- **Democracia e Socialismo.** SP: Cortez, 1992.

COUTO E SDLVA, Golbery do - **Conjuntura Política e Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. RJ:** José Olympio, 1981 (a).

_____- **Planejamento Estratégico.** Brasília: UnB, 1981(b).

COVRE, M. de Lourdes - **A Falta dos Homens.** SP: Brasüiense, 1983.

D' ARAÚJO, M. C. & CASTRO, C. - Ernesto Geisel. RJ: FGV, 1997.

D' ARAÚJO, M C & **SOARES,** G **D - A Volta dos Quartéis** RJ: Relume Dumará, 1995.

_____- **Os Anos de Chumbo.** RJ: Relume Dumará, 1994.

_____- **Visões do Golpe.** RJ: Relume Dumará, 1994.

D' ARAÚJO, M. C. & SOARES, G. D. (Org) - 21 Anos do Regime Militar. RJ: FGV, 1994.

DEBRUN, M. - **A conciliação e outras estratégias.** SP: Brasiliense, 1983.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves - **PTB - Do Getulismo ao Reformismo.** SP: Marco Zero, 1989.

DENYS, Odylio - **Ciclo Revolucionário Brasileiro. RJ:** Nova Fronteira, 1980.

DOLINGER, J. - A Divida Externa Brasileira. RJ: Nova Fronteira, 1988

DREIFUSS, René -**1964: A Conquista do Estado** RJ: Vozes, 1981

DUTRA, Eliana - **O Ardil Totalitário.** RJ: UFRJ/ BH: UFMG, 1997.

FALCÃO, Armando - **Geisel. RJ:** Nova Fronteira, 1995.

_____- **Tudo a Declarar.** RJ: Nova Fronteira, 1989.

FAUSTO, Boris - **Historia do Brasil.** SP: Edusp, 1995

FERNANDES, Florestan - A Constituição Inacabada. SP: Liberdade, 1989.
_____- **A Revolução Burguesa no Brasil.** 3ªEdição.RJ: Zahar, 1983
_____**- Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo". SP:** Hucitec, 1979.
_____**- Brasil: em compasso de espera.** SP: Hucitec, 1980.
_____- **O Que É Revolução. SP:** Brasiliense, 1981.
_____**- Capitalismo Dependente. RJ:** Zahar, 1973.
_____**- Que Tipo de Republica?. SP: Brasiliense, 1986.**
FERNANDES, Florestan (org:) - **Marx/Engels: Historia n°36,** Coleção Grandes Cientistas Sociais. SP: Ática, 1983
FERNANDES, Heloísa - **Os Militares como Categoria Social** SP: Global, 1978.
FERREIRA, E. F. X. - Mulheres: Militância e Memória RJ: FGV, 1996.
FERREIRA, Oliveiros S. - **As Forças Armadas e o Desafio da Revolução.** Rio de - Janeiro: GRD, 1964.
_____- "Revisitando a Geopolítica do Brasil" In: *Cultura* n.° 158, **O Estado de São Paulo,** 15 de julho, 1981.
FIGUEIREDO, E. de Lima - **Os Militares e a Democracia.** RJ, Graal, 1980.
FIGUEIREDO, M. & KLEIN, L. - **Legitimidade e Coação no Brasil pós - 64.** RJ: Forense, 1972.
FIGUEIREDO,C. - Democracia ou Reforma? RJ: Paz e Terra, 1993
FIORI, José Luís - **"Transição Democrática e crise do Estado".** In: *Novos Estudos Cebrap n.°28.* SP: CEBRAP, 1990.
FON, A. C. - **Tortura: a História da Repressão Política no Brasil.6ªEdição.** São Paulo: Global, 1981.
FONTANA, Josep - **História depois do fim da História** Bauru, SP: EDUSC, 1998.
FORGET, Danielle - **Conquistas e Resistências no Poder.** SP: EDUSP, 1994.
FRANCIS, Paulo - **Trinta Anos Esta Noite.** SP: Cia das Letras, 1994.
FURTADO, Celso - **Análise do "Modelo" Brasileiro** RJ: Civilização Brasileira, 1978
_____**-Brasil: A construção interrompida.** RJ: Paz e Terra, 1993.
GAIO, André Moysés - **Em Busca da Remissão.** Londrina. UEL, 1997.
GERMANO, J W - Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985 SP: Cortez, Campinas: Unicamp, 1993.
GOÉS, W de & **CAMARGO,** Aspásia - **Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias. RJ:** Nova Fronteira, 1981.
GOMES, Ângela de Castro - "O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito", **Revista Tempo 2,** Vol. 1 - n.° 2. RJ: Relume Dumará, dezembro de 1996.
GORENDER, Jacob - **Combate nas Trevas.** SP: Ática, 1998, 5ª Edição.
GUDEV, E. - **Reflexões e Comentários: 1970-1978 RJ:** Nova Fronteira, 1978.
GUILHERME, Wanderley - **Reforma contra Reforma** RJ Tema Brasileiro, 1963
GUTEMBERG, Luiz - **Moisés Codinome Ulisses Guimarães: uma biografia.** SP: Cia das Letras, 1994.
HELLER, Agnes - **O Quotidiano e a História** RJ: Paz e Terra, 1972.
HOBSBAWM, Eric - **"Movimento Operário e Político".** In Contexto 2 SP: Hucitec,

1977.
HOLZ, H. K; KÖFLER, L. & ABENDROTH, W(org.) - **Conversando com Lukács.** RJ: Paz e Terra, 1969.
HUGGEVS, Martha K. - **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina.** SP: Cortez, 1998.
HUMPHREY, John - **Fazendo o "milagre".** Petrópolis: Vozes, 1982.
IANNI, Octávio - **A Ditadura do Grande Capital.** RJ: Civ. Brasileira, 1981.
_____- **A idéia de Brasil Moderno.** SP: Brasiliense, 1992.
_____- **O Ciclo da Revolução Burguesa.** Petrópolis: Vozes, 1984.
_____- **Dialética & Capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1982!
JOSÉ, Emiliano - **Mariguella: O Inimigo Número Um da Ditadura Militar.** SP: Sol e Chuva, 1997.
KONDER, Leandro - **Introdução ao Fascismo.** RJ: Graal, 1977.
KUCINSKL Bernardo - **Abertura, a história de uma crise.** SP: Brasil, Debates, 1982.
_____- **Jornalista e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa.** SP: Scritta, 1991.
LABAKI Amir - **A crise da Renúncia e a solução parlamentarista.** SP: Brasiliense, 1986.
LACERDA, Cláudio - **Carlos Lacerda e os Anos Sessenta: Oposição. RJ:** Nova Fronteira, 1998.
LAFER, Celso - **O Sistema Político Brasileiro.** SP: Perspectiva, 1975.
LAPA, J. R. (org.) - **Modo de Produção e Realidade Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980.
LEFORT, C - As Formas da História. SP: Brasiliense, 1979.
LEIRNER, P de Camargo - **Meia Volta Volver.** RJ: FGV, 1997.
LESSA, Carlos -**15 Anos da Política Econômica.** SP: Brasiliense, 1982.
LOUREIRO, M R. - Os Economistas no Governo RJ: FGV, 1997.
MANDEL, Ernest - **A Crise do Capital.** SP: Ensaio/Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
MANTEGA, Guido - **A Economia Política no Brasil.** SP: Vozes, 1984.
MARINI, Ruy Mauro (et al.) - **Constituinte e Democracia no Brasil Hoje.** SP: Brasiliense. 1985.
MARTINS, C. Estevan. - **Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil.** RJ: Graal, 1977.
MARTINS, Luciano - **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil** pós-64.2ªEdição. RJ: Paz e Terra, 1991.
MATHIAS, S K - Distensão no Brasil o Projeto Militar: (1973-1979) Campinas. - Papirus, 1995.
MARX, Karl - **Para a Crítica da Economia Política.** In *Marx - Os Pensadores.* SP: Abril Cultural, 1974.
_____- **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** In *Marx - Os Pensadores.* SP: Abril Cultural, 1974.
_____- **A Burguesia e a Contra-Revolução.** 3ª Edição. SP: Ensaio, 1993.
MELLO, J. Portella de - **A Revolução e o Governo Costa e Silva.** RJ: Guavira, 1979.
_____- **Filosofia, Ideologia e Ciência Social.** SP: Ensaio, 1993.

_____- **O Poder da Ideologia** SP, Ensaio: 1996.
MINDLIN, Betty - **Planejamento no Brasil.** 5" Edição. SP: Perspectiva, 1997.
MIR, Luís - **A Revolução Impossível. SP:** Circulo **do Livro, 1994.**
MORAES, Dênis de - **A Esquerda e o Golpe 64. RJ:** Espaço e Tempo, 1989.
MORAES, Neto G. - **Dossiê Brasü.** RJ: Objetiva, 1997.
MORAES, J. Q & BASTOS, E. R. - O Pensamento de Oliveira Vianna. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
MORAES, J.Q. (et ai.) - História do Marxismo -II. Campinas: Unicamp, 1992.
MORAES, J.Q. - A Esquerda Militar no Brasil. SP: Siciliano, 1991.
_____- "Alfred Stepan e **o** mito do poder moderador" In: **Filosofia Política/2.** Porto Alegre: LPM, 1985. ,
MOTA, Carlos Guilherme - **Ideologia e Cultura Brasileira: 1933-1974.** SP: Ática, 1977.
MOURÃO FILHO, O - Memórias: A verdade de um revolucionário. Porto Alegre: LPM, 1978.
NADER, Ana Beatriz - **Autênticos do MDB.SP.** Paz e Terra, 1998.
NETO, Geneton Moraes - **Dossiê Brasil.** RJ:Objetiva,1997.
NETTO, J. Paulo - **Ditadura e Serviço Social.3[8]** Edição. SP: Cortez,1996.
ODÁLIA, Nilo - "A Economia e o Pensamento Historiográfico de Oliveira Viana" In: **História Econômica da Primeira República.** SP: Hucitec/Fapesp, 1996.
OLIVEIRA, Eliéser **R.** de - **As Forças Armadas: Políticas e Ideologias no Brasil.** > RJ: Vozes,
_____- **De Geisel a Collor.** Campinas: Papirus, 1994.
OLIVEIRA, Francisco de - **A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista** 6ª edição. RJ: Vozes, 1988.
_____- **Autoritarismo e Crise Fiscal no Brasil: 1964-1984.** SP: Hucitec, 1995.
_____- **Economia de Dependência imperfeita.** 3ª edição. RJ: Graal, 1980.
PASSARINHO, Jarbas - **Um Híbrido Fértil.** RJ: Expressão e Cultura, 1996.
PEDREIRA, Fernando - **Brasil Política.** SP: Difel, 1975.
PEREIRA, Maurício B- **O Complexo Industrial-Militar Brasileiro: O Projeto Brasil Potência e os Programas de Construção da Autonomia Tecnológica e Estratégica das Forças Armadas (1964/1994).** SP: USP, mimeo, 1996.
PINHEIRO, L. - **A Republica dos Golpes** RJ: Best Seller, 1993.
POMAR, Pedro E. da Rocha - **Massacre da Lapa** 2ª Edição. SP: Scritta, 1996.
POMAR, Wladimir - **Araguaia: O Partido e a Guerrilha.** SP: Brasil Debates, 1980
PRADO .IR, Caio - **A Revolução Brasileira. 5ª E**dição. SP: Brasiliense, 1977.
RAGO, Elisabeth - **O Nacionalismo de Guerreiro Ramos.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1993.
RAGO, Maria Aparecida de Paula - **O Demiurgo da Construção Nacional.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1992.
REIS F.°, Daniel Aarão - **A Revolução Faltou ao Encontro.** SP: Brasiliense, 1990.
REIS F.°, Daniel Aarão & **MORAES,** Pedro de - **68: A Paixão de uma** Utopia.2ªEdição.RJ.Fund.Gerúlio Vargas, 1998.

REIS, F. W. (org.) - **Os Partidos e os Regimes. SP: Símbolo, 1978.**
RESENDE, Otto Lara - O Príncipe e o Sabia. SP: Cia das Letras, 1994.
RIBEIRO, Darcy - **Confissões. SP: Cia das Letras, 1997.**
RIDENTI, Marcelo - O Fantasma da Revolução Brasileira SP: UNESP, 1993
ROCHA, M. Selma de Moraes - A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos Anos 70. SP: USP, **mimeo,** 1996.
RODRIGUES, J. H. - Historia Combatente. RJ: Nova Fronteira, 1982.
ROUQUIÉ Alain - Os Partidos Militares no Brasil RJ: Record, 1982.
SADER, Eder - Um Rumor de Botas. SP: Polis, 1982.
SAES, Décio - Classe Media e Sistema Político no Brasil na Brasil.. SP: TAQ, 1985.
SALLUM JR, Basilio - **Labirinto dos Generais à Nova República. SP:** Hucitec,1996.
SANDRONI, Paulo - **Balança de Pagamentos e Divida e Externa.** SP: Ática, 1989.
SANDRONI Paulo - Dicionário de Economia. SP: Abril Cultural, 1985.
SATURNINO, R. - Política Econômica e Estatização. RJ Civ. Brasileira, 1976.
SCHILLING, Paulo R. - O Expansionismo Brasileiro. SP: Global, 1981.
SENNET, Richard - O Declínio do Homem Público SP: Cia das Letras, 1988
SELVA, Hélio -1964: Golpe ou Contra Golpe?. Porto Alegre: L&PM, 1978
SILVA, S. & SZMRECSÁNYL T - História Econômica da Primeira República SP: Hucitec/Fapesp, 1996.
SEVIONSEN, M. H. - Brasil 2001. RJ: APEC, 1969.
SINGER, Paul - A Crise do "Milagre".7ª Edição. **RJ: Paz e** Terra, 1982.
_____- Curso de Introdução à Economia Política. 16ª Edição. RJ: Forense, 1996.
SKIDMORE, Thomas - **Brasil: de Getúlio a Castelo,** RJ, Paz e Terra, 1975
SODRÉ, N. W. - Introdução à Revolução Brasileira SP: LECH, 1978.
_____- **"1964: A Ditadura Anunciada". In *Golpe de 64.*** Porto Alegre: Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994.
_____- **A Fúria de Calibã.** RJ: Bertrand Brasil, 1994.
_____- **Brasil: Radiografia de um modelo.** Petrópolis: Vozes, 1975.
_____- **Historia da Burguesia no Brasil.**3ªEdição. RJ: Civ. Brasileira, 1976.
_____- **Vida e Morte da Ditadura.** Petrópolis: Vozes, 1984.
SORJ, Bernardo - **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** SP: Brasiliense, 1984.
SOUZA, F. E. Pires de - **A economia brasileira e a mudança forçada.** RJ: Paz e Terra, 1985.
STARLING, H M. M. - Os Senhores das Gerais. Petrópolis: Vozes, 1986.
STEPAN, Alfred - **Brasil: los militares y Ia política.** B. Aires: Amorrortu, 1974.
_____- **Democratização no Brasil.** RJ: Paz e Terra, 1988.
_____- **Os Militares: Da Abertura à Nova Republica.** RJ: Paz e Terra, 1986.
SZMRECSÁNYL T. & SUZIGAN, W - Historia Econômica do BrasU Contemporâneo. SP: Hucitec, 1997.
TAPAJÓS, Renato (et ai.) - **Versões e Ficções.** SP: Fundação Perseu Abramo, 1997.
TAVARES, Maria da Conceição - **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.**

Campinas: Unicamp, 1985.
TAVARES, Maria da Conceição & **DAVID** M. Dias - **A Economia Política da Crise.** *3** edição. RJ: Vozes, 1982.
TEIXEIRA, Francisco José - **Pensando com Marx.** SP: Ensaio, 1995.
TOLEDO, Caio Navarro (org.) -**1964: Visões criticas do golpe.** Campinas: Unicamp, 1997.
TORRES, R. Negrão - **Nos 'Porões' da Ditadura.** RJ: Expressão e Cultura, 1998.
TRAGTENBERG, Maurício - "Atualidade de Max Weber" **In:** Weber, Max. **Metodologia das Ciências Sociais/l.** SP: Cortez/ Campinas: Unicamp, 1992.
VELLOSO, J. P. dos **Reis - Brasil: A solução positiva.** SP: Abril-Tec, 1978.
_____- **O Ultimo Trem para Paris.** RJ: Nova Fronteira, 1986.
VENTURA, Zuenir - **1968 - O Ano que não terminou.** RJ: Nova Fronteira, 1988.
VIANNA FILHO, L. - "O presidente Castello e a Revolução de 64". In Revolução e Evolução. RJ: AERP, 1970.
VIANNA, L. Werneck - **A Classe Operária e a Abertura.** SP: Cerifa, 1983.
_____- **A Revolução Passiva. RJ:** Revan, 1997.
WEBER, MAX - Metodologia das Ciências Sociais/1. SP: Cortez/ Campinas: Unicamp, 1992.
WEFFORT, F C - El Populismo". In: **BERNARDETE, J C et** al **Brasil Hoy,** Siglo XXI, 1968.
_____- "Política de Massas". In: **Política e Revolução Social no Brasil.** RJ: Civ. Brasileira, 1965.
_____- **O Populismo na Política Brasileira.** RJ: Paz e Terra, 1978.
_____- **Por que** Democracia?.2ªEdição. SP: Brasiliense, 1984.
ZAVERUCHA, Jorge - **Tutela Militar ou Controle Civil.** SP Ática, 1994. +

APÊNDICE - Elementos para a Crítica da Política Econômica da Ditadura

Desde sua fala na Escola Superior de Guerra - aliás, jamais participara de qualquer curso em seu interior - o ditador Garrastazu Mediei punha em relevo como sua meta principal o *desenvolvimento acelerado e sustentável,* com um *máximo de segurança,* almejando a colaboração entre as classes sociais sem que houvesse quaisquer indícios de resistência, combatendo o terrorismo de esquerda e qualquer outra contestação política, com todas as suas energias. *Crescimento econômico acelerado com violência edificante* era o seu mote. Porém, reconhecia que a situação de pobreza ainda permanecia. O povo passava mal. O crescimento do bolo não tinha redundado numa real distribuição de renda. O inchaço da economia não resolvera o problema da desigualdade social.

Porém, como elevar a condição material de vida dos trabalhadores tornada cada vez mais aviltante, se era a própria forma da produção quem determinava a forma da distribuição? Mediei creditava a culpa em seu sucessor. A crise do "milagre econômico brasileiro" atribuía ao seu sucessor. O "projeto de descompressão política", no meio de uma crise econômica, abriria a possibilidade de um renascimento das esquerdas. Mediei, que seguia a *cartilha de Júpiter,* se considerava um divisor de águas. Na primeira metade de sua duração, a "Revolução de 1964" foi bem sucedida. A partir de 1974, na segunda metade que vai do governo Geisel até a instauração da "Nova República", com a posse de J. Sarney, em 1985, houve um rotundo fracasso.

Já para o general Geisel, seguindo a *cartilha* golberiana, ainda que *tardiamente,* era hora de conversão para uma "democracia relativa", com *a retirada aos quartéis, a* fim de consumar a *institucionalização* da autocracia burguesa. A crise era atribuída ao capitalismo internacional, o país vivia como "um oásis de paz e tranqüilidade" num mundo cheio de turbulências e instabilidades. Contudo, ainda era tempo de realizar a façanha da construção de um capitalismo desenvolvido e autônomo, visando sanar a nossa *atrofia estrutural.* Herança do subdesenvolvimento a ser combatida com capitais estrangeiros. Mais uma vez, os nossos proprietários *atróficos* mostravam os seus limites, não podiam sustentar tal empreitada.

No passo seguinte, a culpa é imputada a todos nós! Nas longas mãos de Ana Maria Jul, a *cartilha* vem com papel timbrado do FMI. Para o general Figueiredo, a culpa era de todos os brasileiros, alinhados nas categorias de Estado, empresários e consumidores. Haveria que repartir "por igual", os infortúnios da recessão da economia mundial. A passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa iniciada no período de Geisel, com a crise do "milagre", teria agora que se processar em seis anos, de 1979 a 1985. O finado Ato Institucional n.° 5 tinha sido o ponto de partida da auto-reforma projetada desde os tempos de Castelo Branco. Com seu neomaltusianismo, o general Figueiredo revelava em seus discursos que os ônus da crise deveria.ser distribuídos por igual, o sacrifício deveria ser geral, quase que repetindo o bordão popular: "Deus dá o frio conforme o cobertor". Como os pobres já viviam em condições precárias, uma cota de

sacrifício seria para as classes dominantes!

O que chama a atenção, em todo este período de mandos e desmandos da autocracia burguesa, é que as oposições caíram no *ardil do politicismo,* uma vez que não se estruturou uma alternativa econômica a partir da perspectiva do trabalho assentada num amplo movimento de massas. Como lembra um ferrenho crítico do "sistema": "Notoriamente complexo, o fenômeno *dapoliticização* da totalidade, no caso por parte da oposição, transcende ao período posterior aos eventos de 64; contudo, configurações precisamente opostas a ele também já ocuparam o panorama nacional: basta indicar que a década e meia que antecedeu o movimento de 64, foi acima de tudo, um período de *programas econômicos,* - é suficiente recordar as questões relativas à implantação do monopólio estatal do petróleo, e a propositura, ainda que muito debilmente elaborada, das chamadas reformas de base". Ao não se constituir uma alternativa com base programática - da perspectiva do trabalho -, "a oposição convalidava a política econômica oficial e participava, algumas vezes mais do que veladamente, das euforias do 'milagre'. Isto é, a oposição não só se furtava à crítica das pedras angulares do projeto global do situacionismo, surpreendida e iludida pela sua 'eficácia', deixando, portanto, de fora o principal, a base de todo o panorama, como, refugiando-se na trincheira das questões institucionais, limitando-se a reivindicar, e ainda assim abstratamente, as franquias democráticas". (Chasin, 1977: 148)

O corte ideológico operado pelo sistema de poder - de um lado, aprimoramento das instituições políticas e, de outro, intangibilidade da estrutura econômica - deixou a iniciativa de movimentos inteiramente controlada pelo alto. Mesmo nos embates do movimento *Diretas Já!,* a própria oposição acabou por esvaziar a luta política de uma plataforma econômica, com isso, restringiu a luta pelas franquias liberais, separando-as da *luta econômica,* apenas para a obtenção do princípio formal. O *Editorial* estampado a cores na primeira página do jornal *Folha de S. Paulo,* em certa medida, teria uma influência formidável nesses acontecimentos; inscrito, graças à oposição, nos anais da Câmara Federal, seria a "verdadeira linha" do movimento, pois, nesse mesmo *Editorial,* afirmava-se a cor *amarela* para não se confundir com a bandeira *vermelha,* acentuava-se que a "luta" era pelo princípio formal, , portanto, a luta deveria ser suprapartidária, supraclassista, sem ideologias, nada de perspectiva de classe, nada de hegemonia política, ou seja, nada de projeto econômico alternativo! A forma predominava sobre o conteúdo.

Para a autocracia burguesa, a "República sindical" teve de ser extirpada por causa de sua "política populista", engendradora do caos social e anarquia econômica, geradora de altos índices inflacionários, aumentos salariais descolados da real produtividade na economia. "Populismo" suicida que se confrontava *ilusoriamente* com o capital estrangeiro. A corrupção das "lideranças populistas" era às vezes identificada ao fato de sindicalistas praticarem manifestações políticas e ações grevistas se utilizando, pasmem, do aparato sindical atrelado ao estado. Eram considerados, ao mesmo tempo, "corruptos e subversivos".

Agora, estamos diante do mesmo inimigo público número um, não mais exclusividade dos "populistas": a inflação. No dia 7 de dezembro de 1979, o General Figueiredo ao anunciar novas medidas econômicas a fim de contornar os desequilíbrios e as mazelas da crise econômica, reiterava:

> "A inflação incontrolada é o *inimigo insidioso* que solapa as bases da tranqüilidade social e da estabilidade política. Ela mina, sorrateira, os próprios alicerces da sociedade, porque desestimula e distorce os investimentos produtivos, criadores de empregos, e gera pressões perniciosas de desequilíbrio do balanço de pagamentos internacionais. No primeiro caso, acirram-se os, ânimos e as insatisfações das camadas mais numerosas da população, e no segundo, compromete-se a soberania nacional, pela dependência em que coloca o País, ao sabor de interesses e pressões internacionais." (Figueiredo, 19: 253. Grifos meus)

O medicismo continuaria com sua dogmática, segundo a qual o *desenvolvimento acelerado e sustentável* só seria possível com a vigilância permanente aos movimentos sociais, *crescimento com repressão,* mantendo as baionetas viradas às ações comunistas; enquanto que, o castelismo dava as sinalizações de desaquecimento econômico com um mínimo de segurança, ou seja, *recessão com liberalização.*

Na outra ponta, os empresários reclamavam que uma *recessão sem destino* conduziria inevitavelmente o país à uma situação incontrolável, onde *apropria existência da empresa privada nacional estaria ameaçada.* Os bons lucros poderiam até não serem os mesmos, mas agora a perspectiva era a de *perdas crescentes.* Após tantos anos favorecidos pela tutelagem militar, os empresários não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo, passam a clamar por maior participação nas decisões políticas: *abertura!*

Necessidade histórica desvendada magistralmente no editorial da *Ensaio,* intitulado "Hasta Cuando?": "Desfeitas, pela crise do 'milagre', as condições de sustentação da ditadura militar bonapartista, tratava-se de encaminhar o desenho de *outra forma* de sustentar a *mesma dominação.* Perecidos estavam os fundamentos do *bonapartismo,* até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: *economicamente,* garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação - nada mais do que a 'inchação modernizadora' do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; *politicamente,* desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica". (Chasin, 1982: 10)

Mas, a ditadura não nascera para varrer, com seus "atos de exceção", a anarquia da produção, o caos social, a corrupção, o processo inflacionário, a crise econômica e o

movimento grevista dos trabalhadores da cidade e do campo? A ditadura não viera para *restaurar* a democracia? A crise econômica passara a produzir as dissensões entre os próprios proprietários e a se refletir no próprio bloco de poder, os *personae* do capital atrófico passaram a se sentir desprotegidos e logrados pelo *estilo imperial* de governar.

A estruturação da plataforma econômica da autocracia burguesa bonapartista

O regime militar brasileiro tornou público o seu projeto econômico logo após a consolidação do golpe de estado, nos primeiros dias de abril de 1964. Completados os tempos de sua tirania, montada sobre uma política econômica centrada na dinâmica do capital monopolista, os resultados, todavia, tornaram-se evidentes: no quadro da *modernização excludente,* o *inchaço* da economia brasileira tornava visível os seus resultados: uma profunda concentração de renda e extrema desigualdade social, conformando a burguesia brasileira, no plano da dinâmica da acumulação do capital, a um papel secundário e cada vez mais subordinado à lógica da internacionalização do capital.

É sabido que em meados da década de 50, a penetração e aprofundamento do capital estrangeiro, foi amplamente desejado e favorecido pelas estratégias do próprio estado brasileiro. Contudo, é a partir do golpe de estado de 1964, que essa expansão, interiorização e dominação do capital financeiro internacional, colocou-se de modo irrefreável. Após a Segunda Guerra Mundial - guerra intercapitalista, que visava a repartição e controle de áreas e territórios ricos em matérias-primas e mercados potenciais -, o sistema capitalista passará por uma série de transformações, numa nova redivisão internacional do trabalho. Como observa o economista Paul Singer: "Estas alterações constituem, na verdade, um desdobramento de tendências que têm sua origem na reorganização do capitalismo em escala mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos, após a segunda guerra mundial. Com os acordos de Bretton Woods, em 1945, o capitalismo mundial foi dotado de uma série de órgãos e instituições, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), que permitiram a gradual liberalização das trocas internacionais, da qual resultou intensa expansão do comércio internacional. Numa primeira fase, esta expansão se deu sobretudo entre os países capitalistas adiantados, desdobrando-se, a partir da década de 60, numa gradual abertura dos mercados destes países às exportações de manufaturas de países menos industrializados". (Singer, 1982: 89-90)

Como se pode verificar se altera profundamente o comportamento no nível das relações de troca entre os países hegemônicos do sistema capitalista e os países economicamente subordinados, cuja estratégia será, doravante, a de penetrar na esfera da produção, seja pela implantação de subsidiárias monopolistas seja pela associação com os capitais locais. Fato essencial dessa nova transação desigual é que "uma parcela maior das transações internacionais se dá entre subsidiária daquelas empresas localizadas em países diferentes. Isso confere uma nova dimensão à divisão internacional do trabalho, já que os países

exportadores de capital passaram a realizar parte da mais-valia produzida no exterior, importando produtos de subsidiárias de sua próprias empresas". (Singer, 1982: 90)

Assiste-se, portanto, à uma mudança de qualidade sem o descarte de antigas essencialidades, para um novo patamar de explorações e apropriação das riquezas geradas. Estamos diante de uma redefinição da divisão internacional do trabalho, uma vez que "agora, a industrialização das economias dependentes estrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas *ver sus* produtores de manufaturados para produtores de manufaturas de consumo *versus* produtores de manufaturas de bens de produção". (01iveira$_v$1977: 83)

É precisamente a lógica do capital financeiro que se põe a controlar e induzir as economias periféricas, num mecanismo onde "o aumento da exportação está relacionado precisamente com as fraudulentas maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfola o boi duas vezes: primeiro o lucro do empréstimo, e depois o lucro desse mesmo empréstimo investido na aquisição de artigos da Krupp ou material do sindicato de aço, etc." (Lenin, 1979: 662) Porque, "o que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (...) pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderaram-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar sua hegemonia". (Lenin, 1979: 643)

É a partir desse novo quadro que a economia brasileira pode se consolidar nos rumos do capitalismo monopolista subordinado e que, a partir da constituição de um novo bloco de poder em 1964, pode conhecer um processo de *modernização excludente* sob a espada de *Bonaparte.* A ascensão da ditadura militar trouxe um novo rearranjo entre as frações dos proprietários, fundamentalmente, rearranjo presidio pelo capital financeiro internacional e seus parceiros nacionais. Ao desarticular os movimentos que se ancoravam num a plataforma nacional e popular, as Reformas de Base, os golpistas recriam uma figura histórica muito presente em nossa formação histórica: o *bonapartismo.*

Desenvolvimento e *segurança,* os dois nódulos essenciais da *ideologia 64,* na verdade, são pólos de duas violências básicas. Octávio Ianni soube reproduzir a significação *ontológica* da ditadura do grande capital, *o duplo estranhamento,* com termos rigorosos:

"No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e a política da ciasse operária e do campesinato. Ao dinamizar as forças produtivas e as relações de produção, favorece a produção de mais-valia, a

dinamização dos processos envolvidos na produção de capital. Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva.

Nesse sentido é que a ditadura propicia a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, o estado aparece às classes assalariadas, em geral, mais aos operários e camponeses, em especial, como um Estado despótico, opressivo, repressivo. Parece um estado conquistador. São estranhas, estrangeiras, as suas razões. Tudo passa a ser largamente submetido às razões de 'segurança e desenvolvimento' do estado, ditatorial, do capital, da alta" finança, da grande burguesia financeira, do imperialismo. Aos trabalhadores da cidade e do campo, aos operários e camponeses, tudo isso parece estranho, estrangeiro".(Ianni, 1981:44)

Ao largo de sua entificação, o estado proprietário vinca suas raízes tanto no setor produtivo como no financeiro. No constrangimento das possibilidades de autoexpansão do capital atrófico, a potência limitada da burguesia nacional para investir maciçamente no setor siderúrgico, e na medida do desinteresse do capital estrangeiro - motivado pelo retorno do investimento a longo prazo -, em impulsionar os empreendimentos que formam a base da economia para a sua própria autoexpansão. No caso do petróleo, pela articulação de setores do sistema de poder e a consciência nacionalista de exercerem o controle nacional sobre recursos estratégicos do país. Sendo que, somente pela via do BNDE seria possível assegurar os recursos em moeda nacional caso fosse necessário recorrer ao financiamento externo.

O processo inflacionário acabou por se constituir num fardo pesado, comprometendo a própria expansão da acumulação com recursos internos. Isto porque, "No curso do período 1956-1961, o setor público foi levado a comprometer a totalidade de sua poupança fiscal no financiamento do programa de investimentos do Governo Kubitschek, ao mesmo tempo em que passou a utilizar a expansão primária dos meios de pagamento para cobrir seus déficits de caixa. Esse esquema de financiamento dos investimentos e do déficit do setor público, aliado às alterações de preços relativos realizadas pelo setor privado para elevar sua capacidade de autofinanciamento, agravou, como é sabido, as pressões inflacionárias. Tornando-se disfuncional a inflação, enquanto mecanismo de captação de poupança forçada, começou a ruir o esquema de financiamento do Estado". (Martins, 1991:45)

A "limpeza de terreno" posta em prática pela ditadura militar apanhou, na imediatidade, todos aqueles opositores que se alinhavam no projeto nacional e popular, no entanto, a sua direção encaminhou-se, fundamentalmente, para os setores do trabalho. Precisamente, a fim de deter o movimento operário e a organização das classes subalternas que se montou o dispositivo repressivo.

Uma das questões mais interessantes que se pode constatar no caso do capitalismo

brasileiro, particularmente, no período que vai da montagem da organização da estrutura econômica até o momento do esgotamento do "milagre econômico brasileiro", reside na articulação das modalidades de extração da mais valia. Marx, apoiando-se em Goethe, ilustrava a apropriação de *mais-valor* com a diferenciação nos tempos: o tempo que o cavalo come não é o mesmo que ele carrega o cavaleiro. Esta imagem traduz precisamente a diferença entre o *tempo necessário* para a reprodução da força de trabalho e o *tempo excedente*, o mais trabalho que não é trocado por equivalente e que é apropriado pelo proprietário dos meios de produção, portanto, sem pagamento. O capital é esta relação social onde o trabalho acumulado, objetivado, morto, domina o trabalho vivo. É uma relação onde o passado domina o presente, onde o produtor direto deve sair do processo exatamente como nele entrou. "Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora do valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor". (Marx, 1984: 156)

É amplamente sabido que a mais-valia *absoluta* se caracteriza pelo prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo necessário à reprodução da força de trabalho. No entanto, a própria competitividade e o modo de exploração da força de trabalho obriga a que continuamente o capital seja obrigado a revolucionar as condições técnico-materiais e sociais do processo de trabalho. A mais-valia relativa é uma conseqüência inscrita na própria lógica do capital: "Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho *necessária* para a produção deste valor". (Marx, 1984: 251)

Este processo que, obviamente, não estamos mostrando a complexidade de todas as suas determinações, implica a diminuição do valor da força de trabalho, mecanismo inevitável do próprio desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Nos termos marxianos: "O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho". (Marx, 1984: 251) Isto vai proporcionar ao capital uma maior apropriação do trabalho a mais realizado, apropriado gratuitamente, com uma economia de trabalho alcançada pela redução do tempo de trabalho que o produtor direto faculta a si próprio: o tempo que o cavalo carrega o cavaleiro se amplia consideravelmente com relação ao tempo que o cavalo come. Na direção contrária, as lutas dos trabalhadores, com sua expressividade numérica e organização sindical atuam no confronto à essa diminuição do valor da força de trabalho.

Porém, as perguntas que se colocam necessariamente são: como se opera a apropriação do excedente produzido pela classe trabalhadora no Brasil, uma vez que a lógica da apropriação é direcionada pela política estatal? Como pensar a apropriação da mais-valia pela classe apropriadora, quando as duas formas - a absoluta e a relativa - se entrecruzam num *modus operandi* da política econômica ditada pela autocracia burguesa? Como se

reparte a massa de mais-valia entre as várias frações da classe dos proprietários, a hospedeira e a estrangeira?

A partir de 1964, a política salarial vem a se constituir no principal instrumento, na viga-mestra, da acumulação monopolista subordinada em nosso país. Não há que reduzir a ditadura a um simples exercício de um poder arbitrário de uns sobre os demais. A ditadura está na própria *anatomia* da sociedade civil, nas relações sociais de produção. A *ditadura do capital sobre o trabalho* logra o seu máximo objetivo: como alcançar altas taxas de crescimento econômico com a elevação da produtividade e a diminuição *politicamente forjada* do valor da força de trabalho. Os operários^ a. explicaram com uma simples expressão: *a política do arrocho salarial.*^

Desmobilizadas e reprimidas as categorias sociais vinculadas ao campo do trabalho, a ditadura militar realiza a sua "operação limpeza", com a finalidade de aniquilar qualquer possível resistência ao projeto em marcha. O projeto ditado pela Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento tinha duas condições básicas: estabilidade política e desenvolvimento potencializado pela abertura ao capital estrangeiro.

Em seu consiste trabalho, Helena Moreira Alves foi muita clara a este respeito, assinalando que tanto a decretação da *lei antigreve* como a regulamentação dos *reajustes salariais* iam na direção de se construir uma política global de controle dos salários. Buscava-se, assim, criar uma ordenação jurídico-política que evitasse ao máximo a liberdade de movimentação dos trabalhadores para se utilizarem de um princípio universal: a liberdade de recusa de cessação de sua força de trabalho. Restringindo a liberdade de organização e expressão do movimento sindical, a autocracia tornava ilegal qualquer manifestação grevista, criando obstáculos e impedimentos, com intervenções e afastamentos das direções sindicais, com prisões e aniquilamento de suas lideranças.

"A Lei de greve (Lei N° 4.330) foi promulgada a I^{o} de junho de 1964. Emendando a Constituição de 1946 (que garantia o direito de greve), ela definia as condições em que as greves seriam consideradas legais. Funcionários públicos federais, estaduais e municipais ou de empresas estatais recebiam expressa proibição de entrar em greve. Proibidas eram ainda as greves de trabalhadores em serviços 'essenciais', as de solidariedade e as consideradas 'de natureza políticas, social ou religiosa'. A definição do que constitui uma greve política cabe ao governo. Fora dessas áreas, as greves ' por melhores condições de trabalho ou salários' eram permitidas, mas submetidas a condições que na prática tornavam-nas virtualmente impossíveis. Muitas das greves declaradas legais pelos tribunais de trabalho desde 1964 ocorreram em empresas que há mais de três meses não pagavam a seus trabalhadores. Certas exigências burocráticas para a legalização de uma greve são de tal modo dispendiosas e complexas que muitos sindicatos simplesmente não podem preenchê-las. (...) A Lei de Greve deve ser entendida no contexto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estipula o Artigo 723 desta última que em hipótese alguma os trabalhadores podem fazer greve sem prévia autorização de um Tribunal Regional do Trabalho. Entre as penas previstas para as greves não autorizadas estão a suspensão ou a demissão do trabalhador grevista sem indenização, o afastamento da liderança sindical,

pesadas multas e até mesmo o puro e simples cancelamento do reconhecimento legal do sindicato". (Alves, 1984:77)

O planejamento do liberalismo econômico

0 Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG - do marechal Castelo Branco propunha-se a modernização da economia do país sob a égide do capital financeiro internacional, com a estabilidade política. Daí, o lema "Desenvolvimento e Segurança". Roberto de Oliveira Campos, um dos esteios do liberalismo brasileiro, apontava entre outros, para aqueles obstáculos que impediam a consecução de "um planejamento nacional integrado e abrangente". Segundo ele, o país carecia de um mecanismo político para a formação de consenso nacional. "Impregnados de facciosismo e personalismo, os partidos políticos tradicionais provaram-se incapazes do esforço de consenso necessário ad estabelecimento de um compromisso político com determinados objetivos de planejamento, e *a fortiori* com a continuidade de implementação das metas. Depois de 1964, duas medidas de reforma institucional foram tomadas: primeiro, a abolição dos partidos tradicionais, excessivamente personalistas a facciosos, e sua substituição por um *sistema bipartidário,* o que presumivelmente facilitaria a manutenção da disciplina partidária *em apoio de planos e programas governamentais*, segundo, a abrogação do poder do Congresso de aumentar o dispêndio orçamentarão, que tornaria impraticável qualquer planejamento financeiro consistente". (Campos & Simonsen, 1975: 51-52)

Alijado o movimento operário e sindical assim como suas expressões políticas, principais obstáculos às suas diretrizes econômicas, a ditadura castelista pretendeu "acelerar" a modernização da estrutura social e econômica, pela implantação de reformas: institucionalizar o mecanismo de planejamento e reformular o sistema de elaboração e execução orçamentária através de uma reforma administrativa.

Assim, o PAEG objetivava: "1. Amortecer a taxa inflacionária com visitas a restaurar-se um razoável equilíbrio até 1966; acelerar a taxa de crescimento econômico interrompida no período 1962/1963; aliviar desequilíbrios setoriais e regionais e as tensões criadas pela desigualdade social; assegurar, mediante uma apropriada política de investimentos, adequadas condições de emprego produtivo, a fim de absorver a mão-de-obra em expansão; restaurar a viabilidade do balanço de pagamentos". (Campos & Simonsen, 1975: 61-62)

Como reiteramos, a principal viga da política econômica, a política salarial, possuía uma fórmula extremamente complicada, matematicamente falando, porém, um objetivo muito simples. Trata-se, para a obtenção de quantidades cada vez mais elevadas de mais-valia, por meio da promoção anual de *reajustes salariais* (e não aumentos), com cálculos fixados sempre abaixo da produtividade média do sistema. Em linguagem popular, fixa-se índices sempre abaixo dos índices relativos ao custo de vida. Traduz-se, portanto, numa política de extração de mais-valia - em sua *dupla forma* - resultando, concretamente, na

forma da superexploração da força de trabalho. Necessário ao mecanismo, suprime-se a estabilidade no emprego por 10 anos de serviço para colocar-se em seu lugar o Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço, instituído a partir de setembro de 1966. Fundo que será controlado pelo estado, mas não destinado às necessidades dos trabalhadores, servindo para a construção de moradias para os setores médios da população beneficiados com o "milagre econômico brasileiro".

Moniz Bandeira sintetiza, claramente, as intenções e objetivos da política salarial: "A diretriz fundamental de sua política econômica, cuja eficácia a repressão militar-policial garantiria, consistiu no agravamento da exploração da força de trabalho, mediante a redução do salário real a níveis inferiores aos de subsistência e o apoio à concentração e à centralização do capital. O objetivo era intensificar, extraordinariamente, a apropriação da mais valia e, favorecendo o processo de acumulação, aumentar a taxa de investimentos, de acordo com as necessidades de expansão da economia". (Bandeira, 1975: 17)

O que se extrai disso é que a forma repressiva do bonapartismo em todas as suas manifestações, na realidade, está intimamente vinculada à sua política econômica, ao processo de acumulação subordinada tal como o estado do capital a implementou. E, conseqüência direta da polícia salarial, os trabalhadores passaram a alargar a jornada de trabalho de modo conjugado com uma capacidade produtiva cada vez mais sofisticada, o que engendra um crescimento elevado da produtividade do trabalho. Por esta razão, "a redução do salário real, por meio de reajustamentos nominais abaixo dos verdadeiros índices de elevação do custo de vida induziu aos operários a aceitarem o prolongamento da jornada de trabalho, em muitos setores da indústria, a fim de que assim pudessem obter uma remuneração suplementar". (Bandeira, 1975: 24)

Outro recurso adotado pelo capital foi o de promover um intenso rodízio da força de trabalho, especialmente, nos períodos de dissídios - que foram anuais até 1979 -, pois, como revela um estudo de DIEESE de 1974, "as empresas podem manobrar para reduzir sua folha de pagamento: basta dispensar o trabalhador, beneficiário do reajuste salarial, contratando outro pelos níveis oficiais de salário-mínimo. O movimento sindical tem, seguidamente, denunciado essa prática, demonstrando como ela foi facilitada pela instituição do FGTS". (DIEESE, 1974)

É sabido que a economia brasileira viverá um movimento recessivo no período que vai de 1962 a 1967. E que "o Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco, sob a orientação de Roberto Campos, leva a crise às últimas conseqüências: pratica uma política: de recessão calculada, cujo sentido é o de preparar as bases institucionais para um processo de concentração do capital que vinha se dando caoticamente".

"Feitas as contas, 'compreende-se a que grau de estatização chegou o processo de desenvolvimento brasileiro. As poupanças privadas, conquanto financiem a maior parte da

formação do capital, tem sido substancialmente desviadas para o financiamento do setor público, através da inflação'."[1]
(Guimarães, 1990:79)

Segundo a economista Guimarães, "Acende o PAEG uma vela a Deus e outra ao Diabo, tecendo críticas ao desmedido peso do estado no investimento nacional enquanto a sua trajetória flagrantemente se traça na direção do aprofundamento da participação estatal. No que toca ao investimento público, apesar de limitações sobre o seu peso em demasia, não se furta a projetar a sua ampliação, que deveria agora se dar segundo as determinações de um planejamento instalado exatamente para conferir maior consistência ã ação econômica do estado. E o que se passa com o Investimento estatal, a quem se busca dotar de dimensão maior e contornos estratégicos mais nítidos, se deveria passar em todos os espaços de atuação econômica estatal. (...) Na sua política para o mercado de capitais é declarada a preocupação de preservar o controle democrático das empresas diante das imposições tecnológicas de uma economia de escala, levando ao estímulo à abertura do capital das sociedades anônimas. Para tanto, seriam concedidos incentivos fiscais às sociedades anônimas abertas, seriam reestruturadas as sociedades de investimentos e se reorganizariam as bolsas de valores 'dando maior seletividade às suas transações'[2] . A democracia para os detentores de capital deveria substituir os controles democráticos da sociedade sobre seu Estado."
(Guimarães, 1990:80 e 86-87)

É importante destacar a relação do castelismo com a burguesia brasileira, haja vista que "O compromisso que o Governo Castello Assume não se remete à proteção prioritária ao empresário nacional, mas ao saneamento da economia brasileira de forma a prepará-la para a aceleração do seu crescimento, em que se esperava decisiva contribuição dos capitais externos. É assim que se põem objeções no PAEG à ampliação do peso dos capitais estrangeiros na economia nacional. Reconhecem-se os problemas do empresário brasileiro na concorrência com as empresas estrangeiras e que resultariam "das características tecnológicas do processo de desenvolvimento industrial e de dificuldades institucionais que criam obstáculos a firmas brasileiras na obtenção de recursos sob forma de empréstimo, no exterior, em condições de prazo e taxas de juros satisfatórios."[3]
(Guimarães, 1990:94) Com relação ao capital estrangeiro, " o capital nacional passava a precisar demonstrar eficiência para sobreviver. Eram estes o s n o : ; princípios, era esta a dinâmica da livre concorrência que se buscava fazer vigorar na economia brasileira. Se novos espaços o PAEG abria aos capitais privados eram aqueles sobretudo aos capitais internacionais: o Governo Castello tem como estratégico o aporte de capitais externos para seus projetos de crescimento econômico e o PAEG providencia neste sentido."
(Guimarães, 1990:95)

No bojo dessas reformas implantadas, o estado ganhará uma função especial para o financeiro do processo de acumulação: "Uma reforma fiscal audaciosa adequou as receitas

[1] PAEG, 2ª edição, p. 60.
[2] PAEG, p. 74.
[3] PAEG, p. 144.

do estado à nova quantidade e qualidade da estrutura de produção, com a preeminência dos setores e ramos do Departamento III (departamento produtor de bens de consumo duráveis), ao mesmo tempo em que uma política de incentivos e de créditos fiscais *fazia retornar parte do excedente captado pelo estado como capital gratuito para as empresas* que, conseguindo a façanha de pagar os novos impostos ampliados, os recebiam de volta sem juros e sem obrigações de retorno". (Oliveira, 1977: 93-94. Grífos nossos)

Tentando entender essa *nova função do estado* como agenciador e garantidor dos investimentos privados - raiz, portanto, da privatização do estado -, Francisco de Oliveira observará que: "ao mesmo tempo, e funcionando exatamente na qualidade de *capital financeiro privado,* o estado entra no mercado de capitais através das Letras e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional". (Oliveira, 1977: 94. Grifos nossos)

Ao analisar as diretivas do PAEG do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, um ideólogo do grande capital afirmou que sua principal preocupação, ao lado do "combate à inflação", parece ter sido, igualmente, "a de estabelecer um convívio tão pacífico quanto possível do sistema econômico com a inflação pela ampla adoção do instituto da correção monetária". Mais adianta, comenta: "De um modo geral o Governo Castelo Branco reservou a correção monetária para aqueles áreas em que ela se mostrava mais recomendável do ponto de vista do estímulo à produção, à equidade e ao mercado de capitais". (Simonsen & Campos, 1980: 131)

"Enquanto afirma agir apenas por controlar a inflação e por banir desequilíbrios presentes na economia nacional, estará realmente o Governo Castelo promovendo uma profunda transformação nas instituições políticas e econômicas brasileiras, dotando-as da modernidade que o pleno florescimento do capitalismo monopolista no Brasil requeria." (Guimarães, 1990:311)

A possibilidade do desenvolvimento expansivo do capital decorreu, no entanto, de algumas características do momento histórico. "Tal foi possível uma conjunção favorável de condições internas e externas, assim como pelo brutal esforço que coordenou o Estado brasileiro. Dá-se, no entanto, que uma vez realizado este salto, impunha-se o reordenamento da institucionalidade nacional em termos consonantes com os novos termos vigentes em sua economia. Não fazê-lo implicaria em retrocesso no avanço cumprido ou em insustentável aprofundamento das suas contradições." (Guimarães, 1990:312) Desse modo, "As reformas de base, pedra-de-toque do Governo Goulart, se fariam afinal pelo Governo Castelo. Seria porém outro o seu traçado, outros os seus propósitos. A sua viabilidade repousaria sobre composição de forças essencialmente diversas daquela que presidiu o pacto populista e sobre a agudeza da crise vivida pela economia e nação. Enfrentaria decerto este projeto de reformas resistências, mas especiais circunstâncias políticas que cercam o novo regime puderam contorná-las ou bani-las em sua maior parte. As que ainda se puderam expressar, se influem nos rumos das reformas, não podem porém como antes impedir-lhes a sua formulação." (Guimarães, 1990:313)

Seria importante, nesse passo, precisarmos a evolução da própria realidade: "A crise econômica não passa, no entanto, por nenhuma nítida inflexão de seus indicadores em 1964. O PIB se mantém crescendo a baixas taxas - 2,9 em 1964 e 2,7 em 1965 -; a utilização da capacidade instalada na indústria, em queda desde 1961, está a 87% em 1964 e 76 em 1965. A formação bruta de capital fixo que no período 1956/59 cresceu a uma taxa real média de 10%, cai para 5,1% em 1961, em 1964 está a 2,5%, caindo ainda para 1,6% em 1965. Apenas inflação e balanço de pagamento apresentam melhor desempenho: a inflação inverte a sua trajetória de ascensão, e dos 91,9%, em 1964, vai a 34,5%, em 1965, e o balanço de pagamentos tem superávit de 68 milhões de dólares, em 1964, e de 362 milhões, em 1965." (Guimarães, 1990:52-53)

Segundo a economista, qual seria o significado de 1964, para a economia nacional? "1964 marca também a imposição de novos critérios a nortearem sua presença na economia nacional: à sua atuação como organismo público deveriam agora se sobrepor os padrões de desempenho de grande empresa capitalista. É assim a partir de 1964 que se dá forma à ambigüidade básica da empresa estatal, expressa por um "comportamento que se pretendia 'público', no sentido de estimular outros setores nacionais, e que se concretiza como 'privado'. Esta ambigüidade não se expressará de maneira uniforme ou constante para todas as empresas estatais, mas em maior ou menor grau passará a estar em cada uma delas presentes. Se de forma embrionária já estava posta a dupla face das empresas estatais antes mesmo de ser ela firmada institucionalmente, é apenas quando lhe dá os termos o Governo Castelo que poderá ela vigorar plenamente." (Guimarães, 1990: 64) Em suma, "Designa assim 1964 os termos em que se redefine a articulação entre as forças econômicas decisivas na composição do capitalismo monopolista brasileiro, impondo-lhe nova hierarquia, novos princípios e procedimentos básicos à sua ordenação." (Guimarães, 1990:65)

Está claro que este processo não este processo não se pôs de forma pacífica, na realidade, o que ocorreu no âmbito da reprodução do capital em nosso país foi o considerável estímulo para a concentração de capital monopolista em detrimento das pequenas e médias empresas, especialmente, àquelas inseridas no departamento II departamento produtor de bens de consumo não-duráveis) da economia nacional. Por outro lado, a expansão capitalista terá sua dinâmica e direcionamento centrada no D III, departamento produtor de bens de consumo duráveis, cuja propriedade e controle está nas mãos do capital estrangeiro, ocasionando - aliás, não poderia se dar de outra forma - uma *atrofia* nos outros departamentos, especificamente, no departamento produtor de bens de produção, o Dl da economia nacional, como se sabe vital para o desenvolvimento industrial. As transformações ensejadas pelo governo castelista e pelos demais *bonapartes* institucionalizou o processo de incorporações, fusões e aniquilamentos, em benefícios do grande capital, como etapa necessária à consolidação das corporações e conglomerados.

Em sua obra *Cartéis e Desnacionalização*, Moniz Bandeira descreve com riqueza de dados, esse processo: " O número de matrizes de bancos comerciais caiu de 328 em 1964 (477 em 1940) para 280 em 1968. Desde então, ao longo de 5 anos, a centralização se acelerou e o número de matrizes diminuiu de 45,2%, com o desaparecimento de mais 163

instituições. Em janeiro de 1974, só restavam 117 bancos comerciais, sendo 4 públicos, 25 oficiais estaduais, 8 estrangeiros (de acordo com a classificação do Banco Central) e 80 do setor privado nacional, dos quais alguns dos mais importantes, como o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Halles e o União Comercial, extinguiriam suas atividades, no correr do ano". (Bandeira, 1975: 85)

Paul Singer chama a atenção pára a qualidade dessas mudanças posta em prática pela ditadura militar, a transformação de conglomerados financeiros em conglomerados financeiros-industriais. Pois, "a associação de conglomerados liderados por bancos comerciais com conglomerados não financeiros (industriais, comerciais e agrícolas) aberta ou implícita (mediante domínio acionário pelo mesmo grupo capitalista), é uma forma de concentração do capital que começa a caracterizar a economia brasileira no período que se abre em 1964". (Singer, 1978: 88)

Num quadro em que a própria legislação impedia a expansão dos bancos estrangeiros, a alternativa foi a progressiva instalação de seus escritórios de representação. Qual era a sua função precípua? "No início de 1973, responde-nos Bandeira, eram cerca de 100 e, até o final do trimestre de 1974, mais 17 se instalaram, com a função primordial de intermediar em préstimos de repasse e financiamentos diretos às indústrias, geralmente vinculados à aquisição de máquinas e equipamentos nos seus países de origem , cujas exportações eles sempre procuraram, acima de tudo, promover". (Bandeira, 1975: 87)

Cruz explicita tal fato, nos seguintes termos: "Em 1975 o setor privado tem sua participação reduzida para cerca de 50%, enquanto que, ao final do período estudado, a predominância quase que absoluta já é do setor público, que responde por cerca de 77% das captações totais. Em valores correntes, as capitações privadas, que se mantém praticamente constantes no período 1972-1979, caindo em 1980 para níveis ligeiramente superiores aos observados em 1977." (Cruz, 1983:72)

Explica, ainda, a função dos capitais estrangeiros de empréstimos para o "modelo econômico": "A institucionalização de canais de ingresso de capitais externos de empréstimo constituiu uma das peças fundamentais de reestruturação do esquema de financiamento dos setores público e privado processada na segunda metade dos anos sessenta. Como se recorda, foram efetivadas, por essa época, várias reformas, notadamente em relação às esferas fiscal, monetária e financeira, que modificaram substancialmente os padrões de financiamento até então vigente na economia brasileira. Destaque-se a esse respeito, as medidas destinadas a ampliar a base fiscal e viabilizar o instrumento da dívida pública, bem como a reorganização do sistema financeiro, cuja idéia nuclear era a especialização das instituições segundo diferentes modalidades de crédito. No bojo dessa ampla reordenação do marco institucional foram tomadas medidas que refletiam uma progressiva adequação dos esquemas internos de financiamento às transformações que se processavam na escala internacional. Por outro lado, foi recomposto um quadro extremamente favorável ao capital estrangeiro, através da eliminação das principais restrições surgidas no início da década, enquanto que, por outro

lado, criou-se canais institucionalizados destinados a facilitar o ingresso massivo de capitais de empréstimos, por captação direta e por repasse, que começavam a se tornar abundantes no euromercado de moedas". (Cruz, 1983:84)

Outra consideração a ser feita é que a economia do pós 64 foi favorecida pela alta liquidez no mercado dos euro-dólares e de um tabelamento de juros relativamente menores. Isto fez com que "a política cambial e creditícia fosse modificada, para tornar atraente o recurso ao crédito externo, em detrimento do interno, além de estimulador as empresas estatais a contraírem empréstimos no exterior em proporções alarmantes".

O conhecimento e proclamado "esforço exportador" residia ria tentativa de se conseguir as divisas necessárias a fim de garantir os meios de pagamento para a reposição da fração de mais valia à circulação internacional do capital-dinheiro. "Faz-se um seforço desesperado de exportações - acrescenta Francisco de Oliveira - exitoso sem dúvida, mas que , pelas próprias condições da reprodução ampliada, da expansão reforçada pela própria expansão, ter-se-ia mostrando insuficiente".

Este "círculo vicioso" - a lógica perversa da acumulação subordinada -, que come a sua própria cauda, se explica pela reposição de seus pressupostos e resultados. Com isso, "apela-se para a expansão da *dívida externa*, cuja função não é outra senão financiar o retorno à circulação internacional do capital da fração de excedente de propriedade das empresas internacionais e, apenas secundariamente, financiar a própria acumulação de capital". Isto obriga, a fim de se propiciar a continuidade do financiamento interno da acumulação, o reforço intensivo da captação de recursos extraídos dos fundos de poupança compulsória (FGTS/PIS/PASP).

A raiz, portanto, da desigualdade social está na lógica perversa da própria forma particular de produção tal como foi montada pela ditadura militar. É precisamente a forma da produção nacional que explica a forma desigual da distribuição. "A miséria produzida pelo 'milagre', é resultante, portanto, da organização da produção que ele subentende, e não a simples falta de uma equação distributivista e mais eqüitativa. Isto é, por mais que o 'bolo crescesse' jamais poderia render para as massas trabalhadoras". Em suma, em nossa formação, a figura do capital atrófico se põe de modo estrutural incompleto, pois, na condição de sua contemporaneidade não-coetânea, produz continuamente uma modernização sem ruptura, uma *modernização excludente*, típica da via colonial do desenvolvimento do capitalismo.

A crise do "milagre econômico"

Chasin acompanhou analiticamente, passo a passo, a crise dessa forma particular de acumulação do capital. Em suas palavras,

"Nesse sentido ele é, desde logo, uma enorme e grande falsidade enquanto formulação de um projeto econômico para o país. Sob este aspecto o 'milagre' é uma proposta política econômica que jamais poderia encaminhar soluções, nem mesmo em parte, para os básicos problemas materiais que afligem de longa data as classes dominadas do Brasil. Ao contrário, a dinâmica econômica que ele propôs e implantou tem como base necessária a maciça exclusão das camadas populares dos resultados que produz. Em termos rigorosos, a estrutura de produção em que se baseia o 'milagre' *produz necessariamente* uma distribuição negativa para as classes subalternas. Para se realizar, o 'milagre' obrigatoriamente tem de gerar a miséria de amplas camadas populacionais; o aviltamento da maior parte da força de trabalho empregada é a condição de seu funcionamento". (Chasin, 1979:155)

Mais ainda: "O 'milagre' é fracasso, uma segunda vez, quando considerado como esgotamento de uma fase de acumulação. Isto é, quando se trona evidente, mesmo a nível das aparências, das relações mais visíveis à flor da pele, que a larga acumulação efetivada entre 68-73 não tinha mais como prosseguir, que havia chegado ao seu termo. Isto é, quando se trona ostensivo que a estrutura de produção em vigor não é mais capaz de prosseguir multiplicando o capital no mesmo ritmo que o vinha fazendo na fase imediatamente anterior, isto é, durante os anos do 'milagre'". (Chasin, 1979:157-158)

E, conclui: "Sintetizando as duas formas do fracasso do 'milagre': do ponto de vista das necessidade gerais da nação, ele é um fracasso como projeto e organização da produção, consideradas as necessidades das classes subalternas, numa palavra, do conjunto do povo brasileiro; é também um fracasso, ao cabo de poucos anos, quando se consideram, a partir de 73, as exigências naturais do próprio capital: a acumulação deste é entravada pela própria estrutura de produção que durante um certo tempo o beneficiou larga e exclusivamente. Em suma: o 'milagre' fracassa como projeto e prática de desenvolvimento nacional, dado por base insuperável a exclusão da maioria do povo brasileiro desse desenvolvimento, e fracassa também, esgotando rapidamente suas possibilidades, mesmo como simples forma restritamente voltada apenas para a acumulação do capital. Para facilitar a exposição passaremos a chamar, daqui para a frente, os dois aspectos do fracasso do 'milagre', respectivamente *por fracasso geral* e por *fracasso específico* do 'milagre'". (Chasin, 1979:158)

Em suma, "O 'milagre' é uma forma de desenvolvimento capitalista; desenvolvimento no quadro dos países economicamente submetidos ao imperialismo, que beneficia o capital monopolista e que expulsa as massa populares da esfera dos direitos políticos e econômicos". (Chasin, 1979:164) Porque, "Semelhante desenvolvimento atende ao objetivo essencial e único de acumulação capitalista enquanto tal. Atende às exigências do capital em sua forma monopolista, submetendo tudo o mais a seus próprios objetivos, vinculados estes especialmente ao grande capital externo". (Chasin, 1979:164)

Numa explicação precisa, Chasin mostra o funcionamento desse mecanismo: "Ou seja, produzindo para consumo interno do mercado brasileiro, realiza sua mais-valia em cruzeiros, que precisam ser convertidos em dólares quando se trata de remeter o produto

de suas operações para os centros que o comandam e determinam. Além disso, o desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis implica, nas condições do subdesenvolvimento brasileiro, a importação de bens de produção e insumos básicos. O que significa, no conjunto, a necessidade de obter volumosas quantidades de divisas. Dai o chamado 'esforço exportador' para obter dólares. Todavia, por mais forte que ele tenha sido, por mais incentivado que ele seja, nunca foi capaz de atender às necessidades na geração de tais recursos. Daí o crônico e crescente desequilíbrio da balança comercial e correlativamente da balança de pagamentos". (Chasin, 1979:166)

Qual era, assim, a significação do esgotamento dessa forma-de acumulação subordinada?
"A política econômica da ditadura conheceu seu estrangulamento pela contradição que se estabeleceu, dada as condições do país economicamente subordinado, entre o esforço exportador e as exigências de importação. Estas superando sempre aquelas, gerando os desequilíbrios das balanças comercial e de pagamentos, implicando progressivo endividamento. Evidentemente, completam ainda este quadro os demais ônus decorrentes da forte presença no interior da economia brasileira do capital estrangeiro. Como já indicamos, a responsabilidade maior pelas importações reside nos bens de produção, equipamentos e insumos básicos. Alto e crescente é o percentual que lhe corresponde na absorção dos dólares captados nas relações de troca com o exterior. Ao contrário do que foi propalado pela ditadura, como justificativa de suas dificuldades, os gastos com o petróleo são menos perturbadores, seja pela sua grandeza absoluta, seja porque seu consumo tende a uma certa estabilização, ao contrário dos bens de produção e insumos básicos que implicam demanda crescente, e são diretamente responsáveis pela continuidade do processo de acumulação. Obstar ou restringir este consumo produtivo é interferir diretamente no processo de reprodução do capital. Ao limite é a recessão que se põe". (Chasin, 1979:168)

Há uma verdadeira mistificação produzida pelo próprio mundo capitalista, e, reproduzida pelo governo brasileiro, particularmente, naquela famosa oração geiseliana, de que o país era uma ilha de paz e prosperidade, num mundo trágico por causa da "crise do petróleo". Aliás, não poucos economistas abraçaram - por não compreender os mecanismos da crise estrutural do capital com sua produção destrutiva - a explicação da recessão, pelo mesmo motivo.

Na realidade, "A recessão generalizada de 1974/75 é uma crise clássica de superprodução". Esta afirmação peremptória de Ernest Mandei está dirigida fundamentalmente contra estes analistas que fabricaram o mito e lançaram o ônus de uma recessão generalizada do capitalismo à "crise do petróleo", aos gananciosos xeiques e magnatas do petróleo ou, até mesmo, aos sindicatos de operários, na luta pelo melhoramento das condições de vida, com conquistas de "aumentos sucessivos de salários" para a classe trabalhadora.

Segundo Mandei, "A recessão de 1974/75 é a conclusão de uma fase típica de queda da

taxa média de lucros. Tal queda é claramente anterior ao encarecimento pronunciado do petróleo depois do desencadeamento da Guerra do Yon Kippur". (Mandei, 1990:23)

Há que examinar as determinações específicas que denotam o período anterior, os momentos pelos quais a economia capitalista se desenvolveu aceleradamente logo após a Segunda Guerra Mundial, e por uma longa duração, com a desorganização do movimento operário-sindical, obtivesse altas taxas de exploração de mais-valia, garantindo formidável taxa de lucro. Com isso, "aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta ('rendas tecnológicas'), essa revolução permitiu o prolongamento da. expansão em condições 'ideais' para o capital - ao mesmo tempo, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão". (Mandei, 1990:27)

A versão propagada da crise e recessão pela alta do petróleo infere qudaí que há uma verdadeira transferência dos "recursos" para fora dos países industriais, o que provocaria uma contração da demanada e, portanto, da produção. A explicação garante que houve uma "transferência de poder de compra" dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão para os países da OPEP....(p.38)

"A recessão generalizada estava inscrita no ciclo que começou com a recessão ainda parcial de 1970/71 e que se prolongou com o *boom* especulativo dos anos 1972/73. Tanto que as capacidades de produção cada vez mais ociosas como a inflação que toma impulso o mostram inquestionavelmente. Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP no momento da guerra do Yom Kippur. Esta alta do preço do petróleo não é, portanto, nem a causa, nem mesmo o detonador imediato da recessão. É no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise". (Mandei, 1990:38)

No entanto, há que fazer a distinção entre o que se passa nos países exportadores de petróleo com a situação dos países do Terceiro Mundo. No primeiro caso, as rendas obtidas asseguraram-lhes uma maior enfrentamento à queda da demanda e do volume das exportações, portanto, num quadro de maior favorecimento às contradições da recessão capitalista no sentido geral.

É fartamente conhecida a regra que acomete as distintas formações históricas no bojo do desenvolvimento desigual e integrado do sistema do capital, principalmente, a que atinge os países numa situação nitidamente recessiva. "Toda crise capitalista de superprodução golpeia mais fortemente os fracos do que os fortes, os pobres do que os ricos. Isso é verdade para os países imperialistas, no que se refere ao proletariado e à burguesia. É verdade para o patronato, no que concerne a pequenas e médias empresas, de um lado, e para os grandes monopólios, de outro. E verdade em escala mundial, no que concerne aos países semicoloniais e dependentes, de um lado, e aos paises imperialistas, de outro". (Mandei, 1990:46)

"Duas particularidades de tal recessão merecem ser sublinhadas. De uma inflação permanente que estimulava a atividade capitalista passamos progressivamente, pela via da inevitável aceleração dessa inflação e dos fenômenos de antecipação que esta aceleração provoca, à estagflação de 1970/71 e, depois, à *slumpflação* (recessão com inflação) em 1974/75. A inflação deixa progressivamente de ter um efeito estimulante sobre a atividade produtiva capitalista no seu conjunto; começa mesmo a ter efeitos perversos:foi preciso, de fato, simultaneamente, doses cada vez maiores de inflação para estimular a 'demanda global'. Os dados sobre a aceleração da inflação (a incidência sobre ela da alta dos preços do petróleo não chega a *2%* para o conjunto dos países imperialistas, segundo a OCDE) são inequívocos". (Mandei, 1990:29)

A visão distorcida da realidade mundial transpareceu, de modo cabal, na interpretação dos militares acerca das turbulências na economia capitalista mundial. O Brasil seria apresentado como um oásis de paz e tranqüilidade, enquanto do outro lado, os choques dos preços do petróleo nessas economias teria causado uma convulsão generalizada. Tomando a sério as expressões gestuais e a fala impoluta do general Geisel, este "oásis" poderia enfrentar um arrastão, caso não se desviasse de um problema "exterior": a crise estrutural do capital.

Quando o historiador Hobsbawm dividiu o seu "Breve Século" em três períodos, designou o último pelo termo "desmoronamento". "A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise". (Hobsbawm, 1995:393). O autor de *Era dos Extremos* descreve, com clareza, as transformações que perpassaram o próprio processo produtivo e as relações de trabalho tornando-as flexíveis e muito mais instáveis do que eram anteriormente. "Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil 'ciclo de estoques' da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques 'só para a eventualidade' de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores *just in time* (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências da mudança". (Hobsbawm, 1995:394)

Numa conferência proferida em 26 de janeiro de 1971, com extraordinária acuidade, István Mészáros divisava as conseqüências da antiga lei da reprodução ampliada do capital, que em sua processualidade, resulta sempre na desproporção dos fatores da composição orgânica do capital, pendendo progressivamente para a parte constante e, ao mesmo tempo, diminuindo a parte variável. Marx havia explicado esta contradição numa fórmula sintética extremamente feliz: o capital é uma contradição em seus próprios termos: de uma parte, é trabalho acumulado, riqueza produzida e separada de seus produtores, e de outro, dispensa energias humanas da produção de riqueza. O desemprego que daí resulta era "assumido" como algo necessário, os "custos inevitáveis da modernização". "Na medida em que a transformação predominante se dava na

substituição do trabalho não-qualificado, envolvendo grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial, o assunto podia ser ignorado com relativa segurança, dado a atmosfera de euforia provocada pela 'expansão'. Em tais circunstâncias, a miséria humana necessariamente associada a todos os tipos de desemprego - inclusive aquele produzido no interesse da 'modernização' - podia ser capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos".(Mészáros, 1993:58-9)

A esta grande massa de desempregados, que vivia na órbita periférica do alto consumo dos mercados hiper-desenvolvidos, se lhes atribuía o estigma de inúteis, preguiçosos, sem qualificação profissional, sem educação aprimorada, reservando-lhes uma solução caridosa, seja com assistencialismo e caridade social.

"No entanto, foi sistematicamente ignorado o fato de que a tendência da 'modernização' capitalista e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não-qualificado, em favor de uma quantidade bem menor de trabalho qualificado, implicavam em última análise a *reversão* da própria tendência: ou seja, o colapso da 'modernização' articulado com um desemprego maciço". (59)

Isto eqüivale dizer que, o novo padrão emergente do desemprego atinge agora em cheio os próprios ramos industriais mais desenvolvidos: "Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos - e cada vez mais raros - empregos disponíveis". (Mészáros, 1993:61)

A conclusão de Mészáros é, assim, extremamente pertinente e antecipatória dos rumos a que a mundialização do capital e a derrocada do sistema do Leste europeu configurou." o desemprego estrutural como conseqüência da crise do capital. "E o mais importante de tudo é quem sofre todas as conseqüências desta situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas 'desprivilegiadas', mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, objetivamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade".(Mészáros, 1993:61-62)

"Após 1974, os defensores do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (Para ser justo com o professor von Hayek, ao contrário dos propagandistas comuns da Guerra Fria, ele não dizia haver tal ligação)". (Hobsbawm,1995: 398-9)

Parodiando Hegel, poderíamos formular que a reconciliação do conceito com a realidade mais rica em determinações, se põe, até aqui, no panorama mundial, com o acasalamento do conceito de capital financeiro com o estabelecimento do capitalismo, como um sistema

mundial economicamente articulado. Contudo, eivado por uma profunda contradição! Qual seja: "A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que - direta ou indiretamente - eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia do livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário". (Hobsbawm, 1995: 404) . . . . . .

Uma reflexão mais atual tenta compreender o fenômeno da "mundialização do capital" tentando mostrar as novas qualidades que o capitalismo vem desenvolvendo a partir dos anos 80. Segundo Chenais, "O termo 'mundialização do capital' designa o quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha". (Chesnais, 1998:13). O autor tenta diferenciar este fenômeno contemporâneo da era da "multinacionalização clássica". Segundo o autor marxista: "Torna-se, então, compreensível a forma assumida pela mundialização das *trocas.* É estimado que as empresas multinacionais estão envolvidas (enquanto matrizes, filiais ou firmas receptoras em contratos de subcontratação transfronteiras) em mais de *dois terços* das trocas internacionais de 'bens e serviços'. Assinala-se que cerca de 35% do comércio mundial pertence à categoria intra-grupo" (Chesnais, 1998:18)

O máximo de desenvolvimento possível: a Opção 74

No documento *Brasil: 14 anos de Revolução* elaborado pelo IPEA e apresentado no CDE, Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 1978, condensava numa síntese as "conquistas da Revolução de 64", em verdade, um balanço não só dos resultados obtidos no governo Geisel, mas que partia do momento de estruturação da plataforma econômica do bonapartismo, com o golpe de 64. Pontuava em seus vários tópicos, os índices considerados relevantes como demonstração da correta intervenção do estado e da colaboração do homem brasileiro, com seu esforço e labuta. Assim, o PIB, o produto interno produto, elevou-se de US$ 54,6 bilhões para 164,4 bilhões no período 1963-1977, o que representa um crescimento médio anual na faixa de 8,2%; sendo que, a população passou de 76,4 para 113 milhões, crescendo 485, nesse mesmo período.

O documento revela ainda, sempre em linha progressiva, o crescimento da formação bruta de capital fixo que saindo da casa de US$ 10,3 bilhões em 1963, alcançou um aumento de 254%, ou seja, US$ 36,6 bilhões em 1977. As exportações de mercadorias, em sua diversificação, elevaram-se de US$ para 12,1 bilhões, com aumento de 764%.

No mesmo período, divisava um crescimento de cerca de 221% dos produtos industriais; 93% dos agropecuários; 189% o dos serviços. A população urbana, entre 1963 e 1977, teria crescido de 36,5 para 69,5 milhões. No campo da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, o documento revelava que a rede pavimentada expandiu-se de 17,9 mil km (1964) para 74,9 mil em 1977; a frota mercante, de 1,4 milhão de *tpb* para 5,6 milhões de *tpb.* No que tange aos volumes transportados por ferrovia passou de 16,7 para 68,0 bilhões de t/km; a potência instalada de energia elétrica, de 6,8 para 22,7 gW e o consumo de energia saiu da casa dos 23,5 para 87,2 bilhões de kWh; sendo que o número de telefones instalados cresceu de 1,2 para 4,7 milhões.

O documento divisava, também, três fases distintas na evolução do capitalismo brasileiro: "/. O período 1964-1967, caracterizado pela ênfase na reorganização econômico-financeira e institucional; *2.* O período 1968-1973, marcado pelo crescimento acelerado e pelo esforço de integração nacional; *3.* O período 1974-1977, fase de transição que deverá prolongar-se até o final da década, correspondente ao esforço de readaptação da economia à crise mundial de energia e ao novo estágio do seu desenvolvimento industrial". (IPEA, 1978: 11)

O documento do EPEA, instituto ligado ao ministério do planejamento, reconhece que o país tinha conhecido uma "experiência talvez sem precedentes, em países em desenvolvimento", mas agora, em pleno governo Geisel, enfrentava os problemas da *crise mundial* do capitalismo. No entanto, *a crise estrutural do capital* é identificada superficialmente aos aumentos dos preços do petróleo. É como se a *nossa crise* fosse criada por fatores externos à nossa economia, mas agora passava a ser sobredeterminada por uma "crise de energia".

Nesse sentido, "A crise do petróleo e os seus conhecidos reflexos sobre a situação econômica internacional encontraram, portanto, o País em período de crescimento acelerado e de desenvolvimento que já se prolongava por 6 anos e no momento em que se preparava, com o *4°* Governo da Revolução a instalar-se em 1974, para definir sua política e estratégia de desenvolvimento para o próximo qüinqüênio (1975-1979). Importa observar, inicialmente, que o País se situa em posição intermediária com relação ao grau de dependência energética. (...) Vale ressaltar, em segundo lugar, que a brusca e espetacular elevação de preços do petróleo e outras matérias primas que o País importava provocou, em 1974, grave desequilíbrio no balanço de pagamentos: a balança comercial, equilibrada na média anual do período 1958-1973, apresentou, naquele ano, déficit de US$ 4,7 bilhões, com as importações mais do que duplicando, em um ano (para expansão das exportações de 28%)". (IPEA, 1978: 14)

Sendo assim, com o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e o ressurgimento de - o "inimigo insofismável", aliado dos "populistas" -, uma taxa de inflação saltando dos 15,7% de 1973 para a casa dos 34,5% em 1974, desmoronava paulatinamente a visão do demiurgo que detém as rédeas do movimento do capital atrófico, subordinado estruturalmente ao imperialismo.

O choque de orientações se colocará na cúpula dominante. Recessão generalizada ou uma política gradualista, de desaceleração do crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, gerando internamente uma infra-estrutura econômica para responder às limitações do capital subordinado? Roberto Campos é pela primeira opção. Reis Velloso é pela segunda. Ernesto Geisel não terá dúvidas.

A "opção gradualista" será estabelecida no IIPND - Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado entre maio e agosto de 1974, com diretrizes de Geisel, tendo como mentor o ministro do planejamento Reis Velloso e a equipe do IPEA. Esta estratégia de desenvolvimento implicava a reestruturação produtiva numa adequação às nova realidade da *crise estrutural*. "Esses ajustamentos determinaram medidas, de efeitos a curto e médio prazos, visando à redução do crescimento do consumo de petróleo e outros bens importados, a programas de substituição de importações em insumos industrias básicos e bens de capital, e ao estímulo às exportações. (...) A estratégia seguida rejeitou, portanto, de início, o tratamento de choque, que eqüivaleria a conduzir o País, em sintonia com o quadro internacional, a uma recessão de efeitos relativamente longos. A opção gradualista mantida ao longo desses 4 anos (1974-1977) procurou, portanto, ao máximo preservar os objetivos de crescimento, de expansão continuada do emprego e de estabilidade social, ao mesmo tempo em que se partia para executar as medidas de reestruturação econômica indispensáveis". (IPEA, 1978: 14-15)

Em seu depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o general Geisel deixou registrado algumas das várias saídas que ele e sua equipe ministerial buscavam para sair do atoleiro que se avinhava com a crise do "milagre econômico". Descartado a restrição ao consumo, Geisel narra a perspectiva adotada com a elevação dos preços, promovendo um "racionamento indireto". "Essa elevação incidiu principalmente sobre a gasolina, partindo da consideração de que quem usa mais a gasolina é a classe mais favorecida e que pode pagar por isso. O consumo caiu e, consequentemente, diminuímos a importância do óleo cru. Foi esse o caminho que seguimos. (...) E claro que a execução do II PND também gerou inflação, assim como safras agrícolas devido a más condições metereológicas". (Geisel *apud*D'Araújo & Castro, 1997: 292)

O busílis da questão residia, novamente, na questão do financiamento da economia brasileira. Geisel descartava a tibieza apresentada pelos capitais privados nacionais. "Contudo, *não há no país capitais disponíveis*. Existem ricos, mas estão pouco dispostos a enfrentar esses problemas, e assim há relativamente pouco dinheiro para promover o desenvolvimento. Cabe então ao próprio governo, com os meios de que pode dispor, inclusive *o crédito externo*, assumir a tarefa. Passamos então a ser acusados, pelos teóricos que nada produzem, de estatizantes". (Geisel apud D'Araújo et ai., 1997: 290)

"A idéia de endividamento, aproveitando essas condições, vinha desde o tempo do Mediei. Delfim fazia uma observação que, realmente, era muito interessante. Ele dizia que o Brasil não tem poupança. A poupança popular que temos é muito pequena e não pode ser usada, na escala devida, para o desenvolvimento do país - obviamente, o desenvolvimento se faz com poupança; foi o que permitiu, além das qualidades do povo, o desenvolvimento

extraordinário do Japão. Mas, enquanto o Brasil não tem poupança, o estrangeiro tem, e de sobra. Portanto, o lógico, o racional é que, se nós não temos a nossa, usemos a deles! Vamos trazer a poupança do estrangeiro para o Brasil e aplicá-la criteriosamente, para que ela tenha um efeito reprodutor. Depois poderemos pagá-la de volta". (Geisel *apud* D'Araujo & Castro, 1997: 293)

Pequena observação: No governo Geisel, a inflação correu solta: em 1973, de 15,7%; em 1974, de 34,5%; em 1975, de 29,4%; em 1976, de 46, 38%, e em 1977, de 38,7%. (Geisel *apud* D' Araújo & Castro, 1997: 292)

A defesa do capital privado nacional foi também pensada na composição do tripé econômico com o capital estatal e com o capital privado estrangeiro, dentro do que se denominou o "novo modelo brasileiro de desenvolvimento". Principalmente, na fase do "milagre econômico", houve uma expansão das empresas estatais, basicamente, nas áreas de energia, transporte e comunicações, com ampla diversificação de atuação, e também, expandindo-se nos setores como o de siderurgia de produtos planos e exportação de minério de ferro.

Uma das figuras mentoras do planejamento econômico da ditadura militar, em dois "governos revolucionários", o economista João Paulo dos Reis Velloso pode inferir desse momento que houve "uma considerável mobilidade empresarial", ao mesmo tempo em que se buscava uma "aliança tácita" com as empresas estatais: "Empresas pequenas evoluíam para médias e empresas médias evoluíam para grandes. Isso tinha particular importância na modificação da posição relativa da empresa privada nacional, que era quem mais se beneficiava dessa mobilidade". (Velloso, 1986:143)

Em seu livro *O Último Trem para Paris,* Reis Velloso reconstitui as formulações que visavam fomentar uma política de fortalecimento do capital nacional. Descrevia esta configuração de defesa no *Programa Estratégico de Desenvolvimento* de 1968, que buscamos sintetizar: "Esta preocupação governamental com o fortalecimento do empresário privado brasileiro não pode ser confundida com tentativa de cerceamento ou discriminação contra o investidor estrangeiro, cuja contribuição no progresso do Brasil o Governo reconhece e, neste sentido, já se manifestou em numerosas oportunidades. Trata-se de dotar o empresário brasileiro das condições essenciais a uma ativa participação no programa de industrialização do País. Uma classe empresarial nacional vigorosa, dinâmica e tecnicamente atualizada, não só garante a continuidade do desenvolvimento como constitui componente indispensável de um processo politicamente viável em que se aceite a colaboração da empresa estrangeira". (Velloso, 1986:144)

É importante observar, que o ideólogo do *sistema,* ex-ministro do planejamento dos governos Mediei e Geisel, mesmo distante do tempo de sua atuação no comando da economia brasileira, permaneça num plano de mera constatação empírica, segundo a qual, "uma das conclusões foi que, na indústria de transformação, as filiais de empresas estrangeiras eram, em geral, bem maiores que as nacionais e desempenhavam papel mais

relevante, em significativo número de setores. As *estrangeiras* tinham, pois, vantagem em *economias de escala".* Os problemas detectados enfatizavam as condições desiguais de equipamento e financiamento, com relação às empresas estrangeiras, uma vez que "a estrutura financeira das empresas nacionais era débil, com altos níveis de endividamento e poucos instrumentos de capitalização, salvo os seus próprios resultados de operação". (Velloso, 1986:145)

Por estas razões, buscou-se, no âmbito do I PND, superar estas dificuldades, propondo-se, de um lado, a "realizar uma política de reorganização e modernização, principalmente nas indústrias tradicionais, para fortalecer a estrutura pfodutiva existente e dar-lhe condições, inclusive, de competir melhor no exterior... Com esse objetivo, criou-se em 1970, no BNDE, O Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI); de outro, construir um *capitalismo industrial brasileiro,* capaz de atuar dinamicamente nos setores vitais para a estratégia de desenvolvimento, inclusive, quando necessário, através de grandes projetos. Com isso, se evitaria que a necessidade de desenvolver áreas industriais intensivas de capital resultasse em beneficio da empresa estatal ou da empresa estrangeira". (Velloso, 1986:145)

É interessante registrar os conteúdos agressivos inscritos nos "Pronunciamentos dos empresários", em 1977, que atingidos pelos reflexos do esgotamento do "modelo econômico" atacam a nova estratégia de desenvolvimento, a "Opção 74", como tendo apenas um único sentido: a estatização. A estratégia varguista renascia, assim, nas mãos do antigetulista Geisel, no entanto, "se num plano geral se estava diante do esgotamento do 'milagre', mais especificamente, tendo o governo Geisel identificado o problema, havia sido formulado o II PND que enfatizava *um programa econômico voltado para a indústria de base,* o que entreabria o 'perigo' de uma *intervenção estatal* na economia ainda maior. A campanha antiestatista levou à derrocada do II PND. Não é preciso dizer do vital interesse do imperialismo quanto a esta questão, nem de sua decidida e decisiva intervenção". (Chasin, 1979: 162)

Ao examinar os documentos dos empresários, o economista Lessa lucidamente diz:

"Quem enganou quem? O Estado-Príncipe teria passado intencionalmente um "conto do vigário" na indústria nacional de bens de capital? Este segmento empresarial traiu a mão benfazeja do Príncipe? Será apenas a estória de um engano, a crônica de uma frustração. É a mesquinha estória de fração empresarial que, embaída pelo coro de sereias da majestática proclamação - o II PND - e outorga de sucessivas mercês, construiu seus palácios, reformou seu guarda-roupa e em 1976 descobriu que não tinha títulos nobiliárquicos. E, frustrada e endividada, sem carta de nobreza, frente ao risco de perder seus palácios, assume vingativamente uma posição contra a Corte. Creio que nisso há um grão de verdade.

A "ingratidão" do setor que seria confirmado pela Estratégia na ponta do novo Padrão de Industrialização é a indicação absolutamente palpável do fracasso do intento." (Lessa, 1978:131)

Configurando o problema em sua real dimensão ele afirma: " Em outubro de 1974, Carlos Villares - Superintendente de Indústrias Villares e Presidente da SIMESP - declara sobre o II PND: "Tanto o setor de bens de capital sob encomenda como o de bens de capital em geral, devem assumir uma posição de otimismo, de confiança e relação_aos planos do Governo". Declara que: "...de um modo geral não temos graves problemas de ociosidade". Comenta a Resolução no. 6/74 do CDE: "O fato do Governo estar recomendando às empresas estatais que dêem preferência ãõ" produto nacional é prova de que havia preferência pelo equipamento estrangeiro. Ainda é cedo, porém, para medir os efeitos desta nova orientação. (...) A lucratividade adequada para reinversões somente é possível com a especialização e encomenda de médio e longo prazo". O desenvolvimento tecnológico do setor depende de "garantias de encomendas a médio e longo prazo". Finalmente: "Vemos o futuro (Ind. Villares) como promissor. Acho que o mesmo otimismo vale para a indústria de base como um todo. Agora, em relação à indústria brasileira de um modo geral não estou tão otimista." (61) (Lessa, 1978:132-133)

"Surge uma reclamação quanto ao custo dessa mão-de-obra: "Os salários deveriam ser limitados ao estabelecimento nos dissídios coletivos. Entretanto, o aumento real do custo dessa mão-de-obra tem sido superior, porque não é possível recrutar pessoal, principalmente o qualificado, oferecendo apenas o determinado pelos dissídios, devido à grande demanda de trabalhadores criada no País. E esse maior custo não é absorvido pelos reajustes de preços." Porém o mais interessante das reivindicações é pela adoção da "especialização", que na verdade capeia a instalação de barreiras à entrada para a produção de máquinas e equipamentos: "Finalmente, o terceiro problema da indústria de bens de capital sob encomenda é a falta de uma definição precisa na aprovação de novos investimentos, para que se obtenha uma especialização por linha de fabricação (...) pode-se assim evitar que novos investimentos sejam feitos na linha de pontes rolantes, pois o país já possui 32 empresas deste tipo. Este assunto está sendo estudado pelo CDI. Essa disposição do CDI, para solucionar uma das dificuldades do setor, reflete a disposição de todo o governo federal, apesar de ainda existirem alguns de seus escalões que não compreenderam a necessidade de substituição das importações por bens de capital, diante da falta de opções de política econômica para o Brasil resolver o problema do balanço de pagamentos." (63) (Lessa, 1978:133-134)

O historiador Caio Prado Jr., num artigo editado junto ao livro *A Revolução Brasileira,* em 1977, fez uma análise vigorosa do "milagre":

"Será então chamado "milagre" brasileiro. A política econômica deste milagre - e a social seguindo-lhe o rastro - se é certo que se orientou tecnicamente, e soube acomodar o caminho - façamos-lhe justiça - para o aproveitamento máximo da especulação em que ferveu naqueles anos do mundo capitalista, no sentido da promoção da economia brasileira

dentro da tradicional modelo colonial, doutro lado, também é certo, não lhe imprimiu nem cogitou disso, nenhum desvio dos velhos padrões que manteve inatos. Como deixou com isso intatos e aberto no mesmo pé em que se encontravam, senão pior, as grandes e fundamentais questões que se propõem no Brasil desde longa data, e de cujo equacionamento e solução depende a integração da nação brasileira nos niveis da civilização deste fim do séc. XX que vivemos. Em suma, o milagre brasileiro não passou - e isso já aí está patente aos olhos de todo mundo - de breve surto de atividades estimuladas por conjuntura internacional momentânea e fruto de circunstância excepcionais inteiramente fora e a infinitas léguas da ação de nosso país. Encerrando o ciclo desata situação excepcional, e invertida a conjuntura, como não pode deixar de mais Caio Prado Jr. atentou, ainda, ao caráter da modernização exclüdente empreendida: "A participação das camadas populares ná atividade política se faz essencial, e constitui sem dúvida o primeiro passo a ser dado na atual conjuntura. E será isso que caracterizará a democracia, se é verdadeiramente o que se procura, crer quantos, e os "quantos" assim manifestam. Não constituindo o mais - as formas jurídicas e os processos normativos de realizar a e mais adequada possível de tornar efetiva e legítima aquela participação popular na condução do poder público. Exatamente o golpe de 1964, e que vem a ser a maneira mais segura de neutralizar e eliminar, o quanto possível - isto é, conservando um mínimo de aparência - a ação popular; e lhe abafar e calar a voz." (Prado Jr.,1977: 250-251)

Uma das questões que desenvolvemos nesse trabalho foi, como vimos, a relação entre a economia e o estado. Estará presente na problematização do binômio segurança/desenvolvimento, que remete às formulações da Escola Superior de Guerra, em especial, nas concepções de Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva. E, principalmente, nos discursos presidenciais.

Se a oposição, durante este largo período da dominação bonapartista, não apresentou um projeto econômico alternativo, da perspectiva do trabalho; no entanto, alguns estudos críticos sobre a forma particular de organização da produção, foram férteis. Nas páginas do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 4 de setembro de 1980. Francisco de Oliveira apresentava uma série de artigos sobre "A crise e as perspectivai da crise". No primeiro deles, explicava que: "Crise econômica e crise política são quase sinônimos na sociedade capitalista; essa sinonímia se aguçou no capitalismo oligopolista na medida em que o Estado passou a ser o garantidor da reprodução de cada capital privado, remetendo as crises econômicas diretamente para o interior do próprio aparelho estatal. No Brasil, essa interpenetração Estado-capital é a marca característica dos processos pós-64, do regime disfarçado de autoritário e no mais das vezes claramente ditatorial. Bom é que se entenda a natureza dessa interpenetração: ela não é contraditória, senão ao contrário, é a forma de contenção das poderosas tendências anárquicas de grandes proporções no capitalismo. O regime enganou-se com a aparência da inexistência de crises desde 1964 - mesmo porque nunca explicou devidamente o endurecimento de 1968. O período do auge econômico deu condições para o exercício do arbítrio no interior do estrato oligopolista do capital: a 'briga de foice num quarto escuro', ao contrário das câmaras escuras para revelar

fotografias, quase nunca vinha a público. £ era a repressão sobre as classes trabalhadoras, arrochando os salários, desorganizando os sindicatos e as associações de classe, e sobre a sociedade em geral, quem, dialeticamente, transformava a 'briga de foice' numa crise.'a frio', aparentemente um permanente coquetel nos salões do Clube Nacional..." (Oliveira, 1980:3)

Com a entrada dos trabalhadores na cena histórica, valendo-se da arma da greve, em finais dos anos 70 e começo do ano de 1980, na região paulista do ABC, posteriormente se alastra nos vários rincões do país, a luta meramente reivindicatória agia como um explosivo, isto porque, se transformava em ato político, na imediatidade, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada, a política salarial, a política de superexploração da força de trabalho. A luta pelos valores formais da democracia, aludida pela oposição em geral, ganhava conteúdos particulares concretos: "são absolutamente incompatíveis o regime do arrocho salarial e a democracia, mesmo tomada esta em seus limites os mais puramente formais. Razão porque, na luta pela democracia, é imperativo a formulação e a condução à vitória de um programa econômico alternativo que liquide o arrocho e oriente no sentido da destruição pela raiz, das condições de seu ressurgimento, o que significa a demolição progressiva das bases da *via colonial,* que caracteriza estruturalmente a sociedade brasileira, e que se consubstanciam principalmente na subordinação ao imperialismo, na conservação de uma estrutura latifundiada, prioritariamente voltada à exportação ou à especulação da terra, e na 'na modernização' monopolista. Um programa econômico, portanto, da perspectiva das maiorias que isole, pois, os antagonistas minoritários da democracia". (Chasin, 1980:129-130)

Os anos 80 serão considerados como a "década perdida". A política econômica da ditadura militar deixava um pesado legado para o nosso presente histórico. "De fato", escreve o economista Waldir de Quadros, "é no período compreendido entre 1981 e 1983 que a economia brasileira sofre o mais grave retrocesso de que se tem registro. Nesse período, o Produto Interno Bruto apresentou taxas negativas de crescimento em dois anos, com uma queda acumulada superior a 6 %. O forte declínio da renda média por habitante fez com que em 1983 seu nível regredisse ao de 1976. O setor industrial foi especialmente afetado, verificando-se entre 1981 e 1983 uma redução de 20 % em sua atividade, sendo que a indústria de bens de capital foi a primeira e a mais duramente penalizada pela recessão. Este péssimo desempenho acumulou capacidade ociosa em níveis indesejados, e provocou forte aumento no desemprego, que não se limitou à indústria." (Quadros, 1985:121)